

**Helena Pina | Felisbela Martins (Eds.)**



**THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE  
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

**Society, Economy and Heritage in a Scenario Towards Greater  
Territorial Cohesion**

**Sociedade, Economia e Património num Cenário Tendente a  
uma Maior Coesão Territorial**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
2017**



**Helena Pina | Felisbela Martins (Eds.)**



**THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE  
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

-

**Society, Economy and Heritage in a Scenario Towards Greater  
Territorial Cohesion**

**Sociedade, Economia e Património num Cenário Tendente a  
uma Maior Coesão Territorial**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
2017**

**Título:** **THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE**  
**GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

-  
**Society, Economy and Heritage in a Scenario  
Towards Greater Territorial Cohesion**  
**Sociedade, Economia e Património num Cenário  
Tendente a uma Maior Coesão Territorial**

**Organização de:** Helena Pina, Felisbela Martins  
**Prefácio de:** Helena Pina  
**Editor:** UNIVERSIDADE DO PORTO – Faculdade de Letras  
**Local de edição:** Porto  
**Ano de edição:** 2017  
**ISBN:** 978-989-54030-6-6

**Contacto:** Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/n  
4150-564  
Porto

**Email** [sdi@letras.up.pt](mailto:sdi@letras.up.pt)

Edição em formato eletrónico disponível em:  
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1568&sum=sim>

**Organização:**

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Felisbela Martins, CEGOT, Universidade do Porto

**Comissão Científica:**

Prof. Doutor Andrews José de Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto

Prof. Doutor Atanas Dermendzhiev, University of Verliko Tarnovo

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Borna Fuerst-Bjeliš, university of Zagreb

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Célia Taborda, Universidade Lusófona do Porto

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Conceição Ramos, Universidade do Porto

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Fantina Tedim, Universidade do Porto

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Fernanda Cravidão, Universidade de Coimbra

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Glória Teixeira, Universidade do Porto

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest

Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Jorge Queiroz, Universidade do Porto

Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Laura Sakaja, University of Zagreb

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Lucette Laurens, Université de Montpellier III

Prof. Doutor Marcos Valcarcel, Universidade de Santiago de Compostela

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Mary Cawley, National University of Ireland Galway

Prof. Doutor Milen Penerliev, University of Shumen

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Natália Ramos, Universidade Aberta

Prof. Doutor Norberto Santos, Universidade de Coimbra

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho

Prof. Doutor Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto

Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Stella Dermendzhieva, University of Verliko Tarnovo

**Apoio Técnico**

Dra. Cláudia Moreira, Universidade do Porto

Mariana Selas, Universidade do Porto



## Índice

---

---

<i>Preface</i>	Helena Pina	8 – 12
----------------	-------------	--------

---

<i>Prefácio</i>	Helena Pina	13 – 18
-----------------	-------------	---------

---

### Parte I – Sociedade, Cultura e Educação

---

<i>Comparative analysis of the geography education in the Balkan countries</i>	Stella Dermendzhieva Tamara Draganova	20 – 41
--	--	---------

---

<i>O perfil do aluno para o século XXI. A “nova” flexibilidade curricular e a sua importância para o ensino da geografia</i>	Felisbela Martins	42 – 57
--	-------------------	---------

---

<i>Práticas pedagógicas e escolhas tecnológicas na Universidade Aberta-Portugal</i>	Maria Lígia Rangel Santos Maria Natália Pereira Ramos	58 – 66
---	--	---------

---

<i>Uma leitura territorial da crise e vulnerabilidade social</i>	Fátima Loureiro de Matos, Teresa Sá Marques, Diogo Ribeiro, Ana Catarina Oliveira Maia	67 – 89
--	--	---------

---

<i>Em busca da narrativa perdida: desenvolvimento pessoal e social na modernidade tardia</i>	Paulo Jorge Santos	90 - 102
--	--------------------	----------

---

<i>Crise e contestação na Europa. A propósito das manifestações portuguesas de 2012</i>	Célia Taborda Silva	103 – 116
---	---------------------	-----------

---

<i>A reforma das pensões na União Europeia e a contribuição extraordinária de solidariedade</i>	Ana Sofia Carvalho	117 - 129
---	--------------------	-----------

---

<i>A corrupção e a falta de segurança nas estruturas democráticas</i>	Eduardo Duque António Calheiros	130 -147
---	------------------------------------	----------

---

<i>Study of Influenza Related Morbidity</i>	Dominic Royé, Pablo Fernandez de Arroyabe Hernaiz	148 – 159
---	---	-----------

---

<i>Fronteiras, conflitos territoriais e identidades culturais. Introdução ao caso de Olivença /Borders</i>	João Luís Fernandes	160 – 173
--	---------------------	-----------

## Parte II – Turismo e Património no Desenvolvimento Territorial

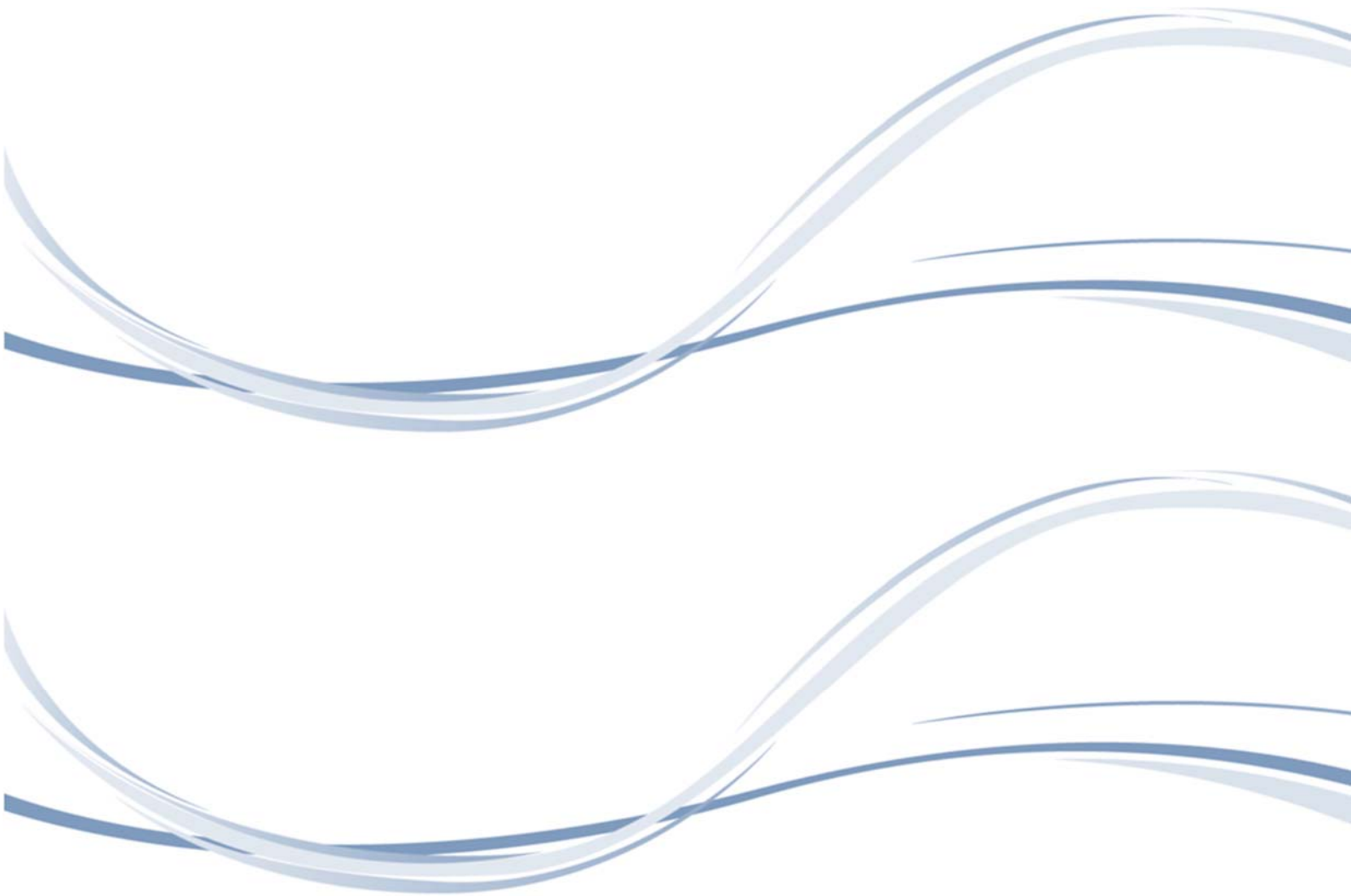
<i>Churches and monasteries – objects of religious tourism in the district of Veliko Tarnovo (Bulgaria)</i>	Atanas Dermendzhiev Martin Doykov	175 – 183
<i>Cultural and historical heritage of Ohrid as a tourist resource</i>	Slavi Dimitrov Tatyana Dimitrova	184 – 197
<i>Subsídios para o estudo do património vinícola de Alijó – A Quinta do Noval</i>	António de Barros Cardoso	198 – 213
<i>O uso turístico do património: congruências e incongruências no discurso de residentes e não residentes em uma cidade património da humanidade</i>	Larissa Paola Macedo C. Gabriel Jakson Renner Rodrigues Soares Christiane Kleinübing Godoi	214 – 228
<i>A crise económica na Região Demarcada do Douro: algumas estratégias de sobrevivência e dinamização no setor turístico</i>	Helena Pina	229 - 250
<i>Study of the tourist behavior and the profile of tourists in Bulgaria</i>	Milen Penerliev	251 – 259
<i>Percepción de diversos tipos de oferta turística en Ibiza (España) y Punta del Este (Uruguay)</i>	María Dolores Sánchez Fernández Daniel Álvarez Bassi José Ramón Cardona	260 – 273
<i>Percepção dos residentes em relação aos impactes da atividade turística em Joinville (Santa Catarina – Brasil)</i>	Elaine Cristina Borges Scalabrini Paula C. A. Remoaldo Júlia M. Lourenço	274 – 287

## PARTE III – Ambiente e Cidades nas Dinâmicas Espaciais

<i>Preservação do património urbano e direito à cidade: intersecções e desvios</i>	Maria Cristina Rocha Simão Rosângela Lunardelli Cavallazzi	289 – 300
--	---	-----------



<i>A construção da “cidade sustentável”: um estudo de caso sobre Seropédica (Rio de Janeiro, Brasil)</i>	Leandro Dias de Oliveira	301 – 311
<i>Métodos em clima urbano aplicados à cidade do Rio de Janeiro (Brasil) e sua região metropolitana</i>	Andrews José de Lucena Leonardo de Faria Peres	312 – 326
<i>Avaliação de processos de desenvolvimento regional das cidades na Amazônia: o caso dos municípios de Santarém e Marabá, Brasil.</i>	Jader Duarte Ferreira Júlia M. Lourenço	327 – 343
<i>Reabilitação urbana e habitação de interesse social no centro histórico de Vila Nova de Gaia (Portugal)</i>	Murilo Noli da Fonseca	344 – 359
<i>Poboación local e areas protexidas en Namibia. Percepción sobre os efectos na Salambala Conservancy</i>	Daniel Del Rio Franqueira José António Aldrey Vázquez N. F. Nakanyete	360 – 373
<i>The GIS Model for the revitalisation of traditional island cultures: the Island of Hvar, Croatia</i>	Antonio Morić-Španić Borna Fuerst-Bjeliš	374 – 392
<i>La dinámica de las inundaciones en el Noroeste de la Península Ibérica: el caso de Betanzos (A Coruña, España)</i>	Alexandre Luís Vázquez Rodriguez	393 – 416



## PREFACE

In a world of insecurity and a growing array of problems, an attractive and dynamic territorial mosaic, however, still persists, particularly within Europe. Its potential is manifold, inspiring strategies aimed at more responsible and inclusive development. The economic approach has been broadened to include the environmental and sociocultural dimensions, leading to policies focused on the conservation of landscapes, the safeguarding of heritage and endogenous specificities, as well as the revitalisation of social frameworks. This latter aspect, though, requires more urgent attention, given the rise in migratory flows throughout the continent, and the spread of territorial unbalances and inequalities, while antagonisms at several levels are being revived, of a predominantly political-religious and natural order.

These negative trends are, nevertheless, offset by a new focus on the social dimension in national and regional policies. New strategies are explored which include family convergence and the renegotiation of the conflicts that have given rise to the continuous migrations. It should be noted that the migratory flows are starting to be regarded as opportunities, particularly in terms of the structural rejuvenation of the European population. These issues should then be seen as a means to foster more responsible development, allied to policies aimed at preserving economic, cultural, religious and political diversity. The framework of development should be innovative, addressing for example, a circular economy or a bioeconomy, based on digital resources, on increasing literacy, on education and on knowledge. These measures will also lead to greater efficiency in the management of endogenous resources, rooted in more sustainable, innovative and comprehensive development and in territorial cohesion.

However, problematic situations continue to persist globally, which obliges us to continue to reflect on these topics. Thus, although focusing mainly on the European space, we find it is increasingly correlated with other spaces, such as the Lusophone, particularly Brazil, with which joint projects and aggregating synergies have been developed. Several approaches to a myriad of problems have continued to be explored in a multidisciplinary, interuniversity and multinational context, setting the path to effective social, cultural, economic and environmental revitalisation. The principals set out in the “Sustainable Development Goals” upheld by the UN are gradually implemented, by which global development should be structured over the coming years, covering areas ranging from climate change and technological inequalities to economic and social disparities, sustainable development and peace and justice. It is urgent to deepen our understanding of these issues, focusing on strategies that can contribute to their mitigation.

Publications such as “The Overarching Issues of the European Space – Society, Economy and Heritage in a Scenario Towards Greater Territorial Cohesion / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - Sociedade, Economia e Património num Cenário Tendente a uma Maior Coesão Territorial” are intended to contribute to this goal. It counts on the collaboration of specialists from several Portuguese, French, Bulgarian, Romanian, Galician, Croatian universities, as well as a growing number of universities from Portuguese-speaking countries, amongst which Brazil undoubtedly takes the lead. Synergies have consequently been created, highlighting the importance of disseminating studies such as those collected in this publication. They cover central issues and raise inclusive scenarios that highlight the importance of the social and cultural dimensions, which have long been pushed aside by the economic dimension.

This publication is structured into three parts. The first part focuses precisely on the social and cultural dimensions, called “Society, Culture and Education / Sociedade, Cultura e Educação”. Training

and education are undoubtedly key for enhancing development and innovation. Stella Dermendzhieva and Tamara Draganova (Veliko Tarnovo University, Bulgaria) focus on these topics in the Balkan countries, particularly on the teaching of geography, its objectives and curriculum in the different levels of schooling. The authors conclude that these countries are gradually moving towards synchronisation, given the importance of the geographical dimension in spatial planning. Furthermore, curriculum mutations/innovations accompany social evolution, as we can confirm in the case of Portugal, based on an analysis of the student's profile in the 21<sup>st</sup> century and their relationship with the "new" flexibility of the curriculum in secondary education, as highlighted by Felisbela Martins. Lígia Santos and Natália Ramos further highlight the pedagogical practices and technological choices affecting higher education. There is, thus, greater awareness of social issues in Europe, and the effects of technical, pedagogical and curricular innovations as effective tools in increasing social inclusion, through more widespread instruction, education, and the acquisition of more diversified skills, which are indispensable today.

Society has undergone profound changes, due to higher levels of training and culture. However, this sometimes occurs when traditional canons are abandoned, as noted by Paulo Jorge Santos, affecting people's sense of identity and class, especially when individuals distance themselves from their community of origin and integrate cultural groups that still seek coherence and identity. However, personal and social development is unquestionable.

On the other hand, the complexity of the world today and the conflicts that multiply, reflect the existence of clear vulnerabilities at various levels, further aggravated in times of crisis, as we have seen since 2008. And, although political responses favour financial restructuring, by restricting public investments in social services, they have affected a high percentage of very vulnerable people, as highlighted by Fátima Matos, Teresa Sá Marques, Diogo Ribeiro and Ana Catarina Oliveira Maia. In fact, these restrictive policies have been at the source of widespread discontent and protest in Europe, particularly in Portugal. This aspect is addressed by Célia Taborda Silva, correlated further with real estate and financial speculation, as well as with the intervention of the *Troika* in several countries and the consequent austerity measures that increased unemployment and precariousness. This has led to manifestations of dissatisfaction, amplified by the use of new communication technologies and, consequently, the spread of the public protest.

Likewise, corruption and lack of trust in democratic structures have heightened the crisis and the rates of violence, as the study by Eduardo Duque and António Calheiros shows in Portugal, a country that remains fragile in terms of democratic and civic values. Unfortunately, this scenario is internalised not only among the Portuguese but also at a European and global scale. It is a generalised problem, with serious consequences. Nevertheless, there are institutional initiatives aimed at controlling this issue, especially in the extent to which it interferes with the right to social security in a framework that covers several parameters, amongst which Ana Sofia Carvalho emphasises pension reforms and the extraordinary solidarity tax in Portugal, during the critical period from 2011 to 2016. Faced with this very weak framework, which can also be observed in the health sector, flu morbidity is also addressed, with different levels of danger and contagion, as reported by Dominic Royé and Pablo Hernaez in the Autonomous Communities of Spain.

Although territorial conflicts are always present, because of the destruction they carry with them, they have to be studied from other perspectives, because they also revive cultural identities, exacerbated in times of crisis, but which are still "submerged" under the guise of nationalisms, as shown by João Luís Fernandes in the case of Olivença. In fact, these identity issues, political in nature, are

more acute in Catalonia and elsewhere, highlighting the need for this dimension to also be repositioned in political and cultural terms. We are, in fact, facing times of unrest, where the social and cultural aspects must be present in the strategies to be implemented, associated with the economic and political ones.

Fortunately, there are a growing number of strategies intended to bolster development and territorial cohesion. In this publication, the importance of tourism, which is the driving force behind the recovery and enhancement of heritage in its many facets, is exemplified in a comprehensive manner (Portugal, Spain, Macedonia and Brazil) in the second part, called “Tourism and Heritage in Territorial Development / Turismo e Património no Desenvolvimento Territorial”. In fact, it is history, but above all, architectural heritage that is revived in the wake of the realisation of its real importance in these dynamics, because it is not only the building that is recovered and reused, but also the social and the immaterial culture: all aspects must be combined in a harmonious and holistic manner to achieve sustainable development, as these components reflect local identity, history and regional experiences. In this context, it is important to highlight the recovery of Bulgarian heritage, in particular, its religious heritage, as Athanas Dermendzhiev and Martin Doykov report, a strategy that has revived religious resources in Veliko Tarnovo, exploring its spiritual and historic dimensions, going beyond the national scale.

A similar perspective has been adopted in Macedonia, although Slavi Dimitrov and Tatyana Dimitrova, taking a more general approach, value not only the religious dimension, but also the multiplicity of resources, namely landscape and gastronomy. Such a perspective has been amplified by UNESCO, with the distinction of several sites, as is the case of the city of Ohrid.

Still within the sphere of UNESCO sites, two articles focus on the Douro Demarcated Region (NE Portugal), a World Heritage Site since 2001, where, in addition to the “living evolutionary landscape”, winegrowing heritage is valued, as highlighted by António Barros Cardoso, who describes a case full of history, that of the “Quinta do Noval”, and by Helena Pina, although, in this case, in a complementary perspective. At the heart of the development of the Douro region, the vineyard has in the last few decades been requalified, combining the economic dimension with innovation and the need to preserve this monumental landscape, its heritage and culture. There was also the need to question the impact of the crisis on this territory, as well as the strategies employed to overcome it. The author found that the creative and innovative capacity of the Douro is unquestionable, a region where a wide range of strategies have been used, albeit clearly favouring tourism, combining the landscape with the recovery of the built heritage, as well as the revitalisation of the region’s immaterial heritage, its gastronomy and wines, further bolstered by widespread advertising and aggressive marketing.

However, the impact of tourism is not always the most positive, as we can see from the perspective of the residents and the tourists, which is evident, even if differentiated according to their profile. Thus, the examples analysed show that in cases where the economic dimension has been strategically enhanced, the results were not always as expected, given the existence of exacerbated financial expectations, while undervaluing other aspects such as the immaterial, heritage and history, even though these comprise the distinctiveness and the very identity of a region. These less optimistic results were observed in urban areas as well, especially in heritage centres such as Santiago de Compostela, where Larissa Gabriel, Jakson Soares and Christiane Godoi put forward at times critical views, especially from residents, when they were approached about the manner in which their heritage is being used and how this has affected their daily lives.

A similar context is found in the extreme east of Europe, in Bulgaria, as shown by Milen Penerliev, when analyzing the behaviour of tourists, in this case, with a distinct, more unpredictable profile, which he calls “errant” or “misrepresentative”. This has arisen because the local population, in an attempt to respond to external motivations, has come to disregard the authentic, specific and unique, such as the gastronomy, for example, which is a paradox that fortunately is being (re)observed under other more realistic and sustainable parameters.

But let us return to Spanish space, specifically to Ibiza, based on the study by Maria Dolores Fernández, Daniel Bassi and José Cardona. Highly insightful, this article proves the valuation that residents and tourists make of 12 native products, a generalised aspect in Spain, although differentiated according to the profile of the tourist. The same happens on the other side of the Atlantic, in Punta Del Este (Uruguay), a less sought after location, especially by the group called the “Uninterested”, according to the typology of tourists used by the authors, which confirms the weak attention given to authenticity and the local identity. Fortunately, there are also the “Enthusiasts” who justify the investment made in tourism, by the way in which they value it and recognise it as a source of culture and a driver of local development.

An identical scenario is also found in Brazil, in this case, in Joinville (Santa Catarina), a predominantly industrial municipality. There, although the importance of tourism as one of the driving forces of the municipality is undeniable, negative effects can be detected, pointed out above all by women. Nonetheless, through awareness-raising campaigns among residents, as mentioned by Elaine Scalabrini, Paula Remoaldo and Júlia Lourenço, there is hope for better coexistence between tourism, industry and the local population, as well as healthier, more inclusive development.

In the third part of this publication, called “Environment and Cities in Spatial Dynamics / Ambiente e Cidades nas Dinâmicas Espaciais”, priority is given to environmental issues and the strategies aimed at their mitigation, both in natural spaces and in urban environments. However, environmental impacts on urban centres dominate, particularly in their historical zones, which become degraded without the appropriate legal protection, facilitating gentrification. There is a need to view these spaces in an integrating manner, the only way in which to maintain their identity, but in a peaceful and sustainable context, as noted by Maria Cristina Simão and Rosângela Cavallazzi in Brazil, or Murilo Fonseca, in Vila Nova de Gaia (Portugal).

But it is undoubtedly the Brazilian experiences that dominate the third part of this publication, as we can see in Seropédica (Rio de Janeiro), an example on which Leandro Dias de Oliveira focuses. This article highlights the problems associated with the implantation of the “sustainable city”, based on the installation of its associated industrial and logistic units. On the other hand, moving to the Amazon, more precisely to the municipalities of Santarém and Marabá, the situation changes, since access and transport networks, connected to an inclusive development plan, have provided a sensitive urban and regional dynamism, as Jader Ferreira and Júlia Lourenço note.

However, due to their diversity and gravity, it is the environmental problems that stand out in this chapter, namely in the city of Rio de Janeiro and its metropolitan area. This is the case of air pollution. There are multiple approaches to this issue, as are the methodologies associated to its measurement, such as, for example, “heat islands”. In this chapter, Andrews Lucena and Leonardo Peres discuss several of these methodologies and their results, comparing them critically, thus providing a very comprehensive urban climate study.

These problems are global, but there is obviously a great deal of interference from local and regional specificities. Thus, they can also be detected in European space, accompanied by other problems and mitigation / conservation strategies, such as those related to nature conservation and the creation of protected areas. Although they were initially observed from an individual, isolated perspective, they are today part of international networks. In addition, although more recently, spaces other than the European have awakened to this problem, such as in Africa, portrayed specifically in the case of Namibia, in a study by Daniel Franqueira, José António Vázquez and Ndapewa Nakanyete. This approach falls under the so-called “Conservationists”, as Namibia attempts to revitalise spaces and species of fauna and flora that have suffered wide-ranging devastation. However, the project managers have placed the endogenous population at the centre of these dynamics, as key agents for change. Thus, sustainable, harmonious development is envisaged.

On the other hand, environmental problems also multiply in the European space, as well as strategies to address them, as can be seen in the case of the Island of Hvar (Croatia). Human intervention in the last hundred years due to rural exodus and decline in agriculture led to the deterioration or even the elimination of native vineyards and olive groves. However, the recent recovery of these soils has served to halt the spread of maquis, revitalising these islands. The example presented by Antonio Moric-Spanic and Borna Fuerst-Bjelis bears witness to these dynamics.

Finally, another environmental problem is addressed, in this case, in the NW of the Iberian Peninsula: flooding. Betanzos (A Coruña, Spain), a town that developed along the river's banks, has during its history faced very critical periods due to river floods, but also invasions sustained by the entrance of maritime waters during high tides. However, mitigating strategies are emerging, as Alexandre Vázquez-Rodríguez specifies, as environmental issues gain increasing relevance, and, in a holistic perspective that combines environmental aspects with anthropic ones. Thus, flood studies and strategies to minimise this problem are increasing, of which Betanzos is an example.

In summary, despite the array of problems which we face each day and the predominance of the economic dimension, when seeking to resolve these problems, the environmental, societal and cultural dimensions are gradually emerging, and they are gaining greater acceptance from the decision-making powers. However, it is essential to continuously focus on technical training and strive for real, sustainable and multi-faceted development, which can deepen territorial cohesion and social inclusion. In fact, endogenous potential persists at several levels, but they have to be viewed in an integrated, dynamic and innovative manner, preserving the endogenous and distinctive elements, in a holistic, revitalising, and inclusive setting. Diversity and the identity of different cultures must be preserved, but without obstructing development.

Helena Pina  
December 2017

## PREFÁCIO

Num mundo onde a insegurança e os problemas se avolumam, persiste, contudo, um mosaico territorial apelativo e dinâmico, particularmente no espaço europeu. De facto, as virtualidades aí existentes induzem a estratégias que possibilitam um desenvolvimento cada vez mais responsável, para além de inclusivo. Recorde-se que, progressivamente, adiciona-se à abordagem económica a vertente ambiental e a sociocultural, dando-se importância às políticas em que a preservação das paisagens se conjuga com a valorização do património, das especificidades endógenas e da revitalização dos quadros sociais. Este último parâmetro, contudo, necessita de ser cada vez mais incrementado, na sequência dos fluxos migratórios que persistem, pois avolumam-se os desequilíbrios territoriais e as desigualdades, enquanto se reacendem antagonismos de carácter diverso, se bem que predominantemente político-religiosos e naturais.

Como antídoto, porém, revaloriza-se a matriz social nas políticas nacionais e regionais, apontando-se como alternativa novas estratégias que incluem a convergência familiar e a renegociação dos conflitos bélicos que estão na base de grande parte destes fluxos. Acresce que estes movimentos migratórios começam a ser encarados também como oportunidades, nomeadamente em termos de rejuvenescimento estrutural da população europeia. Há, pois, que encarar esta problemática como algo que pode ser catalisador de um desenvolvimento responsável, desde que inserido num invólucro que facilita a preservação da diversidade económica, cultural, religiosa e política. Tal pode desenvolver-se também num quadro inovador, valorizando, por exemplo, uma economia circular ou uma bioeconomia, apoiando-se em meios digitais, no aumento da literacia, na educação e no conhecimento. Assim se favorecerá, de igual modo, a eficiência da exploração dos recursos autóctones, enquanto se aposta num desenvolvimento sustentável, inovador e abrangente, na coesão territorial.

Agravando-se, porém, as problemáticas, há que continuar uma reflexão sobre estes temas. Assim, embora se dê realce ao espaço europeu, este surge cada vez mais correlacionado com outros territórios, como os lusófonos, designadamente o Brasil, com o qual se tem vindo a institucionalizar projetos comuns, agregadores, e a ampliar sinergias. Desta forma, prosseguem as abordagens de múltiplas problemáticas, sempre em contexto multidisciplinar e num quadro interuniversitário e plurinacional, por forma a caminhar-se para uma efetiva revitalização social, cultural, económica e ambiental. Paulatinamente, implementam-se os “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável” defendidos pela ONU, perspetivando-se um desenvolvimento global nos próximos anos, que inclua áreas tão diversas como as alterações climáticas e as desigualdades tecnológicas, as disparidades económicas e sociais, ou, ainda, a inovação e o desenvolvimento sustentável, a paz e a justiça. Urge, pois, continuar-se a refletir sobre estas problemáticas, se bem que realçando-se as estratégias suscetíveis de as mitigar.

Assim, surgem publicações como “The Overarching Issues of the European Space – Society, Economy and Heritage in a Scenario Towards Greater Territorial Cohesion / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - Sociedade, Economia e Património num Cenário Tendente a uma Maior Coesão Territorial”, obra que nasce da colaboração de especialistas de diversas universidades portuguesas, mas também francesas, búlgaras, romenas, galegas, croatas e, cada vez mais, de outros países de língua oficial portuguesa, com o destaque inquestionável do Brasil. Só desta forma se criam sinergias. Neste contexto, é indubitável a conveniência de se divulgar estudos como os coletados nesta publicação, pois abarcam temáticas incisivas, propiciadoras de cenários inclusivos que valorizam as componentes sociais e culturais, de facto importantes, mas subalternizadas perante a vertente economicista.



Estruturamos esta edição em três partes, incidindo a primeira exatamente na vertente social e cultural, que designamos “Sociedade, Cultura e Educação”. Na realidade, a formação e a educação são potenciadoras do desenvolvimento e da inovação, razão pela qual são destacadas por Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova (Universidade de Verliko Tarnovo, Bulgária) nos países balcânicos, incidindo sobretudo no ensino da geografia, designadamente nos objetivos e no curriculum dos diferentes ciclos educativos. As autoras concluem que nestes países se caminha para uma progressiva sincronização, dada a importância da vertente geográfica no ordenamento territorial. Por outro lado, as mutações / inovações curriculares também acompanham a evolução social, como se confirma no caso de Portugal, através da análise do perfil do aluno no século XXI na sua relação com a “nova” flexibilidade curricular implantada no ensino secundário, aspeto realçado por Felisbela Martins. Outra vertente a enfatizar também são as práticas pedagógicas e as escolhas tecnológicas, como sucede no nível superior, aspeto exemplificado por Lígia Santos e Natália Ramos. É, pois, nítida a maior consciencialização das problemáticas sociais no espaço europeu e dos reflexos de inovações técnicas, pedagógicas e curriculares, facilitadoras reais da inclusão social, pelo dilatar da instrução, da educação, da aquisição de competências diversas, indispensáveis no quadro atual.

A sociedade tem, efetivamente, sofrido alterações profundas, decorrentes da maior formação e cultura, contudo, por vezes tal acontece afastando-se dos cânones tradicionais, como refere Paulo Jorge Santos, abalando o sentido identitário e de classe, sobretudo quando o indivíduo se distancia da sua comunidade de origem e se integra em grupos culturais que ainda buscam uma coerência e identidade. Todavia, o desenvolvimento pessoal e societário é inquestionável.

Por outro lado, a complexidade conjuntural existente, os conflitos que se sucedem, refletem a existência de vulnerabilidades nítidas a diversos níveis, ainda agravadas em períodos de crise, como tem sido visível desde 2008. E, apesar de as respostas políticas privilegiarem o reequilíbrio financeiro, ao restringirem os investimentos públicos nos serviços sociais, afetam uma elevada percentagem de pessoas, muito vulneráveis, como referem Fátima Matos, Teresa Sá Marques, Diogo Ribeiro e Ana Catarina Oliveira Maia. Aliás, estas políticas restritivas facilitaram a propagação de um descontentamento generalizado e da contestação na Europa, nomeadamente em Portugal. Este aspeto é abordado por Célia Taborda Silva, correlacionando-o também com a especulação imobiliária e financeira, bem como com a interferência da *Troika* em diversos países e a consequente austeridade que generalizou o desemprego e a precariedade. Assim se multiplicaram as manifestações de protesto, amplificadas com o recurso às novas tecnologias de comunicação e, por consequência, à massificação, neste caso, da contestação pública.

De igual modo, a corrupção e a falta de segurança nas estruturas democráticas, potenciou a crise e a violência, como o estudo de Eduardo Duque e António Calheiros evidencia em Portugal, país que continua frágil em termos democráticos e cívicos. Infelizmente, este cenário está interiorizado não só entre os portugueses, mas também à escala europeia e global. Problema generalizado, com graves consequências, não obstante surgem iniciativas institucionais que o tentam controlar, nomeadamente no que interfere com o direito à segurança social num quadro que abrange diversos parâmetros, dos quais Ana Sofia Carvalho realça a reforma das pensões e a contribuição extraordinária de solidariedade em Portugal, no período crítico de 2011 a 2016. Perante este quadro tão débil, observável de igual modo no setor da saúde, também se aborda a morbidade decorrente da gripe, com distintos graus de perigosidade e contágio, como nos relatam Dominic Royé e Pablo Hernaez nas Comunidades Autónomas de Espanha.

Embora os conflitos territoriais estejam sempre presentes, pela destruição que carregam consigo, eles têm de ser estudados noutras óticas, pois, em simultâneo, reavivam as identidades culturais, exacerbadas em períodos de crise, mas que, ainda assim, “submersas”, perante a incidência dos

nacionalismos, como fica evidenciado por João Luís Fernandes no caso de Olivença. Aliás, estas questões identitárias, políticas, são mais acutilantes na Catalunha e noutros espaços, alertando para a necessidade de também esta vertente ser reposicionada em termos políticos e culturais. Estamos, de facto, perante um período em ebulição, onde a vertente social e cultural deve estar presente nas estratégias a implementar, associando-se às económicas e às políticas.

Felizmente, as estratégias conducentes ao desenvolvimento e à coesão territorial multiplicam-se e, nesta publicação, fica bem patente a importância do turismo, propulsor da recuperação e potencialização do património, nas suas múltiplas facetas, aqui exemplificado de uma forma abrangente (Portugal, Espanha, Macedónia e Brasil) na segunda parte designada “Turismo e Património no Desenvolvimento Territorial”. Na verdade, é a história, mas sobretudo o património arquitetónico que se revitalizam na sequência da perceção da sua real importância nestas dinâmicas, pois não é só o edificado que se recupera e se refuncionaliza, mas também, cada vez mais, o social e o imaterial: todas as vertentes têm de ser conjugadas de uma forma harmoniosa e holística, para se atingir um desenvolvimento sustentável, já que estas componentes refletem a identidade local, a história e as vivências regionais. Neste contexto, é de realçar a recuperação do património búlgaro, nomeadamente o religioso, como nos relatam Athanas Dermendzhiev e Martin Doykov, aposta que em Verliko Tarnovo reativou recursos religiosos, explorando a vertente espiritual e a patrimonial, de uma forma que ultrapassa a escala nacional.

Idêntica perspetiva está a ser adotada na Macedónia, se bem que Slavi Dimitrov e Tatyana Dimitrova, adotando uma perspetiva mais generalista, valorizam não só a vertente religiosa, mas também a multiplicidade de recursos, designadamente o paisagístico e o gastronómico. Tal perspetiva tem sido amplificada pela UNESCO, com a distinção de vários sítios, como sucede na cidade de Ohrid.

Permanecendo nos espaços classificados pela UNESCO, surgem dois artigos que incidem na Região Demarcada do Douro (NE de Portugal), Património da Humanidade desde 2001, onde, para além da “paisagem evolutiva viva”, se valoriza o património vinícola, como faz António Barros Cardoso, privilegiando um caso pleno de história, como é a “Quinta do Noval”, mas também Helena Pina, se bem que, neste caso, numa outra perspetiva, complementar. Com efeito, permanecendo como motor do desenvolvimento duriense a vinha, nas últimas décadas tem-se apostado na requalificação dos vinhedos, numa ótica em que a vertente economicista se conjuga com a inovação e a necessidade da preservação desta paisagem monumental, do seu património e da sua cultura. Havia, ainda, que questionar o impacto da crise neste território, bem como as estratégias utilizadas para a superar. E, é inquestionável, a capacidade inventiva e inovadora do duriense fica confirmada, já que, de facto, as estratégias foram múltiplas, se bem que privilegiando nitidamente o turismo, ao conjugar a paisagem com a recuperação do património construído, mas também com a revitalização da vertente imaterial, ou da gastronomia e vinhos, envoltos ainda numa ampla divulgação e num marketing agressivo.

Todavia, nem sempre os impactos do turismo são os melhores, como constatamos através da perceção dos seus efeitos quer na perspetiva dos residentes, quer na dos turistas, sendo evidente, mas diferenciado de acordo com o respetivo perfil. Assim, sobretudo quando, como nos exemplos analisados, se tinha estrategicamente valorizado a vertente economicista, nem sempre os resultados foram os esperados, dada a vigência de expectativas financeiras exacerbadas, enquanto se subvalorizava as outras vertentes, como as imateriais, o património e a história, apesar de distintas e identitárias. Tais resultados menos otimistas foram observados quer em meios urbanos, nomeadamente em núcleos patrimonializados, como Santiago de Compostela, onde Larissa Gabriel, Jakson Soares e Christiane Godoi denunciaram, por vezes, visões críticas, sobretudo dos residentes, quando foram abordados sobre a forma como o seu património era utilizado e com tal afetava o seu cotidiano.

Contexto similar descobrimos no extremo leste da Europa, na Bulgária, como evidencia Milen Penerliev, quando analisa o comportamento dos turistas, aqui com um perfil distinto, mais imprevisível, pelo que designa de “errantes” ou “deturpadores”, já que a população autóctone, ao tentar responder às motivações externas, secundarizava o autêntico, o específico e único, como a gastronomia, por exemplo, o que constitui um paradoxo que, felizmente, está a ser (re)observado segundo outros parâmetros mais realistas e sustentáveis.

Mas regressemos ao espaço espanhol, direcionando-nos para Ibiza, tendo por base o estudo de Maria Dolores Fernández, Daniel Bassi e José Cardona. Muito elucidativo, este artigo comprova a valorização que os residentes e os turistas fazem de 12 produtos autóctones, aspeto generalizado em Espanha, embora diferenciado de acordo com o perfil do turista. O mesmo sucede no outro lado do Atlântico, em Punta Del Este (Uruguai), local menos procurado, sobretudo pelo grupo designado “Pouco interessados”, de acordo com a tipologia de turistas utilizada pelos autores, através do qual se confirma a débil atenção dada à autenticidade, à identidade local. Felizmente existem também os “Entusiastas” que justificam esta aposta turística, pela forma como a valorizam e a reconhecem como fonte de cultura e propulsora do desenvolvimento local.

Idêntico cenário encontramos ainda no Brasil, neste caso, em Joinville (Santa Catarina), município predominantemente industrial. Aí, embora confirmando-se também a importância do turismo como um dos agentes dinamizadores do município, são detetados reflexos negativos, apontados sobretudo pelas mulheres. Não obstante, através da existência de campanhas de sensibilização e de consciencialização dos residentes, como referem Elaine Scalabrini, Paula Remoaldo e Júlia Lourenço, perspetiva-se uma melhor convivência entre as atividades turísticas, as industriais e a população local, aguardando-se um desenvolvimento saudável, inclusivo.

Na terceira parte desta publicação, intitulada “Ambiente e Cidades nas Dinâmicas Espaciais”, privilegiam-se as problemáticas de carácter ambiental e as respetivas estratégias mitigadoras, quer em espaços naturais, quer em meios urbanos. Dominam, porém, as incidências em núcleos citadinos, nomeadamente os núcleos históricos que, sem a devida proteção jurídica, se degradam, facilitando uma gentrificação. Há que visualizar estes espaços de uma forma integradora, único meio de manter a sua identidade, mas em contexto pacífico e sustentável, como referem Maria Cristina Simão e Rosângela Cavallazzi, no Brasil, ou ainda Murilo Fonseca, em Vila Nova de Gaia (Portugal).

Mas, indiscutivelmente, são as experiências brasileiras que dominam na terceira parte desta publicação, como constatamos em Seropédica (Rio de Janeiro), exemplo abordado por Leandro Dias de Oliveira, através do qual percecionamos os problemas associados à implantação da “cidade sustentável”, recorrendo à instalação de unidades industriais e logísticas associadas. Por outro lado, transitando para a Amazónia, mais propriamente para os municípios de Santarém e Marabá, a situação altera-se, já que as redes de acessibilidade e os transportes, conectados a um plano de desenvolvimento inclusivo, proporcionaram um dinamismo urbano e regional sensível, como referem Jader Ferreira e Júlia Lourenço.

Todavia, dada a sua diversidade e gravidade, são os problemas ambientais que sobressaem neste capítulo, nomeadamente na cidade do Rio de Janeiro e sua área metropolitana. É o caso da poluição atmosférica. Sendo múltiplas as vertentes para a analisar, também as metodologias associadas à sua mensuração se diversificam, como sucede com as “ilhas de calor”. Neste capítulo, Andrews Lucena e Leonardo Peres abordam várias dessas metodologias e respetivos resultados, comparando-os de forma crítica, o que nos proporciona um estudo de clima urbano muito abrangente.

Sendo globais estas problemáticas, como é óbvio multiplicam-se contudo as interferências decorrentes das especificidades locais e regionais. Assim, também no espaço europeu as detetamos, mas acompanhadas por outras e por estratégias de mitigação / preservação, como as relacionadas

com a conservação da natureza e a criação de espaços protegidos. Aposta observada na sua fase inicial numa ótica individual, isolada, inscreve-se agora em redes internacionais. Acresce que, embora mais tardiamente, também outros espaços para além dos europeus, despertaram para esta problemática, como sucedeu em meios africanos, e é retratado no caso da Namíbia, num estudo apresentado por Daniel Franqueira, José António Vázquez e Ndapewa Nakanyete. Espaço inscrito no designado “Conservantes”, aí se tenta revitalizar espaços e espécies da fauna e da flora sujeitos a devastações múltiplas, mas em cujas dinâmicas os responsáveis pelo projeto colocam como agentes-chave, a população endógena. Assim se perspetiva um desenvolvimento sustentável, harmonioso.

Por seu lado, no espaço europeu também os problemas de carácter ambiental se multiplicam, bem como as estratégias de resolução, sendo diferenciadas, como se pode constatar através da Ilha de Hvar (Croácia) onde, a intervenção humana nos últimos cem anos decorrente do êxodo rural e da desagrarização, conduziu à deterioração, ou mesmo à anulação dos vinhedos e dos olivais autóctones. Contudo, a recente recuperação destes solos tem permitido travar a progressão do maquis, revitalizando estas ilhas. O exemplo apresentado por Antonio Moric-Spanic e Borna Fuerst-Bjelis, comprova estas dinâmicas.

Por fim, reportemo-nos a outro problema ambiental e, desta feita, posicionando-nos no NW da Península Ibérica: as inundações. Tendo por base Betanzos (A Coruña, Espanha), aglomerado que se desenvolveu nas margens do rio, ao longo da sua história observaram-se períodos muito críticos decorrentes de cheias fluviais, mas também de invasões sustentadas pela entrada de águas marítimas, durante as marés vivas. As estratégias mitigadoras, no entanto, vão surgindo, como especifica Alexandre Vázquez-Rodríguez, perante a valorização da perspetiva ambiental e, numa ótica holística, que conjuga os aspetos ambientais com os antrópicos. Assim se multiplicam os estudos sobre inundações e as estratégias para minimizar este problema, como constatamos em Betanzos.

Em síntese, apesar da multiplicidade de problemáticas com que diariamente nos confrontamos e da valorização da vertente economicista, quando se perspetiva a resolução dos problemas, paulatinamente também as vertentes ambiental, societária e cultural sobressaem, dilatando-se a sua aceitação pelos poderes decisórios. Para tal, porém, é indispensável a contínua aposta na formação técnica e aspirar a um real desenvolvimento, sustentável e polifacetado, para além de distintivo, através do qual se aprofunda a coesão territorial e a inclusão social. Na verdade, as potencialidades endógenas persistem, mas têm de ser visualizadas de uma forma integradora, dinâmica e inovadora, preservando o endógeno, o distintivo, num cenário holístico, revitalizante, inclusivo. Há que preservar a diversidade, as distintas culturas identitárias, mas sem travar o desenvolvimento.

Helena Pina  
Dezembro de 2017





**Parte I – Sociedade, Cultura e Educação**

## COMPARATIVE ANALYSIS OF THE GEOGRAPHY EDUCATION IN THE BALKAN COUNTRIES

**Stela DERMENDZHIEV**

Faculty of History

St. Cyril and St. Methodius University of Veliko Turnovo

**Tamara DRAGANOVA**

Faculty of History

St. Cyril and St. Methodius University of Veliko Turnovo

### Abstract

This paper intends to examine how contemporary geographical education is clearly present in the Geography programmes of the Balkan countries. A comparative analysis was conducted on the Geography guidelines of Southeast European countries, looking for answers regarding the duration of compulsory education, the name of the subject, its organisation, aims, curricular guidelines, education cycles, as well as the interdisciplinary trends in Geography teaching. There are indeed comparative patterns which make it possible to streamline and synchronise geographical education in Bulgaria with the other Balkan countries

**Keywords:** school geographic education, situational analysis, syllabuses, curriculums, situational and content analysis.

### Resumo

O presente artigo pretende dar a conhecer como a educação geográfica contemporânea está patente nos programas da disciplina de Geografia dos países balcânicos. Neste contexto, procedemos a uma análise comparativa das orientações programáticas existentes nos países do sudeste europeu procurando dar respostas relacionadas com a duração do ensino obrigatório, o nome da disciplina, a sua organização e objetivos, as orientações curriculares, os ciclos educativos, bem como a tendência da interdisciplinaridade patente no ensino da Geografia. Existem efetivamente padrões comparativos que permitem agilizar e sincronizar a educação geográfica na Bulgária com os restantes países balcânicos.

*„Geography enables students to understand their world locally to globally, make wise decisions about the planet and its resources, and become critical thinkers”*

*Joseph Kerski*

### 1. Introduction

Joseph Kerski passionately believes in the importance of geography in the curriculum in studying geography, as a reflection of future responsible and critically thinking citizens of the world. According Kerski geographical education is the heart of the space through research thinking and problem-based

learning, enabling decision-making in a changing world. Kerski determined that it was geography as a school subject in an already-crowded educational curriculum is *„It underpins, in my view, the critical-thinking skills, technology skills, citizen skills, and life skills that underpin all other disciplines. It is essential for grappling with the essential issues of our time.”* [1]

The linguistic and cultural diversity in the European Union is one of its fundamental values. It represents a serious challenge to professional competence and skills of every citizen. Strengthening the links between the educational systems in a way such as to develop the potential of young people is the basis of the cooperation process. The Part of this diversity is and geographical education.

The synthesis of the concept study can be represented as follows: the global, European and national trends in geographic education compared to the state, problems and results in this area, require research and application of the modern methodological solutions to improve the final product that is the geographical picture of the world and its culture.

For various reasons the geospatial (geographical area) of the XXI century is characterized by trends of increasing dynamic and difficult to predict development of growing crisis of social and environmental phenomena, danger of local conflicts that can escalate into regional and global crises. The formation of geographic culture and values may contribute to prevent these negative characteristics and may also form geographic culture and values. And this is an opportunity that can be used mainly by teaching geography, i. e. the tasks of geographic education change. These tasks are in a way a responsibility, aimed at building geographical culture among students and providing them with knowledge, skills and competences.

By the comparative geographical education and the study of the foreign educational experience, the specific dimensions and its links with the situational and educational events are revealed in connection with the resources of a given country or a group of countries.

The comparative analysis between the countries is an expression of mutual knowledge of the system of the school education and geographical analysis of their achievements in geographic education. It gives examples, shows solved problems, outlines trends and prospects in the development of school geographical education.

The subjected curricula in geography compulsory education are analyzed and compared as follows in the following countries: the Republic of Bulgaria, the Republic of Romania, the Republic of Greece, the Republic of Turkey, FY the Republic of Macedonia, the Republic of Serbia, the Federation of Bosnia and Herzegovina, the Republic of Croatia, the Republic of Slovenia, the Republic of Albania, the Republic of Montenegro.

The analysis answers questions related to the duration of compulsory education, the name, organization, position and objectives of the subject, classes and education cycles or periods curricula, methodological guidelines, interdisciplinary trends in the teaching of geography.



The conceptual framework of the study is built from the perspective of different geographical conceptions of relations in the system „man-society-nature”. It covers the geographical context of education for the formation of literacy, skills, attitudes and patterns of geographical behavior. An attempt was made to outline the didactic - methodological foundations of the formation of educational content in Geography.

The comparative analysis follows the study of the geography of the countries concerned. It offers grouping them according to criteria and indicators. The situation analysis is presented for the countries in alphabetical order - the Republic of Albania, the Federation of Bosnia and Herzegovina, the Republic of Bulgaria, the Republic of Greece, the Former Yugoslav Republic of Macedonia, the Republic of Romania, the Republic of Slovenia, the Republic of Serbia, the Republic of Turkey, the Republic of Croatia, the Republic of Montenegro.

## 2. Comparative Analysis In Different Countries.

### 2.1- Geography At Republic Of Albania

Education in Albania is reformed in the last ten years. Changes in the structure of curriculums and syllabus is made in the direction from the theoretical to the practical development of the educational process, including geography.

The structural model of school geographical education is 4 +3: four school years are studied in primary education (6, 7, 8 and 9 class) and three-years in high education (10, 11 and 12 class). The total number of classes for the seven-year geographical school education is 456 hours.

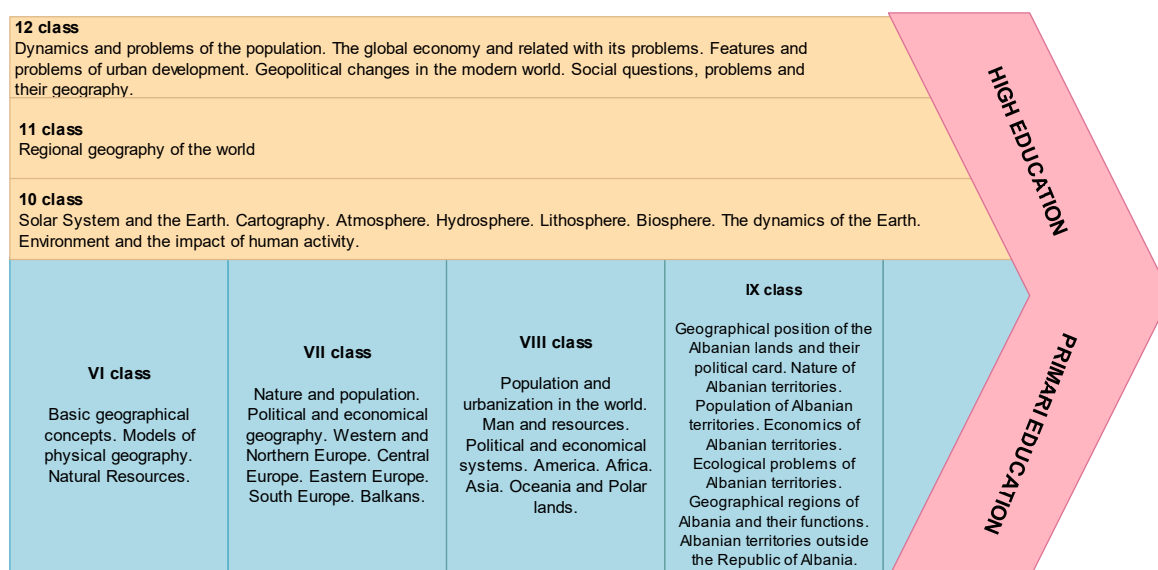


Figure 1. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Albania

## 2.2. The Federation of Bosnia and Herzegovina

The education system of the Federation of Bosnia and Herzegovina is a result and reflection of the democratic changes in 1993 and the introduction of generally accepted universal values of a democratic society, in accordance with the specifics of national, historical, cultural and religious traditions of peoples and national minorities living in the country.

**The structural model of compulsory geographical school education is 4 + 2.** In primary education, geography is taught with a total of 209 hours with a duration of 4 school years, and in high schools - 2 school years in compulsory training with a total of 140 hours. [10, 16] The total number of school classes for six years of school geographical education is 349 hours.

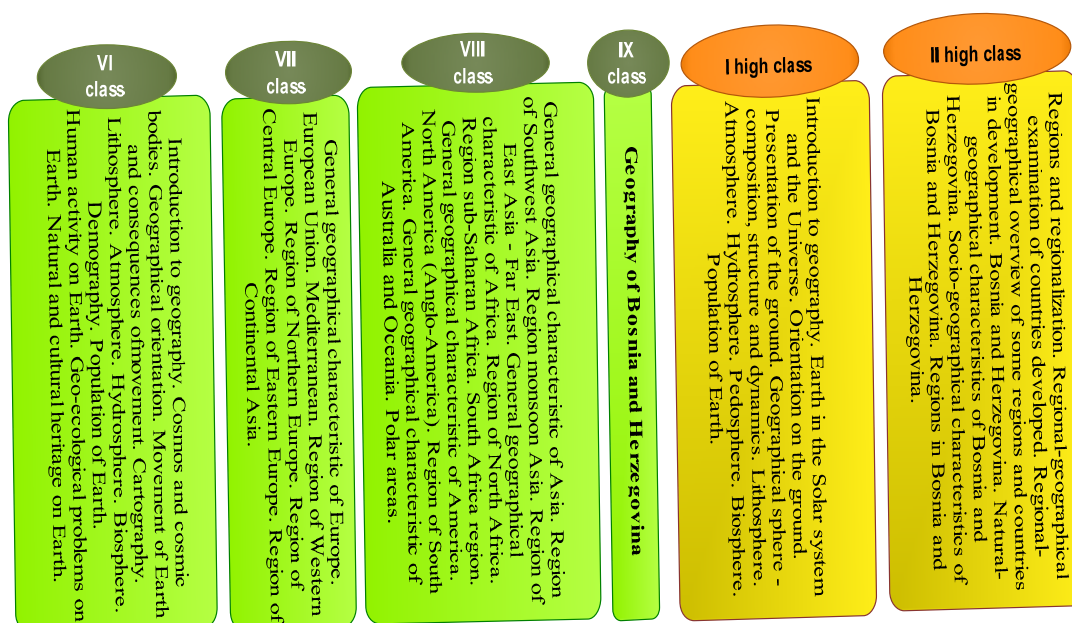


Figure 2. - Content macro-frame of school geographical education in the Federation of Bosnia and Herzegovina

## 2.3 -The Republic of Bulgaria

Bulgaria has introduced a new educational law in force from August 1, 2016 - *Law on pre-school and school education*, and new curriculums that will be enacted in the school year 2016/2017. Projects are prepared on syllabuses in *Geography and economics*. The education reform in Bulgaria was started after 1990, but to this day still has not ended.

The name of the subject is *Geography and economics*, but that is not explained in any regulatory document that name. The school subject *Geography and economics* in cultural and educational field

belongs to the *Social sciences and civic education, religion*. The school geographical education began to be studied as a separate school subject in V class.

**The structural model of compulsory geographical school education is 4 + 2.** In primary education, geography is studied in four years with a total of 207 hours with a duration of 4 school years, and in high schools - 2 school years in mandatory training with total of 126 hours. The total number for six years school geographical school education is 333 hours. The structural model of school geographical school education curriculums and syllabuses will be changed with the entry into force a new law education after August 1, 2016.

Studying *Geography and economics* in V class, as a separate school subject is preceded by a set foundations for learning school subjects *Man and nature, Man and society* in III and IV class. Both school subjects have integrative and interdisciplinary character, although they belong to different cultural and educational fields. Part of the foundations of the school subject *Geography and economics* in V class are placed by the school subjects *Homeland* in I class and *Environment* in II class. These school subjects are a prerequisite for the successful start of learning in *Geography and economics* in V class and reduce it's abstractness.

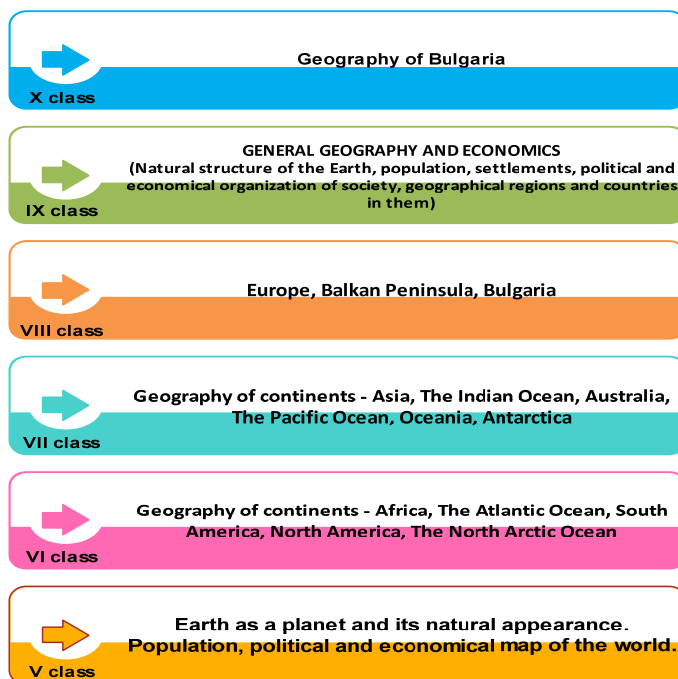


Figure 3. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Bulgaria

A traditional primary and high geographical school education completed by studying native geography in VIII and X class.

Regional geography is studied in VI, VII and VIII class of primary school education and in IX class of high school education. Regions and countries are studied on regional-territorial and typological principle and through the problem-countries approach with typical countries representatives for the region. The course in geography in IX class builds knowledge about nature, population and human activities across the countries, regions and continents, educational content with studied in VI and VII class, but a new qualitatively and different level. Studying in IX class regional geography develops ideas, regularities, knowledge and concepts from the previous geographical courses. The course is a logical end of the cognitive process of geography at school. It's built in the following from a single, specific to the general, global, planetary. Accent in the syllabus is a comparative geographical characterization using typological approach in the form of directions and rules. [47, 49, 50, 51]

Syllabuses in primary school education focus on the application of working in a small groups, team work, using interactive techniques - brainstorming, role play and others, and the use of modern educational technologies. Another important moment is updating the acquire knowledge and skills, referencing, comparison of knowledge with different degrees of generality implementation of cognitive activity with creative elements (in new situations), linking the curriculum content with his native land, with the realization of surveying activity. [47, 48, 49, 50]

In IX and X class of high school education is studied *Geography and economics* in mandatory training. On the syllabuses accent in geographic education should be application of independent work and geographical analysis of the contemporary processes and phenomena in the world, logical and critical thinking, observation, memory, speech and more. An important moment in the of geography studying should be the formation of skills for working with regional geographic literature officially accepted international and state documents; drafting, preparation and analysis of maps and statistical sources and other informational materials about nature, population, global economy.

Educational content of the syllabus in geography for primary and high school education are classified based on the model of hybrid - linear spiral.

## **2.4. The Republic of Greece**

Geography education in Greece is based on three main pillars: consistent and sufficient knowledge; formation of values, attitudes and behaviors models that make up modern democratic citizenship; acquiring skills needed by society in the 21st century - key competencies.

**The structural model of geographical school education is 2 + 2** with a total of studying geography - 192 hours.

A special place in the syllabuses in *Geography* is given to ICT for the learning process. The program directs teachers to apply the ICT in modern geographical lesson that by it's very nature requires the using of many different school textbooks of classical traditional type as a map, but modern studying

requires the use and application of ICT because it has proven in practical benefits and the positive effects of the manifestations of this sector in the learning process. The syllabus recommends using maps and images from the Internet, analyzing the satellite maps and identify the location of certain phenomena and objects. Recommended ICT, GIS, Internet applications, hypermedia applications, virtual environments, simulations, visualizations and others. [42, 45]

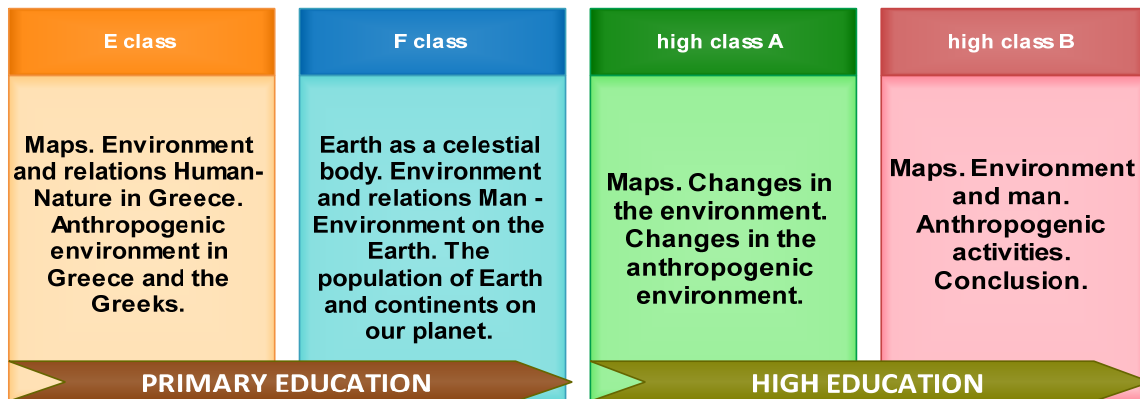


Figure 4. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Greece

## 2.5. The Former Yugoslav Republic Of Macedonia

Macedonia inherited after the 1991 federal education system. The primary school education is compulsory, free and lasts nine years. And now in the country continued educational school reform, which is aimed at the full implementation of the concept for nine-year basic education. From the academic 2015/2016, there were approved new curriculum for the primary education, according to which geography is studying in VI, VII, VIII and IX class (with a total of 288 hours). Geography began to be studied as a separate course in VI class.

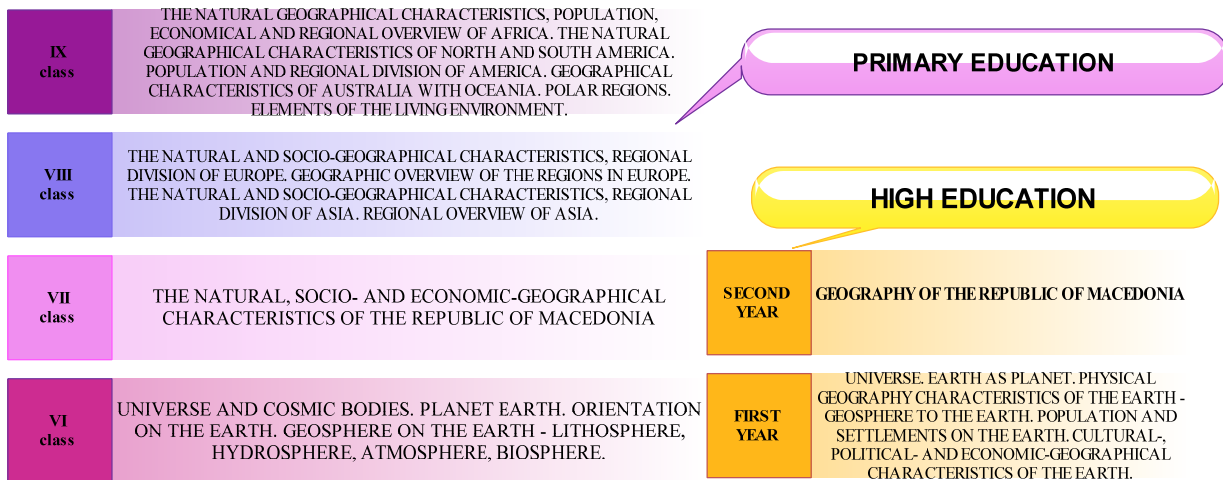


Figure 5. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Macedonia

## 2.6. The Republic of Romania

The geographical school education is characterized by specific **structural model 1 + 4 + 4**, which is covering the last year of elementary school education. The study of the school subject *Geography* in their own course in the Romanian school starts in the IV class of elementary education.

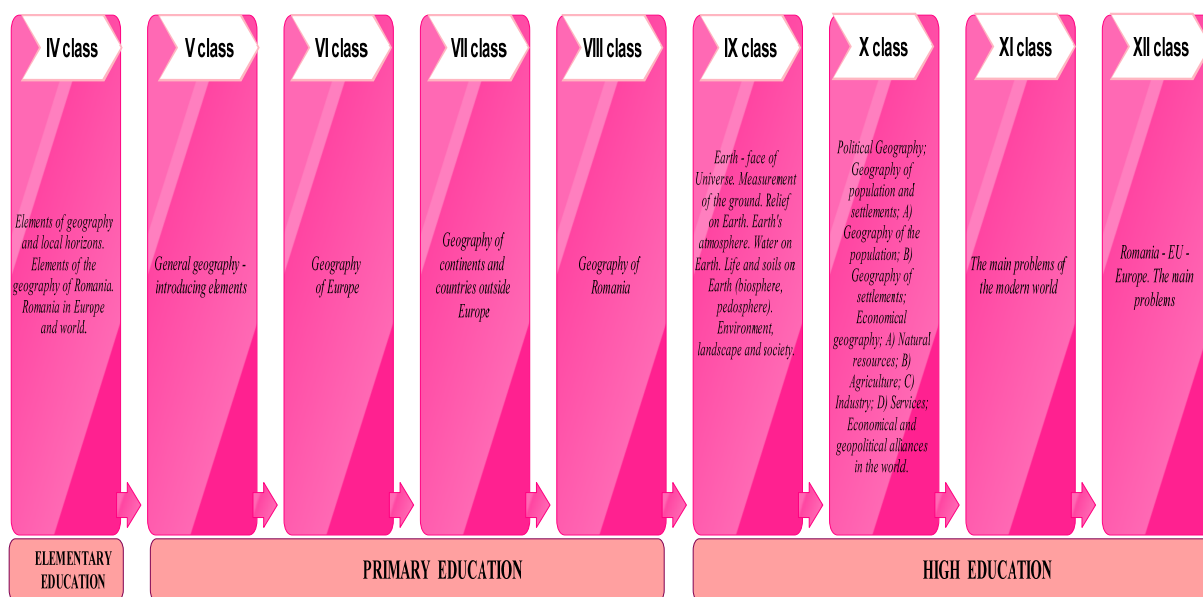


Figure 6. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Romania

## 2.7. The Republic of Slovenia

The school education in Slovenia is one of the main priorities in national policies of the country. The system of geographical school education as part of the entire education policy is characterized by democracy and good opportunities to create an educational environment that provides equal access to quality education. Changes to the syllabuses of *Geography* are from 2011 and 2013 and they are part of the educational reform in the country, evidence of the importance of education in recent years and the reflection of new European educational dimensions.

The name of the school subject on the curriculum and syllabuses is *Geography* and it's self-study is from 6<sup>th</sup> grade. **The geographical school education has structural model 4 + 3** and has a total of 431, 5 hours. In the compulsory training geography is studying from 6 to 12 class. Training in *Geography* covers two of the three educational-training courses on basic level, part of the compulsory training of students and starts from 6<sup>th</sup> grade and continues until 9<sup>th</sup> grade - generally it's studying for 4 academic years with a total of 221.5 hours.

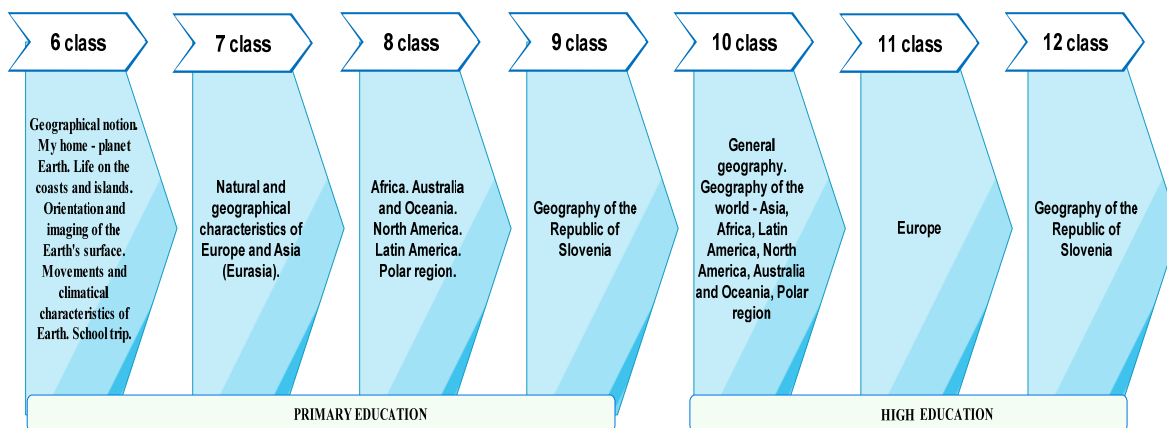


Figure 7. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Slovenia

## 2.8 - The Republic of Serbia

The educational school system of Serbia is undergoing reforms after the democratic changes after 1993 which were aimed at keeping the positive experience, educational achievements and traditions. The education school system has a herald of different elements of inherited federal education system.

The duration of primary education and upbringing in Serbia is eight years and is held in two educational cycles - *first cycle*: includes 1 to 4 class; *second cycle*: includes 5 to 8 class.

**Geographical school education has structural model 4 + 3.** The model of constructing educational content is mixed (spiral form). The total primary school geography is studied in four academic years with a total of 248 hours, while in high education in three years with 216 hours. The total of seven school years geographical education is studied of 464 hours.

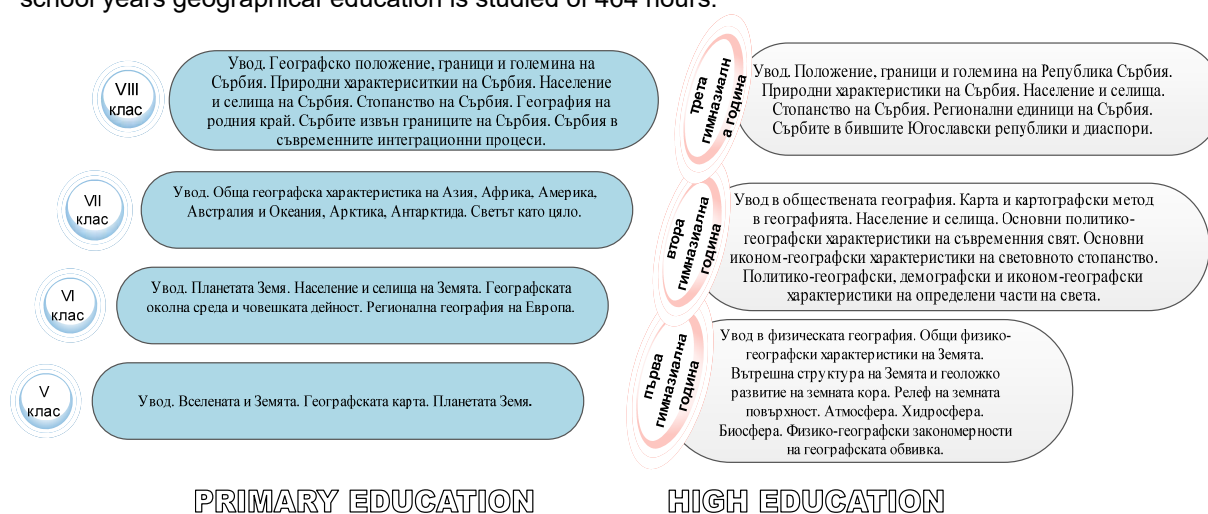


Figure 8. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Serbia

## 2.9 - The Republic Of Turkey

Education school reform in the country is by 2005. In Turkey education is one of the main priorities of the country and under his complete control. The study of the school subject *Geography* is totally in high education in 9, 10, 11 and 12 classes.

Studying *Geography* at 9 and 10 is part of the compulsory training in 11 and 12 class – elective schooling. In four classes of high education in geography can be studied as an optional subject. **The structural model of geographical school education is 0 (5/3 \*) + 2 (2).**

From 4 to 8 class including study school subject *Social research*, which is partly geographical content, which in the last three years of primary education is entirely geographically. This determines the acceptance of the structural model to be 3 + 2, whatever the school subject.

In Turkey the school subject *Geography* does not appear as a separate course in primary school. In primary school in the country studied a large number of school subjects that have a strong integrative treatment for placement on a geographical basis. Integrative school subjects in primary education in Turkey are:

- ⊙ *Life sciences: 1, 2, 3 class;*
- ⊙ *Science: 3 class;*
- ⊙ *Science and technology, Social studies; Course projects: 4 class;*
- ⊙ *Science and technology, Social studies: 5 class;*
- ⊙ *Social research - mark/materials of all units, Science and technology - problem solving, Science and technology – list with tasks: 6 class;*
- ⊙ *Social Studies, Science and technology: 7 class;*
- ⊙ *Social research – ecological questions, Science and technology - problem solving: 8 class.*

Studying *Geography* in four classes is structured in five modules, each module is studied in every class and has written topics, expected results by topics, themes and patterns of perception, description.

The modules have a certain sequence:

- ✎ *Natural systems - Module A;*
- ✎ *Anthropogenic systems - Module B;*
- ✎ *Spatial fusion - Turkey – Module C;*
- ✎ *Global environment: regions and countries - Module Ç;*
- ✎ *The environment and society - Module D.*

## 2.10 - The Republic of Croatia

Croatia has accepted *National training framework for pre-school upbringing and education and*



generally-binding and high education for transition to system competence staff and student performance, unlike the existing ones, which was oriented to the content.

The structural model of geographical school education is 4 + 4. Geography is studied in primary and in high education for four school years, with a total of 536.5 hours. [12]

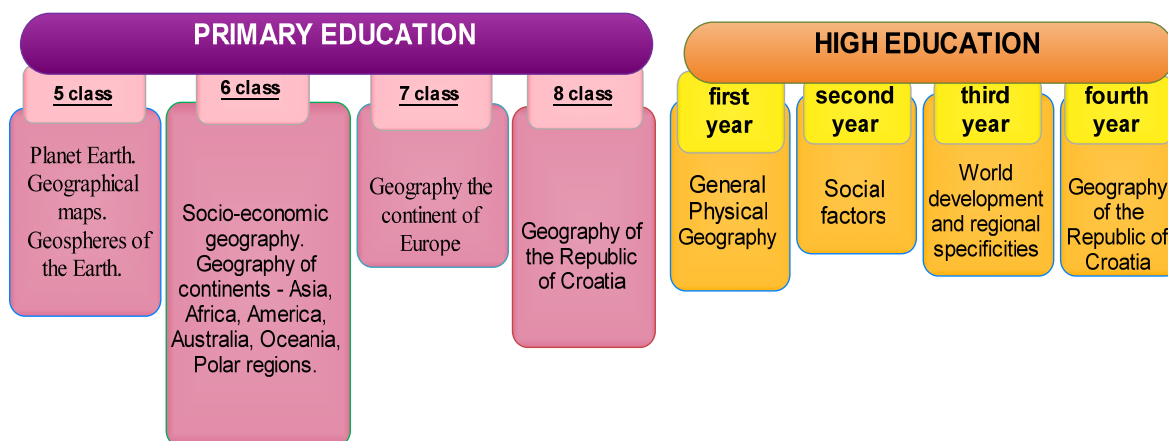


Figure 9. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Croatia

## 2.11 - The Republic of Montenegro

The structural model of geographical school education is 4 + 2 with a total 368 hours. [13, 38]

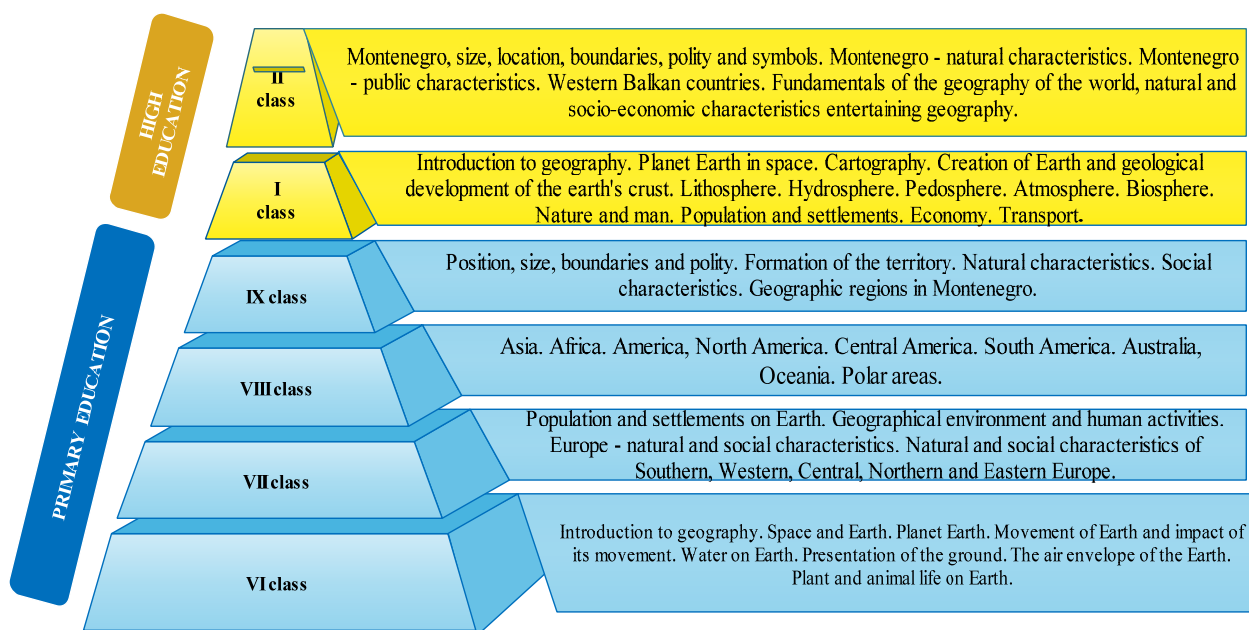


Figure 10. - Content macro-frame of school geographical education in the Republic of Montenegro

The school subject *Geography* began to study in the second cycle - VI class and throughout the third cycle - VII, VIII and IX class. Geography syllabus for nine-year primary education in Montenegro is from 2013 and focuses on integrative relationships with other school subjects. Important accents in the syllabus are placed on the importance of school geography to form a global picture; understanding of processes and phenomena in society and the environment; technological development, information revolution and globalization processes affecting people's lives in different parts of the world; avoid conflicts and preservation of cultural diversity and others. [38]

### 3. Conclusion

From the exposed situation and content-analysis of geographical school education, eleven countries can be grouped by those at the beginning of the article indicators.

**The educational reforms** after 90's of the 20<sup>th</sup> century started in Albania, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Macedonia, Romania, Slovenia, Croatia, Serbia, Montenegro.

Educational changes continue at the moment in any of these countries - Macedonia, Bulgaria, Bosnia and Herzegovina and Croatia. In Greece and Turkey (every 5 years) is observed systematic in the updating of syllabuses and educational school reform in Turkey from 2005.

**In terms of compulsory primary and high school education** countries can be grouped into two groups:

☞ countries with compulsory primary education: Albania, Bulgaria, Greece, Slovenia, Serbia, Turkey, Croatia, Montenegro;

☞ countries with compulsory primary and high education: Bosnia and Herzegovina, Macedonia, Romania.

**Self studying geography at school** began to different countries and classes of primary education. Countries can be grouped on this indicator:

☞ IV class – Romania;

☞ V class – Bulgaria, Greece, Serbia, Croatia;

☞ VI class – Albania, Bosnia and Herzegovina, Macedonia, Slovenia, Montenegro;

☞ IX class – Turkey.

Geographical school education in the countries studied is **part of the subject area of natural sciences and society sciences**. *For example:* the school subject *Geography* is to „*Social sciences*” - Bosnia and Herzegovina; „*Society and environment*” - Albania; „*Social sciences and civic education, religion*” - Bulgaria; „*Man and society*” - Romania; „*Natural sciences*” - Greece; „*Natural area*” - Croatia; „*Natural-mathematics, Language-Arts and Social-humanistic*” - Macedonia and others.

All 11 countries aimed basic **national priority** the country's education. Accent on avoiding the

accumulation of encyclopedic knowledge and mechanical memorizing evidence is particularly strong enshrined in the syllabuses of Slovenia, Serbia, Turkey, Montenegro. Teaching geography has led by the development of functional literacy - geographic, cartographic and information.

Curriculums and syllabuses were developed in the direction **from the theoretical to the practical development** of learning process in geography in countries - Albania, Bosnia and Herzegovina, Greece, Turkey, Romania, Slovenia and Montenegro.

Especially strong is the influence of geographical school education of **European education trends and integration** as well as the preservation of **traditions in geographical school education** in the countries - Albania, Bosnia and Herzegovina, Greece, Romania, Slovenia, Serbia, Montenegro.

In all countries surveyed studied **school subjects with integrative character** before studying geography alone. Some of the school subjects are taught in parallel with the study of geography - Table I.

Table I - School subjects of compulsory school preparation that put integrated foundations of the school subject Geography until it's self-study in school curriculums and countries

No	COUNTRY	CLASS	NAME OF SCHOOL SUBJECTS WITH INTEGRATED FOUNDATIONS OF GEOGRAPHY
1.	The Republic of Albania	I, II, III, V	Natural science
		I, II, V	Civil education/Citizenship
		I, II, III	Public education
2.	The Federation of Bosnia and Herzegovina	I, II, III, V	My environment
		V	Nature
		V	Society
3.	The Republic of Bulgaria	I	Homeland
		II	Environment
		III, IV	Man and society
		III, IV	Man and nature
4.	The Republic of Greece	I, II, III, IV	Environmental research
		V, VI	Social and political education*
5.	The Former Yugoslav Republic of Macedonia	I, II, III, IV, V, VI	Natural sciences
		I, II, III, IV, V	Society
6.	The Republic of Romania	III	Civil education
		III	Natural sciences
7.	The Republic of Slovenia	I, II, III	Acquaintance the environment
		IV, V	Society
		V, VI	Household*
		V, VI	Nature*
		VII, VIII	Patriotic and civil culture and ethics*
8.	The Republic of Serbia	I, II	The world around us
		I, II	Civil education - knowledge of self and others
		I, II	Health upbringing
		III, IV	Nature and society

9.	The Republic of Turkey	I, II, III	Life sciences
		III	Science
		IV	Course projects
		IV, V, VI, VII, VIII	Science and technology
		IV, V, VI, VII, VIII	Social studies
10.	The Republic of Croatia	I, II, III, IV	Nature and society
		V, VI	Nature*
11.	The Republic of Montenegro	I, II, III	Nature and society
		IV, V	Knowledge society
		IV	Nature and technology
		V	Nature
		VI	Nature*
		VI, VII	Civil upbringing*
		VII	Biology and ecology*

\*Note: The school subjects have an integrative character and learn parallel with the study of geography.

Source: all curriculums and syllabuses - Bibliography

Eleven countries can be grouped by index **name of the school subject** – Table II:

- ☞ „Geography” – Albania, Greece, Macedonia, Romania, Slovenia, Serbia, Turkey, Montenegro;
- ☞ „Geography and economics” – Bulgaria;
- ☞ „Geography/Zemleopisanie” – Bosnia and Herzegovina, Croatia.

Table II – The name of school subject on countries and syllabuses

No	COUNTRY	NAME OF SCHOOL SUBJECT (ON SYLLABUS)
1.	The Republic of Albania	Geography
2.	The Federation of Bosnia and Herzegovina	Geography/Zemleopisanie
3.	The Republic of Bulgaria	Geography and economics
4.	The Republic of Greece	Geography
5.	The Former Yugoslav Republic of Macedonia	Geography
6.	The Republic of Romania	Geography
7.	The Republic of Slovenia	Geography
8.	The Republic of Serbia	Geography
9.	The Republic of Turkey	Geography
10.	The Republic of Croatia	Geography/Zemleopisanie
11.	The Republic of Montenegro	Geography

Source: all curriculums and syllabuses - Bibliography

In syllabuses for high geographical education of Croatia since 1993 and the school subject is named *Zemleopisanie*, and syllabuses for primary education is geographically named *Geography*. Currently the country is holding educational reform. Since 2005, a decision of the *Minister of education*

and science is defined in the educational school system of Croatia to use the name *Geography*.

In Bosnia and Herzegovina in high school syllabuses the school subject is named *Geography/Zemleopisanie*. The painting of the subject is thus the result of inherited federal education system and is based on the history of the development of geographical science, etymology and the essence of the word geography (from Greek γαία - land and γράφω - grafos, write, describe) meaning description the Earth or zemleopisanie. The Croatian language also appears in syllabuses is *Zemleopisanie*.

In Bulgaria the name as a phrase - *Geography and economics* of 2009 become educational change but has no analogue in other countries and is not explained in any legal document and imposition of that name.

The conceptual framework of geographical education applies to all countries surveyed - **the active role of students** who are at the center of the school process. Also it's changed the role of teachers - to be leaders and creators of creative pedagogical situations by developing a process of co-operation between all participants in the school process.

The only one country in which it is given a place on **the entertaining geography**, in the last course of teaching geography high education is Montenegro. Instigating and continuation of the interest in geography is part of the education policy.

In terms of **structural model of geographical school education**, countries can be grouped as follows:

- **0 (5/3)+2 (2)**: structural model **4+4**: Croatia;
- structural model **4+3**: Albania, Slovenia, Serbia;
- structural model **4+2**: Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Macedonia, Montenegro;
- structural model **1+4+4**: Romania;
- structural model **2+2**: Greece;
- structural model Turkey.

The structural model of geographical school education has distinguish lineament in three countries - Romania, Greece and Turkey. In Romania the study of the school subject *Geography* in their own course in the Romanian school starts in the IV class of elementary education in force since the 2006/2007 academic year, composed of inductive to deductive development of school content, from hometown to planetary and global development. In Greece is the equal in both levels of education, as provided for his study as an elective school subject. In Turkey the study of geography with this name is only from 9 to 12 class, 9 and 10 class is part of the mandatory training, in 11 and 12 class - elective. At the primary education is not studied as a separate school subject geography. From 4 to 8 class including study school subject *Social studies*, which is partly geographical content, which in the last three years of primary education is entirely geographically. This determines the acceptance of the structural model is a 3 + 2,

whatever the name of the school subject.

Countries can be grouped by index - **the year of introduction of syllabuses:**

- ⊙ countries with syllabuses from 2006 to 2010: Bulgaria, Albania, Romania, Serbia, Croatia (for the primary geographical education in Croatia);
- ⊙ countries with syllabuses from 2011 until today: Bosnia and Herzegovina, Slovenia, Greece, Turkey, Macedonia (without high education - Macedonia), Montenegro.

In Croatia, syllabuses for high school geography are since 1994, and those for high education in Macedonia are from 2001.

**The principle of patriotic** strongly present in the syllabuses of Albania, Bosnia and Herzegovina, Greece, Croatia, Romania, Slovenia, Turkey, Macedonia, Serbia and Montenegro. The geographical school education contributes to the formation and development of national identity, the recognition of cultures, interdependence, peaceful coexistence and tolerance especially in the syllabuses of Albania, Bosnia and Herzegovina, Greece, Romania, Turkey and Croatia. Permanent task of teaching geography is the love of nature and natural phenomena; desire for the preservation and protection of natural and cultural heritage; ecological awareness and conservation of flora and fauna; sense of beauty, love of country with a strong presence in the syllabuses of Bosnia and Herzegovina, Greece, Macedonia, Romania, Slovenia, Turkey.

Regional native principle studies generally present in the syllabuses of Serbia, Croatia, Montenegro and Bulgaria.

In terms of organizing **excursion into nature, field observations and field work, accompanied by carrying out practical activities**, organizing visits to different production centres, farms, etc., but consistent with the objectives of the program features educational programs of Albania, Bosnia and Herzegovina, Slovenia, Turkey, Croatia and Montenegro.

In syllabuses geography has a big number of topics in teaching units for **practical work (exercises)** in Bosnia and Herzegovina, Slovenia. Lessons openly recommend in the syllabuses of Greece, Macedonia, Romania and Serbia.

In the syllabuses of Albania, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Greece, Slovenia, Serbia, Croatia and Montenegro are presented interdisciplinary connections.

In terms of **the recommended literature to students and teachers** are differ - Greece, Montenegro, Macedonia. In syllabus geography of Greece contains a large number of links to official sites. In the syllabus of *Geography* in Macedonia is defined literature for teacher and students, but without specifying the particulars of the author, title, publisher. In the syllabuses in *Geography* in Montenegro an extensive list of recommended literature for students (12 editions) and for teachers (37 editions), which contains - name, author, publisher, location, year of issue, every teacher has the freedom to supplement this list. The list has been cited scientific literature, science-popular literature, textbooks, atlases,

methodical literature.

A serious drawback is recommending the use of the **Internet** for scientific research, to make educational projects without formal recommendation sites, which defines the use of geographic information from unconfirmed different resources of information, including not official - Albania, Bosnia and Herzegovina, Slovenia and others.

In terms of **studied the native geography** in primary and high education research countries are divided into the following groups:

- ✎ traditionally studying native geography in the last class of primary education: Albania, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Romania, Serbia, Croatia;
- ✎ traditionally studying native geography in the last class of high education: Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Macedonia, Romania, Serbia, Croatia;
- ✎ specific structure and content of studying native geography: Turkey, Greece, Macedonia, Albania.

The last group of countries are differ Greece and Turkey, because the study is modular with yearly recurrence during each school year. High education in Turkey include the study of native geography in recurrent *Module C – „Spatial Fusion – Turkey”* and during the four years of high education. In Greece there are radically different conceptual framework with recurrent units where there is no element of completion of the individual degree of geographical school educated by studying native geography.

Primary education in Macedonia does not end with studying the native geography and is placed in the second year of study of the school subject (VII class), as an independent, immediately after laying the foundations of a common course in geography in VI class.

Geographical high school education does not end with studying the native geography and in Albania. Studying the home country is at a new regional concept, which for the first time focuses on all the lands inhabited by Albanian population - Kosovo, Macedonia, Montenegro, Serbia and Greece. Accent in content is the search for historical reasons for this defragmentation.

This historical inherity and the reasons for **the large diasporas outside of the country** is the focus of the syllabuses of Serbia. Traditionally primary and high education is completed with the study of native geography - VIII class and third year high education, but raises the issue of Serbs in the Former Yugoslav republics and diasporas, continuing development of the principle of patriotism.

Educational content in the syllabuses of geography have spiral-concentric and linear structure. The application of **the mixed model for constructing** the themes of geography is well established in international and European practice – Albania, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Greece, Macedonia, Romania, Slovenia, Serbia, Turkey, Croatia and Montenegro.

Geography syllabuses are aimed at implementing **interactive methods** of teaching, as well as problem and research method, brainstorming, discussion, etc .; the use of geographical maps, atlases,

globes, charts, graphs, etc .; to further develop the practical skills; the use of literature with geographic content and application of geographical knowledge, skills and competences to solve problems and formation a critical attitude; project work and research tasks; implementation of individual and group work; implementation of role-playing and problem solving - Albania, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Greece, Romania, Slovenia, Serbia, Turkey, Montenegro, Macedonia, Croatia. Educational syllabuses are aimed at activating the practical and individual work, identifying and classifying, analyzing and interpreting the relations and interactions between nature, people and the economy - Albania, Bosnia and Herzegovina, Greece, Romania, Slovenia, Montenegro.

Exclusively focuses on the implementation of **the project training** in Turkey, Slovenia, Montenegro and Macedonia, and to solve research tasks - Macedonia, Romania, Slovenia, Greece and others. Mental maps are recommended in teaching geography in Greece, Turkey and Croatia.

The study of **regional geography** based on regional-typological and problem-countries principle, focused on the complex study of the region and country in particular to the algorithm but displaying the specifics differ - Albania, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Romania, Serbia, Turkey. In many syllabuses recommended viewing country or countries typical representatives for the region - Bosnia and Herzegovina, Croatia. The choice of country or group of countries is the choice of the teacher, depending on the interests of it's students and in some training programs will set out such a study or units - Turkey, Greece, Romania, Bulgaria.

In some syllabuses are recommended **the use of ICT** - Albania, Greece, Slovenia, Turkey, Montenegro and others. Threat to geographical school education is the use of unconfirmed information from the Internet.

In the syllabuses of *Geography* of Turkey is exclusively contain numerous examples of **test and practical tasks**.

Knowing the education systems and the development of modern geographical education in the selected countries on the threshold of the new reform in Bulgarian education, will open doors to get to know educational phenomena and their issues, trends and perspectives on the basis of comparison.

Some of the challenges facing the Bulgarian educational system are aimed at the strategic application of new technologies and innovative methods and teaching techniques in the classroom and at the utilization of the knowledge, skills and attitudes for practical use. This requires all of the education system to be guided by the principle of lifelong learning and the use of ICT in the teaching process.

Realization of responsible and active individuals through the formation of geographical knowledge, skills and competencies in students by teachers is the pillar of development. It defines the importance of the Bulgarian geographical education for the education and development of the young people. This requires each teacher to differentiate and define goals and objectives, methods and forms of training to assess and diagnose learning outcomes precisely in studying the geography of the countries as an



educational platform for prosperity of learners and their successful implementation.

The existing conditions of geographical education in the Balkan countries and the development of the methodology of teaching geography provides streamline and synchronizing the system of geographical education in Bulgaria. The realized situational analysis by countries for geographical school education is an opportunity for exchange and comparison of ideas and decisions making; contributes to a clear common goal of geographical school education and understanding of the factors for success; systematization and priority application of factors led to success, and analyze these questions that led to failure in the past. This would mean that all involved in the process of learning and teaching of geography can use the opportunity of the resources of comparative geographical education to influence the above trends.

#### 4. Bibliography

Kerski, Joseph. (2011). Why Geography Education Matters. [online]. Disponível em <http://www.esri.com>. [Accessed in 30 may 2016].

Natsionalna uchebna ramka za preduchilishnoto vazpitanie i obrazovanie I obshtozadalzhitelnoto i sredno obrazovanie, the Republic of Croatia - [http://mzos.hr/datoteke/Nacionalni\\_okvirni\\_kurikulum.pdf](http://mzos.hr/datoteke/Nacionalni_okvirni_kurikulum.pdf). [Accessed in 30 may 2016].

Obrazovatelni standarti za kraya na zadalzhitelnoto obrazovanie, 2009, Belgrad, the Republic of Serbia - <http://www.ceo.edu.rs>. [Accessed in 30 may 2016].

Osnoven ucheben plan za gimnaziya, the Federation of Bosnia and Herzegovina - <http://mon.ks.gov.ba>. [Accessed in 30 may 2016].

Pravilnik za obshtite standarti za postizhenie v kraya za obshtoto sredno obrazovanie i sredno profesionalno obrazovanie po oblasti na obshtoobrazovatelnite predmeti, the Republic of Serbia - <http://www.mpn.gov.rs>. [Accessed in 30 may 2016].

Ucheben plan za gimnazii, the Republic of Croatia - [http://dokumenti.ncvvo.hr/Nastavni\\_plan/gimnazije/obvezni/nastavni-program.pdf](http://dokumenti.ncvvo.hr/Nastavni_plan/gimnazije/obvezni/nastavni-program.pdf). [Accessed in 30 may 2016].

Ucheben plan za obshtoto sredno obrazovanie, the Republic of Montenegro - <http://www.arsimi.gov.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Ucheben plan i programa za gimnaziya po Geografiya/Zemleopisanie, Kanton Saraevo. (2016). [online]. Disponível em <http://mon.ks.gov.ba>. [Accessed on 30 may 2016].

Ucheben plan i programa za osnovno uchilishte po Geografiya/Zemleopisanie, Kanton Saraevo, (2016). [online]. Disponível em <http://mon.ks.gov.ba>. [Accessed in 30 may 2016].

Ucheben plan na devetgodishnoto osnovno uchilishte, the Federation of Bosnia and Herzegovina (2016). [online]. Disponível in <http://mon.ks.gov.ba>. [Accessed on 30 may 2016].

Uchebna programa po Geografiya – 1, 2 i 3 gimnazialen klas, the Republic of Serbia - <http://zuov.gov.rs>. [Accessed on 30 may 2016].

Uchebna programa po Geografiya – 5 klas, the Republic of Serbia - <http://zuov.gov.rs>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya – 6 klas, the Republic of Serbia - <http://zuov.gov.rs>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya – 7 klas, the Republic of Serbia - <http://zuov.gov.rs>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya – 8 klas, the Republic of Serbia - <http://zuov.gov.rs>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya – IX klas, the Republic of Romania - <http://oldsite.edu.ro>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya – X klas, the Republic of Romania - <http://oldsite.edu.ro>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya – XI klas, the Republic of Romania - <http://oldsite.edu.ro>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya – XII klas, the Republic of Romania - <http://oldsite.edu.ro>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 10 klas, the Republic of Albania - <http://izha.edu.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 11 klas, the Republic of Albania - <http://izha.edu.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 12 klas, the Republic of Albania - <http://izha.edu.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 6 klas, the Republic of Albania - <http://izha.edu.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 7 klas, the Republic of Albania - <http://izha.edu.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 8 klas, the Republic of Albania - <http://izha.edu.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 9 klas, the Republic of Albania - <http://izha.edu.al>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za 9, 10, 11 i 12 klas, the Republic of Turkey - <http://meb.gov.tr/>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za IV klas, the Republic of Romania - <http://oldsite.edu.ro>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za IX klas. (2009). Devetgodishno osnovno obrazovanie, the Republic of Macedonia - <http://bro.gov.mk>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za V - VIII klas, the Republic of Romania - <http://oldsite.edu.ro>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za VI klas, (2015). Devetgodishno osnovno obrazovanie, the Republic of Macedonia - <http://bro.gov.mk>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za VI, VII, VIII, IX klas za osnovnoto uchilishte, the Republic of Montenegro - <http://www.zzs.gov.me>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za VII klas, (2015). Devetgodishno osnovno obrazovanie, the Republic of Macedonia - <http://bro.gov.mk>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za VIII klas, (2008). Devetgodishno osnovno obrazovanie, the Republic of Macedonia - <http://bro.gov.mk>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za gimnazii, I i II klas, the Republic of Montenegro - <http://www.zzs.gov.me>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za gimnazii, the Republic of Greece - <http://digitalschool.minedu.gov.gr>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za gimnazii, the Republic of Slovenia - <http://www.mizs.gov.si>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za gimnazii, the Republic of Croatia - <https://mzo.hr/>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za osnovno obrazovanie, the Republic of Greece - <http://digitalschool.minedu.gov.gr>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya za osnovnoto uchilishte, the Republic of Croatia - <https://mzo.hr/>. [Accessed on 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya i ikonomika za IX klas, the Republic of Bulgaria - <https://minedu.government.bg>. [Accessed in 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya i ikonomika za V klas, the Republic of Bulgaria - <https://minedu.government.bg>. [Accessed in 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya i ikonomika za VI klas, the Republic of Bulgaria - <https://minedu.government.bg>. [Accessed in 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya i ikonomika za VII klas, the Republic of Bulgaria - <https://minedu.government.bg>. [Accessed in 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya i ikonomika za VIII klas, the Republic of Bulgaria - <https://minedu.government.bg>. [Accessed in 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya i ikonomika za X klas, the Republic of Bulgaria - <https://minedu.government.bg>. [Accessed in 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya, zadolzhitelna programa i sadarzhanie za I godina na gimnaziyata, (2001). The Republic of Macedonia - <http://bro.gov.mk/docs/gimnazisko/zadolzhitelnipredmeti/Geografija%20-%20I.pdf>. [Accessed in 30 may 2016].

Uчебna programa po Geografiya, zadolzhitelna programa i sadarzhanie za II godina na gimnaziyata, (2002). The Republic of Macedonia - <http://bro.gov.mk/docs/gimnazisko/zadolzhitelnipredmeti/Geografija%20-%20II%20god2.pdf>. [Accessed in 30 may 2016].

Zakon za gimnazii, the Republic of Montenegro - <http://www.mps.gov.me>. [Accessed in 30 may 2016].

Zakon za gimnaziite, the Republic of Slovenia - <http://pisrs.si/Pis.web/pregledPredpisa?id=ZAKO450>. [Accessed in 30 may 2016].

Zakon za osnovno obrazovanie i vazpitanie, the Republic of Montenegro - <http://www.mps.gov.me/biblioteka/zakoni>. [Accessed in 30 may 2016].

Zakon za osnovnoto uchilishte, the Republic of Slovenia - <http://pisrs.si/Pis.web>. [Accessed in 30 may 2016].

Zakon za sistemata na preduniversitetskoto obrazovanie, the Republic of Albania - <https://arsimi.gov.al>. [Accessed in 30 may 2016].

Zakon za sredno obrazovanie, the Federation of Bosnia and Herzegovina. [online]. Disponível em <http://mon.ks.gov.ba/>. [Accessed in 30 may 2016].

## **O PERFIL DO ALUNO PARA O SÉCULO XXI. A “NOVA” FLEXIBILIDADE CURRICULAR E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA**

**Felisbela MARTINS**

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, FLUP  
felisbela.martins@gmail.com

### **Resumo**

Com este texto pretendemos dar conhecimento sobre o conceito de currículo, uma breve evolução do conceito e concepções de currículo. Pretendemos fazer emergir como essas concepções têm vindo a ser interpretadas em Portugal ao nível do(s) discurso(s) político(s) e como estes tem sido objeto de constantes mudanças.

Acompanhando estes movimentos, as Orientações Curriculares de Geografia têm também vindo a sofrer alterações, o que nem sempre tem favorecido a educação geográfica. Questionamos então, o que muda na prática no ensino desta disciplina escolar, enquanto os discursos se alteram efetivamente num espaço tão curto de tempo e pelas concepções de currículo que elas encerram.

**Palavras chave:** Currículo, Concepções de currículo, Orientações Curriculares de Geografia

### **Abstract**

The aim of this text is to talk about the different concepts of curriculum and their evolution. We aim to show how these concepts have been interpreted in Portuguese political speech and regularly changed.

As a result of these evolving tendencies, the Curricular Guidelines for Geography have also changed, which hasn't always been beneficial to the teaching practices of the subject. We therefore question what actually changes in the teaching practice of this subject due to the fast-changing political discourse and the concept of curriculum that informs it.

**Keywords:** Curriculum, Curriculum conceptions, Geography Curriculum Guidelines.

## **1. Introdução**

Durante os últimos 30 anos assistimos em Portugal a discursos políticos sobre diferentes concepções de currículo. Sendo um conceito demasiado amplo e polissémico, não é fácil chegar a uma definição una, já que se trata de um conceito que tem evoluído historicamente de acordo com as realidades sociais e neste sentido deve ser compreendido no contexto social em que está inserido.

Acompanhando as sucessivas e constantes mudanças nos discursos políticos sobre como deve ser entendido o currículo em Portugal, autores e professores de Geografia foram configurando Orientações Curriculares e Programas, ora considerando o currículo como um plano estruturado, previamente planificado a partir de fins, finalidades, objetivos e avaliação do produto, ora como um conjunto de experiências educativas e o desenvolvimento de competências específicas da disciplina, a serem experienciadas pelos alunos de acordo com as suas vivências.

No texto que aqui desenvolvemos pretendemos, para além desta introdução, nos pontos dois, três e quatro, dar conhecimento sobre as concepções de currículo e sua evolução, pese embora a sua curta história, e traçar a evolução das concepções de currículo em Portugal, nas três últimas décadas. Nos pontos que se lhe seguem, no cinco, pretendemos apresentar como os autores das Orientações Curriculares de Geografia as configuraram de modo a estar interligados com as concepções de Currículo Nacional, para finalmente apresentarmos as nossas considerações finais, onde se salienta o papel dos professores face a tão rápidas mudanças sem que, ao menos, haja espaço e tempo para uma avaliação do processo a ser levado a cabo

## 2. O conceito de Currículo

Nos nossos dias o termo currículo é um conceito generalizado, usado e utilizado por professores, políticos, pais e encarregados de educação e tem-se disseminado pela sociedade em geral. Porém, ao estar presente em muitos textos e discursos, é ainda um conceito que apresenta dificuldade de uma definição precisa. O termo currículo, etimologicamente tem origem na palavra latina *currere*, que significa correr e refere-se a um percurso a ser realizado.

No campo científico, o conceito de currículo tem uma curta história, daí a sua imprecisão, polissemia e ambiguidade conceptual (Gimeno Sacristán e Perez Gomes, 1989; Huebner, 1989; Pacheco, 1996; Leite, 2002). Zabalza (2003:15), ao consultar a Enciclopédia Internacional de Educação, encontrou mais de 300 entradas pelo que advoga que se “trata de um espaço em expansão continua” ao qual se junta “a pouca precisão de conceitos e sua heterogeneidade” (*ibidem*). Segundo Kemmis (1988:28), “as definições concretas estão elaboradas de maneira a refletirem os usos em voga e incorporam as ideias dos debates contemporâneos”. Pacheco advoga (1996:18) que “insistir numa definição abrangente de currículo poder-se-á tornar extemporâneo e negativo dado que, apesar da recente emergência do currículo como campo de estudos e como conhecimento especializado, ainda não existe um acordo generalizado sobre o que verdadeiramente significa”.

No campo pedagógico, o termo passou por concepções diferentes ao longo da História da Educação. De facto, muitos foram os especialistas neste campo<sup>1</sup> que se tem debruçado sobre o conceito, mas face à ambiguidade e variabilidade conceptual do termo, o currículo ora tem sido apontado como “um plano previamente planificado a partir de fins e finalidades” (Pacheco, 1996:16), ora “como um processo decorrente da aplicação do referido plano” (*ibidem*).

No primeiro caso, estamos perante uma concepção de currículo que corresponde a um plano de estudos, ou a um programa, planificado e a ser posteriormente posto em prática de modo a cumprir as intenções previamente identificadas. É uma concepção de currículo tradicional, centrada em conteúdos e

---

<sup>1</sup> Pacheco (1996:16-17) enumera alguns como “Tyler, Good, Beth, Phenix, Taba, Johnson, D’Hainaut (Connelly e Lanz, 1991); Jackson, 1992; Toobs e Tierney, 1993 (...), Shwab, Smith *et al*, Foshay, Rugg, Caswell, Stenhouse, Gimeno, Zabalza, Kemmis, etc)”.

objetivos a serem atingidos. A sua abordagem baseia-se, fundamentalmente, na estrutura do conhecimento que deve ser transmitido às novas gerações, através das disciplinas ditas clássicas e por professores detentores do saber, aos quais cabe planear e controlar o processo de obtenção desse conhecimento pelos alunos. No dizer de Pacheco (2005a:33), "o currículo representa algo muito planificado e que depois será implementado na base do cumprimento das intenções previstas, constituindo os objetivos, que expressam antecipação de resultados, e os conteúdos a ensinar os aspetos fundamentais para a sua definição". Em suma, o currículo é concebido como um corpo organizado de conhecimentos que se transmitem sistematicamente na escola.

No segundo caso, estamos perante uma concepção de currículo que aponta, ora para um conjunto de experiências educativas a serem vividas pelos alunos dentro do contexto escolar, mas também apresenta uma vertente flexível em função das situações e condições da aplicação. O currículo deixa de ser encarado "como um plano, totalmente previsto ou prescritivo, mas como um modo organizado em função de propósitos educativos e de saberes, atitudes, valores, crenças que os intervenientes trazem consigo e realizem no contexto dos processos de aprendizagem formais e/ou informais" (Pacheco, 2005a: 35).

Enquanto o primeiro caso, e segundo Pacheco (1996:16)<sup>2</sup>, "está patente na tradição latino-europeia", o segundo "é uma perspetiva curricular anglo-saxónica" (*ibidem*), em que o currículo se entende não como universalmente prescrito, mas decorrente do contexto em que é vivido e dos saberes, crenças e valores por quem é vivido. Ou seja, o conceito de currículo evolui para uma visão entendida como conjunto de experiências vivenciadas pelos jovens, sob orientação de escola que, também agora, toma decisões em parceria com as estruturas políticas.

Em síntese, estamos perante um espaço demasiado amplo entre concepções, podendo daí advir quer a dificuldade de uma definição una para o conceito, quer o surgimento das diferentes aceções que lhe são atribuídas.

Sendo um conceito multifacetado, ele tem evoluído historicamente de acordo com as realidades sociais distintas e, portanto, deve ser compreendido no contexto social em que está inserido.

### **3 – Currículo: conceito em evolução**

Se bem que o termo currículo tenha sido registado em países de língua inglesa, na Universidade de Glasgow em 1663<sup>3</sup> e tinha sido objeto de uso, Silva sublinha (2000:10) que "o currículo aparece pela primeira vez como objeto específico de estudo, nos anos 20, nos Estados Unidos" e, segundo Freitas

---

<sup>2</sup> Segundo Pacheco(2005:33), falar de currículo ou falar de programa representa uma mesma realidade, aparecendo sobretudo na tradição francófona, como sinónimos.

<sup>3</sup> O Oxford English Dictionary situa a fonte mais antiga de "currículum" em 1663 e Kemmis (1988:32), expressa que a "palavra currículo" como termo técnico em educação, faz parte de um processo específico de educação da Universidade de Glasgow, alargando-se a partir do seu uso escocês e da transformação do ensino da Escócia".

(2000:40), “praticamente todos os historiadores do currículo estão de acordo ao atribuir a Franklin Bobbitt a primazia a ser o seu primeiro teórico, devido à publicação do livro “The Curriculum” em 1918. O conceito terá surgido pelo nascimento da educação de massas, mas também com o crescente processo de industrialização, acompanhado pelos movimentos migratórios que então ocorriam nos Estados Unidos. Influenciado por Frederick Taylor, Bobbitt defendia que na Escola fossem estabelecidos métodos conducentes à obtenção de resultados de forma precisa e ainda a certificação de que eles fossem atingidos através de formas de mensuração. Cabia ao Estado e à Educação estabelecer os seus objetivos que, na perspectiva de Silva (2000:19), deveriam basear-se num exame daquelas habilidades profissionais da vida adulta. Emergia aquilo que Leite (2002:56) designa por “O currículo como estrutura organizada de conhecimentos/Teoria do Racionalismo Académico Tradicional” e associa o currículo apenas ao conjunto de saberes académicos transmitidos pela Escola, circunscrevendo-o (...) ao conjunto de matérias a ensinar e à estrutura organizativa dessa transmissão (*Ibidem*).

A orientação curricular de Bobbitt tem seguidores nos anos subsequentes, mas todos “os atores principais de ação escolar são professores, e não os alunos”. O currículo “é concebido como um plano organizado em torno das disciplinas e conteúdos clássicos e de atividades de ensino que privilegiam a repetição, a memorização e a aquisição de uma racionalidade considerada como única lógica” Leite (2002:57). Aos professores, nesta orientação curricular, cabe o papel de serem o veículo transmissor do conhecimento e saber acumulado, de modo a ser absorvido e depois reproduzido o mais fielmente possível pelos seus alunos, usando técnicas expositivas apoiadas em livros de texto que reproduzem o currículo. Aos alunos, cabe-lhes o papel de guardarem a informação e o conhecimento transmitido, sem estabelecerem uma relação com o mundo que os rodeia.

Nos finais dos anos 40 do século passado surge a obra de Tyler, denominada “Basic Principles of Curriculum and Instruction” considerado por Leite (2002:58), “como um marco histórico na construção de um quadro teórico no domínio curricular” e, segundo Fernandes (2007:134), o “grande marco de especialização curricular a partir do qual se evidencia a necessidade de mais teorizações sobre o currículo”. Segundo Kemmis (1988:55), Tyler defendia que o currículo “trata de explicitar um método racional para contemplar, analisar e interpretar o currículo e o programa de ensino de uma instituição educativa (...) uma forma de considerar um programa de ensino como instrumento de educação efetivo”. O método racional aqui desenvolvido começa por assinalar quatro questões fundamentais que devem ser respondidas para o desenvolvimento de qualquer currículo ou plano de estudo. Tyler propunha uma clara definição de objetivos, formulando-os em termos de conteúdos e aspetos comportamentais e sobre a seleção de experiências e sua organização, mas também princípios gerais e métodos de organização, defendendo a necessidade de se realizar uma avaliação das experiências das aprendizagens.

Estamos perante uma concepção “de currículo nitidamente técnica: seleção de conteúdos, sua organização e sequência de acordo com princípios psicológicos, e a determinação e avaliação dos métodos adequados de transmissão (experiências de aprendizagem) utilizando a tecnologia de



especificação condicional de objectivos e a medida de atingir, primordialmente, perante testes" (Kemmis, 1988:59). O método racional de Tyler em relação ao currículo situa-se definitivamente no campo tecnológico (*ibidem*:62) ou, como sublinha, a ênfase dos conteúdos pela fase nas habilidades e destrezas a adquirir e a desenvolver pelos estudantes, ou seja, deu lugar a uma orientação curricular tecnicista fortemente influenciada pelas correntes psicológicas comportamentalistas". Esta corrente teórica tem subjacente uma concepção de currículo que se associa, nas palavras de Fernandes (2007:136), "a uma matriz disciplinar configuradora dos saberes científicos considerados válidos para serem ensinados nas escolas e que era traduzida num documento escrito – o plano – que minuciosamente enunciava as intenções do ensino e dos assuntos a ensinar, bem como os meios mais eficazes para os atingir".

Pensa-se então que o currículo é como um documento estruturado segundo objetivos de aprendizagem e que se expressam através de níveis de comportamentos.

Nesta perspetiva, falar de currículo implica considera-lo em função de um conjunto de aprendizagens finais dos alunos avaliadas em função dos objetivos previamente definidos pela escola em função de um plano externamente estabelecido. Aos professores cabe-lhes ser eficientes e ter rigor na transmissão dos conhecimentos e agir para que os objetivos sejam atingidos. Cabe-lhes ser profissionais técnicos, ser eficientes e rigorosos, mediante a procura de resolução de problemas. O centro de ação dos professores é o programa e o seu trabalho é concebido e orientado para pôr em prática os objetivos comportamentais definidos.

Esta visão técnica do currículo "continua ainda hoje, a nível mundial, a orientar muitos processos de reforma e ou inovação curriculares de sistemas educativos, ainda que desde então, se tenham vindo a experimentar tipos alternativos de organização do currículo, assentes em princípios de territorialização da educação e na atribuição de maior protagonismo às escolas e aos outros atores" (Fernandes, 2007:141).

Nos anos 60 do século passado, surgem vozes que estão contra esta orientação curricular. José Schwab (1989) defendia que os problemas do currículo não passavam pela teoria, mas sim pela prática, defendendo a adoção de uma linha de ação curricular fortemente comprometida com as situações reais. "Esta valorização da prática implica, pois aceitar que o currículo é constituído não apenas pelo plano prescritivo da ação, mas também pelas situações reais, vividas no decurso dessa ação" (Leite, 2002:64). E, nesta perspectiva da construção teórica do currículo baseada na prática, supõe "um mundo em que os professores devem participar ativamente na tomada de decisões educativas e aceitar a responsabilidade derivada de fazê-lo" (Kemmis, 1988:71). Nesta perspetiva, atribui-se aos professores o papel de atores fundamentais, conhecedores de valores, teorias e práticas educativas, pessoas ativas e responsáveis com a capacidade de atuar e tomar decisões. A Escola é encarada como "aquela que tem como projeto a educação e a cidadania, para a formação integral da pessoa humana e para a formação permanente" (Leite, 2002: 64). E o currículo é "uma concepção que não [se] limita aos dados materializáveis nos instrumentos que expressam os conteúdos e os propósitos de ensino, as condições organizativas e metodológicas, os recursos e os materiais de formação, os momentos e os processos de avaliação dessa

formação” (*ibidem*). Neste contexto, o currículo deve ser encarado como uma ação resultante da relação dialética entre os especialistas curriculares e os professores e como um processo interativo e não como um produto, mas uma prática em permanente ação e evolução (Stenhouse, 1987).

#### **4 – O Conceito de Currículo em Portugal**

Até aos finais do século passado, e no que a Portugal diz respeito, o currículo era concebido como um conjunto de programas nacionais universais. Segundo Martins (2011: 64), que cita Freitas “a linha de orientação seguida ia muito ao encontro das perspetivas behavioristas, com incidência nos objetivos comportamentais. Pode dizer-se que o desenvolvimento curricular em Portugal adoptou a *Racionale Tyleriana*, adaptando-a ao currículo por disciplinas que sempre vigoraram entre nós” e as escolas eram consideradas instituições que se limitavam a fazer cumprir esse currículo junto de todos os jovens portugueses, através da atuação dos professores dentro das salas de aula. Associado a uma matriz disciplinar assente nos saberes científicos, os únicos a serem ensinados na escola, o currículo era traduzido num documento escrito que enunciava as intenções do ensino e do que ensinar. Nesse documento, os elementos essenciais eram definidos superiormente e aos professores cabia apenas o papel de funcionarem como meras correias de transmissão do que era prescrito a nível nacional. (*ibidem*) Isolado na sala de aula, o professor limitava-se a fazer passar um conhecimento para todos os alunos como se eles fossem todos iguais. Neste contexto, a escola aceitava de forma pacífica e uniforme um currículo universal, igual para todos, indiferente à diversidade e heterogeneidade da população que a frequentava. Estávamos perante uma orientação curricular tradicional e tecnicista. Foi um movimento que se expandiu em particular na segunda metade da década de 70, sobretudo com o movimento de democratização da educação escolar e, segundo Formosinho (1991:8), ao nível do currículo correspondeu “ao aparecimento do paradigma tecnológico (...) cuja expressão máxima [se denominou] por pedagogia por objectivos”.

Mas, numa sociedade e num período de mudanças permanentes, numa sociedade fortemente influenciada e dependente de conhecimento, torna-se relevante o papel social e cultural da educação, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades e da personalidade de cada indivíduo, como à integração e utilização social dos saberes e conhecimentos. Não faz sentido pensar num currículo do qual conste apenas um conjunto de conteúdos a ensinar e a fazer aprender, mas sim um currículo que, para além de contemplar os saberes a ensinar, dele façam parte as aprendizagens geradas na escola, resultantes da sua organização e que estejam interligadas com as vivências dos alunos e com o meio em que estes estão inseridos. Pensar o currículo implica a sua reconfiguração em função do que é prescrito a nível nacional, para o tornar vivido pelos alunos a nível local.

E, dando seguimento a este entendimento, em 1996/1997, o Ministério da Educação desencadeou um processo de discussão junto da comunidade educativa com o fim de identificar os problemas da

educação básica e mobilizar as escolas, professores e outros parceiros, no sentido da procura de soluções para o problema da qualidade das aprendizagens e do sucesso da educação básica. Esta experiência designada de “Projeto de Reflexão Participada do Currículo”, que deu mais tarde origem ao projeto designado “Gestão Flexível do Currículo”, foi um movimento de forma a que as escolas e os professores pudessem trabalhar com questões curriculares. Partia-se do reconhecimento do saber teórico e prático dos professores e tinha por fim induzir as dinâmicas de reflexão nas escolas que instaurassem o trabalho cooperativo entre os professores e que estes desenvolvessem mecanismos necessários à tomada de decisões curriculares contextualizadas, ao nível das escolas.

Surge a Reorganização Curricular do Ensino Básico<sup>4</sup> através do Decreto Lei nº 6 de 18 de Janeiro de 2001, que faz emergir um conceito de currículo como um conjunto de aprendizagens que os alunos deviam de realizar e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, e de acordo com os princípios consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo. Deste modo, o conceito de currículo não se identificava com um conjunto de disciplinas, nem com um plano de estudos para cada ciclo ou ano de escolaridade, nem o programa de cada disciplina se reduzia a uma lista de conteúdos e métodos a ensinar dentro de cada uma delas. Antes, porém, define-se por “um conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do Currículo Nacional para cada um dos ciclos de ensino básico, o perfil de competências terminais desse nível de ensino, bem como os tipos de experiências educativas que deviam de ser proporcionadas aos alunos. É pois assumido que o Currículo Nacional é configurado a nível central, que contempla os grandes objetivos de aprendizagem dos alunos, as competências a desenvolver e o tipo de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos, mas reconhece-se que a sua concretização implica um processo flexível, que requer, nos diversos níveis, interpretação de cada contexto de trabalho. Esta concepção do currículo implica que se encontrem respostas adequadas às características das escolas em diferentes locais e regiões, mas, sobretudo, respostas às características de cada turma e de cada aluno.

No início desta segunda década do século XXI altera-se novamente o rumo do conceito de Currículo Nacional e, segundo a tutela, este passa a ser entendido como “o conjunto de conteúdos e objectivos que devidamente articulados, constituem a base de organização do ensino e da avaliação do desempenho dos alunos” (D.L.nº139/2012). Neste documento legal estabeleceu-se que o currículo se concretiza em planos de estudo e em conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos e tem como referência os programas das disciplinas e as metas de aprendizagem a atingir por cada ano de escolaridade e de ciclo de ensino. As metas de aprendizagem, estabelecem aquilo que pode ser considerado como a aprendizagem essencial a realizar pelos alunos e constituem um referencial para professores e encarregados de educação (*Ibidem*). Advoga-se que as metas de aprendizagem ajudam a encontrar meios necessários para que os alunos desenvolvam capacidades e adquiram conhecimentos

---

<sup>4</sup> - Estava prevista a Reorganização Curricular do Ensino Secundário, mas esta nunca foi implementada junto das escolas, por sucessivas mudanças governamentais.

indispensáveis ao prosseguimento de estudos e às necessidades da sociedade atual. As metas organizam-se em cada ano escolar, por Domínios, Subdomínios que se concretizam em Objetivos Gerais e descritores de modo hierárquico

Estamos perante um discurso político relativo à concepção de currículo diferente do discurso anterior e o foco é novamente colocado sobre o desenvolvimento cognitivo dos alunos, tendo por referencia os objetivos e conteúdos formais de aprendizagem estabelecidos pelos programas curriculares e metas de aprendizagem.

Quatro anos volvidos, ainda na mesma década, surgem novos discursos políticos sobre o currículo, agora sob o desígnio do movimento do Perfil dos Alunos para o Século XXI. Segundo o Despacho nº 9311 de 21 de Julho de 2016, a tutela desenvolve um discurso político centrado nos princípios fundamentais para uma educação inclusiva. Defende que a Escola deve preparar para desenvolver em cada indivíduo a vontade, a capacidade e o conhecimento que lhe permitirá aprender ao longo da vida. Daí ter-se identificado 8 princípios que subjazem ao trabalho de natureza curricular. Salientam-se assim: o Perfil de base humanista (A), Educar ensinando para a consecução efetiva das aprendizagens (B), Incluir como requisito de educação (C), Contribuir para o desenvolvimento sustentável (D), Educar ensinando com coerência e flexibilidade (E), Agir com adaptabilidade e ousadia (F), Garantir a estabilidade (G) e Valorizar o saber (H).

Mais uma vez se identificam competências agora denominadas competências – chave e 10 áreas de desenvolvimento, a saber: Linguagem e textos, Informação e comunicação, Raciocínio e resolução de problemas, Pensamento crítico e Pensamento criativo, Relacionamento interpessoal, Bem estar e saúde, Sensibilidade estética e artística, Saber técnico e tecnologias e Consciência e domínio do corpo. Em cada uma destas áreas identificam-se também descritores operativos e ainda implicações práticas.

À semelhança do que ocorreu no início do século com a Reorganização Curricular do Ensino Básico, especifica-se o entendimento do conceito de competência, defendendo-se que são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes que permitem uma efetiva ação humana em contextos diversificados. Elas são de natureza cognitiva, metacognitiva, social, emocional, física e prática. Não se excluem entre si, mas são complementares, e a sua enumeração não pressupõe qualquer hierarquia interna entre as mesmas. Finalmente, não correspondem a uma área curricular específica e em cada área curricular estão necessariamente envolvidas múltiplas competências, teóricas e práticas.

Para o leitor atento é notório que voltamos ao discurso político que configura o currículo como um conjunto de aprendizagens que os alunos devem desenvolver na escola e aos professores vai caber a faculdade de o gerir de acordo com a escola e os seus alunos. Estamos perante, novamente, um currículo nacional configurado a nível central, que contempla as competências a desenvolver pelos alunos, reconhecendo-se que a sua concretização implica um processo flexível, que requer, nos diversos níveis, interpretação de cada contexto educativo.

## 5 – O Currículo e a disciplina de Geografia

Na senda destas concepções de currículo, foram configurados Programas e Orientações Curriculares de Geografia, que de seguida apresentamos nas suas linhas mestras.

Com a Reforma Curricular dos anos 80/90 os programas de Geografia do 7º e 9º ano foram reformulados e deles constavam temas, conteúdos, objetivos específicos, estratégias. No plano de estudos do ensino básico – 3º ciclo, a disciplina de Geografia estava ausente no 8º ano de escolaridade. Os alunos tinham o primeiro contato com a disciplina no 7º ano e só voltavam a reiniciar os seus estudos no 9º ano.

Com a Reorganização Curricular do Ensino Básico de 2001, a disciplina reaparece em todos os anos de escolaridade, inserida na área disciplinar de ciências sociais. Na configuração das Orientações Curriculares de Geografia assumiu-se que, no final do Ensino Básico, os alunos deveriam ser geograficamente competentes, ou seja, ao terminar o Ensino Básico o aluno deveria ser aquele que teria de possuir “o domínio das destrezas espaciais e que demonstre ser capaz de visualizar espacialmente os factos, relacionando-se entre si, de descrever corretamente o meio em que vive ou trabalha, de elaborar um mapa mental desse meio, de utilizar mapas de escalas diversas, de compreender padrões espaciais e compará-los uns com os outros, de se orientar à superfície terrestre (...) interpretar e analisar criticamente a informação geográfica e entender a relação entre identidade territorial, cultural, património e individualidade regional” (ME-DEB, 2001, p.107).

Entretanto foram desenhadas orientações no sentido de indicar ações a serem levadas a cabo pelos docentes e previa-se que fossem promovidas experiências educativas com o fim de serem desenvolvidas competências ligadas à pesquisa. E, nesse sentido, os professores tinham a missão de desenvolver experiências de modo a que os alunos viessem a ter oportunidade de aprender a observar, registar, tratar informação, levantar hipóteses, a formular conclusões e apresentar resultados. As destrezas geográficas deviam ser desenvolvidas quer ao nível do trabalho de campo, como do trabalho de grupo, no sentido de favorecer a promoção de ideias e a produção de conclusões. Para se tornarem geograficamente competentes através da educação geográfica, os alunos deviam aprender a responder a um conjunto de questões como: “Onde se localiza?, Por que se localiza?, Como se distribui? Quais as características? Que impacte?. E como deve ser gerido para benefício mútuo da humanidade e do ambiente? (*ibidem*).

Assumia-se que a “procura de respostas para as questões geográficas implica investigar a localização, situação, interação, distribuição espacial e diferenciação de fenómenos à superfície terrestre” (*ibidem*). Assim, constava nos documentos oficiais a decisão de se agrupar as competências em três domínios: A Localização, O conhecimentos dos Lugares e Regiões e o Dinamismo das Inter-relações entre Espaços. Sugeriram-se diferentes experiências de aprendizagem e as competências deviam ser desenvolvidas ao longo dos três níveis do Ensino Básico. Cabia aos docentes de Geografia organizar o

processo de ensino-aprendizagem da forma que considerassem mais adequada aos contextos da sua escola e turma, dando oportunidade aos alunos para realizarem atividades que lhes permitissem desenvolver competências de saber pensar o espaço e serem capazes de atuar no meio em que vivem.

Defendia-se que a educação geográfica permitia, na sua dimensão conceptual, conhecer e aplicar conceitos como espaço, território, lugar, região, ambiente, localização, escala geográfica, mobilidade geográfica, interação espacial e movimento bem como estabelecer relações entre eles. Na sua dimensão instrumental permitia desenvolver competências relacionadas com a observação direta, mas também com a utilização, elaboração e interpretação de mapas, com a interpretação de fotografias e com a representação gráfica e cartográfica de dados estatísticos, visando sempre integrar as diferentes características dos lugares num contexto espacial, de modo a desenvolver o processo de conhecimento do Mundo. E, desta forma, as duas dimensões da educação geográfica desempenhavam um papel formativo, contribuindo para a assunção da cidadania.

A partir de um tema organizador “À Descoberta de Portugal, da Europa e do Mundo” (figura 1), as Orientações Curriculares de Geografia apontavam para seis temas que gravitavam em torno dele, e, a sua gestão devia incidir mais nos aspetos interpretativos das diversas experiências educativas do que nos aspetos descritivos dos conteúdos programáticos. Cabia aos professores definir as estratégias de concretização e de desenvolvimento do Currículo Nacional através dos temas definidos, adequando as suas decisões ao contexto de cada escola e de cada turma. Os temas programáticos podiam ser estudados separadamente ou de forma integrada. A sua distribuição ao longo dos três anos do 3º ciclo do ensino básico deviam ser articulado com os projetos curriculares de escola e de turma, nunca descurando uma lógica de ciclo.

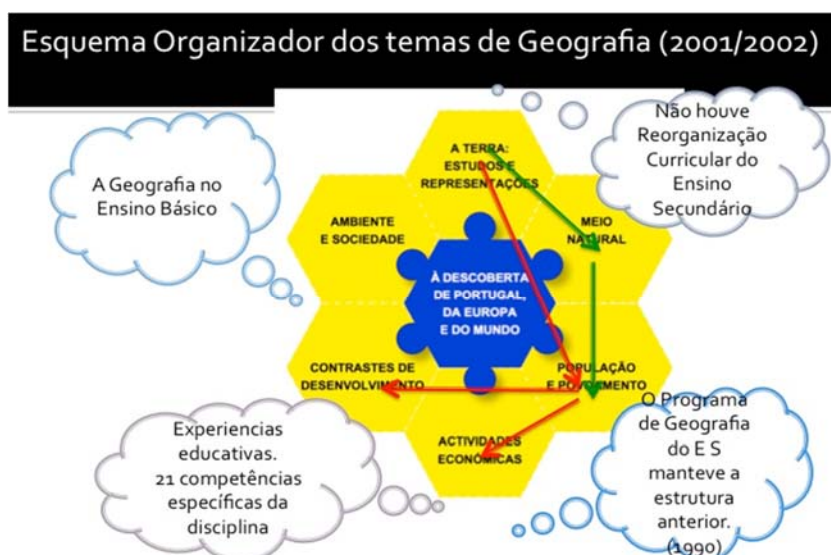


Figura 1 – Esquema Organizador dos temas de Geografia Segundo a Reorganização Curricular do Ensino Básico.

Fonte: Elaboração própria.

As Orientações Curriculares de Geografia apontavam ainda para a metodologia a usar, tendo sempre como base o estudo de caso, isto é, os professores deviam partir de exemplos concretos, ao nível do local, do regional, ou do país, tendo como referência Portugal e dois países que constituam exemplos significativos semelhantes e/ou contrastantes selecionados de uma lista, de um conjunto selecionado. A escala mundial deveria ser utilizada principalmente no estudo de fenómenos só compreensíveis à escala planetária, como os grandes conjuntos montanhosos, os grandes rios, a distribuição mundial dos climas, as formações vegetais e a população.

Houve a preocupação, dentro do quadro da metodologia para o ensino desta ciência, de conceber um Currículo Nacional através de um conjunto de temas abertos que pudessem ser geridos localmente num contexto de cada escola e de cada turma. Permitiam aos professores, de acordo com as especificidades locais, interpretá-las e configurar o currículo de geografia localmente. Desta forma, as Orientações Curriculares de Geografia articulam-se com as diretrizes da Gestão Flexível de um Currículo Nacional que se pretendia também ser pensado localmente, contribuindo para que este fosse entendido como um projeto. Apelando à metodologia de ensino da disciplina, partindo de estudos de caso e realizando-se o processo de ensino – aprendizagem a diferentes escalas de análise, (local, regional, mundial), permitia-se através de um currículo nacional, configurar um currículo local precursor do sucesso escolar de alunos, forçosamente diferentes, numa escola que se deseja de sucesso<sup>5</sup>.

Com o Decreto- Lei nº139/2012 de 5 de Julho, com a institucionalização das metas curriculares, se bem que o tema central das Orientações Curriculares de Geografia “À Descoberta de Portugal, da Europa e do Mundo” se mantenha, os temas que em torno dele gravitavam, passam a denominar-se Domínios e agora organizam-se de forma hierárquica e sequencial. Os Domínios encontram-se subdivididos em subdomínios e em objetivos gerais que se especificam em descritores rigorosos de desempenho cognitivo que permitem a avaliação dos objetivos formulados.

Para o 7º, 8º e 9º ano foram eleitos 2 domínios por cada ano de escolaridade, totalizando 6 Domínios no terceiro ciclo. No 7º ano identificaram-se 6 subdomínios, 33 objetivos gerais e 128 descritores em 150 minutos semanais, enquanto para o 8º ano elegeram-se 12 subdomínios, 40 objetivos gerais e 155 descritores em 100 minutos por semana. Finalmente, para o 9º ano configuraram-se 6 subdomínios, 22 objetivos gerais e 118 descritores em 150 minutos semanais.

Assim, ao todo, cada professor terá que leccionar 397(398) descritores, o que nos leva a questionar, o papel do docente em espaço de sala de aula. Estamos pois presente uma ação discursiva e de mera transmissão de conhecimentos (Quadro I). No que toca ao Ensino Secundário, não houve nenhuma alteração face ao programa já existente.

---

<sup>5</sup> Porque não houve a Reorganização Curricular do Ensino Secundário, também não houve orientações curriculares de geografia para o ensino secundário.

Quadro I - Domínios, subdomínios, objetivos e descritores da disciplina de Geografia, no Ensino Básico

Anos	Domínios	Subdomínios (nº)	Objetivos (nº)	Descritivos (nº)
7º ano	A Terra: Estudos e Representações	3	11	44
	Meio Natural	3	22	83
8º ano	População e Povoamento	5	15	57
	Atividades Económicas	7	25	95
9º ano	Contrastes de Desenvolvimento	3	5	27
	Riscos, Ambiente e Sociedade	3	17	91
Total	6	25	95	397 (398)

Fonte: Elaboração própria

Em suma, foram hierarquizados muitos objetivos e descritores para serem leccionados em apenas três anos com uma carga letiva manifestamente reduzida. De forma alguma estas metas de aprendizagem nos parecem ser exequíveis. Será quase impossível leccionar a disciplina desenvolvendo competências relacionadas com a observação direta, a utilização, e elaboração e interpretação de mapas, a interpretação de fotografias, a representação cartográfica de dados estatísticos, com o fim de integrar os conhecimentos e características dos lugares num contexto espacial, e desenvolver o processo do conhecimento do mundo. Muito difícil está a ser, nas escolas portuguesas, os alunos aprenderem geografia segundo um processo de ensino-aprendizagem onde o discente por descoberta, se motiva para se educar geograficamente. Isto é, saberem discutir problemáticas reais, sociais, dinâmicas e suscetíveis de aplicação (Hugonie, 1989). Muito difícil está a ser proporcionar aos jovens situações de ensino-aprendizagem que lhes permitam responder a questões básicas que desde sempre os geógrafos procuraram responder, ou seja: Onde se localiza? Como se distribui no espaço? Que fatores contribuem para a localização e distribuição? Que características? Quais os impacte que produzem na sociedade?. Antevemos sim, um ensino de geografia voltado para a simples memorização de factos e conceitos, afastando-se do que hoje em dia se entende em todo o mundo do que deve ser ensinado aos jovens. Antevemos, mais uma vez, a preponderância do professor, consumidor do currículo, e não seu configurador.

De Orientações Curriculares de Geografia baseadas em experiências educativas a serem proporcionadas aos alunos, permitindo estabelecer um conjunto de competências específicas com o fim dos jovens saberem pensar o espaço e serem capazes de atuar no meio em que vivem, passamos para Orientações Curriculares de Geografia que se centram no desempenho cognitivo dos alunos.



Quadro II – Competências transversais do 7º ao 12ºano da disciplina de Geografia.

- Localizar, no espaço e no tempo, lugares e fenómenos geográficos.
- Conhecimento relativo a lugares, fenómenos geográficos (físicos e humanos) e os processos que intervêm na sua configuração, em diferentes escalas, usando corretamente o vocabulário geográfico.
- Investigar (Desenvolver estudos de caso sobre) problemas ambientais e sociais, ancorando em guiões de trabalho e questões geograficamente relevantes (o quê, onde, porquê e para quê)(ancorados em questões-chave geograficamente relevantes no trabalho de campo e na análise de fontes documentais).
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas, para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas, globos, fotografias aérea e TIG (p.e. *Google Earth, Google Maps, GPS, SIG, Big Data*).
- Recolher, tratar e interpretar informação geográfica e mobilizar a mesma na construção de respostas para os problemas estudados.
- Realizar projetos, identificando problemas e colocando questões-chave, geograficamente relevantes, a nível económico, político, cultural e ambiental, a diferentes escalas de resiliência face à mudança
- Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica, proveniente de trabalho de campo (observação direta) e diferentes fontes documentais (observação indireta) e sua mobilização na elaboração de respostas para os problemas estudados.
- Comunicar os resultados da investigação, usando a linguagem verbal, icónica, estatística e cartográfica, bem como diferentes suportes técnicos, incluindo as TIC e as TIG.
- Conhecer objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) exemplificando a sua aplicação.
- Pesquisar exemplos concretos de solidariedade territorial e sentido de pertença numa perspetiva dos ODS.
- Compreender o mundo na sua multiculturalidade e multiterritorialidade, na construção da identidade do eu e dos outros, utilizando exemplos relacionados com a ordem económica, social e política na atualidade.
- Identificar-se com o espaço de pertença valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas.
- Aplicar o conhecimento geográfico, o pensamento espacial e as metodologias de estudo do território, de forma criativa, em trabalho de equipa, para argumentar, comunicar e intervir em problemas reais, a diferentes escalas.

Legenda:

Competências transversais a azul – Competências a serem desenvolvidas no secundário (12º ano)

Competências transversais a vermelho – Competências a serem desenvolvidas no 3º ciclo e secundário (10 e 11º ano).

Competência transversais a preto – Competências a serem desenvolvidas durante o 3º ciclo básico (7º, 8º e 9º ano)

Competências transversais sublinhadas - Competências a serem desenvolvidas durante o Secundário (10º e 11º ano)

Fonte: Elaboração própria

Com a emergência do movimento do Perfil dos Alunos para o Século XXI, iniciado com o Despacho nº9311 de 21 de julho de 2016, a associação de Professores de Geografia articulou o documento orientador com as aprendizagens fundamentais da disciplina de Geografia. Desta forma, configurou as

Aprendizagens Essenciais da disciplina, desde o 7º ano do ensino básico ao último ano, de escolaridade obrigatória, o 12º ano, tendo em atenção as escalas de análise e o nível etário dos alunos. Assim, à saída do ensino básico, os alunos para além de Participar e Comunicar devem saber Localizar e compreender lugares e regiões e Problematizar e debater as inter-relações entre fenómenos e espaços geográficos. Ao nível do ensino secundário, saber Participar e Comunicar é fundamental, mas também Analisar questões geográficas e Debater as inter-relações no território português e em outros espaços. Entretanto, os programas não foram alterados, mas a partir destes, foram gizadas competências transversais que cruzam o ensino da geografia ao nível da escolaridade obrigatória. Estas competências que constam no quadro II, têm a virtude de virem a desenvolver o pensamento geográfico de uma forma progressiva e harmoniosa, através de competências que se vão desenvolvendo e que deverão ser concluídas ao fim de seis anos de escolaridade.

Neste sentido, à semelhança do que ocorreu na Reorganização do Ensino Básico de 2001, o currículo de Geografia apresenta uma vertente flexível em função de situações e condições de aplicação, em função de propósitos educativos, saberes, atitudes e valores que preconizam aprendizagens geográficas e uma conseqüente educação geográfica que dá respostas às questões fundamentais do ensino desta disciplina. Mais uma vez, cabe aos docentes o papel fulcral de organizar o processo de ensino aprendizagem de forma que considerar mais adequada aos alunos, às turmas e à escolar onde estão inseridos.

## **6 – Algumas Considerações Finais**

Ao longo deste texto procuramos fazer emergir a evolução do conceito de currículo e como ele tem vindo a ser interpretado ao nível dos discursos políticos. Ao longo da sua breve história, ele tem sido concebido ora como um plano previamente planificado a partir de fins e finalidades com um conjunto estruturado de conhecimentos, cabendo aos professores e alunos papéis diferenciados, ora como um processo que aponta para o conjunto de experiências educativas a serem vivenciadas pelos alunos em contexto escolar.

Procuramos também dar conhecimento sobre como o currículo tem vindo a ser encarado, ao nível dos discursos políticos portugueses. Nos últimos 30 anos, em apenas três décadas, estes dois discursos têm vindo a ser alternados. Da Reforma Educativa de 1990 à Reorganização Curricular do início do século XXI foi entendido como um plano mas de seguida, até ao início da atual década, o currículo foi entendido como um conjunto de experiências educativas a serem proporcionadas aos alunos. Assim, até 2016, mais uma vez, o currículo foi entendido como um plano e já nos nossos dias a flexibilidade curricular é a palavra de ordem. Não temos dúvidas que, com mudanças tão repentinas, os professores, que deverão ter papéis tão diferentes consoante as perspetivas curriculares, não são meras correias de transmissão de conhecimentos, contudo não tem tido tempo de incorporar as mudanças sistematicamente preconizadas.

E isto vai repercutir-se junto dos professores de geografia, disciplina escolar que tem acompanhado os discursos sobre o currículo. Questionamos assim, que Geografia tem vindo a ser ensinada aos alunos? cremos, que nas práticas poucas mudanças têm vindo a ser feitas, já que a maioria dos professores se apoiam muito nos manuais escolares que, por sua vez, não têm mudado muito quanto à geografia desenvolvida nos últimos anos.

## 7. Bibliografia

- Alonso, L. (2001). O “Projeto de Gestão Flexível do Currículo em questão”. In *Noesis*, Nº 58, Lisboa, IIE/ME, 27-30.
- Fernandes, P. (2007). *O currículo do ensino Básico em Portugal na transição para o Século XXI - um mapeamento de discursos políticos, académicos e de práticas*. Tese de Doutoramento. FPCEUP.
- Formosinho, J. (1991). Currículo Uniforme-pronto-a-vestir de tamanho único – in Machado, F., Gonçalves, F. (1991). *Desenvolvimento Curricular-Problemas e Perspectivas*. (pp.262—267).Porto: Edições ASA.
- Freitas, C.V. (2000). O currículo em debate:Positivismo-Pós-modernismo. Teoria e Prática.In *Revista de Educação.DEFCUL*, Volume.IX(1), 39-51.
- Huebner, D. (1989).El estado moribundo del curriculum. In G. Sacristán, A. Gomez Pérez (1989)(Ed.), *La enseñanza: su teoría y su práctica*. (pp. 210-223).AKAL/UIVERSITARIA.
- Hugonie, G (1992). “Enseigner la géographie actuelle des lycées”, *L' Espace Géographique*, 2, 129-133.
- Kemmis, S. (1988). *El curriculum: más allá dela teoría de la reproducción*.Madrid: Ediciones Morata.
- Leite, C. (2002). *O currículo e o Multiculturalismo no Sistema Educativo Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, FNJICT.
- Martins, F. (2011). *O currículo Nacional de Geografia do Ensino Básico. Da concepção e do Prescrito à configuração do vivido*. Tese de Doutoramento. FPCEUP.
- Ministério da Educação (2001). Currículo nacional do Ensino Básico.Competencias Essenciais. Lisboa.
- Ministério da Educação (2002). Geografia. Orientações Curriculares – 3º ciclo. Lisboa.
- Ministério da Educação (2016). O perfil do aluno para o Século XXI. Competências, conhecimentos e valores numa escolaridade de 12 anos. Direção Geral da Educação. [online]. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/conferencia-curriculo-para-o-seculo-xxi-competencias-conhecimentos-e-valores-numa-escolaridade-de-12>. [Acedido em 30 de abril de 2016].
- Pacheco, A. (1996). *Currículo: Teoria e Praxis*. Porto: Porto Editora, Coleção Ciências da Educação, nº22.
- Pacheco, A. (2005). *Estudos Curriculares. Para a compreensão Crítica da Educação*. Porto: Porto Editora, Coleção Currículo, Políticas e Práticas, nº24.
- Sacristán, G.,Pérez, A. (1989). *La enseñanza: su teoría y su práctica*. (pp. 210-223).AKAL/UIVERSITARIA.
- Schawab, j. (1989).El estado moribundo del curriculum. In G. Sacristán, A. Gomez Pérez (1989)(Ed.), *un enfoque practico como lenguaje para el curriculum*. (pp. 197 - 209).AKAL/UIVERSITARIA
- Silva, T.T. (2000). *Teorias do Currículo. Uma introdução Crítica*. Porto: Porto Editora, Coleção Currículo, Políticas e Práticas, nº2.
- Stenhouse, L. (1987). *Investigación y desarrollo del curriculum*. Madrid: Morata.

Zabalza, M. (2003). A construção do currículo: a diversidade numa escola para todos. In Sousa, C., Ricardo, M.M. (org). *Uma Escola com sentido: o currículo em Análise e Debate. Contextos, questões e perspectivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

**- Documentos Oficiais.**

Decreto-Lei 6/2001 de 18 de janeiro.

Decreto-Lei 139/2012 de 5 de julho.

Despacho nº9311 de 21 de julho 2016.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESCOLHAS TECNOLÓGICAS NA UNIVERSIDADE ABERTA – PORTUGAL

**Maria Lígia Rangel SANTOS**  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
lirangel@ufba.br

**Maria Natália Pereira RAMOS**  
Universidade Aberta Lisboa, Portugal.  
maria.ramos@uab.pt

### Resumo

Este estudo trata da polifonia em torno do modelo pedagógico *e-learning* praticado na Universidade Aberta de Lisboa, Portugal (UAb-Pt). Realiza-se a análise das vozes dos sujeitos das práticas educativas, à luz da teoria dialógica de Bakhtin. A metodologia envolveu revisão da literatura, análise de documentos e realização de entrevistas semiestruturadas com docentes e tutores. Ao nível dos resultados tentou compreender como os sujeitos interpretam e desenvolvem o modelo e como este se traduz em dificuldades, facilidades e desafios na prática educativa para a realização dos objetivos do projeto político pedagógico, na situação europeia atual. Ao nível das considerações finais conclui-se que o ensino na modalidade a distância tem contribuído para o sucesso educacional e para a inclusão social por meio da educação, aspecto que ganha relevância nas vozes estudadas.

**Palavras chave:** educação à distância; modelo pedagógico; modelo de educação online.

### Abstract

This study deals with polyphony around the e-learning pedagogical model practiced at the Open University of Lisbon, Portugal (UAb-Pt). The analysis of the voices of the subjects of educational practices is carried out in the light of Bakhtin's dialogical theory. The methodology involved literature review, document analysis and semi-structured interviews with teachers and tutors. At the level of the results we tried to understand how the subjects interpret and develop the model and how it is translated into difficulties, facilities and challenges in the educational practice for the accomplishment of the objectives of the pedagogical political project, in the current European situation. At the level of the final considerations, it is concluded that distance education has contributed to educational success and social inclusion through education, an aspect that gains relevance in the voices studied.

**Keywords:** distance education; Pedagogical model; Online education model.

### 1. Introdução

Este estudo tem por objeto a polifonia do modelo pedagógico *e-learning* da UAb-Pt , partindo do pressuposto de que múltiplas vozes compõem o interdiscurso da Educação a Distância na modalidade *e-learning* na sociedade contemporânea.

A Universidade Aberta de Lisboa – Portugal (UAb-Pt) é pioneira em EAD nos países de língua portuguesa, com experiência de 25 anos, possuindo abrangência transcontinental, atuando em 32

países. Criada em 1988, aplicou 3 gerações de EAD, tendo iniciado o modelo totalmente *e-learning* em 2007.

Objetiva-se compreender a polifonia do modelo pedagógico da UAb-Pt, identificando-se a sua conformação discursiva em torno do *e-learning* na UAB-Pt, considerando-se três tipos principais de discursos: a produção científica sobre o *e-learning*; o discurso oficial na definição do modelo pedagógico *e-learning* e os discursos dos sujeitos da prática. Assim se pode apreender a interpretação do modelo pedagógico da UAb-Pt na prática e como este se traduz, nas suas vozes, em dificuldades, facilidades e desafios da prática educativa cotidiana.

Toma-se como referencial teórico deste estudo a teoria do Dialogismo de Mikhail Bakhtin (1981), que considera que todo discurso é heterogêneo/dialógico; é habitado por múltiplas vozes (polifonia); é interdiscurso, isto é, está em relação com a relação com outros, com a multiplicidade de discursos, outras vozes discursivas anônimas que se manifestam em um dado discurso, carrega em si a experiência discursiva (Hansen, 2011), bem como a historicidade (Foucault, 1997).

Nessa pesquisa, procura-se a leitura e a escuta de algumas das muitas vozes que compõem a polifonia da prática pedagógica na UAb-Pt: dos pesquisadores, docentes e tutores da instituição. Não se trata de contrastar as vozes, mas de ouvi-las e compreendê-las, a partir do trabalho interpretativo.

Para fins analíticos destacaram-se, na complexa trama discursiva, três eixos interdiscursivos principais, entendendo-se que todos os discursos são interdiscursos e influenciados por seus respectivos contextos e historicidade: o discurso acadêmico-científico, construído por outros discursos técnico científicos e da experiência; o discurso institucional da UAb-Pt, construído pela conjunção do discurso técnico científico, da experiência, das injunções político-ideológicas das instituições; o discurso dos Sujeitos da Ação, construído com base no discursos técnico científico e da experiência, nos contextos particulares.

A abordagem metodológica para a produção de dados consistiu na revisão da literatura científica, sobre os modelos pedagógicos em Educação a Distância; na leitura crítica do documento oficial que delinea o modelo pedagógico UAb-Pt; na análise dos discursos oriundos de cinco entrevistas semiestruturadas (três docentes e dois tutores). Discursos que conformam a produção científica, sobre modelos pedagógicos *e-learning*.

## **2. O Discurso Acadêmico-Científico**

São diversas teorias que fundamentam os modelos pedagógicos, tanto na educação presencial quanto a distância. (Filatro, 2009). Contudo, a autora destaca quatro grandes perspectivas que considera as principais na educação a distância: a) a associacionista: base em teorias behavioristas, denota o ensino e a aprendizagem como resultado de mecanismos associativos/conectivos, tendo surgido no início do século com Pavlov, Watson com a “ênfase às mudanças observáveis do

comportamento” (p.96); o conexionismo, em que aprender “equivale a formar, fortalecer e ajustar associações” (p.96). Nessa matriz estão os softwares educacionais; b) a cognitiva, baseada no construtivismo individual, desenvolvido por Bruner, e no social, fundamentado no pensamento de Vigotsky, valoriza “processos internos de percepção, representação, armazenamento e recuperação do conhecimento” (p.97); c) aprendizagem significativa, em que “as funções psicológicas são fruto do desenvolvimento cultural e não do desenvolvimento biológico” (p.97); d) perspectiva situada, que enfatiza o contexto social da aprendizagem e a ação das pessoas e grupos, como fontes privilegiadas do conhecimento, o qual é distribuído socialmente. Aprender “envolve interagir com outras pessoas, ferramentas e o mundo físico” (p.97), em um contexto histórico e cultural próprio. A interação social e a colaboração são componentes críticos para a aprendizagem.

Diversos autores reconhecem o potencial emancipador em processos educacionais de educação a distância, especialmente com o advento da web 2.0. Fontes *et al.* (2011, p. 126) destacam que na aprendizagem significativa, de perspectiva construtivista, “[...] as tecnologias de informação e comunicação devem ser usadas como ferramentas de aprendizagem e não como veículos de transmissão de mensagens[...]”, pois trata-se de construir o conhecimento e não de transmiti-lo. A construção do conhecimento processa-se a partir “[...] do engajamento do aprendiz em uma atividade [...]”, enquanto o processo de significação, inerente à aprendizagem, deve estar ancorado no contexto, requerendo articulação, expressão e representação do que é aprendido.

Centrar a educação no aluno e não no professor, é um importante posicionamento pedagógico que favorece uma educação emancipadora (Gomez, 2004), considerando-se que, mais importante do que o ensino é a aprendizagem. Busca-se estratégias que permitam respeitar as características de cada aprendiz, propiciar espaços de interação e diálogo, mediante a comunicação não só entre alunos e professores, mas também entre alunos-alunos e todos com todos (Alves; Nova, 2003).

Ademais, adverte-se sobre a importância de desenvolver a autonomia do aprendiz, isto é, a capacidade de gerir sua própria aprendizagem, pois, apenas o fato de lidar com tempo e espaço flexíveis não é condição suficiente para que o estudante se torne autônomo. Com efeito, o aluno precisa aprender a gerir o tempo e organizar os estudos, motivo pelo qual a atividade interativa revela-se como o meio fundamental para que esta autonomia se desenvolva, pois “[...] pensar em autonomia do aluno implica em aliar autonomia com diálogo [...]”, pois somente através do diálogo, da comunicação, “[...] o aluno é provocado para a crítica, para a autonomia intelectual [...]” (Romão; Mattos, 2011, p.65). Não se deve, portanto, confundir autonomia com autodidatismo, auto estudo com trabalho individual,

## **2.1 - E-Learning Na Produção Científica**

O *e-learning* é caracterizado pelo uso do meio eletrônico e totalmente a distância. Desenvolve-se “[...] através da criação de ambientes virtuais flexíveis, abertos e interativos; dispondo de todos os

materiais necessários para a aprendizagem do estudante [...]” (Lopez 2009, p. 5) e que integra a comunicação interativa através de um conjunto de recursos tais como: fóruns, *chat*, videoconferências, multimídia, vídeos, apresentações e outros documentos que guiam o desenvolvimento cognitivo. A EAD se dá em plataformas que são Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), no qual, a escolha das ferramentas utilizadas na comunicação entre professores e alunos imprime diferenças nos modelos pedagógicos. Assim, se a comunicação é síncrona, através de videoconferência, chats e outros, os participantes da experiência pedagógica interagem no mesmo tempo, ainda que em locais distantes. A comunicação assíncrona, através de fóruns, e-mails, permite que ambos acessem no seu tempo e lugar, oferecendo maior flexibilidade aos participantes. Nesse sentido, as noções de tempo e espaço são modificadas, pois tempo e espaço podem não coincidir entre os participantes.

Ademais, diferentes graus de autonomia são conferidos ao estudante que terá que aprender a gerenciar seu tempo de estudo e disciplinar-se para cumprir com as tarefas exigidas em sua experiência de aprendizagem, dentro do cronograma acordado, fixado e coordenado.

A literatura evidencia que a Educação a Distância modifica a relação professor-aluno e exige formação docente específica para o manejo das ferramentas e criação de estratégias de interação online. A interatividade é um aspecto de grande relevância para esse tipo de educação, embora nem todos os modelos de *e-learning* o adote. (Dias, 2014; Silva, 2002)

O modelo transmissional da educação, coerente com as características da comunicação de massa e ainda predominante na contemporaneidade, começa a evoluir para uma proposta mais interativa e mais participativa, caminhando para o que vem se configurado em um modelo de aprendizagem colaborativa. Nesta, busca-se um modelo de comunicação em que não há apenas um centro emissor, mas uma arquitetura em rede ou rizomática, de modo que os centros são móveis e atuam alternadamente como emissores e receptores. Neste sentido, os sujeitos participantes do processo de ensino e aprendizagem se alternam como centros do processo de ensino-aprendizagem e colaboram para a uma construção coletiva de conhecimento baseada no respeito aos saberes e competências de todos os envolvidos. (Rangel-S et al, 2012; 2014).

Segundo Dias (2001), a cultura de participação interativa se “desenvolve quando todos os membros do grupo, incluindo o professor, se encontram num esforço conjunto” (Dias, 2001, p.25), em que a noção de participação está implicada no pensamento, no discurso, no saber e no aprender, realizando, assim, processos de imersão nos contextos de construção do conhecimento. A interatividade, segundo Lévy (2000), pode ser compreendida como a possibilidade de os sujeitos participarem ativamente, interferindo no processo com ações, reações, intervindo, tornando-se receptor e emissor de mensagens que ganham plasticidade, permitindo sua transformação imediata. Em outras palavras, a interatividade cria novos caminhos, novas trilhas, novas possibilidades, fazendo valer os processos e as escolhas dos sujeitos.

De acordo com Torres, Alcântara e Irala (2004),



Aprendizagem Colaborativa é uma estratégia de ensino que encoraja a participação do estudante no processo de aprendizagem e que faz da aprendizagem um processo ativo e efetivo. É um conjunto de abordagens educacionais também chamadas de aprendizagem cooperativa ou aprendizagem em grupo pequeno. (Torres; Alcântara; Irala, 2004, p.3)

Desse modo, a interação social e a colaboração são componentes críticos para a aprendizagem. O estudante é estimulado a dialogar com os outros, a compartilhar e assumir posturas de escuta e valorização do outro, inseridos em campos de práticas em ambientes realistas e informais onde participam, tornando a aprendizagem autêntica e gerando um sentido de pertencimento a uma comunidade.

A inclusão digital tem sido ressaltada na literatura como uma forma expressiva da inclusão social na sociedade contemporânea (Gadoti e Romão, 2004). Para esses autores, “[...] a ideia de rede é, talvez, a mais notável noção de educação contemporânea [...]” (p. 15) pelo seu potencial de expansão do acesso ao conhecimento e à informação. As sociedades no mundo globalizado, em constante movimento e mediação tecnológica, tornam o contato e convivência entre os povos e culturas uma marca nunca vista em outros tempos da história de humanidade. Assim, aprender é ao mesmo tempo necessidade e consequência desse modo de estar no mundo.

### **3. Discursos que conformam o modelo pedagógico da Uab-Pt**

Trata-se de um modelo que responde ao desenvolvimento tecnológico via *web*, criando novos contextos e modalidades de aprendizagem e reconfigurando o suporte tecnológico para promover novas formas de interação e comunicação multidirecional entre estudantes-estudantes e professor-estudante (Pereira et al., 2007).

Criado em 2007, o modelo pedagógico e-learning da UAb-Pt, transita, segundo Amante (2011), de um modelo “centrado na distribuição ao estudante de um pacote de materiais de aprendizagem”, para um modelo “centrado no desenvolvimento de competências com recurso integral aos novos instrumentos de informação e comunicação proporcionados pela Web.” (Amante, 2011, p. 3). Este modelo se fundamenta na perspectiva sócio-construtivistas e interacionista individual e social, valorizando a dimensão do contexto, com centralidade no aluno, na aprendizagem interativa, participativa e colaborativa, que são elementos diferenciais para o pleno desenvolvimento de competências necessário à educação, no nível do saber, saber-fazer e saber ser, realizando um trabalho pedagógico para além da mera recepção de conteúdo (Amante, 2011).

A UAb-Pt define que novos modos de ensinar e aprender devem ser combinados com posturas pedagógicas que comprometam e responsabilizem o estudante como sujeito ativo e participativo no seu processo de aprendizagem, com vistas ao pleno desenvolvimento metacognitivo e a adoção de atitudes construtivas, colaborativas e autônomas, em consonância com o discurso acadêmico de perspectiva inclusiva e emancipadora. A aprendizagem colaborativa ocorre por meio da formação de

turmas virtuais, comunidades de aprendizagem que compartilham saberes e competências por meio de interações colaborativas.

O modelo difere nos 1º e 2º ciclos, exigindo dos estudantes, em todos os casos, compromisso e responsabilidade explícitos com sua aprendizagem, mediante o contrato de aprendizagem.

Do professor exige a formação continuada para desenvolver competências específicas para modelos pedagógicos EAD e de ambos exige a capacidade de manejo de ferramentas de uso da internet. A aprendizagem é interativa, participativa, colaborativa e centrada no estudante, mediante o uso da plataforma Moodle que permite a customização personalizada do AVA.

A ferramenta preferencial é o fórum, portanto com comunicação assíncrona, e com utilização de vários outros recursos de aprendizagem. Os cursos se organizam com a proporção de 1 docente para um máximo de 50 alunos no 1º ciclo e 1 docente para um máximo de 20 no 2º e 3º ciclos. Nestes há participação dos estudantes na definição do Contrato de Aprendizagem. A Avaliação é contínua (e-folio e p-folio), com prova final presencial em todas as Unidades Curriculares. A investigação contínua permite reflexão crítica e experimentação de novas estratégias e ferramentas Web 2.0.

O sucesso e os desafios do modelo pedagógico da UAb são destacados por Mansos (2014), por Oliveira e Mântua (2013) e por Amante (2011), especialmente no que se refere à formação docente. Também Sobral e Ramos (2013) destacam em pesquisa sobre narrativas de docentes acerca do modelo pedagógico da UAb, o caráter inovador e intercultural, reconhecido pelos pesquisados, e a riqueza do modelo, que promove mudanças significativas em suas práticas pedagógicas. No entanto, no campo da investigação, ainda são poucos os estudos que elegem as práticas pedagógicas desta universidade como objetos de estudo.

#### **4. Discursos dos sujeitos envolvidos na aplicação do modelo pedagógico da Uab-Pt – Facilidades, Dificuldades e Desafios**

Nas vozes dos entrevistados são evidentes os discursos científicos e institucionais que orientam as práticas de *e-learning*, para a reflexão sobre a experiência dos sujeitos. As vozes dos entrevistados convergem para afirmar que o modelo pedagógico da UAb-Pt na prática funciona bem, sem deixar de evidenciar suas contradições. Embora as condições de sua aplicação tenham se modificado significativamente ao longo dos anos, em geral, os discursos enfatizam os aspectos da estruturação e organização do modelo que, se antes propiciavam segurança e conforto a quem realizava as práticas educativas, atualmente, ao contrário, resultam em rigidez que impede a criatividade. Entretanto, as distintas formas de interpretação do modelo decorrem do tempo e lugar de inserção dos sujeitos na universidade. Alguns entrevistados estavam desde o início da criação da UAb-Pt e experimentaram o modelo tradicional e a formação imersiva oferecida na transição para o modelo *e-learning*. Outros entrevistados chegaram quando já não se disponibilizava tal formação, transitando diretamente da experiência presencial em outras universidades para o *e-learning* na UAb-Pt.

É relevante a referência à possibilidade de Inclusão social oferecida pelo modelo e que se constitui como a motivação mais destacada entre docentes e tutores, ao lado da liberdade dada pela flexibilidade do tempo e lugar (interação assíncrona).

A relação professor-aluno é considerada mais estreita do que em outras experiências de ensino na modalidade presencial, sendo mais intensa no 2º ciclo.

O modelo exige do professor capacidade de gestão do ritmo de trabalho e de eventuais conflitos e a aprendizagem contínua de novas metodologias e manejo de ferramentas.

Contudo, embora o modelo seja considerado bem estruturado e organizado, é também gerador de alguma insatisfação, devido ao excesso de carga horária docente, mencionado por alguns entrevistados. Todos se referem ao excesso de alunos por turmas, que às vezes ultrapassam os 50 previstos; a pressão psicológica exercida pelos gestores sobre os docentes, para o cumprimento das tarefas acadêmicas; a ansiedade deslocada nos estudantes, devida à sobrecarga docente que inviabiliza uma atenção particularizada, aliada ao fato de que muitos ainda não estão habituados à autonomia requerida no modelo da UAb-Pt; a falta de liberdade e criatividade aos tutores para introduzir inovações; a descontinuidade da formação docente.

Esses aspectos surgem nos discursos como elementos críticos que se distanciam do projeto-político pedagógico, bem como da literatura científica que o orienta.

Ao nível dos desafios, os entrevistados destacam a necessidade de estruturar atividades interativas, participativas com um número excessivo de estudantes por turma. Sugere-se obedecer ao previsto no modelo, retomar a Formação Contínua; introduzir mecanismos que permitam a troca permanente de experiências e reflexões entre os docentes; melhorar o acesso aos equipamentos; melhorar a gestão dos cursos; introduzir outros recursos de Web 2.0, que aproximem mais ao estudante (videoconferências, chats, etc); flexibilizar mais o modelo; Inserir o tutor na equipe de trabalho; retomar e fortalecer a investigação crítica sobre a experiência da UAb-Pt.

## **5. Conclusões**

A Educação a Distância na UAb-Pt opera com um modelo pedagógico adequado e necessário à inclusão social. Considerando os três eixos discursivos abordados neste estudo, os discursos confluem para uma percepção de que o modelo é bem estruturado, flexível e sujeito à permanente atualização, tornando-se uma experiência é rica e bem sucedida, com resultados positivos na formação profissional.

Os discursos revelam não só avaliação positiva do modelo, mas também pontos críticos na experiência, que evidenciam dificuldades para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Os seus limites são relacionados a questões políticas e econômicas do país, no contexto europeu de ajustes fiscais, que levaram ao aumento do número de estudantes sem o correspondente aumento do número de docentes, e à acentuação da precarização das relações de trabalho, evidenciando distorções no modelo proposto no discurso oficial.

Quanto à gestão, há a expectativa de que lideranças proativas venham a buscar adequar recursos e manter a formação e a investigação como atividades contínuas. Pois, embora se mostre bem estruturada, flexível quanto ao tempo e espaço, e sujeita à permanente atualização, a prática pedagógica da UAb-Pt se encontra em um momento crítico, exigindo maior abertura na aplicação do modelo para a adequação de métodos e técnicas por aqueles que estão na linha de frente, interagindo diretamente com os estudantes, facilitando o aprendizado.

Destaca-se também a importância da valorização do tutor como profissional que está na linha de frente do processo, ao lado do professor, cujas relações horizontalizadas podem tornar o processo de ensino-aprendizagem da UAb-Pt mais rico, dinâmico e criativo.

O modelo pedagógico da UAb-P configura-se, portanto, por sua longa experiência e abrangência, em uma excelente referência para o aprendizado da organização da Educação a Distância, ensinando tanto com seus avanços como com seus limites.

## 6. Bibliografia

Alves, L.; Nova, C. (2003). Educação a Distância: limites e possibilidades. In: Alves, L. *Educação a Distância*. Uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003. p.1-23.  
Amante, L. (2011). Formação de professores a distância: a experiência da Universidade Aberta de Portugal. *Revista Percursos*. [Online]. Florianópolis, v. 12, n. 01, 09 - 26. jan. / jun.. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2292/1737>>. [Acedido em 10 agosto de 2016].

Amante, L. et al. (2008). Novos contextos de Aprendizagem e Educação online. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. [Online] 42(3), 99-119. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/259715375>>. [Acedido em 10 agosto de 2016].

Bakhtin, M. (1981). Discourse in the Novel. In Bakhtin, M. *The Dialogic Imagination*. Austin, Texas. University of Texas Press, p. 259-300.

Dias, P. (2001). Comunidades de aprendizagem na Web. *Inovação*, v.14, n.3, p.27-44.

Dias, S. S. (2014). Dialógica e interatividade em educação [On-line]. *Revista Digital Simonsen*. Rio de Janeiro, n.1, Dez.. 19-32. Disponível em: <[www.simonsen.br/revistasimonsen](http://www.simonsen.br/revistasimonsen)>. [Acedido em 17 agosto de 2016].

Filatro, A. (2009). As teorias pedagógicas fundamentais em EAD. In LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2009. p. 96-104.

Fontes, A. R.; Scareli, G.; Versuti, A. C. (2011). Reflexões sobre o caráter inclusivo da educação a distância – o papel do mediador pedagógico. In Linhares, R. N.; Ferreira, S. L. (Orgs). *Educação a distância e as tecnologias da inteligência: novos percursos de formação e aprendizagem*. Maceió: Edufal. 2011, p. 115-142.

Foucault, M. (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo. Edições Loyola.

Gadotti, M. ; Romão, J. E. (2004). Prefácio. In: Gomez, M. V. *Educação em Rede. Uma visão emancipadora*. Cortez : Instituto Paulo Freire., p.13-19.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.

Hansen, F. (2011). O ressoar de vozes no processo criativo do discurso publicitário: uma análise interdiscursiva. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 36 n.61, p. 139-159, jul.-dez. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index> [acedido em 15 de agosto de 2016].

Oliveira, C.; Mântua, S. (2013). Qualidade e Avaliação do Ensino Superior a distância em Portugal. In: FIDALGO, F. S. R. Et Al, (Org.). *Educação a Distância: meios, atores e processos*. Belo Horizonte: CEAD-UFMG, 2013, p. 183-194.

Pereira, A. et al. (2007). Modelo Pedagógico Virtual da Universidade Aberta – para uma Universidade do futuro. [Online] Lisboa. Universidade Aberta. Disponível em: <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1295/1/Modelo%20Pedagogico%20Virtual.pdf>. [Acedido em 15 maio de 2016].

Rangel-S, M.L. et al. (2012). Redes de aprendizagem colaborativa: contribuição da Educação a Distância no processo de qualificação de gestores do Sistema Único de Saúde – SUS. *Interface* [Online]. Botucatu, v.16, n.41, p.545-55, abr./jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n41/aop3412.pdf> >. [Acedido em 07 março de 2014].

Rangel-S, M.L.; Guimarães, J. M.; Barbosa, A. De O.; Riccio, N. C. R.; Belens, A. (2014b) Appropriation and Use of the Collaborative Learning Concept in Scientific Production on Health. In *Collaborative Learning: Theory, Strategies and Educational Benefits*. Chapter 9. Series: Education in a Competitive and Globalizing World. New York: Nova Science Publishers E-book. Disponível em [https://www.novapublishers.com/catalog/product\\_info.php?products\\_id=51224](https://www.novapublishers.com/catalog/product_info.php?products_id=51224)). [Acedido em 12 outubro de 2014].

Rojas Velasquez, F.; Bolivar Lopez, J. M. (2009). Autoconcepto estudiantil y modalidades de enseñanza a distancia (B-Learning y E-learning). *Paradigma* [online]. vol.30, n.2,, 99-112. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/pdf/pdg/v30n2/art07.pdf>>. [Acedido em 13 maio de 2016].

Romão, E. S.; Mattos, M. O. O. (2011). Autonomia e Dialogia na Educação a Distância: Aproximações críticas. In: Linhares, R. N.; Ferreira, S. L. (Orgs). *Educação a distância e as tecnologias da inteligência: novos percursos de formação e aprendizagem*. Maceió: Edufal, 2011, p 59-82.

Silva, M. (2002). *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro : Quarter, 3ª ed.

Sobral, N. E Ramos, N. (2013). Integração das tecnologias da informação e comunicação na formação docente em Portugal (2005-2010). *Revista Praxis Educacional*, v. 9 n. 14, , p. 103-122.

Torres, P.L.; Alcântara, P.R.; Irala, E.A.F. (2004). Grupos de consenso: uma proposta de aprendizagem colaborativa para o processo de ensino-aprendizagem. *Revista Diálogo Educacional*. [Online] Curitiba, v. 4, n.13, p. 129-145, set./dez Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1891/189117791011.pdf> >. [Acedido em 07 março de 2014].

## UMA LEITURA TERRITORIAL DA CRISE E VULNERABILIDADE SOCIAL<sup>1</sup>

**Fátima Loureiro de MATOS**

Faculdade de Letras, Universidade do Porto/CEGOT  
fmatos@letras.up.pt

**Teresa Sá MARQUES**

Faculdade de Letras, Universidade do Porto/CEGOT  
teresasamarques@gmail.com

**Diogo RIBEIRO**

Faculdade de Letras, Universidade do Porto  
mrcotgeo@gmail.com

**Ana Catarina Oliveira MAIA**

Faculdade de Letras, Universidade do Porto  
catarina.maia2@gmail.com

### Resumo

Apesar de se começar a assistir a alguns sinais do abrandar da crise económica e financeira, que atingiu a Europa desde 2008, Portugal tal como outros países da Europa do Sul, encontra-se, ainda, numa situação de crise, com consequências no aumento dos riscos e vulnerabilidade social. As respostas políticas à crise assentaram em medidas financeiras de austeridade, de forma a reduzir o *deficit* orçamental, o endividamento público e a despesa através da redução ou congelamento dos salários, do aumento de taxas e impostos, e da reestruturação dos serviços e dos apoios públicos. As múltiplas dimensões da crise e da austeridade permitem abordar o seu impacto a partir de várias perspetivas e diversificados indicadores de forma a melhor analisarmos os impactos. Perante este quadro, esta comunicação desenvolve-se, em primeiro lugar, a nível nacional e sustenta-se em um número elevado de indicadores, a partir de um conjunto de fontes estatísticas (Eurostat, Pordata, INE, entre outras). Em seguida, faz-se análise territorial, para construir uma geografia social focada no número de pessoas afetadas pela crise. É uma geografia que retrata a situação em 2007 e 2014. Por fim, faz-se uma breve reflexão das políticas sociais anticrise implementadas durante os últimos anos e os seus impactos, nas populações mais vulneráveis.

**Palavras-chave:** Crise, austeridade, vulnerabilidade social, política social, Portugal

### Abstract

Although we start watching some signs of the economic and financial crisis slowing down that hit Europe since 2008, Portugal as well as other countries of Southern Europe, is also in crisis with consequences in increased risks and social vulnerability. Policy responses to the crisis lay on financial austerity measures to reduce the budget deficit, the public debt and spending by reducing or freezing wages, increasing rates and taxes, and restructuring services and public support. The multiple dimensions of the crisis and austerity allow us to address the impact of the crisis from multiple perspectives and diverse indicators in order to better analyze their impact. With this background, this communication addresses first, the national level and its support in a large number of indicators, from a set of statistical sources (Eurostat, Pordata, INE, among others). Then, we do a territorial analysis, to build a social geography focused on the number of people affected by the crisis. It's a geography that

---

<sup>1</sup> Este artigo retoma alguns aspetos de outros já publicados pelos autores (Marques et al, 2016, Marques e Matos, 2016).

reflects the situation in 2007 and 2014. In the end we do a brief reflection of the anti-crisis social policies implemented in recent years and its impact on the most vulnerable populations.

**Keywords:** Crisis, austerity, social vulnerability, social policy, Portugal

## 1. Introdução

Nos últimos anos, os países Europeus e os seus cidadãos têm sofrido o forte impacto da crise financeira e socioeconómica, causada por uma combinação de fatores internacionais e nacionais (Knieling e Othengrafen, 2016). É frequente encontrar-se na literatura referências à crise europeia enquanto uma extensão da crise mundial, à qual aliam-se as disparidades existentes entre países da zona euro e os erros sistemáticos das políticas internas, no período pré-crise (Carballo-Cruz, 2011, Avellaneda e Hardiman, 2010, Eichengreen et al., 2014). Como consequência, são reconhecidas as múltiplas repercussões nas sociedades, sobretudo do sul da Europa, nomeadamente o declínio dos investimentos públicos, a reestruturação dos sistemas de serviço social e a redução da capacidade de consumo da população. Há uma quebra nos níveis de satisfação e de qualidade de vida da população (Bell e Blanchflower, 2011), um aumento da insatisfação com o emprego e uma quebra de compromissos sociais (Markovits et al., 2014). Tudo isto repercute-se num aumento dos níveis de risco social especialmente para os grupos mais vulneráveis (como os imigrantes, os trabalhadores pouco qualificados ou jovens) (Cairns et al., 2014) e nos graus de pobreza e exclusão social (Frazer e Marlier, 2011). O setor imobiliário foi um dos setores mais afetados pelas consequências deste contexto de crise e recessão económica. Face aos sucessivos cortes orçamentais e à redefinição das prioridades políticas, algumas das mais graves consequências fizeram-se sentir na queda dos preços da habitação, no aumento das hipotecas bancárias, nas limitações de crédito, na redução da mobilidade residencial, na capacidade de investimento das famílias, no desemprego no setor da construção e numa oferta habitacional excedente face à quebra da procura.

Há diversas maneiras de definir os conceitos de risco e vulnerabilidade social, devido às diversas áreas de conhecimento que os utilizam, contudo, a abordagem dá-se através de perspetivas diferenciadas. As diferentes abordagens, entre as várias disciplinas (ciências naturais, médicas e sociais e humanas), pode ser explicada pela sua tendência para se concentrar em diferentes componentes do risco, das respostas dos agregados familiares ao risco e perdas de bem-estar. Assim, a noção de vulnerabilidade e risco social produz uma diversidade conceitual e terminológica considerável, ao qual este artigo não pode fazer justiça. Em vez disso, desenvolvemos uma breve análise que capta os aspetos da abordagem à vulnerabilidade que são mais relevantes para a investigação desenvolvida ao longo deste texto.

A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos por riscos naturais ou pelo contexto económico-social. O termo vulnerabilidade surge na “análise geográfica dos riscos ...e um

pouco mais tarde nos estudos sobre pobreza, segurança alimentar e desenvolvimento e mudanças globais” (Chambers, 1989 e Dow, 1992, citados por Tedim, 2016, p. 535).

A vulnerabilidade social foi reconhecida como sendo essencial para a compreensão do risco aos perigos naturais (por exemplo, Blaikie et al., 1994, Prowse, 2003, Wisner, 2004). A vulnerabilidade social é mais evidente após a ocorrência de risco natural, quando diferentes padrões de sofrimento e recuperação são observados entre certos grupos da população. Embora todas as pessoas que vivem em áreas de risco sejam vulneráveis, os impactos sociais de perigo e exposição muitas vezes caem desproporcionalmente sobre as pessoas mais vulneráveis da sociedade - os pobres, as minorias, as crianças, os idosos e os deficientes. Estes grupos estão, frequentemente, menos preparados para uma emergência, têm menos recursos económicos com os quais se preparar para um risco, tendem a viver nos locais de maior risco, em habitações precárias, e têm falta de conhecimentos ou conexões sociais e políticas, necessárias para tirar proveito dos recursos que iriam acelerar a sua recuperação pelo que estes fatores sociais contribuem para uma vulnerabilidade acrescida (Cutter et al, 2000).

Para as ciências sociais e humanas, a vulnerabilidade social designa os grupos sociais e os locais dentro de uma sociedade que são marginalizados, aqueles que estão excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam ter dentro de um mundo civilizado. Está relacionada a processos de exclusão social, pobreza, discriminação e violação de direitos desses grupos ou indivíduos, em consequência do seu nível de rendimento, educação, saúde, localização geográfica, entre outros. De uma maneira geral, aqueles que possuem trabalho, estão menos suscetíveis à vulnerabilidade e ao risco social, do que aqueles que estão desempregados, ou são mal remunerados, porque trabalham, a tempo parcial, ou em empregos inseguros ou informais. No caso dos idosos, os que possuem pensões de reforma, têm saúde e apoio familiar, são, em princípio, menos vulneráveis, do que, os que não têm qualquer apoio social, estão doentes e sozinhos (Schröder-Butterfill e Marianti, 2006).

A vulnerabilidade social está inserida em contextos estruturais e temporais mais amplos. Os diversos riscos são moldados por fatores como o género, as desigualdades étnicas, a estratificação social, os padrões culturais, e os sistemas políticos e de segurança social, que são estabelecidos ao longo do tempo (Hilhorst e Bankoff, 2004).

Em sociedades sustentadas na economia de mercado, a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, principalmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social. A ausência de recursos materiais alimenta outras fragilidades: baixa escolarização, condições precárias de saúde, habitações precárias, desestruturação familiar, entre outras. Famílias e pessoas em tais condições de vida dispõem de um repertório mais reduzido para enfrentar as adversidades, o que, nos termos de Sen (2003), é denominado privação de capacidades.

Dessa forma, vulnerabilidades e riscos remetem para as noções de carências e de exclusão, ou seja uma perspetiva económico-social. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não



dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar ações e ou estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal e ou coletiva (SEN, 2003), sendo então entendida a vulnerabilidade como o resultado de um processo de respostas dos agregados familiares a riscos, perante um conjunto de condições subjacentes.

Para Glewwe e Hall (1998), vulnerabilidade é um conceito dinâmico, relacionado ao declínio dos níveis de bem-estar após um choque macroeconómico<sup>2</sup>, choque este, que pode afetar os indivíduos, por exemplo, por perda do emprego, por acidente ou por doença. Os autores distinguem dois tipos de vulnerabilidades, uma relacionada com as mudanças específicas nos programas do governo (político-induzida) e outra, a vulnerabilidade mais geral associada às mudanças das condições socioeconómicas, incluindo a capacidade de se adaptar a tais alterações (induzida pelo mercado ou “robusta”) (Glewwe e Hall, 1998). Um exemplo da vulnerabilidade robusta, apresentado pelos autores, é o caso dos indivíduos mais velhos que tendem a ter mais competências obsoletas e menos incentivos para aprender novas, os seus rendimentos, podem assim, diminuir mais do que a média, após um choque macroeconómico. A “vulnerabilidade político-induzida reflete as decisões do governo, que variam muito de país para país e, portanto, não deve prejudicar os mesmos grupos em diferentes países. Claro, que políticas de ajuste estrutural semelhantes em todos os países podem produzir os mesmos grupos ‘vulneráveis’ nesses países” (Glewwe, e Hall, 1998, p.184).

Ulrich Beck e Anthony Giddens (2000) acentuam o papel do risco na sociedade atual, porque para eles esta sociedade é uma “sociedade de risco”. Beck argumenta que a sociedade atual é diferente da sociedade de classes e define “sociedade de risco” como “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, económicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições de monitorização e proteção da sociedade industrial” (Beck, 2000, p. 5).

Giddens, por sua vez, acentua também a diferença entre a “sociedade de classes” e a “sociedade de riscos”. Para ele, a “sociedade de riscos”, além de introduzir novos tipos de riscos para a humanidade, também introduz novas relações entre sistemas de conhecimentos, leigos e peritos, num contexto em que a consideração dos riscos é, em grande parte, imponderável.

Com o enfraquecimento do Estado social, como veremos à frente, indivíduos e grupos que sofreram as mudanças socioeconómicas associadas à crise de 2008 e às políticas de austeridade que se seguiram, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade e risco social.

## **2. As desigualdades e os riscos de pobreza em Portugal**

Em Portugal a crise financeira e socioeconómica provocou um conjunto de consequências no país, destacando-se, a recessão económica, o aumento do desemprego, os cortes salariais e dos apoios

---

<sup>2</sup> Como a crise económica que abordamos neste trabalho.

sociais, o aumento de impostos e o empobrecimento de várias camadas da população, sobretudo das mais vulneráveis, predominantemente as concentradas nas áreas urbanas. A “bolha imobiliária” esteve muito relacionada com a crise económica e financeira. Na verdade, antes da crise, o aumento da procura habitacional, a facilidade de crédito com baixas taxas de juro, e a rentabilidade dos investimentos imobiliários estiveram associados a políticas expansivas em matéria de infraestruturização do território e a permissividades em matéria de ordenamento do território. Tudo isto levou a uma crescente expansão urbana e a uma excessiva dependência da economia do sector da construção civil (Aalbers, 2009, Méndez et al., 2015). O rebentamento da “bolha imobiliária” e a conseqüente interrupção de grandes projetos imobiliários deixaram vários empreendimentos habitacionais incompletos, originaram um conjunto de falências empresariais, com um impacto significativo no setor imobiliário. Esta desaceleração afetou outros sectores económicos, fortemente dependentes do sector da construção, sobretudo nos contextos urbanos e metropolitanos, onde reside a maioria da população, onde se concentra o capital e a riqueza económica, e simultaneamente as populações mais vulneráveis (Knieling e Othengrafen, 2016).

Perante a crise o governo português recorreu à ajuda financeira externa, composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, designada por *Troika*, que impôs uma política de austeridade. Assim, a sociedade portuguesa viu-se afetada, diretamente, pelos impactos de uma crise que começou por ser financeira e imobiliária, mas que se difundiu ao conjunto do sistema económico, social e político (Méndez et al, 2015; Pedrosa, 2014; Ferrão, 2014). Os dados estatísticos disponíveis mostram que a imposição de um regime de austeridade provocou um aprofundamento da recessão na economia e acentuou a injustiça na distribuição social dos seus impactos (site da Pordata; Reis et al., 2013; Méndez et al., 2015).

O impacto das medidas de austeridade tem sido, particularmente desigual em Portugal, país que já era dos mais desiguais da Europa. A queda do rendimento, disponível das famílias, tem sido sentida sobretudo nos 10% mais pobres (Carmo et al., 2012). Em 2012, o rendimento dos 10% mais ricos era 10,7 vezes maior do que o dos 10% mais pobres (o que representa um aumento de 0,7 pontos percentuais em comparação com 2011). Portugal não atingia um valor tão alto deste indicador desde 2006 (Carmo e Matias, 2014). “Em Portugal no ano de 2014, mais de 25% dos rendimentos foram para os 10% mais ricos. Em contrapartida, o primeiro decil (os 10% mais pobres) recebia apenas 2,4%. Isto faz de Portugal um dos países mais desiguais da União Europeia” (Matos, 2015: p.n.n.). Os cortes da despesa pública fizeram-se sentir, particularmente, nos indivíduos e nas famílias com menores recursos. Os cidadãos são assim afetados, particularmente, a população desempregada, menos qualificada, mais idosa e com menores rendimentos. Registou-se o agravamento das condições de vida para uma grande parcela da população, que vê os seus rendimentos a serem diminuídos, sofrendo com a precarização do emprego e a deterioração de alguns serviços públicos, como a saúde, o apoio social e a educação.

No âmbito do processo de apoio financeiro da *Troika*, o Governo Português comprometeu-se a cumprir um plano de austeridade que visava reduzir o seu défice orçamental. As medidas adotadas

levaram a uma redução de salários e aumento de impostos, além de outras reformas estruturais que conduziram ao aumento do custo de vida e ao aumento do desemprego. Ainda que o impacto da crise tenha uma expressão generalizada a todos os sectores da população, ele atinge de uma forma mais imediata e mais gravosa as famílias mais precarizadas (tabela 1), sobretudo, aquelas que registaram situações inesperadas de desemprego. Mas, esse impacto tem vindo a estender-se a outros grupos sociais atingidos pela precariedade do trabalho, pela redução nos rendimentos, pelo sobre-endividamento, pela pobreza ou pelo aumento de transtornos mentais (Reis et al., 2013).

Cunha (2012:9) afirma que “um quinto dos lares portugueses foram afetados pelo desemprego”. Este autor acrescenta que em consequência deste problema, as famílias foram os agentes económicos mais afetados pela crise, considerando mesmo terem sido as principais. Os dados da tabela 1 mostram que, de uma maneira geral todos os indicadores sociais agravaram-se entre 2007 e 2014, sendo de salientar, o aumento do desemprego e do risco de pobreza, das mulheres, crianças e jovens, dos idosos, da população com menor escolaridade, desempregada e a viver em casa arrendada.

A taxa de desemprego quase que duplica (de 8% para 13,9%), aumentando, igualmente, a taxa de emprego precário e o desemprego de longa duração (figura 1). A taxa de empregados com contrato de duração limitada tem-se mantido elevada, ainda que com oscilações anuais, entre 19,4 a 22,8%. O fraco aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego não expressa a subida vertiginosa da taxa de desemprego, por outro, a diminuição do número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) não expressa o aumento da pobreza existente na sociedade portuguesa.

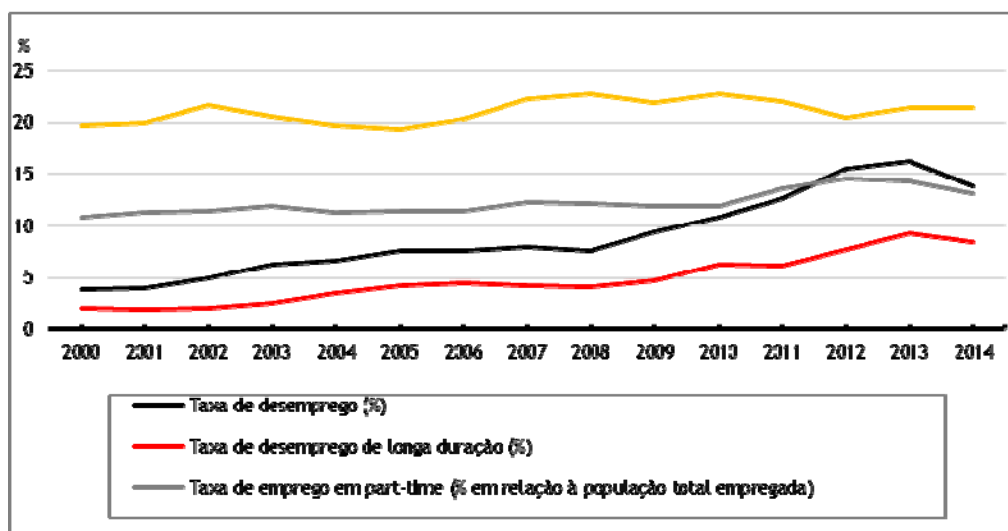
Segundo um estudo publicado pela Comissão Europeia (Callan et al., 2011) para os seis países da União Europeia mais afetados pela crise, Portugal é o único onde as medidas de austeridade tiveram uma sobrecarga financeira maior para os pobres do que para os ricos. Se considerarmos o caso do RSI, verifica-se que tem sido objeto de sucessivas alterações legislativas e de procedimentos, tornando o seu acesso mais restrito, resultando uma diminuição do número de beneficiários (tabela 1), num contexto de grande austeridade, de elevadas taxas de desemprego e de forte diminuição do rendimento disponível das famílias, assiste-se a um recuo por parte do Estado, quer nos apoios concedidos, quer na sua função de mediação e regulação do mercado.

Relativamente ao desemprego, com as mudanças ocorridas nos últimos anos, nomeadamente durante o período de assistência financeira, fragilizou-se, ainda mais, a situação dos desempregados em Portugal. O sistema de proteção social tem vindo a deixar desprotegidos um número cada vez maior de desempregados, em 2014 havia 726 mil desempregados mas só 634 mil eram beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social (495 mil dos quais recebiam subsídio de desemprego).

Tabela 1 - Alguns indicadores económicos e sociais, para Portugal antes e depois da crise económica

	INDICADORES SOCIAIS E ECONÓMICOS	2007	2014	FONTE
<b>EMPREGO, DESEMPREGO E PRECARIIDADE DO EMPREGO</b>	Empregados (milhares)	5092,5	4499,5	Pordata
	Taxa de desemprego (%)	8,0	13,9	Pordata
	Taxa de desemprego de longa duração (%)	4,3	8,4	Pordata
	Taxa de emprego em <i>part-time</i> (% em relação à população total empregada)	12,3	13,1	Pordata
	Taxa de empregados com contrato de duração limitada (% em relação à total de pop. empregada)	22,3	21,4	Pordata
	População desempregada (milhares, valor médio)	440,6	726,0	Pordata
<b>POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL</b>	População em risco de pobreza ou exclusão social (%)	25,0	27,5	Eurostat
	População feminina em risco de pobreza ou exclusão social (%)	26,0	28,1	Eurostat
	População masculina em risco de pobreza ou exclusão social (%)	24,0	26,7	Eurostat
	População com 0-17 anos em risco de pobreza ou exclusão social (%)	26,9	31,4	Pordata
	População com 18-64 anos em risco de pobreza ou exclusão social (%)	23,1	28,3	Pordata
	População com 65 anos ou mais em risco de pobreza ou exclusão social (%)	30,0	21,1	Pordata
<b>ESCOLARIDADE E EMPREGO E RISCOS DE POBREZA</b>	População com ensino básico em risco de pobreza ou exclusão social (%) (nível 0-2)	25,9	32,2	Eurostat
	População com ensino secundário em risco de pobreza ou exclusão social (%) (nível 3-4)	13,7	19,7	Eurostat
	População com mais que o secundário em risco de pobreza ou exclusão social (%) (nível 5-6)	6,3	10,8	Eurostat
	População desempregada em risco de pobreza ou exclusão social (%)	32,2	40,5	Eurostat
	População reformada em risco de pobreza ou exclusão social (%)	24,8	13,3	Eurostat
	População empregada em risco de pobreza ou exclusão social (%)	9,3	10,7	Eurostat
<b>TITULARIDADE DA HABITAÇÃO E RISCOS DE POBREZA</b>	População com habitação própria com empréstimo em risco de pobreza ou exclusão social (%)	9,9	16,9	Eurostat
	População com habitação própria sem empréstimo em risco de pobreza ou exclusão social (%)	24,6	26,9	Eurostat
	População com habitação arrendada em risco de pobreza ou exclusão sociais (%)	39,9	41,4	Eurostat
	População com habitação arrendada (renda social) em risco de pobreza ou exclusão social (%)	40,5	45,0	Eurostat
<b>POBREZA E DESIGUALDADES</b>	Taxa de risco de pobreza (antes de qualquer transferência social) (%)	41,5	47,8	Pordata
	Taxa de risco de pobreza (após de qualquer transferência social) (%)	18,5	19,5	Pordata
	Pessoas que não podem suportar despesas inesperadas (%)	19,7	42,2	Eurostat
	Pessoas com 65 anos ou mais anos que não podem suportar despesas inesperadas (%)	35,2	52,5	Eurostat
	Desigualdade na distribuição dos rendimentos (S80/S20) (%)	6,1	6,0	Pordata
<b>BENEFICIÁRIOS DA SEGURANÇA SOCIAL</b>	Nº de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	369 101	320 712	Seg. Social
	Nº de beneficiários do Subsídio de Desemprego	354 093	495 043	Seg. Social
	Nº de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI)	56 641	212 633	Seg. Social
<b>CRÉDITO BANCÁRIO</b>	Crédito malparado (particulares)	13,2 (2009)	14,8	Pordata
	Particulares em incumprimento bancário à habitação, em % do valor total dos empréstimos	5,2 (2009)	6,4	Pordata
	Peso do crédito à habitação no total de créditos das famílias (%)	80	83	BdP
	Peso do crédito à habitação de cobrança duvidosa (%)	1,0	2,0	BdP
	Peso do crédito ao consumo de cobrança duvidosa (%)	3,0	12,0	BdP

O aumento do desemprego de longa duração evidência, também, a ineficiência do sistema económico na criação de emprego, pois o emprego caiu de 5092,5 mil para 4499,5 mil empregados entre 2007 e 2014. O aumento de pessoas a trabalhar em empregos precários, mal remunerados e de curta duração tem aumentado, aproximando-se a taxa de precariedade dos 50% da população (CENTENO et al., 2015 e figura 1).



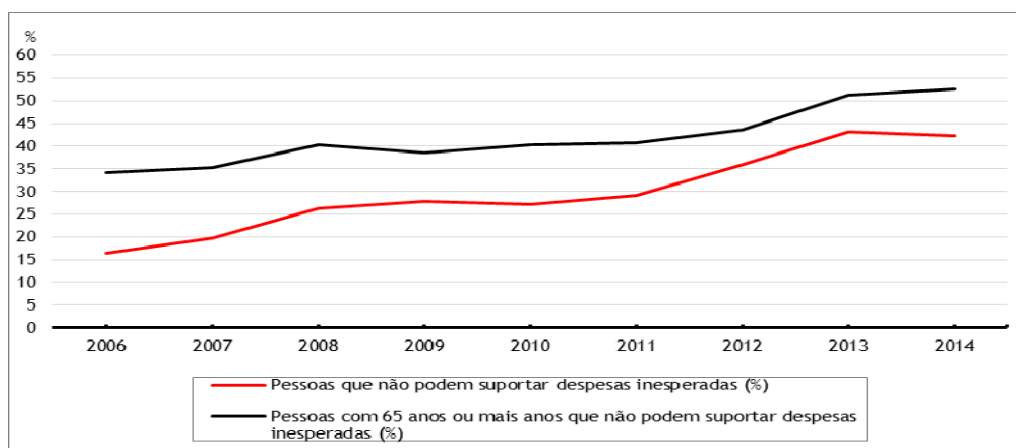
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pordata 2015 (INE - Inquérito ao emprego).

Figura 1 – Desemprego e precariedade do emprego, de 2000 a 2014.

Os dados da tabela 1 mostram que as populações idosas, desempregadas e com menores níveis de escolaridade, correm maiores riscos de pobreza ou exclusão social. Na verdade, entre 2007 e 2014, houve um aumento significativo do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) que passaram de cerca de 57 mil para cerca de 213 mil. A população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou de 25% para 27,5%, a taxa de intensidade da pobreza (sem considerar qualquer transferência social) aumentou de 41,5% para 47,8% e o número de pessoas que não conseguem suportar despesas inesperadas subiu de forma acentuada de 19,72% para 42,2% e são sobretudo os idosos que estão mais vulneráveis a esse risco (tabela 1; figura 2).

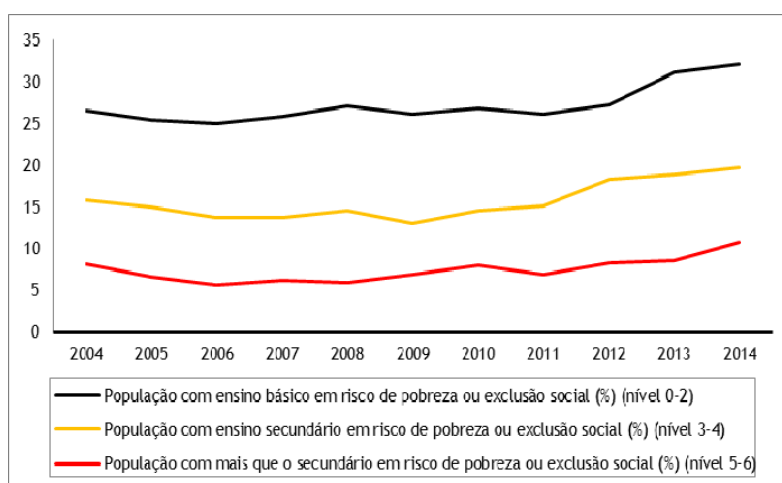
A taxa de risco de pobreza ou exclusão social na população com o ensino básico estava nos 26% em 2007 e passou para 32% em 2014. Com a crise a população mais escolarizada também passou a registar riscos de pobreza muito significativos, demonstrando a vulnerabilidade social mesmo da população mais capacitada (figura 3). Isto significa que as políticas públicas não estão a ser eficazes e não estão a ser capazes de garantir a igualdade de oportunidades às gerações mais jovens e um futuro com melhores condições de vida.

Os dados da figura 4 mostram que, o risco de pobreza junto da população com emprego também aumentou, apesar de existir uma taxa ainda mais elevada junto da população sem emprego. De facto, a precariedade no emprego e a diminuição dos salários e das regalias sociais, contribuíram para o agravamento das condições de vida dos portugueses.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Eurostat 2016.

Figura 2 – Evolução da população que não pode suportar despesas inesperadas, 2006 a 2014

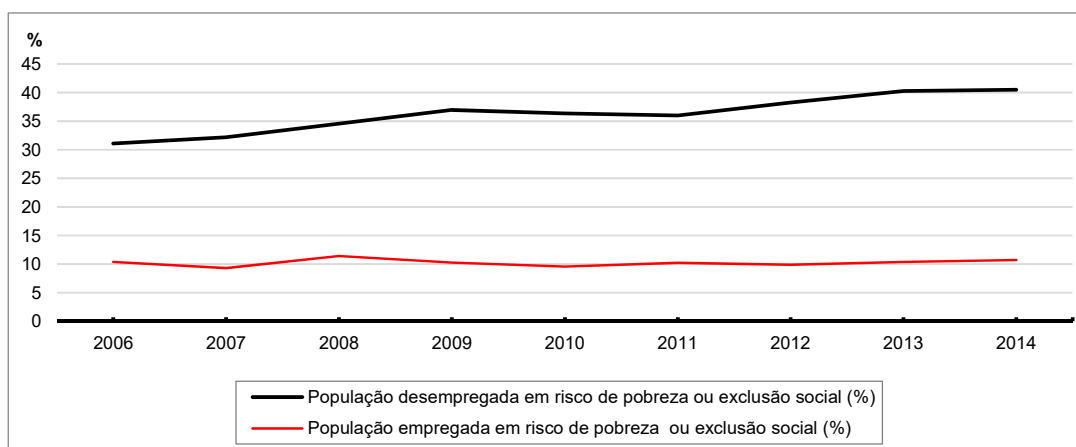


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Eurostat 2016

Figura 3 - Taxa de população em risco de pobreza, por grau de escolaridade, 2004 a 2014

A tabela 1 evidencia que existe uma clara diferença entre a população que habita em casa própria e em casa arrendada quanto ao risco de pobreza. A população que habita uma casa própria sem empréstimo apresenta uma taxa de risco de pobreza de 26,9%, enquanto a população que recorre a um empréstimo exibe uma taxa inferior (16,9%). Assim, há um número bastante significativo de populações

em risco social mesmo quando têm casa própria e para tal não recorreu a empréstimo. Com a crise, a evolução da taxa de risco aumentou sobretudo para as populações que recorreram a empréstimo para habitação. A população com habitação arrendada tem uma taxa de risco muito elevada (41,4%), nomeadamente se residir em habitação de renda social (45%), o que significa que é nestes contextos habitacionais que se encontram as situações mais complexas em termos de pobreza.

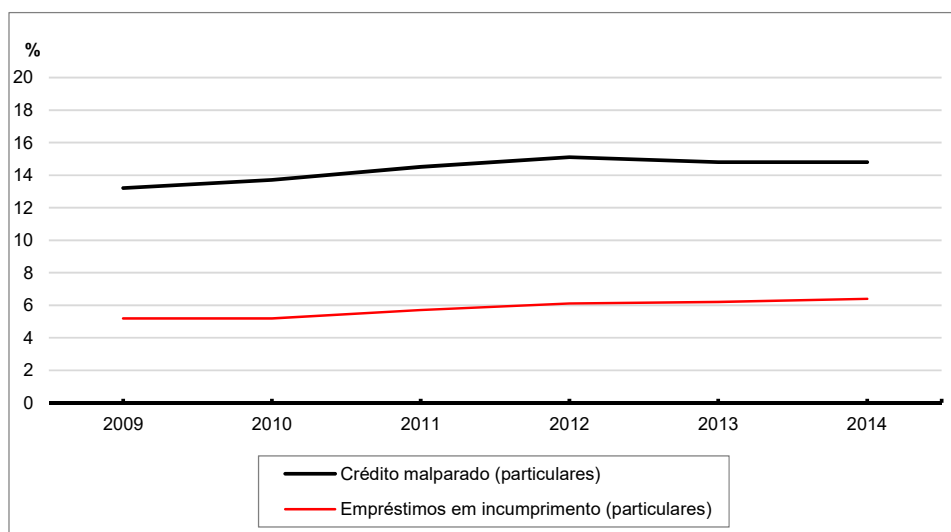


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Eurostat 2016

Figura 4 - Evolução da população em risco de pobreza (%), desempregada e empregada, 2006 a 2014

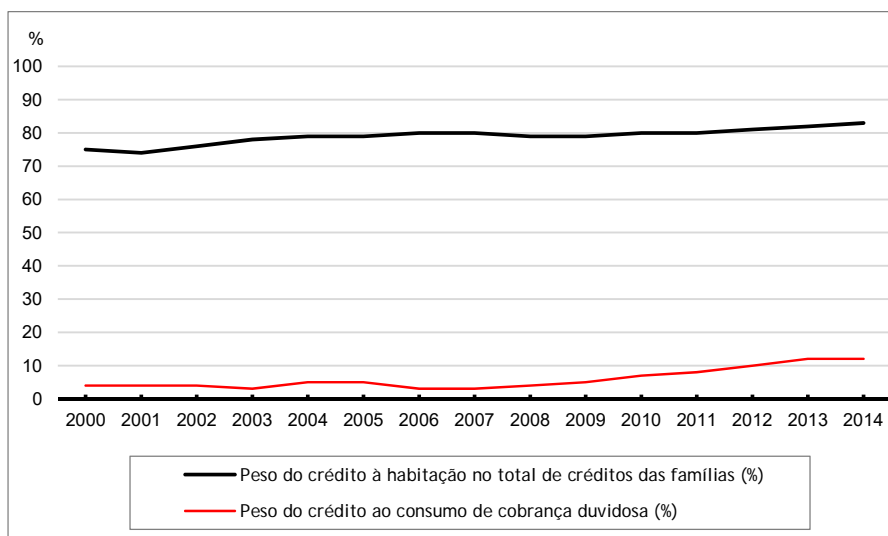
Até à atual crise económica e financeira, o endividamento das famílias portuguesas não oferecia grandes razões para preocupação. Com o despoletar da crise, o crédito malparado aumentou e os créditos são cada vez mais de cobrança duvidosa. Segundo José Reis, a “rápida expansão do crédito em Portugal e o crescimento das taxas de endividamento das famílias portuguesas ao longo das últimas décadas estiveram associadas a níveis bastante baixos de incumprimento. Mas com a crise, e a consequente quebra do rendimento das famílias e o aumento generalizado do custo de vida, o crédito mal parado aumentou” (Reis et al., 2013: 42).

As famílias tiveram e têm dificuldades em fazer face às suas necessidades e em cumprir as suas obrigações, nomeadamente, relativas aos empréstimos à habitação e/ou ao consumo. O peso do crédito à habitação no total de créditos das famílias sobe de 2007 para 2014, de 80% para 83%, e o peso do crédito de cobrança duvidosa aumenta - duplica no crédito à habitação e passa de 3% para 12% no crédito ao consumo (figuras 5 e 6).



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pordata 2015 (Banco de Portugal)

Figura 5 - Crédito mal parado e em incumprimento, de 2009 a 2014



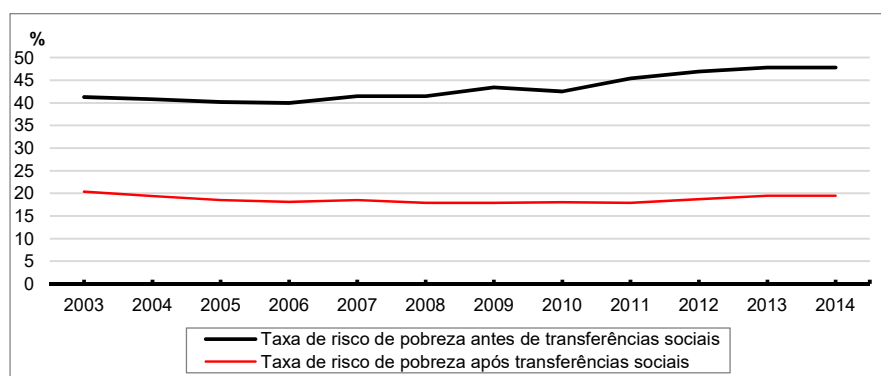
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Banco de Portugal (2015)

Figura 6 - Crédito à habitação, de 2000 a 2014

O contexto de crise económica e financeira, em Portugal, contribui, também, para o aumento do número de pessoas cujos rendimentos se encontram abaixo da linha de pobreza. Da leitura da tabela 1 e da figura 7, evidencia-se uma clara predominância da população em risco de pobreza antes de qualquer



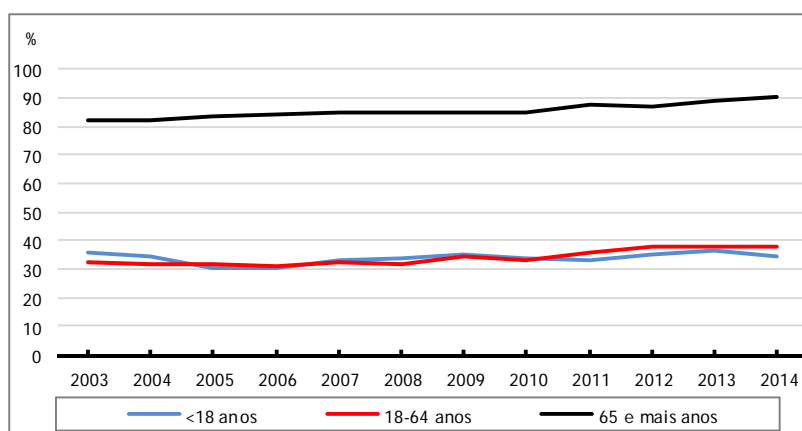
transferência social<sup>3</sup>, que começa por diminuir entre 2003 e 2006 e aumenta dos 41,5 para os 47,8%, entre 2007 e 2014 (sobretudo a partir de 2010), face aos valores mais baixos, mas ainda assim significativos, da taxa de risco de pobreza após transferências sociais.



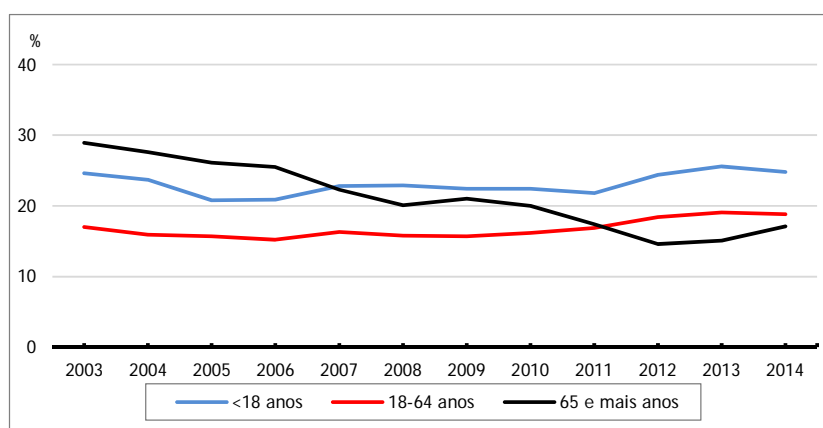
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pordata (INE - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento)  
Figura 7 - Taxa de risco de pobreza antes e depois das transferências sociais, de 2003 a 2014

São os idosos que mais se evidenciam em risco de pobreza antes de transferências sociais. Estes registam valores absolutamente preocupantes no período em análise, atingindo os 81,8% em 2003 e tendo vindo a aumentar desde então, até ao máximo de 90,3% registado em 2014. Os restantes grupos etários, com taxas menos expressivas, atingem valores compreendidos entre os 30% e 40% (figura 8) e veem os seus valores diminuir ligeiramente no que respeita à taxa de risco de pobreza após transferências sociais, o que demonstra a diminuta importância que os apoios sociais têm na subsistência destes grupos etários. O mesmo não se poderá dizer para a população com 65 e mais anos que, em proporção, diminuiu drasticamente a este nível. Entre 2003 e 2014, regista-se uma diminuição clara da população idosa em risco de pobreza após transferências sociais (de 28,9% para 17,1%) (figura 9), mas sobretudo quando comparado com os valores abruptos de idosos em situação de pobreza antes das transferências sociais, o que poderá ser explicado pelo expressivo aumento do número de beneficiários do CSI, e de outras pensões ou subsídios existentes para estes grupos etários, que se revelam uma fonte de sobrevivência para um significativo número de idosos portugueses (tabela 1).

<sup>3</sup> "As transferências sociais incluem pensões de velhice (reforma) e de sobrevivência; subsídios de desemprego; subsídios à família; subsídios de doença e de invalidez; subsídios de educação; subsídios de habitação; subsídios de combate à exclusão social" (Pordata, 2016).



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pordata 2015 (INE - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento)  
Figura 8 - Taxa de risco de pobreza, antes das transferências sociais, por grupos etários, de 2003 a 2014



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pordata 2015 (INE - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento)  
Figura 9 - Taxa de risco de pobreza, depois das transferências sociais, por grupos etários, de 2003 a 2014

### 3. Política social anticrise: que respostas à vulnerabilidade social?

Nos últimos anos o combate à pobreza em Portugal teve avanços notórios, sobretudo entre a população idosa, avanços associados em parte às políticas sociais implementadas, como o RSI e o CSI. No entanto, a pobreza continua a ser ainda extensa e persistente, uma vez que algumas das suas principais causas radicam em fatores estruturais da sociedade portuguesa. O mercado de trabalho é fortemente segmentado, com uma forte presença de baixos salários, e é em geral pouco escolarizado e qualificado. A repartição desigual de rendimentos, um sistema de proteção social com debilidades e um sistema de ensino pouco inclusivo, leva a entradas precoces no mercado de trabalho e é incapaz de impedir a transmissão da pobreza entre gerações.

Os problemas estruturais da pobreza e das desigualdades avolumam-se, uma vez que, em Portugal, a sua redução depende criticamente da ação e das transferências públicas, com a crise e a política de austeridade, verifica-se, não só, a redução de beneficiários, como também, a contenção e tributação de salários e pensões, num contexto de agravamento e maior difusão das dificuldades. Estas políticas traduzem-se num acentuar da pobreza pré-existente e na criação de novas bolsas de pobreza ao afetarem sectores da população até então imunes ao fenómeno, como vimos acima.

Assim, com a política crescente de austeridade, verificou-se um retrocesso generalizado das políticas sociais associadas a direitos de cidadania, como o congelamento do salário mínimo, a redução de pensões, cortes e diminuições nas prestações sociais que cobrem os riscos como o desemprego ou a pobreza, como é o caso das alterações sucessivas ao subsídio de desemprego, ao RSI, ao Abono de Família, ou ainda, a criação de taxas moderadoras no acesso à saúde (anexo 1).

As políticas de redução da despesa pública desencadearam mudanças assinaláveis não só no funcionamento dos serviços públicos, mas também, no modo como os indivíduos e as famílias satisfazem as suas necessidades nos mais diversos domínios e organizam estrategicamente os seus quotidianos, num contexto de precarização da vida. O impacto da redução da provisão pública fez-se sentir, igualmente, nas organizações que, complementarmente ao Estado, prestam serviços sociais e tiveram de desencadear novas respostas.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado, em 2011, para fazer face às dificuldades crescentes foi a criação do Programa de Emergência Social<sup>4</sup>. Este Programa elegeu cinco áreas de atuação prioritárias: família (inclui 16 medidas); idosos (inclui 10 medidas); deficiência (inclui 5 medidas); voluntariado (inclui 5 medidas) e instituições (inclui 17 medidas)<sup>5</sup>. Entre estas medidas, a mais emblemática foi a criação de um Programa de Emergência Alimentar, ampliando consideravelmente a Rede Solidária de Cantinas Sociais<sup>6</sup>, em 2011, existiam 62, em 2015 o seu número era de 843 e serviram 48 000 refeições por dia (Diário de Notícias, 10/08/2015). Segundo a análise efetuada por Cláudia Joaquim (2015), a este Programa, o Estado gasta mais com as cantinas sociais do que com o RSI, demonstrando, também, que o corte nas prestações sociais é acompanhado por um reforço das parcerias com o terceiro sector, portanto um recuo da provisão pública e das prestações sociais. Situação que revela uma visão assistencialista e de emergência da Ação Social, em prejuízo de uma abordagem pelos direitos e sustentada em medidas preventivas, o que não é justificável num contexto de austeridade, de elevadas taxas de desemprego e de forte diminuição do rendimento disponível de muitas famílias portuguesas, aumentando o risco de pobreza.

---

<sup>4</sup> O Programa de Emergência Social (PES) é um plano de ações no âmbito dos apoios sociais e financeiros a famílias carenciadas, em situações de desemprego e instituições públicas de solidariedade social (IPSS), com vigência até Dezembro de 2014.

<sup>5</sup> Apresentação pública do Programa de Emergência Social (disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/747090/programa%20emergencia%20social.pdf>.)

<sup>6</sup> Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas (Segurança Social, Nomenclatura e Conceitos, 2015).

A política anticrise, para os serviços sociais públicos e a alteração dos modos de prestação dos mesmos, tornou-se uma resposta corrente em vários serviços, caso dos cuidados de saúde ou o apoio aos idosos, por exemplo, passando da prestação direta dos serviços à prestação indireta através de parcerias público/privado, do *outsourcing*, e mesmo do financiamento de serviços sociais prestados por organizações não lucrativas, situação que já se verificava antes da crise, mas que se acentuou durante a crise (REIS *et al.*, 2013).

Como forma de operacionalizar esta mudança, o Governo criou a Rede Local de Intervenção Social (RLIS)<sup>7</sup>, este programa “assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidade no desenvolvimento da ação social que visa potenciar uma atuação concertada dos diversos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público e promover a implementação de novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em resposta às necessidades sociais” (Segurança Social, 2016), regendo-se por princípios de contratualização de serviços (artigo 6º do regulamento do RLIS), numa lógica de proximidade (supraconcelhio, concelhio ou infra concelhio, circunscrito a uma localidade, freguesia ou bairro, de acordo com as necessidades específicas do território), garantindo a subsidiariedade da sua implementação, acompanhamento e monitorização, cultura de direitos e obrigações.

O regulamento do RLIS delega as competências de ação social em instituições de solidariedade social, que serão financiadas por fundos comunitários<sup>8</sup>. Quanto às competências da Segurança Social, os técnicos serão “agentes de fiscalização e avaliação” (artigos 9º e 10º). A transferência da responsabilidade do Estado para as IPPS - segundo o Protocolo de Cooperação 2013-2014 entre o Ministério da Solidariedade e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a União das Mutualidades Portuguesas, e o Compromisso de Cooperação para o sector social solidário para o biénio 2015-2016, entre os Ministérios da Saúde, da Educação, da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a União das Mutualidades Portuguesas<sup>9</sup> - foi uma evidência de uma opção política que necessita de ser avaliada.

No âmbito do apoio à infância (0-3 anos de idade), tem-se verificado uma expansão da rede, entre 2000 e 2014 houve um aumento de 67%<sup>10</sup>. Esta medida é fundamental para as famílias em risco de pobreza dado que, promove a inclusão social das crianças, contribui para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem, ajudando, igualmente, a conciliar a vida profissional, pessoal e familiar dos adultos ativos desses agregados que já acumulam outras

---

<sup>7</sup> Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro e regulamentado pelo Despacho n.º 11675/2014 de 18 de setembro, regulamento específico que estabelece o modelo e o funcionamento da Rede Local de Intervenção Social.

<sup>8</sup> No âmbito do Portugal 2020, Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, foi aberto concurso em julho de 2015, para candidaturas do RLIS, tendo sido aprovadas 117, candidaturas, nas NUTS II Norte (51), Centro (48) e Alentejo (18).

<sup>9</sup> Disponíveis em: [http://novo.cnis.pt/images\\_ok/Protocolo%20ES%20IPSS2\\_13\\_14.pdf](http://novo.cnis.pt/images_ok/Protocolo%20ES%20IPSS2_13_14.pdf) e <http://www.seg-social.pt/documents/10152/453857/Protocolo+de+Coopera%C3%A7%C3%A3o+2015-2016>

<sup>10</sup> Carta Social, Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório de 2014.

desvantagens no acesso ao mercado de trabalho. Contudo, no âmbito do PES optou-se por simplificar o quadro legislativo, no sentido de permitir a flexibilização e maximização da capacidade instalada na vertente lucrativa e IPSS. Na sequência deste processo, continua a não se acautelar e priorizar o acesso a estes serviços às crianças de agregados economicamente mais vulneráveis.

Relativamente à educação e formação, uma das vertentes fundamentais, para contrariar a transmissão da pobreza e a exclusão social entre gerações, os cortes, também têm sido significativos, nomeadamente, o fim da Iniciativa Novas Oportunidades ou a reorganização com vista à redução das Atividades de Enriquecimento Curricular – a Escola a Tempo Inteiro<sup>11</sup>. Refira-se que os níveis de educação e formação constituem, uma das vulnerabilidades estruturais de Portugal. Apesar dos progressos alcançados ao longo dos últimos anos da taxa de abandono precoce de educação e formação, os níveis continuam muito elevados (17,4 % em 2014) e muito longe da meta nacional estabelecida para a Estratégia Europa 2020 (10%).

Estas medidas tiveram impactos negativos, não só nos seus destinatários, como ainda, nos professores e formadores, que perdem os seus postos de trabalho, contribuindo assim, para aumentar o desemprego, o trabalho precário ou a emigração. Embora como já referimos, o impacto da crise se faça sentir de forma mais pesada nas famílias com baixos rendimentos ou que enfrentam uma situação inesperada de desemprego, aos poucos, esse impacto tem vindo a estender-se a outros grupos sociais, também afetados pela precariedade do trabalho, pela redução do rendimento, associado aos cortes salariais, aumento de tributações e pelo endividamento.

Num cenário de contenção imposta na despesa pública e conseqüente retração nas transferências sociais e nos serviços sociais, evidentes nos sucessivos cortes que se vão impondo desde 2011, está-se não só a regredir no combate à pobreza que vinha sendo travado anteriormente, como inclusive a contribuir para acentuar as desigualdades económicas e sociais já existentes, com repercussões sérias e graves a longo-prazo para a coesão social, (Frazer e Marlier, 2012; Cáritas Europa, 2015).

#### **4. Conclusão**

Portugal, é um dos países da Europa que mais sofreu com os impactos da crise, com pedido de ajuda externa internacional e a necessidade de resolver o problema do défice financeiro, o último governo português implementou um conjunto de medidas políticas, que tinham teoricamente por princípio contrariar os efeitos nocivos provocados pela crise e promover a recuperação económica.

No entanto, as políticas de austeridade tiveram impactos significativos na redução dos rendimentos e apoios sociais, originando o aumento da pobreza e exclusão social e comprometendo a coesão social. A política rigorosa de contenção da despesa pública teve conseqüências sobre os serviços e apoios sociais. As políticas de combate à crise implementadas envolveram sobretudo as instituições da

---

<sup>11</sup> Refira-se que, consta das Grandes Opções do Plano para a atual legislatura, repor esta medida para os alunos do ensino básico.

economia social. Essas políticas acabaram por penalizar as populações mais vulneráveis, devido às alterações e à redução dos principais apoios sociais de combate à pobreza. Dado que é essencialmente com base no rendimento do trabalho, em especial do trabalho por conta de outrem, que indivíduos e famílias estruturam os seus projetos de consumo e endividamento, o desemprego e a diminuição de rendimento disponível pode acarretar consequências particularmente gravosas em uma população já de si vulnerável, mesmo quando está empregada. No período analisado, o aumento do desemprego, a perda de rendimentos e o endividamento, contribuíram para aumentar a população em risco social, alargando-se às classes médias.

Num contexto de efetiva escassez de emprego e de recursos públicos, será importante avaliar o papel do Estado Social no apoio aos indivíduos e às famílias em dificuldades. Esta avaliação deverá ter em conta a capacidade das prestações sociais fazerem face à dimensão do problema social.

Seguindo João Ferrão (2014), as políticas públicas tratam normalmente o país como um ponto, numa abordagem *a-territorial*. O país tem uma diversidade geográfica e as políticas públicas não podem ser a-territoriais. A escassez de recursos públicos e privados não pode comprometer a necessidade de conceber-se políticas ajustadas em matéria de política social. Assim, é fundamental desenhar-se políticas mais adequadas à dimensão e às características dos problemas.

## 5. Bibliografia

Aalbers, M.B. (2009). Geographies of the financial crisis. *Area*, 41 (1), 34-42.

Avellaneda, S.D. e Hardiman, N. (2010). The European Context of Ireland's Economic Crisis. *The Economic and Social Review*, 41(4), 473–500.

Beck, U. (2000). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: U. Beck, U.; a. Giddens; s. Lasch, (Eds.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, (pp.1-51). Oeiras: Celta Editora.

Bell, D. N. F. e Blanchflower, D. G. (2011). The crisis, policy reactions and attitudes to globalization and jobs. *IZA Discussion Paper*, Disponível em: SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1835320>. [Acedido em 25 de junho de 2016].

Blaikie, P., et al (1994). *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability, and Disasters*. New York: Routledge.

Cairns, D et al. (2014). Another 'Missing Middle'? The marginalized majority of tertiary-educated youth in Portugal during the economic crisis. *Journal of Youth Studies*, 17, 1046-1060.

Callan, T. et al. (2011). The Distributional Effects of Austerity Measures: A Comparison of Six EU Countries. *EUROMOD Working Paper No. EM6/11*.

Carballo-Cruz, F. (2011). Causes and consequences of the Spanish economic crisis: Why the recovery is taken so long? *Panaeconomicus*, 58, (pp.309-328). Serbia: University of Novi Sad.

Cáritas Europa (2015). *Poverty and Inequalities on the Rise, Crisis Monitoring Report*. Disponível em: [http://www.caritas.eu/sites/default/files/caritascrisisreport\\_2015\\_en\\_final.pdf](http://www.caritas.eu/sites/default/files/caritascrisisreport_2015_en_final.pdf). [Acedido em 25 de junho de 2016].

Carmo, R. et al (2012). *Inequalities in Portugal: Recent and Structural Trends*. Coimbra: CES, Observatório das Desigualdades. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&lang=en&id=126>. [Acedido em 25 de junho de 2016].

Carmo, R., Matias, A.R. (2014). *Income inequality in Portugal and in Europe: the impact of austerity?*. Coimbra: CES, Observatório das Desigualdades. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.com/2014/06/12/income-inequality-in-portugal-and-in-europe-the-impact-of-austerity-by-renato-miguel-do-carmo-e-ana-rita-matias/>. [Acedido em 25 de junho de 2016].

Centeno, M. et al. (2015). *Uma Década para Portugal*. Disponível em: [http://economico.sapo.pt/public/uploads/uma\\_decada\\_para\\_portugal.pdf](http://economico.sapo.pt/public/uploads/uma_decada_para_portugal.pdf) [Acedido em 25 de junho de 2016].

Cunha, L.C. (2012). *O Impacto da Crise no Bem-estar dos Portugueses*. SEDES. Disponível em: <http://www.sedes.pt/multimedia/file/sedes-lcc-estudo.pdf>. [Acedido em 25 de junho de 2016].

Cutter, S. et al, (2000). Revealing the Vulnerability of People and Places: A Case Study of Georgetown County. *Annals of the Association of American Geographers*, 90 (4), 713–737.

Eichengreen, B. et al. (2014). The Eurozone Crisis: Phoenix Miracle or Lost Decade? *Journal of Macroeconomics*, 39 (Part B), 288-308.

Ferrão, J. (2014). A Inovação no Desenvolvimento Territorial Sustentável. *Conferências de Aljustrel: Cidadania, Inovação & Território*, Aljustrel, 4 e 5 de Abril.

Frazer, H. e Marlier, E. (2012). *Current situation in relation to child poverty and child well-being: EU policy context, key challenges ahead and ways forward*. Network of Independent Experts on Social Inclusion. Brussels: European Commission. Disponível em: <http://www.ceps.lu>. [Acedido em 25 de junho de 2016].

Glewwe, P. e Hall, G. (1998). Are some groups more vulnerable to macroeconomic shocks than others? Hypothesis tests based on panel data from Peru, *Journal of Development Economics*, 56,181-206.

Hilhorst, D. e Bankoff, G., (2004). Introduction: Mapping Vulnerability. In G. Bankoff; G. Frerks; D. Hilhorst (ed.). *Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People* (pp.1-9). London: Earthscan.

Joaquim, C. (2015). Proteção social, terceiro sector e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal? *Cadernos do Observatório*, Coimbra: CES, Observatório sobre Crises e Alternativas. Disponível

em: [http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv\\_III\\_fevereiro2015.pdf](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_III_fevereiro2015.pdf). [Acedido em 25 de junho de 2016].

Knieling, J. e Othengrafen, F. (ed) (2016). *Cities in Crisis*. Abingdon: Routledge.

Markovits, Y. et al., (2014). Economic crisis and the employee: The effects of economic crisis on employee job satisfaction, commitment, and self-regulation. *European Management Journal*, 32 (3), 413-422.

Marques, T.S., Matos, F.L. (2016), Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial, In: *Geografia, Paisagem e Riscos. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa*, Vol. I, (pp. 187-212). Universidade de Coimbra.

Marques, T.S., Matos, F.L., Maia, C., Ribeiro, D. (2016). Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial, In: Á. Miramontes Carballada; Á. Piñeiro Antelo; A. Doval Adán; M. Pazos Otón; R. C. Lois González (coord.), *VII Jornadas de Geografía Económica - Los escenarios económicos en transformación. La realidad territorial tras la crisis económica*, (pp. 163-174). Santiago de Compostela: USC-AGE.

Matos, I. C. (2015). Portugal Desigual, Notas da Nova, Disponível em: <http://www.netfarma.pt/artigo/desigualdades-ines-campos-matos-notas-da-nova>. [Acedido em 25 de junho de 2016].

Méndez, R. et al. (2015). *Atlas de la Crisis*. Valencia: Tirant Humanidades.

Pedroso, P. (2014). *Portugal and the Global Crises The impact of austerity on the economy, the social model and the performance of the state*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, Western Europe/North America. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/id/10722.pdf>. [Acedido em 30 de junho de 2016].

Prowse, M (2003). Towards a clearer understanding of 'vulnerability' in relation to chronic poverty, *Working Paper No 24* April. Chronic Poverty Research Centre.

Reis, J et al (2013). *A Anatomia da crise: identificar os problemas para construir alternativas*, 1º relatório preliminar do Observatório da Crise e Alternativas. Coimbra: CES, Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio\\_Anatomia\\_Crise\\_final\\_.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf). [Acedido em 25 de junho de 2016].

Ribeiro, R. et al (2015). Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares. *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, (pp. 5155-5171). Universidade Nova de Lisboa-FCSH,

Schröder-Butterfill, E. e Marianti, R. (2006). A framework for understanding old-age vulnerabilities. *Ageing and Society*, 26 (1), 9–35. Cambridge University Press.



Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.

Tedim, F. (2016). Vulnerabilidade, In: J. A R, Fernandes; L.L., Trigal; E.S., Sposito, *Dicionário de Geografia Aplicada*, (pp.534-535). Porto: Porto Editora.

Valadas, C. (2013). Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, 89-110.

Wisner, B. (2004). Assessment of capability and vulnerability. In: G. Bankoff; G. Frerks; D. Hilhorst, (Eds.), *Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People*, (pp.183-193). London: Earthscan.

#### Anexo 1 - Principais Medidas de Política durante o período de austeridade.

		Medidas	Legislação
Política Laboral	Desemprego	<b>2012</b> - Reformas das prestações de desemprego: o período contributivo mínimo necessário para receber subsídio de desemprego foi reduzido de 450 para 360 dias consecutivos (ou seja, de 15 para 12 meses); a cobertura em situação de desemprego foi alargada para abarcar novos grupos de trabalhadores, nomeadamente, os trabalhadores por conta própria "dependentes" que trabalham maioritariamente para uma entidade contratante; Famílias desempregadas com filhos foram consideradas um grupo - alvo específico – um aumento temporário de 10% no subsídio de desemprego foi introduzido nesses casos para ambos os membros do casal; assim como no caso das famílias monoparentais, em que o(a) progenitor(a) se encontra desempregado(a) e não beneficia de uma pensão de alimento; o limite máximo do subsídio de desemprego foi reduzido de 1257,66 € para 1048,05 €; com uma diminuição de 10% após seis meses de desemprego. Além disso, o período de tempo máximo de atribuição foi restringido de 900 para 540 dias (ou seja, de 30 para 18 meses). Os despedimentos por inadaptação e extinção do posto de trabalho passam a ser mais fáceis.	Decreto-Lei nº 64/2012 de 15 de março; Decreto-Lei nº 65/2012 de 15 de março;
	Trabalho	<b>2012</b> - Supressão de 4 feriados; redução de 3 dias de férias; aumento do horário de trabalho na função pública de 35 para 40 horas semanais; redução para 50% da retribuição por trabalho suplementar e por trabalho em feriado; eliminação do descanso compensatório pelo trabalho suplementar.	Lei nº 23/2012 de 25 de junho (alteração ao código do trabalho).
	Função Pública	<b>2011</b> - Cortes nos salários da função pública entre 3,5% e 10% para funcionários com salários acima dos 1750€ mensais; <b>2012</b> suspensão do subsídio de Natal e férias dos funcionários públicos para os que auferem acima dos 1100 €; 12% de redução para os que ganham entre os 600€ e 1100€; <b>2013</b> devolução do subsídio de férias; eliminação das promoções e progressões na carreira; aumento do horário de trabalho para 40 horas semanais; <b>2014</b> Cortes nos salários entre 3,5% para funcionários com salários superiores a 1500€e inferiores a 2000€; 3,5 % e 10 %, no caso das remunerações iguais ou superiores a 2000 até 4165€; 10 % sobre o valor total das remunerações superiores a 4 165€; redução do número mínimo de férias de 25 para 22 dias; <b>2015</b> corte de 2,8% nos salários acima de 1.500€ e até 2.000 €; cortes que variam entre os 2,8% e os 8% para salários acima de 2.000€ e até 4.165€, cortes de 8% salários acima dos 4.165€ e pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e reposição de 20% dos salários.	Lei 75/2014 de 12 setembro de 2014. A suspensão do 13º e 14º mês foram consideradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional em 5 de abril de 2013
	Salário mínimo	<b>2011</b> - O salário mínimo é fixado em 485€/mês e mantém-se esse valor nos anos seguintes; <b>2015</b> – É descongelado e passa para 505€/mês	

		Medidas	Legislação
Política Fiscal	Impostos	<p><b>IRS e CES - 2011-2015</b> Alterações dos escalões e agravamentos da taxa do IRS incidente sobre os rendimentos do trabalho por conta de outrem e por conta própria;</p> <p><b>2011</b> - Introdução de uma sobretaxa extraordinária de 3,5% sobre os rendimentos sujeitos a IRS; <b>2011</b> - criação de uma Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), incidindo sobre pensões, subvenções e prestações pecuniárias de idêntica natureza cujo valor mensal fosse superior a 5000€ (tributadas em 10% sobre o montante que excedesse os 5000€); <b>2012</b> - CES aplicável a uma taxa de 25% sobre o valor que excedesse o montante de 5030,64€ e de 50% sobre o valor que excedesse o montante de 7545,96€, <b>2013</b> – a CES aplica-se a pensões mais baixas, a partir de 1350€ mensais brutos. Assim, para prestações entre 1350€ e 1800€ é aplicável uma taxa de 3,5% sobre esse mesmo valor. Para pensões de valor superior a 1800€ e inferiores a 3750€ é aplicável adicionalmente uma taxa de 16% ao montante da pensão superior a 1800€. Nas pensões superiores a 3750€ é aplicável uma taxa unitária de 10%. Nas pensões superiores a 3750€ é aplicável uma taxa adicional de 15% sobre o montante que exceda 5030, 64 € mas que seja inferior a 7545,96€. Nas pensões superiores a 3750€ e cujo valor exceda 7545,96€ é aplicável uma taxa adicional de 40% sobre o excesso, cumulativa com a taxa de 10% e 15% aplicadas anteriormente. <b>IVA 2012</b>- aumento do IVA de 6% para 23% na energia elétrica, gás e restauração.</p>	<p>O Decreto-Lei n.º 49/2011, de 7 de setembro (aprova a sobretaxa extraordinária de IRS); Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011) cria o CES</p> <p>Lei n.º 64-B/2011 - 30/12 (Orçamento de Estado de 2012 e 2013 - alteração ao IRS e CES).</p> <p>Lei n.º 51-A/2011 - 30/09 (alterações ao IVA)</p> <p>Lei n.º 64-B/2011 - 30/12 (alterações ao IVA)</p>
Política de Apoio à Habitação	Mercado Social de Arrendamento	<p>É uma das medidas do PES, trata-se de uma medida para jovens casais ou famílias de classe média que não se encontram na tipologia com direito à habitação social, mas também não possuem rendimentos suficientes para aquisição de casa própria. Pretende incluir o património imobiliário dos bancos (em parte por retoma de empréstimos que as famílias não conseguiram pagar, por dificuldade financeira em consequência da crise), pelo que esta medida é uma parceria entre o Governo, Câmaras Municipais e entidades bancárias.</p>	
	Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PARI)	<p>Criado em 2012, para os clientes bancários que estejam em atraso no cumprimento dos seus contratos de crédito. Os clientes bancários, em situação económica muito difícil, que se encontrem em atraso no pagamento das prestações do seu crédito à habitação podem beneficiar do regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação. Os clientes que tiverem acesso a este regime têm direito à reestruturação da sua dívida se a instituição de crédito verificar que têm capacidade financeira que lhes permita cumprir o pagamento das prestações do contrato de crédito à habitação reestruturado. O regime extraordinário cessou em janeiro de 2016.</p>	<p>Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro (cria o PARI);</p> <p>Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro (cria o regime extraordinário para o crédito à habitação).</p>

		Medidas	Legislação
Política Social	Rendimento Social de Inserção (RSI)	É uma medida de proteção social criada em <b>2003</b> para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por Um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. A partir de 2010, são impostas regras mais rigorosas na atribuição e manutenção deste subsídio.	Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio; Lei 45/2005 29 de agosto; D.L. n.º 70/2010 de 16 de junho (alterações ao RSI); Portaria n.º257/2012 de 27 de agosto
	Indexante de Apoios Sociais	É o valor de referência na determinação das prestações sociais, começou a ser utilizado a partir de <b>2007</b> , sendo fixado em 2009 nos 419,22 €, montante que vigora atualmente.	Lei n.º 53 -B/2006, de 29 de dezembro.
	Complemento Solidário para Idosos (CSI)	É um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 2 meses. <b>2013</b> , redução do valor de referência de 5.022 €/ano para 4.909 €/ano.	D.L. n.º 232/2005, de 29 de dezembro (cria o CSI); Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de fevereiro.
	Reformados	<b>2011</b> - Aumento de 1% da pensão social, da pensão do regime dos rurais e da pensão mínima de carreiras contributivas menores de 15 anos as pensões mínimas de carreiras contributivas entre 15 e 20 anos, 21 e 30 anos e mais de 30 anos mantiveram, desde 2011, o seu valor nominal; <b>2012 - suspensão do 13 e 14 mês aos reformados com reformas acima dos 1100€ mensais</b> ; Introdução da Sobretaxa Extraordinária de IRS (em 3,5% da parcela da pensão que excede o salário mínimo nacional); <b>2012 - suspensão de um destes subsídios aos reformados com reformas entre os 600 e os 110 €</b> ; congelamento do valor nominal das pensões, com a exceção das mais reduzidas (pensão mínima com menos de 15 anos de contribuições, pensões sociais e rurais); <b>2014 - aumento da idade da reforma para os 66 anos; Corte nas pensões de sobrevivência atribuídas pela CGA e pelo Centro Nacional de Pensões a pensionistas que recebem mensalmente a título de pensão</b> , pelo menos, 2000 €; Introdução de uma condição de recursos ao Complemento por Dependência de 1º grau (passou a ser atribuído apenas a pensionistas com valor total de pensões inferior a 600 €; <b>Agravamento das taxas e retenção na fonte, redução da dedução específica em sede de IRS sobre os rendimentos de pensões</b> (de 6000 para 4104 €); <b>agravamento da CES</b> (3,5% de contribuição aplicável sobre pensões de valor mensal entre 1000 e 1800 €, 16% sobre remanescente entre 1800 e 3750 €, 10% sobre pensões superiores a 3750€, 15% de contribuição aplicável sobre a parcela da pensão que excede os 4611,42 € e até os 7126,74 €, 40% de contribuição aplicável sobre a parcela da pensão que excede os 7126,74 €).	
	Benefícios sociais	<b>Abono de Família: 2010</b> - as famílias com rendimentos brutos anuais superiores a 8.803,63 € deixam de receber o abono de família e eliminação da majoração de 25% para as famílias com rendimentos brutos anuais entre os 2.934,54 e os 5.869,08€; <b>2016</b> - aumento dos montantes dos escalões do abono de família (bem como do abono pré-natal) e da majoração desta prestação atribuída às famílias monoparentais e um aumento do valor mensal para as famílias numerosas; redução das deduções fiscais; <b>2013</b> - Aumento dos descontos para ADSE, CGA e Segurança Social.	

	Medidas	Legislação
Saúde	<b>2011 - Criação das taxas moderadoras no acesso ao serviço nacional de saúde;</b> as taxas moderadoras são cobradas na realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica, em qualquer consulta médica, na admissão ao serviço de urgência e na admissão para cirurgia de ambulatório, no internamento (é cobrada nos 10 primeiros dias de internamento).	Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro (cria as taxas moderadoras no SNS)
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES)	Criado em <b>2010</b> , estabelece um conjunto de medidas de estímulo ao desenvolvimento da economia social, das quais se destaca: - A implementação de uma linha de crédito bonificado, específica para as entidades que integram o sector social, com os seguintes objetivos: (i) Investimento no reforço da atividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção; (ii) Modernização dos serviços prestados às comunidades; (iii) Modernização da gestão e reforço de tesouraria; (iv) Reforço do fundo de manei necessário ao desenvolvimento da sua atividade; (v) Liquidação de dívidas junto de instituições de crédito ou de fornecedores. - A criação de um programa nacional de microcrédito, pretendendo-se com esta medida fomentar a criação de emprego e o empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Visa-se apoiar, preferencialmente, desempregados que pretendam desenvolver uma atividade por conta própria, para a qual necessitem de um empréstimo de baixo valor, com o limite máximo de 25.000 €, e ao qual não consigam aceder junto de instituições financeiras. - O desenvolvimento de um programa de formação profissional de apoio à gestão e à modernização das entidades do sector social.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2010 - I Série n.º 44, de 4/04. Portaria do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social n.º 42/2011 de 19 de janeiro

Fonte: Elaboração própria a partir das seguintes fontes: Segurança Social, IHRU, Decretos-leis, Portarias e Resoluções do Conselho de Ministros.

## EM BUSCA DA NARRATIVA PERDIDA: DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL NA MODERNIDADE TARDIA

Paulo Jorge Santos  
Faculdade de Letras, Universidade do Porto  
pjsosantos@sapo.pt

### Resumo

À medida que as sociedades modernas se tornaram progressivamente mais complexas e diferenciadas, as grandes narrativas culturais que alicerçavam o funcionamento social começaram a perder o seu poder aglutinador. Este afastamento dos cânones tradicionais abalou profundamente o sentido de identidade de um número muito significativo de pessoas que, em larga medida, se relacionava estreitamente com as posições sociais que ocupavam nas suas comunidades de origem. Na modernidade tardia em que vivemos o *self* é, não tanto uma essência passível de delimitação, mas mais um projeto fluido, múltiplo, relacional e dialógico, intimamente relacionado com comunidades culturais que partilham determinados significados e que possibilitam aos seus membros conferir uma certa coerência e sentido à sua existência. Neste quadro, um dos mais promissores e interessantes modelos do funcionamento psicológico consagra a narrativa como a matriz organizadora dos significados que os indivíduos constroem para a sua experiência. Neste artigo descrever-se-á de que forma é que o processo de construção e reconstrução de narrativas é suscetível de possibilitar um quadro conceptual de referência que permite articular o desenvolvimento pessoal e social no quadro das sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** narrativa, modernidade tardia, desenvolvimento pessoal, desenvolvimento social.

### Abstract

As modern societies became increasingly more complex and diversified, the major cultural narratives in which social relations were anchored gradually lost their power to assemble. This estrangement from traditional canons has deeply shaken the sense of identity of a very significant number of people, who related closely to the social positions they occupied in their communities of origin. Late Modernity, in which the self has become the centre of experience, is not an essence we can delimit, but rather a fluid, multiple, relational, and dialogical project. It is intimately related with cultural communities who share specific meanings and enable their members to confer a degree of coherence and meaning to their existence. One of the most promising and interesting models of psychological development takes the narrative as its core matrix to organise the meanings individuals build around their experiences. This paper intends to describe how the process of building and rebuilding narratives can shape the conceptual framework of reference for personal and social development in contemporary societies.

**Key Words:** narrative, late modernity, personal development, social development.

## 1. Introdução

Para onde quer que concentremos o nosso olhar na paisagem das sociedades contemporâneas temos a sensação de estarmos perante um mundo que conheceu profundas alterações nas últimas décadas e cujo processo de transformação parece imparável. Estas mudanças fazem-se sentir ao nível

social, económico, político e cultural e atingem pessoas, grupos, classes sociais, instituições e países e, de uma forma mais global, todo o planeta (Friedman, 2007; Giddens, 1999). Alguns autores sustentaram que tais transformações configuram um novo tipo de sociedade que questiona o projeto da modernidade a partir do qual as nossas sociedades se fundam. Em termos muito sucintos quais as características desse projeto? A modernidade caracteriza-se por um conjunto muito vasto de modificações das normas sociais, das instituições e da organização social que as sociedades europeias conheceram após o fim da Idade Média, embora em diferentes ritmos e com diferentes características, quer, em momentos posteriores, noutras zonas do globo. Estas mudanças, que podemos identificar a partir do século XVI, e que conheceram um aprofundamento a partir do Iluminismo e da Revolução Industrial, configuram, segundo Silva (2002), uma nova lógica de emancipação dos indivíduos dos ditames da tradição e uma nova lógica de regulação das relações sociais. No primeiro caso assistimos à emergência do indivíduo como uma nova categoria social, dotado de direitos e deveres para com a sociedade que integra, com o concomitante desenvolvimento do individualismo e da liberdade formal. No segundo caso constatámos a formação de Estados que concentram o poder político e que asseguram a gestão de um território, nomeadamente ao nível da administração e da justiça, e do nascimento de um sistema, o mercado, que regula os processos de troca de produtos e serviços. Estas novas lógicas sociais fundamentam-se na Razão, instância legitimadora da transformação, na qual radica a ideia de progresso social e que se encontra subjacente, de igual forma, ao nascimento da ciência moderna e do desenvolvimento da técnica.

A tese de Jean-François Lyotard (1989) é que as metanarrativas que estruturavam a modernidade (progresso, desenvolvimento, emancipação, etc.), se encontram esgotadas. Viveríamos, pelo menos desde os finais da década de 50, em sociedades pós-modernas que coincidem com o nascimento das sociedades pós-industriais, nas quais os critérios abstratos de verdade e de justiça vão sendo substituídos por critérios de performatividade relacionados com jogos de linguagem que fazem sentido em contextos locais e não universais.

A esta leitura contrapõem-se dois autores com quem mais nos identificamos. O primeiro é Anthony Giddens (1996) que, embora reconhecendo que a expressão pós-modernidade possa fazer sentido ao nível de julgamentos e reflexões ao nível estético (na literatura, nas artes plásticas ou na arquitetura, por exemplo), rejeita a sua utilização quando aplicada à produção do conhecimento sistemático sobre a ação humana e o desenvolvimento social. Todavia, ele reconhece estarmos perante desenvolvimentos múltiplos e complexos, que configuram transformações sociais substantivas, mas que radicam, mesmo assim, no projeto da modernidade. As sociedades contemporâneas poderiam ser caracterizadas como pertencendo à *modernidade tardia ou radicalizada* que, sob a influência da globalização, conhecem alterações profundas das suas instituições.

“Para onde quer que olhemos nós vemos instituições que parecem as mesmas que costumavam ser do lado de fora, e que ostentam os mesmos nomes, mas que do lado de dentro tornaram-se bem diferentes. Continuamos a falar de nação, família, trabalho, tradição, natureza, como fossem todas as mesmas como no passado. Já não são. A concha externa permanece, mas por dentro mudaram (...) Elas são o que eu chamo “instituições concha.” (Giddens, 1999, p. 19).

O segundo autor é Zygmunt Bauman (2000, 2001) que tem vindo a usar a metáfora da *liquidez* para dar conta de um conjunto de transformações sociais que tem vindo a ocorrer nas sociedades contemporâneas por contraponto à solidez da primeira fase da modernidade. Presentemente as estruturas sociais, instituições e estilos de vida individuais caracterizam-se por um elevado grau de fluidez e volatilidade. As ligações que outrora possibilitavam que os indivíduos construíssem percursos de vida e formas de estar no mundo a partir de projetos socialmente estruturados encontram-se em crise. É muito mais difícil do que outrora ancorar o devir humano num conjunto de referências socialmente prescritas pelo facto de estas terem perdido a estabilidade que outrora as caracterizava.

Na modernidade líquida a paisagem social mudou dramaticamente. Há muito poucas certezas nas sociedades contemporâneas. Os marcadores e instituições sociais que outrora regulavam a vida dos indivíduos (Estado, família, religião, ideologia, etc.), foram objeto de uma acentuada erosão e não podem servir, como no passado, de referentes estáveis para estruturar as ações humanas ao nível individual e coletivo. A vida social é muito mais imprevisível e incerta do que outrora. Podemos dizer com alguma segurança que a única certeza nas sociedades ocidentais atuais é uma condição de incerteza endémica.

## **2. Das biografias geométricas às biografias não-lineares: o exemplo do trabalho**

Para Bauman (2001), assim como para outros autores, as sociedades atuais caracterizam-se pela individualização, uma das principais características que estrutura os processos de transformação social (e.g., Ascher, 2001; Beck & Beck-Gernsheim, 2003). Se a criação do indivíduo pode ser considerada uma marca incontornável da modernidade, a individualização constitui uma dimensão extrema desta tendência, tendo emergido da crise das estruturas e dos processos sociais que enquadravam o comportamento individual e social no decurso da primeira modernidade. Os indivíduos ganharam maior liberdade de escolha em virtude da erosão dos valores tradicionais e do declínio das referências sociais da primeira fase da modernidade. De facto, eles confrontam-se com um leque de escolhas a partir das quais têm que organizar o seu percurso de vida que não tem paralelo na história humana (Salecl, 2010; Schwartz, 2004) e a partir de idades cada vez mais precoces (Tedesco, 1999).

Atualmente as pessoas têm de recorrer aos seus recursos pessoais para gerirem as suas vidas, menos condicionadas pela tradição ou comunidade de origem, de acordo com planos de curto prazo para os quais necessitam de tomar decisões, estabelecer objetivos, avaliar o seu cumprimento e começar tudo

de novo. Nas palavras de Beck e Beck-Gernsheim (2003): “Para [tirar partido] [d]as modernas vantagens sociais cada um tem que realizar algo, fazer um esforço ativo. Tem que ganhar, saber como afirmar-se na competição por recursos limitados – e não apenas uma vez, mas dia após dia (p. 3).” Para obter sucesso os indivíduos necessitam de mobilizar características pessoais como empreendedorismo, tenacidade, flexibilidade, adaptabilidade, resistência à frustração e tolerância para lidar com situações instáveis, entre muitas outras. Alternativas, perigos e incertezas biográficas, que outrora eram predefinidas no quadro de relações familiares, das comunidades e de regras sociais ou de classe, têm de ser agora compreendidos, interpretados e processados pelos próprios indivíduos. E isto numa paisagem social caracterizada pela fragmentação, descontinuidade e imprevisibilidade.

De acordo com Giddens (1996) na modernidade tardia a identidade transformou-se num projeto reflexivo. Os indivíduos têm que realizar um esforço permanente para manter um sentido de coerência nos seus percursos de vida, que se transformaram em *biografias reflexivas* ou *biografias bricolage*.

O mundo do trabalho constitui uma das dimensões sociais nos quais estes processos de (re)construção biográfica e identitária são particularmente evidentes. As trajetórias profissionais nas sociedades contemporâneas têm sido objeto de uma crescente instabilidade e imprevisibilidade (Blustein, 2006). Estas mudanças afetaram o conceito tradicional de carreira que prevaleceu até ao final da década de 70, início da década de 80 (Arnold & Jackson, 1997; Collin & Watts, 1996; Savickas, 2005). Recordemos, muito rapidamente, que carreira implicava uma progressão hierárquica no seio de organizações dotadas de uma certa previsibilidade e estabilidade, características que também definiam a estrutura do sistema económico orientado para a produção em massa, particularmente no período do pós-guerra (Reich, 1996). Atualmente, as trajetórias profissionais que os indivíduos tendem a percorrer são muito mais instáveis, imprevisíveis e marcadas por alternâncias entre períodos de emprego, de desemprego e de formação (Hughey & Hughey, 1999; Sullivan, 1999). O emprego para toda a vida deu lugar à empregabilidade, que deve ser permanentemente assegurada em grande parte à custa de um esforço individual, com os trabalhadores atuais a enfrentarem a necessidade de mudar de emprego e de profissão várias vezes no decurso da sua vida ativa (Savickas et al., 2009; Sullivan, 1999).

Simultaneamente, as pessoas tornaram-se responsáveis pela gestão das suas carreiras (King, 2001). De acordo com Tractenberg, Streumer e Zolingen (2002) “a capacidade de gerir a sua carreira, de escolher os objetivos de vida, de aprendizagem e de experiências de trabalho de forma a manter a sustentabilidade de carreira, tornou-se uma das competências estratégicas mais cruciais que deve ser dominada” (p. 91).

Estas transformações, que descrevemos muito sumariamente, explicam a razão pela qual novos conceitos de carreira emergiram nos últimos anos. *Carreira sem fronteiras* (Arthur, 1994), *carreira caleidoscópica* (Sullivan & Mainiero, 2007), *carreira proteana* (Hall, 2004) ou *carreira como navegação à vista* (Kraus, 1998), são algumas das designações que procuram descrever a configuração das vidas profissionais de uma parte significativa dos indivíduos nas sociedades atuais. Para usar a metáfora de



Joaquim Azevedo (1999), a carreira evoluiu de um modelo de voo de pássaro, marcado por uma trajetória relativamente linear e previsível, para um modelo de voo de borboleta, mais caótico e desordenado.

### **3. O *self* como construção narrativa**

A Psicologia, desde os seus primórdios como ciência social, sempre se interessou por caracterizar os indivíduos através de sistemas taxonómicos diversos. Desde as teorias clássicas de personalidade até modelo contemporâneo do “Big Five” a ênfase foi colocada na identificação de traços e na sua medição. Inúmeros instrumentos de avaliação psicológica foram criados para avaliar objetivamente a personalidade e, desta forma, o *self* era definido e caracterizado por elementos suscetíveis de uma medição rigorosa que recorria a procedimentos standardizados. Na expressão feliz de Vance Peavy (1997) esta personalidade objetivada configura um *self* psicométrico.

Todavia, também desde muito cedo surgiram modelos alternativos que, no âmbito da ciência psicológica, desenvolveram outros aspetos e que procuraram descrever o *self* no seu percurso desenvolvimental. Devemos a Erik Erikson (1968) uma contribuição única e original na descrição de um modelo psicossocial de desenvolvimento do ego ao longo do ciclo vital que combina dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Neste quadro teórico deveremos realçar, igualmente, o conceito de identidade que Erikson introduziu no âmbito das ciências sociais e humanas e que descreve como “um produto único que agora [na adolescência] encontra uma crise a ser resolvida apenas com novas identificações com colegas da mesma idade e com figuras de autoridade fora da família” (p. 87).

A psicologia cognitiva deu também um contributo particularmente relevante para a caracterização psicológica do *self*. Nascida na década de 50 a partir das limitações da psicologia comportamentalista e de contribuições de várias áreas como, por exemplo, a teoria da informação, a inteligência artificial, a ciência dos computadores ou o desenvolvimento da linguagem, a psicologia cognitiva esteve na base na revolução cognitiva que se desenvolveu na década de 60 e que se definitivamente se institucionalizou nas décadas de 70 e 80 como o paradigma dominante da investigação e da intervenção psicológicas em áreas tão diversas como a educação ou a psicoterapia. Duas metáforas do sujeito psicológico foram particularmente importantes neste novo metamodelo: o conhecimento seria o resultado de mecanismos de processamento da informação e os indivíduos funcionariam como computadores na assimilação e leitura dos *inputs* internos e externos.

Este paradigma concebe os seres humanos como agentes racionais, que pensam por intermédio de símbolos abstratos que são manipulados através de uma computação algorítmica que se subordina a uma lógica universal. A realidade seria acedida por processos psicológicos baseadas na razão e na lógica (Gonçalves, 1996, 2000).

Desde a segunda metade da década de 80, aproximadamente, que este modelo tem vindo a ser fortemente questionado tendo dado origem a enquadramentos teóricos que se afastam de um essencialismo de inspiração naturalista e que enfatizam uma dimensão subjetiva e autopoietica da construção psicológica da realidade. Devemos a Jerome Bruner (1986) uma distinção seminal entre dois tipos de cognição: a cognição paradigmática e a cognição narrativa. Na primeira procura-se atingir o ideal de um sistema de descrição e explicação de natureza matemático-formal que recorre a conceptualizações ou a categorizações. As operações através das quais as categorias são idealizadas permitem que estas se articulem entre si formando sistemas. A cognição paradigmática lida com causas gerais e usa procedimentos para assegurar que seja possível avaliar a sua verdade empírica. A sua linguagem implica a existência de consistência e não contradição, o que possibilita a corroboração ou infirmação de hipóteses empiricamente testáveis que são derivadas usando procedimentos lógicos. A linguagem científica clássica constitui um exemplo perfeito de cognição paradigmática.

Na cognição narrativa, por seu turno, o objetivo é contar boas histórias. Neste caso não se pretende avaliar a falsidade ou veracidade das narrativas, mas a sua *verossimilhança*. *A cognição narrativa estrutura a ação de um ou mais personagens no tempo e no espaço através de um enredo. Seria através da construção de narrativas, sobre si próprio ou sobre o mundo, que o sujeito psicológico encontraria a forma privilegiada de atribuir significado à sua existência. Neste contexto os seres humanos são concebidos como contadores de histórias por intermédio das quais procuram dotar de significado os espaços que habitam. O pensamento funda-se em processos metafóricos e imaginativos que são mobilizados para dar conta de uma realidade complexa e suscetível de múltiplas interpretações (Gonçalves, 1996). Como afirmou a escritora americana Siri Hustved (2006) "(...) precisamos de histórias, (...), de narradores, como de pão para a boca. (...) Faz parte da nossa condição humana" (p.48). Ao contrário das metodologias standardizadas para estudar o self a que já fizemos anteriormente referência, a psicologia narrativa enfatiza procedimentos que valorizam dimensões autobiográficas, subjetivas e hermenêuticas. Como acertadamente apontou Howard (1991) enfatiza-se o homo fabulus em detrimento do homo scientus.*

O conceito de *self* tem vindo a sofrer profundas alterações no quadro da psicologia contemporânea, apelando cada vez mais a dimensões narrativas. A forma e os processos que permitem conferir um sentido de individualidade encontrar-se-iam profundamente alicerçados nas narrativas que os indivíduos contam acerca das suas vidas. O *self* constrói-se e reconstrói-se permanentemente através das histórias que os seres humanos contam uns aos outros. Afirmar a individualidade consiste, essencialmente, em contar histórias organizadas em narrativas (Peavy, 1991).

#### 4. Das narrativas pessoais às narrativas sociais

As narrativas só ganham sentido se tiverem um público a quem são contadas, num tempo histórico-social que define a matriz cultural da qual emergem os conceitos e as regras que as estruturam (Gonçalves, 2004). O *self* tem vindo a ser definido, de forma crescente, como uma dimensão autobiográfica que se funda nas narrativas, cultural e historicamente situadas, que as pessoas desenvolvem sobre a existência (Gonçalves, 2000). Não é possível entender qualquer narrativa pessoal sem a enquadrarmos nas narrativas mais vastas que são prevaletentes numa determinada sociedade e num determinado momento da sua história, uma vez que estas estruturam a forma e os processos inerentes à narração (Gonçalves, 1996; Howard, 1991). Qualquer ato narrativo constitui sempre um processo social na medida em que resulta da linguagem, dispositivo que, por definição, é socialmente constituído e partilhado.

É neste contexto que se nos afigura pertinente interpretar a modernidade tardia ou a modernidade líquida, que anteriormente referimos, à luz da psicologia narrativa. A erosão das instituições e processos sociais da primeira fase da modernidade, que possibilitavam ancorar o sentido do *self* de um grande número pessoas, pode ser interpretado como o desaparecimento de narrativas estáveis a elas associadas. Existem agora inúmeras possibilidades narrativas a partir das quais os indivíduos devem construir as suas vidas ao nível do trabalho, do amor, da cidadania e da identidade, apenas para mencionar algumas dimensões humanas da existência. Todavia, julgamos poder afirmar que muitas destas possíveis narrativas, que podem ser interpretadas como alternativas de vida, possuem uma característica comum: elas tendem a ser percebidas como investimentos de curto prazo porque uma das características das sociedades contemporâneas é o *défice de projeção no futuro*. É particularmente difícil construir percursos narrativos com um horizonte extenso por causa da fragmentação e da instabilidade social que atrás referimos.

Como afirmou Pais (2001), fazendo referência às transformações que se estão a operar no mercado de emprego:

“Porque é que se fala tanto de *crise*? Em grego, *krísis* significa decisão. E decisão vem de cisão [*scission*]. As cisões aparecem associadas ao caos e à instabilidade, gerando *indecisão*. A crise é um momento de *indecisão* que apela à *decisão*. A crise deve ser entendida no sentido em que os paradigmas emergentes da contemporaneidade são os da *indecisão*. Tudo é instável.” (itálico no original, p. 20)

Desta forma, os indivíduos são obrigados a um esforço mais ou menos permanente de construção e reconstrução de narrativas em múltiplos domínios das suas vidas a partir de um espaço social que viabiliza várias narrativas possíveis, embora umas mais do que outras. O papel de narrador impõe-se de uma forma inexorável ao indivíduo de hoje. É certo que ele pode permanecer indeciso face às escolhas

que tem que enfrentar e essa indecisão poderá corresponder à manutenção de várias possibilidades narrativas para o *self*, mas tal opção implica suspender a atualização do potencial que só a narrativa vivida possibilita.

A pluralidade de narrativas nas sociedades da contemporaneidade é mantida através de múltiplos canais de informação e comunicação, nomeadamente através das redes sociais que funcionam como a nova ágora dos tempos modernos. Neste contexto destaca-se a figura do *especialista* que de alguma forma veio substituir a autoridade tradicional das sociedades pré-modernas (Giddens, 1991). Para cada área do funcionamento social existe uma plêiade de especialistas que competem entre si pela hegemonia da sua narrativa com que procuram seduzir e conquistar pessoas para as suas causas. Poderíamos, é certo, assumir que em sociedades crescentemente mais complexas e diferenciadas, no plano científico, social, político, étnico e religioso, se justifica escutar com atenção estas novas figuras sociais que oferecem o seu conselho e decifração do mundo, contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões pessoais mais fundamentadas. Contudo, acreditamos que em muitos casos este processo aumenta a insegurança dos atores sociais nas suas próprias capacidades de escolha e condução das suas vidas.

## 5. A narrativa política da Europa

No domínio das ideologias políticas a mudança nas últimas décadas é absolutamente notável. Após o fim da II Guerra Mundial o mundo encontrava-se dividido entre dois blocos hegemonzados pelas duas grandes superpotências vencedoras do mais mortífero conflito que o mundo conheceu: os Estados Unidos da América e a União Soviética. Os dois países disputavam a liderança mundial com base em projetos políticos distintos, a democracia liberal e a economia de mercado, por um lado, e o regime comunista e a economia centralizada, por outro.

No contexto europeu o tempo do pós-guerra ficou marcado pela divisão do continente em duas esferas de influência. No campo ocidental o desenvolvimento capitalista alicerçou-se num crescimento económico elevado durante três décadas, período conhecido pelos *30 gloriosos*, e pela expansão dos sistemas de segurança social. De importância absolutamente crucial foi a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, e da posterior criação da Comunidade Económica Europeia, em 1957, como resposta política à necessidade de construir um espaço europeu de paz, de democracia e de progresso económico e social.

O desenvolvimento económico ocidental conheceu uma forte desaceleração no decurso da década de 70 com o fim do sistema de Bretton Woods em 1971 e com as crises do petróleo de 1973 e 1979. Este período marcou o fim dos processos de produção de massa e o início de uma época de transição no sistema económico mundial que viria a ter lugar nos anos 80. As economias europeia e americana conheceriam, sob a liderança política de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, fortes mudanças no plano político com a sua agenda neoliberal caracterizada por uma forte retração do papel do Estado na

economia, pela liberalização do mercado financeiro e de capitais e pela desregulação do mercado de trabalho.

A queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso do império soviético teve profundas consequências no plano geoestratégico a nível mundial, em particular na Europa. A reunificação da Alemanha, a democratização dos países do antigo leste europeu e a sua posterior adesão à União Europeia marcaram indelevelmente o fim do século XX e o início do novo século no velho continente. Este período coincide com o aprofundamento da globalização e de todas as suas complexas consequências ao nível económico, político e social (Giddens, 1999).

Num artigo publicado há 20 anos Tony Judt (2015) alertava para o facto de a Europa se encontrar perante desafios de monta face ao seu funcionamento e equilíbrio entre as principais potências europeias, em particular a França e a Alemanha. A narrativa europeia em torno de uma ideia de progresso económico e social que salvaguardava a paz num território devastado por guerras intermináveis ao longo de séculos estaria a mudar. De facto, algumas das suas previsões acertaram no alvo como a emergência da Alemanha como principal potência política e económica do continente europeu, as dificuldades com a integração das comunidades de emigrantes, o incremento de uma população crescentemente idosa que consome crescentes recursos do estado social e o recrudescimento dos nacionalismos.

O que assistimos no plano europeu, com particular ênfase desde o início do século XXI, são profundas mudanças que vieram corroer a narrativa que Europa tinha construído sobre si mesma. No plano político os partidos da esquerda europeia abandonaram a maior parte das suas tradicionais bandeiras e alinharam com uma visão neoliberal da economia e da sociedade (Barroso, 2012; Judt, 2010). Uma das consequências mais visíveis que pôde ser observada em vários países europeus foi a alienação das classes trabalhadoras, o empobrecimento das classes médias, o crescimento das desigualdades sociais e a emergência de partidos extremistas de ambos os lados do espectro político, com especial relevância para formações xenófobas e de extrema direita.

A crise económica de 2008, que se propagou rapidamente dos Estados Unidos da América para a Europa, e que teve a sua origem na desregulação dos mercados financeiros e da globalização sem controlo, provocou uma “crise de identidade, uma crise de organização e uma crise de orientação” (Silva, 2015, p. 137). Antes do mais ao nível do Euro que evidenciou as fragilidades da construção de uma moeda única sem que se tivessem assegurado previamente políticas comuns ao nível económico e monetário, como deveria ter sucedido na regulação bancária, na política fiscal ou na implementação de um orçamento próprio com alguma expressão.

A crise económica permitiu evidenciar as fragilidades de uma moeda única comum a países com economias muito desiguais e que forçou os mais frágeis a optarem por políticas de desvalorização interna por inexistência de uma divisa própria. A arquitetura do Euro favoreceu a Alemanha, que emergiu como potência unipolar e que aglutinou países do norte e do centro da Europa contra países da periferia,

como Portugal ou a Grécia, e que teve como consequência a ausência de uma política comum de resposta à crise. Como afirmou Ulrich Beck (2013) “(...) existem tempos para a pequena política, que executa regras, e existe um tempo para grande política, uma política que altera as regras. Para encontrar uma resposta à crise do euro (...) é necessária a grande política. A ideia de que em época de riscos globalizados seria possível agir segundo o lema “conseguimos resolver o problema sozinhos” revela-se uma ilusão fatal” (p. 33).

A crise económica e a crise do Euro permitiram constatar a ausência de uma liderança política inclusiva ao nível da União Europeia (Soares, 2009) que se percutiu igualmente na ausência uma política concertada face à crise dos refugiados que evidenciou fortes divergências entre os estados que integram a União Europeia. Assistimos nos últimos anos a uma tendência preocupante de radicalização dos interesses nacionalistas e do crescimento do discurso e práticas políticas relacionadas com a extrema-direita, o populismo, o protecionismo económico e a discriminação contra os emigrantes que não julgávamos ser possível até recentemente. Contrastando com o que sucedeu na Áustria na sequência das eleições legislativas de 1999, que ditaram a vitória do partido de extrema-direita de Jörg Haider e da sua coligação de governo que assumiu funções no ano seguinte, não existe agora nenhuma política de sanções contra governos que se filiam na direita nacionalista, como sucede, por exemplo, na Hungria ou Polónia. É particularmente inquietante assistirmos ao aparecimento e fortalecimento de forças políticas que questionam os mais profundos alicerces do projeto europeu na sua dimensão de espaço político, económico e social que visaria a paz entre os povos europeus e o seu desenvolvimento no quadro das nações. A União Europeia não tem conseguido desenvolver uma *narrativa forte, agregadora e cosmopolita* que congregue os seus estados membros e os seus cidadãos em prol de objetivos comuns ao nível interno e ao nível mundial e paira sobre ela um espetro real de desagregação e de colapso.

## 6. Conclusão

Ao analisarmos a linha do horizonte da contemporaneidade somos confrontados com um sentimento de perplexidade, confusão e medo. As linhas tradicionais a partir das quais no decurso da primeira fase da modernidade as sociedades, os grupos sociais e os indivíduos construíam as suas narrativas parecem ter-se enfraquecido. Em sua substituição surgem múltiplas narrativas suscetíveis de outras tantas possibilidades de expressão pessoal e social.

Esta mudança abalou profundamente o sentido de identidade de indivíduos e de grupos ao nível do tecido social e encontra-se na génese de disfunções pessoais e sociais. O processo de construção e de reconstrução de significados através de narrativas, agora mais frequente e necessário do que no passado, tem um óbvio custo psicológico. Por vezes as novas narrativas encontram-se mal estruturadas e apresentam uma gramática confusa, conduzindo a resultados negativos uma vez que não apresentam uma clareza e organização que sustente o devir histórico ao nível pessoal e social. Noutras situações

verifica-se uma situação oposta com a emergência de narrativas simplistas, excessivamente estruturadas e rígidas, que não constituem boas possibilidades narrativas para enfrentar de forma criativa os desafios das sociedades complexas dos nossos tempos.

Todas as narrativas pessoais são tentativas de construção de significado individual que os indivíduos se servem para se compreenderem a si próprios na sua relação com os outros e com cultura de onde emanam. De igual forma, todas as narrativas sociais são formas coletivas de pensar o humano na sua relação com o mundo. O grande desafio que se coloca a todos é saber se conseguiremos ser capazes, ao nível individual e coletivo, de criarmos uma narrativa plural, emancipadora e abrangente que possibilite o pleno desabrochar das nossas potencialidades. Acreditamos ser capazes de o ultrapassar desde que saibamos encetar um processo narrativo assente numa abertura à diferença, à criatividade e ao cosmopolitismo.

## 7. Bibliografia

- Arnold, J., & Jackson, C. (1997). The new career: Issues and challenges. *British Journal of Guidance and Counselling*, 25,(4), 427-433.
- Arthur, M. B. (1994). The boundaryless career: A new perspective for organizational inquiry. *Journal of Organizational Behavior*, 15,(4), 295-306.
- Ascher, F. (2001). *Les nouveaux principes de l'urbanism*. La Tour d'Aigues: Éditions de L'Aube.
- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta*. Porto: Asa.
- Barroso, A. (2012). *A crise da esquerda europeia*. Alfragide: D. Quixote.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2013). *A Europa alemã*. Lisboa: Edições 70.
- Beck, U. & Beck-gernsheim, E. (2003). *Individualization*. London: Sage.
- Blustein, D. L. (2006). *The psychology of working*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bruner, J. S. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press.
- Collin, A., & Watts, A. G. (1996). The death and transfiguration of career – and of career guidance? *British Journal of Guidance and Counselling*, 24,(3), 385-398.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity*. New York: Norton.
- Friedman, T.L. (2007). *O mundo é plano* (7ª ed. rev.). Lisboa: Actual Editora.

- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Giddens, A. (1996). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1999). *Runaway world*. London: Profile Books.
- Gonçalves, M. M. (2004). Identidade e narrativa pessoal. In Francisco Teixeira (Coordenador), *Identidade pessoal: Caminhos e perspectivas* (pp. 165-179). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, O. F. (1996). Cognição, narrativa e psicoterapia. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1,(2), 255-264.
- Gonçalves, O. F. (2000). *Viver narrativamente*. Coimbra: Quarteto.
- Hall, D. T. (2004). The protean career: A quarter-century journey. *Journal of Vocational Behavior*, 65,(1), 1-13.
- Howard, G. S. (1991). Culture tales: A narrative approach to thinking, cross-cultural psychology, and psychotherapy. *American Psychologist*, 46,(3), 187-197.
- Hughey, K. F., & Hughey, J. K. (1999). Preparing students for the future: Making career development a priority. *Journal of Career Development*, 25,(3), 203-216.
- Hustved, S. (2006, 7 de janeiro). *Actual, Expresso*, p. 48.
- Judt, T. (2010). *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70.
- Judt, T. (2015). *Quando os factos mudam*. Lisboa: Edições 70.
- King, Z. (2001). Career self-management: A framework for guidance of employed adults. *British Journal of Guidance and Counselling*, 29,(1), 65-78.
- Kraus, W. (1998). La fin des grands projets: Le development de l'identité dans le champ du travail comme navigation à vue. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 27,(1), 105-121.
- Liotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar.
- Peavy, R. V. (1991). *Constructivism and the practice of storied counselling*. Comunicação apresentada na IAEVG Conference, Lisboa, 9-13 de setembro de 1991.
- Peavy, R. V. (1997). *Socio-Dynamic counseling*. Victoria, BC: Trafford.
- Reich, R. B. (1996). *O trabalho das nações* (2ª ed.). Lisboa: Quetzal.
- Salecl, R. (2010). *Choice*. London: Profile Books.



Savickas, M. L. (2005). The theory and practice of career construction. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Career development and counseling: Putting theory and research to work* (pp. 42-70). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J.-P., Duarte, M. E., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R. & Van Vlanen, A. E. M. (2009). Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, 75,(3), 239-250.

Schwartz, B. (2004). *The paradox of choice*. New York: HarperCollins.

Silva, A. S. (2002). *Dinâmicas sociais do nosso tempo*. Porto: Editora da Universidade do Porto.

Silva, A. S. (2015). *Os porquês da esperança*. Lisboa: Matéria Prima Edições.

Soares, M. (2009). *Elogio da política*. Lisboa: Sextante Editora.

Sullivan, S. E. (1999). The changing nature of careers: A review and research agenda. *Journal of Management*, 25,(3), 457-484.

Sullivan, S.E. & Mainiero, L.A. (2007). Kaleidoscope careers: Benchmarking ideas for fostering family-friendly workplaces. *Organizational Dynamics*, 36,(1), 45-62.

Tedesco, J. C. (1999). *O novo pacto educativo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Tractenberg, L., Streumer, J., & Zolingen, S. (2002). Career counseling in the emerging post-industrial society. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 2,(2), 85-99.

## CRISE E CONTESTAÇÃO NA EUROPA. A PROPÓSITO DAS MANIFESTAÇÕES PORTUGUESAS DE 2012

**Célia Taborda Silva**  
Universidade Lusófona do Porto  
celia.taborda@ulp.pt

### Resumo

No ano de 2008 uma crise financeira deflagrou nos Estados Unidos da América e depressa se estendeu ao resto do mundo. Relacionada com o *subprime*, esta crise esteve associada à especulação imobiliária, alavancada pelo setor bancário. De início a Europa pensou que a "bolha imobiliária" que rebentou nos E.U.A, levando à falência bancos e empresas de investimento, era um problema estritamente americano, mas a exposição das economias europeias aos mercados internacionais revelou o contrário, e depressa se verificou que os sectores imobiliários e financeiros europeus também estavam à beira da ruína. Alguns países para não entrarem em bancarrota tiveram que pedir apoio financeiro externo, foi o caso da Grécia, Irlanda e Portugal. A ajuda concedida pela *Troika* (União Europeia, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional) preconizava um plano de austeridade drástico, que trouxe desemprego e precariedade.

Por toda a Europa realizaram-se grandes manifestações de protesto, especialmente nos países que receberam ajuda internacional. Em Portugal, este contexto de dificuldades e insatisfação generalizadas propiciou o surgimento de várias manifestações no espaço público ao longo do ano de 2012.

A crise económico - financeira tornou novamente centrais problemas materiais que já estavam ultrapassados e as novas tecnologias de comunicação ampliaram os protestos dela resultante, dando origem a uma massificação da contestação pública, que não ficou restrita às escalas nacionais ou a grupos específicos mas que se tornou global pela partilha de dificuldades e pela busca de valores comuns, nomeadamente uma democracia mais participativa.

**Palavras-chave:** crise, contestação, Europa, Portugal

### Abstract

In the year 2008 a financial crisis started in the United States of America and quickly spread to the rest of the world. Subprime-related, this crisis was linked to property speculation, leveraged by the banking industry. At first the Europe thought the "real estate bubble" that burst in the US, leading to the bankruptcy of investment banks and companies, was a strictly American problem, but the exhibition of European economies to international markets showed otherwise, and quickly it was found that the real estate and financial sectors Europeans also were on the verge of ruin. Some countries not to enter bankruptcy had to ask for external financial support, was the case of Greece, Ireland and Portugal. The aid granted by the Troika (European Union, European Central Bank, International Monetary Fund) advocated a drastic austerity plan, which brought unemployment and precariousness.

Throughout Europe there were large protests, especially in the countries that received international aid. In Portugal, this context of difficulties and generalized dissatisfaction led to the emergence of the platform "screw the Troika-we want our lives" (QSLT), who later would become a social challenge and movement organized a big demonstration on day 15 of September 2012 and other later.

The financial crisis has made central problems again materials that were already outdated and the new communication technologies have amplified the resulting protests, giving rise to a mass of public dispute that was not restricted to scales nationals or the specific groups but that became the global sharing of problems and the search for common values, namely a more participatory democracy.

**Keywords:** crisis, protests, Europe, Portugal

## 1. Introdução

A Europa tem vivido desde 2008 em crise económica e financeira. Não é a primeira crise do capitalismo, nem certamente será a última, mas afigura-se, até agora, como a mais grave depois da de 1929. Esta crise, que deflagrou nos Estados Unidos da América, depressa se estendeu ao resto do mundo. De início, a Europa pensou que a “bolha imobiliária” que rebentou nos E.U.A, levando à falência bancos e empresas de investimento, se restringia à América, mas rapidamente se verificou o contrário. A exposição das economias europeias aos mercados internacionais globalizou a crise, revelando que os sectores imobiliários e financeiros europeus também estavam à beira da ruína. Praticamente toda a zona euro foi afetada por esta crise, embora uns tenham demonstrado maior capacidade de a gerir que outros. Alguns países, para não entrarem em bancarrota, tiveram que pedir apoio financeiro externo, foi o caso da Grécia, Irlanda e Portugal.

A teoria mais generalizada para explicar a crise fundamenta-se na liberalização da economia e dos mercados financeiros, no “laissez-faire” de que Keynes era tão crítico (1972). No entanto, o economista Leandro Roque (2013), apresenta uma versão diferente (muito na linha de pensamento da escola austríaca), mostrando que o não intervencionismo do governo americano não existiu e que a crise se deveu mais à sua intervenção do que ausência dela.

Indiferentes às teorias, os cidadãos comuns, que sentem os efeitos económicos mais do que os entendem em profundidade, culpam o capitalismo desregulado e a política neoliberal seguida por alguns governos a nível mundial, pela situação económica que se estava a viver. A crise de 2008 veio mostrar a vulnerabilidade do capitalismo no mundo globalizado e a pouca eficácia dos estadistas para a resolver. Esta crise financeira trouxe aos europeus austeridade, desemprego e precariedade, o que provocou um grande descontentamento popular, como ficou demonstrado pela onda de manifestações de protesto que irrompeu na Europa entre 2011 e 2013, especialmente nos países que receberam ajuda internacional.

A ação coletiva na Europa tem sido uma variável constante ao longo da sua História embora com repertórios de ação inovadores (Tilly, 1986, 2004). Contudo, esta crise e subsequente austeridade desencadeou uma nova vaga de protestos que congregou repertórios com características dos “antigos” e dos “novos” movimentos sociais (Silva, 2012), trazendo novamente para a ribalta as questões materiais. Desde que as reivindicações do movimento operário, surgido no século XIX, foram sendo satisfeitas, outras reivindicações foram surgindo, mais relacionadas com questões sociais e culturais e menos materialistas, cujos atores sociais eram mais plurais e menos classistas que no movimento operário. O que se verifica na contestação que ocorreu nos países que serão aqui mencionados é a coexistência de reivindicações materiais, com outras sociais e culturais, conjugadas com a utilização das novas tecnologias. Estruturalmente, podemos dizer que há um retorno às questões económicas na base das

mobilizações sociais, mas com um caráter mais ético e menos classista, não são protestos propriamente pela aquisição de direitos, como aconteceu no movimento operário, mas contra a subjugação a interesses económicos que colocam em causa direitos adquiridos e a própria dignidade humana. Edward Thompson verificou que na base dos motins de subsistência do século XVIII estava a rutura do que ele chamou de “economia moral”. Mais do que a carência o que fazia os povos revoltarem-se era o rompimento das regras de funcionamento do mercado, era a quebra dos valores morais (1979). Aqui, tanto ou mais do que a crise económica, é a gestão “moral” que os políticos fizeram da mesma, ao defenderem de forma desenfreada os interesses dos grandes grupos financeiros e esquecendo os indivíduos, o que revoltou as pessoas, que acabaram por se sentirem ultrajadas na sua honra.

Assim, pretendemos verificar se houve uma relação direta entre crise e contestação nos três países que tiveram ajuda externa e se esta crise devolveu a centralidade aos problemas materiais no protesto público europeu, nomeadamente por, em termos temporais, estarmos já longe da conflitualidade típica da sociedade industrial e pós-industrial (Touraine, 1983; Habermas, 1984) e vivermos numa sociedade da informação e da comunicação em rede (Castells, 1999), e como Portugal se integrou nesta mesma onda de contestação europeia.

## 2. A crise de 2008

A crise de 2008 teve origem nos Estados Unidos da América no mercado imobiliário de hipotecas de *subprime* (crédito hipotecário de alto risco) e depressa se estendeu ao resto do mundo. No início deste milénio os bancos americanos concediam taxas de juro muito baixas o que incitou a população a recorrer ao crédito para habitação. O sonho da casa própria atraiu as classes médias baixas estadunienses. O financiamento imobiliário a este grupo de clientes, chamados de NINJA (no income, no job, no assets) era de alto risco por estar garantido pelo trabalho e por rendimentos variáveis.

À medida que as taxas começaram a subir, os valores a pagar tornaram-se incomportáveis, as prestações das casas foram deixando de ser pagas e as garantias desapareceram. O preço das casas baixou drasticamente. A desvalorização dos imóveis acentuou-se de dia para dia e com eles os ativos relacionados às hipotecas de *subprime*.

Os bancos concediam baixos créditos, devido à existência de empresas (agências hipotecárias) como a Federal National Mortgage Association (popularmente conhecida como Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (popularmente conhecida como Freddie Mac) que compravam aos bancos estes empréstimos (títulos hipotecários), permitindo aos bancos continuar com os seus créditos à habitação (Roque, 2013). Por sua vez, estas empresas vendiam produtos estruturados indexados ao mercado imobiliário a outros bancos. Por conseguinte, através destas “inovações financeiras” as entidades bancárias conseguiram retirar os créditos imobiliários dos seus balanços, porque outras instituições financeiras, o chamado *shadow banking system*, no qual se enquadravam bancos de

investimentos independentes (hedge funds), os fundos de pensões e seguradoras, ficaram com esses ativos.

Estas instituições não estavam sujeitas aos Acordos de Basileia, pois estes só se aplicam, no caso americano, a bancos com operações internacionais.

O 1º Acordo de Basileia é de 1988, e estabeleceu que, para cada 100 dólares de empréstimos, as reservas teriam de ser de 8 dólares. Entretanto, a complexidade do sistema financeiro levou a alterar as regras simples do Acordo. Em 2004, o Basileia II, estabelecia que a qualidade do capital é que definia a quantidade de reservas, e a qualidade era aferida por uma agência de notação. A partir daqui, segundo Paul Mason, as “agências de notação avaliaram os ativos incorretamente; as firmas de advogados conceberam veículos complexos para contornarem as regras de transparência” (2016: 43). Segundo o mesmo autor, a moeda fiduciária (desde 1971, existia um acordo que fixava todas as divisas ao dólar, e este ao ouro) quando combinada com economias de mercado livre é uma máquina de produzir ciclos de expansão e recessão (p.49).

A recessão na banca não tardou. Um dos bancos de investimento, o Lehman Brothers, nos anos 90 apostou cada vez mais em produtos financeiros derivados da área imobiliária. Em 2007, a situação do banco era frágil e no início de 2008, as suas ações tinham caído cerca de 73%, motivadas pela desvalorização dos seus ativos do sector imobiliário. O banco perdeu 3,9 mil milhões de dólares em 3 meses. Por causa do investimento nos créditos hipotecários de alto risco, um banco com 158 anos de existência, que resistiu à Grande Depressão dos anos 30 e a crises posteriores, declarou falência a 15 de setembro de 2008 (Jornal Público 15/09/2008).

Dos Estados Unidos a crise depressa se espalhou pela Europa, e alguns países tiveram que pedir ajuda externa para não entrar em bancarrota, foi o caso da Grécia, Irlanda e Portugal.

### **3. Crise e contestação na Grécia, Irlanda e Portugal**

#### **3.1. A Grécia**

A crise económica na Grécia iniciou-se no final de 2009, início de 2010, quando as agências de rating Moodys, Fitch e Standard&Poor's alertaram para os problemas de crescimento do déficit público do país. O endividamento da Grécia tinha crescido ao longo da última década, motivado pelos gastos públicos, aumento dos salários dos funcionários públicos, gastos com pensões e evasão fiscal. O seu déficit era já superior a 3% antes da crise de 2008, após esta, aumentou consideravelmente e criou desconfiança nos mercados em relação à sua dívida pública, o que fez aumentar os juros, tornando os empréstimos que contraía mais onerosos. O endividamento foi de tal ordem que poderia levar ao não pagamento da sua dívida externa. A moratória grega poderia contaminar toda a zona euro.

Para minimizar tal situação, o governo grego adotou algumas medidas de contenção, para controlar os gastos públicos e aumentar as receitas. Como o déficit não diminuiu, o executivo teve de recorrer a ajuda externa, em abril de 2010.

A Grécia foi aceite como membro da Comunidade Económica Europeia em 1981, numa altura em que este país estava a viver um período de algum florescimento económico, após se ter libertado da ditadura militar. Apesar disso, a sua inclusão na C.E.E aconteceu mais por razões geoestratégicas (devido à Guerra Fria) do que propriamente por cumprir os requisitos de adesão (Fernandes, 2006). Em 2001, a Grécia foi aceite na zona euro e, como tal, foi considerada mais segura para investimentos, o que fez crescer o seu PIB (produto interno bruto), mas também os gastos. Depois de 2008 a situação ficou descontrolada. A ajuda externa veio através da *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia), mas não sem contrapartidas. A Grécia teria de tomar providências de austeridade. Para cumprir o acordo de resgate, o governo grego anunciou um conjunto de medidas “draconianas” como aumento de impostos, redução de salários e pensões, privatizações, entre outras, cujo impacto social foi de tal ordem que trouxe os gregos para as ruas e praças das principais cidades para se manifestarem e protestarem contra tal austeridade (Grigoriadis, 2013).

De 2010 a 2012 houve uma constante agitação social, isto porque o primeiro resgate foi insuficiente e foi preciso um novo resgate, o que implicou mais restrições. A crise estava a ficar descontrolada e a contestação foi permanente na praça Syntagma, e noutras praças do país, com movimentações espontâneas de cidadãos que se reuniam em defesa da Democracia, como outrora os seus antepassados se reuniam na *Ágora* para exercerem a Democracia, a par de manifestações organizadas.

Os movimentos organizados, liderados pelos Sindicatos, organizaram, entre 2010-13, nove greves gerais que praticamente pararam os setores da indústria, comércio, a administração pública, transportes, agravando a já débil economia grega (Lima e Artiles: 2014).

As manifestações ocorriam nas maiores praças e ruas de Atenas e das principais cidades da Grécia. A praça Syntagma foi palco das maiores manifestações, muitas delas acabaram em violência. Os manifestantes, sobretudo jovens, atiravam pedras e bombas às autoridades, partiam janelas, incendiavam caixotes de lixo e edifícios. Para conter a situação a polícia lançava gás lacrimogéneo e prendia alguns manifestantes (Jornal Sol, 15/06/2011). Em 2012, a contestação aumentou devido à necessidade que a Grécia teve de um 2º resgate, tendo o Parlamento que aprovar mais austeridade para o receber. Os protestos foram ainda mais violentos, com confrontos entre manifestantes e polícia de que resultaram incêndios em vários edifícios do centro de Atenas e algumas detenções (El País, 12/02/2012).

Em abril, o episódio do farmacêutico reformado, de 77 anos, que se suicidou em plena praça Syntagma, em frente do Parlamento, tendo deixado uma carta manuscrita em que manifestava o seu desespero pelas medidas de austeridade, acentuou mais os protestos ( El Mundo, 4/04/2012).

Nesta contestação, embora se destacassem os jovens pela sua rebeldia e irreverência, havia gente de todas as idades. Adultos desempregados que não tinham como sustentar a família, reformados a quem eram reduzidas as pensões e os mais novos que não tinham emprego ou que viviam precariamente.

A par dos problemas económicos o que revoltava os cidadãos era a falta de resposta das instituições políticas. Estanque vê mesmo na ineficácia das políticas públicas a causa fundamental da conflitualidade dos últimos anos (Estanque, 2014).

### **3.2. A Irlanda**

Em novembro de 2010 foi a vez da Irlanda pedir a ajuda internacional, embora o desenvolvimento económico das últimas décadas não o fizesse prever. No entanto, as causas que levaram a Irlanda a entrar em crise não terão sido as mesmas das da Grécia. Não foram razões estruturais mas a sobre-exposição ao imobiliário e à banca americana que fez submergir a economia irlandesa.

Desde os anos 90 um conjunto de programas governamentais de desenvolvimento económico foi implementado neste país. Os setores industrial, comercial, fiscal e educacional foram alvo de reestruturação e incremento. O resultado foi que o país que, em 1973, entrou na Comunidade Económica Europeia como um dos mais pobres do grupo, na década de 90 era considerado o “tigre celta” europeu. Este título foi conquistado graças à dinâmica e desenvolvimento da sua economia, que crescia a uma média de 7% ao ano, e por analogia com os Tigres Asiáticos, as «economias emergentes» de Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coreia do Sul. A mudança de uma política protecionista para outra mais liberal em termos de fiscalidade e burocracia atraiu grande investimento estrangeiro, sendo a Irlanda considerada o verdadeiro “paraíso” dos investidores. A criação do mercado único europeu ainda veio intensificar mais as ligações deste país com o exterior.

Este clima de prosperidade que se vivia na Irlanda propiciou o investimento no imobiliário. A população a crescer e as taxas de juro ao empréstimo a diminuir foram fatores de incentivo à demanda de imóveis. As construtoras proliferavam e a economia acabou por se alavancar neste setor, vulnerabilizando as finanças do país. A crescente procura de casas fez aumentar substancialmente os preços mas como os bancos mantinham as taxas atrativas o negócio imobiliário continuava, embora, a partir de 2005, com uma evidente diminuição da procura. As fragilidades económicas começaram a evidenciar-se quando, em 2008, aconteceu a crise financeira internacional, desencadeada com o *subprime* nos Estados Unidos. Como a exposição da economia irlandesa aos mercados internacionais era grande, o reflexo do que aconteceu na América depressa se fez sentir neste país, gerando o caos económico (Lane, 2011).

Os empréstimos descontrolados dos anos anteriores criaram uma “bolha imobiliária” e os setores imobiliário e financeiro ficaram à beira da ruína. A agudizar a situação deu-se a quebra do Lehman Brothers, ao qual a banca irlandesa estava exposta.

A crise instalou-se. O produto Interno Bruto (PIB) caiu 7% em 2009 e não se alterou em 2010 e o défice subiu em flecha, atingindo os 32%. O governo irlandês acorreu para salvar os bancos da falência, ao mesmo tempo que teve que socorrer os desempregados, deixando as contas públicas em total desequilíbrio. A solução (final de 2010) foi pedir ajuda ao Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional e iniciar um plano de austeridade drástico.

A crise irlandesa resultou da junção de uma conjuntura interna e externa desfavorável. À crise económica mundial e à desaceleração comercial juntaram-se o colapso do setor da construção e imobiliário, fruto da fraca regulação financeira. De crise económica, depressa se tornou numa crise social e, tal como na Grécia, rapidamente a agitação tomou as ruas, embora de forma menos agressiva, se comparada com a Grécia ou até Portugal.

Kieran Allen, secretário nacional do SWP (Socialist Work Party), numa entrevista ao Socialist Workers cita uma frase de Trotsky para explicar uma maior passividade dos irlandeses: “Sob um conjunto de condições a crise pode dar um impulso poderoso à atividade revolucionária das massas trabalhadoras; sob um conjunto diferente de circunstâncias pode paralisar completamente a ofensiva do proletariado”. E explica que o que paralisou o povo foi o grande crescimento dos anos 90, o título “tigre céltico” produziu uma “cultura pró capitalista”, cuja mensagem constante era “privado é bom, público é mau”. O *slogan* ganhou força porque muitos trabalhadores viram o seu nível de vida melhorar com pouca necessidade de luta coletiva. Além disso, a situação agravou-se com a fraqueza histórica da esquerda irlandesa, o que não aconteceu na Grécia, por exemplo. Portanto, os “trabalhadores irlandeses, entraram na crise ideologicamente desarmados. Em geral, não tinham nenhuma compreensão já pronta para ver isto como uma crise capitalista” (Esquerda.net, 18/12/2011).

De acordo ainda com Allen os acordos tripartidos (alguns sindicatos, associações patronais e governo), alinhou a política do movimento sindical irlandês com as necessidades do capitalismo nacional, logo quebrou alguns apoios organizativos chave dos trabalhadores (Esquerda.net, 18/12/2011).

Apesar disso, houve manifestações desde o final de 2010, e com alguma intensidade em 2011. Formaram-se movimentos de cidadãos institucionais como a “Enough Campaign”, que incorporava organizações políticas, deputados, sindicatos, movimentos sociais, independentes. E movimentos mais espontâneos como “Occupy Dame Street” (ocupou a praça em frente ao Banco Central em Dublin) ou o movimento de jovens universitários que ocuparam as ruas de Dublin, entoando cânticos como “No if, no buts, no IMF cuts” (Não se's, não mas, não aos cortes do FMI) em protesto contra os cortes orçamentais na área do ensino e o aumento exponencial do valor das propinas.

Aqui igualmente se verificou a junção de movimentos organizados com outros apatidários em marchas contra a austeridade, tendo surgido coletivos como o “Alliance Against Austerity”, com o



objetivo de promover marchas e manifestações como a que organizaram em frente do Parlamento em 6 de dezembro de 2011 (esquerda.net, 18/1272011).

Na Irlanda, tal como aconteceu noutros países da Europa, o objetivo dos participantes foi lembrar os seus direitos democráticos e reivindicar o fim da austeridade. Portugal participou deste movimento contestatário.

### **3.3. Portugal: os movimentos portugueses de 2012**

Portugal ainda resistiu mais uns meses que os países referidos anteriormente antes de ser intervencionado, mas em 6 de abril de 2011, teve, de forma idêntica, que recorrer à ajuda externa para solucionar a crise financeira em que tinha mergulhado. O governo, então liderado por José Sócrates, tentou através dos vários Planos de Estabilidade e Crescimento (PECS), com cortes no investimento público, privatizações e deflação salarial, conter a crise (Costa & Caldas, 2013), mas sem sucesso. A incapacidade de pagar a dívida pública, de baixar o déficit público e a necessidade de obtenção de fundos para injetar em empresas públicas, tecnicamente falidas, deixou o primeiro-ministro de Portugal, sem outra alternativa que não fosse a de assinar um memorando de entendimento com a *Troika*. As medidas acordadas entre a *Troika* (FMI, BCE, EU) e o governo português previam uma extrema austeridade, o que levou os portugueses a protestarem nas ruas.

Nas eleições de 5 de junho de 2011, José Sócrates saiu derrotado e cedeu lugar a Pedro Passos Coelho, líder do Partido Social Democrático (PSD), mas a impossibilidade de este governar em minoria parlamentar levou-o a um acordo de governação com o Partido Popular (PP), liderado por Paulo Portas. Já com a intervenção externa, o governo de Pedro Passos Coelho decidiu tomar novas medidas para cumprir a meta do défice em 2011. A 30 de junho de 2011, o primeiro-ministro, quebrando a promessa eleitoral de não aumentar impostos, anunciou, no Parlamento, um imposto extraordinário sobre os rendimentos, equivalente a 50% do subsídio de Natal. Nos meses seguintes aumentou ainda o preço dos transportes públicos, o IVA sobre o gás e a eletricidade e anunciou o corte dos subsídios de férias e Natal aos funcionários públicos e pensionistas com vencimento superior a mil euros, durante a vigência do programa da *Troika*. A 20 de novembro de 2011, o Parlamento aprovou o aumento para 25% das taxas liberatórias sobre os juros, dividendos e mais-valias mobiliárias, em sede de IRS e IRC. Já em 2012, a entrada em vigor do novo orçamento impôs um conjunto de novas medidas. As despesas de saúde passavam a ser dedutíveis em sede de IRS, mas apenas em 10%. As despesas com a habitação eram dedutíveis, não em 30% do seu valor, mas em 15%. O Governo reestruturou e “racionalizou” as listas de bens e serviços sujeitos a IVA e destinou a taxa intermédia de 13% a sectores que Pedro Passos Coelho classificou de “cruciais” para a produção nacional, não incluindo nesse grupo a restauração. Aumentou ainda o preço da eletricidade, o imposto sobre veículos (ISV), e o imposto

Municipal sobre Imóveis e sobre os cigarros. A 1 de fevereiro, voltaram a subir os preços dos transportes públicos.

O então ministro das Finanças, Vítor Gaspar anunciou, a 30 de abril, que o Governo previa que os subsídios de férias e Natal, cujo pagamento foi suspenso, comessem a ser repostos a partir de 2015, a um ritmo de 25% por ano. Em julho, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade da suspensão dos subsídios de férias e Natal, por violar o princípio da igualdade, mas o acórdão só teria efeitos em 2013 (Público, economia7-09-2012). Em virtude de tal medida, o primeiro-ministro anunciou um aumento na contribuição de todos os trabalhadores para a Segurança Social.

Tais medidas levaram a que Portugal vivesse uma vaga contestatária como há muito não acontecia. As manifestações no espaço público começaram antes da intervenção estrangeira com o movimento “Geração à Rasca”, já motivado por questões de emprego e justiça social (Estaque e outros, 2013). Em 15 de outubro de 2011 muitos portugueses saíram à rua em cerca de 9 cidades do país e gritaram: “Fora, fora daqui, a fome, a miséria e o FMI”. Em Lisboa, além das palavras acima, ainda se ouviu com veemência a frase: “Passos, ladrão, não levas um tostão”. Em 15 de outubro, os portugueses aderiram ao *Global Day of action*, à manifestação internacional pela mudança global. Este protesto ocorreu em 82 países, sendo que as maiores manifestações na Europa ocorreram em Espanha, Itália e Portugal. No nosso país, esta manifestação não teve um cariz tão espontâneo e apartidário como a “Geração à rasca”, este movimento foi convocado por 41 coletivos, muitos deles ligados à esquerda radical e embora a organização aponte para cerca de 100 mil participantes esteve longe do movimento anterior.

Entre os vários protestos ocorridos, alguns foram organizados pelos Sindicatos. Em 24 de novembro de 2011, houve uma greve geral em Portugal, tendo a manifestação sido organizada pela CGTP e UGT, por motivos relacionados com as medidas de austeridade previstas no Orçamento de Estado de outubro de 2011. Estava previsto cortes de salário, a eliminação de feriados e o aumento do horário de trabalho. Este protesto organizado contou com a participação de movimentos espontâneos como o dos Precários e estudantes (Soeiro, 2014:69), o que revela a coexistência de “velhas” e “novas” formas de ação.

Em 2012 repetiu-se o ciclo de protestos, incorporando no repertório de ação disponível novas modalidades (Tarow, 1995), nomeadamente as novas tecnologias para a mobilização para a ação. Em 12 de maio de 2012 ocorreu o movimento designado de “Primavera Global”, organizada pelo movimento “Indignados” que mobilizou cidadãos em mais de 250 cidades espalhadas pelo mundo, em protesto contra as medidas de austeridade, por uma democracia real, mais justiça social, distribuição da riqueza e ética pública (Jornal Sol). Apesar da organização sindical, a manifestação, na capital, não ultrapassou as mil pessoas. Em maioria, entre os participantes, estavam os jovens, empunhando cartazes contra a precariedade e críticas ao governo de Passos Coelho (esquerda.net)

A grande manifestação anti-austeridade ocorreu em 15 de setembro de 2012. Nesse dia, por todo o país, juntaram-se nas praças mais emblemáticas de cada cidade portuguesa milhares de pessoas (Babo & Silva, 2016). Estima-se que cerca de um milhão de portugueses saíram às ruas, só na capital seriam cerca de 500 mil pessoas. Foi o maior protesto ocorrido no país depois da revolução do 25 de Abril.

A sua ação foi contra as medidas de austeridade impostas pela *Troika*, consideradas um saque, e que estavam a conduzir os portugueses e o país à pobreza e à degradação, Mais de um ano de austeridade sob intervenção externa, sem melhorias à vista. Segundo os manifestantes “quem se resigna a governar sob o memorando da troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade” (queselixeatroikablogspot.pt).

Neste movimento foram enfatizados valores como a dignidade e Democracia, repetidos nas mobilizações seguintes. Foi um movimento que não se esgotou numa única ação coletiva mas que obedeceu a todo o repertório de um movimento social: campanha, ação, Wunc (Tilly, 2004), evidenciando o carácter modular (Tarow, 1998) utilizado noutros movimentos e contextos, transposto para o caso português, sem que este perdesse a sua singularidade nacional (Babo & Silva, 2016:188).

Em 13 de outubro, o movimento “Que se lixe a Troika” organizou novos protestos, invocando serem manifestações culturais, que mobilizaram muitos artistas em várias cidades do país, e se integrou no internacional *Global Noise* (protesto contra as medidas de austeridade). Os organizadores enfatizaram a forma como o povo venceu o medo em 15 de setembro e apelaram à participação “em todas as formas de resistência e pressão que nos próximos 15 dias vão tomar forma, até derrubarmos este orçamento, esta política e este governo”.

Em 14 de novembro de 2012, a CGTP organizou uma greve geral com o objetivo de lutar pela salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do povo e quinze dias depois a Confederação Europeia dos Sindicatos marcou para a mesma data um dia de ação, que reuniu cerca de 40 organizações sindicais. O mote foi «pelo emprego e a solidariedade na Europa, não à austeridade». A greve geral da CGTP acabou assim por ter mais visibilidade, pois outros sindicatos e movimentos sociais que não apoiaram a iniciativa da CGTP acabaram por aderir à ação sindical europeia (Dias e Fernandes,2016: 47). Desta forma, juntaram-se à central sindical CGTP a UGT e movimentos como os Precários Inflexíveis, os Intermitentes do Espetáculo, os Estudantes pela Greve, a Plataforma 15 de outubro, os Estivadores, os Cidadãos pela Dignidade ou o Movimento 12 de março (Soeiro, 2014:71). Os protestos acabaram em confronto entre polícia e manifestantes em frente ao Parlamento.

Em Portugal, à semelhança dos países intervencionados a contestação foi intensa entre 2011-2013. Um estudo de 2013 (Ortiz et al.) demonstrou que houve um aumento de protestos a nível mundial neste período crítico de crise. Os autores deste estudo analisaram 843 protestos em todo o mundo, num

total de 84 países, cobrindo uma área de 91,9% da população e concluíram que a larga maioria dos protestos aconteceu em países de nível de desenvolvimento mais elevado, nomeadamente a Europa. A maioria dos protestos (488) teve como causa a justiça económica, foram anti-austeridade.

Nos países aqui analisados, a causa direta de muitos dos protestos foi a crise económica e as medidas de austeridade adotadas pelos governantes para a solucionar, suprimindo alguns direitos conquistados ao longo do tempo pela ação de vários movimentos sociais. Contudo, uma análise estrutural demonstra que a insatisfação é bem mais profunda e está relacionada com o modelo político-económico da sociedade contemporânea europeia. Os protestos emergiram por causa da crise, mas não só, foram também resultado das respostas que os sistemas políticos deram à crise (Della Porta, 2012). Nestes países, e noutros, os cartazes apelando à democracia real eram erguidos pelos manifestantes, numa demonstração de que a democracia representativa estava a privilegiar as elites, os 1% da população em vez dos 99%. Por isso, os que estavam sobrecarregados com as medidas de austeridade, os que estavam desempregados, os precários ou os que não encontravam o 1º emprego, vieram para as ruas gritar “we are de 99%”. Eram 99% que estavam insatisfeitos com as respostas das instituições e políticas públicas aos problemas económicos e que estavam descontentes com o modelo democrático.

Como refere Slavoj Zizek: “o que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma económica, de maior ou menor radicalidade e outra político-ideológica” (2013: 1).

#### **4. Reflexão Final**

A crise económico-financeira associada às novas tecnologias de comunicação contribuiu para a disseminação espaço-temporal da ação coletiva na Europa entre 2011-2012.

Nas manifestações analisadas na Grécia, Irlanda e Portugal há uma relação direta entre os problemas económico-financeiros que se sentiam nestes países, com uma austeridade intensa, e a onda de contestação que varreu os seus espaços territoriais, trazendo para as ruas e praças das suas cidades milhares de pessoas. Também se verifica que os problemas económicos voltaram a estar na base das preocupações dos cidadãos, mostrando que estes adquiriram novamente centralidade na contestação, embora com características distintas das que existiam no movimento operário. O agravamento efetivo das condições de vida trouxe para a rua os grupos mobilizáveis pelas organizações institucionais (sindicatos, partidos...), que se manifestavam por causa de reduções salariais e/ou desregulação nas relações laborais, ou cortes em benesses sociais, mas igualmente aqueles que foram mobilizados de forma espontânea através das redes sociais: os jovens, os precários, os desempregados.

Muitos destes, que protestavam, eram pessoas com um nível de escolarização elevado, correspondente a uma classe média que queria usufruir das benesses económicas equivalentes à sua

formação, mas que se viu limitada nos seus direitos e expectativas, daí o profundo sentimento de frustração e injustiça com a redefinição de *status* introduzida pela austeridade (Estanque, 2014:54).

Os problemas económicos foram a causa imediata para a ação coletiva, mas o desencantamento e a insatisfação com os sistemas políticos e a democracia representativa foram as causas remotas, como demonstraram os manifestantes ao reclamarem por uma democracia real, que exigia não apenas uma boa governação e representação, mas uma participação direta e uma sociedade em que os princípios da liberdade e igualdade não se confinassem às leis e instituições mas que fossem valores efetivos na vida quotidiana (Ranciére, 2006).

Portugal, inseriu-se nesta tendência contestatária europeia e global que recolocou os problemas materiais no centro dos protestos, utilizando o mesmo repertório inovador, em que as ações coletivas programadas e conduzidas por atores específicos foram convivendo com novas formas de ação social, muitas vezes sem líderes, sem organização, sem sede, e que recorreram às redes sociais como forma de mobilização.

A ação coletiva portuguesa não ficou restrita à escala nacional, a organizações ou a grupos específicos, mas tornou-se global pela partilha de dificuldades e pela busca de valores comuns, inspirando protestos posteriores.

## 5 – Bibliografia

Babo, I., Silva, C.T. (2016). Redes sociais e mobilizações públicas. O movimento de 15 de Setembro. *Atas Congresso Internacional Ibero americano em investigação qualitativa*. Volume 3, 182-192.

Caldas, J. C. (2015). Desvalorização do trabalho: do Memorando à prática. *Cadernos do Observatório*, 6. Observatório sobre Crises e Alternativas, Lisboa: Centro de Estudos Sociais.

Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Costa, A., & Caldas, J. C. (2013). A União Europeia e Portugal. Entre Os Resgates Bancários e a Austeridade: Um Mapa das Políticas e das Medidas. In *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas*. Observatório sobre Crises e Alternativas. Lisboa: Centro de Estudos Sociais, 72-107.

Della Porta, D. (2012), “Cercando la política: protesta e democrazia”, *La Rivista Il Mulino*, 2, 314-320.

Dias, H., Fernandes, L. (2016). A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – análise a partir do caso português. *International Journal on Working Conditions*, nº.11, June, 37-54.

- Estanque, E. (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011 □2013). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 53□80.
- Estanque, E. Costa, H.A., Soeiro, J. (2013). The new global cycle of protest and the portuguese case. *Journal of Social Science Education*. Vol.12, nº1, 31-40.
- Fernandes, J.P.T. (2006). A Grécia Moderna e o Ocidente. In *História*, nº 87, 24- 41.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Grigoriadis, I.N. (2013). A Grécia e a Crise do Euro: da beira do colapso à inevitável reforma. *Cadernos Adenauer*, XIV, nº1,73-80.
- Keynes, J.M. (1972). *Essays in persuasion*. London: Macmillan (The collected writings of John Maynard Keynes, v. 9).
- Lane, P. R. (2011). *The Irish Crisis – IIS Discussion Paper*. Dublin: Trinity College Dublin and CEPR.
- Lima, M.L.C e Artiles, A.M. (2014). Descontentamentos na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 137-172.
- Mason, P. (2016). *Pós-Capitalismo*. Lisboa: Objectiva.
- Ortiz, I., Burke, S., Berrada, M., Cortés, H. (2013). *World Protests 2006 - 2013*. New York: Friedrich Ebert Foundation.
- Rancière, J. (2006). *Hatred of Democracy*. London: Verso.
- Roque, L.(2013). *Como ocorreu a crise financeira Americana*. Mises Brasil.
- Silva, C.T. (2012). Dos “antigos” aos “novos” movimentos sociais. In *Atas do Congresso Crises e Reconfigurações. Sessão temática: Globalização, política e cidadania*, Porto, 19 a 22 junho de 2012 (pp. 1-10).
- Soeiro, J. (2014). Da *Geração à Rasca* ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII, 2014, 55 – 79.
- Tarrow, S. (1995). Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention”, in Mark Traugott (Ed.), *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham: Duke University Press, 89-116.
- Tarrow, S. (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Thompson, E. P. (1983). La Economía «Moral» de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

Tilly. C. (1986). *La France conteste de 1600 á nos jours*. Paris:Fayard.

Tilly, C. (2004). *Social movements – 1768-2004*. London: Paradigm Publishers.

Touraine, A. (1983). *Le retour de l' acteur*. Paris: Fayard.

Zizek, Slavoj (2013), *Problemas no Paraíso*, Disponível em:blogdaboitempo.com.br.

### **Jornais**

Público, 15 de setembro de 2008, consultado a 29 de agosto de 2017

<https://www.publico.pt/2008/09/15/economia/noticia/lehman-brothers-um-dos-maiores-bancos-dos-eua-declara-falencia-1342751>

Esquerda.net (18/12/2011), consultado em 23/8/2017

<http://www.esquerda.net/en/node/21133>

<http://www.esquerda.net/dossier/nas-ruas-contr-austeridade>

<http://www.esquerda.net/artigo/clone-milhares-nos-protestos-do-15-de-outubro-em-portugal>

<http://www.esquerda.net/artigo/primavera-global-marchou-em-lisboa/23121>

El País (12/02/2012), consultado em 24/08/2017

[https://economia.elpais.com/economia/2012/02/12/actualidad/1329075765\\_255269.html](https://economia.elpais.com/economia/2012/02/12/actualidad/1329075765_255269.html)

El Mundo (4/04/2012), consultado em 24/08/2017

<http://www.elmundo.es/economia.html>

J.N (13 de outubro de 2012)

<http://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/tachos-e-panelas-contr-a-troika-no-porto-2826963.html>

## A REFORMA DAS PENSÕES NA UNIÃO EUROPEIA E A CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE

**Ana Sofia Carvalho**  
CIJE, FDUP  
anascarvalho@gmail.com

### Resumo

Neste artigo fazemos o enquadramento internacional e europeu do direito à segurança social para depois aprofundarmos o tema da reforma das pensões na União Europeia, matéria em estudo desde 2010. Seguidamente o artigo analisa o tributo extraordinário sobre pensões vigente entre 2011 e 2016 em Portugal, a contribuição extraordinária de solidariedade, nomeadamente as suas sindicâncias constitucionais.

**Palavras chave** Contribuição Extraordinária de Solidariedade, Pensões, União Europeia.

### Abstract

In this article we refer to the international and European framework of the right to social security and then deepen the subject of pension reform in the European Union, a subject under study since 2010. The article then analyzes the extraordinary tax on pensions in force between 2011 and 2016 in Portugal, the Extraordinary Contribution of Solidarity, in particular their constitutional analysis.

**Keywords:** Extraordinary Contribution of Solidarity, Pensions, European Union

## 1. Introdução

Neste artigo começaremos por fazer o enquadramento internacional e europeu do direito à segurança social para depois aprofundarmos o tema da reforma das pensões na União Europeia, matéria em estudo desde 2010.

Nesse ano, o Livro Verde da Comissão Europeia denominado “Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros” lançou um debate à escala europeia sobre os principais desafios com que se defrontam os sistemas de pensões e sobre o modo como a União Europeia pode apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido de providenciar pensões adequadas e sustentáveis. A este repto de debate responderam centenas de intervenientes, tendo sido expressado o desejo de ver as



questões relativas às pensões abordadas de uma forma abrangente e coordenada à escala da União Europeia. Refletindo os resultados desta consulta, surgiu, em 2012, o Livro Branco da Comissão Europeia denominado “Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis” que define uma agenda para tornar as pensões adequadas e sustentáveis a longo prazo, criando condições para que tanto as mulheres como os homens participem na força de trabalho ao longo de toda a sua vida e reforçando as oportunidades de constituir poupanças-reforma complementares seguras. O artigo analisa as principais recomendações de tal Livro Branco.

Seguidamente, focar-se-á o tributo extraordinário sobre pensões vigente entre 2011 e 2016 em Portugal, a contribuição extraordinária de solidariedade, nomeadamente as suas sindicâncias constitucionais.

## 2. A perspetiva internacional e europeia

O artigo 25.º, n.º 1 da Declaração Universal dos Direitos do Homem consagra a segurança (social) na velhice. Em termos de *soft law*, nos “Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas”, adotados pela Resolução n.º 46/91, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1991, são enunciados os direitos das pessoas idosas: independência; participação; assistência; realização pessoal; dignidade.

No plano do Conselho da Europa, o artigo 23.º da Carta Social Europeia consagra o direito das pessoas idosas a uma proteção social. Importa ainda destacar, em termos de *soft law*, a Recomendação CM/Rec (2014) 2 do Comité de Ministros dos Estados-Membros sobre a promoção dos direitos humanos das pessoas idosas, onde se consagram algumas linhas de ação respeitantes às mesmas:

- a) Não discriminação, nomeadamente em razão da idade;
- b) Promoção da autonomia e participação;
- c) Proteção contra a violência e os abusos;
- d) Proteção social e emprego;
- e) Promoção da saúde;
- f) Acesso à justiça.

A nível da União Europeia, importa desde logo atentar no artigo 1.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) que proclama a inviolabilidade da dignidade do ser humano, devendo a mesma ser respeitada e protegida. Trata-se não só de um direito fundamental, mas da própria base dos direitos fundamentais. Assim, o artigo 1.º da CDFUE, em conjugação com o artigo 2.º do Tratado da União Europeia (TUE)<sup>1</sup>, serve de fundamento a todo o sistema de proteção dos direitos

---

<sup>1</sup> Artigo 2º do TUE: “A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana...”.

fundamentais na ordem jurídica da União, pois, não sendo subsumível a qualquer dos direitos fundamentais consagrados na CDFUE, adquire conteúdo preciso através da sua expressão e concretização nesses direitos e constitui, em relação a eles, um critério valorativo e interpretativo conferidor de “unidade de sentido”. Trata-se no fundo de uma expressão genérica, cujo conteúdo deve ser concretizado através de decisões judiciais proferidas em casos concretos.

Recordando que segundo Gomes Canotilho e Vital Moreira uma das dimensões da dignidade é a dignidade como dimensão aberta e carecedora de prestações, que se relaciona com as novas exigências da pessoa humana que podem reclamar a necessidade de prestações (públicas ou privadas) enriquecedoras das irradiações físicas e espirituais da pessoa, pode-se concluir que esta dimensão “justifica a exigência de condições mínimas para uma existência condigna, bem como a proteção de pessoas em situações especiais de risco e de carência (ver artigos 18.º e 19.º, 24.º a 26.º, 32.º, 34.º e 47.º a 50.º da Carta)” (Silveira & Canotilho (Eds.), 2013, 35).

Com efeito, o artigo 25.º da CDFUE afirma que “A União reconhece e respeita o direito das pessoas idosas a uma existência condigna e independente e à sua participação na vida social e cultural”, reconhecendo que a categoria das pessoas idosas deve ser alvo de uma tutela especial, e parecendo ter recebido a ideia de que é impossível garantir uma tutela efetiva dos direitos civis e políticos sem promover também os direitos sociais e económicos. No entanto, embora o artigo 25.º apresente ligações a valores como a Dignidade, Liberdade e Solidariedade, a sua perspetiva primordial é assegurar a Igualdade (daí a inserção sistemática do mesmo) das pessoas idosas, isto é, a proteção do estatuto da pessoa idosa em condições de igualdade relativamente aos outros membros da sociedade, pondo a tónica na proibição da discriminação em razão da idade (“idadismo” ou “etarismo”), concretizando também neste âmbito o artigo 21.º da CDFUE que proíbe a discriminação nomeadamente em função da idade.

Também a nível da União Europeia as pessoas idosas não aparecem delimitadas por um critério etário unívoco e embora tradicionalmente se tenha definido a velhice em função das idades oficiais da reforma, ligando este estágio da vida à idade pós-laboral, certo é que essa possibilidade não existe no seio da União Europeia, uma vez que: “por um lado, (...) não há concordância entre os ordenamentos nacionais da União relativamente a esta idade; por outro lado, porque, mesmo dentro de cada ordenamento, há situações de permanência mais ou menos alargada no mercado de trabalho” (Silveira & Canotilho (Eds.), 2013, 316).

Em matéria de segurança social, cumpre desde logo chamar à colação o artigo 34.º da CDFUE que, sob a epígrafe “Segurança social e assistência social”, “surge no capítulo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia intitulado «Solidariedade» e visa reafirmar o modelo social europeu, respeitando as competências dos Estados-Membros nesta matéria” (Silveira & Canotilho (Eds.) 2013, 402). Com efeito, “é objectivo da União Europeia contribuir para um *elevado nível de protecção social e*

*de qualidade de vida* nos Estados-Membros” (Silveira & Canotilho (Eds.) 2013, 403), realizando-se tal objetivo pela coordenação de legislações dos Estados Membros e não pela harmonização das mesmas, tal como o Tribunal de Justiça da União Europeia explicou desde cedo. Mais, “a jurisprudência do TJUE tem, reiteradamente, defendido que os Estados-Membros gozam de ampla margem de apreciação na escolha das medidas adequadas à prossecução dos objetivos de política social e do combate à exclusão social.” (Silveira & Canotilho (Eds.), 2013, 412).

“Neste contexto, o artigo 34.º, n.º 1, promove, de acordo com uma lógica de justiça distributiva, o acesso a recursos adequados a uma existência condigna. Esta disposição delimita o âmbito material de tutela: «*proteção em casos como a maternidade, doença, acidentes de trabalho, dependência na velhice, bem como em caso de perda de emprego*»” (Silveira & Canotilho (Eds.), 2013, 403).

Este quadro de direitos fundamentais dos idosos a nível internacional e europeu constitui o lastro para a futura concretização e desenvolvimento de todos os aspetos em que se desdobra a proteção dos idosos, designadamente, nas áreas da fiscalidade e da segurança social.

No âmbito da segurança social europeia novas regras de coordenação foram implementadas pelo pacote legislativo denominado coordenação modernizada dos sistemas de segurança social constituído pelo Regulamento n.º 883/2004<sup>2</sup>, de 29 de abril, relativo à coordenação dos sistemas de segurança social e pelo Regulamento n.º 987/2009<sup>3</sup>, de 16 de setembro, que estabelece as modalidades de aplicação do primeiro regulamento referido. Tais novas regras entraram em vigor em 1 de maio de 2010. Estas regras “*não substituem* os sistemas nacionais de segurança social, nem abstraem das inevitáveis diferenças, verificadas nesse âmbito” (Silveira & Canotilho (Eds.), 2013, 405), exercem como se disse apenas uma função coordenadora da legislação dos estados membros, uma vez que compete aos Estados no uso do poder não transferido para a ordem jurídica comunitária determinar a estrutura e as características dos respetivos sistemas de segurança social, sem prejuízo do respeito pelos princípios do direito da União Europeia, nomeadamente o da livre circulação dos trabalhadores e o da igualdade de tratamento e não discriminação.

As novas regras de coordenação modernizada europeia aplicam-se nomeadamente às pensões por velhice e sobrevivência (cf. artigos 50.º a 60.º do Regulamento n.º 883/2004). Destas regras cumpre sublinhar em geral o seguinte:

- a) Qualquer país onde se tiver descontado para a reforma conserva um registo do seguro até se atingir a idade da reforma;
- b) Todos os países onde se tenha estado seguro, pelo menos, durante um ano devem pagar uma pensão de velhice quando se atinge a idade da reforma oficial desse país (por exemplo, se se tiver trabalhado em três países diferentes, receber-se-ão três pensões diferentes);

---

<sup>2</sup> Com a redação que lhe foi dada pelos Regulamentos n.ºs 988/2009, 1244/2010, 465/2012, 1224/2012.

<sup>3</sup> Com a redação que lhe foi dada pelos Regulamentos n.º 1244/2010, 465/2012, 1224/2012.

- c) O montante da pensão de reforma será calculado de acordo com o registo de seguro em cada país onde se tiver trabalhado, ou seja, o montante que se receberá de cada um dos países corresponde ao tempo em que se esteve coberto pela segurança social desse país;
- d) Quando se reforma, a pessoa receberá um documento recapitulativo com um resumo das decisões de cada país relativas ao seu caso;
- e) A pensão de reforma, mesmo se se tiver trabalhado em vários países, deve ser requerida no país onde se vive, a não ser que nunca se tenha trabalhado nesse país. Neste caso, deverá requerer-se a pensão no último país em que se trabalhou.
- f) A pensão será paga independentemente do país onde se residir na Europa (UE 28 + Islândia, Liechtenstein, Noruega, ou Suíça).
- g) Em geral, são aplicáveis às pensões de invalidez e às pensões de sobrevivência por viuvez ou por orfandade regras idênticas às aplicáveis às pensões de velhice.

Traçado o quadro legislativo atual a nível da União Europeia em matéria de coordenação dos sistemas de segurança social cumpre fazer referência à questão da reforma das pensões na União Europeia, matéria que está em estudo desde 2010, ano em que o Livro Verde da Comissão Europeia denominado “Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros” lançou um debate à escala europeia sobre os principais desafios com que se defrontam os sistemas de pensões e sobre o modo como a União Europeia pode apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido de providenciar pensões adequadas e sustentáveis. A este repto de debate responderam centenas de intervenientes, tendo sido expressado o desejo de ver as questões relativas às pensões abordadas de uma forma abrangente e coordenada à escala da União Europeia. Em 2012, surgiu o Livro Branco denominado “Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis” que reflete os resultados da ampla consulta lançada pelo referido Livro Verde e “define uma agenda para tornar as pensões adequadas e sustentáveis a longo prazo, criando condições para que tanto as mulheres como os homens participem fortemente na força de trabalho ao longo de toda a sua vida e reforçando as oportunidades de constituir poupanças-reforma complementares seguras” (Comissão Europeia, 2012).

O Livro Branco nesta matéria começa por alertar para o facto de que o envelhecimento da população representa um grande desafio para os regimes de pensões em todos os Estados-Membros. Paralelamente à esperança média de vida que, segundo as projeções, continua a aumentar, há também outro problema imediato, uma vez que a geração do *baby boom* atinge agora a idade da reforma e a população em idade ativa na Europa começa e se prevê que continuará a diminuir. Assim, a menos que os homens e as mulheres, à medida que vivem mais tempo, também se mantenham no emprego mais tempo e poupem mais para a reforma, a adequação das pensões não poderá ser assegurada. Este é o ponto de partida do Livro Branco.

Seguidamente, o Livro Branco elenca os desafios<sup>4</sup> atuais em matéria de pensões, a saber:

- i) Garantir a sustentabilidade financeira dos regimes de pensões;
- ii) Manter a adequação das prestações de reforma;
- iii) Aumentar a participação no mercado de trabalho das mulheres e dos trabalhadores mais velhos;
- iv) O papel desempenhado pelos Estados-Membros e pela União Europeia no domínio das pensões.

Desta forma, surge a necessidade de reformar os regimes de pensões para efeitos de criar um sistema que seja sustentável do ponto de vista financeiro, de modo a que o objetivo básico dos regimes de pensões – a saber, garantir um rendimento adequado na reforma e permitir que as pessoas mais velhas tenham um nível de vida digno e gozem de independência económica – possa ser atingido.

Para isso, nas suas Análises Anuais do Crescimento de 2011 e 2012, a Comissão Europeia apresentou orientações essenciais para as reformas dos regimes de pensões, que contribuem para a consolidação orçamental favorável ao crescimento e asseguram a adequação e a sustentabilidade das pensões. Para atingir estes objetivos, as Análises Anuais do Crescimento sublinharam a importância de garantir um melhor equilíbrio entre o número de anos passados a trabalhar e o número de anos de reforma, bem como de promover a constituição de poupanças-reforma complementares.

Para garantir um melhor equilíbrio entre o número de anos passados a trabalhar e o número de anos de reforma, a Comissão sugere<sup>5</sup>:

- i) Associar a idade da reforma ao aumento da esperança de vida;
- ii) Restringir o acesso à reforma antecipada;
- iii) Apoiar o prolongamento da vida profissional;
- iv) Reduzir as disparidades entre homens e mulheres em matéria de pensões.

Relativamente à promoção da constituição de poupanças-reforma complementares, estas terão de desempenhar um papel mais importante para assegurar a futura adequação das pensões, pelo que os Estados-Membros terão de encontrar formas de melhorar a relação custo-eficácia e a segurança dos regimes complementares de reforma e de tornar equitativo o acesso a estes regimes. Neste âmbito são também importantes os incentivos fiscais e outros tipos de incentivos financeiros, bem como a negociação coletiva e também devem ser tidos em conta aspetos relacionados com a igualdade de género para evitar o aumento das disparidades entre homens e mulheres, já que estas últimas dispõem atualmente de menos oportunidades para constituir poupanças-reforma complementares do que os homens.

---

<sup>4</sup> Para mais desenvolvimentos consultar: Carvalho (2014).

<sup>5</sup> *Idem*.

### **3. Um tributo extraordinário sobre pensões em Portugal entre 2011 e 2016: a Contribuição Extraordinária de Solidariedade**

A Contribuição Extraordinária de Solidariedade (doravante CES) foi introduzida em Portugal pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2011), mais concretamente pelo artigo 162.º de tal diploma, acompanhando a medida de redução salarial dos trabalhadores do setor público, pretendendo-se desta forma onerar de forma semelhante os pensionistas e titulares de subvenções. No entanto, a sua configuração jurídica concreta sofreu alterações significativas de ano para ano. A CES vigente em 2016 encontrava-se prevista no artigo 2.º da Lei n.º 159-B/2015, de 30 de dezembro, que aqui transcrevemos:

“Artigo 2.º

Regime aplicável

1 - No ano de 2016, a contribuição extraordinária de solidariedade prevista no artigo 79.º do Orçamento do Estado para 2015, é de:

- a) 7,5 % sobre o montante que exceda 11 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), mas que não ultrapasse 17 vezes aquele valor;
- b) 20 % sobre o montante que ultrapasse 17 vezes o valor do IAS.”

O referido artigo, no seu n.º 2, previa a extinção deste tributo a partir de 1 de janeiro de 2017, o que veio efetivamente a ocorrer.

Ao longo destes anos algumas foram as vezes que problemas de constitucionalidade deste tributo foram levantados perante o Tribunal Constitucional, pois como medida conjuntural a CES parecia violar princípios basilares como os da igualdade, capacidade contributiva e neutralidade, além de que a sua vigência de 6 anos parecia apontar mais para uma medida de natureza estrutural e duradoura do que conjuntural e transitória, como se anunciava.

Em 2013 foi solicitada ao Tribunal Constitucional a apreciação e declaração com força obrigatória geral da inconstitucionalidade, entre outras, das normas constantes dos números 1, 2, 3 e 4 e, a título consequente, das restantes normas do artigo 78.<sup>6º</sup> da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), com base, em síntese, nos seguintes fundamentos:

---

<sup>6</sup> Cujas redações aqui se transcrevem:

“Artigo 78.º - Contribuição extraordinária de solidariedade

1 - As pensões pagas a um único titular são sujeitas a uma contribuição extraordinária de solidariedade (CES), nos seguintes termos:

“- A contribuição extraordinária de solidariedade criada pelas mencionadas normas pode ser definida como um imposto diverso do IRS, pelo que ao refletir uma fragmentação da tributação do rendimento das pessoas singulares, com agravamentos fiscais ditados para certas categorias de

- 
- a) 3,5 % sobre a totalidade das pensões de valor mensal entre € 1350 e € 1800;  
b) 3,5 % sobre o valor de € 1800 e 16 % sobre o remanescente das pensões de valor mensal entre € 1800,01 e € 3750, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5 % e 10 %;  
c) 10 % sobre a totalidade das pensões de valor mensal superior a € 3750.
- 2 - Quando as pensões tiverem valor superior a € 3750 são aplicadas, em acumulação com a referida na alínea c) do número anterior, as seguintes percentagens:
- a) 15 % sobre o montante que exceda 12 vezes o valor do IAS mas que não ultrapasse 18 vezes aquele valor;  
b) 40 % sobre o montante que ultrapasse 18 vezes o valor do IAS.
- 3 - O disposto nos números anteriores abrange, além das pensões, todas as prestações pecuniárias vitalícias devidas a qualquer título a aposentados, reformados, pré-aposentados ou equiparados que não estejam expressamente excluídas por disposição legal, incluindo as atribuídas no âmbito do sistema complementar, designadamente no regime público de capitalização e nos regimes complementares de iniciativa coletiva, independentemente:
- a) Da designação das mesmas, nomeadamente pensões, subvenções, subsídios, rendas, seguros, indemnizações por cessação de atividade, prestações atribuídas no âmbito de fundos coletivos de reforma ou outras, e da forma que revistam, designadamente pensões de reforma de regimes profissionais complementares;  
b) Da natureza pública, privada, cooperativa ou outra, e do grau de independência ou autonomia da entidade processadora, nomeadamente as suportadas por institutos públicos, entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal, caixas de previdência de ordens profissionais e por pessoas coletivas de direito privado ou cooperativo, designadamente:  
i) Centro Nacional de Pensões (CNP), no quadro do regime geral de segurança social;  
ii) Caixa Geral de Aposentações (CGA), com exceção das pensões e subvenções automaticamente atualizadas por indexação à remuneração de trabalhadores no ativo, que ficam sujeitas às medidas previstas na presente lei para essas remunerações;  
iii) Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS);  
iv) Instituições de crédito, através dos respetivos fundos de pensões, por força do regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário;  
v) Companhias de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões;  
c) Da natureza pública, privada ou outra da entidade patronal ao serviço da qual efetuaram os respetivos descontos ou contribuições ou de estes descontos ou contribuições resultarem de atividade por conta própria, bem como de serem obrigatórios ou facultativos;  
d) Do tipo de regime, legal, convencional ou contratual subjacente à sua atribuição, e da proteção conferida, de base ou complementar.
- 4 - O disposto nos números anteriores não é aplicável à componente de reembolso de capital, exclusivamente na parte relativa às contribuições do beneficiário, das prestações pecuniárias vitalícias devidas por companhias de seguros.
- 5 - Para efeitos de aplicação do disposto nos n.ºs 1 a 3, considera-se a soma de todas as prestações da mesma natureza e percebidas pelo mesmo titular, considerando-se que têm a mesma natureza, por um lado, as prestações atribuídas por morte e, por outro, todas as restantes, independentemente do ato, facto ou fundamento subjacente à sua concessão.
- 6 - Nos casos em que, da aplicação do disposto no presente artigo, resulte uma prestação mensal total ilíquida inferior a € 1350 o valor da contribuição devida é apenas o necessário para assegurar a percepção do referido valor.
- 7 - Na determinação da taxa da CES, o 14.º mês ou equivalente e o subsídio de Natal são considerados mensalidades autónomas.
- 8 - A CES reverte a favor do IGFSS, I. P., no caso das pensões atribuídas pelo sistema de segurança social e pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, e a favor da CGA, I. P., nas restantes situações, competindo às entidades processadoras proceder à dedução da contribuição e entregá-la à CGA, I. P., até ao dia 15 do mês seguinte àquele em que sejam devidas as prestações em causa.
- 9 - Todas as entidades abrangidas pelo n.º 3 são obrigadas a comunicar à CGA, I. P., até ao dia 20 de cada mês, os montantes abonados por beneficiário nesse mês, independentemente de os mesmos atingirem ou não, isoladamente, o valor mínimo de incidência da CES.
- 10 - O incumprimento pontual do dever de comunicação estabelecido no número anterior constitui o responsável máximo da entidade, pessoal e solidariamente responsável, juntamente com o beneficiário, pela entrega à CGA e ao CNP da CES que estas instituições deixem de receber e pelo reembolso às entidades processadoras de prestações sujeitas a incidência daquela contribuição das importâncias por estas indevidamente abonadas em consequência daquela omissão.
- 11 - O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, de base legal, convencional ou contratual, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos, com exceção das prestações indemnizatórias correspondentes, atribuídas aos deficientes militares abrangidos, respetivamente pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 93/83, de 17 de fevereiro, 203/87, de 16 de maio, 224/90, de 10 de julho, 183/91, de 17 de maio, e 259/93, de 22 de julho, pelas Leis n.ºs 46/99, de 16 de junho, e 26/2009, de 18 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 314/90, de 13 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 248/98, de 11 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 250/99, de 7 de julho.”

cidadãos, viola o princípio da unidade do imposto sobre o rendimento pessoal, previsto no n.º 1 artigo 104.º da Constituição;

- A mesma contribuição, na medida em que tributa, em acumulação com os agravamentos parafiscais previstos no artigo 77.º e com os agravamentos orçamentais em sede de IRS, uma categoria específica de pessoas em razão de critérios ligados à sua condição ou estatuto de inatividade laboral e não do critério constitucional da capacidade contributiva, discrimina negativamente, de forma desproporcionada e sem justificação constitucional, os pensionistas, em relação aos trabalhadores no ativo, do que resulta a violação dos princípios da igualdade e da proporcionalidade, garantidos pela disposição do n.º 1 do artigo 104.º conjugada com as normas dos artigos 13.º e 18.º, n.º 2, da Constituição.

- Ao interpretar-se a CES como sacrifício adicional, redução de rendimento análoga à que é mantida para os funcionários públicos, colocam-se em causa os princípios da proteção da confiança e da igualdade perante os encargos públicos, na medida em que configura uma diferenciação discriminatória dos pensionistas na participação nos encargos com a diminuição do défice público.

- As normas violam ainda o núcleo essencial de direitos patrimoniais de propriedade, garantidos pelo n.º 1 do artigo 62.º da CRP e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 18.º da Constituição.” (Tribunal Constitucional, 2013, ponto 69).

Tal foi apreciado no Acórdão do Plenário do mesmo Tribunal n.º 187/2013, de 5 de abril, que concluiu pela não declaração de inconstitucionalidade das normas do artigo 78.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, com os seguintes fundamentos principais:

- a) A CES é juridicamente configurada como uma contribuição para a segurança social, ainda que apresente a particularidade de ser exigida aos atuais beneficiários dos regimes previdenciais, pelo que não lhe é aplicável o princípio da unidade do imposto sobre o rendimento pessoal previsto no artigo 104.º, n.º 1 da CRP;
- b) O princípio da igualdade não é violado na medida em que “os pensionistas afetados pela medida não se encontram na mesma situação de qualquer outro cidadão, justamente porque são beneficiários de pensões de reforma ou de aposentação e de complementos de reforma, e é a sua distintiva situação estatutária que determina a incidência da CES, como medida conjuntural, com a finalidade específica de assegurar a sua participação no financiamento do sistema de segurança social, num contexto extraordinário de exigências de financiamento que, de outra forma, sobrecarregariam o Orçamento do Estado ou se transfeririam para as gerações futuras. (...)

Podendo descortinar-se na sua própria condição de pensionistas o fundamento material bastante para, numa situação de exceção, serem chamados a contribuir para o financiamento do sistema, o que afasta, à partida, o carácter arbitrário da medida.



A sujeição dos pensionistas a uma contribuição para o financiamento do sistema de segurança social, de modo a diminuir a necessidade de afetação de verbas públicas, no quadro de distintas medidas articuladas de consolidação orçamental, que incluem também aumentos fiscais e outros cortes de despesas públicas, apoia-se numa racionalidade coerente com uma estratégia de atuação cuja definição cabe ainda dentro da margem de livre conformação política do legislador.” (Tribunal Constitucional, 2013, ponto 75);

c) Também não foram violados os princípios da proporcionalidade e da proteção da confiança pois é “atendendo à natureza excecional e temporária desta medida, tendo por finalidade a satisfação das metas do défice público exigidas pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, que a sua conformidade com os princípios do Estado de direito democrático deve ser avaliada.” (Tribunal Constitucional, 2013, ponto 78);

d) O direito de propriedade previsto no artigo 62.º da CRP não é aplicável *in casu*, não podendo assim o mesmo ser violado, uma vez que no caso do direito à pensão, “a violação do direito de propriedade, por virtude da redução do montante das prestações que forem devidas a esse título, apenas poderia colocar-se se fosse possível afirmar um estrito princípio de corresponsabilidade no âmbito da relação jurídica de segurança social, de modo a que existisse efetiva equivalência entre o montante das contribuições e o valor das prestações.

Todavia o princípio que vigora agora é antes uma equivalência global que poderá ser sempre corrigida em função do princípio da solidariedade, como um dos fatores estruturantes do sistema de segurança social (João Loureiro, Adeus ao estado social? O insustentável peso do não-ter, BFD 83 (2007), págs. 168-169).” (Tribunal Constitucional, 2013, ponto 81);

Por outro lado, “considerando que as taxas adicionais de 15% e 40% são aplicadas só a partir de rendimentos especialmente elevados e deixam ainda uma margem considerável de rendimento disponível, e – como se referiu já – revestem carácter transitório e excecional, não se afigura que se lhes possa atribuir carácter confiscatório.” (Tribunal Constitucional, 2013, ponto 83);

Em 2014 foi a CES novamente alvo de apreciação jurisdicional por parte do Tribunal Constitucional, uma vez que um Grupo de deputados à Assembleia da República eleitos pelo Partido Socialista (processo n.º 386/2014), assim como outro Grupo de deputados à Assembleia da República eleitos pelo PCP, BE e PEV (processo n.º 389/2014), requereram ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, entre outras, de normas contidas no artigo 76.<sup>97</sup> da

---

<sup>7</sup> Mais concretamente, as resultantes dos números 1 e 2 do artigo 76º, que aqui se transcrevem:

“Artigo 76.º

Contribuição extraordinária de solidariedade

1 — Durante o ano de 2014 as pensões pagas a um único titular são sujeitas a uma contribuição extraordinária de solidariedade (CES), nos seguintes termos:

a) 3,5 % sobre a totalidade das pensões de valor mensal entre € 1 000 e € 1 800;

Lei n.º 83- C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 13/2014, de 14 de março (Primeira Alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), argumentando nomeadamente que o novo regime jurídico da CES teria impactos significativos na capacidade do titular de uma pensão, sobretudo nas situações de pensões de valor mais reduzido, impedindo o idoso de desenvolver vivências compatíveis com uma existência condigna e independente, bem como dificultando as suas condições económicas para fazer face aos encargos, gerais e específicos, da sua condição. Com efeito, e em geral, a qualidade de idoso pode implicar limitações e necessidades específicas, nomeadamente uma menor autonomia e uma maior dependência de terceiros. Estas necessidades específicas e os cuidados de saúde imprescindíveis correspondem a despesas, usualmente avultadas, que se somam às necessidades básicas de sobrevivência, como as despesas com a habitação (renda, água, gás, eletricidade, etc...) e com a alimentação, ou seja, este conjunto de sujeitos tem, normalmente, o seu rendimento consignado a uma leque de despesas mensais fixas, que incidem sobre uma única fonte de rendimento – a pensão. Desta forma, a CES constituiria um sacrifício especialmente intenso, desproporcional, mostrando-se desrazoável e excessivo no quadro dos sujeitos afetados, que são precisamente aqueles que convocam os valores da solidariedade e da proteção social<sup>8</sup>.

Tal pedido culminou sendo apreciado no Acórdão n.º 572/2014, de 30 de julho, do Plenário do Tribunal Constitucional, onde se decidiu não declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral das normas da alínea a) do n.º 1 e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 13/2014, de 14 de março, com os seguintes fundamentos principais: a CES assume um carácter excecional e transitório ou temporário; o interesse público a salvaguardar com a CES (necessidade de equilíbrio orçamental e de diminuição do défice público num espaço de tempo relativamente curto/ reforço do financiamento do sistema de segurança social) reveste uma importância fulcral e um carácter de premissa que lhe confere uma manifesta prevalência, pelo que não se viola o princípio da proteção da confiança inscrito no artigo 2.º da CRP e a prestação mensal exigida aos beneficiários da segurança social atingidos pelo alargamento da base de incidência da CES, pela temporalização das normas que lhe dão suporte e pelos objetivos que visa prosseguir, não constitui um sacrifício particularmente excessivo e desrazoável, que importe violação do princípio da proporcionalidade constitucionalmente censurável.

---

b) 3,5 % sobre o valor de € 1800 e 16 % sobre o remanescente das pensões de valor mensal entre € 1800,01 e € 3750, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5 % e 10 %;

c) 10 % sobre a totalidade das pensões de valor mensal superior a € 3750.

2 — Quando as pensões tiverem valor superior a € 3750 são aplicadas, em acumulação com a referida na alínea c) do número anterior, as seguintes percentagens:

a) 15 % sobre o montante que exceda 11 vezes o valor do IAS mas que não ultrapasse 17 vezes aquele valor;

b) 40 % sobre o montante que ultrapasse 17 vezes o valor do IAS.”

<sup>8</sup> Neste sentido, veja-se o pedido formulado ao Tribunal Constitucional no âmbito do processo n.º 389/2014 pelo Grupo de deputados à Assembleia da República eleitos pelo PCP, BE e PEV.

## 4. Conclusões

Internacionalmente, o direito à segurança social das pessoas idosas também está previsto (cf. artigo 25.º, n.º 1 da DUDH), assim como a nível europeu (cf. artigo 23.º da Carta Social Europeia) e da União Europeia (cf. artigo 34.º da CDFUE). Instrumentos vinculativos (cf. artigo 25.º da CDFUE) e de *soft law* chamam a atenção para a necessidade de reforçar e complementar os direitos das pessoas idosas (cf. Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, adotados pela Resolução n.º 46/91, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1991 e Recomendação CM/Rec (2014) 2 do Comité de Ministros dos Estados-Membros do Conselho da Europa), tanto a nível da União Europeia, como europeu e internacional.

A nível da União Europeia, a reforma das pensões está em estudo desde 2010, ano em que o Livro Verde da Comissão Europeia denominado “Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros” lançou um debate à escala europeia sobre os principais desafios com que se defrontam os sistemas de pensões e sobre o modo como a União Europeia pode apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido de providenciar pensões adequadas e sustentáveis. A este repto de debate responderam centenas de intervenientes, tendo sido expressado o desejo de ver as questões relativas às pensões abordadas de uma forma abrangente e coordenada à escala da União Europeia.

Tendo em conta a análise efetuada pelo Livro Branco, chegamos à conclusão de que muitos dos regimes de pensões existentes na União Europeia têm de ser em certa medida ajustados para poderem assegurar pensões adequadas de forma sustentável. O referido Livro Branco apresenta uma estratégia destinada a tornar as pensões adequadas, sustentáveis e seguras ao longo das próximas décadas.

Embora, como vimos, os desafios sejam muitos (nomeadamente os relacionados com as alterações demográficas e a sustentabilidade das finanças públicas), existem possibilidades e meios de os superar. É necessário agir e implementar as ações apresentadas no Livro Branco, devendo os Estados-Membros, as instituições europeias e todos os intervenientes, em especial os parceiros sociais, conjugar esforços para responder em conjunto e no âmbito das respetivas atribuições aos desafios levantados pelo envelhecimento da população.

## 5. Bibliografia

Carvalho, A. (2014). A reforma das pensões na União Europeia. *Revista Electrónica de Direito*,1[online], 1-15. Disponível em: <file:///C:/Users/AU10149/Downloads/Artigo%20Ana%20Sofia%20Carvalho.pdf> [Acedido em 26 de janeiro de 2017].

Conselho da Europa (2014). *Recommendation CM/REC (2014) 2*. Disponível em: [http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/hrpolicy/other\\_committees/cddh-age/Document\\_CDDH\\_AGE/CMRec\(2014\)2\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/hrpolicy/other_committees/cddh-age/Document_CDDH_AGE/CMRec(2014)2_en.pdf) [Acedido em 26 de janeiro de 2017].

Comissão Europeia (2017). *Pensões*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=860&langId=pt> [Acedido em 26 de janeiro de 2017].

Comissão Europeia (2012). *Livro Branco - Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM:2012:0055:FIN> [Acedido em 26 de janeiro de 2017].

Comissão Europeia (2010). *Livro Verde - Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0365:FIN:PT:PDF> [Acedido em 26 de janeiro de 2017].

Silveira, A. & Canotilho, M. (Eds.). (2013). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Comentada*. Coimbra: Almedina.

Tribunal Constitucional (2013). Acórdão do Plenário n.º 187/2013 (5 de abril de 2013). Disponível em: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20130187.html> [Acedido em 26 de janeiro de 2017].

Tribunal Constitucional (2014). Acórdão do Plenário n.º 572/2014 (30 de julho de 2014). Disponível em: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20140572.html> [Acedido em 26 de janeiro de 2017].

## **A CORRUPÇÃO E A FALTA DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DEMOCRÁTICAS**

**Eduardo DUQUE**

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa  
[eduardoduque@braga.ucp.pt](mailto:eduardoduque@braga.ucp.pt)

**António CALHEIROS**

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa  
[calheiros@braga.ucp.pt](mailto:calheiros@braga.ucp.pt)

### **Resumo**

Uma das consequências da corrupção é a pobreza, à qual está associada a violência e a instabilidade política. A relação entre estas realidades é complexa e, entre elas, existe uma retroação positiva.

A partir de uma análise longitudinal dos dados do *European Values Survey* (EVS), entre 1990 e 2008-2010, apresentam-se algumas ilustrações empíricas, para a situação portuguesa e para a média dos países da União Europeia, relacionando os casos acima mencionados.

Conclui-se que Portugal apresenta um nível de capital humano ligeiramente abaixo do nível médio da escala (de 2,8) e abaixo do nível dos demais países da União Europeia, o que demonstra que continua a ser um país submergido em contextos de fragilidade democrática e cívica. Esta realidade é também perceptível ao analisar as instituições que representam a estabilidade democrática, já que a maioria dos portugueses coloca estas instituições como as menos credíveis, evidenciando, assim, a falta de segurança nas estruturas democráticas.

**Palavras-chave:** Corrupção, violência, instabilidade política, transparência e direitos humanos

### **Abstract**

One of the consequences of corruption is poverty, which is associated with violence and political instability. The relationship between these realities is complex and there is positive feedback between them.

From a longitudinal analysis of the European Values Survey (EVS) data, between 1990 and 2008-2010, some empirical illustrations are presented for the Portuguese situation and for the average of the countries of the European Union, listing the cases mentioned above.

It is concluded that Portugal presents a level of human capital slightly below the average level of the scale (of 2,8) and below the level of the other countries of the European Union, which shows that it continues to be a country submerged in contexts of democratic and civic fragility. This reality is also perceptible when analyzing the institutions that represent democratic stability, since most of the Portuguese place these institutions as the least credible, thus evidencing the lack of security in democratic structures.

**Keywords:** Corruption, violence, political instability, transparency and human rights.

## **1 - O fenómeno da corrupção e os seus efeitos**

Não é fácil identificarmos e explicarmos a realidade nos seus múltiplos aspetos, sobretudo quando esta é objeto de contínuos e sofisticados processos de transformação, os quais, muitas vezes, refletem um tipo de racionalidade estruturada nas forças vigorosas e criativas da ganância e da sobrevivência. Podemos afirmar, com toda a propriedade, ser este o caso da corrupção, realidade onde a complexidade dos diferentes fatores a si associados e as suas múltiplas dimensões e ângulos de análise dificultam a definição deste fenómeno, mas não inviabilizam a fixação do conceito, muito embora saibamos da sua volatilidade e consequentes atualizações.

Independentemente destas dificuldades, a corrupção empobrece as sociedades em todos os seus níveis e dimensões. Isso é particularmente visível nos regimes ditatoriais, onde as riquezas produzidas são drenadas para os bolsos de pequenas oligarquias, as relações sociais contaminadas por tais práticas e, como tal, produtoras de mais corrupção. Ainda que de forma diversa, até porque o escrutínio popular se faz sentir de forma muito mais intensa e eficaz, a corrupção coloca em risco o sistema democrático, atacando este nos seus princípios estruturantes e nas suas normais e desejáveis formas de funcionamento. Coloca-se, assim, a exigência de se combater este fenómeno, exigência essa que terá de, forçosamente, entrar em conflito com um vasto conjunto de interesses contrários.

### **1.1 - Conceito de corrupção**

Torna-se difícil apresentar um conceito preciso de corrupção, já que esta comporta, “por um lado, regras formais/legais e, por outro, regras sociais/culturais ou expectativas relativamente ao exercício de um determinado cargo sob o qual foi depositada confiança” (Sousa e Triães *eds.*, 2008, p. 28). Johnston (2001) acrescenta outros aspetos reveladores desta dificuldade, referindo tratar-se de uma realidade onde entroncam tão complexas como a existência de benefícios incorpóreos difíceis de detetar; a difícil acomodação entre interesse público e interesse privado; os negócios corruptos poderem gozar de maior aceitação social que a própria lei; o facto deste conceito, porque muito ligado a padrões culturais, ser muito sensível ao esvaziamento do seu significado nuclear; a existência de classificações baseadas em ações específicas poderem negligenciar a moralidade, a justiça e valores políticos como a boa representação, deliberação e responsabilidade, valores estes essenciais relativamente à igualdade, aos procedimentos adequados e à justiça.

Por isso, e para além dos diferentes elementos já anteriormente referidos, existem mais dois que consideramos indispensáveis à compreensão deste conceito: a inscrição destas

dinâmicas na natureza humana, assim como a magnitude do problema em função de sistemas políticos diferenciados.

No que ao primeiro aspeto diz respeito, Huxley (s/d:121) defende que a corrupção parece estar inscrita na essência da natureza humana. Há homens que lhe resistem, outros que tiram proveito das situações seguindo um dos seus instintos mais primários. O mesmo se passa com as perceções que o homem tem daquilo que lhe convém, assim como o modo como coletivamente se organiza para atingir os seus objetivos, determinantes para compreendermos o fenómeno da corrupção, assim como a aceitação da mesma pelo tecido social de um país. Por isso, há países mais e menos corruptos, assim como povos mais ou menos tolerantes com a corrupção.

Enquanto realidade social e política, a corrupção não é, segundo Huxley (s/d), maior no sistema democrático que no sistema autocrático. Ela é apenas mais generalizada no primeiro, dado que, segundo este autor, os governos são mais populares. Como são mais populares, existem mais pessoas com a possibilidade de agirem corruptamente, ao passo que no autocrático o espólio é compartilhado entre poucos. Ainda assim, segundo o mesmo autor, nos regimes autocráticos os corruptos chegam cedo ao poder, enquanto que nos democráticos a sua ascensão é mais lenta.

Tendo subjacentes todos estes fatores, concordamos com a definição dada por Ziegler (2003, p. 111), quando afirma que “a corrupção consiste em oferecer ou em prometer uma vantagem a um agente da autoridade pública (ou a um dirigente de uma empresa privada), a fim de que este traia a responsabilidade para com a autoridade (ou a empresa) que representa. Aquele que oferece a vantagem é o corruptor. Aquele que a aceita e trai os deveres do seu cargo é o corrupto. O corrupto tanto pode solicitar explicitamente a vantagem, como aceitá-la passivamente, mas a relação de causa e efeito entre a aceitação da vantagem e a traição dos deveres do cargo é a mesma em ambos os casos”.

## **1.2 - Principais problemas colocados pela corrupção**

A corrupção, enquanto crime económico, potencia fenómenos como a fraude, a evasão fiscal e o branqueamento de capitais, estando na base e no coração do crime organizado internacional. Por isso, é uma incongruência falar-se no combate à corrupção e ao branqueamento de capitais, quando se permite a existência de *offshores*. Estes *offshores*, potenciados pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, associados à morosidade das respostas dos tribunais, têm sido responsáveis pela magnitude e pela intensidade deste fenómeno (Morgado, 2005). A corrupção coloca ainda problemas ao nível da

igualdade. Os custos da corrupção afetam sobretudo quem menos os pode suportar, os mais desfavorecidos, e cimentam lideranças políticas e económicas sectárias. Alimentam também um séquito de pessoas que, não beneficiando enormemente dos benefícios da corrupção, apresentam-se como “testas de ferro” e garantes de sistemas exclusivos e excludentes. Face a isto, as pessoas só podem responder diretamente à corrupção naqueles Estados onde existirem liberdades cívicas e garantias legais significativas, onde existirem alternativas económicas e políticas às negociações com interesses corruptos e onde os tribunais e as agências de aplicação da lei gozem de absoluta independência.

A corrupção coloca em causa, de forma direta e indireta, os alicerces da própria liberdade. Tudo porque pode minar o apoio popular a políticas e líderes democráticos, favorecer o clientelismo, o nepotismo e a formação de máfias e, por último, apresentar-se como uma concorrente direta da política e da economia aberta.

A fraude eleitoral e os obstáculos colocados à criação de organizações independentes, por funcionários corruptos e interesses particulares, são outras das causas que levam à desistência das pessoas da causa pública. Acresce, ainda, o desvio de dinheiro para *offshores*, por parte de responsáveis pela governação, assim como o pagamento de comissões a funcionários e governantes com poder decisório em processos políticos e burocráticos. Os dividendos correm para “o bolso” de alguns, e os custos distribuídos por toda a sociedade, contribuindo, assim, para o empobrecimento de vastos setores da sociedade, em detrimento dessas elites corruptas que se procuram apoderar das instituições democráticas. A ocorrência de tais cenários demonstra, cabalmente, que as eleições competitivas e o equilíbrio partidário não são, por si sós, suficientes para sanear a corrupção. O saneamento desta só é praticável quando a possibilidade de se perder o poder for elevadíssima, dado que o eleitor escrutina rigorosamente os atos de governação e penaliza fortemente os desvios. Se isto for concretizado, não só se evita a fragilização da sociedade, como se promovem mercados livres e competitivos, sem os quais a lógica neoliberal não conseguirá justificar as suas teses (Johnston, 2001).

Talvez, por isso, os Estados economicamente mais evoluídos e com democracias mais sólidas sentiam a necessidade de combaterem a corrupção, comprometendo-se a erradicar este flagelo. Este compromisso, porém, não passa de uma verdadeira hipocrisia, porque a reversão destas dinâmicas não interessam ao poder político. Não interessa porque, na base da



corrupção, encontramos também o financiamento de campanhas eleitorais. O pagamento aos pretensos mecenas far-se-á através de atos verificáveis e por todos conhecidos.

## 2. Instabilidade política e violência

Estes atos de corrupção geram, quando não devidamente combatidos, um aumento da pobreza involuntária. Por esta via, a corrupção guarda uma íntima afinidade com a violência e a instabilidade política.

Isto mesmo é confirmado em países onde governos democraticamente eleitos sofrem a corrosão do crime organizado e do terrorismo, que os procuram derrubar através de métodos inconstitucionais e violentos. Para tal, servem-se de instrumentos bem consolidados e oleados: “a internacionalização, o financiamento, a gangsterização e a corrupção” Garzón (2006, p. 183). Através de tais instrumentos, infiltram-se nas estruturas do Estado. Esta infiltração, porém, não é uniforme porque a sua manifestação está dependente do posicionamento dos cidadãos perante este fenómeno.

Desta infiltração resulta, muitas vezes, o derrube dos estados democráticos por meios anticonstitucionais e violentos, seja através do crime organizado, ou mesmo pela via do terrorismo. Este último, surge-nos, em muitos casos, como uma forma de expressão e de reação aos valores e dinâmicas do individualismo democrático liberal. Segundo os seus detratores, este sistema económico e político não apresenta propostas credíveis e serve-se dos valores democráticos como instrumento de dominação. Fecha-se, assim, o ciclo: o terror irmana-se com a injustiça. Ao irmanar-se, este terror encontra respaldo nas incoerências do individualismo democrático liberal. O individualismo democrático liberal criou condições para o evento de dinâmicas exclusivas e excludentes.

É evidente que tais dinâmicas geram injustiças sociais profundas e criam condições objetivas para o aparecimento do terror, sendo que a injustiça e o terror são os grandes inimigos da democracia. Esta mistura explosiva justifica, em grande parte, o momento delicado que atravessamos.

Os países de diferentes latitudes são, simultaneamente, promotores de injustiças e vítimas do terror. Ao serem promotores de injustiças, estes países favorecem o aparecimento de tais organizações e colocam em risco o equilíbrio social que procuram promover. Para tal contribui também o facto da instabilidade estar sempre presente nestas sociedades. Nelas conseguimos identificar a existência do *nihismo* e da degradação social, a convicção ideológica que não admite diferenças, abrindo veredas à intolerância, ou ainda as guerras religiosas alimentadas por ideologias seculares ou reforçadas pelo fundamentalismo.

Os grupos terroristas, independentemente das suas formas de organização e atuação, apoiam-se nestas dinâmicas para imporem as suas políticas. Alguns, procurando evitar a lógica das “guerras sujas” ocorrida nos diversos países da América Latina, operam como unidades autónomas, ou seja, não precisam de suporte territorial nem de apoio direto das populações. Outros, instalados em países estáveis e sem apoio popular, não conseguem posicionar as suas lutas no plano militar, vendo-se relegados para o plano policial. Independentemente destas diferenças, observam, entre si, elementos comuns: a sua perigosidade e a sede de mediatismo, sede esta que os meios de comunicação acolhem e ampliam. É lógico que o poder político, aproveitando as notícias dos meios de comunicação, têm sabido capitalizar o medo em proveito próprio (Hobsbawm, 2008).

Não são, porém, os únicos beneficiários do medo generalizado. Neste sentido, as convicções irracionais cruzam-se com os interesses irracionais (1). Existem elites económicas e políticas interessadas neste *status quo*. Não faz sentido numa democracia, onde a transparência e o debate são dois pilares essenciais da sua grandeza e vitalidade, existirem grupos económicos e políticos que se reúnem no maior secretismo e, contra o que deveria ser expectável, não se defendam sequer das acusações que lhes são formuladas.

Reúnem-se para criarem o tal Mundo Plano, moldado por uma globalização narcisista, que em tudo procura reproduzir a sua imagem. Para tornar possível esta terraplanagem, os cidadãos são orientados estrategicamente em função do modelo social que se pretende construir. É contra estas pretensões que as organizações terroristas encontram muito do seu fundamento social, já que se assumem como defensoras de idiosincrasias que escapam a estes objetivos.

Assim sendo, tudo indica que somos chamados a optar entre dois mundos possíveis. Tal como nos diz Maalouf (2009, pp. 247, 248), “teremos de escolher entre duas visões do futuro (...). De um lado (...) várias ‘civilizações’ que se afrontam, mas que culturalmente se imitam e se uniformizam, do outro, uma única civilização humana, mas que se desenvolve através de uma infinita diversidade”, apoiada em Estados democráticos estruturados em territórios distintos, no respeito pelas rugosidades culturais e num poder político que baseie os seus alicerces na Justiça.

## 2 Informação e transparência

A questão da transparência está relacionada com a sua inversa: a manipulação da informação. Esta questão é muito cara à democracia, uma vez que coloca em causa a sua própria existência. Huxley (1959, p.105) refere, sabiamente, que “a sobrevivência da

---

(1) A irracionalidade de ambos não se manifesta ao nível da formulação, mas sim ao nível da manifestação.

democracia depende da aptidão de grandes majorias para fazerem escolhas de modo realista à luz de uma informação sólida. Uma ditadura, pelo contrário, mantém-se censurando ou deformando os factos, e apelando, não para a razão, não para o interesse próprio esclarecido, mas para a paixão e o preconceito, para as poderosas 'forças ocultas', como Hitler lhes chamava, presentes nas profundidades inconscientes de cada espírito humano". Por isso mesmo, apesar de defendermos que esta transparência passa inevitavelmente pela prestação de contas ao nível económico e financeiro, vamos elevar a fasquia da análise e centrarmo-nos em aspetos mais intangíveis.

Muitos autores apelam à necessidade de estarmos atentos à governação a que estamos sujeitos, principalmente nos países considerados democráticos, uma vez que, na prática, estes países apregoam uma doutrina - a democracia - mas praticam um poder não emanado do povo, como resultado de eleições livres, mas de minorias opulentas e privilegiadas, sedentas de poder.

Torna-se necessário reconhecer que a manipulação da informação existe tanto nos regimes ditatoriais como nos regimes ditos democráticos. O objetivo é o mesmo: controlar os cidadãos de acordo com a ordem que se pretende estabelecer. Se o objetivo é igual, os meios são diferentes. Nos regimes ditatoriais os cidadãos são controlados através da censura, enquanto nos pretensos regimes democráticos esta faz-se através do excesso de opinião e de informação, recorrendo-se à propaganda política, a qual visa a aceitação pública através da manipulação e da persuasão.

Sem querermos colocar quem quer que seja em questão, erguem-se vozes "preocupadas" com o défice da nossa democracia. Reconhecemos que o problema da democracia é o ceticismo informal galopante, que une pessoas para além dos circuitos controlados da informação. Esta preocupação é entendida e assumida pelo poder político de forma tão vigorosa que não se hesita, qualquer que seja a escala em questão, em (re)inventar inimigos, em (re)criar cenários apocalípticos, remetendo ao esquecimento aqueles que diferem da opinião da "classe especializada".

A manipulação da informação está nas antípodas do princípio ético que une toda a comunidade humana, acima das suas diferenças temporais e espaciais: "não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti". Contra este princípio universal, a manipulação da informação, a soldo de um qualquer poder que por aí haja, proclama: "tudo é permitido desde que sejamos nós a fazê-lo". O importante é obter-se o consentimento das pessoas, apoiado numa postura acrítica ou mesmo demissionária.

Este problema - o do "consentimento" - também se coloca ao nível das organizações internacionais. Chomsky (1999) constata que ao longo dos tempos as massas têm cada vez mais tomado consciência que o processo político favorece uma minoria privilegiada. No mesmo

sentido, Bourdieu (1998) defende que o Estado é uma realidade ambígua, porque é um instrumento ao serviço da maioria dominante. Por isso mesmo, para se evitar que o Estado regreda, é importante que os cidadãos desenvolvam um forte sentido de cidadania através de uma forte mobilização social, combatendo e lutando contra as constantes tentativas de dominação pelos grupos de pressão.

Sobre estes fenómenos paira um outro central: o fenómeno da globalização. Neste conceito tem-se valorizado a sua componente económico-financeira em detrimento de outras dimensões relacionadas com o agir humano. Se é verdade que não se pode globalizar sem abrir fronteiras, também não é menos verdade que o deveríamos fazer através de ajustamentos que não provoquem clivagens sociais e civilizacionais. A abertura de mercados e a concorrência dos países de mão-de-obra a baixo custo não podem ser argumentos para se retirar direitos adquiridos; assim como a necessidade de implementação global da democracia não pode ser imposta, mas proposta.

Chegados aqui, avançamos as seguintes hipóteses de trabalho:

- Partindo do princípio de que, nas sociedades democráticas, o princípio da confiança é essencial para o desenvolvimento das diferentes corresponsabilidades, e dado que se assiste a um ceticismo galopante na vida política, o que deixa transparecer um certo défice da nossa democracia, encontraremos em Portugal níveis relativamente baixos de confiança.

- Os Estados socialmente mais evoluídos e com democracias mais sólidas apoiam o seu desenvolvimento nos valores plasmados na Declaração dos Direitos do Homem, pelo que, paradoxalmente, nos países onde os valores democráticos são mais deficitários, vive-se sem regras ou pelo menos a sua observância é seguramente reduzida. Posto isto, acreditamos que, em Portugal, não se encontrem justificados um conjunto de comportamentos que se afastam dos valores próprios das sociedades democraticamente desenvolvidas e que, conseqüentemente, se chegue facilmente a comportamentos que contribuem para a alienação das liberdades, direitos e garantias.

- O capital humano é determinante na construção de uma sociedade melhor formada, mais justa e livre, voltada para valores que geram menos desigualdades e mais respeitadores do próximo. Assim sendo, e dado que Portugal está assente em valores frágeis, com muitas desigualdades e injustiças, não se espera encontrar níveis altos de capital humano, pois, o contrário, seria claramente o desejável já que o maior capital humano corresponde a uma sociedade mais desenvolvida e de maior bem-estar.

### 3. Metodologia

De forma a responder aos objetivos e a confirmar as hipóteses a que nos propomos, vamos recorrer aos dados do *European Values Survey*, mais propriamente ao seu último inquérito, aplicado em 2008, que, em contraste com o de 1990, nos permitirão perceber as flutuações e os posicionamentos dos cidadãos face às questões em análise.

Para melhor conhecermos a forma como os portugueses se posicionam, vamos compará-los à média do conjunto dos 27 países da União Europeia. Fá-lo-emos, particularmente, através da análise da confiança social, das normas de reciprocidade e do capital humano. Enquanto que nas duas primeiras dimensões recorreremos a variáveis simples, o mesmo não acontece em relação à medida de capital humano, já que, neste caso, recorrer-se-á a uma medida agregada para dar maior consistência ao próprio conceito. O procedimento da sua construção é descrito aquando da apresentação do tema.

### 4. Resultados

O EVS não apresenta perguntas diretas para as questões que aqui abordamos. Todavia, feita esta ressalva, propomo-nos analisar determinadas variáveis que julgamos serem capazes de responder aos objetivos a que inicialmente nos propusemos. Desta forma, centraremos a nossa análise em três dimensões: **a confiança que as pessoas depositam nos seus pares e nas instituições**, no sentido de que numa sociedade democrática a confiança é o motor central que faz girar o desenvolvimento das corresponsabilidades; a análise das **normas de reciprocidade**, que representam a atitude cívica que cada indivíduo aporta ao seu meio comunitário e, a terceira dimensão a que vamos recorrer, é o **índice de capital humano**, que, girando em torno dos níveis de educação das pessoas, constitui-se como um barómetro de desenvolvimento de um determinado país. Entendemos, assim, que um país que apresente um nível de capital humano alto tem melhores níveis de educação e está melhor preparado para enfrentar os problemas suscitados pela corrupção. Claro que nos países mais pobres a questão que está em jogo é a escolarização básica para todos, sendo que, nos países mais desenvolvidos, porque já têm aquela como adquirida, coloca-se a questão tanto na forma como se deve alcançar uma “boa educação”, no contexto da democracia e da participação, como nas questões do *deficit* de qualificação para fazer frente aos novos modelos de desenvolvimento cultural e social.

A *confiança social* é medida segundo duas perspetivas, por um lado, a *confiança entre pares*, analisada através da questão “De uma forma geral, acha que se pode confiar na maioria

das pessoas ou, pelo contrário, acha que todo o cuidado é pouco?”<sup>2</sup>; por outro, a *confiança institucional*, a partir da questão “Das seguintes instituições, diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma delas”<sup>3</sup>.

Partindo da análise da *confiança social* em Portugal (Figura 1), verifica-se que os portugueses depositam uma confiança baixa nos seus pares, chegando mesmo a diminuir entre 1990 e 2008 (21% e 20%, respetivamente), perspetiva que é reforçada quando afirmam, maioritariamente, que *todo o cuidado é pouco*, desconfiança que aumenta um pouco entre o período em análise (79% e 80%, respetivamente). Ao compararmos esta perspetiva da confiança depositada nos seus pares com o conjunto dos países europeus, verifica-se que há diferenças significativas entre eles, tanto em 1990 como em 2008<sup>4</sup>, o que evidencia que os europeus, na generalidade, depositam mais confiança na maioria das pessoas do que os portugueses, ainda que os valores salientem que essa confiança também seja baixa no período em análise (33% em 1990 e 34% em 2008). Com uma posição de menor desconfiança, os europeus não são tão defensivos como os portugueses no que diz respeito a sentir que devem ter cuidado com as outras pessoas, ainda que a maioria dos europeus refira que *todo o cuidado é pouco* no que diz respeito a confiar nas pessoas (67% e 66%, respetivamente). Os dados apresentados permitem compreender que há, entre a generalidade dos europeus, um sentimento de desconfiança pelos contextos sociais que os envolve, o que não permite que se conjuguem sinergias em prole do bem comum na generalidade dos casos.

Dando continuidade à análise do nível de confiança que os portugueses depositam nos contextos que os envolvem, importa agora compreender o nível de *confiança institucional*. Para tanto, partiu-se da análise da seguinte questão: *diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma das instituições*.

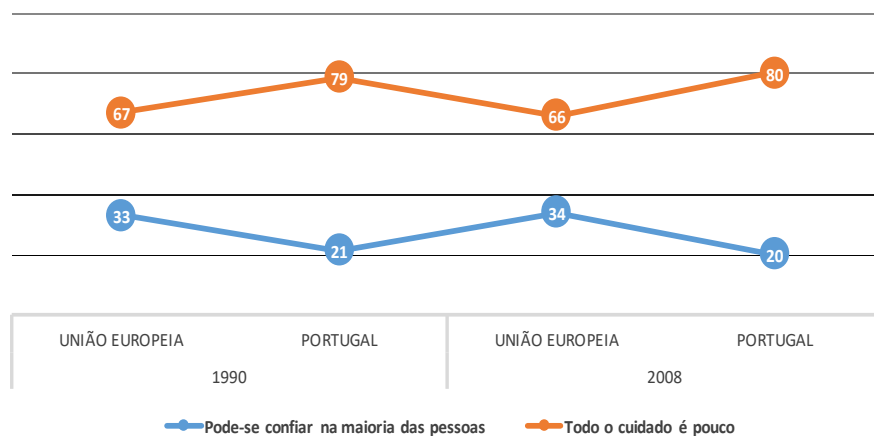
Como é natural, a confiança nas instituições vai sofrendo alterações à medida que a mentalidade se vai reconfigurando. Na verdade, este é o cenário a que assistimos entre 1990 e 2008. Se observarmos o comportamento dos europeus, constata-se que entre as instituições em que os indivíduos mais confiam estão o *Sistema Educativo* e a *Polícia*, tanto em 1990 como em 2008, chegando a aumentar o grau de confiança nestas instituições neste último período (*Sistema Educativo* sobe de 61% para 65%; a *Polícia* de 54% para 63%).

---

(<sup>2</sup>) Esta variável apresenta as seguintes opções de resposta: a) pode-se confiar na maioria das pessoas; b) todo o cuidado é pouco.

(<sup>3</sup>) As opções de resposta variam entre 1 – muita confiança e 4 – nenhuma confiança. As instituições que analisámos, comuns aos anos 1990 e 2008, constam no gráfico.

(<sup>4</sup>) Há diferenças entre Portugal e os países da União Europeia, tanto em 1990 como em 2008:  $\chi^2_{1990} (1) = 69,870$ , coeficiente de Phi = 0,05, em ambos os casos  $p < 0,001$  e  $\chi^2_{2008} (1) = 125,623$ , coeficiente de Phi = 0,06, em ambos os casos  $p < 0,001$ .



Fonte: Elaboração própria, a partir de EVS, 1990 e 2008 (Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

Figura 1 - Grau de confiança da maioria das pessoas (%).

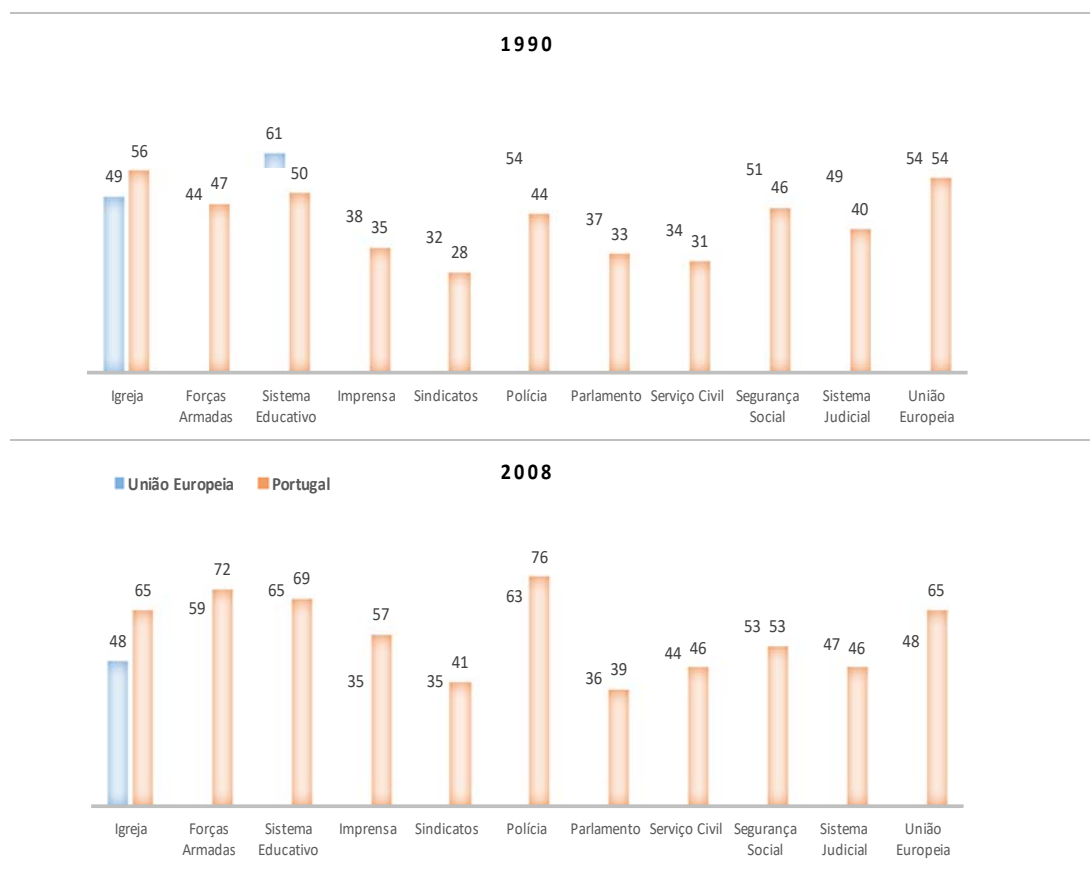
Contrariamente a estas, as instituições que inspiram aos olhos da população europeia menos confiança são, em primeiro, os *Sindicatos*, tanto em 90, com 32%, como em 2008, com 35%, e, em segundo lugar, surge, em 1990, o Serviço Civil, com 34% e, em 2008, a *Imprensa*, com 35%.

Ao analisarmos a confiança depositada pelos portugueses nas mesmas instituições, verifica-se que há diferenças significativas no que respeita às instituições com maior nível de confiança entre estes e o conjunto dos países europeus<sup>5</sup>. Na verdade, em 1990 (Figura 2), os portugueses depositavam maior confiança, em primeiro lugar, na *Igreja* e, depois, na *União Europeia* (56% e 54%, respetivamente) e as que, ao mesmo ano, menos confiança granjeavam entre os portugueses eram as mesmas que os demais europeus, nomeadamente, os *Sindicatos* e o *Serviço Civil* (28% e 31%, respetivamente). Estas prioridades sofrem alterações em 2008, passando a ser a *Polícia* a instituição a que os portugueses mais depositam confiança (76%), estando mesmo acima dos demais europeus, seguida das *Forças Armadas* (72%), instituições que representam um princípio latente de necessidade de segurança.

Não obstante este grau de confiança relativamente alto em relação a estas instituições, se analisarmos do ponto de vista das instituições que representam a estabilidade democrática, vemos que a maioria dos portugueses considera estas instituições como as menos credíveis.

<sup>(5)</sup> Há diferenças significativas entre Portugal e os países da União Europeia, tanto em 90 como em 2008, no *Sistema educativo*:  $\chi^2_{1990}(2) = 58,646$ , coeficiente de Phi = 0,04, em ambos os casos  $p < 0,001$  e  $\chi^2_{2008}(2) = 18424,623$ , coeficiente de Phi = 0,02, em ambos os casos  $p < 0,001$ ; e na *Polícia*:  $\chi^2_{1990}(2) = 50,139$ , coeficiente de Phi = 0,04, em ambos os casos  $p < 0,001$  e  $\chi^2_{2008}(2) = 110,432$ , coeficiente de Phi = 0,05, em ambos os casos  $p < 0,001$ .

Evidenciam, evidenciando, assim, a falta de segurança nas estruturas democráticas, onde se encontra a força dos decisores nacionais, como é o caso do *Parlamento*, ao qual, em 2008, atribuem um grau baixo de confiança (39%), ao *Sistema Judicial* (46%) e até mesmo às instituições que deveriam representar os direitos democráticos, como é o caso dos *Sindicatos* (41%).



Fonte: Elaboração própria. a partir de EVS, 1990 e 2008 - Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia.

Figura 2 - Confiança nas Instituições - (Muita + bastante confiança)

Esta posição deixa claramente transparecer a ideia de que não prevalece, entre os portugueses, o princípio de que o sistema democrático seja eficiente e capaz de responder às suas necessidades, levando a que haja um afastamento destas instituições e uma certa desresponsabilização pelas decisões políticas nacionais.

Analisada a confiança que as pessoas depositam nos seus pares e nas diversas instituições, importa, agora, compreender a atitude cívica que os indivíduos têm no meio em que se inserem, dimensão a que chamamos de *normas de reciprocidade*.



Para a análise desta dimensão recorreu-se a uma bateria de questões relativas à justificação de comportamentos, nomeadamente: *reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito, não pagar impostos se tiver oportunidade, apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença para dar uma volta, mentir no seu próprio interesse e aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres. A partir destes*, os indivíduos eram convidados a expressar o seu nível de concordância, que poderia variar entre ser 1 (sempre justificado) e 10 (nunca justificado).

Partindo da análise das médias apresentadas na Figura 3 verifica-se que o nível de permissividade em relação a comportamentos pouco cívicos é muito baixo, tanto em Portugal como nos demais países da União Europeia, uma vez que apresentam valores acima da média, estando em alguns casos ligeiramente acima das médias dos demais europeus<sup>6</sup>. Na verdade, os dados permitem a leitura de que os portugueses estão cada vez mais sensibilizados para a problemática da corrupção e para os seus efeitos na sociedade, pois, ao observarmos as médias, entre 1990 e 2008, verifica-se que os portugueses se tornam cada vez menos permissivos destes comportamentos sociais, assumindo uma postura mais cívica em prole da justiça social.

Tendo em conta os comportamentos aduzidos para análise, e recorrendo à análise dos dados relativa ao ano de 2008, constatamos que 9 em cada 10 portugueses considera que comportamentos como *reivindicar benefícios ao Estado sem direito a eles, não pagar impostos, aceitar subornos, apropriar-se de bens alheios ou mentir em seu próprio benefício* nunca são justificáveis. Realidade esta partilhada na generalidade das situações pelos demais europeus.

Se tivermos em conta que a confiança nas instituições democráticas, é pouco expressiva e até é menor do que a confiança em outras instituições, é perceptível que os portugueses estão a ser mais exigentes com os comportamentos e resultados das estruturas democráticas do nosso país, bem como com a sociedade em geral.

Esta dimensão, de maior valorização dos direitos cívicos próprios de uma democracia, deixa a perceção de que há, cada vez mais, entre os portugueses uma preocupação pela defesa de comportamentos que colocam em causa valores fundamentais de uma sociedade. Na verdade, a perceção que nos fica da leitura desta dimensão é a de que a sociedade portuguesa quer fazer parte das mudanças e contribuir criticamente para a melhoria das condições de vida dos seus compatriotas.

Esta dimensão, de maior valorização dos direitos cívicos próprios de uma democracia, deixa a perceção de que há, cada vez mais, entre os portugueses uma preocupação pela

---

<sup>(6)</sup> Existem diferenças significativas entre Portugal e os países da União Europeia, tanto em 1990 como em 2008, exceto na *SITUAÇÃO C* em 2008:  $t(38717) = -0,875$ , *ns* em que Portugal e Europa apresentam a mesma realidade.

defesa de comportamentos que colocam em causa valores fundamentais de uma sociedade. Na verdade, a percepção que nos fica da leitura desta dimensão é a de que a sociedade portuguesa quer fazer parte das mudanças e contribuir criticamente para a melhoria das condições de vida dos seus compatriotas.

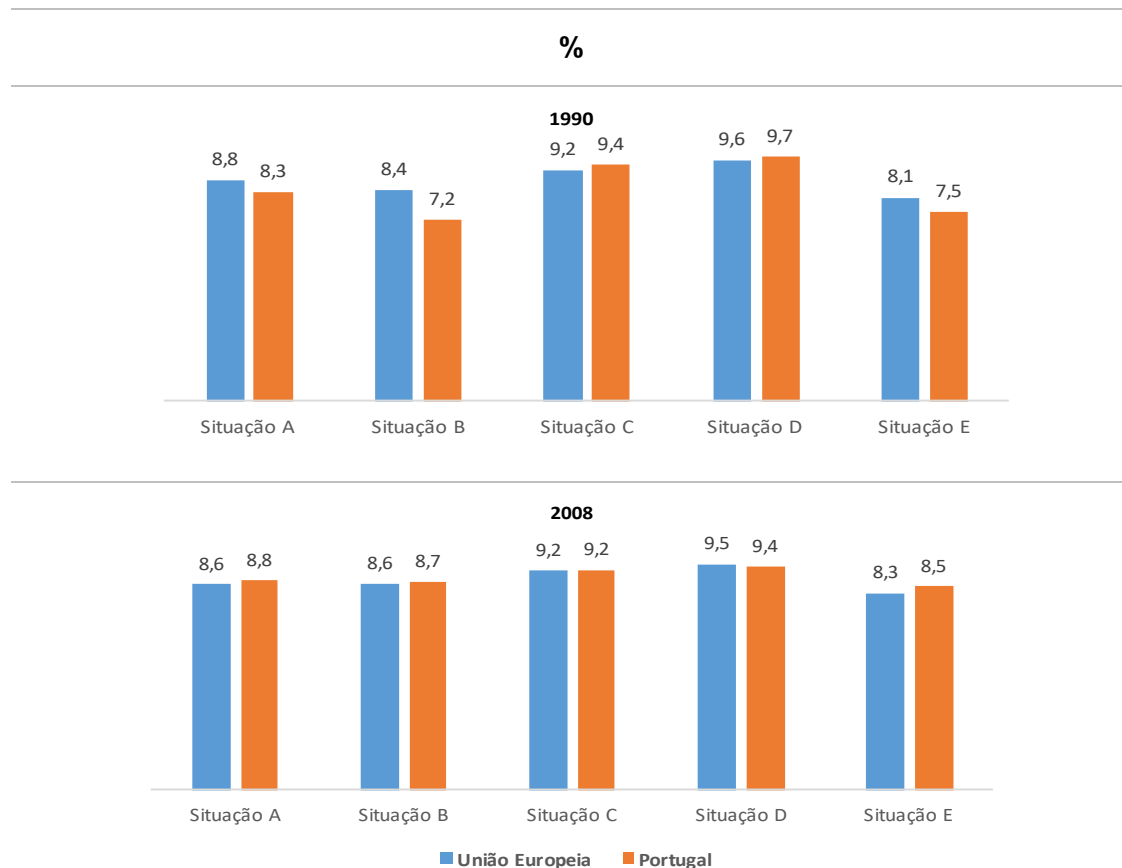


Figura 3 - Normas de reciprocidade (%).

**Legenda:**

<b>Situação A</b>	Reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito
<b>Situação B</b>	Não pagar impostos se tiver oportunidade
<b>Situação C</b>	Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres
<b>Situação D</b>	Apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta
<b>Situação E</b>	Mentir no seu próprio interesse

Fonte: Elaboração própria, a partir de EVS, 1990 e 2008. – (Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

De modo a compreender se esta dimensão está enraizada na sociedade portuguesa, ou se estamos apenas a assistir ao despertar dos portugueses para esta consciência cívica e democrática, recorreu-se à análise do *capital humano* de Portugal e da União Europeia.

Para a fazer uma leitura desta dimensão, e uma vez que o *capital humano* não é uma medida unívoca que avalia somente uma dimensão da vida, mas uma capacidade adquirida pelo indivíduo que o torna uma mais-valia no seu contexto, capaz de acrescentar valor social, cultural ou económico, construiu-se, a partir das variáveis disponíveis no *European Values Survey* para o ano de 2008<sup>7</sup>, uma medida de capital humano tão abrangente quanto possível, quer contemplando os conceitos centrais de *capital humano*, como o nível de escolaridade, quer outras dimensões que julgamos centrais neste processo.

Assim, definidas as variáveis que integram a nossa medida de *capital humano*, procedeu-se à reconfiguração das variáveis apresentadas partindo do seguinte procedimento:

- 1) **Idade:** 58-65 anos = 0; 18-22, 23-26 e 55-57 = 1; 44-54 e 27-29 = 2; 30-43 = 3;
- 2) **Nível educativo:** Educação básica incompleta = 0; Educação básica (obrigatória) completa, Formação Profissional e Secundária incompleta = 1; Formação Profissional e Secundária completa = 2; Estudos Universitários (com ou sem título) = 3;
- 3) **Nível educativo dos pais:** Nenhum, Educação pré-escolar, 1º e 2º ciclos = 0; 3º ciclo = 1; Ensino Secundário = 2; Ensino Superior (todos os graus académicos) = 3;
- 4) **Tamanho do habitat:** -5.000 habs. = 0; 5.000-50.000 habs. = 1; 50.000-500.000 habs. = 2; + 500.000 habs. = 3;
- 5) **Tipo de ocupação:** não ocupado = 0; não qualificado = 1; qualificado = 2; superior = 3;
- 6) **Situação laboral:** desempregado = 0; reformado, doméstico e estudante = 1; trabalho a tempo parcial = 2; trabalho a tempo completo e autónomo = 3;
- 7) **Vencimento:** baixo = 0; médio-baixo = 1; médio-alto = 2; alto = 3.

A partir destas 7 variáveis, cada uma com 4 posições, construiu-se o *índice do capital humano*. Por sua vez, o índice foi agregado numa escala de 5 pontos, em que 1 corresponde à posição social *muito baixa* e 5 corresponde à posição *muito alta*.

Analisando as relações entre o próprio *índice de capital humano* e os seus componentes, verificam-se correlações positivas, sobretudo, com o *nível educativo* e a *ocupação profissional* (em ambas,  $r = 0,64$ ), mostrando relações menos expressivas com o *tamanho do habitat* ( $r = 0,37$ ) e o *nível educativo dos pais* ( $r = 0,44$ ).

---

(<sup>7</sup>) O capital humano é trabalhado somente no ano de 2008, dado que no ano de 1990 não se encontraram variáveis compatíveis.

TABELA 1 - Matriz de correlações (*r de Pearson*) entre os componentes do ICH com o próprio ICH

	Idade	Nível educativo	Tamanho do habitat	Ocupação	Situação laboral	Salários	Nível educativo dos pais	ICH
Idade	1							
Nível educativo	0.08**	1						
Tamanho habitação	<i>ns</i>	0.10**	1					
Ocupação	0.07 <i>p</i> < 0.05	0.58**	<i>Ns</i>	1				
Situação laboral	0.28**	0.12**	<i>Ns</i>	0.15**	1			
Salários	0.13 <i>p</i> < 0.05	0.35**	0.23**	0,27**	0.31**	1		
Nível educativo dos pais	<i>ns</i>	0.34**	0.15**	0.25**	-0.07 <i>p</i> < 0.05	<i>Ns</i>	1	
ICH	0.47**	0.64**	0.37**	0.64**	0.55**	0.63**	0.44**	1

Fonte: Elaboração própria. a partir de EVS, 2008. - Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

\*\* A correlação é significativa ao nível 0.01 (bilateral). As exceções são devidamente mencionadas no quadro. Os valores não significativos são identificados como *ns*.

Se tivermos em conta que um nível de *capital humano* alto representa uma sociedade melhor preparada para enfrentar os problemas suscitados pela corrupção e para lutar pelos direitos cívicos, com maior e melhor acesso à educação, com mais igualdade e uma sociedade mais justa, podemos prever que há ainda um longo caminho a percorrer para alcançar um nível satisfatório de *capital humano*. Na verdade, numa escala em que 1 corresponde à posição social *muito baixa* e 5 corresponde à posição *muito alta*, Portugal encontra-se no nível 2,8, ligeiramente abaixo ao nível médio da escala (3) e abaixo do nível dos demais países da União Europeia (há diferenças entre Portugal e a União Europeia no nível de *capital humano*:  $t(39321) = 11,699$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2 = 0,003$ ). Esta média evidencia um Portugal ainda imergido em contextos de debilidade democrática e cívica. Por outro lado, importa também reter que nos últimos anos tem havido em Portugal um investimento mais assertivo no melhoramento e prolongamento da escolarização e na oportunidade de alargar os estudos para níveis mais altos como meio para melhorar o acesso a uma vida mais digna e justa, realidade que, a longo prazo, poderá alterar o rumo do *capital humano* português. Ainda assim, a realidade apresentada sobre este *capital* português, em 2008, torna clara a consciência de que Portugal apresenta um acentuado défice educativo, o qual pode ser o motor de ciclos perversos, de dinâmicas de corrupção, de injustiças, desigualdades e sentimentos generalizados de exclusão, negligenciado a maturidade do Estado de Direito Democrático.

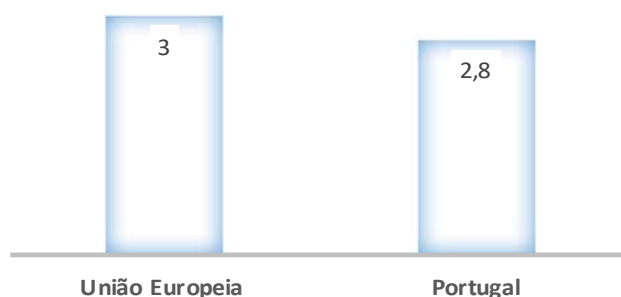


Figura 4 - Índice de Capital Humano (média)

Fonte: Elaboração própria, a partir de EVS, 2008 (Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

## 6. Conclusão

Ao longo deste artigo procuramos explorar, dentro dos condicionalismos informativos com que nos deparamos, a íntima relação entre a corrupção, a pobreza, a violência e a instabilidade política. Tudo aponta para que, entre estes indicadores, exista uma retroação positiva. Neste sentido, como forma de reequilibrar as próprias sociedades aprisionadas por estas dinâmicas, incluímos a necessidade dos cidadãos deterem informação fluída e fidedigna, sem a qual qualquer prática de participação, apoiada num consentimento e numa ação esclarecida, está comprometida à partida.

No que à informação diz respeito, verificamos que a mesma é ambígua. É ambígua porque, dado os interesses e as conveniências em jogo, a manipulação não só é possível, como uma tentação permanente. Quando tal ocorre, deixa de equilibrar a sociedade e, porque geradora de desconfianças, aprofunda ainda mais os mecanismos de retroação atrás apontados.

Neste sentido, procuramos saber o que estava a ocorrer no nosso país, numa análise dinâmica e comparativa com a média dos países da União Europeia (EU). Os dados disponíveis, porém, não são suficientes para relacionar todos os indicadores em questão. No entanto, os que são conhecidos permitem-nos relacionar **a confiança que pessoas depositam nos seus pares e nas instituições**, a análise das **normas de reciprocidade** e, por fim, o **índice de capital humano**. Estes indicadores deixaram-nos antever que Portugal possui baixos níveis de confiança na classe política, os quais contribuem para a manutenção e aprofundamento de um perigoso absentismo. Este absentismo, porém, não afasta os portugueses de uma crescente sensibilidade em matéria de uma postura mais cívica a favor da justiça social, onde o bem comum é o fundamento de valores e de critério de atuação.

## 7. Bibliografia

- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta.
- Chomsky, N. (1999). *Neoliberalismo e Ordem global. Crítica do lucro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Duque, E. (2017). Cultura, educação e identidade na sociedade multicultural. *Indagatio Didactica*, vol. 9 (2), julho, pp. 219-236.
- Duque, E. & Calheiros, A. 2013. De que tempo se faz a relação entre a dromocracia e a democracia? *Sitientibus*, 48, pp. 153-173.
- EVS. (2010), "European Values Study 2008, 4th Wave, Integrated Dataset." Cologne, Germany, GESIS Data Archive.
- Garzón, B. (2006). *Um mundo sem medo*. Lisboa: Ambar.
- Hobsbawm, H. (2008). *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huxley, A. (s/d, ed. original 1959), *O regresso ao admirável mundo novo*. Lisboa: "Livros do Brasil".
- Huxley, A. (s/d), *Sobre a democracia. E outros estudos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Johnston, M. (2001). Corrupção e responsabilidade: construir bases institucionais sãs para o novo sistema global. In BARRETO, A. [et al.] (Ed.), *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. (pp. 337-360). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Publicações D. Quixote.
- Maalouf, A. (2009). *Um mundo sem regras*. Lisboa: Difel.
- Morgado, P. (2005), *Contos de colarinho branco*. Lisboa: Dom Quixote.
- Sousa, L., Triães, J. (Eds.). (2008). *A Corrupção e os Portugueses - Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: Edições Rui Costa Pinto.
- Ziegler, J. (2003). *Os novos senhores do mundo. E os seus opositores*. Lisboa: Edições Terramar.

## STUDY OF INFLUENZA RELATED MORBIDITY

**Dominic ROYÉ**

Geography Department, University of Cantabria  
dominic.roye@usc.es

**Pablo Fernandez de Arroyabe HERNAEZ**

Geography Department, University of Cantabria  
pablo.fdezarroyabe@unican.es

### Resumen

La morbilidad relacionada con la gripe puede verse reflejada en distintos grados desde una consulta al médico de cabecera sobre el uso de medicamento hasta el ingreso hospitalario. En el presente estudio se estudia la relación entre dos distintas fuentes de casos de influenza con distinto grado de severidad según las Comunidades Autónomas de España. Los resultados del modelo indicaron que el modelo *Zeroinflated* era el mejor ajuste para describir la relación entre ambas fuentes de datos. La relación exponencial muestra cómo los ingresos hospitalarios de influenza aumentan con un cierto retardo en comparación con las enfermedades de declaración obligatoria de influenza. Se requieren significativamente más casos de influenza en las declaraciones obligatorias para provocar un aumento en los ingresos hospitalarios. Además, los resultados indican una alta variabilidad de la tasa de crecimiento exponencial entre las distintas regiones de España.

**Palabras claves:** morbilidad, influenza, España, modelo, ingreso hospitalario, enfermedades de notificación obligatoria

### Abstract

Influenza related morbidity can be reflected in varying degrees from a physician's visit, to a hospital admission, to the use of medication. In the present investigation, the relationship between two different sources of influenza cases with different degrees of severity according to the Autonomous Communities of Spain were examined. The model results indicated that the Zeroinflated Model was the best fit for describing the relationship between both data sources. The exponential relationship shows how the influenza hospital admissions increase with a delay effect in comparison to influenza notifiable diseases. Significantly more notifiable diseases are necessary to cause an increase in the hospital admissions. In addition, the results indicate a high variability of exponential growth rate between the several regions in Spain.

**Keywords:** morbidity, influenza, Spain, modelling, hospital admissions, notifiable diseases

## 1. Introduction

Global change is undoubtedly one of the most important issues that humanity must face in the XXI century. It is characterized by multiple dimensions (physical, environmental, social, political, economic and demographic) and is considered to be an interdisciplinary topic. Climate change – as an extreme expression of atmospheric variability – is increasingly showing the vulnerability of modern societies to new environmental scenarios. The welfare of each individual is inextricably linked to global health. This statement is even more important when talking about public health and infectious diseases. The nature and intensity of environmental impacts on human health do not homogeneously affect all spatiotemporal scales. The availability of large amounts of data, which directly or indirectly reflects the people's health conditions, is becoming an extraordinary source of knowledge in the information society.

The concept of global health implies the need to combine and connect health data with different sources (environmental, social, networks, etc.) in order to provide added value to the available raw data. It is through this added value of digital data where new answers to current problems can be found. There are uncountable sources of datasets of physical and social elements. The integration and combination of these huge heterogeneous variables is a major challenge (Fdz.de Arroyabe & Royé 2017). One of the most recurrent global infectious diseases is influenza. Europe has undergone major influenza epidemics throughout history (Potter 2001, Baltazar Nunes et al. 2011). Effective management of this disease requires the availability of data with high spatiotemporal resolutions.

It is undeniable that the environment directly and indirectly influences the state of human health. The human body and the atmosphere are in a physical and chemical equilibrium of constant exchange. All human beings are forced to react to the atmospheric elements to ensure correct and optimal organ function. Environmental effects on human health have different responses in the sense of an Illness-Wellness Continuum (Gavidia & Talavera 2012).

Mortality is, on the one hand, a premature consequence, and on the other, affects a smaller part of the population than the possible effects in morbidity (Laschewski & Jendritzky 2002). The circumstances associated with morbidity can be very diverse (Fig. 1). Depending on the seriousness of the response, more or less of the population is affected. Obviously, many of the impacts of atmospheric changes on human health do not end with death or with a hospital admission. A large part can be manifested through a visit to the doctor or self-medication.

However, data is not available for all levels of morbidity due to the simple fact that they are not considered relevant by the administration. Furthermore, deficiencies in accuracy, viability and completeness in a spatial-temporal sense can lead to problems when working with certain data sources. In this study, two of the main sources of influenza records in Spain, Notifiable Diseases (ND) and hospital admissions (HA), were compared with the aim of identifying the shape of the relationship and its



appropriateness for conducting public health studies. Notifiable disease surveillance systems are essential for infectious disease prevention at multiple scales from local to global.

In the case of Notifiable Diseases, the main deficiency lack of completeness (Silk and Berkelman 2005). ND as epidemiological surveillance include, amongst others, Influenza, Legionellosis, HIV, Hepatitis A/B/C or Tuberculosis. One problem with the specific case of influenza is that the cases are mostly suspected rather than confirmed by a laboratory test. In addition, the temporal reference for flu cases is the epidemiological week, which does not coincide with that for environmental changes, which are recorded daily (mainly) or subdaily. In order to study health impacts caused by environmental factors, the temporal resolution is an essential element. In this regard, HA have a much better temporal resolution than ND. In summary, it would be important to record ND also on a daily basis as weekly resolution is a problem in these kinds of ecological approaches. In addition, primary care physicians participate in infectious disease surveillance through mandatory reporting. Thus, general practitioners have a key role in the notification of these kinds of diseases. This is an important point in relation to the total number of influenza cases that are recorded. Even though notification of influenza cases is compulsory, it ultimately depends on physicians' willingness to inform the competent agency at the regional or national level.

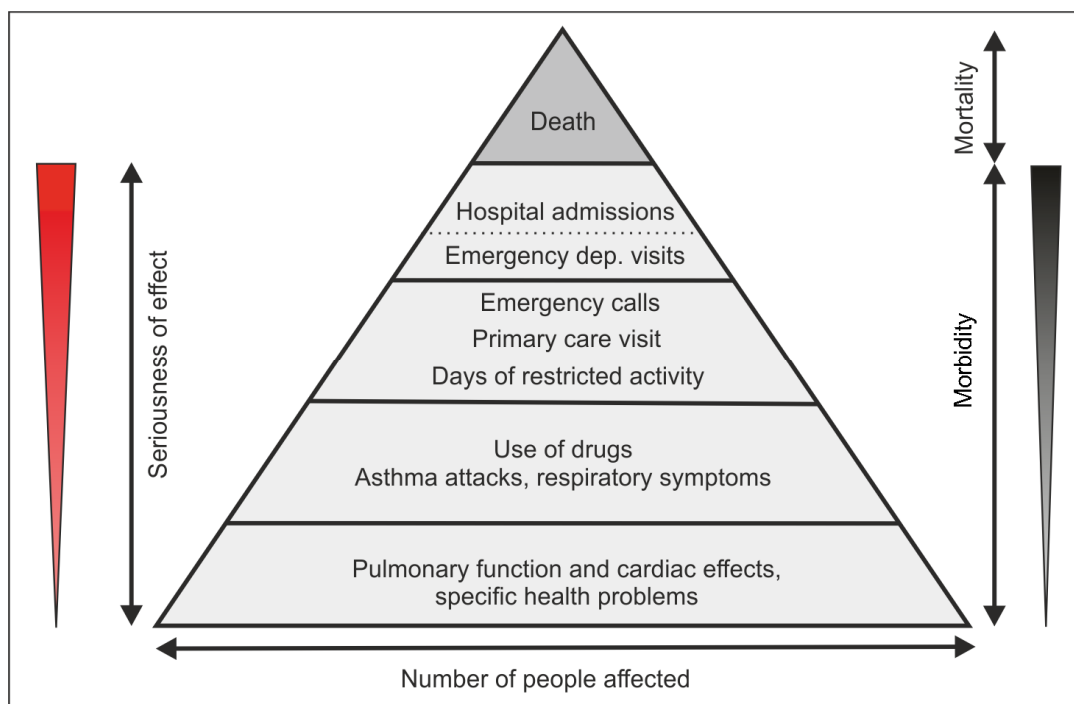


Figure 1 – Environmental effects on cardio-respiratory diseases. Source Modified according to EEA (2013)

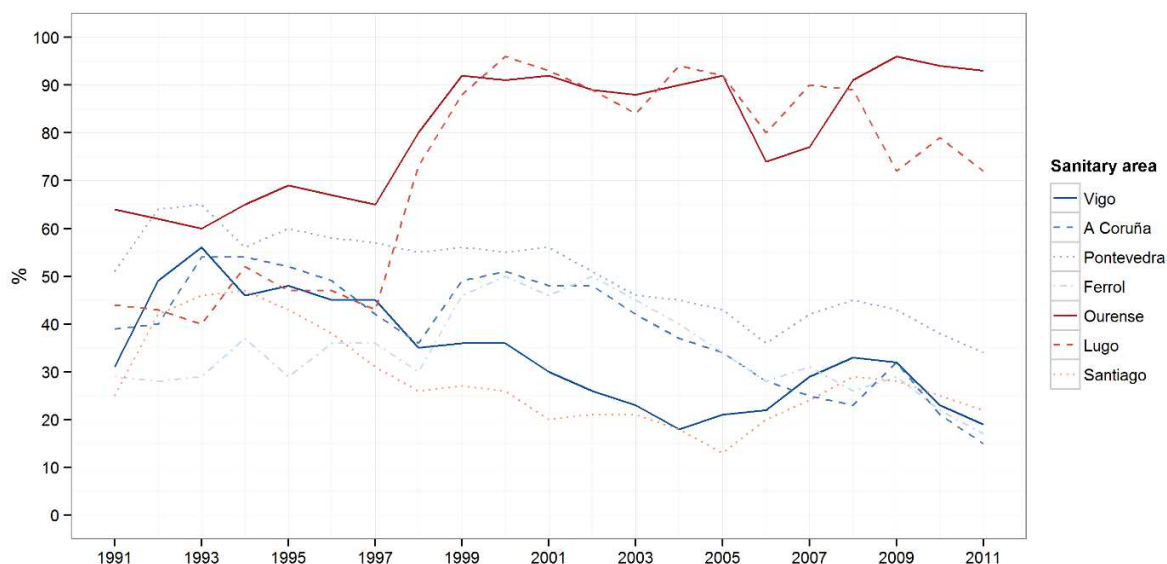


Figure 2 – Participation in Notifiable Diseases by sanitary areas in Galicia, Spain, between 1991 and 2011.

Figure 2 shows the spatial and temporal variability of participation in notification of the influenza cases in different sanitary areas of the Autonomous Community of Galicia. Furthermore, the two data sources considered in this study represent different degrees of seriousness. Influenza related hospital admissions mainly affect the elderly with chronic diseases or substantial health problems. On the other hand, the cases reported by general practitioners represent a lower level of medical care.

## 2. Methods

### 2.1- Data sources

First, information on influenza cases related to Notifiable Diseases (ND) has been provided for the period between the years 2003 and 2013 by the Spanish Surveillance System for Influenza at the National Center for Epidemiology in the Health Institute Carlos III. The main concern with this type of data record is related to it being considered as reporting on probable cases. In this sense, it has been demonstrated that medical doctors can identify influenza cases from other non-infectious diseases such as colds. There is a high statistical correlation between series of notifiable cases and isolated influenza cases in laboratory.

Secondly, the registers of Hospital Admissions (HA) due to influenza (International Classification of Diseases and Related Health Problems Version 10: J09-J10) were recorded by the Institute of Sanitary Information in the Spanish Ministry of Health, Social Services and Equality. Primary and secondary diagnoses have been delivered for the same time period. This registry does not represent the population's

reality of respiratory disease morbidity but the registered demand for specialized care hospitalization services. Furthermore, the country's hospitals are not 100% covered, but the HA include 100% of the acute hospitals in the network of the National Health Services (public and publicly funded). Gradually, since 2005, private sector acute hospitals have also been incorporated into the network.

## 2.2- Statistical analysis

The relationship between the two data sources, influenza cases and hospital admissions, is studied using different statistical models for describing the existing correlation. In addition, an exploratory analysis of hospital admissions is performed, which is useful and possible due to the presence of multiple additional variables such as gender, age or severity in the data source. In all model fits, hospital admissions are the dependent variable and the influenza cases of Notifiable Diseases are included as the independent one.

For the statistical analysis, the time series of HA and ND were arranged by Autonomous Communities (except for Ceuta and Melilla Autonomous Cities) and the HA aggregated weekly to make them comparable. The following models were fitted: Linear Model (LM), Generalized Linear Model (GLM) (McCullagh and Nelder 1989), Generalized Additive Model (GAM) (Hastie and Tibshirani 1990, Wood 2006) and a Zeroinflated Model (Zeroinf) (Cameron and Trivedi 2005). In the two first models the {stats} package of the R environment were used. In the case of the GLM, a Poisson distribution was selected. Moreover, the GAM was fitted with the {mgcv} package, version 1.8-15, and the Zeroinf with the {pscl} package, version 1.4.9. In both models the selected distribution is negative binomial. All models, statistical analysis and graphic results were performed with the free software environment R, version 3.3.

## 3. Results and Discussion

In Figure 3, the time series of hospital admissions and notifiable diseases due to influenza are shown for Spain between 2003 and 2013. A low number of hospital admissions from 2003 to 2009 and a sudden increase in the total number starting in 2010 can be observed. This is a peculiar pattern which is highlighted in comparison to influenza cases of ND showing a more seasonal pattern over time. There is only a clear anomaly in 2005, and higher values than normal in three of the last four years of the study period.

A satisfactory explanation for the low number of hospitalizations from 2003 to 2009 in comparison to the later years is not possible at this moment, but the increase in the mean age of the patient and greater or lesser severity of epidemics could be the cause. However, both time series reflect the well-known seasonal behavior of influenza, with a high interannual variability. In addition, the absolute

magnitude is considerably higher in the observed cases of Notifiable Diseases than in Hospital Admissions. This is related to a higher degree of affected population and a less degree of seriousness in the case of Notifiable Diseases. The Pearson correlation coefficient between both influenza data sources is significant with  $R\ 0.52$  ( $p < 0.001$ ). It should be noted that the proportion of hospital admissions with influenza as principal diagnosis is 60.8% of all observed cases in Spain. 24.4% correspond to persons older than 64 years of age, and 23% to children five years old or less.

In Figure 4 the distribution of the hospital admission rate per 1000 inhabitants according to age and gender (a) and severity (b) is visualized. First, it can be seen that the vulnerable groups are children under 5 years, with a rate of 17 per thousand, and the elderly over 65 years, with a rate of 3 to 6 per thousand. The high rate of hospital admission for children is likely related to greater precautions by the medical staff which is confirmed when comparing the severity and the same age range in Figure 4b. Furthermore, gender differences are clearly highlighted over the age of 70. The differences could be explained by various factors. For example, there is a clear heterogeneous distribution of chronic problems between the two genders (Case et al. 2005). In this context, one must bear in mind the influence of social determinants, especially lifestyle, which could account for these differences. Case et al. (2005) indicate more specific behavior in certain health conditions in which men tend to be hospitalized and to die with higher probability than women with the same conditions. In Figure 4b, the higher severity in the elderly and the high admission rate of children with low severity is clearly marked.

The model results indicated that the Zeroinflated Model was the best fit for describing the relationship between both data sources, which is confirmed by the analysis of variance (Figure 5). Since the time series contains many zeros, and in consequence is inflated, it is a reasonable outcome. The shape corresponds to positive exponential behavior between both influenza data sources. The exponential relationship shows how the hospital admissions increase with a delay effect in comparison to ND cases. Significantly, more ND cases are necessary to cause an increase in hospital admissions. This is mainly related to the characteristics of hospital admissions itself, since hospital admissions represent the patients with the most severe cases. Also, shape changes between different seasons could be ascertained, different degrees of exponential growth, which reflect the degree of severity influenced by environmental factors (temperature, humidity) or influenza subtypes (Hui and Hayden 2014, Towers et al. 2013, Tsuchihashi et al. 2011). Likewise, the relationship must be understood considering the criteria used to classify the records from the hospital admissions. Any patient with influenza code in the primary or secondary diagnosis was selected. This indicates that influenza was not always the main reason for admission to the hospital.

For the comparison between different Spanish autonomous communities, the fitted model data were normalized (Figure 6). The results indicate a high variability of exponential growth rates between the several regions in Spain. For example, Madrid and Cataluña show a later exponential development of

hospital admissions compared with Andalusia and Islas Baleares where the relationship is characterized by a significantly smaller degree of exponential growth. It is therefore important to find out the spatial variability of this relationship between the two sources bearing in mind social, administrative and geophysical aspects. According to Merler and Ajelli (2010), how population heterogeneity and different patterns of human mobility affect the course of influenza in terms of timing and impact is still insufficiently known.

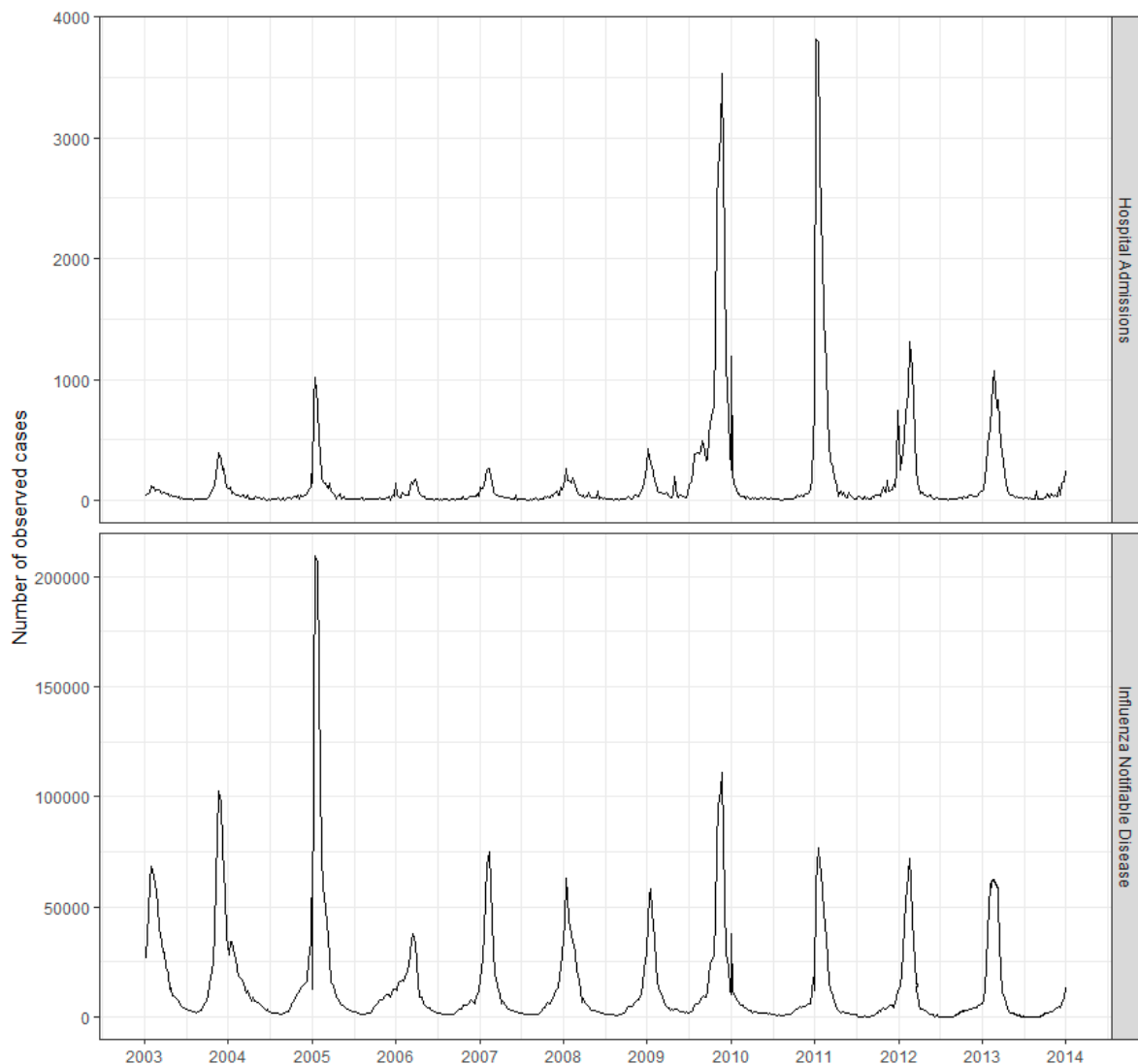
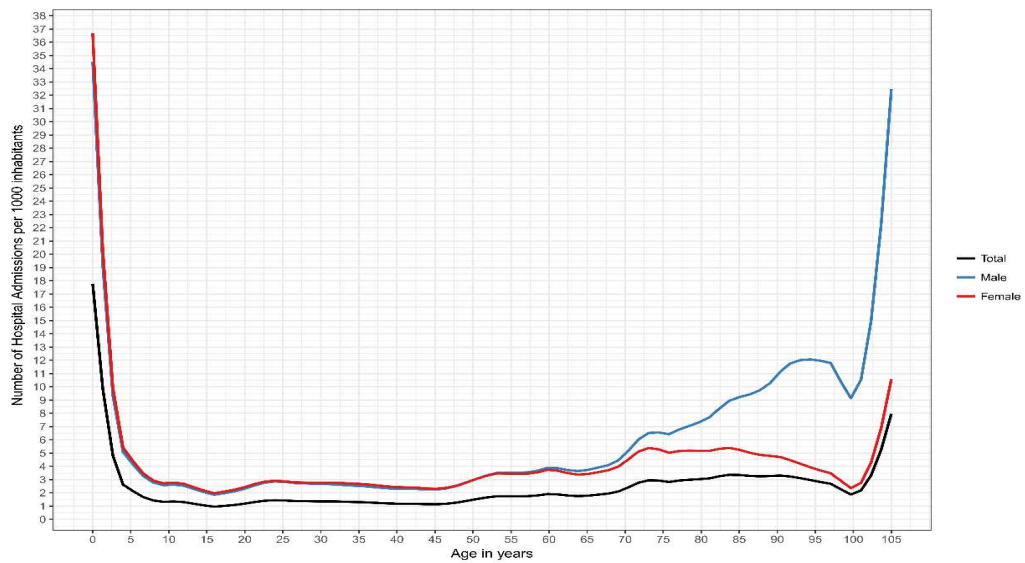


Figure 3 – Hospital admissions and notifiable diseases due to influenza between 2003 and 2013 in Spain.

The different degrees of exponential growth can be a result of multiple causes, such as the presence of a specific virus type, socioeconomic or demographic characteristics, an important social event or certain climatic conditions in an area. Advances in understanding and management of infectious diseases such as influenza will necessitate the ability to develop technical tools and new scientific knowledge based on the use of these large amounts of heterogeneous datasets.

a)



b)

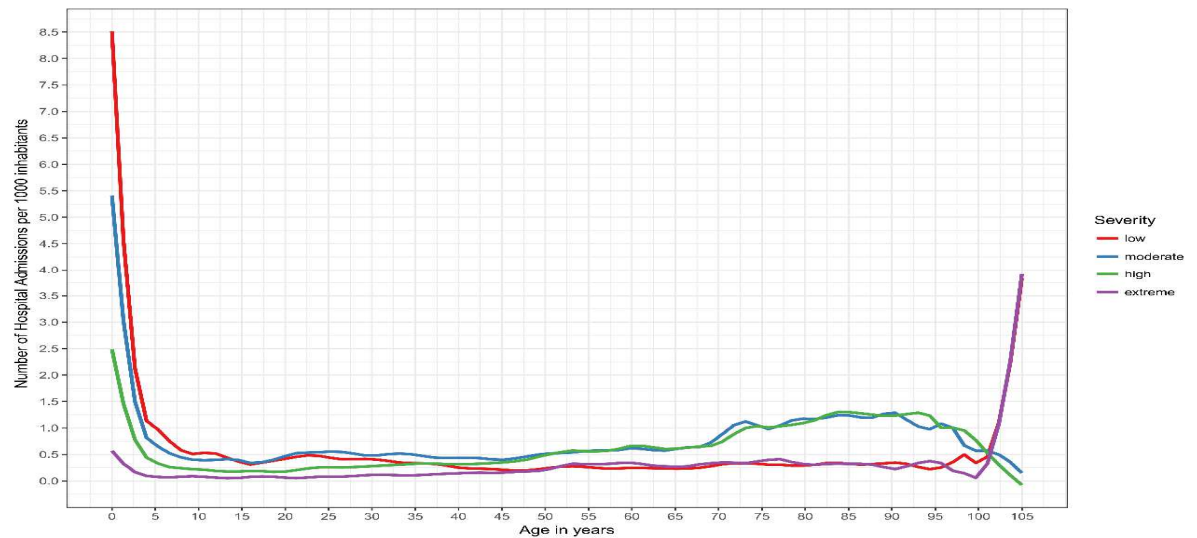


Figure 4 – Distribution of the hospital admission rate per 1000 inhabitants according to age and gender (a) and severity (b) (population reference is the census 2011 INE).

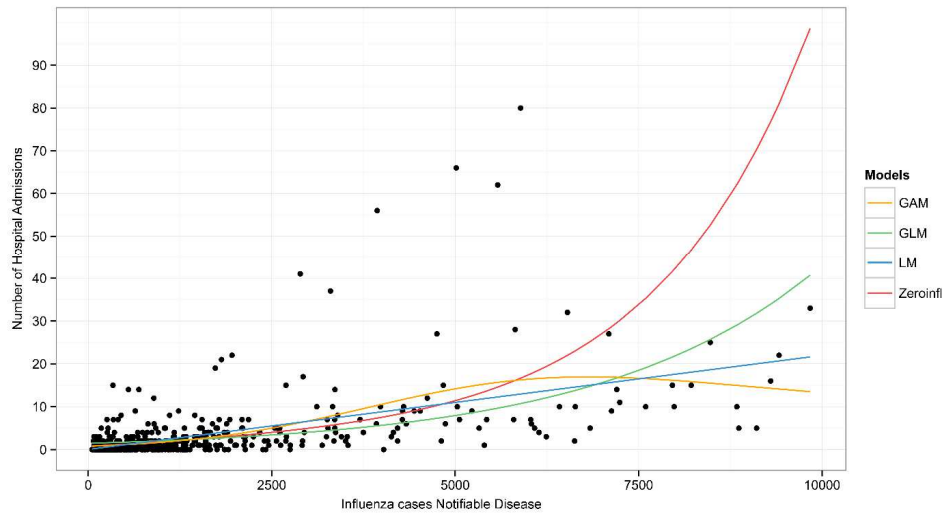


Figure 5 – Example of Relationship between hospital admissions and Influenza cases with multiple model fits for the Galician autonomous community.

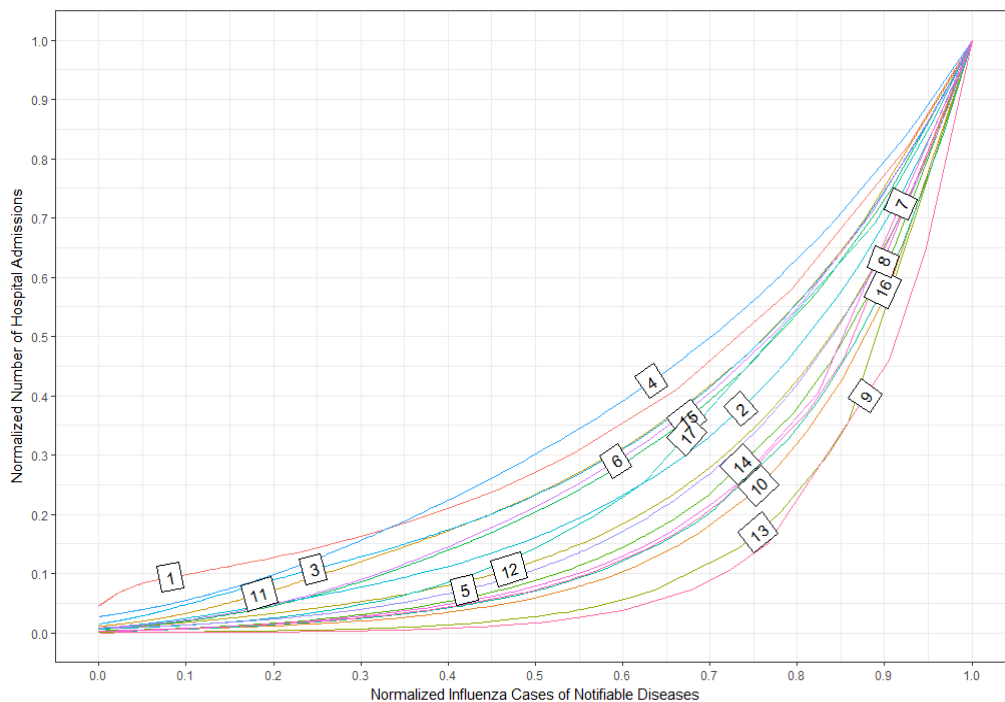


Figure 6 – Normalized relationship between Hospital Admissions and influenza cases for each autonomous community according to the Zeroinflated models (1:Andalucía, 2:Aragón, 3:Asturias, 4:Baleares, 5:Canarias, 6:Cantabria, 7:Castilla-La Mancha, 8:Castilla y León, 9:Cataluña, 10:Comunidad Valenciana, 11:Extremadura, 12:Galicia, 13:Madrid, 14:Murcia, 15:Navarra, 16:País Vasco, 17:Rioja

## 4. Conclusions

It is important to point out the relevance of influenza as an infectious disease which has many social and economic implications in society. The significance of this disease in relation to public health activity during the epidemic season is a global concern in relation to morbidity and mortality in many societies around the world, especially for those that are demographically characterized by elderly groups.

The main result of this study is the presence of an exponential growth between influenza notifiable diseases and hospital admissions which is statistically noteworthy. The complexity of working with heterogeneous information (meteorological datasets, medical records, social and individual parameters) and different temporal and spatial resolutions introduce important uncertainties in the results that has to be carefully analyzed in the future.

Despite the severity in the case of hospital admissions, the use of this data source has several advantages on the basis of the daily temporal scale, the available variables (age, sex, diagnosis), spatial resolution, viability, etc.

In this sense, the different degrees of exponential growth registered by the Autonomous Communities are a result of multiple factors such as the virus types and their virulence, the seasonality of temperate climates, the atmospheric anomalies due to natural and forced variability and the wide spectrum of peoples' vulnerability linked to individual factors such as their age, gender, lifestyle and genetic background. The spatial dimensions of the problem also incorporates uncertainties to this complexity but at the same time, it gives enormous value to the biometeorological approach to the problem considering that spatial variability is mainly due to atmospheric, ecological and biophysical parameters.

## 5. References

BAltazar Nunes, B., Viboud, C., Machado, A., Ringholz, C., Rebelo-de-andrade, H., Nogueira, P., Miller, M. (2011). Excess Mortality Associated with Influenza Epidemics in Portugal, 1980 to 2004, *PLoS ONE*, 6(6), e20661.

Cameron, A. C., Trivedi, P. K. (2005). *Microeconometrics: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

Case, A., Paxson, C. (2005). Sex differences in morbidity and mortality, *Demography*, 42, 189-214.



Centro Nacional de Epidemiología. Instituto de Salud Carlos III. Sistema de Vigilancia de Gripe en España. Red Nacional de Vigilancia Epidemiológica. 2003-13. España.

EEA (2013). Environment and human health, Joint EEA-JRC report Nr 5 (Report EUR 25933 EN), inf. téc., European Environment Agency.

Gavidia, V., Talavera, M. (2012). La construcción del concepto de salud. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, 26, 161–175.

Fdz. de Arroyabe, P., ROYÉ, D. (2017). Co-creation and participatory design of big data infrastructures on the field of human health related climate services. In: C. Bhatt, N. Dey, A.S. Ashour, *Internet of Things and Big Data Technologies for Next Generation Healthcare*, Edition: Studies in Big Data, Vol. 23, Publisher: Springer International Publishing.

Hastie, Tibshirani (1990). *Generalized Additive Models*. Chapman and Hall.

Hui, D. S., Hayden, G. F. (2014). Host and Viral Factors in Emergent Influenza Virus Infections, *Clin Infect Dis*, 58(8), 1104-1106.

Krause, G., Ropers, G., Stark, K. (2005). Notifiable Disease Surveillance and Practicing Physicians, *Emerging Infectious Diseases*. [online]. Disponível em [www.cdc.gov/eid](http://www.cdc.gov/eid), 11:5. Acedido em???

Laschewski, G., Jendritzky, G. (2002). Effects of the thermal environment on human health: an investigation of 30 years of daily mortality data from SW Germany. *Clim. Res.*, 21, 91–103.

Mccullagh P., NElder, J. A. (1989). *Generalized Linear Models*. London: Chapman and Hall.

Merler, S., Ajelli, M. (2010). The role of population heterogeneity and human mobility in the spread of pandemic influenza, *Proc. R. Soc. B*, 277, 557–565.

Potter, C. W. (2001). A history of influenza. *Journal of Applied Microbiology*, 91, 572-579.

Silk, B. J., Berkelman R. L. (2005). A Review of Strategies for Enhancing the Completeness of Notifiable Disease Reporting, *J Public Health Management Practice*, 11(3), 191–200.

Tsuchihashi, T., Yorifuji, T., Takaoa, S., Suzuki, E., Mori, S., Doi, H., Tsudac, T. (2011). Environmental Factors and Seasonal Influenza Onset in Okayama City, Japan: Case-Crossover Study, *Acta Med. Okayama*, 65(2), 97–103.

Towers, S., Chowell, G., Hameed, R., Jastrebski, M., Khan, M., Meeks, J., Mubayi, A., Harris, G. (2013). Climate change and influenza: the likelihood of early and severe influenza seasons following warmer than average winters, *PLoS Curr.*, 28(5).

---

ROYÉ, Dominic; HERNAEZ, Pablo Fernandez Arroyabe (2017). *Study of Influenza related morbidity.*  
The Overarching Issues of the European Space: Society, Economy and Heritage in a Scenario ... Porto: FLUP, pp. 148-159

---

Wood, S.N. (2006). *Generalized Additive Models: An Introduction with R.* Chapman and Hall/CRC Press.

## FRONTEIRAS, CONFLITOS TERRITORIAIS E IDENTIDADES CULTURAIS. INTRODUÇÃO AO CASO DE OLIVENÇA/ BORDERS

**João Luís J. FERNANDES**

Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
jfernandes@fl.uc.pt

### Resumo

Na perspetiva de Portugal, Olivença continua a ser um território disputado e um caso não resolvido. Apesar da aparente falta de interesse dos governos centrais em discutir este diferendo, a partir da sociedade civil é possível identificar dois movimentos contrastantes. Num dos casos, procura-se lutar para que o problema político e territorial não seja esquecido. Noutra, faz-se de Olivença um laboratório de memória e dupla pertença. No primeiro, valoriza-se a questão política e nacionalista. No segundo, a vertente cultural de partilha. De certo modo, estes dois posicionamentos podem espelhar algumas das fraturas hoje existentes na Europa.

**Palavras chave:** Fronteira, Identidade, Território.

### Abstract

According to the Portuguese point of view, Olivença remains a disputed territory and an unsolved case. Despite the apparent non interest of central governments in discussing this dispute, civil society has given rise to two contrasting movements. In one case, efforts are made to ensure that the political and territorial problem is not forgotten. In another, Olivença becomes a laboratory of memory and double belonging. In the first, the political and nationalist question is valued. In the second, importance is given to the cultural aspect of sharing. Somehow, these two approaches can reflect some of the fractures in contemporary Europe.

**Keywords:** Border, Identity, Territory.

## 1. Notas introdutórias – Identidades, culturas e fronteiras

Para Samuel Huntington (1993 e 1999), o mundo estará estruturado por fronteiras e áreas culturais bem identificadas. Ainda que, nalguns casos, estas estejam animadas por um dinamismo de expansão e conflito (ou *choque civilizacional*), este é um quadro geográfico mais ou menos fácil de cartografar. Nesta fragmentação com evidentes implicações políticas, é possível identificar territórios com elevada uniformidade endógena e uma clara diferenciação, e separação, em relação ao mundo exterior. Nessa perspetiva, a população mundial estará ordenada e ajustada a mosaicos culturais (ou civilizações) que não se confundem. Neste esquematismo, não haveria lugar a processos de troca, intermediação e hibridismo cultural, como aqueles que resultam, por exemplo, do papel de atores mais flexíveis como as

diásporas, que são agentes multiterritoriais de difusão e potencial criação de novas realidades compostas.

Segundo Mark Granovetter (1973), neste mundo ordenado (mas não harmonioso), estaríamos perante realidades geográficas mais ou menos confinadas, que coincidem com comunidades unidas pelos laços fortes (*strong ties*) que se estabelecem entre membros do mesmo grupo. Ainda seguindo Granovetter (1973), estes agrupamentos culturais homogêneos, consolidados por fatores como as semelhanças e as proximidades linguísticas e religiosas, serão menos vulneráveis e abertos aos laços fracos (*weak ties*) que estabelecem pontes de interação e colocam em contato atores heterogêneos e diferenciados.

A tudo isto associam-se os sentimentos de pertença e filiação mas também as questões identitárias. Enquanto elementos de agregação, estas identidades resultam de múltiplos fatores, que vão dos culturais aos territoriais e aos sociológicos e até económicos e políticos. Seguindo autores como Amin Maalouf (1999), Amartya Sen (2007) ou João Maria André (2012), uma leitura linear da realidade (a do domínio dos citados *strong ties*, de Granovetter) poderá apontar para bases identitárias simples e unívocas e associações diretas e simplificadas em torno de uma única variável (a religiosa voltou, na contemporaneidade, a ganhar peso nesta visão esquemática e unidimensional).

Considerando o movimento e a permeabilidade entre os espaços e os atores, as trocas e as multiterritorialidades diferenciadas (Haesbaert, 2004), assim como a fluidez dos tempos líquidos mencionados por Bauman (2007), para autores como Maalouf (1999 e 2004), Sen (2007) e André (2012), destas multidimensionalidades resultarão identidades compósitas menos classificáveis, mais complexas e densas, de construção permanente e mais difícil organização segundo separadores rígidos bem identificados.

Nesta perspetiva, Amin Maalouf (2004) opõe as *raízes* - que fixam e estigmatizam as mais simples identidades de pertença (a um lugar, a uma família ou a uma matriz cultural); às *estradas* - que fazem viajar, colocam em contacto e abrem oportunidades de mudança e acrescentos, daqui resultando justaposições compósitas e complexas, que Santos (2013) classifica como identidades incertas.

Não é difícil uma leitura política nem uma postura ideológica - mais conservadora e securitária ou mais progressista e de partilha -, desta aparente oposição entre dois polos que parecem excluir-se e confrontar-se. Por um lado, um mundo mais lento, ordenado, disciplinado e previsível de mosaicos delimitados e populações coletivas bem identificadas por laços fortes de inclusão. Por outro, uma geografia social, política, cultural e económica mais acelerada, fluída, difusa, desordenada e instável de atores individualizados que vivem uma geometria variável de múltiplas pertenças, associações e filiações.

Nem sempre será fácil cartografar os limites entre estes dois modos de vivência da globalização, mas é possível traçar um paralelismo com os dois mundos sociais e geográficos definidos por David Goodhart (2017). Refletindo sobre os resultados do *Brexit*, que decidiram o rompimento entre a Inglaterra e a União Europeia, o autor inglês denomina como 'somewhere' os atores enraizados nos seus territórios

do quotidiano e com uma escassa visão global e transversal dos problemas. No outro extremo, estarão os 'anywhere', aqueles que viajam, vivem uma multiterritorialidade mais ampla e têm mapas mentais mais alargados. Para Goodhart (2017), a estas duas espacialidades contrastadas, corresponderão atitudes políticas também diferentes.

Por aqui se cruzam conceitos como as identidades e as fronteiras, estas últimas mais ou menos permeáveis, mais abertas ou mais fechadas ao contacto entre o endógeno e o exógeno (Szary, 2015). Enquanto expressão geográfica de relações de poder entre territórios diferentes, um espaço de fronteira pode ser um fator de separação, como pode também ser uma oportunidade de abertura, alteridade e relação com o *Outro*. Nesse sentido, as fronteiras não serão neutras, induzem comportamentos geográficos e territorialidades muito específicas, sejam estas de vigilância e encerramento, sejam de interrelação, partilha e valorização mútua (Foucher, 2007).

Será também nas fronteiras que se definirão os caminhos múltiplos das identidades – mais simplificadas e de exclusão face ao que ocorre no outro lado do muro, ou mais compósitas e recetoras, abertas ao contacto com o exterior. Assim se discute Portugal e a identidade lusófona, que não deverá ser entendida sem o reconhecimento da complexidade e da diversidade espacial das múltiplas territorializações de uma cultura de influência portuguesa, também esta bastante difusa e complicada de mapear.

## **2. A(s) identidade(s) e as territorialidades múltiplas de Portugal e da lusofonia**

A identidade lusófona, associada de forma vaga e ampla a territórios descontínuos vinculados por laços linguísticos e históricos, caracterizar-se-á por uma instável geometria variável difícil de classificar e cartografar. Seguindo a denominação de Rogério Haesbaert (2004), a lusofonia e a fronteira de Portugal são realidades multiterritoriais e é nesta complexidade que se expressa este património comum.

Para Adriano Moreira (1996 e 1997), a atual fronteira política do Estado português é uma realidade difusa e multidimensional que apenas pode ser entendida recorrendo a múltiplas escalas geográficas. Isto ocorre porque algumas das funcionalidades de soberania associadas a esses limites políticos e oficiais se dispersaram por outras espacialidades e por diferentes atores e respetivas delimitações territoriais.

Para este autor, a essa fronteira política portuguesa não corresponde, na atualidade, os limites da soberania económica de Portugal. É verdade que existe uma delimitação política que separa os dois países ibéricos. No entanto, a construção de um espaço económico peninsular comum, com forte interligação e dependência mútua, sobretudo do lado português, assim como a inserção de ambos os países no território da moeda única europeia, levou à desagregação entre a referida fronteira política e a fronteira de soberania económica de Portugal, que hoje se alargou.

Por outro lado, estas fronteiras políticas e económica também não coincidem com a delimitação espacial dos territórios de segurança, aqui muito vinculados a outra cartografia – a da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), da qual Portugal faz parte desde 1949, numa integração que muito tem condicionado a posição externa do país nas questões securitárias e militares mas também políticas (Telo, 1999; Teixeira, 2005).

Ainda para Adriano Moreira (1996 e 1997), nem as fronteiras política e económica, nem a soberania de segurança coincidem com as delimitações espaciais e as territorialidades de uma identidade lusófona que será sempre de caracterização difícil.

Mesmo procurando o mapa no qual se possam inscrever as isoglosas de delimitação da língua portuguesa, esta será uma cartografia dinâmica e difusa que não coincide com os territórios, agora reunidos na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que assumiram o português como idioma de Estado. Em muitos destes países, o português não é uma língua universal nem exclusiva e a cultura de matriz portuguesa é um elemento identitário que se diluiu em contextos de encontro e interpenetração entre múltiplas influências e movimentos.

Nesta geometria variável, a influência portuguesa expande-se por espaços justapostos a outras influências, com territorializações dinâmicas em diferentes ambientes ecológicos e diversos contextos socioculturais, económicos e políticos (Reto *et al*, 2016).

Nesta descontinuidade espacial, é necessário um olhar mais apurado, geográfico, culturalista e histórico, para encontrar elos de ligação entre atores e territorialidades tão distintas (e distantes) como aquelas que caracterizam, por exemplo, os pescadores no Amazonas e os criadores de gado no sertão brasileiro; as vendedoras de fruta nas ruas de Luanda e um cidadão terciarizado residente em Lisboa ou diluído nos milhões de habitantes da metrópole de São Paulo. A todos estes acrescentam-se heterogeneidades como as trazidas pelos pastores nas montanhas de Timor-Leste; pelos agricultores de solos pantanosos na Guiné-Bissau; pelo estudante de língua e cultura portuguesas em Macau ou em Pequim; pelo músico caboverdiano de mornas; pelos construtores civis em França ou pelos comerciantes de origem portuguesa em Caracas ou Joanesburgo, ou ainda por algum lusodescendente criador de gado no vale de San Joaquin, na Califórnia.

Para nos aproximarmos dessa complexa cartografia, teremos que olhar para a geografia mais durável dos Estados mas também para as espacialidades mais flexíveis e incertas das redes (Castells, 2007). Países, como Angola, que adotaram o português como língua oficial, são também territórios de outras expressões linguísticas, daqui resultando um vivo e dinâmico espaço de diversidade cultural, no qual a língua portuguesa constitui um fator de união, identidade nacional e projeção no mundo (Banza, 2015).

Nesta *soundscape* linguística multidimensional e multivariada, o português fala-se e vive-se também em territórios nos quais os idiomas oficiais são outros. As diásporas lusófonas, da caboverdiana

à portuguesa, da angolana à brasileira, são relevantes nessa geografia plástica e variável de cruzamentos enriquecedores.

Por tudo isso, a fronteira cultural portuguesa referida por Moreira (1996 e 1997) é uma realidade móvel, híbrida, geograficamente descontínua e multiterritorial, numa geometria variável na qual não é fácil encontrar sobreposições entre a geografia dos países de língua oficial portuguesa, a geografia da língua portuguesa e a geografia da cultura de influência portuguesa, pelo menos três realidades diferentes que desconstroem qualquer tentativa de organização de uma cartografia segura e estável.

Este exercício exige, contudo, a variação das escalas geográficas de análise, o movimento entre as perspetivas mais panorâmicas e abrangentes e as focalizações mais pormenorizadas e próximas de realidades locais como, por exemplo, Goa, Malaca, Macau ou a Ilha de Moçambique. Estes são espaços de inovação cultural, porque ali se confrontam e coexistem fluxos diversificados e multivariados, daqui resultando geografias onde permanece uma certa influência portuguesa, por vezes na paisagem sonora, nalguns casos no edificado, noutros em manifestações de património imaterial como a gastronomia ou os rituais religiosos.

É nesta perspetiva que nos balançamos para um breve olhar sobre a cidade de Olivença, o contexto político da fronteira naquela região e as manifestações culturais que se têm manifestado naquele território disputado entre Portugal e Espanha.

Assim se fará uma leitura sumária e exploratória do denominado 'caso de Olivença'. Por um lado, fazendo-se uma breve evocação do conflito diplomático e territorial entre os dois países ibéricos. Por outro, discutindo Olivença como território de aproximação e consolidação de uma sempre indefinida identidade ibérica, que se tem traduzido no aumento do interesse pela língua, pelo património e cultura portuguesas e pela afirmação desta cidade como plataforma de trocas e parcerias múltiplas entre Portugal e Espanha.

Num certo sentido, também Olivença faz parte desta geografia inconstante da cultura de influência portuguesa.

### **3. Olivença – as origens e o contexto geográfico de um conflito fronteiriço na Península Ibérica**

Com uma superfície de 430 km<sup>2</sup>, o município de Olivença apresentava, em 2016, um total de 12032 habitantes. Nesse mesmo ano, 25% do emprego estava classificado no setor agropecuário, enquanto 48% se integrava no terciário. Em 2015, 448 residentes nasceram fora de Espanha, 38% dos quais em Portugal (INE, 2016). Como é comum nestes territórios de fronteira, a sede de concelho é um povoamento concentrado, com um centro histórico muralhado (Figura 1).



Figura 1 – Vista aérea de Olivença (sede de concelho). (Adaptado a partir de GoogleEarth).

Posicionado no setor ocidental da fronteira terrestre entre os dois países ibéricos, e numa latitude próxima da de Lisboa, este território raiano faz parte de um triângulo que tem, nos outros dois vértices, as cidades de Badajoz e Elvas, localizadas, respetivamente, em Espanha e Portugal (Figura 2).

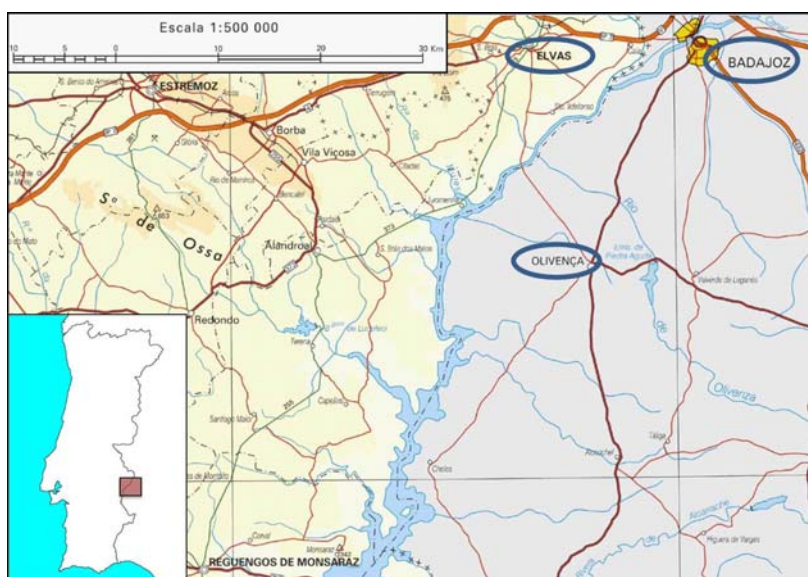


Figura 2- Olivença: posição geográfica e enquadramento regional.



Em especial do lado português, este espaço geográfico é com frequência associado à ‘Questão de Olivença’, isto é, a um diferendo entre Portugal e Espanha pela disputa deste território fronteiriço.

As razões desta contenda são históricas. Com o Tratado de Alcanizes, assinado em 1297 por D. Dinis e D. Fernando IV de Castela, Olivença passa a fazer parte do território português. Traduzindo a importância estratégica deste lugar, o mesmo D. Dinis concede-lhe uma Carta de Foral em 1298 e promove a construção de novas muralhas. Já no século XV, o rei português D. João II constrói a Torre de Menagem. Revelando de novo a importância de Olivença na estratégia geopolítica de Portugal, em 1510 D. Manuel I concede novo foral à cidade e reinveste nas fortificações. Perante a proximidade de Badajoz, o mesmo rei promove a construção de uma ponte sobre o Guadiana, entre Olivença e a cidade de Elvas. Com este atravessamento do rio, Olivença passava a beneficiar do apoio militar elvense mas também do auxílio da praça de Estremoz.

A turbulência napoleónica na Europa do início do século XIX e os conflitos entre Portugal, por um lado, e Espanha e França, por outro, levaram à ocupação de Olivença pelas forças militares castelhanas após a Guerra das Laranjas, ocorrida em 1801.

Apesar das coações externas e do direito internacional (como o Tratado de Paris, de 1814, e o Congresso de Viena, de 1815), Olivença permaneceu até à atualidade sob administração espanhola (Antunes, 2013).

Em 1864 é assinado um convénio fronteiriço entre Portugal e Espanha, que não se completou devido a esta disputa territorial.

Já no século XX, em 1926, assina-se um novo acordo fronteiriço entre os dois países ibéricos. No entanto, mais uma vez, a cartografia não se completa, ficando por delimitar a raia entre a foz do Rio Caia e a foz do Rio Cuncos, precisamente os 63 km de limite internacional não reconhecido por Portugal e ausentes da cartografia produzida pelo Estado português (Figura 3).

Nesta disputa mais ou menos discreta, já nos anos (19)50 Portugal volta a pressionar a Comissão Internacional dos Limites para a reivindicação do território de Olivença. O desentendimento tácito entre os dois países ibéricos tem sido alimentado por alguns episódios simbólicos, em especial aquando das intervenções de recuperação patrimonial da ponte construída por D. Manuel I sobre o Guadiana no início do século XVI (a Ponte de Ajuda). Esta infraestrutura manuelina, parcialmente destruída no século XVIII, terá o estatuto de ponte internacional, como pretendido pelo lado espanhol, ou de ponte doméstica, erguida em território nacional português? Em 2003, Espanha terá iniciado uma intervenção, sem a devida autorização de Portugal. Desentendimentos vários a respeito deste estatuto (por exemplo, em 2009, a ponte foi classificada pela Junta da Extremadura espanhola com o título de “Bien de Interés Cultural”), terão adiado as intervenções sobre esta construção patrimonial.

As mesmas dúvidas atravessaram a construção da nova ponte entre Elvas e Olivença, inaugurada em 2000. Com a integração europeia conjunta e a consolidação do mercado comum ibérico, Portugal e

Espanha consolidaram a ligação entre os dois territórios através da construção de infraestruturas como a Ponte Internacional do Guadiana, entre Vila Real de Santo António e Ayamonte (1991); a ponte entre Monfortinho e Zarza, que atravessa o rio Erges (1993) e a ponte entre Elvas e Badajoz, sobre o Rio Caia (simbolicamente denominada Ponte José Saramago, escritor português que muito promoveu a ligação entre os dois países).

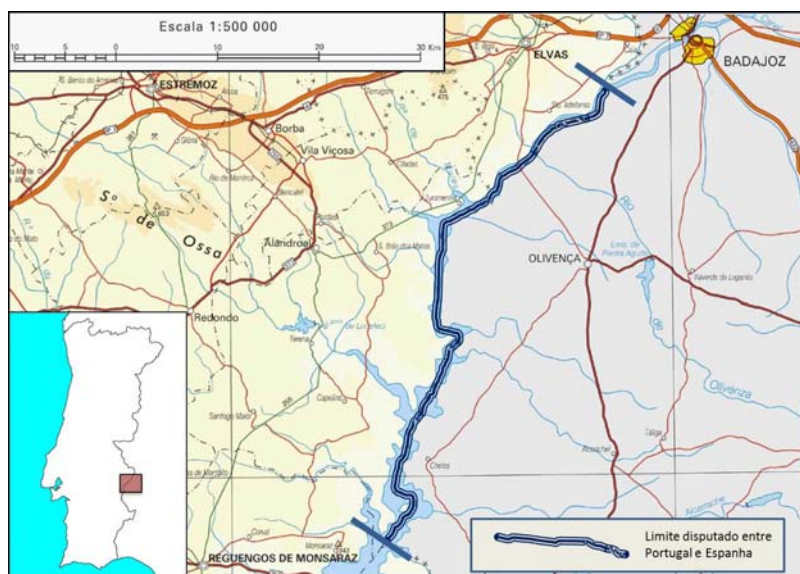


Figura 3- O troço de fronteira não reconhecido por Portugal.

É neste contexto que se integra a nova travessia do Guadiana em território disputado. Este investimento cumpre um acordo celebrado na Cimeira Luso-espanhola de 1994, entre altos representantes dos dois governos. Ainda assim, as dúvidas sobre o estatuto persistiram e apenas um apurado esforço diplomático permitiu o andamento dos trabalhos, que acabaram por ser suportados por ambos os países.

Apesar disso, na margem direita do Guadiana, em território do concelho de Elvas, não se colocou qualquer placa indicativa de entrada ou saída do país, ao contrário do que ocorreu do lado de Olivença, onde são visíveis as demarcações internacionais.

Estas questões territoriais envolvem sempre as populações e o fator humano. Numa fronteira que é também linguística, a administração castelhana de Olivença passou pela proibição de uso da língua portuguesa logo desde o século XIX. Desde essa época, o português deixou de ser usado nos documentos oficiais e na toponímia, apenas resistindo, de modo envergonhado, como língua de contacto em determinadas classes populares. Segundo Carlos Luna (2007), em 1805 foi decidido extinguir todas as escolas portuguesas, assim como o ensino do português. Segundo este investigador, após o dia 14 de Agosto de 1805, as atas da Câmara Municipal passaram a ser escritas obrigatoriamente em castelhano.

Mais tarde, o franquismo foi também um longo período de afirmação de uma identidade castelhana exclusiva.

Apesar do passado recente, a democracia e a integração dos dois países na então CEE, trouxeram maior abertura. Com o advento do século XXI, e o apoio conjunto da Embaixada de Portugal em Madrid e do Instituto Camões, o ensino do português foi implantado em Olivença, dando início a uma nova fase de relacionamento entre os dois territórios culturais e políticos. Ainda para Carlos Luna (2007), citando o Programa Mosaïc (da União Europeia), cerca de 35% dos residentes em Olivença entenderão e/ou falarão o português. Este valor foi, há muito, condicionado quer pelas vagas de povoamento castelhano no território, quer pela relação assimétrica entre aquilo que Cosgrove (2008) denomina como uma cultura dominante e hegemónica e outra, minoritária e de resistência.

#### **4. O conflito de Olivença – uma resposta dupla, entre a política e a cultura**

Para os sucessivos governos de Portugal e Espanha, o caso de Olivença está fora das agendas prioritárias e a abordagem oficial a este tema ou é discreta ou não existe. No entanto, ao longo do tempo, a sociedade civil tem protagonizado reações pontuais, assentes por vezes em posições contrastadas.

O Grupo dos Amigos de Olivença foi fundado em Lisboa em 1938, na época com a designação Sociedade Pró-Olivença. Com sede na Casa do Alentejo desde 1945, a este movimento aderem várias personalidades da vida cultural e política portuguesa, como Jaime Cortesão, Humberto Delgado ou Cupertino de Miranda, entre outros. Nos estatutos desta organização, pronunciados em 1958, está inscrito o objetivo explícito do retorno de Olivença à soberania portuguesa. Para isso, este grupo compromete-se a realizar todos os esforços para, por via documental ou outra, reafirmar a legitimidade do regresso deste território à jurisdição de Portugal (Antunes, 2013, GAO, 2017).

Este movimento tem tido como estratégia imediata a tentativa de não deixar adormecer um problema diplomático, num contexto (a adesão ibérica à CEE e à União Europeia e a estabilidade de uma linha de fronteira quase intocada desde o século XIII) pouco favorável para (re)discussão deste conflito territorial.

Para isso, o Grupo dos Amigos de Olivença tem marcado presença, através de manifestações públicas de protesto, em eventos como as Cimeiras Ibéricas (que reúnem os governos dos dois países) ou as comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (celebrado a 10 junho). Em muitas destas exposições públicas, este conjunto organizado de cidadãos tem-se coligado com outras coletividades mais conservadoras, como a Real Associação da Beira Litoral (de Lisboa) ou outros movimentos próximos da Casa Real e do PPM (Partido Popular Monárquico).

A esta abordagem de demarcação geográfica, confronto e reavivamento político de um conflito territorial, tem-se sobreposto outra tendência, associando Olivença a uma dinâmica de contacto, abertura e aposta na troca de experiências e consolidação de uma identidade de dupla pertença.

A Associação Além-Guadiana é um grupo cívico fundado em 2008 na própria cidade de Olivença. O seu objetivo é a redescoberta da herança portuguesa e o reforço das pontes que se podem estabelecer entre os dois países. Como se pode ler em Além-Guadiana (2017), pretende-se evitar a perda da memória. Para isso, parte-se à redescoberta da cultura portuguesa ainda presente no quotidiano de vida em Olivença. A valorização de diferentes manifestações dessa cultura de origem portuguesa, como a língua, a literatura, a música, a arte e a gastronomia, é fundamental para a sensibilização da cidade e da sua população. A promoção de um maior conhecimento de Portugal passa também pelo contacto direto com o país, através de viagens individuais ou organizadas. Nos horizontes desta associação, encontra-se ainda o desenvolvimento de laços e pontos de encontro entre as duas tradições culturais, fazendo de Olivença um território único neste contexto raiano e peninsular.

Esta estratégia de ponte e dupla pertença cultural e identitária tem expressão na paisagem urbana da cidade. Para além do incentivo ao estudo da língua e da cultura portuguesas, esta associação tem promovido a Olivença urbana como um território de encontro e resgate de memórias. A recuperação da calçada portuguesa e a introdução de placas toponímicas bilingues (juntando a denominação castelhana com a antiga referência em português) estão entre os projetos mais emblemáticos (Figuras 4 e 5).

Neste mundo de competitividade e promoção exterior, todos os lugares se reúnem em torno de alguns ícones espaciais. Neste caso, a Porta Manuelina que dá entrada ao ayuntamiento, é uma referência que os visitantes procuram e fotografam, mas também uma imagem que simboliza esta diferenciação positiva do território oliventino (Figura 6).



Figura 4- Calçada Portuguesa no centro de Olivença.



Figura 5- Toponímia bilingue em Olivença.



Figura 6- Porta Manuelina, ícone de Olivença.

No entanto, a dupla pertença passa também pelos cartões de identidade e pela dupla cidadania. Estas ações patrimoniais e identitárias têm sido acompanhadas por um fluxo de solicitações de aquisição de nacionalidade portuguesa por parte de algumas centenas de oliventinos. Não abdicando da sua nacionalidade de origem, a espanhola, pretendem oficializar os seus laços com Portugal e adquirir a cidadania portuguesa.

Nesta Olivença que pretende ensaiar-se como plataforma de trocas e parcerias múltiplas entre Portugal e Espanha, será possível equacionar duas perspetivas, que apenas um trabalho de campo mais apurado poderá confirmar.

Por um lado, uma leitura individual. O movimento de dupla nacionalidade e de dupla pertença que se verifica em Olivença pode significar, para além das questões identitárias e de memória, um valor que resulta do alargamento dos mapas mentais e do aumento das opções territoriais.

Por outro, uma perspetiva mais coletiva. A herança portuguesa será um fator de distinção de Olivença no contexto da Extremadura. Essa diferença, para além da autoestima local, pode seduzir um turismo que, na região, procure um atrativo diferente. Em 2014, Olivença recebeu cerca de 150 mil turistas (Ayuntamiento de Olivenza, 2016).

Por fim, o caso de Olivença, ainda que a uma microescala geográfica, pode ser elucidativo do modo como a visão esquemática e monocolor de Huntington (1993 e 1999) se pode desconstruir em lugares que se assumam como laboratórios geográficos e políticos de intermediação cultural e afirmação de identidades múltiplas, abertas e dialogantes.

Na perspetiva da política externa portuguesa e da posição de Portugal no mundo, Olivença pode fazer parte de uma rede de lugares que, de Goa a Macau ou de Timor a Malaca, em diferentes escalas geográficas e em múltiplos contextos espaciais, promovam o contacto, as trocas e um hibridismo cultural flexível, heterogéneo, geograficamente descontínuo mas dinâmico e aberto.

O caso de Olivença é o exemplo de como a cultura e a política se encontram enredadas nesta contemporaneidade. Ainda que organismos externos, como a CIA, coloquem Olivença na lista dos problemas territoriais à escala global, este problema pouco se aproxima a outros. A 'Questão de Olivença' em nada se relaciona com o problema escocês, com o País Basco, com Gibraltar, com todo o rendilhado fronteiriço da Europa de leste e do sudeste (por exemplo).

Olivença é um microterritório. Ainda assim, enquanto laboratório social, este caso pode sintetizar alguma das potenciais trajetórias da Europa.

O Grupo dos Amigos de Olivença e a associação Além-Guadiana indicam-nos dois caminhos possíveis para a Europa: as velhas questões fronteiriças ou a procura de um novo contexto intercultural, de pertenças múltiplas, sem a diluição das identidades nacionais.

É importante insistir que, sobretudo no atual contexto da União Europeia, uma fronteira pode ser, ao mesmo tempo, um fator de separação mas também uma área de contacto, trocas e criação de uma nova realidade política e cultural.

## 5. Bibliografia

- Antunes, E. (2013). *'A Questão de Olivença'. Um caso de política externa portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Associação Além-Guadiana (2017). [Online] Disponível em: <http://alemguadiana.blogs.sapo.pt/> [Acedido a 30 de outubro de 2017].
- Ayuntamiento De Olivenza (2016). [Online]. Disponível em: <http://www.ayuntamientodeolivenza.com/> [Acedido a 28 de junho de 2017].
- Banza, A. P. (2015). O português em Angola: uma questão de política linguística. In A. Fiéis, A. Madeira & M. Lobo (Org.), *O Universal e o Particular: uma Vida a Comparar* (pp. 29-38). Lisboa: Edições Colibri.
- Bauman, Z. (2007). *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. New York: John Wiley and Sons.
- Castells, M. (2007). *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cosgrove, D. (2008). Geography is Everywhere: Culture and Symbolism in Human Landscapes. In T. S. Oakes & P. L. Price (ed.), *The Cultural Geography Reader* (pp.177-185). London: Routledge.
- Foucher, M. (2007). *L'obsession des frontières*. Paris: Perrin.
- Goodhart, D. (2017). *The road to somewhere. The populist revolt and the future of politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78 (6), 1930- 1938.
- GAO- Grupo Dos Amigos De Olivença (2017). Disponível em: <http://www.olivenca.org/> [Acedido a 30 de outubro de 2017].
- Huntington, S. P. (1993). The Clash of Civilizations?. *Foreign Affairs*, Summer edition, 22-49.
- Huntington, S. P. (1999). *O Choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*. Lisboa, Gradiva.
- Instituto Nacional De Estadística (2016). [Online]. Disponível em: <http://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=2859> . [Acedido a 5 de fevereiro de 2016].
- Luna, C. (2007). *A situação da língua portuguesa em Olivença*. Bragança: Colóquio da Lusofonia.
- Maalouf, A (1999). *Identidades assassinas*. Lisboa: Difel.
- Maalouf, A. (2004). *Origens*. Lisboa: Difel.
- Moreira, Adriano (1996). As Fronteiras Portuguesas. *Conjuntura Internacional 1996*, 15-24.
- Moreira, Adriano (1997). Soberania de serviço". *Janus 97*, 18-19.
- Reto, L.; Machado, F. L. & Esperança, J. P. (2016). *Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Instituto Camões.
- Santos, A. (2013). *Identidades incertas*. Lisboa: Edições Colibri.
- Szary, A.-L. (2015). *Qu'est-ce qu'une frontière aujourd'hui?*. Paris: PUF.
- Telo, A. J. (1999). Portugal e a Nato (1949-1976). *Nação e Defesa*, 89, 43-84.

---

FERNANDES, João Luís J. (2017). *Fronteiras, conflitos territoriais e identidades culturais. Introdução ao caso de Olivença*.  
The Overarching Issues of the European Space: Society, Economy and Heritage in a Scenario ... Porto: FLUP, pp. 160-173

---

Teixeira, N. S. (2005). *Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa, 1890-2000*. In A. C. Pinto (Coord.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 87-116). Lisboa: Publicações Dom Quixote.





**Parte II – Turismo e Património no Desenvolvimento  
Territorial**

## CHURCHES AND MONASTERIES – OBJECTS OF RELIGIOUS TOURISM IN THE DISTRICT OF VELIKO TARNOVO (BULGARIA)

**Athanas DERMENDZHIEV**

Department of Geography, Faculty of History, “St. Cyril and St. Methodius”  
University of Veliko Tarnovo, Bulgaria  
adermendjiev1960@abv.bg

**Martin DOYKOV**

Department of Geography, Faculty of History, “St. Cyril and St. Methodius”  
University of Veliko Tarnovo, Bulgaria.  
martin\_doikov@abv.bg

### Abstract

The need of focusing on the significance of religious tourist sites and objects in the region of Veliko Tarnovo is provoked by socio-economic necessities. The last presume activation of cultural-historical resources with a view to the interest to the available objects.

Religion, as spirit and interaction, presumes corresponding objectification. The last one is a segment in the formation of religious-tourist bank for its exploitation in spiritual-nationalistic direction.

Recognized by Bulgarians as an ozonizing areal, the region of Veliko Tarnovo presumes fixing on values of cultural-historical content. Their studying and the explanation of their existence is a direction to their defining as valuable tourist resource of national character.

**Key Words:** monasteries, religious tourism, Bulgaria

### Resumo

A importância de nos concentrarmos nos locais e edifícios turísticos religiosos existentes na região de Veliko Tarnovo, decorre de necessidades socioeconómicas. Tal aposta pressupõe a ativação de recursos histórico-culturais com vista ao despertar do interesse pelos monumentos disponíveis, nomeadamente os religiosos. Uma das últimas vertentes surge associada à religião, como espírito e interação, o que subentende a objetivação correspondente. Este tipo de turismo corresponde a um segmento na formação religiosa-turística, segundo uma exploração espiritual-nacionalista. Reconhecida pelos búlgaros como uma área de ozonização, a região de Veliko Tarnovo pressupõe a fixação de valores histórico-culturais. O estudo e a explicação da sua existência é uma abordagem que possibilita a sua definição como recurso turístico valioso de carácter nacional.

**Palavras-chave:** mosteiros, turismo religioso, Bulgária

## 1- Introduction

Tourism is determined as contemporary phenomenon. Significant amount of capital is concentrated in it on one hand, and it is massified and democratized on the other, It actively influences the balance of payments, realizing currency income. According to a number of sources in 2020 the revenues from tourism are expected to be about 2 trillion US dollars. Significant share of them will be from cultural tourism. That gives us ground to focus our attention on opportunities that are provided by Bulgaria and by the Veliko Tarnovo areal in particular for development.

## 2 . Churches and monasteries in the district of Veliko Tarnovo

The majesty of catholic cathedrals in Europe is successfully compensated by sanctity and quietness of our orthodox churches and monasteries, by their unique icons and mural paintings, by the richness of medieval literature. The monasteries repositories have preserved incredible manuscripts from past times, woodcarvings, church plates, church music and many evidences of the uniqueness of Bulgarian arts and culture.

With the time passing, new places of pilgrimage are established: graves of saints (martyrs, hermits and others), temples and monasteries, as well as other places, connected with the manifestation of God's gracious power. Thus pilgrimages become an important and invariable part of the religious life of Christians, as they get some cultural forms during the different ages.

Among the numerous areals for religious tourism in the country special place has the Bulgarian "Sveta Gora" – the chaplet of monasteries in and around Veliko Tarnovo.

**Preobrazhenski Monastery (The Transfiguration Monastery)** is one of the biggest and most valuable Bulgarian monasteries. In its building participated some of the most prominent masters from the period of the Bulgarian National Revival – Zahariy Zograf and Usta Kolyo Ficheto. It is situated along the Yantra River, under the high rocks of the "Derwent" Gorge, 6 km away for the town of Veliko Tarnovo. It was established around 1360 by Queen Theodora-Sara and her son King Ivan Shishman, and because of that it is also called "Sarin" or "Shishmanov" monastery (meaning the monastery of Sara or Shishman). After the misadventures in the beginning of the Ottoman rule, the monastery was reconstructed during the Bulgarian national revival. The reconstruction started in 1825, when hieromonk Zosim from the Rila Monastery became its abbot. The main monastery church of "Holy Transfiguration" is low cruciform, with three sections and a dome. It was painted in 1849-1851 by Zahariy Zograf. Special interest arose the compositions "The Wheel of Life" and "The Judgment Day", the images of the saints Cyril and Methodius, of Teodosii Tarnovski, Patriarch Euthymius, Theophilactus Tarnovski, Ivan Rilski, Nikola Novi Sofiyski, the self-portrait of Zahariy Zograf. He also made the icons in the royal line in the iconostasis of the temple. Other valuable works in the monastery were made by the noted icon-painter from Tryavna Vitan Koyuv (Junior), as well as icons by Stanislav Dospevski, nephew of Zahariy Zograf. On the most prominent space, on the outer southern wall of the altar apse he painted the monumental frescoes "*The Judgment Day*" and "*The Wheel of Life*", in order to instill in visitors the transience of human existence. Valuable are also the paintings "Nativity of the Virgin", "Assumption", "The Last Supper". Today the whole magnificent exterior decoration is a valuable monument of the painting art form the Revival period. The gold-plated iconostasis with rich baroque forms is made by craftsmen from Tryavna, remarkable is the decoration of the king's gates. The Transfiguration Monastery and the monastic brotherhood are related to the national liberation struggle of the Bulgarian people during the Renaissance. Monks at the monastery were Matey Preobrazhensky and priest Hariton. Asylum in the monastery found Filip Totyu, Vasil Levski, Angel

Kanchev, Bacho Kiro Petrov and other participants in the liberation movement. The Transfiguration Monastery is a national monument of architecture and arts. It is an operating friary, having its temple celebration on 6<sup>th</sup> August.

**The Patriarchal Monastery of the Holy Trinity** is the first dwelling place for Hesychasts (from 1070), and there Theodosiy Tarnovski became hermit in 1368. Until nowadays high in the rocks can be seen the cave, in which lived the teacher of the young in that time Euthymius – the future Bulgarian patriarch. The Bulgarian kings visited the monastery to seek spiritual instructions. Here was kept the gold, that Ivan Shishman gave Euthymius to buy back the capital, while the ruler was fighting.

**The Petropavlovski Monastery of “St. Peter and St. Paul”** is situated in the Arbanasi Plateau, 6 km to the north-east of Veliko Tarnovo. The terrace offers spectacular view to the Danubian Plain and the Elena Balkan. The legend tells that it has been established in the times of the Second Bulgarian Kingdom by the brothers Asen and Peter. On the hill with the impressive rock, once there was a fortress, which protected the lands of the Asenevtsy brothers. The riot in 1185 for liberation of Bulgaria from the Byzantine rule was prepared in it. During the years of the Ottoman rule the monastery was repeatedly burned and plundered, and after that rebuilt. In 1662 it was reconstructed again, but for a long time it was governed by a Greek bishop. Regardless of that, the monks in the monastery secretly copied “Istoriya Slavyanobalgarska” (The Slav-Bulgarian History). Archimandrite Maksim Raykovich (1835-1850) started the long tradition abbots of the monastery to be only Bulgarians. During the National Revival the monastery became place for organization of several revolutionary riots. In 1700 here was organized the riot of the widow from Tarnovo called Mara, headed by her son Stoyan and Mircho vojvoda. In 1856 from here captain Dyado Nikola lead 13 rebels to the Gabrovo Balkan. In April 1869 Vasil Levsky secretly arrived in the monastery and established a revolutionary committee in Lyaskovets. In 1874 bishop Ilarion Tarnovski (ex Makariopolski) organized in the monastery the first school of Theology in the Bulgarian lands, which was created to prepare educated clergy for the newly established (1870) autonomous Bulgarian Exarchate. First rector was Nedyu Zhekov and among the students were the future professor Vasil Zlatarski, the historian Nikola Stanev and others. The seminary continued working also after the Liberation until 1886. The great earthquake in 1913 and the fire ruined the monastery church and the historical buildings. Destroyed were spectacular works of art. Only the new buildings of the seminary remained (built by the master from Dryanovo Usta Manyo), which are preserved in their authentic appearance until nowadays. Today the monastery is an operational nunnery, having its temple celebration on 29 June.

**The Arbanasi Monastery of “The Dormition of the Mother of God”** in the beginning of the Ottoman rule was active and wealthy monastery, but after that it deteriorated and was abandoned. As late as 1680 was built the new monastery church which has been preserved until nowadays. It is low, with single nave and one apse, elongated building with two antechambers, and in its northern part is situated the vast chaplet “St. Trinity”. In 1716 the trojan monk Daniel constructed residential buildings and

restored the functioning of the monastery. In 1762 the church and the chapel were renovated again and decorated with mural paintings. One of the valuable relics is the miraculous icon of The Mother of God, which is in the narthex of the church. The monastery is an operating nunnery, with temple celebration on 15<sup>th</sup> August.

**The Arbanasi Monastery of “St. Nicholas”** was established in the time of the Second Bulgarian Kingdom, under the rule of the Assenevtsi kings. In 1393 it was demolished by the Ottoman conquerors when they conquered Tarnovo. Almost three centuries later the monastery was rebuilt. From that time is the monastery church, which was almost burnt in a fire. According to a marginal note in an old gospel, the church was renovated in 1735 with the help of the arbanasi boyar Atanasiy, who was later killed by the Ottomans for taking part in a conspiracy against the empire. At the end of the XVIII century the monastery was broken by the invasions of the kurdjali, but was restored again in 1833 on the initiative of the abbot of the Transfiguration Monastery. The monastery is operating, nunnery, with temple celebration on 6<sup>th</sup> December.

**The Kilifarevo Monastery of “The Nativity of Virgin Mary”** is situated on the left bank of the Belitsa River, southern from the town of Veliko Tarnovo. It was established during the time of King Ivan Alexander, around 1348-1350. Seeking for an isolated place, suitable for prayer and contemplation, Teodosiy Tarnovski found this place and established the monastery on a place a little bit higher than the contemporary monastery. Because of the special attention of the tsar, the monastery became an important Center of scholarship in the Tarnovo Kingdom. Thus was created the famous Bulgarian Kilifarevo School for literature, whose books and translations which reached Russia and Serbia brought the monastery and St. Theodosiy great fame. In 1360 the number of monks and bookmen was more than 460 people. Among them was the future Bulgarian patriarch Euthymius, who after the death of St. Theodosiy on 27 November 1363 continued his cause. After the Ottoman conquest the monastery was demolished and burnt in 1393 and for a long time it remained uninhabited. In 1718 at the foot of the old monastery was built the contemporary Kilifarevo Monastery. Then was built and painted the church “Nativity of the Virgin”. Again a part of the monastery was demolished during the kurdjali disorders at the end of XVIII century, but soon after that it was restored. In 1840 master Kolyo Ficheto built a third church – the present church “St. Demetrius”. Most interesting today are the preserved mural paintings from 1718. The western and the northern walls of the old church “Nativity of the Virgin” were demolished and it was adapted to a chapel, dedicated to St. Theodosiy Tarnovski. Until today is preserved the old wood-carved iconostasis from 1843, made by masters icon-painters from Tryavna. Later a second chapel was built, which was dedicated to St. Ivan Rilski. The beautiful two-storey residential buildings were constructed in 1849. A hundred years later the monastery gave shelter to nun Justiniana (of Russian origin) and it was transformed into a nunnery. The monastery is functioning, nunnery, with temple celebration on 8<sup>th</sup> September.

**The Kapinovo Monastery of “St. Nikola Miracle Worker”** is situated 18 km away from Veliko Tarnovo, at the foot of the Elena Balkan. From an inscription in the monastery church is known that in 1272, during the rule of King Konstantin Tih (1257-1277), a temple was built on its place, dedicated to the Holy Trinity. Probably the monastery was established by his predecessor – King Ivan Asen (1218-1241). In 1830 a literary school was established here. The monastery was restored and reorganized in 1835. Two self-educated masters from Dryanovo built the present monastery church “St. Nikola”. In 1845 in the church was also painted a big mural composition, reproducing scenes of the Judgment day, and in 1856 were also constructed massive two-storey residential buildings, surrounding the monastery today. In 1864 was constructed and painted the chapel “Presentation of the Blessed Virgin”. It is supposed that the icons on the wooden iconostasis were painted by the tryavna icon-painter Papa Vitan and other tryavna icon-painters. The monastery is operational, friary, with temple celebration on 6<sup>th</sup> December.

**The Plakovo Monastery of “The Holy Prophet Elijah”** is situated near the villages of Plakovo and Velchevo, 2 km away from the Kapinovo Monastery. It was established during the Second Bulgarian Kingdom, probably in 1280, but with the fall of Bulgaria under Ottoman rule it was demolished, and around 1450 it was reconstructed. In 1835 in the monastery was organized the Velchova Zavera (plot), and after its suppression the monastery was demolished. Its reconstruction began in 1845 when the monastery church “St. Elijah” was built. It is a rare phenomenon of Bulgarian architecture from the so called Athos type, peculiar to the period of the Second Bulgarian State. In 1845 Zahariy Zograf painted the image of Christ the Great Hierarch with the Twelve Apostles. Except this icon in the monastery are preserved old manuscripts and incunabular books. In 1865 Usta Kolyu Ficheto build the impressive 26-meter bell tower with beautiful decorative masonry, stone fountain and two-storey P-shaped residential wings, but in 1949 in a new fire large part of the residential buildings burned again. The monastery is operational, friary, with temple celebration on 20<sup>th</sup> July.

**The Prisovo Monastery “St. Panteleimon”** is situated in the village of Prisovo, 5 km to the south of Veliko Tarnovo. It was established in 1870 as a “family” monastery by the married couple Mincho and Drazha Raychevi. After Mincho passed away, the management of the monastery was taken by his wife – the nun Evtimia and their son deacon Roman. The monastery church was built in 1881, and during the following year it was sanctified. After that Roman left for Bucharest and took over the management of the Bulgarian Bishopric there, and the monastery was managed by his mother and his sisters Efrosina, Tatyana, Sofia and Zinovia. The last abbess of the monastery is Ksenya. In the courtyard of the Prisovo Monastery there is an octahedral belfry and a fountain with a carved inscription in one of the rocks from 1910. In front of the monastery there is a stone slab, brought from Nikopolis ad Istrum, which represents an ancient pagan altar, on which today are carried out blessings. The monastery is an operating nunnery. Its temple celebration is on 27<sup>th</sup> July.

**The Merdanski Monastery of “St. 40 Martyrs”** is situated about 14 km south-eastern from Veliko Tarnovo, in the western part of the village of Merdanya. It was built in XIII century. It represents a complex

of church, residential and farm buildings. The church was built in 1876 with the help of hadji Kesriy Horozov from Elena, who became an abbot of the monastery. According to the legend the monastery was established on the place, where the tarnovo patriarch Yoanikiy II welcomed officially Tsar Ivan Asen II after his victory at Klokotnitsa, which took place on the day of the feast of St. 40 Martyrs Sevastiyski. The monastery is an operating nunnery. Its temple feast is on 9<sup>th</sup> March. The development of religious tourism in the region of Veliko Tarnovo is also connected with the visiting of the numerous churches.

**The Church of “The Nativity of Christ”** in Arbanasi today is the oldest, the most interesting and largest by floorage. It was built probably in XV century. In its oldest appearance it was small with one room and outer apse. In the first half of XVII century it was expanded to the west with an independent female section and indoor narthex. To the north it has an open arcade, ending to the east with the chapel “John the Baptist”. In 1632 the northern side of the arcade was filled in and adapted for a dining loft. All the interior space of the church is painted by unknown Bulgarian icon-painters. In the paintings there are three fresco layers. The oldest paintings are from XV-XVI century. A preserved part of them is the composition “Judgment Day”. Parts of this oldest artistic layer were found also on the walls of the nave and the altar of the male section. The narthex, the dining loft and the chapel were completely painted in 1632-1649. The last mural painting in the female section is from the second half of XVII century. The church “Nativity” was built, expanded and decorated with the resources of the rich traders from Arbanasi. On different parts of the mural paintings can be seen the names of the contributors. The paintings in the dining loft and the female compartment of the chapel represent a detailed calendar with scenes and saints by days and months. Near the entrance of the chapel, in the left is represented “The Wheel of Life”. The mural paintings in the nave of the chapel represent the life and suffering of John the Baptist. The iconostasis there is made by tryavna masters woodcarvers.

**The Church of “St. Archangels Michael and Gabriel”** is situated in the south-eastern part of the village of Arbanasi and is built on the foundations of an old medieval church. Three building stages can be distinguished in its construction – the middle of XVI century (its eastern part and the present nave), 1760 (the narthex from the west), and the end of XVIII century (the gallery from the north). In the decoration of the walls outside with shallow arched niches is sought the connection with the building traditions of the Second Bulgarian State (tarnovo churches). In its eastern part the gallery ends with the chapel “St. Paraskeva”. The mural paintings are exceptionally interesting. They reveal the connections with the traditions of the Tarnovo School of Painting and the common trends in painting from XVII-XVIII century. The remains from the earliest fresco layer are preserved on the northern wall of the altar apse. The second painting from the middle of XVII century (the altar and the nave) was probably made by two icon-painters. The main master painter made all the figured scenes in the nave, the images on the zenith of the arch and the transverse arches, and all the pictures in the altar. The mural paintings impress with their grandeur and confident line. Some scenes are made by the other icon-painter according to preliminarily made by the master linear drawings (the scene “St. Elijah the Prophet in front of the Cave” on the

southern wall). The paintings on the arch and the walls of the narthex were made in 1760 by the masters Mihail from Thessaloniki and Georgi from Bucharest, according to the inscription above the northern door. The gallery and the chapel “St. Paraskeva” were not painted. The new iconostasis in the church from 1813 is preserved. It was made by woodcarvers from the Tryavna School. It burned and was restored in its right part in 1834. The icons on it are from XVII-XVIII century.

**The Church of “St. Athanasius”** is the smallest by size Arbanasi church. It was built during the second half of XVII century in the north-eastern part of the village. In its southern part was built the chapel “St. Haralambi”. The whole church is painted. Several artistic layers from XVII and XVIII century have been discovered. The paintings of the narthex, the nave and the altar are from 1667. The chapel was painted by schoolmaster Tsonyu and Nedyu in 1726, evidence of which is an inscription on its southern wall. Interesting compositions are “Judgment Day” with untraditional arrangements of the scenes and the rare “Trinity of the Old Testament”. In the churchyard there are many tombstones with inscriptions in Greek from XVII and XVIII century.

**The Church of “St. George”** was built in the second half of XVII century – the year 1661 is in an inscription on the altar and on the upper threshold of the stone frame of one of the northern windows. The paintings in the nave of the church were made in 1710 by schoolmaster Hristo and Stoyo. There is an interesting iconostasis in the church, parts of which are from XVI century.

**The Church of “St. Dimitrius”** is one of the oldest churches on Arbanasi. It is situated in the old center of the settlement, near the church of “Saints Archangels”. After the Liberation until the earthquake in 1913 it was central parish church. It was painted in 1612 and 1794. On the eastern wall high above the apse of the church is represented the rare scene – “The Tree of Jesse”. In the chapel “St. George” are preserved fragments of older paintings, which experts refer to XIII-XIV century. The church iconostasis is with gold-plated carving. In the northern part of the churchyard there are stone-carved tombstones and inscriptions in Greek from XVII-XVIII century.

### 3. Final Considerations

The contemporary “exploitation” of religious heritage presumes adaptation to the social and spiritual interests of society and to undertaking actions aiming “exploitation” of the historical facts. They are connected with the development of a long-term program, based on several principles:

1. Sustainable development
2. Effective advertising
3. Overall quality
4. Economic return

Tourism can secure the commercialization of natural and cultural heritage and can create not only means of living and income, but also new sources of money.



There are conditions for creation of a product, exploited as religious one, within the region of Veliko Tarnovo. Its manifestation is connected with activities in the following directions:

- Attracting of a team of specialists in branding, that will impose the brand on the tourist market.
- Making up of an expert team for preparation of professional analysis of the market segments, determination of target groups, towards which should be directed the specific advertising campaigns (targeting of the market).
- Developing of advertising strategy for inclusion of the product in the national advertising strategy for development of religious tourism. Regarding this, special attention should be paid to new technologies such as the Internet, e-mails, and modern means of transportation.

In the development of this specific tourist product should participate PR specialists. With their help should be marked measures for improvement of the infrastructure in the district of Veliko Tarnovo. Of special importance is the reconstruction and building of good and convenient roads, which should facilitate the access to the objects, as well as the maintaining of communications, in order the requirements of fastidious clients to be satisfied. All other elements of the infrastructure should not be underestimated too.

As far as religious tourism is a specific activity, there is urgent need of training of highly qualified specialists for it. On the territory of Veliko Tarnovo exists a university with specialties in the sphere of theology and cultural tourism, as well as professional secondary school in tourism. In educational plans should be taken into consideration the studying of this specific subject. The training of specialists with higher education is a concern of higher schools on the territory of the region and near it.

Special attention should be paid to the exploration of internal and external markets. Here could be used the existing researches, especially those, made on the territory of states traditionally orthodoxal like Russia, Ukraine, Belarus, Greece.

Orthodoxal diasporas on the territory of USA, Canada and the European countries should not be neglected.

It is necessary to be established contacts with the organizations of orthodoxal communities, and the possibilities for pilgrimage tourism to be popularized among them. The focus should be on the large Bulgarian communities around the world. It is necessary specialized tour operators to be prepared, who will include opportunities for pilgrim tourism in their offer lists.

- Another possibility is the increased presence of the sacred Tarnovo places in the Internet.
- Strong believers and believers are the two groups which should be well informed about the existence of places, interesting for them. Brochures, leaflets and other printed materials, publications in specialized issues – all these are activities which should be directed to those two groups of people. And mostly to make direct contacts with their communities. In the same time pilgrims of those two groups could be valuable potential, which will facilitate the

maintenance and restoration of the objects, when this is needed, as far as the last could be part of their obligations as believers.

- Different should be the approach to the so called interested in religion. Except information about the sacred places, they should get information about the opportunities that are provided in the region for travelling and rest. To this and to the other group – those who are not interested in religion, should be directed the work of the activities going along with tourism.
- Pupils and students as a group require special attention. They could be offered destinations with informative character, excursions in monasteries, scientific expeditions and training for the future specialists.

The realization of the offered activities will turn religious tourism into priority for the region. Thus its role in the process of building of nationally responsible personalities will make sense of its existence.

#### **4 - Bibliography**

Dublin Diocesan Jubilee Committee (1999). *A pilgrim's handbook*. Dublin: Columba press, pg. 14.

Dimitrov, I. (1998). Poklonenie i poklonnichestvo. Istoriko-ekzegeticheski pogled. *Duhovna kultura*, № 5, 19-20.

Dimitrov, I. Hristiyanskoto poklonnichestvo - teoria i praktika. [Online]: Access on [http://www.pravoslavieto.com/poklonnichestvo/teoria\\_praktika.htm](http://www.pravoslavieto.com/poklonnichestvo/teoria_praktika.htm) [Visited on 22 December, 2016]

National Strategy for Regional Development of the Republic of Bulgaria for the Period 2005-2015. Sofia, 2005.

Prashkov, L., Bakalova, E., Boyadzhiev, S. (1992). *Manastirite v Bulgaria*. Sofia: Spektar.

Pulieva, D. (2003). A Lecture from the conference "Bulgaria and the Orthodoxy", NDK, 13-14 May.

Sivkov, A. (2001). *Manastirite v Bulgaria. Turisticheski marshruti*. Varna.

State Tourism Agency: Strategy for Development of Bulgarian Tourism for the Period 2006-2009. Sofia, 2006.

Strategy for Sustainable Development of the District of Veliko Tarnovo. [Online]: Access on [http://www.vt.government.bg/7/bg/strategija\\_obl\\_VT.doc](http://www.vt.government.bg/7/bg/strategija_obl_VT.doc) [Visited on 20 December, 2016]

## CULTURAL AND HISTORICAL HERITAGE OF OHRID AS A TOURIST RESOURCE

**Slavi DIMITROV**

University of Veliko Tarnovo

[slavi\\_omurtag@abv.bg](mailto:slavi_omurtag@abv.bg)

**Tatyana DIMITROVA**

University of Veliko Tarnovo

[tatiana\\_mitkova@abv.bg](mailto:tatiana_mitkova@abv.bg)

### Abstract

Macedonia appeared on the map of Europe after the collapse of the former Yugoslavia in 1991. Its official name is the Former Yugoslav Republic of Macedonia. Macedonia has a particularly favorable tourist-geographical position. It positively influences tourism resources. Tourism-resource potential of Macedonia in composition, wealth and attractiveness has a large variety. The attractiveness of tourism resources is one of the most important elements in the formation and development of tourism activities. Many tourists visiting lakes, spas, mountain resorts. Moreover, there are conditions for pilgrimage tourism - numerous monasteries, rural tourism, hunting, fishing and so on.

Cultural and historical monuments in their multitude, value and variety are important contributors to the development of cognitive tourism. Total Macedonia has over 700 sites.

Extremely great cultural and historical heritage of the city of Ohrid. The city is rich in picturesque houses and monuments, and tourism is predominant. It is located southwest of Skopje, west of Resen and Bitola. In 1979 and in 1980, Ohrid and Lake Ohrid were accepted as Cultural and Natural World Heritage Sites by UNESCO. In fact, Ohrid is one of only 28 sites that are part of UNESCO's World Heritage that are both Cultural and Natural sites.

**Keywords:** Tourism, UNESCO, fortresses, monasteries, churches, National Park.

### Resumo

Macedónia apareceu no mapa da Europa após o colapso da ex-Jugoslávia, em 1991. A sua designação oficial decorre da antiga República Jugoslava da Macedónia. Macedónia tem uma posição turístico-geográfica particularmente favorável o que influencia positivamente os recursos turísticos. Com um elevado potencial turístico, pois multiplicam-se os recursos, desde os ambientais e paisagísticos, aos culturais, económicos, gastronómicos, etc. Assim se justifica a atratividade dos recursos turísticos, um dos elementos mais importantes na formação e desenvolvimento da atividade turística. Muitos turistas visitam lagos, spas e *resorts* de montanha.

Além disso, há condições para o turismo de peregrinação - numerosos mosteiros, turismo rural, caça e pesca. Efetivamente multiplicam-se os monumentos históricos e culturais, cujo valor e variedade constituem importantes contributos para o desenvolvimento do turismo. A Macedónia tem mais de 700 sítios reconhecidos pela UNESCO. Um caso em análise onde deparamos com um enorme património cultural e histórico, é o existente na cidade de Ohrid. A cidade é rica em casas pitorescas e monumentos, o que justifica o impacto do turismo. Está localizada a sudoeste de Skopje e a oeste de Resen e Bitola. Em 1979 e em 1980, Ohrid e o Lago Ohrid foram certificados como Património Cultural e Natural Mundial pela UNESCO. Na verdade, Ohrid é um dos 28 sítios que fazem parte do Património Mundial da UNESCO, sendo ambos sítios culturais e naturais.

**Palavras-chave:** Turismo, UNESCO, fortalezas, mosteiros, igrejas, Parque Nacional.

## 1- Introduction

Macedonia, officially the Republic of Macedonia is a country in the Balkan Peninsula in Southeast Europe. It is one of the successor states of the former Yugoslavia, from which it declared independence in 1991. It became a member of the United National in 1993, but, as a result of an ongoing dispute with Greece over the use of the name Macedonia, was admitted under the provisional description the former Yugoslav Republic of Macedonia (abbreviated as FYROM), a term that is also used by international organizations such as the European Union, the Council of Europe and NATO.

A landlocked country, the Republic of Macedonia is bordered by Kosovo to the northwest, Serbia to the north, Bulgaria to the east, Greece to the south, and Albania to the west. It constitutes approximately the northwestern third of the larger geographical region of Macedonia, which also comprises the neighboring parts of northern Greece and smaller portions of southwestern Bulgaria and southeastern Albania. The country's capital is Skopje, with 506,926 inhabitants according to the 2015 census. Other cities include Bitola, Kumanovo, Prilep, Tetovo, Ohrid, Veles, Štip, Kočani, Gostivar, Kavadarci, and Strumica (Doikov, 1999).

Tourism in the Republic of Macedonia is a large factor of the nation's economy. Macedonia's large abundance of natural and cultural attractions make it suitable for tourism.

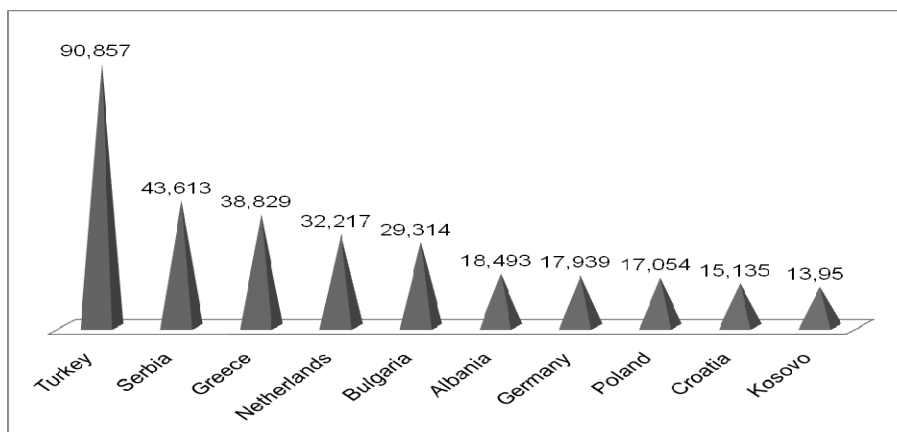
Tourism-resource potential of Macedonia in composition, wealth and attractiveness has a large variety. The attractiveness of tourism resources is one of the most important elements in the formation and development of tourism activities. Many tourists visiting lakes, spas, mountain resorts. Moreover, there are conditions for pilgrimage tourism - numerous monasteries, rural tourism, hunting, fishing and so on.

Cultural and historical monuments in their multitude, value and variety are important contributors to the development of cognitive tourism. Total Macedonia has over 700 sites (Doikov, 2008).

In 2015, Macedonia received 735,650 tourist arrivals. Among foreign tourists in 2015, the most common country of origin was Turkey with 90,857 arrivals, followed by Serbia with 43,613 and Greece with 38,829 (Figure 1). The most common non-Balkan country of origin was the Netherlands with over 32,217 tourist arrivals (Tourism in the Republic of Macedonia, 2016).

Bulgarian side is interested in expansion of business contacts between tour operators from both countries to increase tourist flow between Macedonia and Bulgaria.

In 2015, 473,548 Macedonian tourists visited Bulgaria (indicator registered a growth of 16% compared to 2014 - 6th place). Bulgarian citizens that visited Macedonia in 2015 were 316,094 (a decrease of 3.3% compared to 2014 - the fourth highest number of visits) (Table 1).



Source: Tourism in the Republic of Macedonia, 2011-2015. Skopje, 2016.

Figure 1- Foreign tourists arriving to the Republic of Macedonia in 2015.

Table 1- Tourist exchange between Bulgaria and Macedonia

Year	Macedonian tourists in Bulgaria	Change from previous year, %	Bulgarian tourists in Macedonia	Change from previous year, %
2006	548 691	-5.58	267 889	14.67
2007	157 017	-71.38	329 425	22.97
2008	216 064	37.61	346 384	5.15
2009	204 838	-5.20	324 993	-6.18
2010	309 906	51.29	293 467	-9.70
2011	382 826	23.53	305 536	4.11
2012	388 604	1.5	337 079	16.7
2013	397 309	2.2	315 604	-6.4
2014	408 221	2.74	327 033	3.62
2015	473 548	16	316 094	-3.3

Source: Ministry of Tourism, Sofia, 2016.

Lifting the visa regime for Macedonian citizens by December 19, 2009 allows the Bulgarian resorts to strengthen their positions among Macedonian tourists.

To strengthen the tourist exchange between Bulgaria and Macedonia contribute the overall history, common heritage and a common language. It must be remembered that Ohrid is the capital of the Bulgarian state at the end of X, early XI century, while Macedonia is the cradle of Bulgarian Renaissance in XVII-XVIII centuries.

In 2015, the largest percentage of domestic tourists was registered in the Southwest Region (41.34%), while the smallest percentage was in the Northeast Region (0.62%) (Figure 2). On the other

hand, the Skopje Region had the most foreign tourists (42.05%), while the smallest percentage was in the Northeast Region (1.25%) (Regions of the Republic of Macedonia, 2016).

Most rich in tourism resources is the Southwestern Region. There are wonderful town of Ohrid and Lake Ohrid (Regions of the Republic of Macedonia, 2016).

**Ohrid** is a city in the Republic of Macedonia and the seat of Ohrid Municipality. It is the largest city on Lake Ohrid and the eighth-largest city in the country with over 42,000 inhabitants as of 2015 (Statistical Yearbook, 2015). Ohrid is notable for once having had 365 churches, one for each day of the year, and has been referred to as a "Jerusalem (of the Balkans)". The city is rich in picturesque houses and monuments, and tourism is predominant. It is located southwest of Skopje, west of Resen and Bitola. In 1979 and in 1980, Ohrid and Lake Ohrid were accepted as Cultural and Natural World Heritage Sites by UNESCO. In fact, Ohrid is one of only 28 sites that are part of UNESCO's World Heritage that are both Cultural and Natural sites.



Source: Regions of the Republic of Macedonia, 2016.  
Figure 2 - Tourist regions in Republic of Macedonia.

## 2.1. Lake Ohrid

Ohrid Lake came about three million years ago according to the latest scientific researches. It was formed in remote geological ages as a result of tectonic shifts. There are only a few lakes in the world today whose antiquity can be compared with that of Lake Ohrid. It is possible that only Tanganyika in Africa and Titicaca in South America came into being in the same geological period. The nature of Lake Ohrid's formation is also of interest. It came about as a result of the vertical sinking of the land. Only a relatively small number of lakes have been formed in this fashion. Lake Baikal in Siberia in Russia, the

deepest lake, which is several hundred times larger than Lake Ohrid, was formed in this way. The waters of the two lakes are inhabited by similar flora and fauna. Lake Ohrid lies in a basin surrounded at all sides by mountains with peaks of over 2,000 metres. To the east there are Mount Petrino and Mount Galihcica with the Magaro peak (2 275 m) which separates the Ohrid basin from that of Prespa. To the south Mokra and to the west Jablanica mountain (Figure 3). Lake Ohrid covers an area of 358 square kilometers. Two thirds of its surface area belong to the republic of Macedonia and one third to Albania. The Lake is 30 km long, and its width varies from a maximum of 15 km, to an average of 11 km. Lake Ohrid has been found to be deepest 286 m about 5 km from the shore, in the section between the fishing villages of Pestani and Trejca. Its average depth is 151 m. The rare clarity of the water in Lake Ohrid, whose transparency may reach down to depth of 22 meters, is due to numerous underwater springs all along the south and the east shores. Much of this water comes from Lake Prespa, which lies at a greater altitude and is also the outcome of a tectonic shift (Stoimilov, 1995).



Source: <https://mk.wikipedia.org/>

Figure 3 - Lake Ohrid.

## 2.2 The National Park Galichica

The National Park Galichica offers numerous recreational and tourist attractions for the visitors. For those who want to recreate and enjoy in its exceptional natural beauty, we suggest using the marked pedestrian, bicycle and hiking trails. As a visitor, if you are Ohrid and somewhere near the petrol pump in the area named “Biljanini Izvori” (Biljana’s Springs) you can walk to the village of Velestovo. If you are in good shape, you can go on further the locality named “Krstetc”, from where you can enjoy the stretches a beautiful view of the large stony area called “Jaffa” (area which is popularly known in our country as “Karstni Polina – Jaffa”) and the huge part form the massif of the mountain. To climb one of the highest

peaks on Galichica – “Magaro” you should follow the trail that starts near the place called “Baba”, on the regional road Ohrid - Trpejca - Customs - Resen. Additionally, besides the exceptional natural views along the trail you will have the opportunity to see the two round flows of water called “Cirkovi” – geomorphological phenomena that witness the last ice age on our planet. Also, on this part of the mountain you can walk through the natural pastures that are extremely opulent with endemic flora, fauna and animal species, some of which can be found nowhere else. In suitable weather circumstance, beautiful views across the lakes and neighboring mountains can be seen from the Galichica peaks, especially from Magaro from where visitors can enjoy panoramic view of both Ohrid and Prespa lakes – such as palm.

The unique beauty and the diversity of the “Mount Galichica” – landscape, are a result of the huge alpine grasslands that occurred due to human impact. If you have your own transport, bicycle or car, disconnect from the regional road Ohrid - Trpejca - Customs – Resen and following the asphalt road to the north head for to the locality named “Dva Javori”. From this point there is another large stony area named “Suvo Pole”. After that you will arrive to the mountain house in the trail divides into two separate paths, one going to the top “God” and the other to the cave “Samatska Dupka”. Entering the cave is possible only with a park guide with previous appointment. On the other hand, if you decide for climbing to the top “God” you will have the opportunity to enjoy the beautiful view of the two lakes, lakes of Ohrid and Prespa (Figure. 4).



Source: <https://mk.wikipedia.org/>

Figure 4 - The National Park Galichica

Very often, many of the visitors decide to make a one-day trip to the area “Korita” which is located along the regional road Ohrid – Trpejca – Customs – Resen, on the western slopes of the mountain above the village Trpejca. To this area can also arrive on foot following the footpath marked from the village of Peshtani (Stoimilov, 1995).



### **2.3 -Antique theatre**

Half the way to them on the left is the Antique Theatre that tells of the rich cultural life in ancient and Roman times. It is situated below Samuels' Fortress and close to the Upper Gate on the eastern slope of the hill of Ohrid, from which an unforgettable view of the lake and the surrounding mountains can be obtained. The Classical Theatre was built about 2000 years ago, either in the Late Hellenistic period or shortly after the Roman conquest. The first recorder mentions of the existence of the beginning of the XXth centuries. Its first purpose was a scene and space for the spectators of theatre performances but in the IV century later the citizen Markus Aurelius had rearranged it and made it an area for gladiators fights with animals and that is why he transformed the first rows into cages. He made that in honour of the visit of the Emperor Septimus Severus (193-211).

The hypothesis of its existence are first dating back in time with centuries ago but the first diggings started in XX century and is fully reconstructed in the beginning of this century. Many famous musicales, theatre plays and concerts are held here. The first show was "Martolozot: (the Sirdar)" within the Ohrid Summer Festival in 1993 according to the text of Ohrid's Homerus, Grigor Prlichev (1829-1893) (Shukarova, 2008).

### **2.4- Samuel's fortress**

The road leads to the highest part of town – the Tzar Samuel' Fortress. By the monumental appearance of the Samuel's Fortress in Ohrid, you can easily imagine the splendour of the magnificent temples in Prespa and Ohrid during the period of the Samuel' Empire (916-1018). This fortress is mentioned early in 290 BC but it has today's form during the reign of Tzar Samuel. In the last millennium it was destroyed a couple of times, but also rebuilt and repaired. The fortress is placed around 100 meters above the sea level and it offers a stunning view on the town and the lake. The Samuel's Fortress is the trademark of the town Ohrid and it is incorporated in its coat of arms. The castle is just one part of one fortified area 3 km long and circles the Old Towns centre – Varosh (Figure 5).

The fortification has 18 towers and 5 gates - Iron gate, East gate, Upper gate, Chelna Gate and Down Gate. Some of them are in function even today. The Citadel known as Samuel's Castle is positioned on the highest top around 100 meters above the lake. The walls are very high (20 meters) and are nice to walk around with magnificent view on the town, the lake and the surrounding mountains. There you can find telescopes that allow the visitors a better look. The archaeological data tells that the oldest walls of the fortification are from the period of the king Philip II of Macedonia and the together with the town Lihnid was mentioned for the first time in 209 BC by the antique historian Livie. Today's form and style are probably made in the IV century a. d.



Source: <https://mk.wikipedia.org/>

Figure 5 - Samuel's fortress.

The citadel god today's from at the end of X century and the beginning of the XI century when it became the capital during the reign of Bulgarian Tzar Samuel (Ivanov, 1931). For many years it was invincible but the time has taken its toll. In the beginning of XIX century the Ohrid ruler Djeladin Beg transformed the citadel in his summer house and harem known as Gorni Saray. But after a while the Saray was robbed, partially destroyed and abandoned. The newest archeological discoveries tell of a non-stop life in this area from VI century BC till these days.

## 2.5 - Monastery of St. Pantelimon-Plaosnik



Source: own photos

Figure 6 - Monastery of St. Pantelimon-Plaosnik.

Passing through this fascinating way we come around thick pinetrees wood to the place named Plaosnik (Figure. 6). It is here that St. Kliment Ohridski built the Monastery of St. Pantelimon -the first university of Slavic education and culture. There you can see the tomb of the saint that he built for himself before his death 916. Plaosnik witnesses the 3 millenium life of this land. During the Ottoman rule there is one Muslim memorial Turbe of Sinan Celebi from 1439. This area represents a real archeological sight and open-air museum full with different remains from various periods and early civilizations that used to inhabit Ohrid (Ivanov, 1931).

## 2.6 - The church St. John - Kaneo

The paths further on lead to the lake shores and the fishermen settlement of Kaneo. High above the lake is erected one of the most famous churches by its location and looks, dedicated to St. John. The church was built in XIII century (Figure 7). Standing alone on a cliff above the lake the location of this church is beyond perfect. It affords magnificent views of the lake, it fills your soul with peace and quiet so there is no wonder that the locals have chosen this place to worship the Lord because this is one and only place if you want to share your thoughts with God (Stoimilov, 1995).



Source: <https://mk.wikipedia.org/>

Figure 7 - The church St. John – Kaneo.

Just down under the church lies the fishing settlement of Kaneo and the favorite town's beaches. In the past a fishing settlement, but today with its apartments, food, drinks, boats, it offers everything one tourist can just imagine.

Here you can hire a boat for a tour of the lake or you might simply stroll through the town Square St. Kliment to Old Bazaar full with small shope.

## 2.7 - Cathedral church of St. Sophia

At the end street our view is attracted by the Cathedral Church of St. Sophia, memorable because of its architecture and frescoes from the XIth century (Figure 8). It is dedicated to Christ, the Wisdom of God. It is one of the largest and certainly the most important churches in the region. Raised on the foundation of an old Christian building, during the reign of Tsar Samuil (976-1014) it was the seat of Ohrid Patriarchate. Later it became cathedral church of the Ohrid Archbishopric, whose ecclesiastical authority in the centuries that followed covered the territories north of the Dunabe, to the Albanian coast to the west and Gulf of Thessaloniki to the east (Ivanov, 1931).



Source: <https://mk.wikipedia.org/>

Figure 8 - Cathedral church of St. Sophia.

Today lots of concerto of famous artists are held inside as its acoustics is extraordinary. The 2 hills are divided by Street Ilindenska that leads to the Gallery of Icons and church dedicated to Mother of God Perivleptos.

## 2.8 - Urban architecture

Urban planners say the Ohrid house is made to fit nature and natural, and it can be felt sprouting from the soil, from the tock, the hill, the heights. And this same house in its external appearance, by its internal structure and organization, by its ornamental decoration is done fit man.

Particularly enchanting but rare are the preserved houses from past centuries for their beauty not only outside but also for the internal organization of floors, rooms, balconies and stairs. The magnificent residential edifices of the Robe family (Figure 9), Kacko, Bodle families, Uramoja, Uzun, Savin, of Krapche, remind of little palaces up to these days.



Source: own photos  
Figure 9 - The Robe family.

They were built in the XIXth century and witness the economic power of the Ohrid people and the cultural tradition regardless of the political oppression under the Turkish Empire (Doikov, 1999).

Despite the fact that the internal layout of each house is different, they are built on the ground floor with rough stone and the upper part with mortar and horizontal wooden beams. The floors are made of wood and structure with many windows facing the lake, wide porches and verandas. All rooms have fireplaces with external chimneys. The streets are narrow and steep, paved with stone. The beauty of the Ohrid houses is not only in the bold design and facades, but also in the details – beautiful bars. Arches, eaves made of wood, window layout and consoles. White in the house of the Orient people were kneeling, sitting on the floor or lying, in the Ohrid house people were standing or sitting on chairs. The large loggia and other departments for representative acceptances had high east – minsofas instead of minderlaks. Besides the minsofas there were positioned small, movable tables for serving white the middle remained empty. The working position is further reflected in the living premises. In the interior the oriental arabesque is replaced with domestic wood carve. The ceilings, closets and doors, carpets and other textile ornament is indigenous – Macedonian.

## 2.9 - Balkan Festival

Within the history of cultural development of Ohrid and Macedonia, the cultural event Balkan Festival of folk songs and dances contributes to a great extent. It is held every year from 5<sup>th</sup> to 10<sup>th</sup> of July.

The festival was first held on July 20<sup>th</sup> – August 15<sup>th</sup>, 1962 then named “Balkan Festival of folk songs and dances”. Due to its conception and accomplishment it is highly appreciated and respected through the world. On this basis in 1977 and 1979 it became a member of the UNESCO Associations CIOFF (The International Council of Organizations of Folklore Festivals and Folk Art) and IOF.

So far, more than 50.000 independent artists from Australia, Austria, Albania, England, Argentina, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Belgium, Germany, Greece, Egypt, India, Italy, Canada, Cyprus, Columbia, Leetonia, Moldavia, Nigeria, Norway, Portugal, Romania, the USA, Slovenia, Serbia, Turkey, Hungary, Finland, France, Netherlands, Croatia, Check Republic, Slovakia, Sweden, Spain and Macedonia have taken part in it (Ohrid. Macedonia. City guide, 2014).

## 2.10 - St. Naum of Ohrid

Built on a cliff, on the south part of Ohrid Lake, in a landscape with a rare natural beauty, there is a monastery dedicated to St. Naum (fig. 10). This monastery complex has an enormous importance for the cultural history of Ohrid and Macedonia, as well as for the whole region which was under jurisdiction of the Ohrid Archbishopric.



Source: <https://mk.wikipedia.org/>  
Figure 10 - St. Naum of Ohrid.

It is well known that St. Naum, the student of the Holy teachers Cyril and Methodius, was a teacher from 893, and in 900 he built a church dedicated to the Holy Archangels Michael and Gavri. He was buried there as a Head of the monastery in 910.

The archeologists found out that this church had the same construction as the one that St. Kliment had dedicated to St. Pantheleimon. Later it was rebuilt, then destroyed and it got its today' look probably in XVI and XVII century taking into consideration that it was built in many phases.

From the period of St. Naum there are preserved fragments of lives of saints frescoes, several epigraphs with Glagolic and Cyrillic letters which are one of the oldest epigraphic monuments in Macedonia.

The frescoes on the walls of the church were painted in 1800 and 1806 but without any special skill. However they are witnesses of the high theological culture of the painter Trpo from Korcha.

The iconostasis, dated from 1711, is of a precious value and the shallow carving is gold – plated. The old guest house with rooms and the enclosed porches, named after the donors from Ohrid, as well as the surrounding premises, the school and chapter house, were destroyed by fire in 1875. Most of the treasury was looted during the wars.

The monastery complex today is a cult place for many visitors from different countries and different religions who believe in the healing power of this Miracle Maker (Doikov, 2008).

### **3. Conclusion**

Tourism in Macedonia will develop and guarantee for this is that there is a priority among the economic activities of the country. With its rich cultural and natural heritage Ohrid and its surrounding areas will continue to be among the leading tourist destinations. The close historical, linguistic, cultural and economic ties between Macedonia and Bulgaria also contribute to strengthening the tourist exchange, both at this stage and in the future.

### **4. References**

Doikov, V. (1999). Republic of Macedonia, Publishing „Parnas”. Russe.

Doikov, V., S. Dimitrov. (2008). Republic of Macedonia, Publishing „Kovachev”, Silistra.

Ivanov, Yor., (1931). Bulgarian antiquities in Macedonia, Bulgarian Literary Society, Sofia.

Makedonija st pieces. General and regional statistics (2015). State Statistical Office, Skopje.

Ministry of Tourism (2016), Statistical data, Sofia.

Ohrid. Macedonia. City guide. Ohrid, 2014.

Statistical Yearbook of the Republic of Macedonia (2015). State Statistical Office, Skopje.

Stoimilov, Al. (1995). Geography of the republic of Macedonia. Publishing „Education”, Skopje.

Regions of the Republic of Macedonia (2016). State Statistical Office, Skopje.

Shukarova, A., M. Panov, D. Georgiev, K. Bitovski, I. Katardžiev, V. Stojchev, N. Veljanovski, T. Chepreganov, (2008). Todor Chepreganov, ed., *History the Macedonian People*, Skopje: Institute of National History.

Tourism in the Republic of Macedonia, 2011-2015. (2016). State Statistical Office, Skopje.



## SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO PATRIMÓNIO VINÍCOLA DE ALIJÓ – A QUINTA DO NOVAL

**António de Barros CARDOSO**  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
abarros cardoso@sapo.pt

### Resumo

Neste artigo procuramos demonstrar a antiguidade de uma importante propriedade que integra património de ontem e de hoje. A História da Quinta do Noval, em terras de Alijó, faz-nos regressar à génese de uma das mais antigas regiões vitícolas do mundo e a uma unidade de produção vinícola, depositária da tradição de bem fazer Vinho do Porto.

**Palavras chave:** Vinho do Porto, quintas, Alijó

### Abstract

In this article we try to demonstrate the antiquity of an important property that integrates heritage of yesterday and today. The History of Quintas do Noval, in the lands of Alijó, makes us return to the genesis of one of the oldest wine-growing regions in the world and to a wine production unit, which is the depository of the well-known Port wine tradition.

**Key words:** Port wine, farms, Alijó

## 1. Introdução

Alijó, terra de vinho, encerra patrimónios vitivinícolas com uma longevidade que aqui procuraremos assinalar. De facto, algumas das quintas consideradas históricas, no contexto das que pontuam a atual Região Demarcada do Douro, situam-se neste concelho. Os testemunhos materiais ou arqueológicos já publicados, bem como a documentação à guarda dos arquivos nacionais e regionais, falam-nos abundantemente destas terras como de qualidade para a produção vinícola, embora os cereais, o azeite, a par das frutas, com destaque para os citrinos, nos façam compreender que o clima local se aproxima do clima mediterrânico que muito favorece tais produções.

A constituição dos solos também ajudou à especialização de algumas propriedades na produção vinícola, que acabaram por granjear fama às terras de Alijó, no contexto da Região Duriense. Mas no polimorfismo que o concelho apresenta, conduziu a que, nas partes mais altas, a criação de gado e a produção cerealífera se assumissem como mais abundantes. Tal riqueza manifesta-se ainda hoje no conhecido pão que quotidianamente se fabrica na aldeia histórica de Favaios. Aqui, também se povoaram largas extensões de terra com bachelos da casta Moscatel, originando o único vinho monocasta tradicional do Douro.

Nas terras de Alijó de forte pendência e voltadas ao rio Douro, o panorama mudou através da crescente especialização na produção de vinhos do Porto, que requer múltiplas castas, herança do variado património genético vitícola do Douro. Aí também se encontram por isso propriedades cuja antiguidade aqui nos cabe realçar, como a Quinta do Noval (Figura.1).



Figura 1 – Uma imagem da Quinta do Noval. (Fonte: Sílvia Trilho, 2012)

Esta, a par de outras, merecem aturado estudo enquanto patrimónios de referência, seja pela excelência dos vinhos que sempre produziram e produzem, seja pelos patrimónios materiais que guardam, seja também porque, mais recentemente, têm sido capazes de despertar a admiração dos muitos turistas que visitam estas terras. Estes, quase sempre alheios ao conhecimento da evolução histórica do território, interrogam-se sobre o que levou os homens e as mulheres de Alijó, a teimarem, ao longo dos séculos, no cultivo de áreas tão inóspitas e inacessíveis do vale do Douro. Tentaremos pela via do conhecimento histórico deixar aqui uma resposta.

## 1- Origens do Noval

Esta quinta é um verdadeiro símbolo da beleza das quintas históricas do Douro. Encontra o seu nome, muito provavelmente, na expressão “no vale” usada pelo povo para designar o pequeno vale que dela faz parte integrante. Incorpora contributos de duas das mais importantes presenças na definição do

vinhedo duriense. Em primeiro lugar a marca da romanização do território e depois a influência eclesiástica.

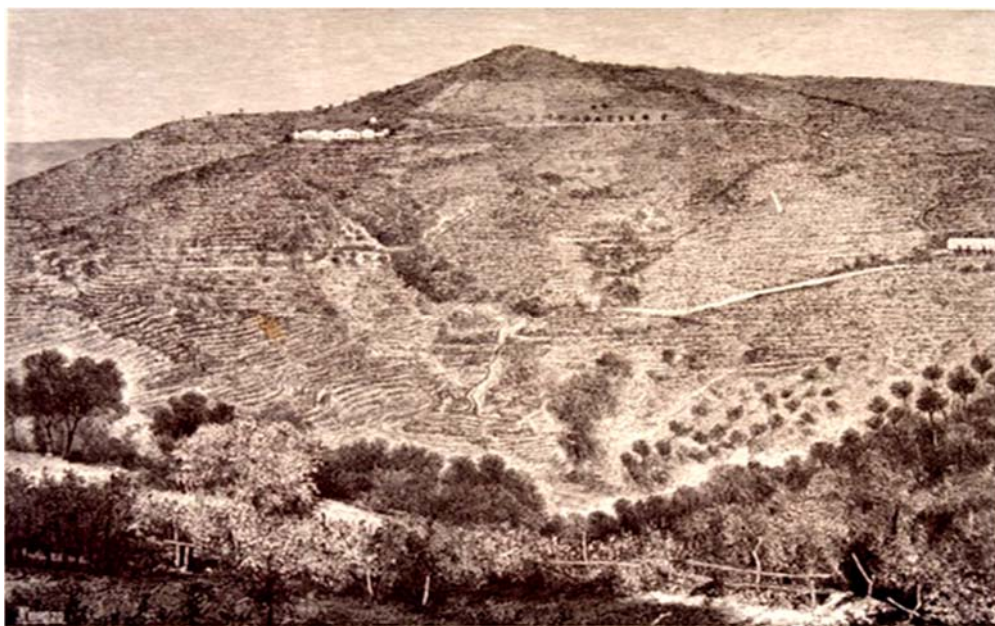


Figura 2 –Vista geral da Quinta do Noval. (Fonte: Vila Maior, V. de (1876). *Douro Illustrado*)

De facto, esta propriedade teve origem num castro romanizado (Figura 2). A encosta por onde se desenvolve esta propriedade até as suas terras tocarem as margens do rio Pinhão, que corre a seus pés, fortemente encaixado, é encimada pelo velho castro de Vilarinho de Cotas. A presença castreja (I<sup>o</sup> milénio a. C.) foi assim a primeira influência no aproveitamento dos terrenos da quinta. Seguiu-se-lhe a presença romana (séc. I – séc. IV).

Já nos alvares do século XVIII a quinta foi alvo da intervenção dos progenitores do padre Francisco Alvares Taveira, que a incorporam nos bens que constituíram o seu património eclesiástico para poder ser admitido pela Sé de Braga como abade de Gouvães do Douro.

De facto, abundam na área da Quinta do Noval as lendas em torno de tesouros e mouras encantadas, transportadas pela palavra do povo, do século XVIII aos inícios do século XX. Nessa altura passaram a ganhar expressão de algum realismo científico com as escavações efetuadas por Ricardo Severo no velho castro<sup>1</sup>. De facto aí foi encontrada uma estrutura arquitetónica a partir da qual se compreendeu a evolução ocupacional diacrónica daquele sítio. No seu interior, foi detetado um pequeno compartimento de paredes retilíneas, lajeado a um nível superior ao do solo firme. Num dos cantos desse compartimento foi achado um *dolium* completo e vazio, tampado pela base de outro *dolium*. A par, a

---

<sup>1</sup> - Severo, R. (1905-1908). *O Castro de Vilarinho de Cotas*, in "Portugália": Porto, pp.263

abertura de valas para o plantio de bacelos, mostrou outros vestígios que não deixaram dúvidas sobre a ocupação romana do lugar: peças de cantaria, a base de uma *columna*<sup>2</sup>, etc..

Quanto à funcionalidade deste compartimento, tudo o que parece indicar, fez parte, senão de uma *Villae*, pelo menos de um *Casa* romano existente no lugar do velho povoado castrejo. Isso parece ser confirmado por uma dupla parede de muralha, de construção sólida, que circunda a estrutura castreja original. O compartimento romano tem cerca de 7 metros de comprimento e é de largura indefinida. Pela presença daqueles elementos de *dolium*, estamos certamente perante uma loja onde se armazenavam cereais e líquidos (vinho). Ladrilhado em xisto, foi descrito como possuindo um rebaixo em forma de rabo de peixe, possivelmente componente de um lagar.<sup>3</sup> Compreende-se por isso a lenda, passada de geração em geração, de que no lugar vivia um romano e que aí fazia vinho.

Se não podemos afiançar a verdade da lenda, pelo menos os achados arqueológicos permitem-nos falar no carácter agrícola e doméstico daquela estrutura, espelhado não só nos *dolium* para armazenamento de vinho, cereais e azeite, mas que se prolonga nas 5 mós manuais, em pedra, e nos pesos de tear e cossoiros, encontrados na revolução das terras da encosta do Noval. Continua nos dois pedaços de mó em granito, também aí encontrados, em 1901.<sup>4</sup> Na realidade, matéria-prima para o fabrico de vestuário não faltava. Eram as lãs dos rebanhos de ovinos que demandavam o planalto de Alijó, em época de transumância, e os linhos cultivados nas lameiras.

No cimo do Noval encontraram-se igualmente vestígios cerâmicos construtivos: *tegulae*, *imbriques* e *tijolos*, elementos que traduzem o uso de tijoleira no pavimento das construções romanas da quinta. Alfinetes, fíbulas, uma placa de cinturão, decorada com um leão, no que parece ser um aplique de vaso de bronze. Foram achadas ainda 93 moedas da época romana, 5 que apresentam cronologia entre o Imperador Augusto e Antonino Pio e 88 datáveis da primeira metade do século IV,<sup>5</sup> que tornam evidente a longa vida do povoamento romano do Noval e não deixam dúvidas de que o território hoje ocupado pela propriedade captou o interesse dos povos colonizadores da Península.

## 1.1 - Uma quinta de produção vinícola desde o século XVII

Longos séculos passaram sobre as primeiras ocupações do Noval até chegarmos à era do “Vinho do Porto”. De facto, a referência documental mais antiga ao vinhedo da quinta remonta a 2 de março de 1715 e consta do processo de habilitação patrimonial de Francisco Álvares Taveira para abade da freguesia de Gouvães, do couto de Provesende, que pertenceu à Igreja de Braga. Nesse documento, Maria Ribeira, mãe do clérigo e viúva de Manuel Taveira, depois de prestar juramento perante os santos

---

<sup>2</sup> - ALMEIDA, Carlos Brochado de – *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó*, in “Douro Estudos & Documentos”, Ano I, 1996, n.º1, Porto GEHVID, p. 266.

<sup>3</sup> - Almeida, C. B. (1996). *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó*, In *Douro Estudos & Documentos*, Ano I, n.º1, Porto GEHVID, p. 266.

<sup>4</sup> - Severo, R. (1905-1908). *O Castro de Vilarinho de Cotas*, In *Portugália*: Porto, pp.

<sup>5</sup> - Idem, *Ibidem*, p. 268.

Evangelhos, disse no dote de património que fazia a seu filho que os bens eram seguros, não estando confiscados nem dados em fianças, nem pagava deles foros. A dotadora declarava que tais bens tinham sido recebidos dos seus pais e avós. Mais acrescentou que sempre os possuiu por si e seu marido, mansa e pacificamente, sem contradição de pessoa alguma. Avaliava-os em mais de quatrocentos mil réis e disse que rendiam muito bem, livres de gastos e culturas, por ano, mais de trinta mil réis<sup>6</sup>.

O dote do padre Francisco Álvares Taveira para ser Abade de Gouvães do Douro foi então constituído pelas seguintes propriedades: Uma casa no lugar de São Cristóvão do Douro de frente da Igreja avaliada em 100\$000 réis e que podia render 9\$000 réis<sup>7</sup>. Metade de um quintal que estava diante daquelas casas, avaliado em 95\$000 réis e que podia render 4\$800 réis<sup>8</sup>. Uma cortinha com quatro oliveiras no lugar do Ervedal avaliada em 43\$000 e que podia render 2\$4000 réis<sup>9</sup>. Uma vinha onde chamam Noval, limites do povo e mais um chão de terra pegado que levava doze alqueires de pão de sementeira, que partia com o Doutor Juiz Pinto de Azevedo e de outra com Francisco João, avaliado em 150\$000 réis e que rendia 12\$000 réis<sup>10</sup>. Um chão de terra lavrada no lugar da Escavada, avaliado em 40\$000 réis e que podia render 2\$000 réis; <sup>11</sup> Totalizaram os bens dotados 478\$000 réis e podiam render 26\$200 réis.<sup>12</sup>

Os restantes bens foram distribuídos pelos seus irmãos Domingos Taveira, casado com Maria Botelha; Catarina Taveira, casada com Bernardo Gonçalves de Casal de Loivos e Maria Ribeira casada com Domingos Pereira de Casal de Loivos; Eram os seguintes: Umas casas telhadas e sobradadas que partiam com a rua pública, avaliadas em 100\$000 réis;<sup>13</sup> Uma casa que servia de lagar que partia com os herdeiros de Cristóvão Pereira e que foi avaliada em 50\$000 réis e rendia 2\$500 réis;<sup>14</sup> Outras casas telhadas e sobradadas onde morava a dotadora, avaliadas em 100\$000 réis e que rendiam 4\$800 réis;<sup>15</sup> Metade de um quintal ao pé das casas que parte de uma banda com Pedro Cabral, avaliado em 80\$000 réis e que podia render 4\$000 réis;<sup>16</sup> Um chão de terra e sumagre e mais árvores que tinha dentro no lugar da *Fraga* que partia com Maria de Carvalho, avaliado em 80\$000 réis e que rendia 4\$000 réis;<sup>17</sup> Uma leira de terra e sumagre no lugar chamado *Pisco* que partia com os herdeiros de João Monteiro, avaliado em 10\$000 réis e que rendia 1\$200 réis;<sup>18</sup> No mesmo limite, da parte de cima, umas vinhas e sumagrais e oliveiras que partiam com Paulo Ribeiro, avaliadas em 150\$000 réis e que rendiam 10\$000

---

<sup>6</sup> UM-Arquivo Distrital de Braga – Fundo Mitra Arquiepiscopal de Braga, Patrimónios Eclesiásticos – Proc.º 8902, fls. 10.

<sup>7</sup> UM-Arquivo Distrital de Braga – Fundo Mitra Arquiepiscopal de Braga, Patrimónios Eclesiásticos – Proc.º 8902, fls. 11

<sup>8</sup> UM-Arquivo Distrital de Braga – Fundo Mitra Arquiepiscopal de Braga, Patrimónios Eclesiásticos – Proc.º 8902, fls.

<sup>9</sup> UM-Arquivo Distrital de Braga – Fundo Mitra Arquiepiscopal de Braga, Patrimónios Eclesiásticos – Proc.º 8902, fls. 11 v.

<sup>10</sup> UM-Arquivo Distrital de Braga – Fundo Mitra Arquiepiscopal de Braga, Patrimónios Eclesiásticos – Proc.º 8902, fls. 11 v.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>12</sup> Idem, fls. 12.

<sup>13</sup> Idem, fls. 12 V.

<sup>14</sup> Idem, fls. 12 v.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Idem.

réis;<sup>19</sup> Um chão de terra e sumagreira e olival no lugar que chamam *Fonte Longa*, que partia com Margarida, avaliada em 100\$000 réis e que rendia 6\$000 réis;<sup>20</sup> Um chão de terra com vinte oliveiras no lugar do *Vale Medroso* que parte com a estrada que vai para a *Barca*, avaliado em 80\$000 réis e que rendia 4\$000 réis;<sup>21</sup> Outra leira de terra onde chamam as Liras que parte com a estrada que vai para a *Barca*, avaliada em 4\$000 réis e que rende 300 réis;<sup>22</sup> Um chão de terra com uma moagem onde chamam o *Ribeiro do Fontão*, avaliado em 6\$000 réis e que rende 500 réis;<sup>23</sup> Uma leira de terra onde chamam a Casa Nova que parte com o padre António Teixeira, avaliada em 10\$000 réis e que rendia 800 réis;<sup>24</sup> Uma tapada de olival e outra no limite deste lugar situada à *Fonte dos Lameiros*, avaliada em 50\$000 réis e que rendia 4\$000 réis;<sup>25</sup> Uma tapada com suas árvores no *Cabo dos Nabais* que partia com Maria Gonçalves e foi avaliada em 20\$000 réis. Rendia 2\$500 réis;<sup>26</sup> Um lameiro com suas figueiras no lugar do *Sobreiro da Barca* que partia com Pascoal Gonçalves, avaliado em quarenta mil réis e que rendia 3\$000 réis;<sup>27</sup> Seis oliveiras no lugar dos Cortinhais que partem com Mariana de Morais, avaliadas em 20\$000 réis e que rendia 2\$000 réis;<sup>28</sup> Um lameiro com suas árvores no lugar da *Corvaceira*, avaliado em 20\$000 réis e que rendia 2\$000 réis;<sup>29</sup> Uma leira de terra no lugar chamado as *Hortas*, avaliada em



Figura 3 – Casa da Quinta do Noval. (Fonte: Vila Maior, V. de (1876). *Douro Ilustrado*)

---

<sup>19</sup> Idem, fls. 13.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Idem. fls. 13 v.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem. fls. 14.

6\$000 réis, rendia 600 réis; Metade de um chão de terra e oliveiras onde chamam *Mouravelha* que parte de um lado com João Lopes de Casal de Loivos, avaliado em 80\$000 réis;<sup>30</sup> Uma vinha de terra que tem vinte oliveiras que está onde chamam o *Noval* que parte com Domingos Moutinho, avaliada em 60\$000 réis, rendia 6\$000 réis;<sup>31</sup> No mesmo limite da anterior uma vinha e sumagreira e olival, avaliado em 20\$000 réis que rendia, livre de gastos 1\$800 réis;<sup>32</sup> Um Chão de terra e sumagral e oliveiras que está onde chamam o *Casal* que parte com o *Rio Pinhão* que foi avaliado em 1000\$000 réis e rendia livre de gastos 8\$000 réis.<sup>33</sup>

Referenciamos aqui todas as propriedades da família, porque os seus nomes podem ainda hoje corresponder a lugares que integram a Quinta do Noval (Figuras 2 e 3), muito embora saibamos que a toponímia evolui frequentemente ao longo do tempo. Perante estes informes é uma certeza que a Quinta do Noval estava plantada de vinha em 1715. Chegou à posse do Padre Manuel Álvares Taveira, por doação da sua mãe Maria Ribeira, que já a recebera de seus pais e estes de seus avós.<sup>34</sup> Ora, isto indica que a propriedade já existiria no século XVII, enquanto exploração vitícola e, se tivermos em conta os vestígios da presença romana aos quais já fizemos alusão, não nos repugna acreditar que nesses tempos a propriedade seria já uma unidade produtiva de referência. A mesma partiu da colonização do castro de Vilarinho de Cotas que encimava a propriedade e evoluiu pelos terrenos da encosta até às margens do Rio Pinhão, com o plantio da vinha e outras culturas.

Quer isto significar que Francisco Álvares Taveira recebe para se constituir abade de Gouvães, a vinha do Noval já plantada desconhecendo-se, no entanto a data rigorosa do seu plantio. Certo é que o mesmo é anterior a 1715, data do primeiro documento escrito conhecido que se refere à área nuclear da propriedade do Noval.

## 1.2- O Noval no século XVII

A Quinta do Noval é constituída por várias parcelas que os seus diferentes proprietários foram incorporando a este núcleo fundacional da propriedade. Acontece geralmente com a formação das grandes propriedades vitícolas do Douro que hoje existem sob a designação de “Quinta”.

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem. fls. 10.



Figura 4 – Adega da Quinta do Noval. (Fonte: Vila Maior, V. de (1876). *Douro Illustrado*)

Os proprietários mais antigos da Quinta do Noval e, com toda a certeza, quem a mandou plantar em vinha, já o dissemos, foram os pais do abade Francisco Álvares Taveira, Manuel Taveira e sua mulher Maria Ribeira<sup>35</sup> ou os seus avós maternos, António Álvares e sua mulher Maria Ribeira uma vez que ambos eram naturais da freguesia de São Cristóvão do Douro e o seu avô paterno, Pedro Taveira era natural da vila de Provesende, muito embora tenha casado com Antónia Carvalha, natural da mesma freguesia de São Cristóvão do Douro (Figura 5),<sup>36</sup> lugar fronteiro à Quinta do Noval, constituindo o vale do rio Pinhão o único elemento de separação.

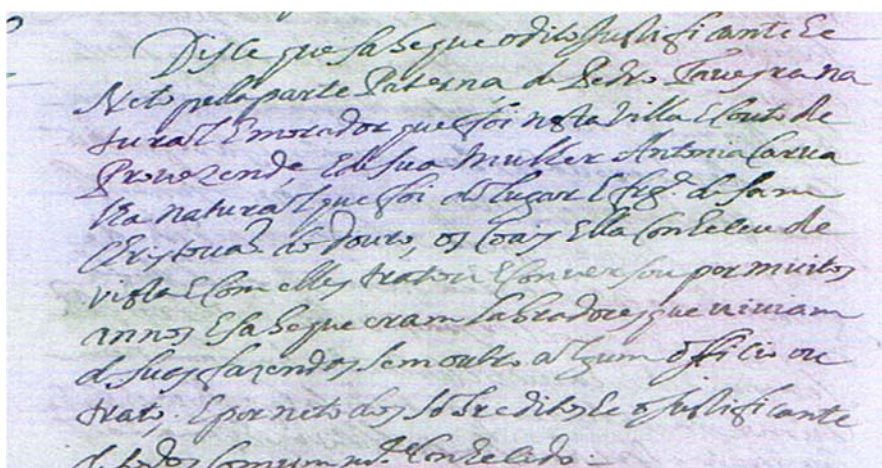


Figura 5 - Inquirição da Génere. (Fonte: ANTT – Inquirição da Génere – Pasta 1255 - Proc.º 28613, fls. 4.)

<sup>35</sup> ANTT – Inquirição da Génere – Pasta 1255 - Proc.º 28613, fls. 4.

<sup>36</sup> Idem, *Ibidem*, fls. 4.



A suspeita de que os terrenos da atual Quinta do Noval tenham sido plantados de vinha pelos avós ou até pelas bisavós do abade Francisco Álvares Taveira, ganha consistência se tivermos em conta que, pelo lado materno e paterno, todos eram naturais das proximidades da propriedade e aparecerem, invariavelmente, referenciados como lavradores aos quais não se reconhecia qualquer outro ofício, a par da sua “limpeza de sangue”, tidos por cristão velhos, como se percebe da respetiva certidão de inquirição da Génere, emitida em Braga a 14 de fevereiro de 1715:

A área atualmente ocupada pela Quinta do Noval foi incluída nas demarcações pombalinas de 1757, mas para vinhos de ramo, classificados a 10\$500 réis.<sup>37</sup> Em 1758, os vinhos desse local foram classificados para a produção de vinhos do mesmo valor<sup>38</sup>. Seria preciso esperar pelas demarcações pombalinas, de 1761, para que as Vinhas do Noval merecessem a classificação para produzirem vinhos de Feitoria (categoria que permitia a sua exportação pela Feitoria Inglesa do Porto através da barra do Douro). Nas demarcações de D.<sup>a</sup> Maria I<sup>a</sup> (1788), já todas as encostas de Vale Mendiz, Casal de Loivos, margem esquerda do Pinhão e margens do Roncão, foram taxados para tais vinhos de embarque.<sup>39</sup>

Após a morte do abade Francisco Álvares Taveira, a propriedade passou para as mãos dos seus herdeiros e assim se mantém até 1762, altura em que estes a venderam a Domingos Francisco Guimarães, um dos primeiros deputados da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.<sup>40</sup>

Quem foi este comprador da Quinta do Noval? Os seus avós eram naturais da freguesia de Vila Nova das Infantas, concelho de Guimarães. Trata-se de Agostinho Francisco Guimarães e Isabel Correa que tiveram um filho, Domingos Francisco Guimarães, nascido em 7 de dezembro de 1675, que contraiu matrimónio com Catarina Vieira, em 20 de maio de 1697. O filho deste, que tomou o mesmo nome do pai, Domingos Francisco Guimarães, nasceu a 21 de maio de 1703.<sup>41</sup> É ele quem compra a Quinta do Noval aos herdeiros do abade Francisco Álvares Taveira. Casou em 1728 com Rosa Clara da Silva e o seu filho, Nicolau Guimarães aumentou muito a Quinta do Noval.

O pai foi negociante da praça do Porto com ligações ao mercado brasileiro, para onde emigrou por volta de 1731. Nessa altura, o navio em que seguia viagem foi tomado por corsários argelinos. Regressou ao Porto muito depois de a sua família ter pago o resgate exigido pelos sequestradores. É nessa altura que passa a trabalhar em casa de Bernardo Clamouse, como escrivão e despachante na Alfândega.<sup>42</sup> Morador na rua da Fonte Aurínia, representou o mercador inglês Samuel Withe nos anos de 1730 e 1731.<sup>43</sup> Não sabemos se nesses anos apenas foi seu caixeiro. Certo é que, em 1741, volta a aparecer nos registos da Imposição do Porto como mercador por conta própria. Os vinhos não parecem

---

<sup>37</sup> Fonseca, Á. B. M. (1949). *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Vol. I., p. 67.

<sup>38</sup> *Idem*, Vol. II, p. 223.

<sup>39</sup> Fonseca, Á. B. M. (1996). *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, pp. 91,85, 244 e 268.

<sup>40</sup> Monteiro, M. (1911). *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, 1911, p.103. Alex Liddell, refere o nome de Nicolau Francisco Guimarães (1992) Douro: as quintas do vinho do Porto. 1<sup>a</sup> ed. Lisboa: Quetzal Editores, p.107

<sup>41</sup> [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=982249-](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=982249)

<sup>42</sup> Alcochete, N. D. (1957). *Os Guimarães da Rua Nova dos Ingleses*, in “O Tripeiro”, série V, ano II, fasc.11, Porto, março, p.339.

<sup>43</sup> AHMP, L. 1345, *Imposição do Vinho*, fls. 213.

ter sido a mercadoria forte dos seus negócios. De facto, nos três anos em que declarou vinhos para efeitos fiscais se limitou a indicar 86,5 pipas as quais enviou para o Brasil, 19,5 pipas de vinhos verdes de Viana, em 1741<sup>44</sup> para, no ano seguinte, manifestar 39,5 pipas de vinho do Douro, pelas quais nada pagou de imposição, já que também seguiram para terras brasileiras.<sup>45</sup> Em 1749, volta a manifestar vinhos, desta vez 27,5 pipas da mesma proveniência, que também rumaram ao mercado brasílico.<sup>46</sup> Não sabemos se estes vinhos eram próprios ou se os remeteu como comissário de Samuel Withe, hipótese que apontamos como plausível. Parece confirmá-lo o facto de Domingos Francisco Guimarães ter sido igualmente um dos indiciados no caso da ocupação dos barcos do Brasil com vinhos de inferior qualidade, em vésperas da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.<sup>47</sup> Este facto terá custado a não inclusão das terras do Noval nas primeiras demarcações, como terras produtores de vinhos de exportação, ou seja, na classe dos mais valorizados o que, vimo-lo já, só acontece em 1761.

### 1.3 - O Noval nos séculos XIX e XX

A Quinta do Noval permaneceu na posse da família Guimarães até 1862, exatamente 100 anos. Como já se apontou, Nicolau Francisco Guimarães foi o seu mais importante beneficiador ao anexar-lhe propriedades. Durante este longo período de tempo, a quinta aumentou, consideravelmente, a sua dimensão territorial: No ano de 1800 produzia 122 pipas, atingindo em 1803, 162 pipas.<sup>48</sup> A compra de mais vinhas e de terrenos adjacentes levou a que tivesse sido inventariada em 1803, nos livros da já referida Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com 162 pipas de vinho do Porto, sendo avaliada, em 1811, em 84 800 réis.<sup>49</sup> A partir de 1860 a produção diminuiu drasticamente para 16 pipas, devido à falta de trabalhos de renovação, e à invasão do oídio, aumentando a sua decadência, o que levou o seu proprietário a vota-la ao abandono.<sup>50</sup> Ainda assim, quando o Visconde de Vila Maior a descreveu em 1876,<sup>51</sup> classifica-a como, senão a mais vistosa, pelo menos uma das mais vistosas quintas do Douro.<sup>52</sup>

É neste contexto que, o capitão José Peixoto Guimarães e sua mulher, D. Teresa de Jesus Guimarães, descendente de Domingos Francisco Guimarães, vendem a quinta do Noval a José Maria Rebelo Valente,<sup>53</sup> conhecido comerciante e exportador de vinhos da praça portuense, nascido em 1805 em Oliveira de Azeméis.

---

<sup>44</sup> AHMP, L. 1356, *Imposição do Vinho*, fls. 254.

<sup>45</sup> AHMP, L. 1357, *Imposição do Vinho*, fls. 252 v.

<sup>46</sup> AHMP, L. 1364, *Imposição do Vinho*, fls. 146.

<sup>47</sup> Reis, M. C., B. N. Rodrigues Silva, o. c., p. 138.

<sup>48</sup> Liddell, A., Price, J. (1992). *Douro: as quintas do vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal Editores, p. 107.

<sup>49</sup> Monteiro, M. (1911). *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, 1911, p.103.

<sup>50</sup> Liddell, A., Price, J. (1992). *Douro: as quintas do vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal Editores, p.107.

<sup>51</sup> Vila Maior, V. V (1876). *Douro Illustrado*, Porto: Magalhães e Moniz, Editores.

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*, p. 124.

<sup>53</sup> Monteiro, M. (1911). *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, p.103.

Rebello Valente sabia da qualidade do vinho produzido no Noval, que comprava, desde 1829,<sup>54</sup> era conhecedor da cotação em Inglaterra dos vinhos desta quinta. Lançou-se por isso na tarefa do seu restabelecimento. O seu nome ficou para sempre associado ao Noval, já que foi responsável pela renovação das suas vinhas velhas (utilizando a enxertia como método). Separou o vinho da quinta para exportação, construiu a casa, a adega, o armazém, abrigos para os trabalhadores e explorou água, elemento que na região rareava.<sup>55</sup> As castas que escolheu, *Touriga*, *Tinta Francisca*, *Tinta Amarela*, *Castelã* e *Moreto* nos sítios mais quentes e *Bastardo* e *Donzelinho do Castelo*, para terras mais frescas e ventiladas da quinta,<sup>56</sup> ajudaram a melhorar as produções do Noval. Ou seja, desenvolveu tarefas fulcrais, atendendo à fragosidade que os terrenos da propriedade apresentavam, bem como à falta de uma estrada para transportar os materiais indispensáveis a estes empreendimentos construtivos. Desta forma a Quinta do Noval entrou numa fase de prosperidade e, por volta de 1868, a sua produção já se arrolava por 150 pipas, na sua maioria fruto das novas plantações. Rebelo Valente procurou separar os vinhos do Noval de outros vinhos que comercializava e cuja produção controlava. Eram, no dizer do Visconde de Vila Maior, vinhos muito cobertos, maduros, finos, aveludados com “...sabor de fruto, muito aromáticos e de grande firmeza...” que não havia notícia de se deteriorarem, mesmo os que eram resultantes de anos mais quentes, onde os melhores da região passavam a agridoces.<sup>57</sup> Assim, compreende-se melhor que os vinhos do Noval lograssem bom acolhimento em Londres e por isso recebessem a medalha de ouro na Exposição Internacional de Paris de 1867.<sup>58</sup>

Por morte de José Maria Rebello Valente, a Quinta do Noval passou por herança para a sua filha D. Maria José Valente Allen, casada com Alfredo Allen, Visconde de Vilar d`Allen (título criado pelo rei D. Luís, rei de Portugal, a favor de Alfredo Allen, por decreto de 13/1/1866).<sup>59</sup> Por esta altura, o viajante inglês Henry Vizetelly na sua descrição, refere-se à quinta desta forma: “...vinhas dispostas em socalcos, sobem e descem em todos os lados, com as terras que através dos tempos têm sido acrescentadas, tendo uma extensão de 250 jeiras”<sup>60</sup> revela, ainda, que “o visconde possui uma prensa Mabilie que a generalizar-se a sua aplicação entre os demais viticultores, traria segundo o visconde grandes benefícios, permitindo obter o máximo de suco que as uvas podem produzir”.<sup>61</sup> Continuidor da obra do seu sogro, o Visconde d`Allen mostra-se preocupado, juntamente com outros viticultores e negociantes, com o problema da fabricação dos vinhos do Porto sem adição<sup>62</sup> e depara-se com a filoxera, terrível problema que assola as quintas durienses na época. Tentou “deter-lhe a marcha, mas todos os seus esforços, por

---

<sup>54</sup>Vila Maior, V. V (1876). *Douro Ilustrado*, Porto: Magalhães e Moniz, Editores. p. 125.

<sup>55</sup>Pereira, G. M. (1991). *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, p.87.

<sup>56</sup>Vila Maior, V. de V. de (1876). *Douro Ilustrado*, Porto: Magalhães e Moniz, Editores, p. 128.

<sup>57</sup>Idem, *ibidem*, p. 129.

<sup>58</sup>Monteiro, M. (1911). *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, p. 104.

<sup>59</sup>Martins, Z. A. E. (dir. de), (1989). *Nobreza de Portugal e Brasil*. Lisboa, Vol. III, pp.519-521.

<sup>60</sup>Vizetelly, H. (1947). *No País do Vinho do Porto*. Trad. De Mário Bernardes Pereira, (da II parte de Facts about Port and Madeira). Porto: Instituto do Vinho do Porto, p. 132.

<sup>61</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>62</sup>Idem, p. 133.

*mais inteligentes e poderosos, foram baldados*".<sup>63</sup>. Recorreu à introdução de cepas sicilianas<sup>64</sup> contudo, esta experiência revelou-se desanimadora. Em poucos anos, a produção de cerca de 300 pipas de vinho, baixou para meia dúzia.<sup>65</sup> Assim, à semelhança do que aconteceu com outras propriedades durienses, a Quinta do Noval também mudou de mãos.

Em 1894, foi adquirida pelo conhecido exportador de vinhos, António José da Silva Júnior, sócio e chefe da firma comercial do Porto, António José da Silva & C.<sup>a</sup>.<sup>66</sup>, fundada por seu avô e continuada pelo seu pai. António José da Silva que acabou por dar uma nova vida à propriedade. Deu início a um dos períodos mais ativos do Noval: recorreu à dinamite para dar forma em socalcos às terras que anteriormente tinham sido deixadas inúteis devido às fragas das encostas. Ao mesmo tempo, mandou colocar estacas e arames para aguentarem as cepas em carreiras e importou de França, bacelo americano, enxertando variedades tradicionais.<sup>67</sup> O rigor na organização e gestão da propriedade chegou à identificação, através de tabuletas apostas em cada um desses terraços, identificadoras das castas e das respetivas quantidades de cepas<sup>68</sup>. Foi também época de construção de novos edifícios e de remodelação dos existentes.

#### 1.4 - O Noval contemporâneo

No princípio do século XX, trabalhavam diariamente no Noval 150 pessoas para vinificar cerca de 300 pipas de vinho por ano, destinadas posteriormente à exportação pela casa comercial de António Silva Júnior.<sup>69</sup> Nesta altura, os edifícios e as instalações estavam iluminados por acetilene e servidos por água canalizada e respetivas bocas-de-incêndio, difícil de manter nos edifícios de vinicultura. Os lagares tinham luz e ventilação em abundância e foram azulejados. Os armazéns apresentavam-se frescos, amplos, iluminados, apetrechados de material seguro e com capacidade para 700 pipas<sup>70</sup>. A casa da quinta ostentava conforto no seu interior aquecido, iluminado e "*Confortavelmente guarnecido com mobiliário histórico, pinturas, faianças e bibelots artísticos*".<sup>71</sup>

António José da Silva morre em 1923, deixando uma obra de mérito na Quinta do Noval. Herdou a propriedade a sua única filha, Teresa Maria Meireles da Silva, casada com o diplomata Luís Fernando Queriol de Vasconcelos Porto. Após abandonar o mundo da diplomacia deu continuidade ao trabalho de António Silva Júnior que geriu a empresa durante mais de 30 anos. A sua maior realização é a invenção dos socalcos largos que decorreu da transformação dos antigos terraços, permitindo um melhor aproveitamento de espaço e uma maior exposição solar. De facto, deu-se conta de que nos socalcos

---

<sup>63</sup>Monteiro, M. (1911). *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, p.104.

<sup>64</sup>Pereira, G. M. (1991). *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, p.90.

<sup>65</sup>Monteiro, M. (1911). *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, p.105.

<sup>66</sup>Idem, *Ibidem*.

<sup>67</sup>Idem.

<sup>68</sup>Idem, p. 106.

<sup>69</sup>Idem, p. 108.

<sup>70</sup>Idem. P. 106.

<sup>71</sup>Idem, *Ibidem*.

estreitos, só as carreiras da frente apanhavam sol. Aproveitando o declive das encostas construiu socalcos largos dando forma ao Noval que hoje se conhece. Este tipo de transformação nos socalcos do Noval fez escola e passou a ser adotado em boa parte da região duriense (Figura. 6).



Figura 6 – Acesso atual à Quinta do Noval (Fonte: Inês D'Orey – 2007)

Luís Fernando Queriol de Vasconcelos Porto reforçou a imagem da Quinta do Noval em Inglaterra, ao dar atenção a mercados como o de Oxford e Cambridge, fazendo chegar os seus vinhos “Porto Noval” a clubes privados.<sup>72</sup> Do seu casamento com Teresa Meireles da Silva, nasceu a única filha do casal, Teresa Rita Silva de Vasconcelos Porto, que casou, em 1930, com Cristiano Van Zeller, ficando a partir daí a Quinta do Noval ligada à família Van Zeller, já proprietária da Quinta do Roriz. Deste casamento nasceram quatro filhos<sup>73</sup>: Maria Isabel, Luís, Fernando e Cristiano. Em 1963, Vasconcelos Porto reformou-se, tendo os seus netos Fernando (3º Barão de Vilar) e Luís Van Zeller tomado posse da Quinta do Noval. Com esta mudança, deu-se também início a um projeto de modernização no equipamento de vinificação. Fernando tornou-se diretor executivo a partir de 1963, abandonando a direção em 1982. No Outono de 1981 um incêndio destruiu as caves, engarrafamento e escritórios da firma gestora do Noval em Vila Nova de Gaia. Este acidente fez desaparecer 350 mil litros em “stock”, 20 mil garrafas de Vintage de 1978 e documentação histórica sobre a quinta.<sup>74</sup> Os bisnetos de Luís Vasconcelos Porto, no ano seguinte ao incêndio passam a ser a nova geração gestora da Quinta do Noval. O bisneto Cristiano, filho

---

<sup>72</sup>CAVES D’OIRO, (2003). Porto: Quidinavis, (Comércio do Porto), fascículo 22, p.170.

<sup>73</sup> [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=47022](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=47022)

<sup>74</sup>CAVES D’OIRO, (2003). Porto: Quidinavis, (Comércio do Porto), fascículo 22, p.170.

do seu filho Cristiano e a sua irmã Teresa, bem como vários elementos da família integraram então a administração da propriedade até ser vendida já nos anos noventa do século passado.

Após o incêndio a que aludimos a preocupação incidiu sobre a reconstrução da Noval. Iniciou-se a edificação do grande armazém no Douro. Em 1986, após ter sido alterada a lei de exportação que permitiu que a mesma se fizesse diretamente a partir da região, os *stocks* da Noval passaram a repousar no Douro (1989).<sup>75</sup>

Em 1993, os Van Zeller venderam a empresa e a quinta à Axa e, atualmente, como já foi referido, o Noval faz parte da *Axa Millésimes* que detém e gere os grandes Châteaux de Bordéus como Pichon-Longueville, Petit-Village e Suduiraut, bem como a propriedade de Disznóko na Hungria, o Domaine de L'Arlot na Borgonha e, mais recentemente, Belle Eaux no Languedoc. Christian Seely, em 1993 foi nomeado Diretor Geral da Quinta do Noval, pouco tempo depois da sua aquisição. Dedicou oito anos do seu trabalho exclusivamente à Noval, e, em janeiro de 2001, foi nomeado também Diretor Geral da AXA Millésimes.

Desde 1994 que a Quinta do Noval tem levado a cabo um ambicioso programa de melhoramentos técnicos, incluindo a replantação e renovação das vinhas, a construção de uma nova adega, melhoramentos no Armazém do Douro, construção de um novo entreposto, bem como uma linha de engarrafamento. A construção de uma nova adega na propriedade terminada em 1995 incorpora tanques de fermentação automáticos com controlo de temperatura. As uvas aqui vinificadas destinam-se à produção de Vinhos do Porto Ruby e Reserva Especial de alta qualidade. Em 2004, foi construída também uma nova adega destinada a vinificar os primeiros vinhos tintos DOC com a marca Noval.

No grande armazém da propriedade, a Noval instalou um sofisticado sistema de controlo de humidade e ar condicionado, que manterá os vinhos à temperatura constante de 18° C, para além do revestimento isolador do telhado. Todos os *stocks* da Quinta do Noval são mantidos e monitorizados aqui. Destaca-se a construção de uma nova linha de rotulagem, engarrafamento e distribuição, localizada a cerca de 10 Km da propriedade. Contudo, nenhuma destas mudanças afetará a produção de Portos da Quinta do Noval, que continuarão a ser fermentados em pequenos lagares de pedra. Os novos proprietários fizeram apenas algumas mudanças no sentido de modernizaram o método (Higiene – substituição das placas de granito onde necessário, recurso à utilização de tubos em aço inoxidável para escoamento de vinho, novo sistema de refrigeração e aquecimento, feito à medida da Quinta do Noval, um robot de pisa mecânica (1994) que é utilizado como complemento da pisa humana, principalmente para a submersão da manta que, por vezes, é efetuada durante a noite. Também subdividiram os lagares maiores).

Atualmente as vinhas do Noval encontram-se armadas em patamares tradicionais, socialcos e ao alto. Quanto aos edifícios da Quinta, destaca-se a casa de habitação, ao lado a capela, muito bem preservada e dedicada a São Nicolau. Completam o conjunto edificado, a casa do caseiro, a cozinha da

---

<sup>75</sup> Idem, p. 171

quinta, a adega e os armazéns. A casa é coberta pela sombra de um cedro azul de Marrocos, localizado num terraço fronteiro ao edifício. Deste avista-se todo o Vale do rio Pinhão, assim como o rio Douro, paisagem que Vizetelly descreveu desta forma quando visitou a quinta do Noval em finais do século XIX: “...desde ao alto d’onde fica a quinta, vemos centilar o Douro impetuoso parecendo bem mais brilhante e transparente do que visto das margens.”<sup>76</sup>

## 2 - A terminar

Não devemos emprestar à Quinta do Noval, carácter patrimonial exclusivo em terras de Alijó. Sabemo-lo, outras propriedades tiveram expressão no contexto evolutivo da produção vitivinícola desta área do Douro vinhateiro. Contudo, o facto de atualmente se encontrar sob gestão de estrangeiros fez despertar a nossa atenção sobre ela. Tanto mais que, em 2015 se completaram 300 anos sobre a primeira referência às suas vinhas. Por isso, trouxemos à liça documentos novos sobre este património. Mostraram-nos que, afinal, em terras que não há muito tempo eram quase ermas de gente, foi florescendo, como que por encanto e muita teimosia dos homens e das mulheres que souberam adaptar às condições difíceis de declive e irregularidade dos solos, bacelos que geraram os frutos que ainda hoje são destinados à produção dos melhores vinhos do Douro e do mundo.

## 3. Bibliografia

Capela, J. V., Borralheiro, J., Matos, H. (2005). “As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758” *Memórias, História e Património*. Braga.

Cardoso, A. B. (2003) – Baco & Hermes. *O Porto e o Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro*, Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Vol. I.

Fonseca, Á. B. M. (1950a). *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1950, Vol. I.

Fonseca, Á. B. M. (1950b). *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1950, Vol. II.

Fonseca, Á. B. M. (1950c). *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, Vol. III.

Fonseca, Á. B. M. (1996). *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto.

---

<sup>76</sup> Vizetelly, H, (1947). *No Pais do Vinho do Porto*. Trad. De Mário Bernardes Pereira, (da II parte de Facts about Port and Madeira). Porto: Instituto do Vinho do Porto, p. 133.

Forrester, J. J. - *Mapa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro*, 1861.

Lidell, A., Price, J. (1992). *Douro: as quintas do Vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal Editores.

Monteiro, M. (1911). *O Douro – Principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes*. Porto: Emílio Biel & C.<sup>a</sup> Editores.

Sellers, C. (1899). *Oporto Old and New*. Londres: Herbert & Harper.

Sequeira, C. (2012). *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecionismo*. Porto: Edições Afrontamento.

Sousa, G. V. (2013). *Arte e Devoção – A ourivesaria nas coleções da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Teixeira, J. A. (1990). *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo, Genealogias, Brasões e Vínculos*, Lisboa: J. A. Telles da Sylva, 1990, Vol. I.

Vila Maior, V. de (1876). *Douro Illustrado*, Porto: Magalhães e Moniz, Editores.



## O USO TURÍSTICO DO PATRIMÓNIO: CONGRUÊNCIAS E INCONGRUÊNCIAS NO DISCURSO DE RESIDENTES E NÃO RESIDENTES DE UMA CIDADE PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

**Larissa Paola Macedo C. GABRIEL**

Universidade da Coruña  
larissa.gabriel@udc.es

**Jakson Renner Rodrigues SOARES**

Universidade da Coruña-CENP e Universidade de Santiago de Compostela  
jakson.soares@udc.gal

**Christiane Kleinübing GODOI**

PPGA-Universidade do Vale do Itajaí  
chriskg@univali.br

### Resumo

Entre os inúmeros fatores a serem considerados no planejamento da prática turística em cidades históricas se destaca a gestão de impacto na qualidade de vida da população local. É latente a necessidade que cientistas sociais trabalhem com o objeto turístico redirecionando as suas miradas para o interlocutor social que mais sofre com as consequências dessa atividade: o residente. É pensando nele que se buscou analisar as narrativas discursivas de residentes e não residentes de uma cidade Património da Humanidade com relação ao uso turístico do seu património. O artigo se articula através da Análise Sociológica dos Discursos como instrumento de análise comparativo entre as narrativas de residentes *versus* não residentes sobre a prática turística em cidades patrimoniais. Como prática de coleta discursiva utilizou-se a técnica de pesquisa social denominada Grupo de Discussão, por se tratar de um exercício de reunião grupal aberto que permite a identificação de diferentes representações coletivas sobre uma determinada temática. Ele está organizado em seções que incluem: Estado da arte sobre turismo patrimonial; Desenvolvimento dos elementos metodológicos do estudo; e Apresentação dos resultados. Pretende-se assim, contribuir para a ampliação do espaço do estudo crítico do turismo em cidades patrimoniais, dando ênfase às problemáticas vivenciadas por residentes que podem afetar a sustentabilidade da atividade turística em destinos sensíveis.

**Palavras Chave:** Turismo patrimonial, Cidades Património da Humanidade, Análise Sociológica dos Discursos; Grupos de Discussão; Residentes.

### Abstract

Among the many factors to be considered in the planning of tourism practice in historical cities, it is highlighted the management of impact on the local community's quality life. It is latent the need that social scientists work with the tourist object redirecting their target to the social interlocutor who is most affected by the consequences of this activity: the resident. It is thinking on resident interlocutor that this paper aims to perform a comparative analysis between the discursive narratives of residents versus non-residents of a World Heritage City about the tourist use of its heritage. This paper is articulated through the Sociological Discourse Analysis as instrument for a comparative analysis between the discursive narratives of residents versus non-residents, about the tourism activity in heritage cities. As practice of discursive material collection it was used the technique also belonging to the Spanish tradition of qualitative social research called Group Discussion, because this is a practice of open group meeting that allows the identification of different collective representations about a particular thematic. The study is organized into sections including: State of the art heritage tourism; Development of methodological elements of the study: Discussion Group and Sociological Discourse Analysis and Results. This paper is aimed to contribute in the expansion of critical studies on

tourism in heritage cities, emphasizing the problems faced by residents and that may affect the sustainability of tourism in sensitive destinations.

**Keywords:** Heritage Tourism, World Heritage Cities, Sociological Discourse Analysis; Discussion groups; Residents.

## 1. Introdução

A maioria das pesquisas realizadas no âmbito do turismo são concretizadas tendo como enfoque principal o consumo e o comportamento do consumidor turístico, deixando de lado, na maioria das vezes, os impactos da atividade turística na vida quotidiana das populações receptoras. Dessa mesma forma, o papel do autóctone é muitas vezes esquecido pelos *stakeholders*, ainda que seja, dentro de uma visão de sustentabilidade, uma das principais vertentes a ser considerada no planeamento turístico.

Para que o indivíduo realize uma estadia em um destino turístico, é necessário que haja diversos fatores que sirvam de atração, tais como: alojamentos, estruturas gastronômicas, transportes, serviços turísticos, património, entre outros. No mínimo três desses aspectos são compartilhados entre aquele que visita o lugar e o sujeito que nele habita: restaurantes, transportes e património. Destarte, entendemos que a pesquisa em turismo tem uma dívida com o residente do destino, pois este sujeito é quem em primeira pessoa sofre as consequências do uso, devido ao mal planeamento, dos fatores que para ele são essenciais para a sua vida cotidiana. Por um lado, pode-se considerar óbvio que o sujeito que vai realizar uma estadia em um lugar diferente ao seu de origem quase sempre está tomado pela euforia de conhecer, ver, tocar, aprender, vivenciar a experiência de tal forma que tudo gire em torno só dele. Porém, aceitar que as políticas públicas e atuações governamentais sobrevalorizem esse interlocutor, esquecendo-se de outros afetados pelo turismo é prejudicial para a real sustentabilidade dessa indústria.

Refletindo acerca da prática do turismo como fenómeno que necessita ser compreendido a partir das suas diferentes vertentes emergiu o interesse em desmiuçar as percepções que o residente tem sobre essa atividade. Concretamente, será que a capacidade de carga de um destino não influencia a qualidade de vida de quem nele reside? Ruas lotadas, desapareição de supermercados em áreas residenciais, filas com imensos tamanhos nas portas dos espaços públicos, entre outros problemas económicos e espaciais não influenciam nas relações entre o turista e o residente? Será que o autóctone de um destino patrimonial vê o uso turístico do património da mesma forma que um cidadão que vive em um destino que não é turístico? Desde uma perspectiva de sustentabilidade, como o sujeito que tem seu cotidiano constantemente alterado pela multidão de turistas em destinos massificados entende a mercantilização do seu património, quer seja histórico, natural, material ou imaterial?

Como destino, decidiu-se estudar a cidade de Santiago de Compostela devido à sua grande projeção mundial como centro de peregrinação. Com exceção do período de inverno, quando as chuvas

abundam e o frio é intenso, na cidade aumenta significativamente a quantidade de turistas, colapsando ruas, massificando espaços compartilhados e, por consequência, expulsando os residentes dos seus locais públicos habituais.

Os discursos aqui apresentados referem-se a um estudo mais amplo (Gabriel, 2016) que teve como objetivo principal compreender a imagem de dois destinos turísticos percebida por residentes da Galícia. A pesquisa foi realizada tanto com habitantes de Santiago de Compostela - cidade Património da Humanidade, quanto com habitantes de outras cidades da província de A Coruña. No caso específico deste trabalho, o objetivo residiu em identificar comparativamente as percepções destas diferentes populações e analisar as congruências e incongruências nos discursos dos residentes e não residentes de uma cidade Património da Humanidade em relação ao uso turístico do seu património.

Acreditamos que, para alcançar os objetivos deste trabalho e compreender o fenômeno estudado, a investigação qualitativa fora considerada a mais apropriada. Portanto, este artigo foi desenvolvido, por meio da Análise Sociológica dos Discursos (ASD) como instrumento de análise comparativa, as narrativas discursivas de residentes *versus* não residentes, de uma cidade Património da Humanidade com relação ao uso turístico do seu património. Este método de análise-interpretação dos discursos é proveniente da tradição espanhola de pesquisa social qualitativa, mais especificamente da Escola Qualitativa Crítica de Madrid (Alonso, 1998; Conde, 2010) influenciada por três grandes correntes críticas: marxismo, estruturalismo francês e psicanálise (Godoi, Coelho & Serrano 2014; Godoi, Mastella & Uchoa, 2018). O estudo está organizado em seções que incluem: Estado da arte sobre o turismo patrimonial; Desenvolvimento dos elementos metodológicos do estudo: Grupo de Discussão e Análise Sociológica do Discurso; e Apresentação dos resultados. Pretende-se assim, contribuir para a ampliação do espaço do estudo crítico do turismo em cidades patrimoniais, dando ênfase às problemáticas vivenciadas pelos residentes e que podem afetar a sustentabilidade da atividade turística em destinos mais sensíveis.

## **2. Breve estado-da-arte sobre o turismo patrimonial**

O património e o turismo são duas realidades das cidades histórico-culturais que, diante do fenômeno de consumo cultural massivo, transformaram o património em uma das principais atrações turísticas. Esse tipo de turismo massivo faz com que surja a necessidade e, ao mesmo tempo, a oportunidade para a recuperação e conservação do património que, conseqüentemente, converte-se em forma de geração de renda para as cidades históricas. Em outras palavras, as cidades patrimoniais convertem-se em atração alternativa para o setor turístico e para a conservação do património. Por outro lado, os riscos de saturação acabam por exigir das cidades históricas uma gestão turística planejada

visando a preservação física de seus recursos culturais, patrimoniais e meio ambientais (Rodríguez, 2012).

Portanto, a gestão sustentável do património cultural pode ser traduzida, no entender de Perez, (2012), como o ponto de equilíbrio entre a conservação e as perspectivas económicas geradas pelo seu uso turístico. A partir de uma visão de mercado, o investimento no turismo cultural significa diversificar a oferta de acordo com as expectativas do visitante. Neste segmento existe uma necessidade real de conhecer o tipo de turista cultural para diversificar a oferta de acordo com o nível de profundidade das expectativas do seu consumidor (Borba & Barreto, 2015). Noutros termos, o património é uma riqueza não renovável, por tanto, não pode ser vendido como um produto clássico, apesar de ser considerado um segmento potencial de mercado, pois o turismo cultural apresenta os mesmos riscos e danos ambientais que os demais segmentos turísticos, uma vez que sua comercialização ocorre por meio dos mesmos canais de distribuição de massa, alertam Borba e Barreto (2015).

Em um contexto de desenvolvimento socioeconómico local, a gestão turística é percebida por Dominguez, Batista, Recompensa (2013) como alternativa a uma nova forma de economia que necessita da participação dos agentes locais, do dinamismo de estratégias socioculturais e da administração eficiente dos seus recursos para geração de benefícios para a vida da sociedade local. No entender dos autores, a população local beneficia-se tanto no âmbito económico da atividade, quanto na sensibilização e valorização da sua cultura, com maior possibilidade de participação social. Por outro lado, a exploração comercial de lugares históricos e patrimoniais pode gerar importantes mudanças culturais. Em alguns casos pode ocorrer até mesmo a exclusão da população local, com a perda de identidade e autenticidade dos seus valores culturais. No caso de destinos que recebem milhares de turistas durante todo o ano, como Santiago de Compostela, acreditamos tratar-se do fenómeno de turismo massivo e, entre os principais efeitos negativos gerados pelo fluxo turístico nos centros históricos das cidades, podemos mencionar o congestionamento nos monumentos, nos serviços públicos, nas ruas e demais infraestruturas, enfim, inúmeros problemas que afetam a vida quotidiana da população local.

Apesar das adversidades mencionadas e impactos negativos que o turismo de massa pode gerar a uma determinada sociedade, autores como Bernier (2003); Clavé e Calabuig (2005) acreditam que esta problemática possa ser superada se os benefícios produzidos por este tipo de turismo forem utilizados de maneira eficaz, ou seja, no momento em que o seu desenvolvimento e gestão sejam realizados de maneira planejada, através da implantação de políticas adequadas que beneficiem tanto o turista como a população local. Assim, o turismo patrimonial pode ajudar a solucionar problemas de carácter urbano e social, diversificando a economia e favorecendo a igualdade social de um território.

### **3. Elementos metodológicos do estudo: Grupo de Discussão e Análise Sociológica do Discurso**

Na concepção de Conde (2009), a ASD implica no uso de aspectos técnicos e metodológicos que fundamentam a construção dos discursos. As orientações desenvolvidas pelo autor são linhas condutoras para a aplicação desta metodologia de análise em investigações qualitativas. Apesar do rigor académico necessário, este tipo de investigação requer criatividade e singularidade. Na aplicação prática da ASD é necessário abordar uma série de discursos ou sistemas de discursos, produzidos por meio de um modo dinâmico de interação social Conde (2009). Tanto na Espanha, como em desenvolvimentos posteriores no Brasil e na Galícia, Conde (2009), Godoi, Coelho, Serrano (2014); Godoi, Mastella e Uchoa (2018), Soares e Godoi (2017) sistematizaram, adaptaram e recriaram as principais etapas da ASD, porém sempre mantendo seus quatro principais módulos: Trabalhos Práticos Iniciais, Procedimentos de interpretação, Procedimentos de Análise, Procedimentos Complementares.

Os Trabalhos Práticos Iniciais consistem basicamente na manutenção permanente, desde a etapa de coleta dos discursos, de um caderno de anotações (contendo os primeiros *insights*, “hipóteses” que possam responder aos objetivos do trabalho, análise do próprio papel do pesquisador e seus roteiros), na definição prévia da forma como os textos transcritos literalmente serão lidos pelo pesquisador, na incansável leitura dos textos, na anotação, classificação, comparação e associação dos conteúdos de entrevistas individuais entre si (ou de grupos de discussão, material documental, entre outros objetos discursivos). Os trabalhos práticos iniciais – constantemente esquecido por grande parte dos pesquisadores que trabalham com discurso – permitem o surgimento das primeiras hipóteses do trabalho.

Os Procedimentos de Interpretação estão divididos em duas etapas: conjeturas pré-analíticas ou hipóteses e análise dos estilos discursivos. As conjeturas pré-analíticas são as primeiras intuições sobre o discurso do interlocutor em relação ao objetivo da investigação (Conde, 2009; Soares & Godoi, 2017). Durante os posteriores procedimentos análise, tais conjeturas são, ou não, validadas, portanto, devem ser congruentes com as representações sociais dos sujeitos da pesquisa e com embasamento metodológico do investigador. Por outro lado, os estilos discursivos ajudam a identificar os conflitos ideológicos e simbólicos dos grupos, através das formas de expressão idiossincráticas e singulares de cada grupo (ou sujeito) em relação aos objetivos da investigação. No entender de Conde (2009), os estilos discursivos são originários de determinantes sociais, políticos, económicos e ideológicos que formam a maneira como os sujeitos se inscrevem na sociedade.

Os Procedimentos de Análise, estão divididos em: análise das posições discursivas, configurações narrativas e espaços semânticos. A análise das posições discursivas busca dar resposta às seguintes perguntas norteadoras: “*quem é o sujeito social/grupo que fala*”; “*em nome de quem o sujeito fala?*”; e, principalmente, busca-se aqui desvendar, “*de que lugar social os participantes da investigação produzem*

os seus discursos?”. Esta etapa analítica tem como objetivo identificar nos discursos as diferentes percepções sobre o tema da pesquisa e as dimensões histórico-sociais dos sujeitos ou grupos, para além das posições sociais que os grupos assumem ao expressar os seus pontos de vistas (Conde, 2009, Godoi, Coelho & Serrano, 2011). Em seguida, a análise das configurações narrativas, postulada por Conde (2009), considera – a partir das posições discursivas identificadas - os conflitos, tensões entre os diferentes pontos de vistas dos interlocutores, além de revelar para quem a mensagem está direcionada, com qual intencionalidade e objetivo. Trata-se da aproximação com o *corpus* focalizando os objetivos da investigação. Finalizando essa etapa analítica, o procedimento denominado por Conde (2009), análise dos espaços semânticos busca (re)construir os significados expressos no *corpus* considerados importantes para alcançar os objetivos da investigação, correspondes à organização dos conteúdos e das formas verbais expressas nos discursos.

Os Procedimentos Complementares da ASD são originários da Teoria Psicanalítica Freudiana e não aparecem nas conjecturas temáticas trabalhadas neste estudo. São eles: associação (emergência de alguma ligação ou conexão inconsciente no discurso grupal, originária da associação livre permitida pelo pesquisador); condensação (aparecimento metafórico, ou seja, de algum tropeço cujo conteúdo revela alguma verdade inconsciente, atos falhos, chistes, enfim, formações do inconsciente); e deslocamento (aparecimento metonímico, isto é, deslizamento de significantes em virtude de alguma repressão da ordem do inconsciente que faz com que o sujeito do discurso estabeleça uma mudança brusca de assunto).

Com o intuito de obter a matéria-prima discursiva para a realização da análise proposta por este trabalho, optamos como prática de coleta discursiva a técnica também pertencente a tradição espanhola de pesquisa social qualitativa denominada Grupo de Discussão (GD), por se tratar de uma prática de reunião grupal aberta, com maior interação entre os participantes, mínima intervenção do pesquisador e que permite a identificação das micro e macro representações coletivas sobre uma determinada temática (Serrano, 2010), e que, ao mesmo tempo, permite uma participação ativa do sujeito no processo de investigação (Alonso, 1998).

Foram consideradas – para efeito da elaboração deste artigo - quatro reuniões em Grupo, compostas por cinco a seis participantes voluntários, realizadas em Santiago de Compostela e Coruña, com residentes de Santiago e residentes de outras cidades da província de A Coruña. A escolha da população de participantes foi definida intencionalmente, caracterizando internamente uma amostragem não-probabilística por voluntários, com o intuito de compreender as diferenças e semelhanças na narrativa discursiva dos grupos formados por habitantes de uma cidade Património da Humanidade (Santiago de Compostela), considerada património cultural - destino turístico maduro e consolidado - e as narrativas de habitantes de cidades ao redor, ou seja, que não vivem a realidade diária de um destino patrimonial-cultural. Outros critérios como a classe socioeconômica e interesses por cidades patrimoniais foram utilizados para a formação dos grupos homogêneos.

Após a determinação das características dos grupos populacionais, a investigação foi anunciada por meio de redes sociais constituída por amigos e conhecidos de um dos pesquisadores, e os voluntários que aceitaram participar das reuniões foram convocados. O pesquisador-mediador não utilizou um roteiro fechado de questões, mas apenas um plano de reunião formado por tópicos que visavam motivar os grupos a falarem sobre o detalhamento das hipóteses iniciais, retiradas do caderno de anotações, que intencionavam atingir ao final um certo “consenso grupal” acerca do objetivo do trabalho.

#### **4. Apresentação dos resultados**

Na ASD o investigador necessita ser provido de habilidade e criatividade para representar graficamente (trata-se de representações topográficas) cada uma das etapas de interpretação e análise do estudo. Como pode-se ver na Representação Gráfica (Fig.1) apresentamos os grupos de acordo com o lugar de residência. As Representações Gráficas são utilizadas durante todo o processo da ASD com o intuito não apenas de melhor visualizar ao leitor a configuração dos resultados parciais, mas o próprio ato de sua construção é intrínseco à ASD pelo fato de ser capaz de gerar *insights* para a etapa subsequente e revelar a interligação natural entre o conjunto das etapas.

##### **4.1- Trabalhos práticos iniciais**

Após as reuniões em grupo, realizamos as transcrições literais das discussões utilizando uma convenção simbólica de transferência da linguagem falada para a linguagem escrita, na qual estão ausentes as formas de pontuação usual na escrita, recomendada por Brown e Yule (1983), constituída apenas pelos seguintes símbolos: (-) pausa breve; (+) pausa longa; (++) silêncio por parte do grupo. Trata-se de um trabalho sistemático e minucioso, que é realizado considerando as formas não gramaticais, variações dialéticas, repetições, frases incompletas e hesitações, etc. A partir das transcrições e notas de campo, foi possível ter as primeiras intuições ou ideias necessárias para o início do processo de interpretação e análise dos discursos. Esse é um processo intuitivo, com certa liberdade e criatividade, apesar do rigor da técnica.

Com a realização dessa primeira fase e com o surgimento dos primeiros *insights* foi possível identificar, na sequência procedimental, as seguintes conjecturas pré-analíticas ou hipóteses originárias dos discursos grupais que fazem parte, posteriormente, dos Procedimentos Interpretativos e dos Procedimentos Analíticos:

1. A mercantilização do património acaba por gerar uma percepção de exclusão na população local.
2. Os sujeitos pertencentes a grupos que vivem em destinos patrimoniais demonstram ter um maior interesse cultural e identificam-se com destinos que possuem características similares ao seu lugar de residência;

3. O uso turístico do património é gerador de importantes mudanças sociais;

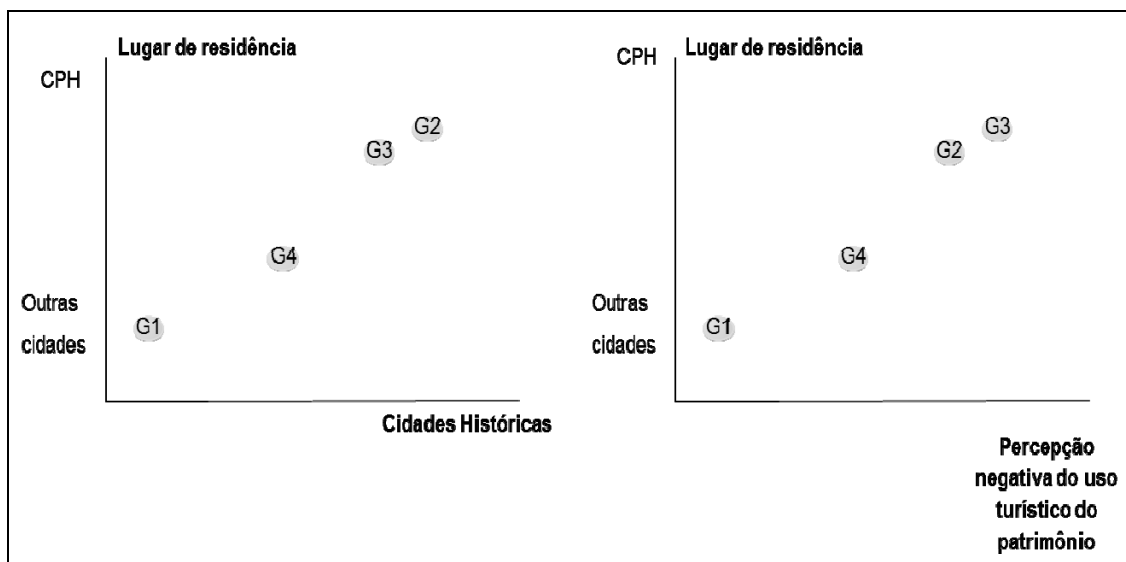


Figura 1 – Mapa de Posicionamento: percepção sobre o uso turístico do património *versus* *locus* de residência dos grupos investigados.

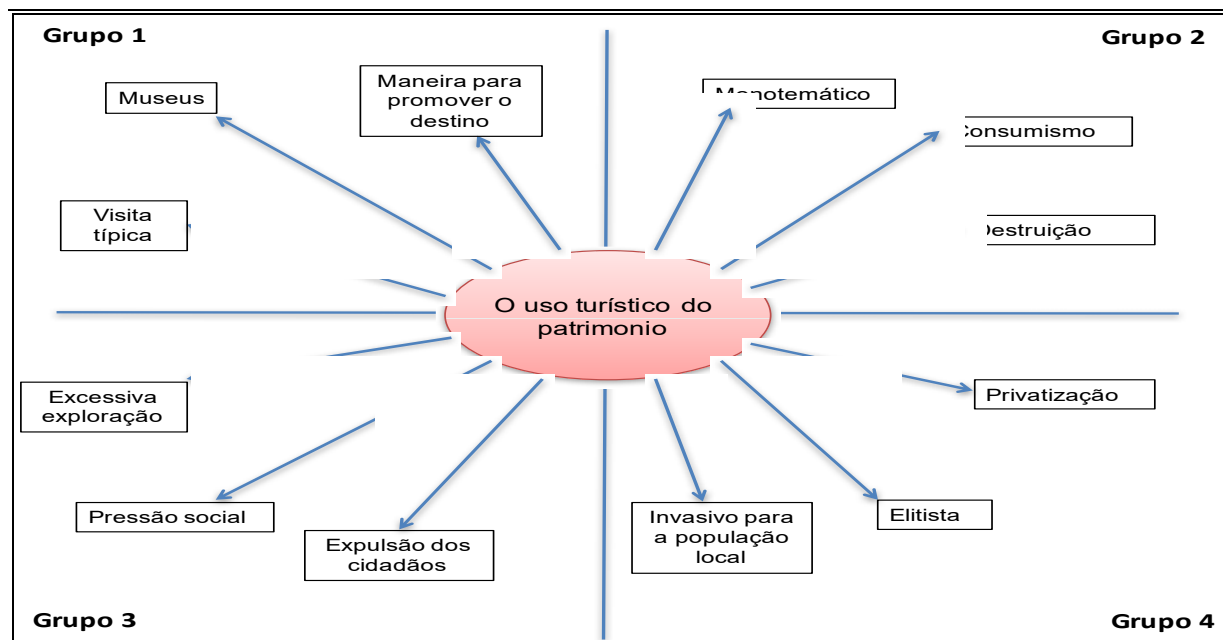


Figura 2 – Mapa de Posicionamento: percepção sobre o uso turístico do património *versus* *locus* de residência dos grupos investigados.



A primeira representação gráfica (Figura 1) denota a interpretação discursiva dos pesquisadores de que os grupos G2 e G3 formados por residentes da cidade património da humanidade possuem um maior interesse por cidades históricas. Entretanto, como demonstra a próxima Representação Gráfica (Figura 2), esses sujeitos são também mais críticos em relação ao uso turístico do património.

O conjunto dos Mapas de Posicionamento dos Grupos permitiu a elaboração da hipótese 1 já anunciada – a existência no discurso grupal dos residentes de uma cidade património da humanidade de uma concepção negativa acerca do turismo patrimonial, ou seja, de que a mercantilização do património acaba por gerar inúmeros prejuízos à população local e sua consequente exclusão. Tal percepção crítica aparece parcialmente no discurso do grupo residente nas proximidades da cidade patrimonial estudada e não fora compartilhada pelo grupo formado por residentes em outras cidades não patrimoniais.

#### **4.2 - Procedimentos de interpretação**

Trata-se nestes procedimentos ainda de interpretações livres – não validadoras e finais – dos pesquisadores, originárias dos *insights* obtidos nos Procedimentos Iniciais e que neste momento metodológico já passam a permitir a configuração de conjecturas pré-analíticas um pouco mais consistentes em função de serem oriundas de discurso grupal, bem como os estilos discursivos. Conde (2009) recomenda que os quatro módulos principais de procedimentos da ASD apresentados no capítulo 3 sejam trabalhados pelos pesquisadores em forma sequencial, porém não existe o imperativo didático de manter-se a mesma sequência por ele proposta no interior de cada procedimento principal. Em nossa prática observamos a relevância desta ressalva, em virtude de que inúmeras vezes se torna muito difícil formular uma conjectura pré-analítica, sem antes analisar a fundo os estilos discursivos presentes no grupo, tal como aqui ocorre neste estudo.

Durante as reuniões, os participantes foram estimulados a falar a respeito das suas percepções sobre a importância das viagens de férias, os seus interesses turísticos e o uso turístico do património. A partir das transcrições dos discursos identificamos vários estilos discursivos. Com o intuito de representar os estilos discursivos principais dos grupos, selecionamos algumas frações discursivas de cada grupo emitidas ao serem estimulados a expressar as suas percepções sobre o uso turístico do património. Como se pode observar na Tabela I, esta temática foi objeto de muitas críticas nos grupos 2, 3 e 4, ao associarem o uso turístico do património ao turismo massivo e a uma gestão inadequada dos recursos turísticos por parte dos atores públicos e privados. Neste sentido, *evidenciamos que o lugar de residência dos participantes dos grupos 2 e 3 (Santiago de Compostela) influencia nos discursos emitidos pelos grupos que, devido ao grande fluxo turístico na cidade de residência e aos inúmeros problemas sociais que afetam diretamente a vida da população local, acabam por gerar um discurso opositor a este tipo de turismo de massa*. Por outro lado, nas frações discursivas do grupo 1 é possível observar que o conceito de património está associado aos museus e o seu uso turístico se traduz na fórmula encontrada por

muitos destinos para promover e conservar os seus recursos patrimoniais. Estas interpretações obtidas alinhadas às Representações Gráficas construídas já no momento dos Procedimentos Iniciais e auxiliadas pelo encontro dos principais estilos discursivos passam a constituir, tal como o leitor observará ao final deste capítulo a principal conjectura pré-analítica do estudo.

Tabela I– Estilos discursivos: frações discursivas sobre o uso turístico do património

Grupo	Discurso
1	Es que <b>no me encanta el arte- en sentido</b> de que <b>no me gusta por ejemplo ir a un museo y ver las obras- Me gusta más disfrutar de la ciudad</b> o del país que visito <b>en su conjunto-</b>
	Yo creo que uso turístico del patrimonio que <b>es la manera con que- de venderlo-</b> sino de otra manera muy pocos sitios se <b>conservaría y -y no sé+ Dar más publicidad- no+</b>
	Yo creo que está un <b>poco desaprovechado+</b> O sea- igual otro tipo- o sea- igual <b>la típica visita a un museo-no sé-</b> como darle otro- <b>otra presentación</b> a lo que estás viendo+
2	Es que yo creo que <b>están muy mal gestionados+ En algunas ciudades están muy explorados turísticamente y en otras nadie les conoce+</b>
	claro é que- a min <b>me parece un circo +</b> Normalmente en calquera cidade- en calquera sitio que vou e <b>dáme medio ganas de chorar</b> porque -
3	<b>é unha verguenza+</b> Eu creo que <b>é o caso de Santiago e de moitas cidades europeas-</b>
	<b>eu creo que está -excesivamente explotado</b> o patrimonio- non- nese sentido+ É que <b>non ten límite-</b> non+ Tes que chegar aquí a <b>Quintana a Santiago e de repente ves unha cola que xira- xira e que unha persoa da cidade-</b> que para atravesar a sua praza de toda a vida- pois ten que-tarda 20min en girar porque ten que culebriar porque hai tantas persoas esperando nunha cola que me parece+
	<b>A expulsións dos cidadáns non+</b>
4	O uso turístico do patrimonio <b>me parece completamente exagerado-</b>
	o patrimonio <b>-hai os que están moi ben feito- e me parece magnifico- Pero logo hai niveles-</b>

A fim de analisar a consistência e melhor formular a hipótese 2 apresentada no subcapítulo 4.1 – de que os *sujeitos pertencentes a grupos que vivem em destinos patrimoniais demonstram ter um maior interesse cultural e identificam-se com destinos que possuem características similares ao seu lugar de residência* – utilizamos também interpretações originárias do questionamento acerca da importância das viagens de férias e seus interesses turísticos. Com relação a esta conjectura pré-analítica surgiram nos discursos dos sujeitos os seguintes aspectos discursivos principais, na interpretação dos pesquisadores:

Grupo 1 (residentes de outras cidades de A Coruña): aspectos discursivos como desconectar do trabalho e descobrir novas culturas como a principal motivação para o grupo de viagens de férias. De acordo com seus discursos, os participantes muitas vezes procuram destinos com uma semelhança à

sua cultura, no entanto, devido às características climáticas da região de residência (inverno longo) preferem viajar para destinos onde é possível coincidir cultura, sol e praia. Identificam-se com cidades modernas como algumas dos USA.

Grupo 2 (residentes em Santiago de Compostela): aspectos discursivos de "desconexão da vida quotidiana" e "aprender coisas novas" emergiram no discurso como as principais motivações para o grupo de viagens de férias, embora os participantes considerem como prioridade conhecer a sua própria região, isto é, retornar às suas origens antes de fazer viagens para lugares diferentes. Os sujeitos pertencentes a este grupo buscam destinos cômodos e identificam-se com cidades europeias, alinhando-se desta forma à hipótese 2.

Grupo 3 (residentes em Santiago de Compostela): A importância da viagem de férias emergiu como uma necessidade fundamental e aspectos como escapar da rotina e experimentar culturas diferentes foram expostos como as principais motivações para viajar. Aqui o discurso grupal revelou a busca por destinos que permitem um "choque" de cultura, de acordo com as suas ideologias de vida, mas principalmente condicionada pela situação histórica e social do lugar. Por outro lado, este grupo identifica-se com destinos patrimoniais europeus e, da mesma forma que o Grupo 2, conflui para a construção da conjectura pré-analítica 2.

Grupo 4 (residentes de outras cidades de A Coruña): nos discursos, a importância das viagens de férias é considerada uma necessidade vital e está associada ao relaxamento, uma terapia para trabalhar melhor após a viagem. Em férias curtas preferem lugares para descansar, possivelmente com uma mistura de sol, praia e cultura. Identificam-se com destinos exóticos, tais como China e Macau, por exemplo.

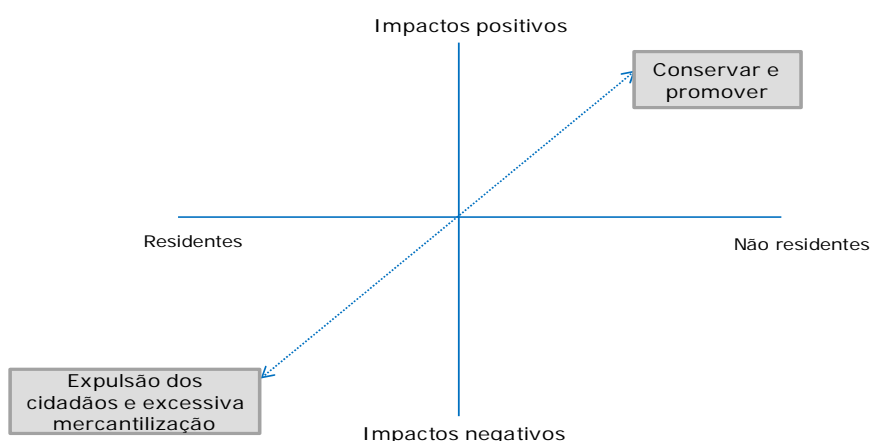


Figura 3 – Conjectura pré-analítica principal e unificadora – percepção crítica *versus* (a) crítica sobre uso turístico do património

Finalizando os Procedimentos Interpretativos, formulamos uma Representação Gráfica (Figura 3) a fim de consolidar uma conjectura pré-analítica mais sólida e unificadora do subcapítulo, pois emerge da conjugação dos *insights* inerentes aos Procedimentos Iniciais (Mapas de Posicionamentos iniciais), bem como dos estilos discursivos apresentados na Tabela 1 e das interpretações finais.

Cabe observar que o que aqui denominamos (a) crítica vem no sentido de ser a ASD um método essencialmente dialético com origens marxistas e psicanalíticas. Entretanto, a utilização do prefixo (a) entre parênteses significa ausência de julgamento de valor por parte dos pesquisadores em relação, principalmente ao discurso do grupo 1 formado por não residentes em cidade patrimonial, que permitiu a elaboração da última conjectura pré-analítica tangenciada desde os Procedimentos Iniciais - que o *uso turístico do património é gerador de importantes mudanças sociais*.

Passamos a partir daqui aos Procedimentos de Análise, validadores ou não das conjecturas formuladas até o momento. Os Procedimentos de Análise passam, com base em seus três procedimentos simultâneos - posicionamentos discursivos (quem é este sujeito social que fala); configurações narrativas (de que forma se organiza a fala) e espaços semânticos (o que está em jogo quando se fala; qual o significado do que se diz) – ocupar o espaço central de aprofundamento da ASD.

### **4.3 - Procedimentos de Análise**

Para configurar as narrativas deste estudo, a partir dos diferentes posicionamentos discursivos dos quatro grupos, pretendemos representar os elementos latentes presentes nos discursos dos grupos sobre o uso de turismo de património. Todos os grupos consideraram excessivo o uso turístico do património, no entanto, nos discursos dos grupos 2 e 3, formados por residentes de uma cidade histórica, as críticas sobre os impactos desse uso são mais acentuadas, seguindo uma tendência mais negativa quando comparada com os discursos dos grupos 1 e 4, de habitantes de cidades não consideradas históricas.

A Representação Gráfica presente na Figura 4 é uma tentativa de demonstrar a polaridade existente entre os discursos grupais. Além disso, de acordo com a literatura e as etapas anteriores desta prática, acredita-se que o local de residência influencia as percepções sobre o uso turístico do património.

Notou-se que as mudanças sociais causadas pela mercantilização do património permaneceram enraizadas nos discursos dos grupos em relação às percepções do seu uso turístico. Por outro lado, há um interessante deslocamento ocorrido no discurso que passa de uma dimensão dos interesses do sujeito como turista, para outra dimensão no momento em que o mesmo sujeito social é residente. Ou seja, observa-se que os posicionamentos em relação aos interesses e uso turístico do património por parte dos grupos seguem uma tendência de acordo com o lugar de residência.

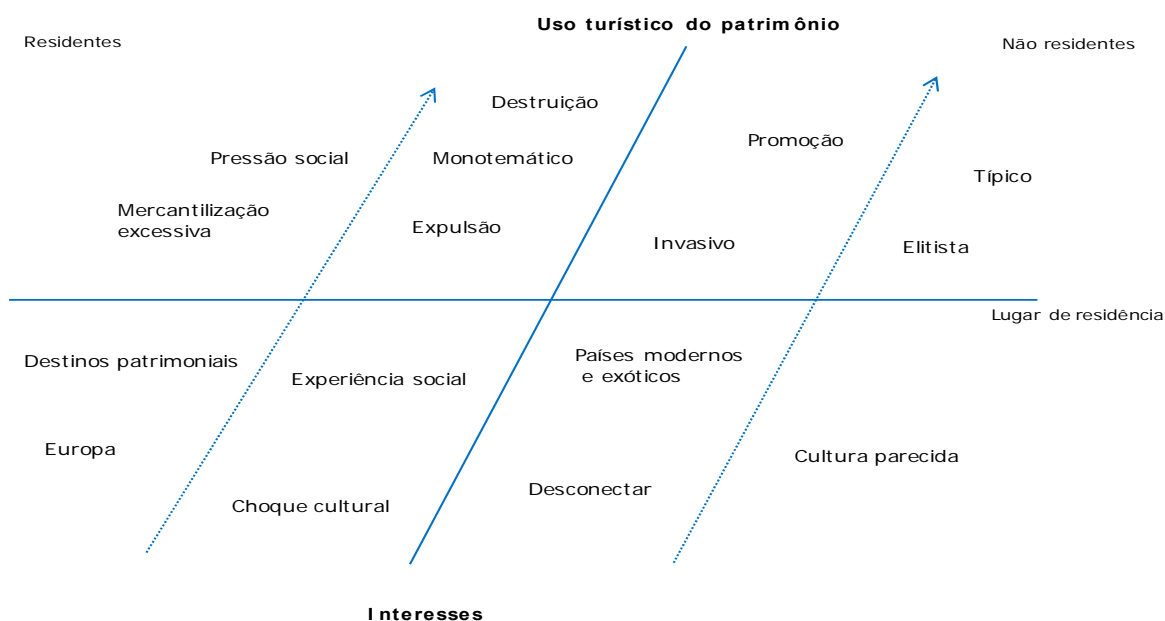


Figura 4: Configuração narrativa – divergências e convergências de Interesses e uso turístico do património versus *locus* de residência

Nesse sentido, o posicionamento relacionado com os seus interesses, os residentes de Cidade Património da Humanidade (CPH) identificam-se com destinos patrimoniais, com destinos que oferecem experiências sociais com choque cultural, mas em maior medida, identificam-se principalmente com destinos Europeus. Por outro lado, existe uma mudança de posicionamento quando assumem a posição de residentes, ao associarem o turismo patrimonial à mercantilização excessiva, pressão social, exclusão da população local, etc. Ainda que em menor medida, esse posicionamento crítico também é observado nos grupos de não residentes, que consideram este tipo de turismo elitista e invasivo.

Quando o tema central é o uso turístico do património (Figura 5) identificamos três principais atratores semânticos que constituem o procedimento denominado espaço semântico, torno dos quais os discursos giram: espacial, econômico e social. A Figura 5 é uma representação de como os três principais atratores identificados estão interligados. A exploração inadequada do espaço e a má gestão do recurso patrimonial, gera impactos sociais negativos, como a perda da identidade social e a exclusão da população local, que acaba tendo que conviver com a mercantilização excessiva e como o sofrimento em virtude do aumento do custo de vida em cidades patrimoniais.



Figura 5: Espaços semânticos – Interesses e uso turístico do património


## 5. Considerações finais

Constatou-se, através destes métodos de análise subjetivistas – estrutural (GD) e dialético (ASD), que os sujeitos quando residentes na cidade Património da Humanidade estudada apresentam uma visão mais crítica em relação à temática proposta - o uso turístico do seu património. Do discurso desses sujeitos emergiram elementos como: capacidade de carga, utilização massiva do património, perda de identidade local causando a expulsão dos cidadãos dos centros históricos, aumento do custo de vida e mau uso dos ambientes públicos. Estes aspectos podem ser considerados prejudiciais para o desfrute do uso do património e da sustentabilidade desta atividade. Por outro lado, quando esses mesmos sujeitos são analisados como turistas, identificam-se mais com destinos com características similares ao seu lugar de residência e, ao mesmo tempo, são mais sensíveis ao património cultural em geral.

Acerca da experiência com a utilização das práticas metodológicas de Grupo de Discussão e Análise Sociológica do Discurso – originárias da pesquisa social qualitativa espanhola, há décadas amplamente conhecida na maioria dos países latino-americanos -, somente na última década ganhando contornos inovadores no Brasil e, mais recentemente, na Galícia, pode-se afirmar que há ainda muito espaço para o debate, o aprimoramento e a reinvenção. Ainda que possa por algum momento transparecer um conjunto manualesco de procedimentos, a ASD é profundamente amparada em uma sólida forma de pensamento epistemológico iniciado há mais de 70 anos no interior da história da pesquisa qualitativa espanhola, com no mínimo três gerações de renomados pesquisadores que influenciaram toda a forma de pensar metodologia como o caminho do pensamento. As gerações mais

contemporâneas – após a sistematização de Conde (2009) – vêm inovando, incrementando, adaptando a objetos imagéticos, de tal forma que cada pesquisador pertencente a esta Escola, cada vez mais imiscuída em diferentes países, percebe a necessidade de criação metodológica diferenciada a cada investigação, porém sem desprender-se dos fundamentos metodológico-epistêmicos essenciais sem os quais o método corre o risco de tornar-se mera aplicação de procedimentos.

## 6. Bibliografia

- Alonso, L. E. (1998). *La mirada cualitativa en sociología*. Madrid: Fundamentos.
- Borba, C.; Barreto, M. (2015). Políticas públicas de cultura e turismo, e sua influência na profissionalização de grupos tradicionais. O caso dos Maracatu de Pernambuco, Brasil. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 13 n. 2, 359-373.
- Brown, G. E Yule, G. (1983). *Análisis del discurso*. Madrid: Visor Libros.
- Clavé, S. A.; Calabuig, J. (2005). Planificación y gestión de destinos turísticos. Master en Dirección y Gestión Turística. Madrid, *IUP – Grupo Santillana, (edición electrónica)*.
- Conde, F. C. (2010). *Análisis sociológico del sistema de discursos*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Conde, F. C. (2009). *Análisis sociológico del sistema de discursos*. Cuadernos Metodológicos 43. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS).
- Dominguez, L.; Batista, R.; Recompensa, C. (2013). Fundamentos necesarios para alcanzar el desarrollo socioeconómico local a través de la gestión turística patrimonial. *Revista de Estudos Sociais* – n. 29, vol. 15, 17-32.
- Gabriel, L. P. M. C. (2016). *La imagen proyectada de dos destinos patrimoniales italianos. El caso de Florencia y Venecia*. Dissertação de Doutoramento. A Coruña: Universidade da Coruña.
- Godoi, C. K.; Coelho, A. L.; Serrano, A. (2014). Elementos Epistemológicos e Metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os Estudos Organizacionais. *Revista O&S*, v. 1, n. 70, 509-535.
- Godoi, C.K.; Mastella, A.S.; Uchoa, A. G. F. (2018). Integração metodológica entre Grupo de Discussão e Análise Sociológica do Discurso. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 24, n. 1, 25-59.
- Pérez, M. S. (2012). Turismo y ciudades patrimoniales: estudio de caso, Santiago de Compostela. *M+A. Revista Electrónica de Medio Ambiente*, vol. 12, 62-107. 
- Soares, J. R. S.; Godoi, C.K. (2017). A metodologia da análise sociológica do discurso em estudos turísticos: o processo de transformação da imagem turística e sua relação com a lealdade. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 15, n.1, 245-260, 2017.
- Rodriguez, Z. (2012). La sustentabilidad en el planeamiento del desarrollo turístico en ciudades patrimoniales. *Arquitectura y Urbanismo*. vol. XXXIII, n. 2. □
- Serrano, M. (2010). El grupo de discusión. Observatorio internacional de ciudadanía y medio ambiente sostenible. *Cimas Cuadernos*.

## A CRISE ECONÓMICA NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DINAMIZAÇÃO NO SETOR TURÍSTICO

Helena PINA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[mpina@letras.up.pt](mailto:mpina@letras.up.pt)

### Resumo

Espaço emblemático, a Região Demarcada do Douro (RDD) é não só um cenário privilegiado onde se produzem vinhos excelentes, designadamente o Vinho do Porto, mas também um conjunto paisagístico que reflete um valioso historial. Ao longo dos seus 250000 hectares de extensão, multiplicam-se os socacos repletos de vinhedos, realçando-se uma paisagem classificada, em 2001, como Património Mundial da Humanidade. Estamos, de facto, perante um cenário cativante, mas também um património arquitetónico, sócio-cultural, gastronómico e enológico soberbos que, no entanto, urge dinamizar. Todavia, os obstáculos ao seu desenvolvimento multiplicam-se, tendo sido ainda agravados durante a crise iniciada em 2008. Assim se destacam problemas não só de âmbito demográfico, mas também os de cariz económico, particularmente os associados à vinha e ao turismo.

Como dominam na região as pequenas explorações de estrutura familiar, sobretudo no “Baixo Corgo”, a subregião mais ocidental, tendo por base um amplo trabalho de campo que incluiu a realização de inquéritos e entrevistas aos principais intervenientes na definição de estratégias e dinâmicas territoriais durienses como os agentes políticos e técnicos setoriais, ou os responsáveis pelas explorações vitícolas e turísticas, e, obviamente, os residentes, os principais preservadores deste património distinguido pela UNESCO, conseguimos caracterizar sinteticamente o cenário regional, realçando a vertente turística em espaço rural e os seus problemas, sobretudo na sequência da crise que se instalou. Numa conjuntura em que cada vez mais se realça o turismo como despoletador/revitalizador do desenvolvimento regional, que estratégias foram adotadas no sentido de assegurar a preservação e a competitividade duriense e num quadro sustentável? Recorrendo a casos paradigmáticos, fica patente que, de facto, a região tem potencialidades múltiplas que lhe permitem subsistir e dinamizar-se, inclusivamente em períodos de crise económica.

**Palavras chave:** desenvolvimento rural, património paisagístico, turismo, sustentabilidade

### Abstract

An emblematic area, the Douro Demarcated Region (DDR) not only offers a privileged setting where excellent wines are produced, namely Port wine, but also a landscape that reflects its historical wealth. Throughout its 250000 hectares of land, terraces are laden with vineyards, framing a landscape classified in 2001 as a World Heritage Site. It is indeed a captivating scenario, home to superb architectural, socio-cultural, gastronomic and oenological heritage that, nevertheless, needs to be protected and bolstered. However, the obstacles to its development have multiplied and have been further aggravated during the crisis which began in 2008. The problems the region faces are not only demographic but also economic, particularly those associated with winegrowing and tourism.

Small family-based farms dominate the region, especially in the “Baixo Corgo”, the westernmost sub-region. This article characterises this regional scenario, emphasising the rural landscape and its problems, especially in the aftermath of the crisis. The study is based on extensive fieldwork that included surveys and interviews with key stakeholders in the definition of territorial strategies and dynamics in the Douro, such as sectoral political and technical agents, as well as vineyard and tourism managers and, of course, the residents, the main custodians of this heritage distinguished by UNESCO. In a context in which tourism is increasingly emphasised as a catalyst for revitalising regional development, what strategies have been adopted to ensure the conservation and competitiveness of the region, ensuring furthermore its sustainability? Using paradigmatic cases, it is clear that, in fact, the region has multiple potentialities that allow it to subsist and flourish, even in times of economic crisis.

**Key words:** rural development, landscape heritage, tourism, sustainability



## 1- Algumas notas de enquadramento

Apesar de Portugal abranger apenas cerca de 92000 Km<sup>2</sup>, ostenta uma inegável diversidade paisagística, económica e social, que muito valoriza o país. Na realidade, exemplificando com um indicador genérico, a densidade demográfica, facilmente se constata que a uma região Norte fortemente povoada, onde as densidades populacionais ultrapassam com facilidade os 250 hab/Km<sup>2</sup>, contrapõe-se uma região alentejana com valores densitários inferiores a 30 hab/Km<sup>2</sup>. Não obstante, e independentemente dos indicadores em análise (paisagísticos, económicos, sociais, culturais, ou outros), há que realçar a forte litoralização das atividades económicas e da população, mas num quadro complexo e diversificado. Neste artigo, privilegia-se a Região Demarcada do Douro (RDD). Espaço paradigmático, de renome mundial, situado na bacia hidrográfica do Douro, em solo do complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, aqui se produzem vinhos de excelente qualidade, com destaque inegável do Vinho do Porto.

Região periférica, apesar das suas potencialidades (paisagísticas, económicas, culturais e enológicas), sobressaem também alguns problemas de âmbito social e económico, como o progressivo declínio demográfico, associado a um nítido envelhecimento populacional, para além da degradação do quadro económico e institucional e até paisagístico da região.



Fonte: Plano Interm. de Orden. Territ. do Alto Douro Vinhateiro, UTAD  
Figura 1- A Região Demarcada do Douro e a localização dos casos de estudo.

Interessa, porém, neste artigo, aprofundar o setor turístico da Região Demarcada do Douro. Ocupando cerca de 250000 hectares, dos quais apenas 40000 ocupados pela vinha contínua (IVDP, 2016), a RDD tem início em Mesão Frio, seu extremo oeste, a cerca de 100 Km de distância da cidade do Porto, prolongando-se até à fronteira com Espanha. Espraia-se pelos vales do rio Douro e principais afluentes, muito encaixados, onde se sucedem os socalcos vitícolas ocupados por castas específicas regionais.

Espaço com um longo historial, não é, contudo, homogéneo. Na realidade, embora seja a vinha e o vinho que possibilitam a sua individualidade e que sustentam este património, a diversidade paisagística impõe-se, mas num contexto que aumenta as suas potencialidades, surgindo três subregiões: Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior (Fig. 1). Assim, no Baixo Corgo, a subregião mais ocidental, onde o clima de cariz mediterrâneo, comum a todo o espaço regional, apresenta maior grau de humidade e temperaturas médias anuais menos elevadas, produzem-se os vinhos menos encorpados, os mais valorizados nos anos mais secos (Foto 1). Subregião com maior historial e transformação antrópica, aqui se situam os principais núcleos urbanos durienses e a maioria dos vinhedos tradicionais, de pequena dimensão e estrutura familiar.



Foto 1- A importância da vinha tradicional no Baixo Corgo, com o domínio da pequena propriedade familiar e a permanência de uma nítida biodiversidade visível na paisagem.  
(Foto da autora. Junho 2016)

Prosseguindo para leste, segue-se o Cima Corgo (Foto 2), subregião onde se inscrevem as principais quintas que fazem parte do património fundiário das firmas exportadoras. Aqui se localizam as quintas mais extensas e afamadas, apoiadas num quadro laboral com elevada formação técnica, que

desenvolvem vinhedos recentes e mecanizados, conducentes à produção dos mais destacados vinhos do Porto e outros.



Foto 2- O Cima Corgo com as suas grandes quintas empresariais, onde se apostou na renovação da vinha e na mecanização, dada a existência de forte capital humano, financeiro e técnico. (Foto da autora, março 2016)



Foto 3 - O Douro Superior, em Barca de Alva, onde a oliveira e a amendoeira dominam.  
(Foto da autora, junho 2016)

Continuando para leste, rumo à fronteira com Espanha, surge a subregião mais oriental, o Douro Superior (Foto 3), onde o historial vitícola é mais recente e onde, dados os acentuados problemas hídricos, é a oliveira e a amendoeira que dominam na paisagem. No entanto, é nesta subregião que a expansão da vinha mecanizada mais se dilatou desde a década de setenta do século passado.

Resta acrescentar que, em qualquer das subregiões, o grau de humidade aumenta quando se ascende em altitude, enquanto a temperatura diminui, o que justifica as diferentes tipologias de vinhos existentes, quer entre os Vinhos do Porto, quer entre os não licorosos, independentemente de serem DOC, VQPRD, ou outros vinhos regionais (Pina, 2007).

Apesar deste potencial paisagístico, na região sucedem-se os problemas que incluem os económicos associados ao deficiente escoamento dos vinhos e à débil estrutura fundiária, mas também os sociais como o declínio demográfico e o envelhecimento dos residentes. Acrescem as precárias acessibilidades internas, a incipiente manutenção do património arquitetónico, ou o progressivo esmorecer dos festejos tradicionais e do artesanato. Assim se coloca em causa a preservação e a revitalização do património duriense, quadro que ainda se agravou durante o período de crise que se instalou em 2008.

Para tentar mitigar estes problemas, desde os anos oitenta do século passado apostou-se na renovação / reestruturação dos vinhedos, apesar de, com frequência, se recorrer a tipologias de plantação da vinha distintas da tradicional (“vinha ao alto” e “vinha em patamares”), transformando a paisagem, mas mecanizando os trabalhos, o que reduziu a carência de mão de obra. Porém, a crise criou interferências, desincentivando a expansão vitícola.

Para esta reestruturação e expansão vitícola têm existido diversos mecanismos de apoio financeiro decorrentes das instituições europeias, transcritos nos sucessivos planos estratégicos nacionais. Assim aconteceu com o “Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013” (PRODER), ou com o “Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020” (PDR), muito importantes em setores estratégicos como é a vinha e o vinho, ou o olival e o amendoal, mas também o turismo, “Estratégia para o Turismo 2027”. Assim se tenta preservar a qualidade dos produtos, num quadro multifuncional que tem por objetivo dinamizar os espaços rurais e assegurar a sua sustentabilidade. Neste contexto, o turismo é de facto uma aposta, e, no espaço duriense, sobretudo após a classificação destas paisagens pela UNESCO, em Dezembro de 2001, como “Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade”, multiplicaram-se os candidatos com projetos turísticos que concorrem aos diversos programas associados a fundos comunitários.

Por outro lado, o Vale do Douro é um dos destinos turísticos envolvidos na criação de uma rede mundial de turismo que perspetiva a “excelência”, rede esta reconhecida pela Organização Mundial de Turismo. Na sequência de um aprofundado diagnóstico, abrangente das múltiplas componentes do território (ambientais, económicas, sociais e culturais), quadro necessário para a avaliação feita pelo *Centro Mundial de Excelência dos Destinos*, a região duriense, num total de 14 parâmetros, obteve sete “excelentes” (segurança, saúde e bem-estar, alimentação e bebidas, acessibilidades extraregionais, ambiente e paisagem, vinhas, cultura e património), dois de nível “elevado” (arqueologia e acolhimento), enquanto no alojamento e nos serviços o grau

atingido foi “médio” (Bédard, 2008). Estávamos no início do século XXI. Havia, pois, que corrigir os parâmetros mais deficitários, aliás, agravados com a crise que se instalou. Para tal desiderato, neste estudo basear-nos-emos na informação obtida quer através de inquéritos e entrevistas aos principais agentes políticos e setoriais, mas sobretudo aos responsáveis de diversas unidades turísticas regionais, independentemente de elas corresponderem a ofertas disponibilizadas pelas quintas locais, ou a pequenas unidades hoteleiras inseridas na paisagem vitícola. Este amplo trabalho de campo decorreu de uma prévia pesquisa documental, abrangente em termos temáticos. Não obstante, neste artigo privilegiou-se a análise do setor turístico regional, caracterizando-o em termos logísticos, económicos e sociais, enquanto se percecionava também os problemas mais incisivos com que se debateram, sobretudo no período de crise. Questionámos também as estratégias utilizadas para a superação da crise e a dinamização da economia na sua globalidade, num quadro sustentável e responsável, que subentende a manutenção das especificidades territoriais, independentemente de serem paisagísticas, ambientais, económicas, sociais ou culturais.

Assim se tentou subsistir a uma crise global, recorrendo a distintas estratégias, mas apostando na qualidade distintiva, num contexto difícil, abarcando nestas dinâmicas as entidades públicas e privadas, para além da população autóctone, os efetivos depositários do património regional e, neste caso, as quintas e outras entidades associadas ao setor turístico implantado no meio rural duriense.

## **2- A Região Demarcada do Douro, um quadro apelativo mas carenciado**

*A Região Demarcada do Douro é, na verdade, um espaço paradigmático, repleto de paisagens inesquecíveis, onde o socalco impera, pois esta era a única técnica conhecida para vencer o forte declive das vertentes que envolvem o rio Douro. Aqui incidiu a primeira delimitação e regulamentação do espaço autorizado a produzir o Vinho do Porto, ainda em 1756, proporcionando uma forte intervenção numa paisagem agreste, em que se substituiu a floresta que emoldurava as águas do Rio Douro, por uma paisagem onde a vinha é soberana.*

Para dilatar este quadro apelativo, é nítida uma diversidade paisagística interna, reflexo do diferente grau de incidência e das características morfológicas dos vinhedos, distintas de acordo com o período em análise. Efetivamente, se o recurso ao socalco constituiu a única técnica utilizada para a armação dos vinhedos no espaço duriense durante séculos, a partir do final dos anos setenta do século XX, com as novas tecnologias e os imperativos económicos, os tradicionais socalcos, com muros em pedra solta, foram sendo substituídos pela “vinha ao alto” ou pela “vinha em patamares”, transformando-se o cenário, já que enquanto no Baixo Corgo persiste uma percentagem significativa da vinha tradicional, no Cima Corgo e no Douro Superior as novas morfologias dominam na paisagem.

Para ampliar esta atratividade, embora a vinha seja o sustentáculo económico da região, são indiscutíveis já outras potencialidades como é o caso do olival e do amendoal, mas também do vasto património cultural e construído, multiplicando-se os edifícios senhoriais dos séculos XVII a XIX, inseridos

nas quintas e envoltos por vinhedos, mas não em exclusivo, já que também em alguns núcleos habitacionais sobressai um notável quadro arquitetónico dos referidos séculos.

Nos núcleos urbanos, por seu lado, o património edificado é também inquestionável, a que ainda se reúnem as áreas classificadas e as protegidas. Assim, na margem direita do rio Douro pontuam núcleos como Vila Real, sede distrital que se desenvolveu no cruzamento das principais acessibilidades regionais e potenciando a implantação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro neste núcleo urbano. Neste contexto, multiplicam-se os exemplares religiosos (igrejas, capelas) de diversas épocas, para além do Palácio de Mateus, expoente máximo da arquitetura barroca no norte de Portugal. Aproximando-nos do rio Douro, mas permanecendo na sua margem direita, ainda no Baixo Corgo, surge a cidade do Peso da Régua, designada a “Capital do Vinho do Porto”. Já no Douro Superior, encontramos Torre de Moncorvo e o Vale da Vilariga, ou, mesmo, Freixo de Espada à Cinta, vila manuelina implantada no espaço raiano.

Na margem esquerda do rio Douro, por seu lado, deparamos com Lamego, cidade episcopal, detentora de um longo historial e de um património notável, abrangente de diferentes períodos. Caminhando para Leste, sobressaem Tabuaço e S. João da Pesqueira, com os seus solares e a sua riqueza cultural onde se valorizam as fortes ligações históricas ao Marquês de Pombal, o responsável político da criação da RDD, em 1756. Por último, não podemos ignorar o Parque Arqueológico do Vale do Côa, também classificado pela UNESCO, e o Parque Natural do Douro Internacional, com as suas arribas e promontórios, onde se tenta preservar uma fauna e uma flora específicas.

Por outro lado, se a conjuntura paisagístico-cultural é extremamente atrativa, acresce que, sobretudo o Baixo Corgo é favorecido por boas acessibilidades extrarregionais, sobremaneira após a abertura da A4 e da A24. Esta subregião é ainda atravessada longitudinalmente pela linha ferroviária do Douro, que se prolonga até ao Pocinho (Douro Superior), possuindo de igual modo diversos cais nas margens do Rio Douro, cenário que se repete até à fronteira com Espanha, através dos quais se rececionam milhares de turistas que demandam o património duriense.

Este quadro apelativo ainda dilatou as suas virtualidades após a classificação parcial da paisagem duriense pela UNESCO, induzindo, inclusivamente, à aposta estratégica na RDD, considerada como *pólo turístico prioritário* de acordo com o “Plano Estratégico do Turismo”, perspetivando-se então transformar o “*Douro num pólo turístico de projecção internacional, fazendo do sector do turismo uma alavanca para o desenvolvimento económico-social da região*” (MEI, 2008, 84).

Apesar das potencialidades, são notórias as debilidades, designadamente as que incidem no setor vitivinícola, aquele que sustenta a economia local, ou, para citar mais um, o declínio demográfico e o envelhecimento da população autótone, dados os reflexos de tal cenário (Pina, 2009b). Acresce ainda a fragilidade dos acessos internos, que, apesar de mal conservados, constituem um repositório de histórias, pois incluem troços dos Caminhos de Santiago ou de vias romanas, ou ainda de estradas pombalinas. É uma viagem no tempo e no espaço que se proporciona, ficando patente a diversidade cultural, morfológica e paisagística da região.

Uma outra carência deteta-se a nível do alojamento. Na realidade, tradicionalmente, a subsistência das freguesias durienses de índole rural, apoiava-se na vitivinicultura, associada apenas a um setor

comercial básico do ramo alimentar e à função residencial. Após as décadas de cinquenta e sessenta do século passado, quando se intensificaram os fluxos demográficos rumo ao espaço europeu e às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, se, por um lado, diminuiu a pressão demográfica que incidia nestes espaços, por outro lado, só nos anos oitenta este cenário se começou a alterar. Com efeito, só a necessidade de alojar os turistas nacionais e estrangeiros induziu a alterações, no que foram incentivados pela melhoria do nível de vida da população em geral, mas também pela urgência em dilatar os rendimentos dos autóctones. Assim se implementou a multifuncionalidade das explorações agrícolas, sucedendo-se as adesões ao Turismo em Espaço Rural (TER). Complementarmente, introduziram-se inovações, apostas mais exigentes de âmbito turístico, ultrapassando-se, desta forma, a falta de alojamento de qualidade na região. Nestas circunstâncias, potenciaram-se algumas das especificidades distintivas da região, nomeadamente as paisagísticas e as enológicas, conducentes à sua efetiva internacionalização (Bédard, 2008).

Por seu turno, na sequência dos fluxos demográficos já referenciados, instalou-se um indiscutível declínio populacional, particularmente visível desde a década de sessenta do século XX, proporcionando que, em 2011 (Censos 2011, INE), a população residente que persistia na região se aproximasse perigosamente de 60% a 30% da registada em meados do século XX, quando, na generalidade dos casos, se atingiu o máximo populacional no Douro. Neste contexto, no início do terceiro milénio, a população agrícola encontra-se envelhecida sendo frequentes valores superiores a 50% de autóctones que já ultrapassaram os 65 anos de idade, enquanto os jovens exercem, prioritariamente, atividades terciárias nos núcleos urbanos envolventes, se bem que residindo nos meios rurais e auxiliando em regime pós-laboral os seus familiares na execução dos trabalhos agrícolas (Pina, 2007). Todavia, uma elevada percentagem dos durienses abandonou a região.

Se o declínio demográfico e o envelhecimento populacional são factos indesmentíveis é, contudo, a vitivinicultura que sustenta o tecido económico regional. E, neste âmbito, as problemáticas também se sucedem, embora sobressaindo as fundiárias, sobretudo no Baixo Corgo, onde dominam as pequenas explorações de estrutura familiar. Recorde-se que, embora a dimensão média das explorações agrícolas fosse, em 1989, inferior a 3 hectares, dispersos entre 2 a 5 blocos, com acessos centenários muito estreitos, nas últimas três décadas, embora a dimensão média das explorações agrícolas tenha crescido (transitou para 4,8 ha em 2009), o número total de explorações diminuiu. Todavia, o abandono ainda não é notório, visto que a diminuição do número de explorações reflete sobretudo a aquisição por parte dos residentes, proprietários com explorações contíguas, dos bens que a nova geração radicada nos grandes núcleos urbanos do litoral, dispensa.

Se reunirmos a cedência dos vinhedos por comodato e os ocasionais arrendamentos, constatamos que só assim prossegue a preservação da paisagem, do património regional. Resta acrescentar que também a expansão de tipo urbano, visível sobremaneira nas envolvências dos principais núcleos urbanos, fundamenta a diminuição do número de explorações agrícolas. Todavia, é necessário realçar, não há abandono dos vinhedos, exceto nos lugares implantados a maiores altitudes e na sequência da sobreprodução vitícola que vigora na região.

Contrastando com estas minúsculas explorações familiares, surgem, porém, prédios de maior dimensão, as “quintas”, propriedades que incluem uma residência da família e anexos vitícolas, para além de uma área de vinhedos que se espalha entre 15 e 700 hectares. Mas, no Baixo Corgo, estas quintas são em número limitado e raramente ultrapassam os 100 hectares (Pina, 2005).

Dadas as debilidades detetadas na conjuntura duriense, havia que implementar dinâmicas de desenvolvimento que incluíssem uma forte aposta na modernização/reestruturação dos vinhedos, para além da formação do quadro humano, tendo em vista um desenvolvimento não delapidador do quadro regional. Por outro lado, dado o perfil técnico-cultural dos viticultores, havia que instituir uma forma de associativismo que proporcionasse a manutenção de um rendimento mínimo, única forma de assegurar a permanência dos autóctones e do património duriense. Todavia, a grande aposta foi, efetivamente, o TER, de diferentes tipologias, mas também, e desde o início do terceiro milénio, unidades turísticas de elevada qualidade, que, apoiadas na promoção e num marketing territorial bem alicerçado (Osório et al, 2008), recebem visitantes de elevado nível económico. Neste contexto, quais as características destas unidades, independentemente da sua tipologia? Quais os impactes destes investimentos e da crise económica, iniciada em 2008? Que estratégias adotaram para sobreviverem e se valorizarem?

### **3- O impacto do turismo rural na RDD**

#### **3.1- O Turismo em Espaço Rural (TER): alguns apontamentos**

##### **3.1.1- O despertar do TER nas quintas de média e grande dimensão**

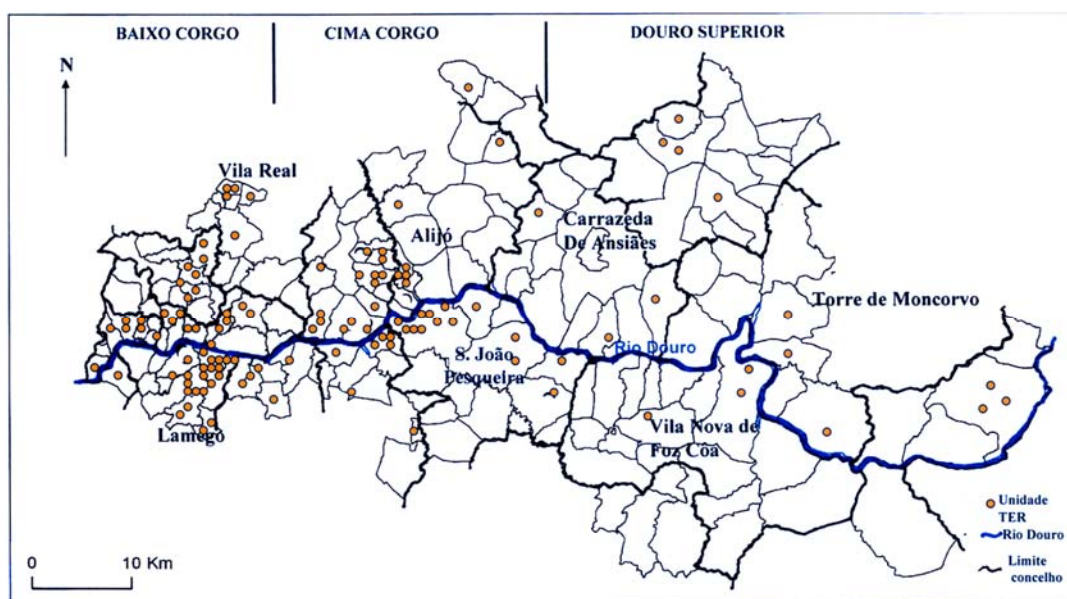
Entre as estratégias adoptadas tendentes a assegurar uma maior rentabilidade deste espaço, há que realçar efetivamente o TER, se bem que, após 2001, adicionando-lhe o turismo de “charme” e o de luxo. Com efeito, dadas as potencialidades da região duriense, quadro que foi reconhecido pela Organização Mundial do Turismo e pela “Agenda Regional do Turismo”, o setor turístico surge como um dos dinamizadores fulcrais da economia regional (Fazenda et al, 2008), sucedendo-se as adesões ao turismo, particularmente ao TER, por parte das médias e grandes propriedades vitícolas.

Atividade que despontou na região duriense no início dos anos oitenta (Pina, 2017), o TER registou um acentuado incremento na década seguinte, mas, sobretudo, após a classificação deste espaço pela UNESCO. Acresce que, paulatinamente, se registou uma progressiva dispersão territorial das unidades aderentes, se bem que sempre com a ascendência do Baixo Corgo, e, secundariamente, pelo Cima Corgo, como é visível em 2017 (Fig.3). Assim se multiplicam as quintas multifuncionais, incluindo sempre nas suas estratégias o turismo (Pina, 2010a, 2015, 2017).

Estas quintas que, por tradição, até ao início dos anos oitenta apenas desenvolviam trabalhos adstritos aos vinhedos e à produção dos vinhos, com a divulgação dos apoios comunitários, associados à necessidade de dilatar os rendimentos e de ultrapassar a progressiva carência de assalariados, começaram por reestruturar os vinhedos e só no final do século XX, ou no início do terceiro milénio, incrementaram a vertente turística. Assim sucedeu com a “Quinta dos Varais”, situada em Lamego (Baixo Corgo), com um



longo historial associado ao Convento de Salzedas. Todavia, desde 1773 faz parte do património da família Azeredo. Envolvida por 13 ha de vinhedos, reestruturados e mecanizados, comercializam também vinhos e azeite com a designação da quinta e, desde 1984, o turismo, neste caso o Turismo de Habitação. Possui 4 quartos. Acresce que, desde 2013 adaptou a antiga casa do caseiro para o Agroturismo, criando um edifício com 3 quartos, onde o xisto e o enquadramento paisagísticos são omnipresentes. Para a execução de todos os trabalhos, necessita apenas de 2 mulheres permanentes, quadro que aumenta quando recebe grupos.



Fonte: Turismo de Portugal, I.P., Rota do Vinho do Porto, ADETURN

Figura 3 - O impacte do Turismo em Espaço Rural na Região Demarcada do Douro em 2010.



Fotos 4 e 5 – Quinta dos Varais e Quinta da Casa da Azenha (Fotos da autora, 2016)

Outro caso é a “Quinta da Azenha” (Azevedo, s/d: 306). Implantada numa propriedade de 13 hectares, detentora de uma casa solarenga cujas origens remontam ao século XVII, possui 9 quartos, tendo iniciado a atividade turística em 2004 (Turismo de Habitação). Necessita apenas de 2 assalariadas permanentes. Um terceiro caso entre os selecionados corresponde à “Quinta de Tourais”, propriedade com 7 hectares de vinhedos, que aposta no enoturismo, mas também nas compotas, na gastronomia e na produção de vinho com rotulagem personalizada.



Fotos 6 e 7 – Quinta da Casa Amarela e Quinta de Tourais (Fonte: Arquivos das quintas, 2016):

Acrescentando mais um exemplo, reportemo-nos à “Quinta da Casa Amarela”. Apesar de ter sido instituída em 1885, só a partir de 1994 conjugou a produção de vinhos com a designação da quinta, obtidos nos seus 17 ha, com o engarrafamento e a comercialização do vinho generoso e outros DOC Douro. Proporciona aos visitantes uma multiplicidade de eventos de âmbito cultural, económico e lúdico, dos quais sobressaem almoços/jantares temáticos, provas de vinhos comentadas ou a confeção de “Cabazes de sabores do Douro”. Para tal, recorre apenas a uma assalariada permanente e, quando necessário, a eventuais.

Todos os exemplos analisados correspondem a médias explorações, mas nos investimentos no TER há também que destacar quintas de maior dimensão. É o caso da “Quinta da Pacheca”, uma das primeiras explorações durienses a engarrafar vinho com a designação do nome da quinta, produzido nos seus 50 ha de vinhedos mecanizados. A aposta no turismo tem já uma década, mas é de tal forma valorizada, que, para além da quinta se ter integrado na “Rota do Vinho do Porto” (extinta em 2014), os seus proprietários colaboravam com empresas turísticas de implantação nacional e criaram o “Hotel Rural Quinta da Pacheca”, que iniciou funções em 2009. Disponibilizava 14 quartos e apresentava um quadro laboral de 20 funcionários, jovens e com formação.

Avancemos, contudo, para o Cima Corgo (concelho de Sabrosa) e posicionemo-nos na “Casa da Calçada”. Habitação de arquitetura erudita dos finais do século XVII, pertença da família Cunha Pimentel,

possui uma exploração de 22 ha, dos quais 7 ocupados pelos vinhedos. Depois de reverter toda a vinha, produzindo diversos tipos de vinho, aderiram ao turismo (agroturismo e enoturismo) em 2011, disponibilizando 8 quartos. Casa integrada numa das Aldeias Vinhateiras do Douro, recorreu a subsídios comunitários para a recuperação/adaptação do edifício e anexos, mas dando uma ênfase enorme às questões ambientais, utilizando adubos certificados biodegradáveis, reutilizando os subprodutos como as vides (aquecimento e fumeiro), para além de manterem uma horta biológica e recorrerem apenas a aquíferos próprios para todos os trabalhos agrícolas e piscina. Possuem também painéis solares e duas bombas associadas à recuperação de calor, tendo em mente uma maior eficácia energética. Resta acrescentar que o mentor do projeto turístico tinha, à data, menos de 45 anos de idade e que, para a execução dos trabalhos, necessitava apenas de 1 ou 2 assalariadas permanentes.



Fotos 8 e 9 – Quintas da Casa da Calçada e Quinta da Pacheca (Fonte: Arquivos das Quintas, 2016)

Por seu lado, outro dos casos selecionados foi o da Quinta da Avesada (Cima Corgo, concelho de Alijó). Situada a cerca de 400 metros de altitude, já em morfologia planáltica, os seus proprietários são indissociáveis da Adega Cooperativa de Favaio, pois, para além de sócios fundadores, correspondem a uma das famílias que produzem o afamado vinho “Moscatel de Favaio”. Privilegiando sempre a produção e comercialização dos vinhos, foi com um membro da nova geração, então com menos de 30 anos, em 2008, (ano em que a estrada de acesso foi alcatroada), que o projeto turístico abriu as portas. Todavia, instalava-se a crise. Como o capital investido tinha sido exclusivamente privado e muito vultuoso, seguiram-se anos difíceis, sobretudo enquanto apostaram apenas no turismo nacional. A situação só se alteraria em 2013.

Eis alguns dos exemplos selecionados. Na generalidade, estas unidades TER inserem-se em propriedades de média ou grande dimensão e atuavam sob coordenação familiar, oferecendo aos hóspedes a possibilidade de conhecerem a quinta, a vitivinicultura, a região e o património sedado nos principais núcleos urbanos próximos. Através de protocolos firmados com empresas regionais, proporcionavam ainda a participação em cruzeiros no Rio Douro, viagens no comboio histórico e até a prática de desportos náuticos.

Apesar do seu impacto em termos económicos, a capacidade de alojamento destas unidades era reduzida, para além de a ocupação ser sazonal. No entanto, esta atividade não pode ser negligenciada, visto que, para além de períodos festivos como a Páscoa ou a época natalícia e a sua ocupação se concentrar entre Maio e Outubro, e, com maior incidência ainda, entre Agosto e Setembro, o que não é suficiente para a criação e manutenção de dinâmicas endógenas sustentáveis, não obstante proporcionavam uma outra fonte de rendimentos. Por outro lado, embora o seu impacto em termos de assalariados tenha de ser realçado, ainda assim aqui radica outra das fragilidades destas iniciativas empresariais, já que o seu grau de empregabilidade é limitado, sendo preferencialmente sazonal. Os assalariados permanentes, quando existiam, limitavam-se a 1 ou 2, sendo, na generalidade, do sexo feminino, possuindo 30 a 50 anos de idade e a escolaridade e formação básicas. Situação distinta, detetámos nas quintas de maiores dimensões, que apostaram mais cedo na internacionalização e em quadros laborais mais extensos, jovens e com formação.

Em síntese, embora as unidades TER implantadas na região dinamizassem a exploração agrícola em que se inseriam e facilitassem a divulgação da paisagem, do historial, da gastronomia e das tradições locais e regionais, o seu impacto era limitado e complementar da vitivinicultura.

### **3.1.2- O quadro atual das unidades familiares**

Entretanto, instalou-se uma crise económica profunda e a questão que se coloca é a seguinte: como ultrapassaram estas unidades este período tão difícil? Como sobreviveu a região, sobretudo o seu setor turístico, a elevadas taxas de juro e à redução de turistas? As respostas são múltiplas e diferenciadas, refletindo sobretudo o grau de descapitalização das unidades em estudo, mas, sobretudo, o perfil do seu responsável, ou da equipa que o apoia.

Em relação às explorações agrícolas com TER, algumas, sobretudo as de menor dimensão e com piores acessibilidades, ou ainda as coordenadas por proprietários já com avançada idade, redirecionaram as suas energias para os vinhos e a sua comercialização, ou, em casos extremos, alienaram os seus bens. De facto, a situação era muito problemática, dado que também se registou um abrandamento do volume de vinho do Porto exportado, o que se repercutiu no preço por pipa atribuído ao produtor. Nestas circunstâncias, a expansão dos vinhedos foi interrompida, enquanto abrandou drasticamente a reestruturação das vinhas, em especial as subsidiadas.

Entretanto, algumas encerraram, temporária ou definitivamente. No entanto, a maioria, conseguiu subsistir, aplicando diversas estratégias, sobretudo quando os mentores dos projetos são mais jovens e possuem formação superior. A título de exemplo, na Quinta dos Varais, para além de se diversificarem as atividades, nomeadamente com a participação em vindimas e lagaradas, ou em itinerários temáticos na região, organizando pequenas feiras de vinhos com a colaboração de adegas privadas e cooperativas, ou ainda de artesãos; estabeleceu também protocolos com unidades hoteleiras para visitas à casa, adega, armazéns e vinhedos. Todavia, o aspeto mais relevante, foi a adesão a plataformas internacionais de reserva como a *Booking.com*, o que proporcionou uma “explosão” de turistas de múltiplas nacionalidades e

minimizou, inclusivamente, a tradicional sazonalidade turística do Douro. Esta estratégia também foi seguida por uma larga maioria das unidades TER.

Noutras situações, por vezes após a transferência da propriedade por alienação, como foi o caso da Quinta da Pacheca, os novos responsáveis apostaram nitidamente na internacionalização, aderindo às citadas plataformas, para além de acolherem eventos técnicos, mas sobretudo sociais, designadamente casamentos de brasileiros e norte americanos. Estes permanecem durante períodos mínimos de uma semana, acolhendo a quinta os noivos e os respetivos familiares e amigos, que ocupam todo o empreendimento e outras unidades TER próximas, como é o caso da Quinta de Tourais e outras, para além das unidades hoteleiras. Nestes casos, estas quintas ultrapassaram o período crítico quase incólumes, ou expandiram mesmo as suas atividades a todo o ano. No caso da Quinta da Pacheca, dilataram o seu quadro laboral para 30 pessoas.

Outro caso a destacar é o da Quinta da Avesada, cuja atividade turística é coordenada por um jovem com formação superior que, desde que iniciou o seu projeto em 2008, início da crise, se inicialmente previa direcionar-se para o mercado interno, perante o acumular de prejuízos, alterou por completo os seus objetivos e prioridades. Estávamos em 2013. Este membro da nova geração, resolveu participar em feiras internacionais, apostando na internacionalização do seu projeto. Assim estabeleceu protocolos com empresas turísticas portuguesas, nomeadamente o “Douro Azul”, mas, sobretudo, com grandes cadeias turísticas internacionais. Para tal, começou por receber grupos exploratórios e, após aprovação, sobretudo de uma grande cadeia norte americana, representante de um dos maiores operadores turísticos dos Estados Unidos, tem sempre a lotação esgotada, recebendo anualmente cerca de 50000 turistas, 90% dos quais estrangeiros.



[https://www.google.pt/search?q=quinta+da+avessada,+favaios&rlz=1C1GGRV\\_enPT751PT751&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=sCGPeC\\_8HxkOvM%253A%252CqO2gliddgTa2TAM%252C\\_&usg=\\_\\_fPIQWVVNkd7X-l6rbZM2NYITS7g%3D&sa=X&ved=0ahUKEwikqo-8q5fbAhVBbxQKHZi7CgEQ9QEIVzAD#imgrc=86JoJYxOVTtD8M:](https://www.google.pt/search?q=quinta+da+avessada,+favaios&rlz=1C1GGRV_enPT751PT751&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=sCGPeC_8HxkOvM%253A%252CqO2gliddgTa2TAM%252C_&usg=__fPIQWVVNkd7X-l6rbZM2NYITS7g%3D&sa=X&ved=0ahUKEwikqo-8q5fbAhVBbxQKHZi7CgEQ9QEIVzAD#imgrc=86JoJYxOVTtD8M:)

Fotos 10 e 11 - Algumas imagens da Quinta da Avesada.

Assim ultrapassou a crise, já que enquanto foram sobretudo os portugueses os seus clientes (classe média e alta), estes cancelavam com facilidade as reservas e as vendas eram muito reduzidas. Com a internacionalização tudo se alterou.

Para a execução de todos os serviços, possui um quadro laboral de 30 pessoas, residentes nas proximidades ou “transplantados” de Vila Real ou de outras cidades, inclusive, adquiriu diversas casas abandonadas em Favaios, que reconstruiu e arrenda, ou aliena, aos seus colaboradores. Assim se reverte o despovoamento e se desenvolve uma área antes em declínio. Criou também uma enoteca e um museu, para além de ter animadores musicais naturais de Favaios. Foi, pois, o dinamismo de um jovem e a aposta na internacionalização que, de facto, proporcionou a sobrevivência e um grande dinamismo em Favaios. Obviamente que tudo isto está sustentado numa paisagem idílica e em vinhos de excepcional qualidade.

### **3.2- O impacte do turismo de luxo, de “charme”**

#### **3.2.1 – O impulso da patrimonialização no início do terceiro milénio**

Adicionadas às anteriores iniciativas e após a classificação patrimonial pela UNESCO das paisagens durienses, despontaram outros projetos de carácter privado, muito ambiciosos e que implicaram grandes investimentos. Referimo-nos a iniciativas na área do turismo de elevada qualidade, como foi “Douro River Hotel”, a que se associou outra unidade inscrita no turismo de luxo, “Aquapura Douro Valley”, ambos implantados no Baixo Corgo. A estes reunia-se o “Vintage House”, localizado no Cima Corgo (Pinhão)

Inicie-se esta abordagem pelo “Douro River Hotel”. Unidade hoteleira de quatro estrelas, correspondeu a um avultado investimento de um cidadão duriense, há décadas radicado entre a área metropolitana de Lisboa e o Algarve, mas que pretendia regressar às origens. Num percurso de reaproximação à RDD, foi adquirindo habitações degradadas, fronteiriças à cidade do Peso da Régua, tendo como objetivo a construção de uma residência secundária. Todavia, após as potencialidades que a classificação da UNESCO facultava, adquiriu mais quatro edifícios contíguos, construindo o hotel que ficou concluído em 2009 (Foto 12). Com 38 quartos, *design* inovador e serviços de elevada qualidade, onde se destaca um *Spa*, o “Douro River Hotel” era, desde então, membro de “Style Hotels – Trendy and Elegant Hotels”, o que lhe facilitou a sua internacionalização. Todavia, circunstâncias várias conduziram ao seu encerramento em 2012.

Outro exemplo selecionado, o “Vintage House Hotel”, iniciou funções ainda em 1998, sob a égide de uma das maiores companhias exportadoras de Vinho do Porto que sentiam dificuldades em instalar os seus hóspedes quando se dirigiam à Região. Assim, o grupo Taylor’s, recuperou e transformou um antigo armazém abandonado, apesar de se encontrar na margem do rio Douro, no Pinhão. Deste modo, surgiu um hotel de 5 estrelas, com 50 quartos. Posteriormente, por questões estratégicas, alienaram este património a um grupo nacional. Para o desenrolar dos trabalhos possuíam um quadro laboral de cerca de 50 colaboradores, todos da região, ou de núcleos urbanos próximos, mas jovens e com formação, obtida na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Entretanto, instala-se a crise.



Foto 12 - Douro River Hotel, 2010 (Foto da autora, 2010)

Por seu lado, o “Aquapura Douro Valley”, um hotel de cinco estrelas localizado a cerca de três quilómetros de distância do primeiro, conjugou, para a sua implantação, um enquadramento paisagístico privilegiado, já que se integra entre vinhedos e o Rio Douro (Foto 13), num solar do século XIX. Iniciou as suas atividades em 2007. Correspondendo ao mais importante investimento turístico concretizado no vale do Douro, resultou de um novo conceito de hotelaria de luxo, que privilegia unidades de pequena dimensão (até 50 quartos), inseridas em cenários como é a RDD, para além da proximidade de núcleos urbanos detentores de um soberbo património.

Tendo como foco centralizador a água e o vinho, o elemento catalizador do hotel era um grande *Spa* de 2200 m<sup>2</sup> onde se oferecia uma diversidade de tratamentos. Apostaram na conjugação da autenticidade com a sofisticação e envoltas num *design de assinatura* e numa decoração em cuja paleta cromática sobressaiam os tons do xisto, dos solos e do vinho. Esta unidade hoteleira era membro de “Small Luxury Hotels”.

Eis quatro iniciativas empresariais que potencializaram um espaço como a RDD, inovadores e bem integrados em termos paisagísticos, e que proporcionaram a criação de 200 postos de trabalho, qualificados e jovens (22 no “Douro River Hotel”, enquanto no “Aquapura Douro Valley” eram 85, valor de facto significativo no quadro territorial em que se insere). Por sua vez, o “Vintage House” tinha cerca de 50. Acresce que a maioria era natural dos concelhos onde se inseriam os empreendimentos, ou dos envolventes, se bem que com o destaque de Lamego onde existe um Instituto Politécnico, mas sobretudo Vila Real onde se implantou a UTAD. Todavia, quanto maior fosse a dimensão do hotel, maior era a dispersão territorial dos trabalhadores, provindo em maior percentagem das áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, sobretudo os que exerciam atividades mais especializadas. Por último, refira-se que nas unidades de maior notoriedade

cerca de 10 a 25% eram estrangeiros, exercendo funções muito específicas ou cargos diretivos (Fonte: entrevistas aos responsáveis pelas unidades turísticas em análise, 2010).



Foto 13 – Aquapura Douro Valley (atual Six Senses), instalado num Solar do século XIX ( junho, 2010)..

Deste modo, não só se criaram condições para a permanência de mão de obra jovem e qualificada na região, como se atraíram outros que aqui criaram raízes familiares, residindo, na generalidade, nos principais núcleos urbanos regionais. Por último, refira-se que, independentemente do hotel em análise, as funções menos exigentes eram exercidas pelos autóctones, correspondendo a trabalhadores de mais idade. Já no que se referia aos serviços de gestão, administração e direção, se no “Douro River Hotel” a gestão era familiar, em “Aquapura Douro Valley” e no “Vintage House” aos quadros portugueses associavam-se os estrangeiros com formação superior.

Estávamos, de facto, diante de investimentos que induziram não só à permanência de quadros endógenos, mas também à mobilidade de ativos jovens e com formação para a região. O impacte social destas iniciativas turísticas foi, pois, significativo, num meio onde o declínio demográfico era indisfarçável.

Apesar de estes investimentos hoteleiros serem insuficientes para despoletar e manter dinâmicas de desenvolvimento significativas, não obstante preservou-se o património existente e criaram-se postos de trabalho. Acresce que, para além do Spa, os hotéis possibilitavam a degustação de vinhos e gastronomia regionais, visitas a quintas com as quais tinham convénios, passeios no comboio turístico e viagens fluviais, o que favorecia o conhecimento da região, do seu historial distintivo. Outra aposta estratégica destas unidades foi o acolhimento de eventos científicos, técnicos, ou artísticos, facto que possibilitou a receção de diferentes tipologias de hóspedes, nomeadamente membros de associações técnicas setoriais (médicos, engenheiros, advogados, etc.), minimizando a sazonalidade dos fluxos. Neste contexto, todos os empreendimentos possuíam várias salas para a realização de reuniões de trabalho.



Na sequência de estratégias implementadas nesse sentido, era também indiscutível uma ascendência crescente de estadias de estrangeiros, sobretudo espanhóis, franceses, belgas, norte americanos e brasileiros.

### **3.2.2- A crise e as suas consequências**

Todavia, a crise económica instalou-se, afectando muito estes estabelecimentos, sucedendo-se as falências e o correspondente encerramento. Alguns mantiveram-se fechados durante anos, quadro que, aliás, ainda vigora em alguns. Todavia, outros, particularmente os mais recentes e melhor posicionados em termos paisagísticos, com boas acessibilidades e grau de sofisticação, conseguiram reabilitar-se, se bem que integrando-se em grupos económicos com interesses na área hoteleira. Nestas circunstâncias uns foram adquiridos por grupos nacionais enquanto outros, os que implicavam investimentos mais vultuosos, em grandes cadeias internacionais. Neste contexto, enquanto o “Vintage House”, desvalorizado com a crise, perante a hipótese de encerramento, lançando no desemprego 30 funcionários, o Grupo Taylor’s readquiriu o hotel, revitalizando-o e mantendo a designação (Foto 14), possuindo neste momento um quadro de 50 colaboradores jovens e com formação. Classificado como 5 estrelas, possui uma clientela essencialmente estrangeira, de elevado poder económico.



Fonte: <http://www.vintagehousehotel.com/pt/o-hotel/>  
Foto 14- O “Vintage House Hotel”, nas margens do rio Douro, em 2017.

Por seu lado, o Hotel Douro River, depois de falido, permaneceu encerrado durante cerca de 3 anos, quando o grupo nacional “Vila Galé Collection” adquiriu esta unidade hoteleira (Foto 15). Estávamos em maio de 2014. Grupo português onde se destaca “Vila Galé, Sociedade de Empreendimentos Turísticos S.A.”, constituída em 1986 e possuindo na atualidade gere 28 unidades, 21 das quais em Portugal, promove uma

grande mobilidade entre os diferentes destinos, para além de oferecer múltiplas atividades diferenciadas, incluindo Spa. Com um posicionamento paisagístico fenomenal e implantada entre dois núcleos urbanos plenos de património, para além de ótimas acessibilidades, continua com 38 apartamentos e realça o Spa. Acrescente-se que, entre os diversos eventos que concretiza, embora dominem os sociais, sobretudo nos fins de semana, realizando-se outros ao longo do ano, técnicos, por exemplo, pois possui também instalações para a concretização de eventos científicos e técnicos. Tem 20 funcionários, jovens e com formação, que acolhe uma elevada afluência de turistas, sobretudo estrangeiros.



Fonte: <https://www.vilagale.com/br/hoteis/porto-e-norte/vila-gale-collection-douro>  
Foto 15- Hotel Vila Galé Douro (março de 2017).

Por seu turno, o hotel “Aquapura Douro Valley”, dadas as suas potencialidades e qualidade de excelência, foi adquirido pela cadeia internacional de luxo “Six Senses Hotels Resorts and Spa”, transformando-se numa das referências de qualidade do Douro e em Portugal. Permanece na categoria de hotel de pequena dimensão, intimista, mantendo 50 quartos e 7 villas que existiam anteriormente, mas apostando num estrato social muito de grande poder económico aos quais presta serviços de elevadíssima qualidade, distintivos. Para tal possui um quadro laboral de 160 pessoas, jovens e altamente especializados.

Para além de se integrar harmoniosamente na paisagem, possui entre as suas atividades a interação com os autóctones, a sua cultura e história, mas também eventos, sobretudo casamentos (ingleses, brasileiros e americanos). Disponibiliza ainda outras atividades como *Tree Climbing* (trepar a um eucalipto antigo, com apoio) , *Tile Painting* – pintura em cerâmica, sobretudo azulejos, *Alchemy Bar* - workshops onde os clientes aprendem a fazer produtos de beleza com base em produtos naturais, ou ainda *Walk to Port Knox* - uma caminhada que termina no armazém da Quinta do Mourão com prova de vinhos do Porto envelhecidos, alguns dos quais com décadas, retirados no momento das pipas.

Assim se divulga uma região, um património excepcional, e se despoletam dinâmicas que potenciam a preservação e a revitalização deste espaço. Há, contudo, que incrementar esta actividade mas dentro de parâmetros sustentáveis e numa conjugação com actividades e serviços de qualidade que os apoiem, que complementem o quadro paisagístico e a vitivinicultura.

#### **4- Conclusão**

Espaço privilegiado, de renome mundial, a RDD corresponde a um território idílico onde se sucedem os socacos que ascendem nas vertentes declivosas do rio Douro e principais afluentes. Tal cenário proporcionou a classificação destas paisagens como Património da Humanidade, pela UNESCO, em Dezembro de 2001.

Apesar das suas potencialidades, a região enfrenta múltiplos problemas, dos quais se realçam a estagnação económica decorrente da degradação do setor vitivinícola, onde pontua uma deficiente estrutura fundiária e o débil perfil do agricultor. Acresce um acentuado declínio demográfico, indissociável de um progressivo envelhecimento dos autóctones a que se juntam as deficientes acessibilidades, entre outros. Para a sua mitigação surgem algumas estratégias, entre as quais a multifuncionalidade das explorações agrícolas, sobretudo as de média e grande dimensão. Estas começaram por renovar os vinhedos, mecanizando-os, enquanto adicionavam à produção vitícola a comercialização dos vinhos e o acolhimento de turistas no seio familiar. Desta forma se expandiu o TER, incidindo a sua ação sobretudo entre Maio e Setembro, se bem que mais incisivo no período das vindimas. Para além do TER, surgiram também unidades hoteleiras mais sofisticadas, empreendimentos de pequena dimensão mas de elevada qualidade, que dispensavam aos seus hóspedes um serviço excelente, para além do conhecimento e da divulgação de um património distintivo. No seu conjunto, quer o TER, quer estas unidades hoteleiras, mas numa perspetiva indissociável da vitivinicultura, auxiliavam na sustentabilidade regional, favorecendo a permanência de uma população jovem e com elevada formação, para além de cativarem um quadro dinâmico para o espaço duriense, como se constatou através dos exemplos aqui apresentados.

Este período, contudo, foi interrompido, ou fortemente abalado, quando se instalou a crise mundial iniciada em 2008. As suas repercussões foram sensíveis, com a interrupção das expansões vitícolas, o adiar da reestruturação dos vinhedos, o aumento acelerado das taxas de empréstimos bancários contraídos na refuncionalização do edificado, ou ainda com o desemprego a instalar-se dada a minimização dos trabalhos nos vinhedos ou na manutenção / recuperação do património. Assim encerraram, temporária ou definitivamente, unidades hoteleiras instaladas nos espaços rurais, apesar do seu incrível enquadramento paisagístico, e se repensou o posicionamento estratégico dos vinhedos, revalorizado-os, dado o decréscimo de turistas. Não obstante, a opção pela multifuncionalidade das explorações agrícolas continuou e a região sobreviveu e com novo dinamismo! Mas, para tal, que estratégias foram adotadas?

Para responder a esta questão conjugamos metodologias várias, se bem que ressaltando indiscutivelmente o trabalho de campo, privilegiando as unidades vitícolas de média e grande dimensão que tinham apostado na vertente turística, conjugando a produção e comercialização dos vinhos, com a produção de azeite e o turismo. Neste contexto, selecionamos casos paradigmáticos para aquilatarmos os reais impactes da crise, tendo em mente as estratégias adotadas pelos responsáveis para a ultrapassagem do período mais crítico. Restringimos esta análise a unidades implantadas em espaços rurais vitícolas, os mais afetados, abrangendo as diversas tipologias turísticas (Turismo de Habitação, Enoturismo, Agroturismo, Hotelaria,...).

Os resultados são muito diferenciados de acordo com a tipologia da unidade em análise e a respetiva dimensão, ou a sua localização, mas, sobretudo, refletem o perfil do responsável e o seu grau de capitalização / internacionalização do investimento. Apesar da crise, assim se assegurou o aumento da competitividade regional e, simultaneamente, se incrementou a sustentabilidade destas paisagens e dos seus valores patrimoniais, privilegiando a preservação e revitalização holística das componentes distintivas conjugadas com a inovação

## **Bibliografia**

- ADETURN, 2008, *Estudo conducente à Estratégia de Marketing e Definição da Identidade da Marca para o Turismo do PNP 2007/2015*, ADETURN, Porto
- Aguiar, F. Bianchi de, 2000, Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial, in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, APDR, Coimbra, pp. 83-90
- Andresen, T., 1999, O Alto Douro vinhateiro: uma paisagem evolutiva viva, in *Actas do Seminário Estratégias de valorização de uma paisagem cultural: o vale do Douro*, Porto
- Azevedo, Correia de, s/d, *O Douro maravilhoso*, edição do autor, Oliveira do Douro
- Bédard, F. et al, 2008, *Vale do Douro – Norte de Portugal. Relatório Executivo do Sistema de Medição da Excelência nos Destinos*, CCDR-N, Porto
- Caldas, J. V. 2009, *Observatório das dinâmicas regionais do norte de Portugal*, CCDRN, Porto
- CCDRN, 2006, *Plano de desenvolvimento turístico do Vale do Douro*, Missão do Douro, Porto
- CCDR-N, 2008, *Vale do Douro, Norte de Portugal: Relatório Executivo do Sistema de Medição da excelência dos Destinos*, CCDR-N / Estrutura de Missão do Douro, Porto
- Fazenda, N. et al, 2008, *Agenda Regional de Turismo. Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal*, CCDR-N, Porto
- MADRP, 2007a, *Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013*, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa
- MADRP, 2007b, *Plano Estratégico Nacional – desenvolvimento rural 2007-2013*, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa
- Magalhães, Ricardo (coord.), 2008, *O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2005-2013*, CCDR

MEI, 2006, *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, Lisboa

Pina, H., 2010a, A diversidade de paisagens em meio rural: como potenciar este património tendo em vista o seu desenvolvimento e a coesão territorial?, in *“Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Norte de Portugal e Galiza”*, edição FLUP / Afrontamento, Porto, pp. 80-113

Pina, H., 2010b, As festas e romarias em meio rural, uma herança patrimonial a preservar – o Senhor da Aflição (Lamego), Actas *“II Jornadas Internacionais de turismo – dinâmicas de rede no turismo cultural e religioso”*, vol II, ISMAI, Maia, pp.155-188

Pina, H., 2010c, The importance of Complementarity in the Territorial Cohesion and Sustainability of Rural Areas: The case of Cambres, a Douro Winegrowing Area, and Magueija, a Mountainous Area, in *Revija Za Geografijo, Journal for Geography*, 5-2 (G10), Department of Geography, Faculty of Arts, University of Maribor (Slovenia), pp. 27-42

Pina, H., 2008, The multi-functionality of the Douro landscapes, a strategy for its sustainability, in Actas de *“XVI Annual Conference Commission on the Sustainability of Rural Systems”*, International Geographical Union, Universidad Zaragoza, Zaragoza, pp. 405-429

Pina, H., 2007, *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa

Pina, H., 2005, Alguns aspectos da estrutura fundiária das explorações vitivinícolas durienses, in *Actas do 2º Encontro Internacional da História da Vinha e do Vinho do Porto no vale do Douro*, GEHVID, ano 10, vol III, Porto, pp. 203-236

Recenseamento Agrícola de 1989, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Recenseamento Agrícola de 1999, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Recenseamentos Gerais da População de 1950, 2001 e 2011, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

SPIDOURO, 2003, *Turismo no vale do Douro*, SPIDOURO, Vila Real

## STUDY OF THE TOURIST BEHAVIOR AND THE PROFILE OF TOURISTS IN BULGARIA

**Milen PENERLIEV**  
"Episkop Konstantin Preslavski" University of Shumen  
[penerliev@yahoo.com](mailto:penerliev@yahoo.com)

### Abstract

The paper examines key issues in the segmentation of tourists by types of tourism in Bulgaria. The research on tourists' behavior is the main issue of concern which Bulgarian tourism is facing. The uncertainty about the desires and perceptions of tourists does not allow the defining of a clear goal in tourism product offering. This has led to paradoxes such as offering souvenirs unrelated to the given tourism environment, dishes which do not represent the specific local originality and the image of the area, etc. The analysis of tourists' behavior is a psychophysical process, as much as it is a norm of conduct of tourism-employed personnel, who observe, record, analyze and apply. The report points out some of the main elements of this process, and analyzes tourists' behavior in different types of tourist activity.

**Keywords:** tourism, tourist, tourist behavior

### Resumo

O artigo examina questões-chave relacionados com a segmentação de turistas por tipos de turismo na Bulgária. A pesquisa privilegia o comportamento dos turistas, a principal questão de preocupação que o turismo búlgaro está enfrentando. Efetivamente a incerteza sobre os desejos e as percepções dos turistas não permite definir um objetivo claro na oferta de produtos turísticos. Isso tem conduzido a paradoxos, como oferecer lembranças não relacionadas com o ambiente turístico, pratos gastronômicos que não representam a originalidade local específica ou a imagem da área, etc. A análise do comportamento dos turistas é um processo psicofísico, tal como é a norma de conduta do pessoal empregado no turismo, que observa, regista, analisa e aplica. O relatório aponta alguns dos principais elementos deste processo e analisa o comportamento dos turistas em diferentes tipos de atividade turística.

**Palavras chave:** turismo, turistas, comportamento turístico

## **1. Introduction**

The study of the tourist behaviour, as diverse as it may be, gives a prerequisite for a correct projection of the tourism industry. This is an activity that is not within the reach only of people employed in tourism - the research on tourist behaviour for the needs of the tourism industry involves psychologists, anthropologists, ethnographers, etc. Behaviour is a part of the general characteristics of the individual. It has different dimensions - it may be positive or negative, conscious or unconscious. Behaviour differs in different ethnic or ethnographic groups depending on the geographical region, the living environment, etc. An essential question in tourism is the question: Should we examine tourist behaviour and why? Naturally, the answer is YES because tourist behaviour:

- gives us an idea of the desires of the tourists;
- gives us guidelines for future action;
- enables us to find our mistakes;
- enables us to correctly project and plan our future actions.

## **2. General trends in the behaviour of tourists.**

When analyzing this behavior, the regional differences should be summarized, but they should be segmented as well. For example, generally speaking about the so-called Western civilization worldwide, the main tendencies in the behaviour of tourists are limited to certain demographic, financial or environmental relations. According to Penerliev (2011) those relations consist of the following major aspects:

### **2.1. - The average number of members per household**

#### **2.1.1. Tendencies of the average number of members per household**

The tendencies of the average number of members per household will continue to decline, which will provide higher disposable income and purchasing power. As a result:

- demand for luxury will increase;
- special items that can be obtained upon request will be sought;
- the number of urban and other short trips abroad during periods outside the main tourist season (mostly weekend trips) will increase ;
- the interest in "winter sun" holidays as well as remote destinations will increase.

### **2.1.2. Conscious attitude towards health will continue to grow.**

This will not increase the demand, but will alter the choice of tourist destinations and the tourist behaviour during the trip. This means that:

- destinations that are considered unhealthy will be avoided more frequently than in the past;
- the decrease of interest in holidays offering only "sun" will continue;
- trips offering various activity opportunities will become increasingly popular;
- the demand for wellness products will grow, including spa tourism, as well as the demand for fitness centers.

### **2.1.3. Modern society generates increasing pressure on people's daily lives, thus stimulating their desire for more spare time for fun and leisure.**

This will occur, however, in shorter periods of time, especially during weekends which will have an adverse effect on disposable income for tourism, but tourists will require a greater comfort during this shorter period of time. These features are expressed also by:

- the increase of additional supply of low-cost travels;
- imposing the need for more "rest" and "relaxation";
- the duration of the main holiday shortens in favor of a higher number of short trips.
- increase of transport infrastructure capacity (airports, marinas, railway stations) considering the concentration of tourists at the end of the working week.

### **2.1.4. The average level of education and knowledge increases.**

So are the requirements for more art, culture, history, more intellectuality and spirituality in tourist products. This leads to:

- growing trends towards demand for specialized travel;
- offers of historical and cultural character should make up a higher share of the total cost of the combined tourist trips;
- growing role of new destinations in Eastern Europe.

### **2.1.5. Past tourist experience is a prerequisite for more competent tourists to organize trips themselves, according to their own interests.**

This will lead to:



- alternative options for utilization of time and resources that will increasingly compete with traditional destinations and accommodation facilities;
- destinations which are not able to offer satisfactory standards will be affected more severely and for a longer period of time;
- tourists will adopt (demonstrate) variable behaviour – a certain year they will prefer a modest trip, while the next year – luxury; then the following year they may prefer a remote destination, while the next one – a trip closer to home.

The specifics of the behaviour of Bulgarian tourists, in terms of planning a tourist trip, are various. Bulgarians usually plan their trip at the last moment - from two weeks to a month upfront. For the organization of their vacation Bulgarians use mostly informal sources of information. The practice of combining information sources is relatively less common. The internet is more popular as a source of information for Bulgarians in lower seasons – spring, autumn and winter. Targeted efforts are necessary in order to promote more specific destinations within the country itself and the return of “the adventure of the holiday” in Bulgaria. Tourist promoting of Bulgaria is insufficient and unpopular as an information source. The biggest challenge is related to social media and the implementation of an adequate connection between different communication channels. In the organization of their vacation, Bulgarians prefer to do everything themselves, i.e. as far as Bulgarians are concerned, a communication campaign that reaches directly to potential tourists would be more successful. A trend of reduction of the duration of stay has been observed. During the summer, the average duration is 5-6 nights and during other seasons – 3 days.

### 3. Profile of tourists.

Globally, the division of tourists according to various criteria is quite diverse. It may be by type of travel, by social and financial features, by country, region, etc. All these features are important because they have a significant impact on the behaviour and the preferences of tourists during their trip. Here, we implement a division of tourists by motivational and psychological characteristics (after Cohen, 1972).

#### 3.1. Types of tourists

Cohen (and Kusheva, 2014) differentiates the following four groups of tourists:

- **organized mass tourists** – with no prominent adventurous spirit, limiting their stay in the tourist resort and remaining detached from the host community;
- **individual mass tourists** - exercise some degree of control over their stay, but tend to be interested in tourist attractions, visited by the mass tourist;

- **researchers** - individually prepare their trip and avoid the well-known touristy locations, but generally retain their essential habits and lifestyles;
- **travelers** - seek identification with the host community, perceive their habits and customs.

The different groups of tourists have their different reasons for travelling, different idea for the organization and making of the trip. The traveler-type is not influenced by the type and quality of the accommodation facilities but instead - by the uniqueness of the tourism resources and the image of the destination. The mass tourist requires luxury, additional services and entertainment, often in separated complexes, without the search for sense of the local culture and customs and culture.

### 3.2. Types of tourists in Bulgaria

In Bulgaria there have been efforts to assess the behaviour of tourists, their desires and preferences. Based on demographic, financial or age differences, a "profile of the tourist" has been shaped out, which provides essential information about: the tourism product that we create and the possible users; the type and quality of the additional tourist services offered; types and categorization of accommodation facilities, etc.

The profile of the foreign tourist in Bulgaria - according to the Ministry of Tourism - a study based on the questionnaire method used among 3000 foreign tourists in Bulgaria (*Handbook of the tourism business, 2009*) shows that: the average foreign tourist in Bulgaria is 37 years old and this is their first holiday in our country; likes the Bulgarian cuisine, the local drinks and the hospitality of the people. Since they assess the merits of the Bulgarian countryside and the Black Sea beaches, the foreign tourist prefers fixed holidays in Bulgarian seaside resorts and nightlife to cultural and historical routes. Every fourth foreign tourist visits our country for the fourth time. The average duration of vacation for foreigners in Bulgaria is approximately 9 nights and the expenses during the stay are around € 340 per person. Sunbathing and visiting nightclubs were the main entertainment for nearly 68 % of foreign tourists that summer. About 33 % were engaged in shopping, cultural and rural tourism. Russian tourists are the most curious and spend time and money on additional excursions and entertainment the most.

On the whole, foreigners prefer the comforts of 3- and 4-star seaside hotels. Some 3.1% of foreign tourists - mainly English - stay at a property purchased by them or at the so-called apartment houses existing along the Bulgarian Black Sea coast.

The described profile, behaviour and desires of foreign tourists give grounds for projecting the creation of a profiled tourism product. For example, in resorts preferred by Russian tourists, it is only logically that tour operators offer additional excursions to cultural and historical sites, while the appreciation of the Bulgarian cuisine should result in various presentations and themed evenings on a regional principle, etc. This would increase the efficiency of the marketing of the tourism product.

The profile of tourists by type of tourism exhibits some differences in behaviour, preferences and demographic structure.

### **3.3 Profile of practicing cultural tourism**

The tourist profile of those practicing cultural and educational tourism in Bulgaria is the following:

1. Men and women are distributed almost evenly, with a slight prevalence of men (men – 54 %, women – 46 %). Forty nine percent are aged between 36 and 55 years, 36 % - between 15 and 35, 73 % are employed. The share of people with higher education is 68 %;
2. Followers of cultural tourism come mainly from Western Europe, the Balkan countries and Russia; 55 % of those practicing cultural tourism have already been in Bulgaria before. They are here for “adventure” holiday and are attracted mainly by the cultural and historical landmarks, the low prices and the nature;
3. 37 % arrived through a travel agency. Nearly 2/3 of the tourists plan their trip a month or even 2-3 months upfront; A quarter of the interviewed arrived in the country without a reservation;
4. The average number of overnight stays is 6.4 days, during which they spent an average of € 80 per day per person, or € 458 per person for the entire holiday.

### **3.4. Profile of practicing eco tourism**

Those practicing eco-tourism, on the other hand, have the following profile:

- eco-tourists combine their holiday mostly with mountainous (45 %), culinary (20 %) and cultural tourism (15 %);
- eco- and cultural tourism are perceived similarly by visitors practicing ecological tourism; therefore, it would be appropriate to consider combining those two types, even more so since both types are united by the concept of "adventure holiday";
- regarding the organization of their vacation, eco-tourists have a specific behaviour - they rely mostly on the services of tour operators – 60 % of the interviewed group had chosen to organize their trip with the help of a tourist intermediary.
- according to the generating market, eco-tourists in Bulgaria are mostly residents of the United Kingdom (about 1/3 of all) and Western Europe (about 1/4). Some 20 % come from Balkan countries and 15 % come from Russia;
- men prevail over women (58 %);

- most often "eco" tourists are aged 36-55 years (about half of all tourists), but the share of young people is also high - about 43 %. University graduates are dominant (70 %), 78 % are employed and 18 % of them - hold a managerial position.

### **3.5. Profile of practicing rural tourism**

Rural tourism too has its own specific features in terms of behaviour and profile of tourists who prefer it. For example:

- 45 % of the target group of foreign tourists (rural tourism) have used the services of travel agencies. 1/3 of the tourists have arrived in the country without a reservation;
- 73 % of rural tourism practitioners prepare their journey from one to three months before the trip itself; the time of preliminary planning is directly dependent on the length of stay - the longer the duration of stay, the earlier the planning of the trip is;
- the average stay of those practicing rural tourism in Bulgaria is 6.1 nights. Tourists from Scandinavia and North America spend time in Bulgaria the longest (an average of 9 nights), while visitors from the Balkan countries stay the least (an average of 3.6 nights);
- the average expense per person per day in rural tourism was just under € 62, while for the whole holiday - € 326.
- rural tourism is practiced mainly by middle-aged people (36-55 years) – 58 % of all; 72 % are employed, out of which 20 % hold managerial positions. Tourists with higher education dominate (nearly 2/3 of all).

## **4. Segmentation as a technique for analyzing tourist behaviour.**

Market segmentation is the process, an activity of dividing the market into parts according to specific criteria and principles. The group of buyers, united by a certain criterion is called a market segment. In each segment, the consumer units or market elements, are internally homogeneous and externally heterogeneous - different according to the selected criterion.

### **4.1. Criteria for segmentation**

Segmentation is the grading of buyers by certain principles. They may be (Ivanov, 2011):

1. Geographical criteria – those are associated with groupings by criteria such as: topography, climate, territory.

2. Demographic criteria – grouping of the market by sex, age, marital status, number of children in the family units, number of the household members.
3. Economic criteria - grouping by purchasing power - high-income or low-income companies, operating with loans or using own funds.
4. Social criteria - associated with social status of the buyers. The class stratification of the society is regarded as a significant grouping.
5. Classification based on degree and level of education and jobs held.
6. Psychological criteria for segmentation.

## 4.2 Examples of segmentation

The easiest and practically applicable criterion is the age of the tourist. Monitoring and segmenting this criterion gives different age-based specifics of the tourists in terms of preferences, perceptions, etc. This can be very useful regarding the proposed tourism product, relevant to a given group of tourists (Tonchev and Mileva, 2004, Parusheva, 2009,).

Table 1. Segmentation of tourists by the age criterion.

Indicator	Segment 1 18-35	Segment 2 35-55	Segment 3 55+
Share of tourism demand			
General characteristic (behavior features, values, etc.)			
Travel expenditures (BGN, €)			
Expectations: ( <i>for accommodation, food, services, animation, etc.</i> )			
Sources of information used			
Susceptibility to advertisement influence, forms of advertising			
Appropriate offers			

Source: Penerliev, 2011 [4]

The attached table presents some of the indicators for segmentation by age of the tourist flow to a given destination, resort or specific hotel. Monitoring performed by the staff provides exceptional opportunities for flexibility and competitiveness of the tourism market.

Tourist behaviour and its study is not an easy task. It is associated with long, scientifically-based and consequential observations of the tourist contingent by hoteliers, tour operators, psychologists, etc. Knowing the preferences of tourists makes the tourism product more competitive and market-oriented. The financial result also benefits from this activity.

## 5. Conclusion.

As a result of the foregoing, the following conclusions can be drawn. The typological characteristics of tourists in Bulgaria by types of tourism reveal some objective differences:

- displayed major trends in tourist behavior;
- tourists practicing alternative forms of tourism exhibit higher educational level
- younger age and higher expectations.;
- Various types of tourists have been justified;
- The practical applicability of the method of segmentation in tourism has been indicated;
- set major trends in the behavior of tourists in the world

## 6. Bibliography

- Collective Works (2009). *Handbook of the tourism business* (collective works), Sofia.
- Ivanov, St., I. Ivanov (2011). *Professional ethics and tourist behaviour*. ForCom, Sofia.
- Kusheva, G. (2005). Segmentation of the emission markets of the tourist destination Bulgaria. *Scientific papers of Ruse University*, vol. 54, sequence 5.1
- Penerliev, M. (2011). *Geography of tourism*, Teress project, Shumen.
- Parusheva, T. (2009). *Social psychology of the tourist behaviour*, Avangard Prima
- Tonchev, T., Mlleva, S. (2004). *Social psychology and tourist behaviour*, Tilia, Sofia.

## PERCEPCIÓN DE DIVERSOS TIPOS DE OFERTA TURÍSTICA EN IBIZA (ESPAÑA) Y PUNTA DEL ESTE (URUGUAY)

**María Dolores SÁNCHEZ FERNÁNDEZ**

Facultad de Economía e Empresa, Universidade da Coruña (España)

maria.sanchezf@udc.es

**Daniel ÁLVAREZ BASSI**

Centro de Investigación en Marketing y Turismo, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay)

dalvarez@ucu.edu.uy

**José RAMÓN CARDONA**

Universitat de les Illes Balears (España)

jramon.cardona@terra.com

### Resumen

El objetivo de este estudio es comparar las valoraciones que realizan los residentes de Ibiza y Punta del Este de doce tipos de productos turísticos. Al analizar los resultados, destaca que hay mucha más variación en las valoraciones medias de las distintas ofertas en el caso de Ibiza. En Ibiza, seis tipos de oferta superan el 4,4 y tres no llegan a 3,5. En Punta del Este, sólo una oferta supera 4,4 y una no llega a 3,5. Al segmentar la muestra total se han obtenido tres grupos: los Entusiastas valoran como muy aceptables todas las ofertas; los Selectivos valoran de forma muy favorable unas ofertas y muy mal otras, y los Poco Interesados valoran positivamente todas las ofertas pero con puntuaciones bajas. Los Entusiastas y Poco Interesados conforman el 90% de la muestra de Punta del Este y los Selectivos el 64% de la muestra de Ibiza.

**Palabras clave:** Ibiza, Punta del Este, Actitudes, Producto Turístico, Comparación.

### Abstract

The objective of this study is to compare the assessments that perform the residents of Ibiza and Punta del Este than twelve types of tourism product. When analyzing the results, it highlights that there is much more variation in the average ratings of the various supplies in the case of Ibiza. In Ibiza, six types of supply exceeding 4.4 and three do not reach 3.5. In Punta del Este, only one supply exceeds 4.4 and is less than 3.5. When segmenting the total sample were obtained three groups: Enthusiasts valued as highly acceptable all supplies; Selective valued very favorably some offers and very bad others and the Little Interested positively value all offers but with low scores. Enthusiasts and Little Interested make up 90% of the sample of Punta del Este and Selective 64% of the sample of Ibiza.

**Keywords:** Ibiza, Punta del Este, Attitudes, Tourism Product, Comparison.

## 1. Introducción

Las administraciones públicas de los destinos turísticos deben tener en cuenta a los residentes para alcanzar la sostenibilidad de la actividad turística (Ap & Crompton, 1998) y en las últimas décadas se han realizado diversos estudios analizando las actitudes de los residentes hacia el turismo (Akis,

Peristianis & Warner, 1996; Besculides, Lee & McCormick, 2002; Brida, Chiappa, Meleddu, & Pulina, 2014; Faulkner & Tideswell, 1997; Fredline & Faulkner, 2000; Fredline, Deery, & Jago, 2013; Gursoy & Kendall, 2006; Gursoy & Rutherford, 2004; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Jurowski, Uysal & Williams, 1997; Kim & Petrick, 2005; Lindberg, Dellaert & Rassing, 1999; Mason & Cheyne, 2000; Ribeiro, Valle, Silva, 2013; Teye, Sirakaya & Sönmez, 2002; Vareiro, Remoaldo, & Ribeiro, 2013; Vargas, Porras, & Plaza, 2014; Williams & Lawson, 2001).

Los tipos y formas de turismo y, sobre todo, la percepción y actitud de los turistas influyen en cómo evolucionan las actitudes de los residentes con el paso del tiempo una vez iniciada la actividad turística (Ritchie, 1988; Williams & Lawson, 2001), y su importancia es tan grande que las actitudes y percepciones de los turistas y de los residentes deben estudiarse como elementos interrelacionados y no de forma separada. Pero la inmensa mayoría de los estudios de actitudes de los residentes analizan el sector turístico en su conjunto, siendo pocos los casos que se centran en algún tipo concreto de turismo o actividad (Serra & Ramón, 2016).

El objetivo de este trabajo es analizar si hay productos turísticos con peor o mejor valoración por parte de los residentes de Ibiza y Punta del Este, mediante un estudio que mide la valoración de los diversos productos turísticos, compara ambos destinos y segmenta los residentes según su valoración de los distintos tipos de ofertas turísticas. Ambos destinos, la isla de Ibiza y la conurbación de Maldonado-Punta del Este, poseen similitudes y diferencias. En ambos casos son importantes destinos turísticos regionales especializados en el turismo de sol y playa, y poseen una importante estacionalidad en los meses de verano. La población residente está entre las 130.000 y 140.000 personas en ambas regiones, siendo gran parte de estos residentes originarios de fuera de la región. El turismo mayoritario es internacional pero en Ibiza procede de países con importantes diferencias culturales con la isla (idioma, costumbres, gastronomía, etc.) mientras que en Punta del Este procede de países con pocas diferencias culturales con los residentes. Parte del interés de este estudio radica en comparar dos destinos turísticos de dimensiones similares y oferta turística comparable pero situados en continentes y hemisferios diferentes.

## **2. Marco teórico: Actitudes y tipos de turismo**

A la hora de estudiar los tipos de turismo, en la clasificación deben tenerse en cuenta las diferencias en las actitudes de los turistas en el destino, ya que eso es lo que afecta de forma más contundente a las actitudes de los residentes. Para los destinos situados en las costas del mar Mediterráneo, Lanquar (2001) perfila cuatro tipos de turistas según sus actitudes y actividades en el destino: los "Sedentarios" son personas sin gran curiosidad intelectual y que viajan en verano; a los "Sedentarios-Móviles" les gusta el deporte, visitar lugares y monumentos y realizar fotografías; al "Itinerante" le gusta visitar todo lo que aparece en las guías, realizar fotografías y actividades folclóricas,



adquirir recuerdos exóticos, comer comida internacional y probar la comida local; el “Nómada” es una persona que busca el verdadero contacto con la población local y la naturaleza, está muy motivado, posee un buen nivel educativo y es joven.

Otra tipología psicográfica de los turistas es la propuesta por Bigné, Font y Andreu (2000): los “extremo impulsores” viajan por motivos educativos o culturales, búsqueda de lo exótico y lo nuevo, encontrar amistades de otras culturas, etc.; los “de intereses especiales” se desplazan por motivos religiosos, asistir a competiciones deportivas o espectáculos especiales, etc.; los “intermedios” buscan el descanso y relax, la salud, el cambio de vida, el encanto del lugar, la naturaleza, el lujo y el romance, etc.; los “extremo conformistas” desean ambiente familiar, posición social, viajes a lugares conocidos, etc. Según el destino por el que optan los turistas, Plog (1974) establece una tipología con los *alocéntricos* (buscan lugares desconocidos sin desarrollo turístico) y los *psicocéntricos* (huyen de lugares desconocidos y visitan destinos consolidados) en los extremos. Entre ambos se sitúan los *céntricos* como grupo mayoritario.

Los turistas con motivaciones culturales y aventureras (nómadas, extremo impulsores, *alocéntricos*, etc.) suelen mostrar mayor respeto por la población residente y suelen realizar un mayor índice de actividades durante su estancia (Gómez, San Martín & Bertiche, 1999). En el otro extremo podemos encontrar los turistas sin ningún interés cultural por la región, que buscan la tranquilidad y consideran que el destino turístico es quien debe adaptarse a los turistas (sedentarios, extremo conformistas, *psicocéntricos*, etc.).

## 2.1- Actitudes de los Turistas

Una de las características de algunos turistas es la presencia de actitudes *antiturísticas* (Bruckner & Finkielkraut, 1979; Doran, Larsen, & Wolff, 2015; Gration, Raciti, & Arcodia, 2011; Gustafson, 2002; Jacobsen, 2000; Yu, Kim, Chen, & Schwartz, 2012). Los turistas con actitudes *antiturísticas* quieren vivir una experiencia original y no preparada para ser vivida por grandes grupos de turistas, ya que no se consideran turistas (Fischer, 1984; Hennig, 1997). Adoptan una posición de distancia al realizar viajes y, aunque realicen viajes organizados, buscan permanecer separados y distintos del que se considera el típico turista (Jacobsen, 2000), no se consideran turistas conformistas y no quieren que se les identifique como tales (Goffman, 1961).

Las actitudes *antiturísticas* son, en parte, una crítica del turismo organizado y los paquetes turísticos (Jacobsen, 2000) y se encuentra relacionado con la idea de superficialidad de la experiencia en el turismo tradicional, en especial en los grupos organizados (Urbain, 2002). Las actitudes *antiturísticas* se han convertido en un símbolo de prestigio ya que con ellas se busca no ser considerado un turista ordinario (Bruckner & Finkielkraut, 1979). Estas actitudes son una acentuación del individualismo y tiene elementos en común con los turistas *alocéntricos*, como son el espíritu aventurero, el gusto por la libertad

que da el hecho de viajar de forma autónoma o viajar fuera de las rutas y temporadas de mayor presencia turística (Plog, 1974, 2002).

## **2.2- Interacción entre los Residentes y los Turistas**

La interacción entre turistas y residentes forma parte del producto turístico (Alvarez, Inelmen, & Yarcán, 2009; Gómez, San Martín & Bertiche, 1999; Nyaupane, Teye, & Paris, 2008; Yu & Lee, 2014) y, por tanto, puede afectar a la satisfacción del turista con el viaje, y la satisfacción está relacionada con la imagen y actitud del turista hacia el destino turístico (Huang & Hsu, 2009).

El tipo e intensidad de los contactos entre visitantes y residentes son variables importantes en la determinación de las actitudes de los residentes (Pearce, 1996), sobre todo cuando el residente trabaja o depende económicamente del turismo (Milman & Pizam, 1988). Las actitudes de los turistas hacia el destino turístico determinan sus acciones durante la estancia. Las actitudes de los residentes también son expresadas a través de sus acciones, principalmente la hospitalidad ofrecida a los turistas. Las acciones de los residentes se convierten en uno de los elementos que determinan la percepción que tienen los turistas del viaje, provocando de esta forma que las actitudes de los residentes se transmitan a los turistas mejorando o empeorando la imagen que tienen del destino. Por tanto se forma un circuito en donde los residentes y los turistas se influyen mutuamente. La evolución de este circuito marca enormemente la calidad de vida de los residentes (molestias o beneficios que sufren) y el nivel de hospitalidad que reciben los turistas y que determina el nivel de satisfacción con su viaje (Ramón, 2015).

## **3. Metodología**

Los datos proceden de dos muestras obtenidas en los dos destinos turísticos analizados. Ibiza es una isla del Mediterráneo occidental de 572 km<sup>2</sup> de superficie y 140.000 residentes (Instituto Nacional de Estadística de España), muy conocida internacionalmente como destino de turismo de sol y playa, y por su oferta de discotecas. Punta del Este es un importante destino turístico de Uruguay especializado en el turismo de sol y playa, y forma una conurbación con la vecina ciudad de Maldonado y otros núcleos de población cercanos, llegando a los 135.000 habitantes (Instituto Nacional de Estadística de Uruguay). Ambos destinos poseen un importante peso del turismo en su actividad económica y una fuerte estacionalidad en las llegadas de turistas. En 2011 se procedió a la realización del trabajo de campo en Ibiza, obteniendo una muestra de 418 residentes. El margen máximo de error dado un nivel de confianza del 95% fue del 4,89%. En 2013 y 2014 se procedió a repetir el estudio en la conurbación Maldonado-Punta del Este, obteniendo una muestra de 360 residentes. El margen máximo de error dado un nivel de confianza del 95% fue del 5,25%. El cuestionario usado contenía ítems con escalas Likert y un conjunto de preguntas sociodemográficas que buscaban mostrar el perfil de la muestra (Tabla I).

Tabla I – Perfil sociodemográfico de las dos muestras utilizadas.

	Total		Ibiza		Punta del Este	
<b>Sexo:</b>						
Hombre	322	41,40%	151	36,20%	171	47,50%
Mujer	455	58,60%	266	63,80%	189	52,50%
<b>Edad:</b>						
Menos de 25	128	17,00%	55	14,10%	73	20,30%
25-34	181	24,10%	102	26,10%	79	21,90%
35-44	161	21,40%	98	25,10%	63	17,50%
45-54	150	20,00%	88	22,50%	62	17,20%
55 o más	131	17,40%	48	12,30%	83	23,10%
<b>Nivel de Estudios:</b>						
Estudios Primarios	110	14,30%	92	22,20%	18	5,00%
Estudios Secundarios	334	43,30%	175	42,20%	159	44,50%
Estudios Universitarios	328	42,50%	148	35,70%	180	50,40%
<b>Lugar de nacimiento:</b>						
En la región	388	49,90%	252	60,40%	136	37,80%
Fuera de la región	389	50,10%	165	39,60%	224	62,20%
<b>Se considera de la región:</b>						
Si.	540	69,40%	325	77,80%	215	59,70%
No.	185	23,80%	73	17,50%	112	31,10%
No lo sé.	53	6,80%	20	4,80%	33	9,20%
<b>Trabaja con turistas:</b>						
Si	470	61,30%	256	62,00%	214	60,50%
No	297	38,70%	157	38,00%	140	39,60%
<b>En caso de crisis turística, los ingresos...</b>						
Bajarían mucho	257	33,30%	161	38,80%	96	26,90%
Bajarían	305	39,50%	170	41,00%	135	37,80%
No cambiarían	210	27,20%	84	20,20%	126	35,30%

Fuente: elaboración propia.

Para este trabajo se utilizaron un conjunto de preguntas con escalas Likert de cinco puntos que medían el grado de aceptación de diversos tipos de oferta turística, siendo 1 “Totalmente Inaceptable”, 3

“Indiferente” y 5 “Totalmente Aceptable”. Para el análisis se realizó una comparativa entre las dos muestras en la respuesta media a las diversas preguntas. Esta comparativa fue completada con un análisis de varianza mediante la F de Snedecor que buscaba determinar si las diferencias en los valores medios eran estadísticamente significativas. Para completar el estudio se realizó un análisis clúster descendente mediante el algoritmo de Howard-Harris sobre el conjunto de las dos muestras. Para el análisis estadístico fue usado el software DYANE 4.0 (Santesmases, 2009).

#### **4. Valoración de diversos productos turísticos**

El análisis de las actitudes de los residentes hacia diversos productos u ofertas turísticas permite determinar el desarrollo turístico más adecuado para el destino, consiguiendo mayor aceptación del sector turístico por parte de los residentes y mayor hospitalidad hacia los turistas. Repercutiendo todo ello en una mayor sostenibilidad y una mayor implicación social en la gestión turística. Los tipos de oferta analizados han sido: Todo Incluido; Turismo de Golf; Cicloturismo; Turismo Deportivo; Turismo de Cruceros; Turismo Náutico; Turismo de Reuniones (Congresos, Seminarios, Ferias); Turismo de Naturaleza; Turismo Rural; Casas en Alquiler; Turismo Cultural; Turismo de Discotecas; Turismo de Segunda Residencia; Turismo de Sol y Playa. En este estudio no sólo se busca determinar qué tipos de oferta turística son mejor valorados por los residentes, sino que se centra en analizar si hay diferencias entre dos destinos: la isla de Ibiza (España), y la conurbación de Maldonado-Punta del Este (Uruguay). El análisis de estas diferencias implica plantear que causa el mayor o menor apoyo a algunas de las ofertas turísticas analizadas.

La valoración de la oferta de “todo incluido” es muy distinta en los dos destinos (Tabla II). Mientras que en Ibiza es considerada inaceptable (2,139) en Punta del Este es considerada aceptable (3,818). El “todo incluido” tiene la parte positiva para el cliente de permitir conocer y controlar de antemano el gasto que realizará y para el empresario la posibilidad de retener al turista y su gasto en el establecimiento. La parte negativa es que la oferta complementaria del destino (tiendas, restaurantes, bares, etc.) sufre un durísimo recorte en sus ingresos, ya que pierden los consumos que realizan los turistas en el hotel. Este tipo de oferta es vista por los residentes de Ibiza como un producto para turistas de bajo poder adquisitivo y que perjudica enormemente a la oferta complementaria. Esta visión adversa no se da tanto entre los residentes de Maldonado-Punta del Este.

El turismo de golf posee valoraciones positivas en ambos destinos (Tabla II) pero en Ibiza es bastante cercana a la indiferencia (3,388). Se considera que el golf permite atraer turismo de calidad, entendido como poco conflictivo y con elevado gasto medio, pero los grupos ecologistas consideran que genera impactos medioambientales (importante consumo de territorio, elevado consumo de agua y la existencia de urbanizaciones asociadas). En Ibiza hay una importante preocupación por el consumo de agua y territorio, siendo ello la posible explicación de la menor aceptación del turismo de golf en la isla.

El turismo de discotecas muestra valoraciones positivas pero muy bajas en ambos destinos. En el caso de Ibiza, referente mundial en el sector, la valoración muestra un nivel de aceptación no significativo (3,144) posiblemente por los efectos sociales que generan las grandes discotecas de la isla. En Punta del Este tiene un nivel de aceptación ligeramente mejor (3,459) pero es la oferta peor valorada por sus residentes. Normalmente, las discotecas son vistas como problemáticas para la sociedad local y, por tanto, poseen bajos niveles de aceptación o un claro rechazo entre los residentes.

Tabla II – Resultados de las dos muestras.

Tipo de Oferta Turística	Región			F de Snedecor	p Value
	Ibiza	Punta del Este	Dif. PdE-Ibz		
All inclusive o 'Todo incluido'.	2,139	3,818	1,679	392,914	0,000
Turismo de Golf.	3,388	3,765	0,377	14,872	0,000
Cicloturismo.	4,359				
Turismo deportivo.	4,440	4,089	-0,352	40,621	0,000
Turismo de Cruceros.		4,177			
Turismo Náutico.	4,450	4,099	-0,350	32,646	0,000
Turismo de Reuniones.	4,349	4,096	-0,253	14,875	0,000
Turismo basado en la naturaleza.	4,483	4,046	-0,438	46,580	0,000
Agroturismo, Turismo Rural, etc.	4,601	3,892	-0,709	133,005	0,000
Casas vacacionales en alquiler.	4,225	4,097	-0,128	4,165	0,042
Turismo Cultural.	4,421	3,627	-0,794	133,933	0,000
Turismo de discotecas.	3,144	3,459	0,315	13,030	0,000
Turismo de segunda residencia.	4,034	4,032	-0,002	0,001	0,979
Turismo de sol y playa familiar.	4,443	4,591	0,148	7,611	0,006

Fuente: elaboración propia.

El turismo deportivo tiene grados de apoyo superiores a 4 en ambos destinos, aunque es un poco mayor en Ibiza (4,440) que en Punta del Este (4,089). El turismo náutico está considerado como un turismo con alto poder adquisitivo y muestra un importante apoyo tanto en Ibiza (4,450) como en Punta del Este (4,099). El turismo de reuniones se considera una forma de turismo con alto poder adquisitivo y posee importantes grados de apoyo en ambos destinos, aunque más en Ibiza (4,349) que en Punta del Este (4,096). El turismo basado en la naturaleza es visto como sinónimo de turistas comprometidos con el entorno natural, teniendo valoraciones positivas en Punta del Este (4,046) y especialmente en Ibiza

(4,483). El turismo rural suele tener implícito turistas con interés por la naturaleza y las costumbres tradicionales de la vida rural. En ambos destinos las valoraciones son positivas, pero mientras en Punta del Este el grado de aceptación no destaca por ser muy elevado (3,892) en Ibiza es el tipo de turismo más valorado (4,601). En Ibiza existe una oferta de turismo rural con una calidad equivalente a hoteles de cuatro o cinco estrellas y, por tanto, enfocado a un turismo con alto poder adquisitivo que resulta muy atractivo para los residentes. El turismo cultural posee valoraciones positivas pero es mucho más valorado en el caso de Ibiza (4,421) que en el caso de Punta del Este (3,627). Cabe indicar que es un tipo de turismo con más potencial en Ibiza, ya que dispone de elementos declarados Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO (Ramón, Azpelicueta & Serra, 2015). En Punta del Este, la menor presencia de edificios históricos y la falta de diferencias culturales significativas con los mercados emisores de turistas resta potencial a este tipo de turismo. El turismo de Cruceros sólo fue analizado para el caso de Punta del Este, teniendo un claro apoyo por parte de la población (4,177). En Ibiza también existe este tipo de turismo pero aún es bastante irregular al ser un puerto secundario para los gestores de las rutas de cruceros del Mediterráneo. En Punta del Este los cruceros tienen una presencia más regular. Posiblemente las ansias de cambiar la oferta turística vigente, o como mínimo diversificarla, explique las mayores valoraciones obtenidas en el caso de Ibiza para el turismo deportivo, náutico, de reuniones, de naturaleza, rural y cultural (Tabla II).

El turismo de segunda residencia y el de casas en alquiler tienen valoraciones positivas y muy parecidas en ambos destinos turísticos. El turismo de sol y playa familiar es valorado muy positivamente en ambos destinos, posiblemente por ser el único tipo de oferta capaz de mantener los volúmenes de actividad económica existentes en ambos destinos. En el caso de Punta del Este, es la oferta con más apoyo entre los residentes (4,591) indicando que están bastante satisfechos con el tipo de oferta que posee la región en la actualidad.

Como parte del análisis de las ofertas turísticas se ha realizado una segmentación de la muestra. Esta segmentación se ha realizado mediante un Análisis Clúster descendente (algoritmo de Howard-Harris). Los grupos resultantes son (Tabla III):

- Los "Entusiastas" (27,6%) consideran muy aceptables todos los tipos de oferta analizados, siendo la valoración media de 4,419. La única oferta con un valor medio menor a cuatro es el turismo de discotecas (3,693) y el turismo de sol y playa es la oferta más valorada (4,763). El turismo deportivo, náutico, de reuniones, de naturaleza, rural y de sol y playa poseen valoraciones superiores a 4,5. En cuanto al perfil demográfico (Tabla IV), es el grupo con mayor nivel de estudios y con menor grado de apego a la región.
- Los "Selectivos" (39,3%) son el segundo grupo con mayor valoración media de las ofertas pero se caracterizan por elevados grados de aceptación en algunas ofertas y bajos grados de aceptación en otros. Este grupo posee las valoraciones más altas del turismo deportivo,

náutico, de naturaleza, rural y cultural. El turismo de reuniones, las casas en alquiler, el turismo de segunda residencia y el de sol y playa poseen valoraciones muy altas y cercanas al grupo de los “Entusiastas”. El turismo de discotecas no muestra una clara postura de aceptación o rechazo (3,059), el Turismo de Golf es poco aceptado (3,513) y el “todo incluido” es ampliamente rechazado (1,562). En cuanto al perfil demográfico (Tabla IV), es el grupo con más mujeres, menor nivel de estudios, más personas nacidas en la región, mayor grado de apego, más personas trabajando en contacto con turistas y mayor dependencia económica del turismo.

Tabla III – Valoración de las diversas ofertas por los segmentos generados.

<b>Tipo de Oferta Turística</b>	<b>Entusiastas N: 215</b>	<b>Selectivos N: 306</b>	<b>Poco Interesados N: 257</b>
All inclusive o 'Todo incluido'.	4,307	1,562	3,304
Turismo de Golf.	4,112	3,513	3,090
Turismo deportivo.	4,563	4,644	3,560
Turismo Náutico.	4,623	4,644	3,506
Turismo de Reuniones.	4,605	4,562	3,459
Turismo basado en la naturaleza.	4,698	4,729	3,354
Agroturismo, Turismo Rural, etc.	4,633	4,758	3,327
Casas vacacionales en alquiler.	4,386	4,376	3,685
Turismo Cultural.	4,367	4,647	3,051
Turismo de discotecas.	3,693	3,059	3,187
Turismo de segunda residencia.	4,284	4,167	3,564
Turismo de sol y playa familiar.	4,763	4,608	4,136
<b>MEDIA</b>	<b>4,419</b>	<b>4,106</b>	<b>3,435</b>

Fuente: elaboración propia.

- Los “Poco Interesados” (30,0%) poseen valoraciones muy bajas de todos los tipos de oferta (media de 3,435), aunque en ningún caso hay rechazo. Para este grupo no resulta aceptable el turismo de Golf (3,090) y la aceptación es muy baja en el caso de las discotecas (3,187). Sólo el turismo de sol y playa posee una valoración superior a cuatro (4,136). En cuanto al perfil demográfico (Tabla IV), es el grupo con más gente joven.

Al comparar los tres grupos se observa que los “Entusiastas” y los “Poco Interesados” tienen perfiles demográficos muy similares y similares pautas de respuesta. Sólo se diferencian en que el primer

grupo responde con valoraciones superiores en un punto a las realizadas por el grupo de los “Poco Interesados”. El grupo de los “Selectivos” se caracteriza por valoraciones muy positivas en diversas ofertas que se consideran apropiadas para desestacionalizar un destino y valoraciones muy bajas en diversos tipos de oferta que consideran problemáticas, en concreto discotecas, campos de golf y oferta de “todo incluido”. Por las características demográficas (Tabla IV), el grupo de los “Selectivos” es el que tiene mayor contacto con los turistas y mayor dependencia del turismo siendo con gran probabilidad este elemento el que genera valoraciones tan distintas según el tipo de oferta. Los tres grupos coinciden en valorar las discotecas y campos de golf menos que el resto de ofertas propuestas.

Tabla IV – Perfil demográfico de los segmentos generados.

	Entusiastas		Selectivos		Poco Interesados	
<b>Sexo:</b>						
Hombre	86	40,0%	108	35,3%	128	50,0%
Mujer	129	60,0%	198	64,7%	128	50,0%
<b>Edad:</b>						
Menos de 25	31	14,6%	37	12,8%	60	24,0%
25-34	52	24,5%	72	24,9%	57	22,8%
35-44	45	21,2%	68	23,5%	48	19,2%
45-54	43	20,3%	66	22,8%	41	16,4%
55 o más	41	19,3%	46	15,9%	44	17,6%
<b>Nivel de Estudios:</b>						
Estudios Primarios	17	7,9%	63	20,7%	30	11,9%
Estudios Secundarios	94	43,7%	131	43,0%	109	43,3%
Estudios Universitarios	104	48,4%	111	36,4%	113	44,8%
<b>Lugar de nacimiento:</b>						
En la región	96	44,7%	177	57,8%	115	44,9%
Fuera de la región	119	55,4%	129	42,2%	141	55,1%
<b>Se considera de la región:</b>						
Si.	132	61,4%	244	79,7%	164	63,8%
No.	68	31,6%	51	16,7%	66	25,7%
No lo sé.	15	7,0%	11	3,6%	27	10,5%
<b>Trabaja con turistas:</b>						
Si	126	59,2%	201	66,3%	143	57,0%
No	87	40,9%	102	33,7%	108	43,0%
<b>En caso de crisis turística, los ingresos...</b>						
Bajarían mucho	72	33,6%	119	39,3%	66	25,9%



Bajarían	67	31,3%	132	43,6%	106	41,6%
No cambiarían	75	35,1%	52	17,2%	83	32,6%
<b>Región:</b>						
Ibiza	68	31,6%	268	87,6%	82	31,9%
Maldonado-Punta del Este	147	68,4%	38	12,4%	175	68,1%

Fuente: elaboración propia.

En cuanto a la comparativa entre destinos (Tabla IV), el 64% de los encuestados de Ibiza quedan englobados en el grupo de los “Selectivos”. En concreto el 87,6% de los “Selectivos” son personas residentes en Ibiza. En el caso de Maldonado-Punta del Este, el 90% de los residentes se encuentran repartidos entre los grupos de los “Entusiastas” y los “Poco Interesados”. El 68% de los “Entusiastas” y los “Poco Interesados” son personas residentes en Maldonado-Punta del Este.

## 5. Conclusiones

Al comparar el grado de aceptación de diversas ofertas turísticas por parte de los residentes de la isla de Ibiza y la conurbación de Maldonado-Punta del Este se observan similitudes y diferencias, tanto a través de la comparación directa como a través del análisis clúster. Entre las similitudes hay un importante apoyo al turismo de sol y playa y una baja valoración de las ofertas turísticas basadas en las discotecas y los campos de golf. Todos los tipos de turismo con potencial para diversificar o complementar la oferta de sol y playa tienen importantes grados de aceptación en ambos destinos: turismo náutico, turismo deportivo, turismo de naturaleza, turismo de reuniones y turismo residencial. Cabe indicar que estas ofertas alternativas no poseen tanta aceptación como el turismo de sol y playa en Punta del Este, mientras que en Ibiza poseen grados de aceptación iguales o superiores al turismo de sol y playa. Este hecho puede ser indicio de que para los residentes de Punta del Este son ofertas interesantes pero les parece bien la oferta actual de la región, pero los residentes de Ibiza desearían una diversificación de la oferta desarrollando este tipo de ofertas complementarias pero sin renunciar al turismo de sol y playa.

El análisis clúster enfatiza las diferencias encontradas entre ambos destinos. Los “Selectivos” se encuentran mayoritariamente en Ibiza y son personas que valoran enormemente diversas ofertas alternativas pero muestran poca aceptación, o rechazo, por algunas ofertas polémicas. Los otros dos grupos de residentes son predominantes en Punta del Este y muestran valoraciones más homogéneas entre las diversas ofertas, aunque un grupo es más entusiasta en sus valoraciones que el otro.

En general, mientras que en Punta del Este parecen satisfechos con su actual oferta turística y no muestran valoraciones muy dispares en el resto de ofertas, en Ibiza hay ofertas con muy poca aceptación

por sus impactos negativos y otras muy valoradas por su potencial de diversificar y desestacionalizar la actividad turística. Mientras en Ibiza parece interesante intentar potenciar las ofertas alternativas al turismo de sol y playa que obtienen mayores grados de aceptación, en Punta del Este no parece necesario realizar acciones a corto plazo más allá de vigilar el posible surgimiento de impactos negativos de los tipos de oferta existentes.

Las valoraciones de los tipos de oferta turística son distintas y, por tanto, es esperable que en virtud del mix de la oferta turística del destino las actitudes generales de los residentes varíen. La valoración de una oferta parece depender de la oferta tradicional del destino (no quieren perder la oferta que saben que funciona), las posibilidades de desarrollo (disponer de lo necesario para desarrollar de forma importante la nueva oferta) y los impactos que genera (beneficios económicos, molestias a los residentes, etc.). En cuanto a los impactos generados, la interacción entre turistas y residentes parece importante ya que las ofertas con menor contacto con los residentes (golf y "todo incluido") o con más impactos negativos en la comunidad local (discotecas) son también las que poseen menores valoraciones. Además, en destinos donde la percepción de haber llegado al límite de capacidad es más importante, como en el caso de Ibiza, las valoraciones de los residentes son más selectivas, primando las ofertas de turismo con un componente más *alocéntrico* (Plog, 1974, 2002), impulsivo (Bigné, Font & Andreu, 2000), itinerante o nómada (Lanquar, 2001), como podría ser el turismo de naturaleza, el turismo rural, el turismo náutico, el turismo cultural o el turismo deportivo. Futuras líneas de investigación deberán profundizar en las causas de las diferencias en las actitudes que se observan en destinos de características similares como Ibiza y Punta del Este.

## 6. Bibliografía

- Akis, S., Peristianis, N., & Warner, J. (1996). Residents' attitudes to tourism development: the case of Cyprus. *Tourism Management*, 17(7), 481-494.
- Alvarez, M. D., Inelmen, K., & Yarcán, S. (2009). Do perceptions change? A comparative study. *Anatolia*, 20(2), 401-418.
- AP, J., & Crompton, J. L. (1998). Developing and testing a tourism impact scale. *Journal of Travel Research*, 37(2), 120-130.
- Besculides, A., Lee, M., & McCormick, P. (2002). Resident's perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 303-319.
- Bigné, J. E., Font, X., & Andreu, L. (2000). *Marketing de destinos turísticos. Análisis y estrategias de desarrollo*. Madrid: Editorial ESIC.
- Brida, J. G., Chiappa, G. D., Meleddu, M., & Pulina, M. (2014). A comparison of residents' perceptions in two cruise ports in the mediterranean sea. *International Journal of Tourism Research*, 16(2), 180-190.
- Bruckner, P., & Finkelkraut, A. (1979). *Au Coin de la Rue. L'aventure*. Paris: Éditions du Seuil.
- Doran, R., Larsen, S., & Wolff, K. (2015). Different but similar: Social comparison of travel motives among tourists. *International Journal of Tourism Research*, 17(6), 555-563.

- Faulkner, B., & Tideswell, C. A. (1997). Framework for monitoring community impacts of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), 3-28.
- Fischer, H. (1984). *Warum Samoa? Touristen und Tourismus in der Südsee*. Berlin: Reimer.
- Fredline, E., & Faulkner, B. (2000). Host community reactions: A cluster analysis. *Annals of Tourism Research*, 27(3), 763-784.
- Fredline, L., Deery, M., & Jago, L. (2013) A longitudinal study of the impacts of an annual event on local residents. *Tourism Planning & Development*, 10(4), 416-432.
- Goffman, E. (1961). *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.
- Gómez, L., San Martín, J., & Bertiche, C. (1999). A model of tourism experience and attitude change. *Annals of Tourism Research*, 26(4), 1024-1027.
- Gration, D., Raciti, M., & Arcodia, C. (2011). The role of consumer self-concept in marketing festivals. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 28(6), 644-655.
- Gursoy, D., & Kendall, K. W. (2006). Hosting mega events: modeling locals' support. *Annals of Tourism Research*, 33(3), 603-623.
- Gursoy, D., & Rutherford, D. (2004). Host attitudes toward tourism: An Improved Structural Model. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 495-516.
- Gustafson, P. (2002). Tourism and seasonal retirement migration. *Annals of Tourism Research*, 29(4), 899-918.
- Haralambopoulos, N., & Pizam, A. (1996). Perceived impacts of tourism: the case of Samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503-526.
- Hennig, C. (1997). Touristenbeschimpfung. Zur geschichte des anti-tourismus. *Zeitschrift für Volkskunde*, 93(1), 31.41.
- Huang, S., & Hsu, C. H. C. (2009). Effects of travel motivation, past experience, perceived constraint, and attitude on revisit intention. *Journal of Travel Research*, 48(1), 29-44.
- Instituto Nacional de Estadística de España. Disponible en: <http://www.ine.es/> [Accedido el 15 de enero de 2016]
- Instituto Nacional de Estadística de Uruguay. Disponible en: <http://www.ine.gub.uy/> [Accedido el 15 de enero de 2016]
- Jacobsen, J. K. S. (2000). Anti-tourist attitudes: mediterranean charter tourism. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 284-300.
- Jurowski, C., Uysal, M., & Williams, R. D. (1997). A theoretical analysis of host community resident reactions to tourism. *Journal of Travel Research*, 36(2), 3-11.
- Kim, S. S., & Petrick, J. F. (2005). Residents' perceptions on impacts of the FIFA 2002 World Cup: the case of Seoul as a host city. *Tourism Management*, 26(1), 25-38.
- Lanquar, R. (2001). *Marketing turístico: de lo global a lo local*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Lindberg, K., Dellaert, B. G. C., & Rassing, C. R. (1999). Resident tradeoffs. A choice modeling approach. *Annals of Tourism Research*, 26(3), 554-569.
- Mason, P., & Cheyne, J. (2000). Resident's attitudes to proposed tourism development. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 391-411.
- Milman, A., & Pizam, A. (1988). Social impact of tourism on Central Florida. *Annals of Tourism Research*, 15(2), 191-204.

- Nyaupane, G. P., Teye, V., & Paris, C. (2008). Innocents abroad. attitude change toward hosts. *Annals of Tourism Research*, 35(3), 650-667.
- Pearce, D. G. (1996). Tourist organizations in Sweden. *Tourism Management*, 17(6), 413-424.
- Plog, S. C. (1974). Why destination areas rise and fall in popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14(4), 55-58.
- Plog, S. C. (2002). The power of psychographics and the concept of venturesomeness. *Journal of Travel Research*, 40(3), 244-251.
- Ramón, J. (2015). Comparativa entre islas de la valoración de distintos tipos de oferta turística por parte de los residentes: el caso de las Islas Baleares (España). *Turismo e Sociedade*, 8(2), 255-275.
- Ramón, J., AZpelicueta, M. C., & Serra, A. (2015). "Ibiza, Biodiversidad y Cultura": Evolución y potencial turístico de un emplazamiento patrimonio mundial. *International Journal of Scientific Management and Tourism*, 1(1), 109-133.
- Ribeiro, M. A., Valle, P. O., & Silva, J. A. (2013). Residents' attitudes towards tourism development in Cape Verde islands. *Tourism Geographies*, 15(4), 654-679.
- Ritchie, J. R. B. (1988). Consensus policy formulation in tourism: Measuring resident views via survey research. *Tourism Management*, 9(3), 199-212.
- Santesmases, M. (2009). *DYANE Versión 4: Diseño y análisis de encuestas en investigación social y de mercados*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Serra, A., & Ramón, J. (2016). Host community resignation to nightclub tourism. *Current Issues in Tourism*. DOI:10.1080/13683500.2016.1161604
- Teye, V., Sirakaya, E., & Sönmez, S. F. (2002). Resident's attitudes toward tourism development. *Annals of Tourism Research*, 29(3), 668-688.
- Urbain, J. D. (2002). *L'Idiot du Voyage: Histoires de Touristes*. Paris: Payot et Rivages.
- Vareiro, L. M. C., Remoaldo, P. C., & Ribeiro, J. A. C. (2013). Residents' perceptions of tourism impacts in Guimarães (Portugal): A cluster analysis. *Current Issues in Tourism*, 16(6), 535-551.
- Vargas, A., Porras, N., & Plaza, M. A. (2014). Residents' attitude to tourism and seasonality. *Journal of Travel Research*, 53(5), 581-596.
- Williams, J., & Lawson, R. (2001). Community issues and resident opinions of tourism. *Annals of Tourism Research*, 28(2), 269-290.
- Yu, J., & Lee, T. J. (2014). Impact of tourists' intercultural interactions. *Journal of Travel Research*, 53(2), 225-238.
- Yu, X., Kim, N., Chen, C., & Schwartz, Z. (2012). Are you a tourist? tourism definition from the tourist perspective. *Tourism Analysis*, 17(4), 445-457.

## PERCEÇÃO DOS RESIDENTES EM RELAÇÃO AOS IMPACTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM JOINVILLE (SANTA CATARINA – BRASIL)

**Elaine Cristina Borges SCALABRINI**

Professora Adjunta Universidade da Região de Joinville - Univille

elaine.scalabrini@univille.br

**Paula C. A. REMOALDO**

Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho

premoaldo@geografia.uminho.pt

**Júlia M. LOURENÇO**

CTAC - Escola de Engenharia – Universidade do Minho

jloure@civil.uminho.pt

### Resumo

Nas últimas décadas, a atividade turística tem ganho destaque em diferentes destinos a nível internacional. Vários *stakeholders* estão envolvidos na atividade turística e para o planeamento e desenvolvimento eficaz desta atividade é importante que a sua opinião seja considerada. Sendo o residente um importante ator, este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos residentes de Joinville – SC (Brasil), no âmbito da atividade turística num município com características predominantemente industriais. Para atingir este objetivo foi realizada uma pesquisa do cariz quantitativo, a partir da aplicação de inquéritos a 498 residentes de Joinville. Os resultados revelaram que os residentes percebem positivamente o turismo, que os impactes socioculturais são mais destacados e que os homens percebem mais positivamente o turismo. Conclui-se que é necessário consolidar a atividade turística no destino, a partir de campanhas de sensibilização e consciencialização junto dos residentes.

**Palavras-chave:** Turismo. Impactes. Percepção de residentes.

### Abstract

In the last decades, tourism has stood out in different destinations in the world. Several stakeholders are involved in tourism and for the effective planning and development of the activity it is important that their opinion is considered. This study aims to identify the residents' perception towards tourism in Joinville – SC (Brazil), a municipality with predominantly industrial characteristics. To achieve this aim, a quantitative survey was conducted based on the application of surveys to 498 residents of Joinville. The results show that residents perceive tourism positively, that socio-cultural impacts are more evident and that men perceive tourism more positively. This study concludes that there is a need to strengthen tourism in the destination through awareness campaigns and awareness among residents.

**Keywords:** Tourism. Impacts. Residents' perception.

## 1. Introdução

À escala internacional, o turismo é uma das atividades económicas com maior crescimento nas últimas décadas. Dados da Organização Mundial do Turismo (2015) mostram que, no ano de 2014, a movimentação de turistas à escala mundial alcançou o total de 1.135 milhares de milhões. As áreas social, cultural e ambiental também são influenciadas por esta atividade, principalmente no que diz respeito à valorização do património material e imaterial e preservação dos espaços naturais.

Em virtude das suas características, a atividade turística gera nos destinos impactes positivos e negativos, sejam estes de cariz económico, social, cultural e ambiental. Os principais atores a perceberem estes impactes são os residentes dos destinos (Getz, 1993, Brunt e Courtney, 1999, Besculides *et al.*, 2002, Inbakaran e Jackson, 2006, Sharma e Dyer, 2009, Brida *et al.*, 2010, Vareiro *et al.*, 2013). Estes impactes podem gerar problemas nos diferentes destinos turísticos, principalmente se não houver o planeamento adequado da atividade. Alguns exemplos são bastante discutidos, como é o caso das praias brasileiras, onde em períodos de elevada procura, existe falta de infraestruturas quer para os residentes, quer para os turistas. Deste modo, as políticas públicas de turismo a encetar devem contemplar estratégias passíveis de minimizar os impactes negativos e maximizar os positivos.

A partir de uma análise da literatura sobre o tema, é evidente que um grande número de estudos que analisam os impactes gerados pelo turismo, são realizados tendo por base o desenvolvimento de modelos. Alguns exemplos de modelos desenvolvidos são os de Gursoy e Jurowsky (2002), Gursoy e Rutheford (2004), Monjardino (2009), Eusébio e Carneiro (2012) e de Nunkoo e Soo (2015). Constatámos que nos modelos desenvolvidos há relação entre os impactes gerados pelo turismo, sejam positivos e/ou negativos, e outras variáveis que podem ser o apoio ao turismo, os benefícios pessoais e as características demográficas.

No Brasil existem estudos sobre a percepção de residentes sobre os impactes económicos, socioculturais e/ou ambientais do turismo (Pires *et al.*, 2009, Aires *et al.*, 2010) mas quando se compara com outros países europeus, ainda são poucos os contributos nesta temática, não se conhecendo nenhum especificamente relacionado com o município de Joinville, localizado no Estado de Santa Catarina (região Sul do Brasil). Assim, o presente capítulo tem como objetivo identificar a percepção dos residentes de Joinville – SC, no âmbito da atividade turística de um município com características predominantemente industriais.

Para responder a este objetivo, o capítulo está estruturado em cinco *itens*. O primeiro *item*, de carácter teórico, apresenta os conceitos de impactes do turismo. No segundo *item* são discutidos os estudos sobre percepção de residentes, bem como os modelos para a análise da percepção de residentes.

O *item* três dedica-se aos aspetos metodológicos da pesquisa realizada, enquanto nos *ítems* quatro e cinco se analisam os resultados e se apresentam as considerações finais.

## 1. Impactes do turismo

O turismo é uma atividade bastante complexa em variados aspetos. Ao praticar o turismo num determinado destino, pressupõe-se que a atividade impactará de alguma forma no comportamento dos residentes, seja positiva ou negativamente. Diversos autores (Getz, 1993, Brunt e Courtney, 1999, Dyer *et al.*, 2007, Brida *et al.*, 2008, Cordero, 2008, Eusébio e Carneiro, 2012, Bitsani e Kavoura, 2014, Fun *et al.*, 2014) desenvolveram estudos para compreender como a atividade turística afeta a percepção dos residentes nos destinos turísticos.

É pertinente considerar as diferentes visões dos autores que estudam este tema. Convém ressaltar que a maioria das pesquisas divide os impactes em três áreas distintas e correlacionadas: âmbito económico, sociocultural e ambiental (Getz, 1993, Gursoy *et al.*, 2002, Andereck *et al.*, 2005, Inbakaran e Jackson, 2006, Sharma e Dyer, 2009, Sharpley, 2014, Stylidis *et al.*, 2014, Sinclair-Maragh *et al.*, 2015, Stylidis, 2015, Vargas-Sánchez *et al.*, 2015).

Também é comum entre os autores supracitados a análise dos impactes positivos e dos negativos. Neste sentido, os impactes positivos gerados pelo turismo podem ser entendidos como aqueles que proporcionam uma melhoria nas condições de vida da população. Por seu turno, os negativos são aqueles que pioram de alguma forma as condições de vida da comunidade onde o turismo é desenvolvido (Besculides *et al.*, 2002).

Entre os pesquisadores do tema, existe um consenso sobre as variáveis que correspondem a cada um dos tipos de impactes. O Quadro 1 apresenta uma relação das variáveis citadas pelos diferentes autores analisados. As variáveis representam os impactes económicos, socioculturais e ambientais, tanto positivos quanto negativos. Cabe salientar que esta relação serviu de base para a elaboração da pesquisa realizada no município de Joinville – SC.

Matias *et al.* (2007) defendem que estes impactes não devem ser analisados individualmente. Os impactes económicos devem ser confrontados com os socioculturais e com os ambientais nas suas diferentes variáveis, contribuindo para uma melhor compreensão do fenómeno turístico. Para tal, nestes estudos, devem ser envolvidos diferentes *stakeholders*, estando entre eles os residentes. Nesta temática, há pesquisas que procuram identificar a percepção dos residentes em relação aos impactes do turismo, usando modelos de análise. Estes modelos são discutidos no *item* seguinte.

Quadro 1 - Impactes do turismo

<b>Impactes Económicos</b>	
<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cria postos de trabalho para os residentes.</li> <li>- Ajuda a criar novos serviços para os residentes.</li> <li>- O dinheiro gasto pelos turistas fica na cidade.</li> <li>- Aumenta as oportunidades de empreender no destino.</li> <li>- Há melhoria nos serviços públicos devido à receita gerada pelos impostos.</li> <li>- Possibilita a elevação do padrão de vida da população.</li> <li>- O turismo dá mais visibilidade ao destino atraindo mais turistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumenta os preços de bens e serviços.</li> <li>- As oportunidades de emprego podem ser ocupadas por pessoas que não residiam anteriormente no destino.</li> <li>- O turismo aumenta o custo de vida dos residentes.</li> </ul>
<b>Impactes Socioculturais</b>	
<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permite a conservação e o restauro de edifícios históricos.</li> <li>- Permite o contacto com culturas diferentes.</li> <li>- Estimula a cultura local e o artesanato.</li> <li>- Melhora a qualidade dos serviços.</li> <li>- Facilita o acesso aos serviços usados pelos turistas.</li> <li>- Melhora a qualidade de vida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumenta a criminalidade.</li> <li>- Dificulta o acesso dos residentes a locais de lazer.</li> <li>- A população altera o seu comportamento, imitando os turistas.</li> <li>- Aumento do <i>stress</i> devido ao aumento de pessoas circulando no destino.</li> <li>- Conflitos entre turistas e residentes.</li> </ul>
<b>Impactes Ambientais</b>	
<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação das áreas naturais.</li> <li>- Possibilita a melhoria de infraestruturas e visita às áreas naturais do destino.</li> <li>- Proporciona o planeamento ambiental para adaptar as áreas para uso turístico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gera ruído excessivo no centro histórico.</li> <li>- Aumento da poluição do ar e das águas.</li> <li>- Aumento da produção de resíduos.</li> <li>- Alteração na composição das espécies da fauna e flora locais.</li> <li>- Aumento da área construída e redução das áreas naturais.</li> <li>- Aumento do consumo de água.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria com base em vários autores.

## 2. Estudos sobre percepção de residentes

A partir das características da atividade turística, é importante compreender também a percepção dos residentes que podem ser diretamente afetados com o desenvolvimento do turismo num destino. Assim, vários estudos internacionais foram desenvolvidos nas últimas décadas tentando compreender a atitude dos residentes face ao turismo (Getz, 1993, Brunt e Courtney, 1999, Williams e Lawson, 2001, Besculides *et al.*, 2002, Harrill, 2004, Andereck *et al.*, 2005, Kuvan e Akan, 2005, Brida *et al.*, 2010, McDowall e Choi, 2010, Vareiro *et al.*, 2012, Remoaldo *et al.*, 2015).

Em Portugal, é notório um incremento recente nos estudos sobre este tema, citando-se os trabalhos de Monjardino (2009), de Eusébio e Carneiro (2010), de Vareiro *et al.* (2012) e de Remoaldo *et al.* (2015). No Brasil, ainda não há uma literatura extensa sobre o tema, podendo-se citar os trabalhos de Maio *et al.*



(2006), de Aires *et al.* (2010), de Aires e Fortes (2011) e de Gastal e Dall’Agnol (2012). Ainda sobre estes estudos efetuados no Brasil, Scalabrini *et al.* (2014) identificaram que as pesquisas sobre este tema concentram-se na região nordeste do país. Também concluíram que os estudos possuem uma vertente sobretudo empírica e que usam uma abordagem qualitativa. Ainda de acordo com o estudo citado, foi notória a necessidade de uma maior preocupação no que se refere à metodologia aplicada.

Analisando os diferentes estudos desenvolvidos sobre esta temática a nível internacional, identificam-se diferentes abordagens e relações entre os impactes e as percepções dos residentes e muitos estudos são elaborados a partir do desenvolvimento de modelos que relacionam estes dois temas de estudo. Como já foi apresentado na introdução do presente capítulo, autores como Gursoy e Jurowsky (2002), Gursoy e Rutheford (2004), Monjardino (2009), Eusébio e Carneiro (2010) e Nunkoo e So (2015) desenvolveram modelos que procuram entender estas relações.

Os dois modelos de Gursoy foram baseados na Teoria das Trocas Sociais e realizados na região de Virgínia (EUA). Apresentam como ponto central o nível de desenvolvimento económico local, demonstrando as relações entre o envolvimento e a preocupação da comunidade, a utilização dos recursos turísticos pelos residentes e as atitudes ecocêntricas com os impactes (negativos e positivos) percebidos, bem como o apoio ao desenvolvimento turístico. No modelo de 2002, cada um destes *itens* está relacionado com um conjunto de afirmações a respeito do turismo, somando-se trinta e duas variáveis e quinze hipóteses iniciais, das quais sete não foram validadas. No modelo de 2004, a diferença é que os autores consideram uma abrangência maior dos custos e benefícios percebidos pelo turismo, apresentando os benefícios económicos, sociais e culturais e os custos sociais e culturais. Neste caso, surpreende-nos o facto de os autores não terem incluído no modelo os custos económicos e também os impactes ambientais.

Outro estudo que tem servido como modelo, principalmente nos estudos desenvolvidos em Portugal, é o de Monjardino (2009) que desenvolveu um modelo com base no *Local Questionnaire Model* da Organização Mundial do Turismo e no *Christchurch - Akaroa Resident’s Tourism Survey* – aplicado na Nova Zelândia. O modelo de Monjardino, aplicado em 2005 nos Açores, possui vinte e duas questões, sendo quinze afirmações a respeito dos impactes. A partir da estrutura do questionário utilizado, a autora identificou três relações para a análise da percepção de residentes nos Açores, sendo estas: a caracterização pessoal e a ligação à região, a ligação ao turismo e a experiência, e as opiniões referentes ao turismo nos Açores. Concluiu-se que, naquele momento, os residentes encontravam-se num momento de euforia, percecionando o turismo de forma positiva e não percebiam os impactes negativos.

Ainda em Portugal, destaca-se o modelo de Eusébio e Carneiro (2010), baseado na Teoria das Trocas Sociais. Foi aplicado na cidade de Aveiro, para compreender os impactes percecionados pelos residentes, focando, principalmente, a relação entre visitantes e residentes. Este modelo é composto por

quatro hipóteses, relacionando as questões de percepção dos residentes em relação aos impactes do turismo, a experiência turística, a facilidade de interação com os visitantes e perfil sociodemográfico dos residentes com o nível de interação dos residentes e podendo gerar, conseqüentemente, o desenvolvimento dos destinos turísticos. Das hipóteses iniciais sugeridas, duas foram validadas, uma foi rejeitada e uma observada parcialmente. Neste modelo, tal como nos estudos anteriores, os residentes percebem mais os impactes positivos do que os negativos.

Um modelo mais recente é o desenvolvido por Nunkoo e So (2015), baseado na Teoria das Trocas Sociais e aplicado na Região do Niagara (Canadá). O modelo contempla trinta variáveis divididas nos seguintes critérios: apoio ao turismo, confiança no governo local, impactes positivos do turismo, impactes negativos do turismo, conhecimento do turismo, empoderamento dos residentes, satisfação com a qualidade de vida e benefícios pessoais obtidos com o turismo. Os resultados indicaram que os residentes apoiam o turismo em virtude das suas percepções positivas a respeito do mesmo. Já os benefícios pessoais com o turismo influenciaram significativamente as percepções positivas dos residentes.

### 3. Aspetos metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, foi aplicado um inquérito por questionário aos residentes do município de Joinville, localizado no Estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil, sendo a maior cidade do Estado em volume populacional, com 515.288 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010). Caracteriza-se como o mais importante polo económico do Estado e o terceiro polo industrial da região sul do Brasil (IPPUJ, 2015). O Produto Interno Bruto *per capita* de Joinville é um dos mais elevados do país, em torno de US\$ 8.456/ano, sendo responsável por aproximadamente 20% das exportações de Santa Catarina. O município concentra grande parte das suas atividades económicas na indústria (com uma faturação industrial de US\$ 14,8 milhares de milhões por ano), destacando-se os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico.

Embora ocorra o predomínio da atividade industrial, o maior número de empregos é gerado na área de serviços, onde se enquadra o turismo. Em 2013, foram contratadas 44.855 pessoas na categoria de atividades de serviços, enquanto na indústria se efetivaram 39.756 contratações, no comércio 26.146, na construção civil 8.466 e na agropecuária 550 contratações (IPPUJ, 2014). Em relação ao turismo, o segmento de negócios e eventos é o que mais contribui para a economia local. A taxa média de ocupação nos hotéis da cidade é de 55,2% e o gasto médio diário do turista estrangeiro na cidade é de US\$ 93,79 (IPPUJ, 2014).

A pesquisa realizada, de cariz quantitativo, implicou a distribuição de 694 questionários junto dos residentes de Joinville. Tendo em vista uma maior representatividade da amostra, foram selecionados

multiplicadores de pesquisa que foram responsáveis por distribuir os questionários em diferentes bairros do município. Estes multiplicadores eram professores, líderes comunitários ou atores influentes na sua comunidade de origem. Os questionários foram aplicados no período de maio a setembro de 2014.

Dos questionários distribuídos, 498 foram devolvidos devidamente preenchidos, representando uma margem de erro de 4,4% para uma margem de confiança de 95% (cálculo feito na ferramenta *online Sample Size Calculator*). Estes números são similares aos de estudos internacionais.

Antes de aplicar a versão final, o questionário foi submetido a dois pré-testes, tendo o primeiro sido efetuado em dezembro de 2013 e o segundo em maio de 2014, com participantes de um projeto de extensão da Universidade da Região de Joinville – Univille. A versão final do questionário era composta por 20 perguntas, maioritariamente fechadas e usando afirmações para medir os aspetos afetivos da imagem do destino Joinville. Para medir os impactes positivos e negativos do turismo foram apresentadas 32 afirmações usando uma escala de Likert de 5 níveis, além de questões abertas e fechadas para compreender a relação do residente com o turismo em Joinville. Na última parte do questionário foram apresentadas questões que possibilitaram traçar o perfil sócio-demográfico do residente entrevistado. Os dados foram introduzidos no programa SPSS para realizar uma análise estatística descritiva da amostra de residentes e o cálculo das médias dos impactes.

## **4. Análise e discussão dos resultados**

### **4.1 Perfil sociodemográfico dos inquiridos**

Relativamente ao perfil sociodemográfico dos residentes inquiridos, a maioria respondeu que era natural de Joinville (59,2%) e o tempo médio de residência dos não naturais foi calculado em 17 anos, o que revela um potencial elevado enraizamento territorial dos inquiridos. Ressalte-se que 61,7% dos entrevistados era do sexo feminino, o que corrobora as características apresentadas no censo populacional apresentado pelo IBGE (2010), onde o maior número de habitantes do município eram mulheres (50,3%). A maioria (72,7%) dos respondentes estava na faixa etária entre os 18 e os 55 anos, representando a população economicamente ativa do município e está adequado ao Censo do IBGE que descreve a predominância de residentes nesta faixa de idade (64,9%). Sobre o rendimento médio dos inquiridos, 78,9% enquadravam-se na faixa entre R\$ 1.686,00 e R\$ 5.242,00. De acordo com os dados do IPPUJ (2015) o rendimento médio da população enquadrava-se nesta faixa, com 66,7% que recebia este montante. Em relação ao estado civil, 58,4% eram solteiros e 35,5% casados, enquadrando-se no perfil da população joinvilense.

## 4.2 Percepção dos impactes

Iniciamos a análise relativa à percepção dos residentes, apresentando as opiniões dos residentes de Joinville a respeito das afirmações “O turismo é bom para Joinville” e “Benefício do turismo em Joinville” (Quadro 2). Estas afirmações foram inseridas no questionário, pois perceber o turismo como algo bom, poderá conduzir ao apoio desta atividade no destino e, ainda, quando um residente beneficia da atividade turística poderá compreender os impactes do turismo de forma positiva. Estas afirmações também foram propostas em estudos que procuraram identificar a percepção do residente a respeito do turismo, tais como o de Monjardino (2009), o de Remoaldo *et al.* (2012), o de Vareiro *et al.* (2012) e o de Remoaldo *et al.* (2014).

Quadro 2 - Análise de percepção dos residentes de Joinville a respeito do turismo

Afirmações	Média	Desvio Padrão
O turismo é bom para Joinville	4,4	0,7
Benefício do desenvolvimento do turismo em Joinville	3,6	1,0

Fonte: Inquérito por questionário realizado aos residentes em Joinville em 2014.

Ao analisarmos estes dois aspetos identificamos que a média da afirmação “O turismo é bom para Joinville” é elevada (4,4), sendo a mesma próxima da nota máxima de 5 e com 92% dos inquiridos assinalando os níveis 4 e 5, classificando assim positivamente a afirmação apresentada. Considerando as características do município, que é predominantemente industrial, este dado é relevante, pois mesmo com 76,8% da amostra de residentes que não trabalham no setor do turismo, os mesmos entendem que esta atividade pode ser positiva para o município. Em estudos internacionais onde esta afirmação foi usada, identificou-se que 98,2% dos residentes do município português de Guimarães (Remoaldo *et al.*, 2012) revelaram uma percepção positiva e nos Açores ascendeu a 94,9% (Monjardino, 2009).

Relativamente à afirmação “Benefício do desenvolvimento do turismo em Joinville”, a média obtida no município de Joinville foi de 3,6, com uma percentagem de 55,5% dos inquiridos assinalando os níveis 4 e 5. Este resultado foi similar ao obtido no estudo do município de Guimarães, onde a média identificada foi de 3,37 e a percentagem nos níveis 4 e 5 foi de 54,8% (Vareiro *et al.*, 2013). Assim como no município português, o resultado de Joinville demonstra que os residentes percebem o turismo como algo positivo, mas ainda não compreendem de que forma podem beneficiar da atividade.

Continuando com a análise da percepção dos impactes do turismo no município de Joinville, o Quadro 3 condensa as médias obtidas em cada uma das afirmações apresentadas no questionário que foi aplicado, bem como as médias por tipo de impacte. Nas médias totais foi diagnosticada uma equidade entre os impactes económicos e socioculturais positivos (média de 3,7) e os impactes ambientais apresentaram uma média de 3,5. Nenhuma média dos impactes positivos superou os 4 pontos. Este resultado é similar a outros estudos, tais como o de Andereck *et al.* (2005) e de Remoaldo *et al.* (2014).

Quadro 3 - Média e desvio padrão dos impactes económicos, socioculturais, ambientais do destino

<b>Impactes económicos</b>		
<b>Positivos</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Cria postos de trabalho para os residentes.	4,0	0,8
Ajuda a criar novos serviços para os residentes.	3,9	0,7
O dinheiro gasto pelos turistas fica na cidade.	3,5	0,8
Aumenta as oportunidades de empreender na cidade.	3,9	0,7
Há melhoria nos serviços públicos, por conta da receita gerada pelos impostos.	2,9	1,0
Possibilita o aumento no padrão de vida da população.	3,4	0,8
O turismo dá mais visibilidade à cidade atraindo mais turistas.	4,1	0,7
<b>Média</b>	<b>3,7</b>	<b>0,5</b>
<b>Negativos</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Aumenta os preços de bens e serviços.	3,5	0,8
As oportunidades de trabalho geradas são para pessoas que vem de fora da cidade.	2,7	0,8
O turismo aumenta o custo de vida dos residentes.	3,1	0,8
<b>Média</b>	<b>3,1</b>	<b>0,6</b>
<b>Impactes socioeconómicos</b>		
<b>Positivos</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Permite conservação e restauro de edifícios históricos.	3,7	0,9
Permite contacto com culturas diferentes.	4,3	0,6
Estimula a cultura local e o artesanato.	4,0	0,8
A qualidade dos serviços é agora melhor.	3,4	0,9
Fácil acesso aos serviços usados pelos turistas.	3,3	0,8
Melhora a qualidade de vida.	3,3	0,9
<b>Média</b>	<b>3,7</b>	<b>0,5</b>
<b>Negativos</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Aumenta a criminalidade.	2,8	0,9
Dificulta o acesso dos residentes a locais de lazer.	2,4	0,9
A população altera o seu comportamento para imitar os turistas.	2,4	0,8
Aumento do <i>stress</i> .	2,9	1,0
Há constantes conflitos entre turistas e residentes.	2,2	0,7
<b>Média</b>	<b>2,5</b>	<b>0,6</b>
<b>Impactes ambientais</b>		
<b>Positivos</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Preservação das áreas naturais.	3,3	0,9
Possibilita a melhoria de infraestrutura e visita a áreas naturais.	3,6	0,7
Gerenciamento ambiental para adaptar a uso turístico.	3,6	0,8
<b>Média</b>	<b>3,5</b>	<b>0,6</b>
<b>Negativos</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Gera ruído excessivo no centro.	2,4	0,9
Aumento da poluição do ar e das águas.	2,9	0,9
Aumento do "lixo".	3,2	0,9
Mudança na composição das espécies da fauna e flora locais.	2,7	0,9
Crescimento da área construída e redução dos ambientes naturais.	3,1	0,9
Diminuição dos suprimentos de água.	3,0	0,9
<b>Média</b>	<b>2,9</b>	<b>0,6</b>

Fonte: Inquérito por questionário realizado aos residentes em Joinville em 2014.

Ao analisarmos as médias individuais de todos os impactes, identificamos que a maior média (4,3) é a da categoria “permite contacto com culturas diferentes”, que representa um impacte sociocultural positivo. Diferente de estudos como o de McDowall e Choi (2010), na sua pesquisa realizada com residentes da Tailândia, onde os impactes económicos aparecem no topo do *ranking*, o estudo de Joinville revela que os residentes evidenciam mais os impactes socioculturais do que os económicos, mesmo que estes últimos sejam mais fáceis de medir.

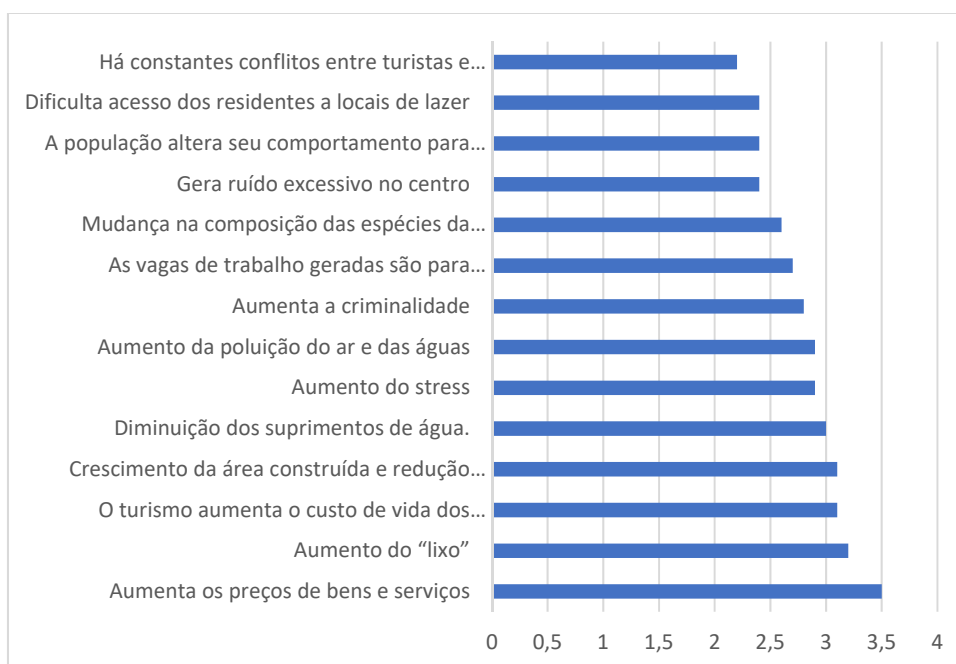
Também é importante evidenciar que no caso de Joinville, as médias dos impactes negativos não superam as dos impactes positivos. A mais elevada média dos impactes negativos de Joinville está posicionada em 10º lugar no *ranking* dos impactes. No estudo de McDowall e Choi (2010), as categorias relacionadas com os impactes negativos são evidenciadas com médias acima de 4 pontos. É o caso das afirmações “destruição da natureza” (4,07), do “aumento dos preços de propriedades” (4,02) e do “aumento do risco de SIDA” (4,00).

Estes resultados demonstram que, embora o turismo não seja a atividade predominante no município, os residentes de Joinville percebem principalmente os impactes positivos. Neste *ranking*, os primeiros impactes negativos que aparecem são os de cariz económico, seguidos dos de cariz ambiental. Todos os impactes socioculturais negativos obtiveram médias abaixo de 3 pontos, como pode ser observado nas Figuras 1 e 2.



Fonte: Inquérito por questionário realizado aos residentes em Joinville em 2014

Figura 1 - Médias dos impactes positivos do turismo



Fonte: Inquérito por questionário realizado aos residentes em Joinville em 2014

Figura 2 - Média dos impactes negativos do turismo

Os resultados apresentados refutaram a percepção inicial de que em Joinville os aspetos económicos seriam melhor percecionados.

Ainda neste estudo, procurou-se compreender as relações entre a percepção dos impactes e o perfil sócio demográfico dos respondentes. Em relação ao género, os homens atribuíram maiores médias em todos os impactes positivos, enquanto nos negativos, as mulheres assinalaram as maiores médias. Se compararmos os resultados com outros estudos internacionais, identificamos um resultado *sui generis*, visto que nestes estudos ocorre o inverso. Uma possibilidade para tal facto ter ocorrido no município de Joinville deriva deste ter como principal segmento o turismo de negócios e eventos, estando subjacente o turismo sexual. Também o facto da elevação dos preços de bens, tais como os de alimentação, e de serviços, como cabelereiros, com a vinda de turistas, poderá afetar a percepção das mulheres. Outra evidência é que os residentes mais velhos, tendem a perceber mais os impactes positivos, enquanto os mais jovens apontaram mais os impactes negativos. Supõe-se que os mais velhos já tiveram mais contacto com o turismo e puderam perceber os benefícios que esta atividade proporciona para o destino. Também ficou claro que, assim como no estudo de Besculides *et al.* (2002), realizado nos EUA, os residentes de Joinville que têm ou já tiveram contacto com o setor do turismo tendem a perceber mais os impactes do turismo, tanto no que concerne aos impactes positivos como aos negativos.

## 5. Considerações finais

Mesmo sendo Joinville um município de características predominantemente industriais, o turismo tem ganho relevância e os seus residentes têm percecionado tal facto. Isto evidenciou-se quando 92% dos inquiridos afirmou que "O turismo é bom para Joinville" e quando os impactes do turismo são, na sua maioria, percecionados de forma positiva pelos seus residentes. Os impactes socioculturais foram mais destacados, seguidos dos impactes económicos.

Um aspecto a ser tido em consideração é que as médias poderiam ser mais elevadas, já que nenhum impacte teve média superior a 4. Outro resultado de destaque neste estudo é o facto de as mulheres percecionarem mais negativamente o turismo. Isso poderia ser explicado por diferentes variáveis, estando entre elas, a elevação dos preços de bens (e.g., alimentação) e serviços (e.g., cabelereiros), com a vinda de turistas e a percepção de que o turismo de negócios e eventos eleva as possibilidades de turismo sexual. Para comprovar estas hipóteses é necessário realizar estudos mais aprofundados para identificar os reais motivos pelos quais isso acontece em Joinville.

Os resultados ainda denotam que os responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento do turismo no destino necessitam de considerar as opiniões dos residentes. Uma possibilidade é a realização de campanhas de sensibilização nos *media* locais, demonstrando o quão importante o turismo pode ser para o destino e consciencializando ainda mais os residentes dos benefícios desta atividade, extrapolando as fronteiras da atividade económica predominantemente industrial.

## Referências Bibliográficas

- Aires, J. D.; E. A. Pequeno and L. Fortes (2010). "A Relação Entre Turistas Estrangeiros e Residentes: O Caso de Ponta Negra-Natal/RN." Revista Hospitalidade 7(2): 38-51.
- Aires, J. D. M. and L. Fortes (2011). "O Modelo Irridex de Doxey: Breves Considerações Acerca de Sua Aplicação em Ponta Negra (Natal-RN)." RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo 1(1): 23-33.
- Andereck, K. L.; K. M. Valentine; R. C. Knopf and C. A. Vogt (2005). "Residents' perceptions of community tourism impacts." Annals of Tourism Research 32(4): 1056-1076.
- Besculides, A.; M. E. Lee and P. J. McCormick (2002). "Residents' perceptions of the cultural benefits of tourism." Annals of Tourism Research 29(2): 303-319.
- Bitsani, E. and A. Kavoura (2014). "Host Perceptions of Rural Tour Marketing to Sustainable Tourism in Central Eastern Europe. The Case Study of Istria, Croatia." Procedia-Social and Behavioral Sciences 148: 362-369.
- Brida, J. G.; L. Osti and A. Barquet (2010). "Segmenting resident perceptions towards tourism - a cluster analysis with a multinomial logit model of a mountain community." International Journal of Tourism Research 12(5): 591-602.



Brida, J. G.; J. S. Pereyra and M. J. S. Devesa (2008). "Evaluating the contribution of tourism to economic growth." Anatolia 19(2): 351-357.

Brunt, P. and P. Courtney (1999). "Host perceptions of sociocultural impacts." Annals of Tourism Research 26(3): 493-515.

Cordero, J. C. M. (2008). "Residents' Perception of Tourism." CIENCIA ergo sum 15(1): 35-44.

Dyer, P.; D. Gursoy; B. Sharma and J. Carter (2007). "Structural modeling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia." Tourism Management 28(2): 409-422.

Eusébio, C. and M. J. Carneiro (2010). A importância da percepção dos residentes dos impactes do turismo e da interação residente-visitante no desenvolvimento dos destinos turísticos. 7º Workshop APDR - XXXVI Reunión de Estudios Regionales. Badajoz - Elvas. 558: 22.

Eusébio, C. and M. J. Carneiro (2012). "Impactes sócio-culturais do turismo em destinos urbanos." Revista Portuguesa de Estudos Regionais(30): 65-75.

Fun, F. S.; L. M. Chiun; P. Songan and V. Nair (2014). "The impact of local communities' involvement and relationship quality on sustainable rural tourism in rural area, Sarawak. The moderating impact of self-efficacy." Procedia-Social and Behavioral Sciences 144: 60-65.

Gastal, S. d. A. and S. Dall'Agnol (2012). "Turismo em Laguna (SC): Impactos e atitude." Revista Brasileira de Turismo - RBTUR 6(1): 16-31.

Getz, D. (1993). "Impacts of tourism on residents' leisure: concepts, and a longitudinal case study of Spey Valley, Scotland." Journal of Tourism Studies 4(2): 33-44.

Gursoy, D.; C. Jurowski and M. Uysal (2002). "Resident attitudes: A structural modeling approach." Annals of Tourism Research 29(1): 79-105.

Gursoy, D. and D. G. Rutherford (2004). "Host attitudes toward tourism: An improved structural model." Annals of Tourism Research 31(3): 495-516.

Harrill, R. (2004). "Residents' attitudes toward tourism development: A literature review with implications for tourism planning." Journal of Planning Literature 18(3): 251-266.

Inbakaran, R. and M. Jackson (2006). "Resident attitudes inside Victoria's tourism product regions: a cluster analysis." Journal of Hospitality and Tourism Management 13(1): 59-74.

IPPUJ (2014). Joinville: Cidade em Dados 2014. Joinville, Prefeitura Municipal

IPPUJ (2015). Joinville: Cidade em Dados 2015. Joinville, Prefeitura Municipal.

Kuvan, Y. and P. Akan (2005). "Residents' attitudes toward general and forest-related impacts of tourism: the case of Belek, Antalya." Tourism Management 26(5): 691-706.

Maio, I. d. P.; M. Barretto and R. J. dos Santos (2006). "Processos Socioculturais do Turismo na Localidade Receptora: o olhar de residentes sobre os visitantes da ilha da Pintada/Porto Alegre/RS." Turismo-Visão e Ação 8(2): 235-252.

Matias, Á.; P. Neto and P. Nijkamp (2007). Trends in Tourism Research: Prefatory Remarks. Advances in Modern Tourism Research, Springer: 1-5.

McDowall, S. and Y. Choi (2010). "A Comparative Analysis of Thailand Residents' Perception of Tourism's Impacts." Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism 11(1): 36-55.

Monjardino, I. (2009). Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores: o papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao Turismo na Região. Congresso da APDR–Redes e Desenvolvimento Regional, Praia, Cabo Verde, APDR.

Nunkoo, R. and K. K. F. So (2015). "Residents' Support for Tourism Testing Alternative Structural Models." Journal of Travel Research: 1-15.

OMT. (2015). Acedido a 06 de julho 2015, 2015. Disponível em <http://www.unwto.org/>.

Pires, P. d. S.; F. A. d. Anjos; Y. Silva and J. P. d. Oliveira (2009). "Estruturação de Matriz de Impactos do Turismo: o caso do Agroturismo do Município de Santa Rosa de Lima/SC." RBTur 3(1): 68-89.

Remoaldo, P. C. A.; E. Duque and J. C. Ribeiro (2015). "The Environmental Impacts of Hosting the "2012 Guimarães European Capital of Culture as Perceived by the Local Community." Ambiente y Desarrollo 19(36): 25-38.

Remoaldo, P. C. A.; J. C. Ribeiro and É. L. Mendes (2012). "A importância da visão dos residentes." O Economista, Anuário da Economia Portuguesa: 140-143.

Remoaldo, P. C. A.; L. Vareiro; J. C. Ribeiro and J. F. Santos (2014). Residents' perceptions on impacts of hosting the "Guimarães 2012 European Capital of Culture": comparisons of the pre-and post-2012. 20th APDR Congress–Renaissance of the Regions of Southern Europe, Universidade de Évora.

Scalabrini, E. C. B.; P. C. A. Remoaldo and J. M. Lourenço (2014). "Percepções de residentes a respeito dos impactes da atividade turística: Uma análise das publicações brasileiras sobre o tema." Tourism and Hospitality International Journal 2(2): 12-31.

Sharma, B. and P. Dyer (2009). "An investigation of differences in residents' perceptions on the Sunshine Coast: tourism impacts and demographic variables." Tourism Geographies 11(2): 187-213.

Sharpley, R. (2014). "Host perceptions of tourism: A review of the research." Tourism Management 42: 37-49.

Sinclair-Maragh, G.; D. Gursoy and M. Vieregge (2015). "Residents' perceptions toward tourism development: A factor-cluster approach." Journal of Destination Marketing & Management 4(1): 36-45.

Stylidis, D. (2015). "The Role of Place Image Dimensions in Residents' Support for Tourism Development." International Journal of Tourism Research 18(2): 129-139.

Stylidis, D.; A. Biran; J. Sit and E. M. Szivas (2014). "Residents' support for tourism development: The role of residents' place image and perceived tourism impacts." Tourism Management 45: 260-274.

Vareiro, L. M. d. C.; P. C. Remoaldo and J. A. C. Ribeiro (2013). "Residents' perceptions of tourism impacts in Guimarães (Portugal): a cluster analysis." Current Issues in Tourism 16(6), pp. 535-551.

Vargas-Sánchez, A.; P. O. do Valle; J. da Costa Mendes and J. A. Silva (2015). "Residents' attitude and level of destination development: An international comparison." Tourism Management 48: 199-210.

Williams, J. and R. Lawson (2001). "Community issues and resident opinions of tourism." Annals of Tourism Research 28(2): 269-290.



**Parte III – Ambiente e Cidades nas Dinâmicas Espaciais**

## PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO E DIREITO À CIDADE: INTERSECÇÕES E DESVIOS

**Maria Cristina Rocha SIMÃO**

Curso de Conservação e Restauro, IFMG Ouro Preto  
[cristina.simao@ifmg.edu.br](mailto:cristina.simao@ifmg.edu.br)

**Rosângela Lunardelli CAVALLAZZI**

PROURB, FAU, UFRJ  
[rosangela.cavallazzi@gmail.com](mailto:rosangela.cavallazzi@gmail.com)

### Resumo

O contexto atual da literatura sobre a proteção do patrimônio cultural caracteriza-se pela formulação de novas abordagens teóricas para compreender as relações estabelecidas entre a sociedade e proteção do patrimônio cultural, que tem no tombamento, no caso brasileiro, o principal instrumento jurídico urbanístico. Sob essa ótica, a utilização dos bens patrimoniais e sua interseção com o significado a eles atribuído, a dimensão "imaterial" do patrimônio, implicam na integração efetiva das populações usuárias no processo de preservação e, conseqüentemente, nas ações de proteção.

A desvinculação da preservação do patrimônio cultural das outras questões urbanas somente demonstrou, no desenrolar da experiência brasileira, quase centenária, que as conseqüências são bastante danosas. Prejudiciais às cidades, na medida em que propiciam um descolamento destes tecidos antigos do cotidiano urbano, motivando o abandono ou a substituição destes lugares. Perniciosos, também, às populações, pois acirram a perda do sentido de lugar e, conseqüentemente, a apropriação e o sentimento de pertença. A ausência destes significados contribui para que o direito à cidade se torne distante e inatingível para grande parte da sociedade.

O direito à cidade, como o feixe de direitos sociais fundamentais que ganha eficácia social somente na razão direta da sua concreção articulada, somente será garantido pela fusão e pelo atendimento a vários fatores, condicionado à qualidade do ambiente urbano a que todos têm acesso. Assim, a defesa da preservação do patrimônio cultural, aqui ressaltado o urbano, torna-se fundamental para garantir que as cidades sejam tomadas em seu valor de uso, apropriadas pelos cidadãos.

**Palavras chave:** patrimônio urbano, direito à cidade, desenvolvimento

### Resumen

El contexto actual de la literatura sobre la protección del patrimonio cultural se caracteriza por el desarrollo de nuevos enfoques teóricos para la comprensión de las relaciones entre la sociedad y la protección del patrimonio cultural, que tiene en el tombamento, en Brasil, el principal instrumento jurídico urbano. En este sentido, el uso de los bienes patrimoniales y su intersección con el significado que se les atribuye, la dimensión "inmaterial" del patrimonio, implican la integración efectiva de las poblaciones usuarias en el proceso de conservación y, en consecuencia, en las acciones de protección.

La desvinculación de la conservación del patrimonio cultural de otros temas urbanos sólo demostró en el curso de la experiencia brasileña, casi centenaria, que las consecuencias son muy perjudiciales. En detrimento de las ciudades, ya que proporcionan un desprendimiento de estas antiguas parcelas de la vida cotidiana urbana, motivando el abandono o sustitución de estos lugares. Perjudicial también a la población, pues aviva la pérdida del sentido del lugar y, en consecuencia, el sentido de pertenencia. La ausencia de estos significados puede contribuir al derecho a la ciudad se hace lejana e inalcanzable para una gran parte de la sociedad.

El derecho a la ciudad, como los derechos sociales básicos de haz de ganar eficacia social sólo en proporción directa a su concreción articulada, sólo estará garantizada por la fusión y la atención a varios factores que condicionan la calidad del medio ambiente urbano a la que todo el mundo tiene acceso. Por lo tanto, la protección de la conservación del patrimonio cultural urbano es esencial para asegurar que las ciudades se toman en su valor de uso, apropiado por los ciudadanos.

**Palabras clave:** patrimonio urbano, derecho a la ciudad, desarrollo

## 1. Introdução

A preservação dos sítios urbanos é uma questão a ser colocada nos debates acadêmicos e políticos, uma vez que carrega em seu cerne uma dicotomia que necessita, constantemente, de respostas pragmáticas: como conciliar preservação com a dinâmica das cidades? Não seriam conceitos antagônicos, impossíveis de conciliação? É possível detectar reflexos deste conflito no comportamento das populações das cidades protegidas, pela existência de “[...] um sentimento ambíguo com relação ao patrimônio: ao mesmo tempo que ele remete ao passado e a uma relação de afetividade, ele indica impossibilidade de mudanças e, conseqüentemente, de progresso [...]”. (Simão, 2006, p. 44).

Ao mesmo tempo, a inserção da preservação do patrimônio cultural no feixe de direitos sociais fundamentais que compõem o direito à cidade ainda é desconhecido, tema pouco estudado e explorado nos meios acadêmicos, pouco exercitado na prática jurídico-urbanística. Não obstante, o direito à cidade<sup>1</sup> como o feixe de direitos sociais fundamentais que ganha eficácia social na razão direta da sua concreção articulada (Cavallazzi, 2007), somente será garantido pela fusão e pelo atendimento a vários fatores e, condicionada, também, à qualidade do ambiente urbano a que todos têm acesso com possibilidades reais de fruição.

Apesar dessa premissa, podemos contatar que a desvinculação da preservação do patrimônio cultural das outras questões urbanas é questão conhecida na experiência brasileira, quase centenária, demonstrando conseqüências bastante danosas. Prejudiciais às cidades, na medida em que propiciam um descolamento destes tecidos antigos do cotidiano urbano, motivando o abandono ou a substituição destes lugares. Perniciosos, também, às populações, pois acirram a perda do sentido de lugar e, conseqüentemente, a apropriação e o sentimento de pertença. A ausência destes significados contribui para que o direito à cidade se torne distante e inatingível para grande parte da sociedade, justamente aquela que não só tem o dever de respeitar as limitações institucionais inerentes ao processo de tombamento, mas, sobretudo, restringir seus hábitos e história de vida com um “presente” e um “futuro” preestabelecidos.

Nessas cidades ou núcleos urbanos patrimonializados, a garantia da eficácia social do direito à cidade relaciona-se diretamente com a possibilidade de utilização qualificada desses espaços no cotidiano dos moradores. Na medida em que, motivados pelos critérios de proteção do acervo patrimonial, os sítios urbanos patrimonializados e suas respectivas paisagens excluem ou impossibilitam

---

<sup>1</sup> Importante esclarecer o conceito de direito à cidade utilizado por Cavallazzi (2007), definindo como a síntese dos diversos direitos sociais e fundamentais que compõem um sistema composto por um feixe de direitos incluindo o direito à moradia (implícita a regularização fundiária), à educação, ao trabalho, à saúde, aos serviços públicos (implícito o saneamento), ao lazer, à informação, à segurança, ao transporte público, à preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, aos meios ambientes natural e construído equilibrados (implícita a garantia do direito às cidades sustentáveis), não estabelecendo qualquer hierarquia entre eles.

a vivência e apropriação das diversas populações, a consecução plena desses direitos fica impedida, conseqüentemente.

Por seu viés, as novas tendências teóricas relativas à preservação cultural apontam que a patrimonialização de um bem não deve se basear tão somente em sua materialidade ou na importância histórico-artístico que possua, mas principalmente nas possibilidades em se fazer presente, em participar da vida cotidiana, na resignificação permanente pela sociedade. O papel da preservação do patrimônio urbano como representação monumental das vitórias do poder é relativizado, redefinido para o sentido em consonância com a dinâmica da paisagem. O patrimônio cultural urbano, parte de cidades vivas e dinâmicas, somente pode ser assim considerado se contiver significados contemporâneos que permitam a sua sobrevivência.

Assim, para a discussão da proteção do patrimônio urbano no contexto atual e, principalmente, das suas possibilidades de utilização, abordaremos os novos pressupostos teóricos que baseiam a temática preservacionista, que apontam a importância dos significados, valores e funções atribuídos aos bens culturais pelas populações usuárias na vida cotidiana, em contraponto aos discursos que defendem a manutenção da materialidade construtiva hegemônica dos lugares patrimonializados como critério dominante nos procedimentos de proteção patrimonial. Trataremos, também, das relações entre o direito à cidade e a preservação do patrimônio cultural urbano, identificando as interseções e os desvios existentes entre eles.

## **2. Do direito à cidade e sua relação com o patrimônio cultural urbano**

A Carta Mundial pelo Direito à Cidade<sup>2</sup> destaca que o tradicional enfoque dado ao direito à cidade restrito à qualidade da habitação, deve ser ampliado para alcançar a qualidade de vida nas cidades, garantindo, a todos os habitantes.

o direito ao trabalho e às condições dignas de trabalho; o direito de constituir sindicatos; o direito a uma vida em família; o direito à previdência; o direito a um padrão de vida adequado; o direito à alimentação e vestuário; o direito a uma habitação adequada; o direito à saúde; o direito à água; o direito à educação; o direito à cultura; o direito à participação política; o direito à associação, reunião e manifestação; o direito à segurança pública; o direito à convivência pacífica entre outros. (Carta Mundial Pelo Direito à Cidade, 2006)

As cidades pós-industrialização, inseridas no processo de produção capitalista, induziram à perda, por parte da população, da motivação precípua e característica da urbanidade, a sua utilização como centros de vida social e política. Segundo Léfèbvre (2001, p. 6), “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização

---

<sup>2</sup> Documento produzido no Fórum Social das Américas - Quito - Julho 2004, Fórum Mundial Urbano - Barcelona - Setembro 2004 e V Fórum Social Mundial - Porto Alegre - Janeiro 2005.

tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana [...]” E as malhas urbanas pré-industriais carregam, ainda, formas e símbolos que permitem uma vivência diferenciada dos lugares. Entretanto, esvaziadas de sentido, excluídas da realidade e desvalorizadas frente aos novos arranjos, como podem contribuir para a melhoria da vida urbana?

O que pode ser constatado é que a ruptura entre os diversos espaços urbanos – aqui especificamente a fragmentação dos espaços que contém os sítios patrimonializados dos demais lugares urbanos – agrava o estado de vulnerabilidade no qual vivem as cidades. O planejamento urbano, na medida em que se caracteriza como normativo e institucionalizado, como instrumento estanque de ordenamento do território urbano, reafirma a situação da política de proteção patrimonial, baseada ainda nos princípios tradicionais de manutenção material do acervo cultural. Assim, a ação do Estado, enquanto regulatória e homogeneizante, confirma a leitura fragmentada de que “a cidade, ou o que resta dela, é construída ou remanejada como se fosse uma soma ou uma combinatória de elementos”. (Léfèbvre, 2001, p. 77).

Cavallazzi trata dessa fragmentação das políticas públicas, pontuando causas inerentes à lógica atual.

Ocorre na realidade contemporânea um efeito de fragmentação, a exemplo da lógica pós-moderna, das políticas de planejamento e de urbanismo no sentido inverso da proteção do patrimônio cultural, quando, por exemplo, às esferas municipal, estadual e federal se sobrepõem projetos, ações e omissões, ressaltando lacunas mutuamente. (CAVALLAZZI, 2014, p.37).

Este fracionamento da vida urbana impede a concretude do direito à cidade em sua plenitude mas, dialeticamente, a fragmentação explicita os conflitos sociais, visibilizando os detalhes do cotidiano, mostrando o plural, o desigual, o diferente, o conflito, o dissenso. (Cavallazzi, 2014). Logo, “as necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro?” (Léfèbvre, 2001, p. 104). As funções da cidade tomada pelo seu valor de troca, como produto, inserem-se na lógica da mercantilização do lugar, da sociedade do consumo, das demandas globais para tornar-se mercadoria.

O patrimônio cultural, revisitado na sociedade globalizada, cujo consumo é mola mestra, encontra-se em situação que não foge à regra, ao transformar-se também em mercadoria. Lamentável pensar que sua valorização será mais eficaz nesse viés – de mercadoria - do que em sua vertente singular, representante da história, da memória, na sua capacidade de rememoração, de representação de identidades. Choay reflete sobre a valorização do patrimônio histórico edificado, afirmando que

Essa expressão chave, que deveria nos tranquilizar, é na realidade inquietante por sua ambiguidade. Ela remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer.

Contém, igualmente, a noção de mais-valia. É verdade que se trata de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações económicas nem é precisa salientar". (Choay, 2001, p. 212)

Assim, à excessiva patrimonialização institucional dos sítios se associa, em geral, o propósito de mercantilizar as cidades, inserindo estes lugares e seu património de forma decisiva na lógica capitalista.

A cultura de mercado, potencializada pelo senso comum, com seus mitos e fetiches desorientadores, pode servir como uma das molas propulsoras de um novo estágio do capitalismo, na medida em que tenta uniformizar a sociedade, podendo encobrir as desigualdades inerentes ao próprio sistema (Arantes, 1996). Assim, é fundamental que haja discernimento ao tratar do património urbano, averiguar se a patrimonialização banaliza, globaliza, uniformiza os lugares, negando o direito à cidade, gerando maiores injustiças sociais, ao invés de cumprir o papel de referencial, de pertencimento e de agregação.

Outra questão que pode ser resultante deste processo é a exclusão de parte da população dos lugares patrimonializados, com a gentrificação causada pelo turismo, por atividades excessivamente elitizadas, retirando dos moradores autóctones a possibilidade de permanecer em seus territórios. Em situações de intenso processo de turistificação e de cenarização dos sítios protegidos, há grande possibilidade de ocorrer um distanciamento dos moradores em relação aos seus lugares, excluindo-os, inclusive, das oportunidades decorrentes da potencialização económica.

É possível também que novas referências e novos usos, resultantes desses processos de mudanças, provoquem este distanciamento ou, eventualmente, tragam alternativas para as populações locais. Assim, é fundamental que sejam investigadas as desigualdades existentes nos territórios patrimonializados, como o processo de uso e apropriação ampliam as vulnerabilidades, principalmente em relação aos moradores, àqueles que usam cotidianamente estes lugares. Ou seja, a cidade como valor de uso, como obra, ao ser pouco considerada na formulação e implementação de políticas públicas ou intervenções urbanas, acirra a distância entre a vida cotidiana das populações e a efetiva realização do direito à cidade.

### **3. Sobre os novos marcos teóricos da preservação do património e sua relação com o planejamento urbano**

A Carta de Brasília, Documento Regional do Cone Sul sobre autenticidade, redigido em 1995, indica uma mudança, já no final do século XX, na tendência teórico conceitual relativa à proteção do património onde, à manutenção da materialidade dos bens como valor predominante, são associados outros atributos, como a correspondência entre o significado e o próprio objeto material.



Podemos dizer [...] que nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado. [...] O objetivo para a preservação da memória e de suas referências culturais deve ser estabelecido a partir da função de ele se prestar ao enriquecimento do homem, muito além daquele material. (Cury, 2000, p. 326)

Valores como o uso e a apropriação dos bens, têm sido redimensionados e inseridos na pauta das discussões patrimoniais, pois “os bens culturais de natureza material têm uma face imaterial que se vincula aos valores coletivos a ele atribuídos e, ainda, aos que resultam do seu uso e da sua apropriação social” (Sant’anna, 2011, p. 197). O fortalecimento da preservação dos bens culturais imateriais, que pressupõe a participação direta e ativa do homem que o detém, vem contribuindo, na atualidade, para colocar em xeque os valores tradicionais da preservação do patrimônio material.

A predominância dos valores materiais, compreendidos como intrínsecos ao próprio bem, tendem a perder sua sustentação frente às populações usuárias, que arguem sobre a importância da preservação do patrimônio, principalmente o urbano, se desvinculado e excluído da vida, dos significados cotidianos, se descontextualizado da realidade. Meneses (2006) argumenta que a identificação de valores intrínsecos e imanentes em determinados bens ou ações, que possibilite a distinção em relação aos demais e, ainda, que reserve a eles tratamento diferenciado, não é mais possível, uma vez que “tal diferenciação deriva de significações, de sentidos - que não estão embutidos nos bens, mas são formulados fora deles, nas relações que os homens estabelecem uns com os outros e com o universo de que são parte” (Meneses, 2006, s/p). Ou seja, esta distinção baseia-se no uso, na fruição destes bens, de maneira mutável e histórica.

Entretanto, nas intervenções nos espaços patrimonializados, seja em ações institucionais ou projetuais, seja na formulação e implementação de marcos legais, ainda predomina como critério a manutenção da materialidade dos bens, subordinando os usos desses objetos à sua materialidade. Mas, como este critério é vivenciado no cotidiano destes lugares, principalmente nos espaços urbanos? Existe negação ou confirmação desta tendência? A despeito da ação institucional, projetual ou legal, “o que se pode constatar, [...], é que as populações atuam no cotidiano dos lugares de forma autônoma e, à revelia de normativas e princípios, à revelia das normas tradicionais, (re)constróem os seus espaços, (res)significando-os”. (Ribeiro, Simão, 2014, p.6).

Sob esta premissa, na prática preservacionista atual, principalmente a institucional, a seleção e a proteção do patrimônio cultural, aqui ressaltado o urbano, precisam considerar que o valor primordial dos objetos é subjetivo, é atribuído pelas pessoas e não inerentes aos próprios objetos. “O patrimônio é aquilo que os grupos ou pessoas convém entender como tal, e seus valores não são já algo inerente, indiscutível ou objetivo, senão algo que as pessoas projetam sobre eles” (Viñas, 2003, p.152). Assim, a patrimonialidade não provem dos objetos, mas dos sujeitos.

Mas este sujeito, indefinido, possibilita muitas interpretações e caminhos a serem seguidos. O próprio Estado pode ser entendido como o sujeito que atribui valor, mesmo que de forma autoritária e arbitrária. Entretanto, ao vincular patrimônio a significados, usos e funções, Viñas (2003) ressalta que estes valores são determinados por sujeitos, no plural, e não no singular. Compreende que a subjetividade colocada (ao atribuir ao sujeito este papel) é, na verdade, uma intersubjetividade, que “os valores são frutos de um acordo tácito entre-sujeitos para quem cada objeto significa algo” (Viñas, 2003, p.154). O mesmo autor, ao refletir sobre o papel dos especialistas ao agir sobre o patrimônio argumenta que “[...] as decisões correspondem aos experts, porém estes devem ser conscientes para quem trabalham e de onde provem sua autoridade sobre o patrimônio” (Viñas, 2003, p. 173), autoridade concedida aos profissionais pelos usuários. Desta forma, ao decidir, os especialistas devem ter ciência da importância e do significado que o patrimônio assume para quem efetivamente dele usufrui.

A operacionalidade deste conceito, por certo, não é e nem será fácil. Afinal, quais sujeitos determinarão o significado dos bens? Quais segmentos sociais predominarão no conflito que certamente se fará explícito ao selecionar determinado bem a ser patrimonializado? Estas questões que envolvem relações de poder ainda se encontram sem resposta, à mercê das ações institucionais e, também, da forte influência do mercado, principalmente o imobiliário, quando se trata do patrimônio material edificado.

Apesar desse conflito ainda presente, impactando diretamente na vivência e compreensão do patrimônio pelas populações usuárias, o que pode ser percebido é que o entendimento social da preservação do patrimônio cultural tem sofrido grandes transformações, e o seu papel como registro do passado, como representação monumental e simbólica das vitórias do poder e assim perpetuada, é relativizado e minimizado.

Desta forma, o patrimônio cultural, precipuamente aquele conformado em tecidos urbanos, parte de cidades vivas e, por isto, dinâmicas, caóticas, conflituosas, somente pode ser assim considerado se contiver significados contemporâneos que permitam e justifiquem a sua sobrevivência, mas também a sua destruição. (RIBEIRO, SIMÃO, 2014, p. 5)

A vivência cotidiana das diversas populações nos espaços patrimonializados, quando relacionada aos respectivos processos de seleção, patrimonialização e permanência, se se fizerem em consonância aos novos marcos teóricos referentes ao patrimônio cultural, pode contribuir com a efetivação da qualidade da vida urbana nesses lugares. Isto porque a priorização dos usos dos lugares preservados sobre a manutenção da materialidade dos objetos e a predominância dos significados atribuídos pelos diversos sujeitos em detrimento da hegemonia dos símbolos dos vencedores, tradicionalmente imposta à população, contribuiriam sobremaneira para a concreção do direito à cidade nos lugares já patrimonializados.

Entretanto, as políticas públicas para a preservação do patrimônio urbano, implementadas pelos diversos níveis do Estado, na atualidade, parecem não considerar e, conseqüentemente, não refletem os novos paradigmas preconizados pelas teorias patrimoniais contemporâneas. Existiu e ainda existe uma visível ruptura entre cidade “real” e cidade patrimonializada. A preservação do patrimônio cultural é apartada das outras questões urbanas; esta segmentação demonstra, no desenrolar da experiência brasileira de política patrimonial, quase centenária, que as conseqüências são bastante danosas, tanto às populações, quanto aos próprios lugares urbanos.

A hegemonia da patrimonialização institucionalizada afeta perniciosamente as populações, na medida que, ao apartar os sítios preservados da cidade cotidiana, acirram a perda do sentido de lugar e, conseqüentemente, a apropriação e o sentimento de pertença. O descolamento destes lugares da vida cotidiana e a ausência de significado para as populações contribui para a contramão da tutela dos direitos sociais fundamentais que constituem o direito à cidade que passa a ficar mais distante e inatingível para grande parte da sociedade. Pois as relações estabelecidas pelos homens com os espaços construídos implicam em cumplicidade e sentimento de pertencimento a eles atribuído.

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. (SANTOS, 2012, p.81)

A exclusão de lugares patrimonializados da vida urbana também é prejudicial às cidades como um todo, na medida em que propiciam um descolamento destes tecidos antigos do cotidiano urbano, motivando a precarização ou a substituição destes lugares. Ou ficam ao sabor do abandono, marginalizados na trama urbana, esquecidos frente às políticas de melhoramentos urbanos, ou são gentrificados e cenarizados para servir aos interesses econômicos, em via de regra em relação ao turismo. Estas ações em nada colaboram para a melhoria da qualidade urbana, nem social nem ambientalmente.

Desta forma, o patrimônio urbano não se sustenta se abordado isoladamente das demais variáveis urbanas. Importante, portanto, reforçar a inserção da proteção do patrimônio cultural e natural nas diretrizes gerais do Estatuto da Cidade, microssistema (Cavallazzi, 2015) “que estabelece diretrizes gerais da política urbana”, assim como “[...] normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001). Assim, a proteção do patrimônio cultural é vinculada legalmente às diretrizes da política urbana, reforçando a estrita relação entre os temas.

#### 4. Considerações finais

Ao tratar dos desafios quando a preservação do patrimônio urbano integra o feixe de direitos sociais fundamentais que compõem o direito à cidade, em um contexto com profundas desigualdades, que resultam em processos excludentes e injustos, é essencial identificar algumas questões que podem ser atribuídas a práticas antigas, já ultrapassadas, que conservam premissas conservadoras em dissonância às relações contemporâneas.

Não obstante, a alteração de marcos teóricos que subsidiam a escolha e a permanência dos bens eleitos como patrimônio, que referenciam a identidade e a memória coletiva, pode vir a contribuir para diminuir as diferenças e desigualdades em relação entre populações usuárias e objetos patrimonializados. Tratar do patrimônio material em sua intangibilidade, ou seja, agregar aos valores patrimoniais, o seu significado, a sua função social em relação às populações usuárias, potencializa sua apropriação e, conseqüentemente, a possibilidade de inserção no feixe de direitos que compõem o direito à cidade.

Atribuir valores ao patrimônio exclusivamente por seus atributos materiais pressupõe o entendimento de que estes são intrínsecos aos bens. “Supor que as coisas têm valores próprios seria reificá-las, transformá-las em fetiches e retirá-las do fluxo da história, em que a regra é a transformação” (MENESES, 2006). É importante alterar a posição a partir da qual elegemos nossos referenciais culturais, pois é a partir do homem e para ele que se patrimonializam determinados bens. Será perceptível então, que a atribuição de valor parte dos sujeitos, tem caráter subjetivo,

[...] devemos reconhecer continuamente que os objetos e lugares não são, por si mesmos, o que tem de importante o patrimônio cultural; são importantes pelos significados e usos que as pessoas atribuem a estes bens materiais e pelos valores que representam. (Avrami et al, 2000, apud VIÑAS, 2003, p.48).

Por outro lado, as investigações sobre as perspectivas, expectativas e percepções que as populações dos lugares patrimonializados – sejam moradores dos lugares protegidos, ou de sua área de abrangência, sejam usuários cotidianos ou visitantes esporádicos – são bastante incipientes, resultando num embaçamento sobre a ideia que estes sujeitos têm sobre a preservação das cidades, como se relacionam e se apropriam destes lugares. A cidade como valor de uso, como obra, é desconsiderada na formulação e implementação de políticas públicas ou intervenções urbanas, acirrando a distância entre a vida cotidiana das populações e a efetiva realização do direito à cidade. (RIBEIRO, SIMÃO, 2014).

Assim, a formulação e efetiva implementação de novos marcos teóricos que enfrentem os desafios do patrimônio cultural e da paisagem urbana presentes e que reflitam e mediem as novas relações e significações estabelecidas entre a sociedade e a preservação do patrimônio é fundamental para a garantia da continuidade deste acervo, principalmente o urbano, mas também na vivência e

reconhecimento do patrimônio como partícipe do feixe de direitos que compõem o direito à cidade. Logo não há como excluir os institutos que materializam a proteção do patrimônio, com a redefinição do papel dos instrumentos jurídicos urbanísticos que estão no bojo do Estatuto da Cidade, precipuamente o Tombamento.

Cavallazzi (2010, p. 139-140), relacionando paisagem urbana e Tombamento, entende que este “como instrumento isolado tem gerado efeitos perversos, tem congelado a realidade, a história, a dinâmica da vida, tem realizado um pacto com a fotografia: ao capturar a vida, inviabiliza a contínua transformação da paisagem urbana”. Ao mesmo tempo, refletindo sobre a dialética deste instrumento jurídico urbanístico, esclarece que “ao contrário desse reconhecido efeito, a sua vocação maior será sempre tutelar a vida, com relação à identidade, à ação, à memória, em outras palavras, a tudo o que está em movimento, em contínuo processo de construção, de transformação”.

Complementarmente, essas abordagens teórico-conceituais indicam novos caminhos para a gestão do patrimônio cultural urbano, possibilitando outras possibilidades na formulação das políticas públicas, objetivando inserir a temática na pauta do direito à cidade. Enfim, as políticas públicas a serem reformuladas ou elaboradas precisam refletir estas novas tendências teóricas e, principalmente, adotar e permitir os usos cotidianos e significantes destes bens, possibilitando a apropriação destes lugares pelas populações

## 5. Referências bibliográficas

Arantes, O. B. F. (1996). Cultura da Cidade: Animação sem Frase. In *Revista do Patrimônio*, n. 24, 229 – 240.

Avrami, E., Mason, R., de la Torre, M. (orgs) (2000). *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

Brasil, Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001.

Carta Brasileira da Paisagem (2010). Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. [online]. Disponível em: [http://www.caubr.gov.br/anexos/noticias/ CARTA\\_BRASILEIRA\\_DA\\_PAISAGEM.pdf](http://www.caubr.gov.br/anexos/noticias/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf). [Acedido em 03<sup>de</sup> setembro de 2016].

Carta Mundial pelo Direito à Cidade. (2004). Quito: Fórum Social das Américas, julho; Barcelona: Fórum Mundial Urbano, setembro; (2005). Porto Alegre: V Fórum Social Mundial, janeiro.[online]. Disponível em: <http://normativos.confrea.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>. [Acedido em 28 de agosto de 2016].

Cavallazzi, R. L. (2007). O estatuto epistemológico do Direito Urbanístico Brasileiro: possibilidades e obstáculos na tutela do Direito à Cidade. In Coutinho, R.; Bonizzato, L. (Org.). *Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. (pp.53-69). Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

Cavallazzi, R. L. (2010). Perspectivas Contemporâneas do Patrimônio Cultural: Paisagem Urbana e Tombamento. In Fernandes, E., Alfonsin, B. (org.). *Revisitando o Instituto do Tombamento*. (pp.129-148). Belo Horizonte: Fórum.

Cavallazzi, R. L. (2014). Paisagens urbanas e construções normativas em projetos urbanos. In Santos, A.M.S.P., Sant'anna, M.J.G (org.). *Transformações territoriais no Rio de Janeiro do século XXI*. (pp.31-42). Rio de Janeiro: Gramma.

Cavallazzi, R. L. (2015). *Desafios da Cidade Standard: blindagens ao direito à cidade*. Projeto de Pesquisa CNPq. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ.

Choay, F. (2001). *A Alegoria do Patrimônio*; tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP.

Cury, I. (org.). (2000). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2ª Ed.

Léfèbvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Meneses, U. T. B.(2006). Preservação de acervos contemporâneos: problemas conceituais. USP: *Mac Notícias*. [online]. Disponível em <http://www.macvirtual.usp.br/mac/arquivo/noticia/Ulpiano/Ulpiano.asp>. [Acedido em 29 de setembro de 2015].

Ribeiro, C. R.; Simão, M. C. R. (2014). Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano. In Anais do III ENANPARQ – *Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva*/ organizadores: Angélica Tanus Benatti Alvim, Wilson Ribeiro dos Santos Júnior. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. [online]. Disponível em <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/html/Artigos/ST/ST-EPC-007-5-RIBEIRO.SIMAO.pdf>. [Acedido em 27 de agosto de 2016].

Sant'anna, M. (2011). Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia. In Gomes, M.A.A. Filgueiras, C. E. L. (orgs.). (2011). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. (pp. 193-198). Salvador: EDUFBA.

Santos, M. (2012). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 7 ed. 1ª reimp.

Viñas, S. M. (2003). *Teoría Contemporánea de la Restauración*. Madrid: Editoria Síntesis.

#### Agradecimentos:

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais/ IFMG Campus Ouro Preto.  
Ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ PROURB UFRJ

## A CONSTRUÇÃO DA “CIDADE SUSTENTÁVEL”: UM ESTUDO DE CASO SOBRE SEROPÉDICA (RIO DE JANEIRO, BRASIL)

**Leandro Dias DE OLIVEIRA**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ] – Brasil  
[ldiasufrj@gmail.com](mailto:ldiasufrj@gmail.com); [leandrodias@ufrj.br](mailto:leandrodias@ufrj.br)

### Resumo

A Administração Municipal de Seropédica, cidade situada na borda oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil), assistiu, entre 2013 e 2016, a adoção do modelo de “cidade sustentável” ao mesmo tempo em que recebeu o contributo de novos empreendimentos do ramo industrial e logístico. O que se pretende aqui é um breve julgamento destas propostas em curso na cidade.

**Palavras-chave:** Cidade Sustentável; Reestruturação Territorial-Produtiva; Desenvolvimento Sustentável; Seropédica; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

### Abstract

The Municipal Administration of Seropédica (2013-2016), located on the western edge of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (Brazil), adopted the “sustainable city” model at the same time that lives the implementing of new projects in industrial and logistics sectors. Our proposal is a brief judgment of these proposals implanted in the city.

**Keywords:** Sustainable City; Territorial-Productive Restructuring; Sustainable Development; Seropédica; Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

## 1. Introdução

O desenvolvimento sustentável – normatização geopolítica e geoeconômica que se consolidou mundialmente a partir da década de 80 do século XX – implica um progressivo e seletivo ajuste econômico-ecológico-espacial da ordem vigente. Compreende uma fórmula de racionalidade instrumental da natureza, vilipendiada como matéria-prima, recurso e combustível e que, por este motivo, apresenta necessidade urgente de produção e reprodução. Utilizar as riquezas naturais sem esgotá-las, constituir tecnologias não poluentes e imprimir uma disciplinaridade ambiental de gestão política, econômica e social são demandas incontestas da ordem espacial dos dias atuais.

Inserido na reestruturação espacial contemporânea, o desenvolvimento sustentável está no bojo das necessidades produtivas neste século que se inicia. A adoção sistemática de um uso ‘racional’ da natureza, com manutenção e renovação de estoques e garantia de matérias-primas mais criteriosamente utilizadas; a renovação do parque tecnológico-industrial com mecânica ecologicamente correta, por meio de filtros e outros mecanismos antipoluição; o investimento em fontes alternativas de energia; o fortalecimento das engenharias no campo biológico-genético; a consolidação propagandística das práticas ambientalmente adequadas, aproximando diferentes atores da sociedade civil em agendas



comuns, são medidas adotadas *omni tempore* em um verdadeiro emaranhado de ações incapazes de romper com o processo de obliteração da natureza em escala global.

Neste panorama, entre 2013 e 2016, a cidade de Seropédica<sup>1</sup> passou a adotar uma série de medidas – cuja eficácia é questionável ou de difícil mensuração – para adequar-se ao modelo de “cidade sustentável”. Durante a administração municipal de Alcir Fernando Martinazzo (2013-2016) e por intermédio da atuação mais incisiva do então Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Wilson Beserra, Seropédica adotou a sustentabilidade como “*slogan*” e direcionou seus esforços na execução de medidas ambientalmente adequadas ao modelo. Vale asseverar que a construção da “Seropédica Sustentável” ocorreu concomitantemente ao seu desenvolvimento econômico-industrial: afinal, assim como toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 1) – particularmente nas bordas metropolitanas (Oliveira, 2015) – Seropédica vem experimentando significativas modificações em sua estrutura econômica com o despontar de novos investimentos produtivos.

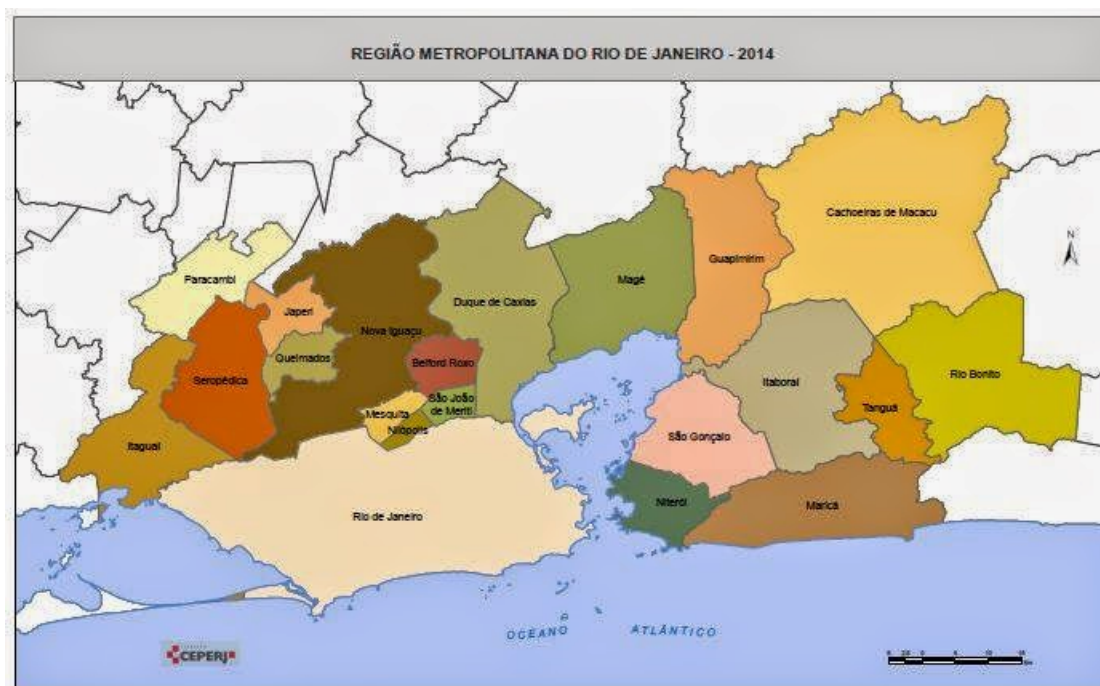


Figura 1: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; a oeste, Seropédica, entre as cidades de Itaguaí, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

Fonte: [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br). Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

<sup>1</sup> Seropédica é uma cidade localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em uma área conhecida popularmente como Baixada Fluminense. Desmembrada do município de Itaguaí, é uma das cidades de emancipação mais recente do estado do Rio de Janeiro, criada através da Lei Estadual n.º 2.446, de 12/10/1995, e com instalação administrativa em 01.º/01/1997. A sua área é de 283,762 km<sup>2</sup> e possui uma população estimada pelo IBGE de 78.186 habitantes. A cidade de Seropédica é sede do parque de pesquisa da EMBRAPA – Agrobiologia, da FLONA Mário Xavier (conhecida como Horto) e, particularmente, do Campus Central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], que tem grande influência econômica e social, fazendo de Seropédica a “cidade dos estudantes”.

O objetivo central desta investigação é analisar as intervenções realizadas pela Prefeitura Municipal de Seropédica no caminho da constituição do desenvolvimento sustentável durante a gestão de Alcir Fernando Martinazzo (2013-2016). Tal exame permite discutir o papel do desenvolvimento sustentável no âmbito da reestruturação territorial-produtiva em curso em múltiplas escalas. Inserido na reestruturação espacial contemporânea, apontamos neste artigo a articulação do desenvolvimento sustentável com a expansão econômico-produtiva da cidade, algo de fundamental importância para os debates no âmbito da geografia brasileira, europeia e mundial.

## **2. A construção da sustentabilidade como princípio econômico-ecológico-espacial**

A concepção de desenvolvimento sustentável extravasa a insípida definição contida no documento seminal *"Nosso Futuro Comum"* (chancelado pelo PNUMA – Programa das Nações Unidas da ONU), indicando que se trata de um modelo de desenvolvimento que atende *"as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades"* (Brundtland, 1988 [1987], p. 46). Esta definição é vaga, imprecisa e maliciosa – por sua maleabilidade aos mais diferentes padrões políticos e econômicos – e reverbera um processo global de requalificação econômica da natureza enquanto combustível. Desde então, progressivamente, o termo "sustentável" passou a frequentar, com grande assiduidade, o vocabulário das políticas públicas e empresariais e influenciar diretamente desde a produção de mercadorias ecologicamente certificadas até a construção de discursos de boas práticas ambientais.

Nas cidades o qualificativo "sustentável" tem impingido na reestruturação urbana um processo de reestilização da paisagem, com a aplicação da nova estética e a construção de objetos que, entre diversas possibilidades, dinamizam o *"city marketing"*. Com as fábricas distanciadas do cotidiano urbano, as cidades se *"sustentabilizam"*, sem que isso altere a realidade social das mesmas. Cidades que se pretendem ambientalmente corretas são uma tônica da urbanização pós-moderna, com a paulatina adoção arquitetura ecológica, formas de tratamento e reutilização de água e coleta seletiva de lixo (Oliveira, 2014). Além disso, eco-residências e eco-condomínios, áreas 'verdes' no urbano e tecnologias sustentáveis em diferentes pontos da urbe são paulatinamente implementadas, aludindo a um novo estatuto simbólico-estético do espólio da natureza. Especialmente em países periféricos, tais medidas são geograficamente seletivas, uma vez que esta revalorização da natureza ganha maior fôlego nas áreas mais abastadas do sítio urbano; isto acaba por fazer com que a própria proteção ambiental amplie o abismo entre as áreas de maior investimento público e aquelas que não são merecedoras de maior

atenção dos gestores. A própria ‘proteção da natureza’, sob este aspecto, revela as contradições de classe na escala do urbano.

Com raízes na ecologia e relacionado à autoperpetuação dos ecossistemas naturais em sua capacidade de sobrevivência (Brüggner, 1994) – *numa espécie de equacionamento dos recursos disponíveis com o crescimento populacional de determinada espécie, o que revela uma simplicidade do entendimento de ‘sociedade humana’* – o termo “sustentável” espalhou-se como perspectiva de maior justiça socioambiental. À revelia das disparidades entre as *propostas* e as *práticas* ou de intervenções no centro e na periferia urbana, a noção de sustentabilidade vem ignorando as desconfianças e críticas e contraditoriamente se consolidando por meio de desdobramentos práticos capilarizados no espaço.

O desenvolvimento sustentável se consolidou – em particular, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [1992], realizada na cidade do Rio de Janeiro (Oliveira, 2011) – como um importante mecanismo de coalizção entre diversos sujeitos sociais: dos Estados em suas múltiplas escalas às empresas de diferentes portes, dos ativistas sociais envolvidos em ONGs, associações de moradores e sindicatos às universidades, da educação ambiental nas escolas, em diferentes segmentos de ensino, aos cadernos especializados da grande média. O desenvolvimento sustentável, como ideologia e como prática seletiva – reforça-se aqui que se extrai da Agenda 21 (1996 [1992]) o que mais diretamente interessar, ou seja, o que gerar maiores lucros ou simplesmente melhor propaganda –, avançou a passos largos no Brasil e no mundo, ainda que as melhorias ambientais não sejam nem sempre perceptíveis. A sustentabilidade permanece como aposta ideológica *anticrise*, ainda que se ressalte que esta crise contemporânea é multifacetada: [geo]política, econômica, social, econômica e urbana.

### **3. A construção da “Seropédica Sustentável”**

A adoção do desenvolvimento sustentável como “slogan” municipal na cidade de Seropédica significou, acima de tudo, a alusão à modernização da cidade. Sem raízes políticas no jovem município, Alcir Martinazzo, prefeito eleito no pleito de 2012 – já era o alcaide da cidade desde a cassação do mandato do seu antecessor, Darci dos Anjos – apresentou uma campanha com base em um discurso modernizador, em contraposição aos projetos dos políticos locais, considerados retrógrados e ultrapassados. Sua escolha indicava a opção dos eleitores pelo desenvolvimento econômico da cidade.

De fato a tônica de seu governo foi a atração de empresas para o território do município. Desde 2013, Seropédica atraiu investimentos diversos, dentre os quais merecem destaque: a instalação dos galpões de transitório de mercadorias Pavi do Brasil Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços Ltda. e Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil, ambos na Estrada Reta de Piranema [RJ-099]; os condomínios logísticos Golgi Seropédica, na RJ-125, e VBI LOG Seropédica, próximo à Rodovia Presidente Dutra – além dos Condomínios Logísticos Seropédica I e II, Multimodal Seropédica, CCP Seropédica, Seropédica

Park e Galpão da Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Casas Bahia), todos em fase de instalação; a inauguração de condomínios industriais no retroporto de Itaguaí; a efetivação do Polo Industrial de Seropédica – onde já estão presentes a Eletrobolt, a alimentícia Panco, a Mefertec Engates Rápidos e a Eletrobolt; e, por fim, a instalação de uma unidade da Procter & Gamble no limite com a cidade vizinha de Paracambi.

Assim, é justamente no momento em que se inicia um movimento de industrialização, com um processo ainda preliminar de reordenamento logístico do território, para que a questão ambiental emergisse nas políticas públicas da Prefeitura Municipal. Trata-se de um caso emblemático: uma cidade que há poucos anos apresentava feições ainda majoritariamente “rurais” não tinha o meio ambiente como “propaganda”; no exato momento que a cidade rompe o estatuto da ruralidade, recebe uma rodovia (o Arco Rodoviário Metropolitano, que contorna toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro) cortando a Floresta Nacional Mário Xavier – uma área de preservação “integral” da natureza, agora cortada por uma via expressa – e ainda estimula a instalação de empresas potencialmente poluentes a “proteção do meio ambiente” se torna alvo político. A cidade de Seropédica, em processo de aumento da carga de poluição [do ar, da água e do solo], de instalação de pavimentação asfáltica, diminuição das áreas verdes e que assiste o advento de outros impactos ambientais frutos do progresso, passa a se intitular “Cidade Sustentável”.

Algo simbólico da história recente da cidade foi a instalação da Central de Tratamento de Resíduos [CTR] – parte da empresa Ciclus – no Morro dos Cochos (Fazenda Santo Antônio, próxima à Agrovila de Chaperó), na área de Piranema, no limite com Itaguaí. Tal empreendimento situa-se a pouquíssimos quilômetros de uma agrovila que se trata de um assentamento do INCRA, além de também estar localizado em uma área que contém uma reserva de águas subterrâneas, o Aquífero Piranema. A 8,5 quilômetros da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a escolha foi motivo de crítica da comunidade acadêmica e da sociedade civil, e mesmo a promessa de implantação de cinturões verdes – corredor de árvores ao redor do aterro, para amenizar o odor e a propagação de pragas – não foi capaz de disfarçar o tamanho da insatisfação local com um empreendimento ambientalmente problemático (Affonso-Penna, 2013, p. 25). A CTR – Santa Rosa objetivou desativar antigos lixões da região metropolitana e trazer para suas bordas um modelo “ambientalmente correto” de tratamento de resíduos inserido na nova lógica espacial de desenvolvimento metropolitano fluminense.

A construção da “Seropédica Sustentável” tratou-se de uma típica estratégia política ilusória. Lamentavelmente, a administração municipal não constituiu os típicos objetos espaciais que reverberam a sustentabilidade urbana: parques, jardins urbanos e construções públicas sustentáveis, por exemplo. Assim, a sustentabilidade urbana de Seropédica sequer foi efêmera, transitória ou fugidia; o legado ecológico do período administrativo de Martinazzo é ignóbil e uma farsa, incapaz de preconizar um legado de ações concretas em prol do meio ambiente. Isto porque, como a implementação de ações ambientais é concomitante com sua propaganda, não se esperou qualquer melhoria nos indicadores

socioambientais para se iniciar a divulgação da construção da sustentabilidade. Tais melhorias são geralmente lentas – no caso de Seropédica sequer existiram –, e o tempo de uma administração municipal não permitiria uma séria aferição das mudanças desta natureza. Da mesma maneira, como os indicadores – climáticos, botânicos, sociais, etc. – ficam em segundo plano na adoção do modelo de sustentabilidade, a preferência é que as “ações ambientais” sejam visíveis politicamente, e cursos de educação ambiental, projetos em praças [efêmeros], coletas seletivas em pontos visualmente estratégicos [bastantes escassos na realidade local], conferências, sítios eletrônicos e cartilhas se tornam os artifícios obrigatórios na adoção da agenda do desenvolvimento sustentável.

O investimento em planejamento urbano – algo não executado – tinha como intenção maior, segundo seu próprio idealizador (o já citado Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Wilson Beserra), a proposição de soluções de mobilidade urbana, diminuição de deslocamentos e criação de bolsões com infraestrutura para o crescimento industrial na cidade, em prol do crescimento sustentável. Assim como não houve investimentos na melhoria de infraestrutura urbana – a cidade ficou marcada pelo fechamento de postos de saúde, deterioração no asfaltamento e crise em todos os serviços públicos –, a intenção da Prefeitura Municipal de incorporar nas ruas locais dos bairros calçadas com 3 m ou mais com faixa ajardinada não ultrapassou a esfera da intenção. A própria implementação de coleta seletiva e a instalação de “*ecopontos*”<sup>2</sup>, que seriam executados por meio de parcerias entre a Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócios (SEMAMA), a empresa Ciclus e a Cootraser (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Seropédica Ltda.) não passou de uma ideia interessante relegada a um relicário de projetos políticos.

Todavia, medidas de pouco lastro efetivo foram constantemente empreendidas: [i] desenvolvimento, por parte da Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócios, de atividades educação ambiental e de análise de água, por meio do Projeto *Environment Online*, de um pequeno lago situado na Floresta Nacional Mario Xavier com aproximadamente 200 alunos, de oito escolas, entre públicas e particulares; [ii] a realização de sessões gratuitas do Projeto CineSolar, primeiro cinema móvel do Brasil, que utiliza energia solar para exibir filmes e iniciou seu novo circuito justamente nesta cidade e na vizinha Japeri; [iii] o oferecimento de cursos ambientais, tanto nas escolas estaduais e municipais quanto na rede privada, associado ao constante incentivo de plantio de árvores nativas dentro do município de Seropédica, como o caso da Escola Estadual Piranema, onde se realizou plantio de mudas no “*ENO Tree Planting Day*”, em conjunto com 10 mil escolas em 157 países no mundo; por fim, [iv] a realização da I Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com o comparecimento de quarenta produtores rurais e de representantes da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Rio de Janeiro) e SEBRAE/RJ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

---

<sup>2</sup> Tais *ecopontos* intencionavam organizar o recolhimento e separação de resíduos descartados, apartando, por exemplo, o lixo orgânico (frutas, verduras, restos de carne e outros alimentos) que é capaz de virar adubo de outros materiais recicláveis, como papéis, plásticos, metais e vidros.

Pequenas Empresas). Não se trata de questionar a importância de tais ações, mas de asseverar o pouco impacto ambiental das mesmas, em curto, médio e mesmo longo prazo.

#### **4. A reestruturação ecológico-econômico-espacial de Seropédica**

A crise ambiental contemporânea significou, particularmente nos países mais desenvolvidos, uma profunda mudança no perfil de suas fábricas, uma vez que a poluição tornou-se um indiscutível anátema ambiental e há muito as chaminés deixaram de ser unanimidade como símbolos inequívocos de progresso. Assim, com o espraiamento das fábricas pela periferia mediante as quebras das barreiras da globalização, o vínculo espacial dos problemas ambientais migrou do centro para a periferia do sistema-mundo; tornou-se notório que com o esgotamento do fordismo nos países centrais e quebra das fronteiras produtivas no presente, a grande indústria desertou para os países outrora entendidos como subdesenvolvidos. Segundo Slavoj Žižek (2009, p. 28), com a deslocalização das fábricas exportou-se o lado sombrio da produção industrial – trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental etc. – para o Terceiro Mundo, ou melhor, para lugares invisíveis ao mundo desenvolvido.

Nestes países periféricos assistimos a emergência de uma espécie de combinação de fordismo extemporâneo com um regime de acumulação flexível burlesco, cuja adequação ao desenvolvimento sustentável é *seletiva*, já que os ajustamentos ambientais não alteram profundamente o perfil poluidor em suas diversas possibilidades; e *ideológica*, pois acabam ocupando áreas que não raro eram dedicadas à agricultura familiar, com pouco impacto ambiental. A adoção de qualquer medida ambiental por parte desta fábrica migrante é falseadora, porque gera máculas ecológicas outrora inexistentes. Permanece assim um estilo de desenvolvimento, nascido com a revolução industrial e reforçado pelo fordismo onde a natureza se consolidou como “combustível”, ou seja, estoque de matérias-primas e recursos naturais. Assim, ao invés de se pensar em uma reformulação profunda no significado de desenvolvimento, cada vez mais mecanizante, excludente e responsável pelo atraso (Oliveira, 2003), assistimos o fausto de seus pressupostos técnicos, uma vez que a concepção hegemônica de desenvolvimento acaba se afastando cada vez mais de possíveis processos de melhorias dos problemas sociais.

As mutações em curso na cidade de Seropédica poderão significar profundas transformações políticas, econômicas e sociais em sua paisagem nos próximos anos. Com a nova revolução industrial fluminense em curso, Seropédica permanece como importante polo atrativo para recepção de novos investimentos, com um extraordinário eixo viário-distributivo de mercadorias; um local privilegiado para servir como entreposto para alocação de bens de produção do Porto de Itaguaí; e, por que não, nutriz de mão-de-obra qualificada e especializada dos quadros egressos a UFRRJ para estes novos empreendimentos (Figura 2). Todavia, estes investimentos produtivo-logísticos – como informado, se aglutinam empreendimentos fabris, galpões e silos de estocagem e trânsito de mercadorias, estruturas intermodais de contato de transportes de carga, etc. – não somente reverberam a ideologia do

desenvolvimento, mas suas adaptações contemporâneas: desenvolvimento local, regional, sustentável, integrado, bem como ocorrem com seletivas adaptações do modelo flexível de produção. E como o fordismo não atingiu a maturidade econômico-produtiva nas terras brasileiras e tampouco se constituiu minimamente o estado de bem-estar social, o que se tem de fato é um modelo proto-flexível, com a combinação esquizofrênica de trabalhadores braçais com pouquíssimos direitos com o que há de mais moderno e avançado em termos de tecnologia. Da mesma maneira, as plantas fabris que incorporam o *just-in-time* e a lógica da pulverização produtiva possuem entradas mais rígidas, mecanismos duros de vigilância e rotina mais rigorosa de trabalho. São “empresas-bunkers”, com seguranças em suas casamatas, que se apropriam do território como se o mesmo não possuísse quaisquer atributos da sociedade local.



Figura 2: UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: com 57 cursos de graduação atendendo cerca de 18 mil alunos e 41 cursos de mestrado e doutorado; com cerca de 2.000 discentes, a instituição apresenta imenso potencial de formação de egressos bastante qualificados.

Fonte: <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppqe/files/2015/09/2012040358294.jpg>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

De todo modo, se alargarmos o entendimento do paradigma da “sustentabilidade” na cidade, é permitido compreender que a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável pela Prefeitura Municipal é parte estatutária da reestruturação territorial-produtiva em curso e necessidade do capitalismo financeiro-industrial contemporâneo. A cidade, a fábrica, as rodovias, os novos trabalhadores: tudo isto, no advento do Século XXI, já deve emergir adequado aos pressupostos do modelo vigente de sustentabilidade. O processo de construção gradual da “acumulação flexível à brasileira” emerge adequado aos pressupostos da sustentabilidade.

Vale ressaltar que conjugando uma população local, que olha com desconfiança para os atuais empreendimentos instalados no território seropedicense e que saúda o caráter ainda rural do cotidiano,

com estudantes universitários, professores e pesquisadores em constante circulação por suas vias, não se torna fácil transformar bandeiras ideológicas como o “desenvolvimento” e a “sustentabilidade” em *leitmotiv* das ações empreendidas. Para o morador seropedicense, os investimentos sonhados são bem mais simples: postos de saúde que forneçam a mínima tranquilidade em caso de quaisquer necessidades médicas; escolas melhor equipadas com professores suficientemente remunerados para exercer sua profissão; praças públicas que subsidiem o encontro de famílias; asfaltamento, saneamento básico, coleta de lixo regular e outros investimentos estruturais plenamente factíveis pelo porte da cidade; mobilidade espacial minimamente capaz de aproximar a realidade local da vizinhança; segurança para além dos condomínios-bunkers em formato “medievaresco” que espocam pelo sítio urbano amplificando a violência na paisagem. As densidades técnicas colocadas em xeque abrem espaço para uma esperança bem mais simplória e de ingenuidade inaudita: um desenvolvimento mais democrático e justo, em uma cidade cujas riquezas naturais ainda resistem – apesar da implantação dos pressupostos da sustentabilidade, construídos no bojo do desenvolvimento modernizador e excludente, insistirem em destruí-las.

## 5. Considerações finais

Nas últimas eleições municipais, ocorridas em 02 de outubro de 2016, Anabal Barbosa de Sousa foi eleito com 24.124 votos, correspondentes a 84,53 % dos votos válidos, numa vitória irrefutável de Anabal Barbosa já havia sido prefeito anteriormente: ele governou a cidade logo após a emancipação e acabou reeleito na ocasião, ocupando a Prefeitura Municipal entre 1997 e 2004. Trata-se de um político de origem local, bombeiro militar reformado e com ensino fundamental incompleto, que se apresentou na última eleição como alguém próximo à população e que convive diuturnamente com as mesmas mazelas.

Por sua vez, Alcir Martinazzo, engenheiro agrônomo que estudou na UFRRJ, sequer apoiou explicitamente um candidato para substituí-lo, mediante a sua rejeição pela população local. Não se pode aqui afirmar que Martinazzo representou exatamente o novo quando eleito: o ex-prefeito já possuía sete mandatos como vereador na cidade de Itaguaí em uma longa trajetória política e tinha ocupado o posto de vice-prefeito na mesma cidade; da mesma maneira, durante sua gestão, foi cassado em duas ocasiões por improbidade administrativa, conseguindo retornar apenas com mecanismos judiciais. O que se pode afirmar é que a vitória de Anabal Barbosa simbolizou, em linhas gerais, a descrença no desenvolvimento nos moldes outrora vigentes.

Com o fim do mandato de Alcir Martinazzo, encerrou-se o ciclo da construção da “Seropédica Sustentável”. As faixas, cartazes, anúncios e a própria página eletrônica da Prefeitura Municipal de Seropédica já apresentam o novo slogan político: “Governo do Povo”. Não há qualquer legado factível da aventura da construção do desenvolvimento sustentável na cidade de Seropédica: o que de fato ficou como herança é a desconfiança genuína da população local para com as intenções de proteção da



natureza por parte da administração municipal. A adoção da “sustentabilidade” na cidade de Seropédica não se tratou, sem dúvidas, de uma aventura com final feliz.

## 6 - Bibliografia

Affonso-Penna, M. F. (2013). *A “sustentabilidade” da CTR – Central de Tratamento de Resíduos: Impactos Sociais e Ambientais em Seropédica*. Monografia de Graduação em Geografia – Departamento de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ.

Agenda 21 (1996 [1992]). Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

Brüggner, P. (1994). *Educação ou Adestramento Ambiental?* Santa Catarina: Letras Contemporâneas.

Brundtland, G. H. (1988 [1987]). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.

Oliveira, L. D. (2011). *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*. Tese de Doutorado em Geografia – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP.

Oliveira, L. D. (2014). Geografia urbana e desenvolvimento sustentável: notas acerca da reestruturação espacial contemporânea. In: Oliveira, F.; Freire, D.; Mascarenhas, G.; Oliveira, L. D. de (Org.). *Geografia Urbana: Ciência e Ação Política*. Rio de Janeiro: Consequência.

Oliveira, L. D. (2015). A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano IV, Número 7, Julho-Dezembro de 2015. [Online]. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1814>; DOI: 10.4000/espacoeconomia.1814. [Acesso em 25 de janeiro de 2016].

Žlžek, S. (2009). *Violência: seis notas à margem*. Lisboa: Relógio D'Água.

## Agradecimentos

Estas reflexões estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa “Reestruturação Espacial Contemporânea” [DEGEO-UFRRJ] e são parte do projeto de pesquisa “O Processo de Reestruturação Territorial-Produtiva do Oeste Metropolitano Fluminense”, desenvolvido com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ (Auxílio Instalação / 2012 e bolsas de iniciação científica), do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio de bolsas de

iniciação científica (PIBIC), iniciação à docência (PIBID) e de mestrado. Da mesma maneira, este estudo é integrante do projeto de cooperação internacional, entre a UFRRJ e a Universidade do Porto, intitulado *"Reestruturação Espacial e Desenvolvimento Regional: Um Estudo Comparativo entre a Região Norte de Portugal e o Estado do Rio de Janeiro"*, do qual o autor é coordenador juntamente com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helena Pina, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [FLUP - U.PORTO].

## MÉTODOS EM CLIMA URBANO APLICADOS À CIDADE DO RIO DE JANEIRO (BRASIL) E SUA REGIÃO METROPOLITANA

**Andrews José de LUCENA**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
lucenageo@yahoo.com.br

**Leonardo de Faria PERES**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
leonardo.peres@igeo.ufrj.br

### Resumo

A metodologia em clima urbano reúne métodos para o mapeamento, análise e mitigação da ilha de calor. O primeiro deles, e mais antigo, reúne as análises de séries temporais oriundas de estações meteorológicas, como importantes indicadores ao estudo do clima urbano apontando padrões e tendências. O segundo deles é o sensoriamento remoto urbano que se apoia no imageamento à distância e sua ampla cobertura espacial, que permite a quantificação da mudança no ambiente ao longo do tempo, impossíveis apenas com os registros das estações meteorológicas. A terceira delas é a modelagem numérica, que com as simulações contribuem para o entendimento da atmosfera em seus níveis mais inferiores, nas camadas mais próximas à superfície, apresentando como resultado os fluxos de calor intra-urbano. Este trabalho apresenta os três métodos de análise do clima urbano adotados para a cidade do Rio de Janeiro e analisa seus resultados. A análise de séries temporais evidenciou a ascensão da curva da temperatura a partir da década de 1950 definindo, nas últimas três décadas, um cenário mais quente. O sensoriamento remoto apontou os espaços mais quentes da cidade, determinando e quantificando o núcleo da ilha de calor. A modelagem meteorológica reforçou e comparou o mapeamento da temperatura realizado com o sensoriamento remoto. Os métodos em conjunto complementam e aprimoram o estudo do clima urbano e da ilha de calor na cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras chave:** Clima Urbano; Ilhas de Calor; Série Temporal; Sensoriamento Remoto; Modelagem Atmosférica.

### Abstract

The methodology in urban climate gathers methods for the mapping, analysis and mitigation of the heat island. The first and oldest one brings together the analyzes of time series from meteorological stations as important indicators to the study of the urban climate, pointing out patterns and trends. The second one is urban remote sensing based on distance imaging and its wide spatial coverage, which allows the quantification of the change in the environment over time, impossible only with the records of the meteorological stations. The third one is numerical modeling, which with simulations contributes to the understanding of the atmosphere at its lower levels in the layers closer to the surface, resulting in intra-urban heat flows. This paper presents the three methods of urban climate analysis adopted for the city of Rio de Janeiro and analyzes its results. The analysis of time series evidenced the rise of the temperature curve from the 1950s onwards, defining in the last three decades a warmer scenario. Remote sensing pointed to the hottest spaces in the city, determining and quantifying the core of the heat island. The meteorological modeling reinforced and compared the temperature mapping performed with remote sensing. The methods together complement and enhance the study of the urban climate and the heat island in the city of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Urban Climate; Heat Island; Time Series; Remote Sensing; Atmospheric Modeling.

## 1. Introdução

O clima urbano é um sistema complexo, singular à cidade e às grandes áreas metropolitanas. Lugar de profundas alterações nos parâmetros atmosféricos, abrangendo circulação, turbulência e dispersão do ar, albedo e estocagem de calor, evapotranspiração e balanço de energia na superfície (Taha, 1997; Arnfield, 2003; Kanda, 2006). A literatura é vasta, em especial dedicada à análise da ilha de calor urbana, conduzida em várias cidades e metrópoles do mundo.

A ilha de calor é a principal manifestação do clima urbano e um dos principais problemas ambientais do século XXI (Rizwan et al., 2008). As ilhas de calor podem ser consideradas como uma modalidade de mudanças climáticas, que, causadas por fatores humanos e geradas em escala local, precisam de investigação para sua detecção e compreensão. É um fenômeno anômalo ambiental urbano associado à mudança na cobertura da superfície, que determina padrões bem mais complexos no balanço de energia, e, portanto, seus resultados precisam ser incorporados aos modelos de mudanças climáticas.

A metodologia em clima urbano reúne muitos métodos para o mapeamento, análise e mitigação da ilha de calor. O primeiro deles, e mais antigo, as análises de séries temporais oriundas de estações meteorológicas, são importantes indicadores preliminares ao estudo do clima urbano indicando padrões e tendências podendo ser influenciadas pelo efeito da ilha de calor (Gaffin et al., 2008). O sensoriamento remoto urbano (Voogt e Oke, 2003; Grimmond, 2006), ferramenta e método mais recente, que se apoia no imageamento à distância e sua ampla cobertura espacial. Cada imageamento cobre uma área espacial, permitindo a quantificação da mudança no ambiente ao longo do tempo, ou ainda, a descrição, a classificação e a detecção das propriedades físicas desse ambiente, impossíveis apenas com os registros das estações meteorológicas. A modelagem numérica, em sintonia com o sensoriamento remoto, é fundamental para os estudos em clima urbano (Freitas e Silva Dias, 2005). As simulações contribuem para o entendimento da atmosfera em seus níveis mais inferiores, nas camadas mais próximas à superfície, apresentando, como resultado, por exemplo, os fluxos de calor intra-urbano.

A cidade do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana é um sistema altamente complexo em virtude do sítio, morfologia e ocupação urbana e de sua circulação atmosférica que merecem ser mais bem conhecidos. Há a necessidade de mapeamento do seu clima sob a ótica da climatologia urbana e investigação sobre a origem de formação de ilhas de calor no seu domínio.

O objetivo deste trabalho é apresentar a variedade de métodos de investigação do clima urbano na cidade do Rio de Janeiro, com uma análise em conjunto da série temporal de estação meteorológica, o sensoriamento remoto e a modelagem atmosférica. É uma proposta inovadora que visa discutir o campo

de análise em clima urbano sob a diversidade de métodos para uma cidade de grande porte e complexidade urbana da América do Sul.

## 2. Metodologia

A metodologia se divide no estudo dos três métodos discriminados: a série temporal, o sensoriamento remoto e a modelagem atmosférica. Para a série temporal foi selecionada a estação meteorológica mais antiga, situada na Praça XV, área central da cidade; em sensoriamento remoto foram selecionadas imagens do sensor Landsat; para a modelagem numérica-atmosférica utilizou-se o produto campo da temperatura do Modelo MM5.

### 2.1- Análise de série temporal

Os dados mensais de temperatura máxima, média e mínima da Praça XV iniciam a série temporal em 1917 e finda em 2009 e estão organizados por mês e agrupados em regimes sazonais: verão (dezembro, janeiro, fevereiro), outono (março, abril, maio), inverno (junho, julho, agosto) e primavera (setembro, outubro, novembro). Para compreender a evolução e tendência da temperatura foram aplicadas as técnicas de análise de regressão linear simples e a análise de variância.

Para a aplicação do modelo de regressão linear simples considerou-se o tempo como variável explicativa, medido em meses, e como possíveis variáveis respostas à temperatura. Assim, tem-se o gráfico de regressão com a variável dependente Y (temperatura do regime sazonal) versus a variável independente X (série temporal). Em todos os regimes e série temporal é apontada a equação da regressão linear, a variação anual, a variação ao longo da série temporal, o coeficiente de determinação ( $R^2$ ), o coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$ ) e a probabilidade de erro ou área de rejeição do teste de hipótese (p-valor). O nível de significância (p-valor) estipulado foi de 0,05%, isto é, um intervalo de confiança de 95%, para testar a hipótese de tendência crescente ou decrescente em comparação com a hipótese dita nula de que não houve mudança estatisticamente significativa. A tendência baseia-se na equação da reta dada pela regressão. O tratamento e análise estatística dos dados foram operados no pacote estatístico R versão 2.8.0, disponível gratuitamente em <http://www.R-project.org>.

A análise por variância clássica de estatística paramétrica (ANOVA), se destina à detecção da diferença entre médias de classes ou grupos, além da determinação dos seus intervalos de confiança (Xavier, 2007; Xavier e Pereira Filho, 2010). Os dados mensais médios sazonais foram agrupados em classes dentro de um intervalo de 10 anos. Cada década foi numerada iniciando em 1 e, então, organizadas: 1(1921-1930); 2(1931-1940); 3(1941-1950); 4(1951-1960); 5(1961-1970); 6(1971-1980); 7(1981-1990); 8(1991-2000); 9(2001-2009). A última década, referente aos anos 2000, agrupa um ano a menos, por não possuir o ano de 2010. Foram elaborados gráficos de intervalos de confiança das

médias, cujo eixo das abscissas (x) representa o fator, que corresponde à classe, e com o eixo das ordenadas (y) correspondente à resposta (temperatura). Junto aos gráficos, foram estipulados a média, o desvio padrão, o limite superior, o limite inferior e o p-valor de 5% para um intervalo de confiança de 95%. Todos os gráficos e operações estatísticas foram gerados no código computacional Action 1.1, disponível gratuitamente em <http://portalaction.com.br>.

## 2.2- Sensoriamento Remoto

A série temporal do Land Remote Sensing Satellite (Landsat) é, possivelmente, o principal banco de dados de imagens de satélite do Brasil (e do mundo) e está acessível gratuitamente e virtualmente aos usuários nacionais através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pela National Aeronautics and Space Administration (NASA). A base de dados concentrou-se na análise dos dados dos sensores Thematic Mapper (TM) e Enhanced Thematic Mapper Plus (ETM+) a bordo dos satélites Landsat 5 e 7, respectivamente, que possuem a faixa do infravermelho termal (banda 6), posicionada dentro da janela atmosférica de intervalo espectral entre 10,40  $\mu\text{m}$  - 12,50  $\mu\text{m}$  destinando-se, dessa forma, ao mapeamento da temperatura dos alvos presentes na imagem.

Reuniu-se uma série temporal com 112 imagens Landsat-5 e 7 entre 1984 e 2010. Todas as imagens estão situadas na órbita-ponto 217-76, que abrange a cidade do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana, e correspondem ao período matutino. Oscila entre as 12h e 12h50m (GMT), isto é, entre 9h e 9h50m no horário local (hora de Brasília) para as imagens de outono-inverno, e entre 10h e 10h50m no horário local (horário brasileiro de verão) para grande parte das imagens de primavera-verão. Dois critérios foram adotados para a seleção. O primeiro é a ausência ou a baixa presença de nuvens sobre a área continental da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A qualidade radiométrica da imagem foi outro critério adotado, isto é, a presença de ruídos em uma das bandas que impedisse o processamento radiométrico da imagem. Com base nos dois critérios adotados, 13 imagens da série temporal de 112 foram excluídas, restando 99 para processamento e análise.

As imagens passaram por um tratamento digital no SPRING versão 4.3 (código computacional de sistema de processamento de informações georreferenciadas). Foram georeferenciadas a partir de uma correção geométrica e depois gerados arquivos denominados "gribs" em formato "geotiff", que serviram como base para a confecção do cálculo da temperatura da superfície continental (TSC). Além da correção geométrica, realizou-se, como parte do pré-processamento dos dados, a correção radiométrica, que consiste em transformar os dados brutos, inicialmente em números digitais (ND), em dados de radiância e depois convertidos em valores de reflectância. Essas transformações foram feitas conforme equações e constantes de calibração presentes nos trabalhos de Chander e Markham (2003) e Chander et al. (2009). Em seguida, foram adotadas três técnicas de mascaramento de nuvens: 1) técnica com base em limiar do valor da reflectância na banda do vermelho; 2) técnica do limiar bruto (gross threshold)

e 3) técnica Q. A escolha desse conjunto de técnicas deve-se, principalmente, por esse algoritmo ser adaptado para o Landsat e também por ter sido empregado e testado no nordeste do Brasil, região de clima equatorial-tropical, conforme os trabalhos de França e Cracknell (1995) e Chen et al. (2003).

Estimou-se a (TSC) utilizando a banda 6 do Landsat com base em diferentes parametrizações (Qin et al., 2001; Souza e Silva, 2005), onde a correção atmosférica é realizada utilizando-se dados de estações meteorológicas espalhadas na cidade. A TSC estimada é resultado da combinação entre a temperatura de brilho na banda 6 e um fator de correção que leva em conta a influência atmosférica e a emissividade da superfície no sinal registrado pelo instrumento a bordo do satélite. A emissividade foi obtida a partir do NDVI de acordo com Van de Griend e Owe (1993). A demonstração com as equações e algoritmos de correção geométrica e correção atmosférica podem ser apreciadas em Lucena (2012) ou em Lucena et al. (2013). Por fim, as 99 imagens foram combinadas gerando uma única imagem de TSC final, a partir do cálculo de uma média, para todo o período de 1984 a 2010.

### **2.3- Modelagem atmosférica**

Foram realizadas simulações com o Modelo de Mesoescala MM5 (Mesoscale Model Version 5). A escolha do Modelo se deve pela sua aplicação em trabalhos anteriores para a RMRJ com inúmeras simulações (Moraes et. al., 2005). Onze simulações foram realizadas com o MM5 desde 2007, ano com disponibilidade de dados meteorológicos do modelo global GFS (Global Forecast System Model) do National Centers for Environment Prediction (NCEP), que são entrada para a inicialização do modelo, até 2010, simulações utilizadas em tese de doutorado de um dos autores deste trabalho (Lucena, 2012). Das simulações selecionou-se uma data de verão, 23/02/2007, que coincide com a passagem de uma imagem Landsat.

A configuração do modelo MM5 (Grell et al., 1995), o domínio das grades, a resolução espacial, o aninhamento de grade e as parametrizações físicas basearam-se em Corrêa (2004). As simulações com o MM5 utilizaram três domínios aninhados, centralizados sobre a cidade do Rio de Janeiro, com resoluções horizontais de 27, 9 e 3 km, respectivamente. Todos os domínios utilizaram topografia e categorias de uso do solo originados do United State Geological Survey (USGS) com resoluções espaciais de 19, 9 e 1 km, respectivamente.

As simulações tentaram abranger os mesmos recortes espaciais da imagem Landsat. Assim, os campos simulados, temperatura da superfície, calor latente, calor sensível, umidade relativa do ar, umidade do solo, direção e intensidade do vento e altura da camada limite, foram extraídos do aninhamento de maior resolução, ou seja, 3 km. A temperatura da superfície corresponde à definida pelo modelo, denominada *skin temperature*, que representa a temperatura da superfície do solo, único produto simulado que será considerado na análise dos resultados.

Dados horários de temperatura do ar de estações meteorológicas foram utilizados para comparar com a temperatura do MM5, buscando a sua validação e o comportamento da temperatura, resultado que não será explorado neste trabalho. As mesmas coordenadas geográficas da estação meteorológica foram utilizadas como pontos de comparação entre a temperatura da superfície do MM-5 com a TSC do Landsat. Foram elaborados gráficos comparativos da série temporal de 48 horas entre os dados das estações meteorológicas e do MM5, que não serão explorados na análise, e gráficos comparativos para às 11h, horário mais próximo da passagem do satélite, entre os dados do MM5 e do Landsat.

Com vistas a descrever o tempo atmosférico e integrar a análise das condições atmosféricas dominantes aos resultados gerados, recorreu-se à consulta de imagens GOES de vapor de água, ao CPTEC/INPE, e a carta sinótica de superfície a 1000 mb, recorrida a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil (DHN). Procurou-se o horário (horário de Brasília) mais próximo da passagem do sensor Landsat (10h40m) e das simulações do MM5 (11h), a saber, 9h30m (10h30m) ou 9h45m (10h45m) para as imagens GOES e 9h (10h) para as cartas sinóticas de superfície.

### 3. Resultados e Discussão

A análise da série temporal na Praça XV da temperatura média mostra uma tendência das curvas de regressão linear crescente em todos os regimes sazonais, mais pronunciado na primavera-verão com um incremento médio anual de 0,021°C e 0,023°C, respectivamente. Para o período de 90 anos, utilizando-se os coeficientes das equações da reta ajustadas, o incremento médio estimado é de 1,9°C e 2,1°C, respectivamente. Embora o  $R^2$  e o  $R^2$  ajustado se mostrem abaixo de 50%, o p-valor para o intervalo de confiança de 95% é altamente significativo (Figura 1; Tabela 1).

As médias da temperatura por década para o verão e a primavera e os respectivos intervalos de confiança são mostradas nas Figuras 2 e 3 e revelam uma elevada significância estatística com p-valor igual a zero. No verão, a década de 1930 é a mais fria (média de 24,9°C), com intervalo de confiança entre 24,5°C e 25,3°C, enquanto a década de 1990 é a mais quente (média de 26,9°C), com intervalo de confiança entre 26,5°C e 27,3°C, ou seja, seus intervalos não se cruzam. A diferença entre as duas décadas aproxima-se da média total do aumento para todo o período (2,1°C). A evolução da temperatura média no verão mostra uma ascensão abrupta entre a década de 1930 e 1950. Entre os anos 1950 e 1980 há uma leve estabilidade com tendência ao aumento que culmina na década de 1990, a mais quente. Em 2000, ocorre uma queda com relação à década de 1990 (de 26,9°C para 26,5°C), a segunda década mais quente, confirmando as duas últimas décadas como as mais quentes de toda a série.



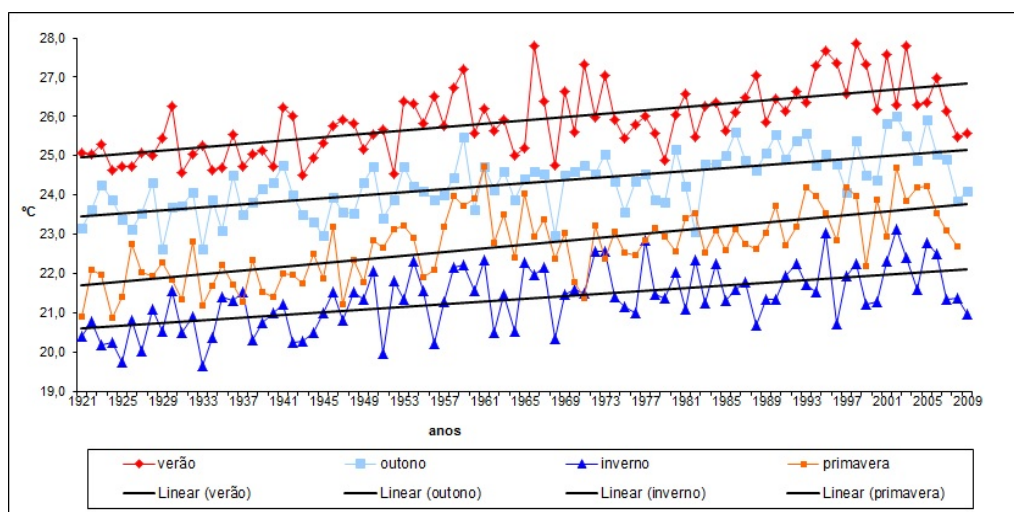


Figura 1: Variação sazonal da temperatura máxima na Praça XV/RJ entre 1921 e 2009

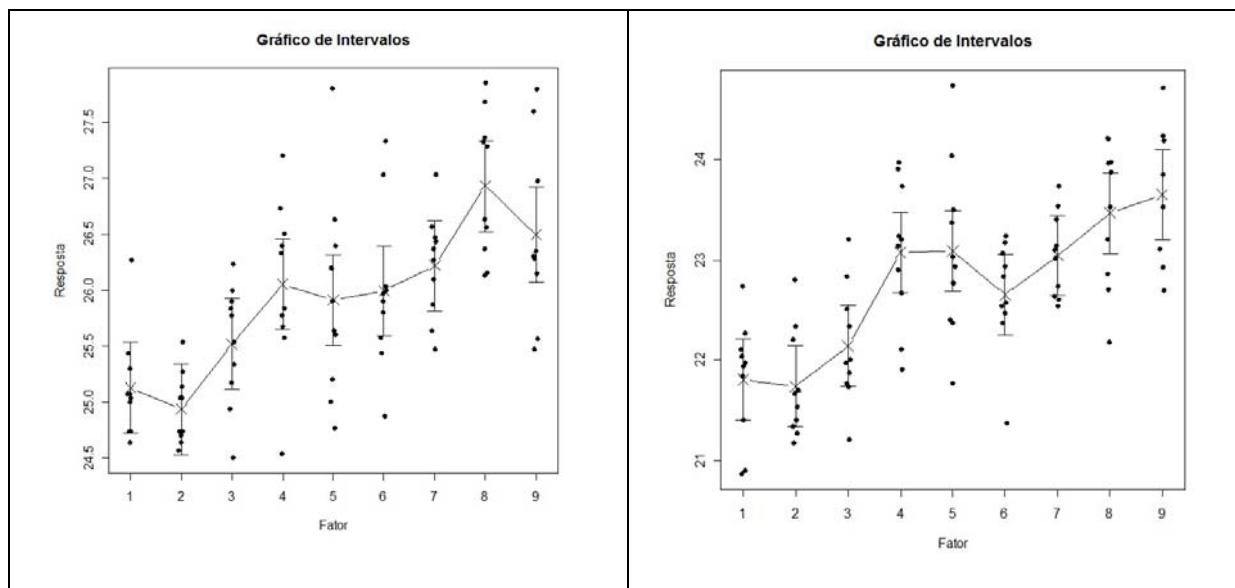
Tabela 1: Estatística da variação sazonal da temperatura média na Praça XV/RJ entre 1921 e 2009

Estações	Equação	Variação anual (°C)	Variação ao longo de 1921-2009 (°C)	R <sup>2</sup>	R <sup>2</sup> ajustado	p-valor (95% IC)
Verão	$0,0214x + 24,943$	0,0214	1,9	0,411	0,404	0,00
Outono	$0,019x + 23,445$	0,019	1,7	0,424	0,418	0,00
Inverno	$0,0171x + 20,593$	0,0171	1,5	0,320	0,312	0,00
Primavera	$0,0232x + 21,686$	0,0232	2,1	0,439	0,433	0,00

Fonte: Organizada pelos autores com dados da estatística de regressão linear.

O resultado em sensoriamento remoto é observado na imagem termal, na Figura 4, que representa toda a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), incluindo a cidade do Rio de Janeiro dentro de seu contexto metropolitano.

A Temperatura da Superfície Continental (TSC) registra seus maiores valores, em tons de vermelho, acima dos 30°C, na área mais urbanizada da cidade, na margem leste da baía de Guanabara e nas áreas planas entre os três maciços costeiros (Tijuca, Pedra Branca e Gericinó-Mendanha). Esses espaços definem os núcleos mais intensos da ilha de calor urbana na cidade do Rio de Janeiro. Em direção ao extremo oeste e à faixa litorânea sul, a mancha em tons vermelho se expande, mas se mistura com tons em laranja e amarelo (TSC entre 24 e 30°C), definindo núcleos secundários da ilha de calor. Essas duas áreas são espaços urbanizados de padrão mais recente de urbanização que mesclam usos mais mistos, entre o urbano, o periurbano, o solo exposto e o uso agrícola. Finalmente, nas áreas em



Figuras 2 e 3: Intervalo de confiança (95%) por década para a temperatura média na Praça XV/RJ no verão (à esquerda) e primavera (à direita) entre 1921-2009

tons verde (TSC entre 15 e 24°C), que engloba boa parte dos maciços costeiros, estão registrados os valores mais baixos de TSC na cidade, constituindo zonas de refrigério no denso espaço urbano.

Além dos limites administrativos da cidade do Rio de Janeiro, as outras cidades da RMRJ reproduzem um padrão espacial térmico semelhante, que obedece a seguinte lógica: os espaços mais quentes se encontram nos ambientes mais urbanizados decrescendo em direção às zonas de uso “natural”, áreas de vegetação ou floresta. Por outro lado, é possível observar valores altos de TSC em espaços não urbanizados, de uso “solo exposto”, identificados no setor nordeste e noroeste da Figura, em tons amarelo-laranja, ao passo que em áreas densamente urbanizadas há pixels com TSC abaixo de 20°C, que se assemelha aos ambientes de floresta, que se deve aos redutos de área verde permanentes ou artificiais, configurando espaços de “ilhas de frescor”.

Na análise da modelagem atmosférica no MM-5 também considerou toda a RMRJ, incluindo a cidade do Rio de Janeiro dentro de seu contexto. Para o dia da amostra da simulação e a sua comparação com a imagem termal, 15/02/2007, o tempo sinótico foi de estabilidade, sem nuvens e com ventos fracos de norte e leste.

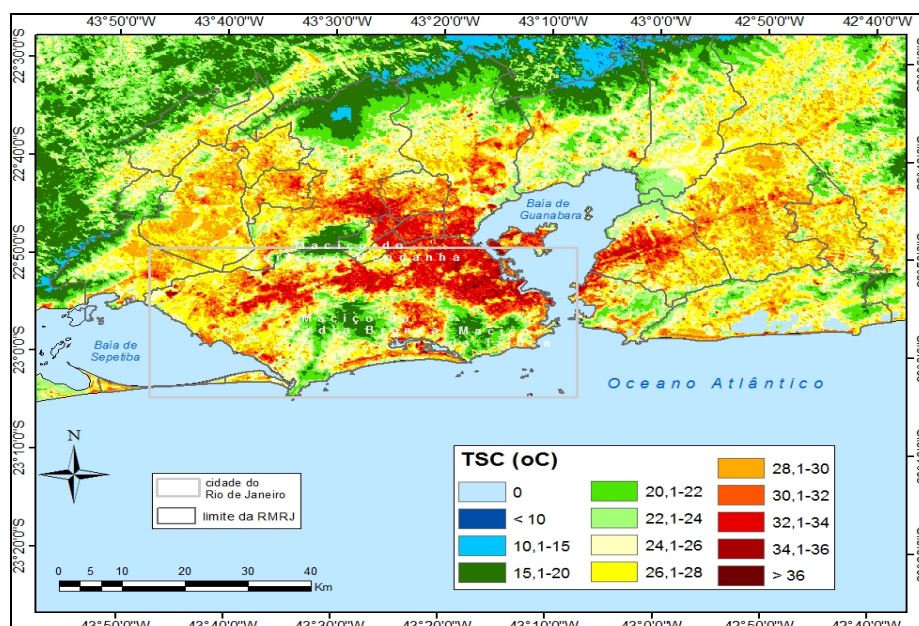


Figura 4: Temperatura da Superfície Continental (TSC) na cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana no período 1984-2010

O gráfico da Figura 5 mostra o comportamento pontual da temperatura da estação meteorológica, do modelo numérico e do satélite em 10 pontos da RMRJ (Niterói e Nova Iguaçu são os pontos externos à cidade do Rio de Janeiro). A temperatura estimada pelo satélite é a mais alta, seguida pelo modelo e pela estação meteorológica. A única exceção ocorre na Marambaia, quando a temperatura da estação é levemente superior à do modelo. A temperatura estimada pelo satélite revela gradiente muito alto quando comparada à das outras fontes, principalmente com a estação meteorológica. A média da temperatura de todas as localidades entre a observada pelo satélite e da estação meteorológica é de 16,3°C (27°C em Jacarepaguá-Metar) e cai para 11,4°C com o modelo MM5 (o valor máximo absoluto é de 22,8°C, também em Jacarepaguá-Metar). Por outro lado, quando se compara a média do gradiente entre o MM5 e a estação meteorológica, o valor é mais baixo, 5,9°C (atinge 9,1°C em Niterói).

O gradiente térmico discrepante entre a temperatura estimada pelo Landsat-5 com a estação meteorológica deve-se exatamente pela natureza da superfície fonte. Enquanto a primeira corresponde à TSC, a segunda registra a temperatura do ar, livre do atrito, por isso situada a 1,5 metros da superfície segundo normas da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Levam-se igualmente em conta as sucessivas técnicas para a correção atmosférica da temperatura estimada pelo Landsat-5 visando a descontaminação do píxel. No entanto, a temperatura do modelo, que se baseia na temperatura da superfície (*skin temperature*, isto é, a temperatura da superfície). Possui um gradiente mais distante ao satélite e um pouco mais próximo da estação. Essa resposta pode estar relacionada aos componentes da

simulação desenvolvida pelo MM5 ou ainda, segundo AHRENS (2001), a temperatura a 1,5 metros da superfície pode alcançar um gradiente de 15°C inferior à superfície em um dia ensolarado e calmo.

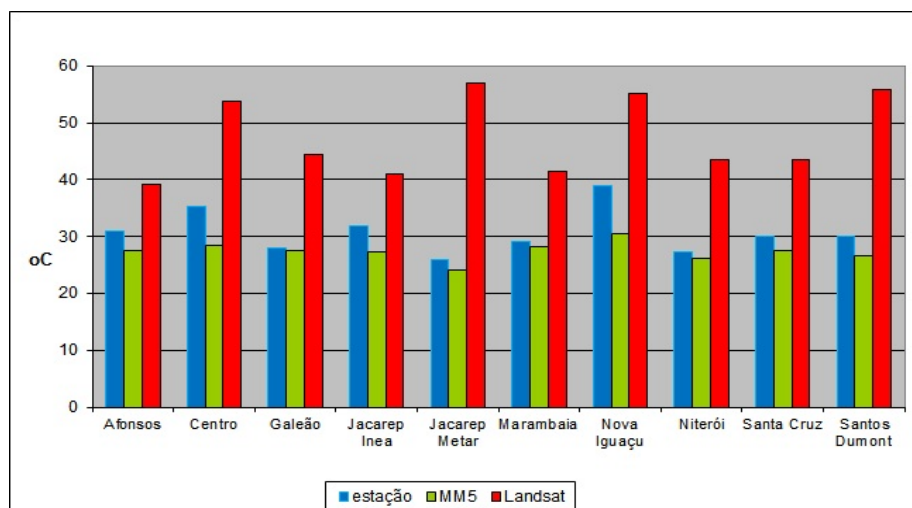


Figura 5: Temperatura observada pela estação meteorológica (a 1,5m da superfície), Temperatura simulada pelo modelo MM5 (*skin temperature*) e Temperatura estimada (Temperatura da Superfície Continental - TSC) pelo satélite Landsat-5 em 23/02/2007 às 10h em 10 pontos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

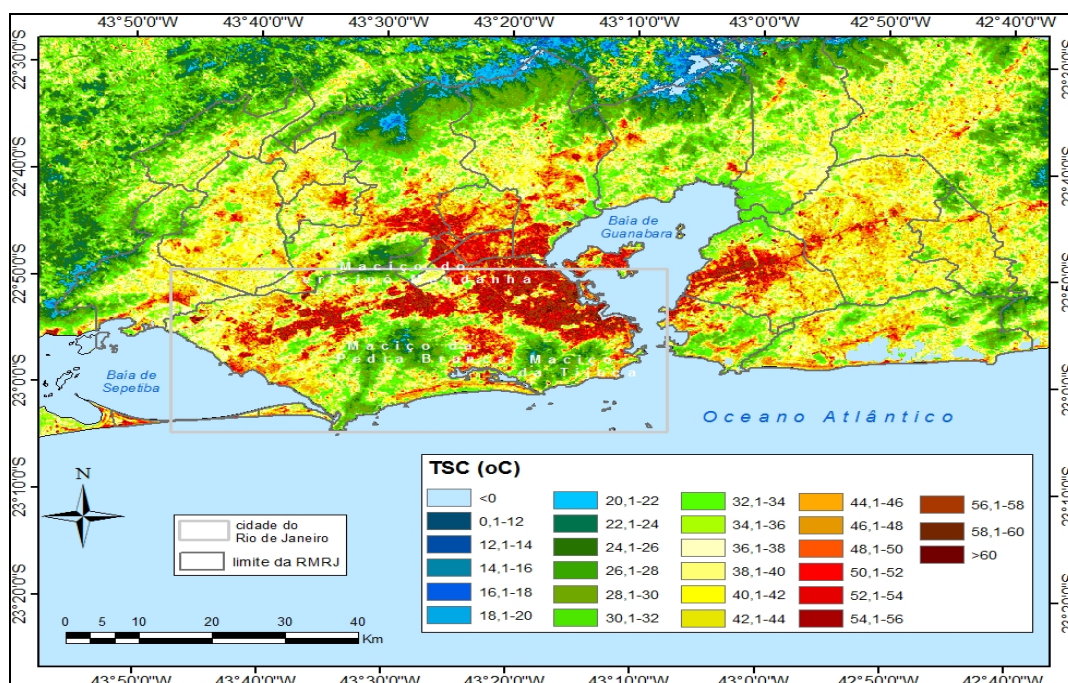


Figura 6: Temperatura da Superfície Continental (TSC) na cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana no dia 23/02/2007 às 12h46 (GMT) pelo Landsat-5

Na comparação entre a TSC estimada pelo Landsat-5 e a temperatura simulada pelo MM5, a primeira concentra seu núcleo mais quente na borda leste da baía de Guanabara e nas áreas planas entre os três maciços costeiros, em direção ao extremo oeste e ao setor centro-norte (Figura 6), os espaços mais urbanizados. Esse núcleo engloba temperaturas acima de 46°C, ou mesmo acima de 60°C, podendo atingir 70°C. Essas áreas são lócus da formação da ilha de calor urbana. As áreas mais amenas, com TSC abaixo de 30°C, estão reservadas aos maciços costeiros e ao extremo norte e noroeste da RMRJ (Figura 6), além dos limites administrativos da cidade do Rio de Janeiro.

A temperatura da superfície simulada pelo MM5, em suas devidas proporções, concorda com a espacialização da temperatura estimada pelo Landsat e ratifica as áreas sujeitas à geração da ilha de calor urbana. Uma mancha contínua e homogênea, em tom vermelho mais escuro, abriga o núcleo mais quente, acima de 34°C, e conforma-se nas bordas leste e oeste da baía de Guanabara com extensão a oeste (Figura 7). As áreas mais amenas, salvo exceções, aderem àquelas mostradas pelo Landsat, mais evidente na porção norte da Figura 7 com valores que podem estar abaixo de 28°C e bem próximo a 20°C. O modelo identifica os três maciços costeiros em tons de amarelo e laranja (*skin temperature* entre 25 e 30°C) revelando a função da vegetação no rebaixamento da temperatura.

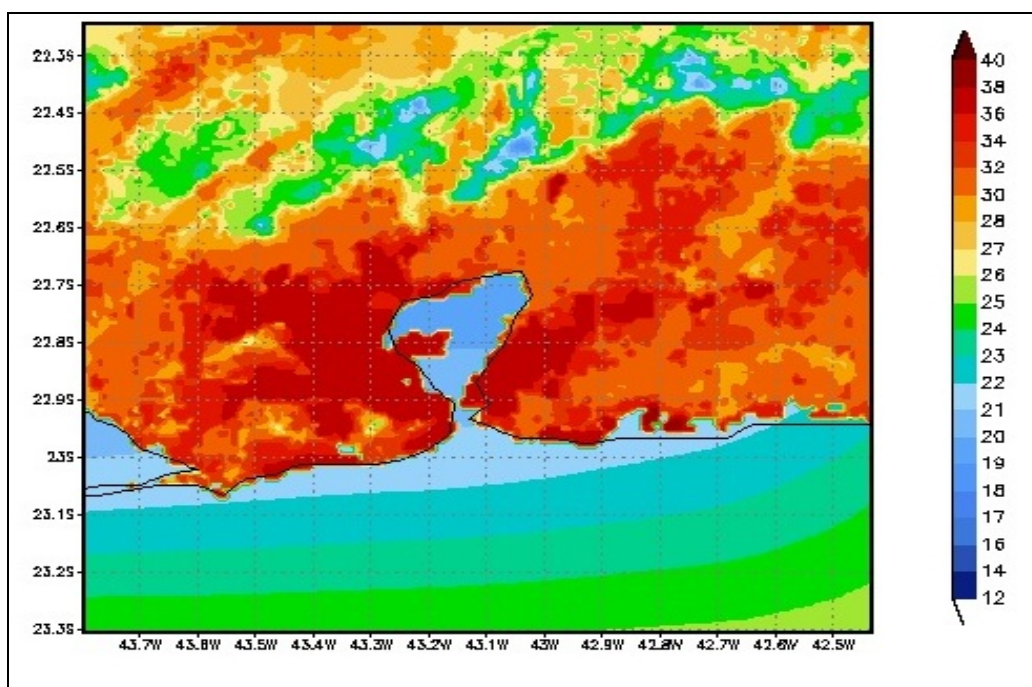


Figura 7: Temperatura da superfície (*skin temperature*) simulada pelo Modelo MM5 na cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana no dia 23/02/2007 às 12h (GMT)

#### 4. Considerações Finais

Os três métodos adotados dão mostras da complexidade do estudo do clima urbano. A análise de séries temporais teve por objetivo descrever o campo da temperatura e apontar a distribuição temporal e espacial da população. O sensoriamento remoto foi aplicado no intuito de mapear o campo da temperatura apontando os espaços mais quentes da cidade e região metropolitana e identificando os núcleos mais intensos da ilha de calor. A modelagem meteorológica reforçou e comparou o mapeamento da temperatura realizado com o sensoriamento remoto, permitindo ampliar a compreensão do padrão espacial da temperatura e da configuração da ilha de calor.

A conjugação de três métodos simultâneos é uma proposta inovadora para o estudo do clima urbano e da sua ilha de calor em uma combinação de resultados pontuais, espaciais e temporais. É um trabalho preliminar que buscou ampliar e diversificar a metodologia da pesquisa de Lucena (2012), que com resultados mais robustos e complexos, não cabíveis para o formato deste artigo, reforçam e traduzem a inovação aqui proposta.

Uma rede de estações meteorológicas mais abrangentes é o esperado para uma cidade do porte da cidade do Rio de Janeiro, bem como a inclusão da temperatura máxima e mínima, principalmente. A ampliação da rede e das variáveis da temperatura aprimora o entendimento da evolução e tendência da temperatura definindo padrões térmicos em diferentes espaços da cidade que poderão assessorar o mapeamento térmico por sensoriamento. Soma-se a importância da inserção de outras técnicas estatísticas para as séries temporais com fins da análise de tendências, como a análise de Fourier e a análise espectral (Morettin e Tolo, 2006), e outros testes para a significância estatística da análise linear, como os testes não-paramétricos de Mann-Kendall e Kruskal-Wallis (Marengo e Alves, 2005; Xavier et al., 2007).

No campo do sensoriamento remoto termal a série de quase 30 anos de imagens Landsat pode ser seccionada em décadas ou em grupos menores de anos para o acompanhamento da evolução temporal e espacial da Temperatura da Superfície Continental (TSC) mediante a adoção de testes estatísticos paramétricos e não paramétricos para qualificar a variação termal por pixel entre um período e outro. Em conjunto com a TSC sugere-se o uso de outras ferramentas do sensoriamento remoto para explorar a área vegetada e urbanizada, desde o mais tradicional, como o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), até outros pouco conhecidos ou aplicados na literatura, como o Índice de Área Construída (IBI), a Área Impermeável da Superfície (ISA), o Índice de Área Construída por Diferença Normalizada (NDBI), o Índice de Condição de Temperatura (TCI) e o Índice de Condição de Vegetação (VCI). Sem esgotar essa discussão, a elaboração do mapa de uso do solo é de suma importância, pois nele está a base para a análise conjugada com a TSC e dos demais índices que poderão ser adotados. E, finalmente, outros sensores, como o ASTER e o MODIS, precisam ser incorporados em novas análises. O ASTER tem diversos dias e horários alternativos de passagem, além

de possuir inúmeras bandas termais, não apenas uma como o Landsat 5 e 7. O MODIS tem uma periodicidade diuturna, pela manhã e à noite, o que sugere uma análise do ciclo diurno da ilha de calor. Ainda assim, deve-se dar continuidade ao uso dos dados Landsat, ainda mais com a disposição das imagens da série 8 desde 2011, e procurar comparar suas respostas espectrais com os outros sensores.

A modelagem da temperatura com o MM5 reforçou o mapeamento da TSC pelo Landsat, mostrando-se uma ferramenta complementar. As áreas mais quentes obtiveram respostas similares entre a temperatura da superfície simulada pelo MM5 e a TSC estimada pelo Landsat. Certamente com a adição dos demais episódios sazonais, não contemplados neste artigo, observaria a variabilidade sazonal dos episódios analisados que poderia mostrar diferenças na espacialidade da temperatura e/ou em seus gradientes. Outros campos da modelagem devem incorporar a análise conjunta da temperatura, como é o caso do calor latente e sensível, o campo de vento, a altura da camada limite e a umidade do solo. Outras pesquisas precisam ser impulsionadas com vistas à integração com as imagens Landsat, a partir da inserção do mapa termal e do mapa de uso do solo como entradas do modelo, além do mapa fisiográfico, que, provavelmente, trarão novos cenários com maior detalhamento dos resultados e novas configurações, talvez antes não percebidas. Sugere-se a incorporação de outros sensores, como o MODIS, de resolução temporal diária, com passagens pela manhã e pela noite, conjuntamente com os campos de calor latente, sensível, altura da camada limite e o campo do vento. Esse novo cenário pode trazer uma possibilidade de acompanhamento do ciclo diurno da temperatura para diferentes momentos, sejam semanais ou sazonais, com ação de diferentes sistemas atmosféricos. Não se exclui a adoção de outros modelos atmosféricos de mesoescala, e mais robustos, como o ARPS, que não somente estaria integrado ao sensoriamento remoto para avaliar a temperatura simulada e estimada, mas também poderia cooperar no avanço de melhor compreender a gênese e a formação das chuvas urbanas, uma categoria de interesse para observação de possíveis relações com o fenômeno da ilha de calor metropolitana. Sugere-se, ainda, e não menos importante, a adoção de modelos para escalas espaciais mais detalhadas, restritos a camada limite urbana, que podem alcançar os vales (canyons) urbanos e simular de maneira mais eficiente os fluxos de energia, calor latente e calor sensível, bem como o papel do vento no contato quase que direto com a rugosidade do solo.

Incluir aqui série temporal... Todas as sugestões e aprimoramentos entre a modelagem e o sensoriamento remoto vêm ao encontro do tratamento mais sofisticado que requer a complexidade da cidade do Rio de Janeiro e a sua metrópole, de uma paisagem heterogeneidade marcante, devida a sua situação geográfica, à configuração topográfica e à elevada urbanização, que, em conjunto, atuam como diferentes forçantes no funcionamento do seu geossistema. É um estímulo à pesquisa em clima urbano para melhor monitorar, compreender e mitigar a ilha de calor metropolitana, definição dada por Lucena (2012) para a complexa rede espacial urbana do clima em dimensões metropolitanas no Rio de Janeiro, ou mesmo outras fenomenologias ambientais derivadas.

#### 4. Bibliografia

- Arnfield, A.J. (2003). Two decades of urban climate research: A review of turbulence, exchanges of energy and water and the urban heat island. *International Journal Climatology*, 23, 1–26.
- Chander, G., Markham, B. L. (2003). Revised Landsat-5 TM radiometric calibration procedures, and post-calibration dynamic ranges. *IEEE Transactions on Geoscience and Remote Sensing*, 41, 2674–2677.
- Chander, G., Markham, B.L., Helder, D.L. (2009). Summary of current radiometric calibration coefficients for Landsat MSS, TM, ETM+, and EO-1 ALI sensors. *Remote Sensing of Environment*, 113, 893–903.
- Chen, P. Y., Srinivasan, R., Fedosejevs, G. Kiniry, J. R. (2003). Evaluating different NDVI composite techniques using NOAA-14 AVHRR data. *International Journal of Remote Sensing*, 24(17), 3403-3412.
- Corrêa E. (2004). Análise da sensibilidade do modelo MM5 aos refinamentos e aninhamentos de grades – um estudo de caso sobre a cidade do Rio de Janeiro. In *XIII Congresso Brasileiro de Meteorologia*. Anais. Fortaleza, Ceará, Brasil.
- França, G. B., Cracknell, A. P. (1995). A simple cloud masking approach using NOAA AVHRR daytime data for tropical areas. *International Journal of Remote Sensing*, 16, 1697–1705.
- Freitas, E. D., Silva Dias, P. L. (2005). Alguns efeitos de áreas urbanas na geração de uma ilha de calor. *Revista Brasileira de Meteorologia*, 20(3), 355-366.
- Gaffin, S. R., Rosenzweig, C., Khanbilvardi, R., Parshall, L., Mahani, S., Glickman, H., Goldberg, R., Blake, R., Slosberg, R.B., Hillel, D. (2008). Variations in New York city's urban heat island strength over time and space. *Theoretical and Applied Climatology*, 94 (1-2), 1-11.
- Grell, G. A., Dudhia, J., Stauffer, D. R. (1995). A description of the fifth generation Penn State/ NCAR Mesoscale Model (MM5). NCAR Technical NOTE, NCAR/TN-398+STR.
- Grimmond, C. S. B. (2006). Progress in measuring and observing the urban atmosphere. *Theoretical and Applied Climatology*, 84, 3–22.
- Kanda, M. (2006). Progress in the scale modeling of urban climate: Review. *Theoretical Applied Climatology*, 84, 23–33.
- Lucena, A.J. (2012). *A ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Lucena, A.J.; Rotunno Filho, O.C.; França, J.R.A.; Peres, L.F.; Xavier, L.N.R. (2013). Urban climate and clues of heat island events in the metropolitan area of Rio de Janeiro. *Theoretical Applied Climatology*, 111, 497-511;
- Moraes, N. O., Marton, E., Pimentel, L. C. G., 2005, “Simulações numéricas da formação de ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro”, Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, vol. 28, n.2, pp. 116-138.
- Qin, Z., Karnieli, A., Berliner, P. (2001). A mono-window algorithm for retrieving land surface temperature from Landsat TM data and its application to the Israel-Egypt border region. *International Journal of Remote Sensing*, 22(18), 3719–3746.
- Rizwan, A. M., Dennis, Y.C., LIU, C. (2008). A review on the generation, determination and mitigation of Urban Heat Island. *Journal of Environmental Sciences*, 20, 120–128.
- Souza, J.D., Silva, B.B. (2005). Correção atmosférica para temperatura da superfície obtida com imagem TM: Landsat 5. *Revista Brasileira de Geofísica*, 23(4), 349-358.
- Taha, H. (1997). Urban climates and heat islands: albedo, evapotranspiration, and anthropogenic heat. *Energy and Buildings*, 25, 99-103.



Van de Griend, A.A., OWE, M. (1993). On the relationship between thermal emissivity and the normalized difference vegetation index for natural surfaces. *International Journal of Remote Sensing*, 14, 1119–1131.

Voogt, J. A., OKE, T. R. (2003). Thermal remote sensing of urban climates. *Remote Sensing of Environment*, 86, 370–384;

Xavier, T.M.B.S. (2010). Estatística aplicada à Climatologia. mini-curso. IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, Fortaleza, Ceará, Brasil;

Xavier, T.M.B.S., Pereira Filho, A.J. (2007). Análise das medições e observações meteorológico-climáticas de superfície. In Pereira Filho, A.J., Santos, P.M., Xavier, T.M.B.S. (eds), *Evolução do tempo e do clima na região metropolitana de São Paulo* (pp. 123-231), Linear B: IAG/USP.

## **AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DAS CIDADES NA AMAZÓNIA: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE SANTARÉM E MARABÁ, BRASIL.**

**Jader Duarte FERREIRA**

CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais

UNAMA - Universidade da Amazônia

jaderaux@yahoo.com.br

**Júlia M. LOURENÇO**

CTAC – Centro Território, Ambiente e Construção

Universidade do Minho

jloure@civil.uminho.pt

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar a influência dos sistemas de transportes, das redes de acessibilidade e dos planos territoriais no desenvolvimento urbano e regional do território de duas cidades da Amazônia (Santarém e Marabá), localizadas no Estado do Pará (Brasil). Especificamente visa: i) identificar os sistemas de planeamento territorial das duas cidades; ii) caracterizar o percurso do desenvolvimento regional e a dimensão do crescimento urbano; iii) aplicar o método de avaliação proposto por Lourenço (2003). Este método fundamenta-se na teoria do plano-processo e na sua aplicabilidade ao planeamento territorial, sendo pautado por uma visão holística. Os resultados da investigação confirmam a possibilidade de aplicar este método de avaliação nas cidades selecionadas servindo de modelo para outras áreas urbanas da Amazônia.

**Palavras-chave:** Avaliação, Plano-Processo, Acessibilidades, Amazônia.

### **Abstract**

This article aims to analyze the influence of transportation systems, accessibility networks and territorial plans on urban and regional development of two Amazon cities (Santarém and Marabá), located in the State of Pará (Brazil). Specifically, it aims to: i) identify the territorial planning systems of both cities; ii) characterize the course of regional development and the size of urban growth; iii) apply the evaluation method proposed by Lourenço (2003). This method is based on the theory of the plan-process and its applicability to territorial planning, being guided by a holistic view. The results of the research confirm the possibility of applying this method of evaluation in the selected cities, serving as a model for other Amazon urban areas.

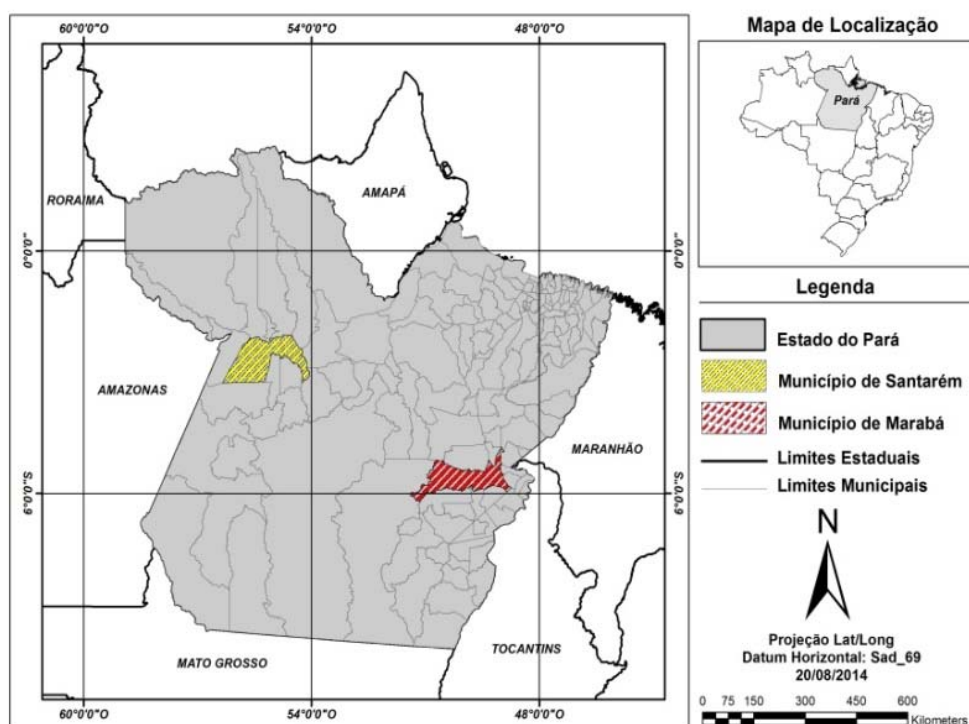
**Keywords:** Evaluation, Plan-process, Accessibility, Amazonia.

## **1. Introdução**

Na Amazônia, a urbanização apresenta situações de precariedade muitas vezes decorrentes da falta de um planeamento territorial comprometido com as necessidades sociais da maioria da população. Esta situação pode ser explicada por análises como a de Pereira (2006) cujas opiniões partilhamos quando refere que a política de ordenamento territorial priorizou a ocupação de vazios demográficos, a sujeição da região aos interesses do capitalismo nacional e internacional e a valorização económica das riquezas naturais.

Neste contexto, a urbanização na Amazônia foi orientada pela criação de várias infraestruturas, especialmente a rede de estradas, ao longo das quais se foram implantando linearmente muitas

construções sem as condições adequadas para a formação de núcleos urbanos. Embora em cada ciclo económico se tenha observado manifestações distintas de urbanização, constata-se que as ações desenvolvidas em termos de planeamento urbano não tiveram continuidade efetiva quer em Santarém quer em Marabá (Figura 1). Este problema agravou-se desde 1970, com a expansão urbana acompanhada do crescimento das áreas informais, a ampliação das redes de acessibilidades e de transportes, a densificação populacional e o surgimento de novas atividades económicas como, é o caso do plantio de soja e da implantação de siderurgias. Com o crescimento de ambas as cidades, ocorreu o aumento do número de alojamentos sem rede de esgoto e da quantidade de resíduos produzidos. Mas faltou investimento em educação e saúde, na rede de transportes, no fornecimento de energia e na rede telefónica. A título exemplificativo, os portos geralmente são improvisados e não dispõem de estruturas adequadas para armazenagem e escoamento da produção. Por isso, o transporte é um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento agrícola e de outras atividades na região. O problema agrava-se com o período de chuvas, quando as estradas sem pavimentação ficam em condições precárias.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 1 – Localização de Santarém e Marabá no Estado do Pará.

Ambos os municípios de Santarém e de Marabá se destacam como pólos regionais e representam a realidade de um conjunto de municípios, respetivamente do Baixo Amazonas e da mesorregião Sudeste do Estado do Pará.

Nos pontos seguintes apresenta-se um breve enquadramento teórico e um enquadramento regional, seguidos da análise dos fatores determinantes do plano-processo nos municípios de Santarém e Marabá, partindo do modelo conceitual de Lourenço, cingindo-se aos fatos e aos dados do processo de urbanização.

Foram considerados, de forma integrada, vários fatores, variáveis e dimensões da dinâmica urbana. Foram usadas fontes secundárias tendo por base várias publicações das seguintes instituições: prefeituras municipais de Marabá e Santarém e suas secretarias, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Desenvolvimento do Estado Pará – IDESP e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

## 2. Enquadramento Teórico

O processo de ocupação do território tem várias causas e apresenta múltiplas formas. Isto implica trazer à discussão, necessariamente, o sistema de planeamento territorial e urbano, cuja função primordial é a de ordenar, estruturar e reestruturar o território, no sentido de viabilizar as necessidades de qualidade de vida, materializada no provimento de condições básicas de saneamento, saúde, transportes, meio ambiente saudável, entre outros. Nesse sentido, a análise do planeamento territorial e urbano, tendo como eixo indutor o “plano-processo”, foi um conceito desenvolvido a partir dos anos setenta do século XX e teve como principal instrumento o estabelecimento de planos definidos entre a decisão e o ato de investir, bem como entre a ação planeada e sua implementação.

Tabela 1. Fatores Determinantes do Plano-Processo

Biofísicos	Técnicos	Culturais
Ocupação do solo: pode facilitar a ação.	Propostas de planos: são a ponderação de normas e ações idealizadas em determinada escala de tempo, destinadas ao desenvolvimento de um território.	Participação Pública: essencial para a transparência do plano-processo; uma forma de garantir o espaço democrático para aceitação ou crítica sobre o que se propõe a nível de planeamento do território, antes de qualquer tentativa de alteração.
Morfologia e constituição do solo: têm importância significativa sobre a implantação do edificado, o traçado das vias, entre outras.	Indicações de viabilidade técnica económica: traduzem-se em indicadores como Taxa Interna de Retorno, Taxa de Crescimento, entre outros que permitem medir o realismo de aplicação das propostas.	Medidas de políticas: representam as vias escolhidas pelos agentes de decisão para alcançar os objetivos propostos. São importantes no sentido de orientar, dar coerência e continuidade às formas de atuação. Podem apresentar-se de modo mais geral e globalizante; serem orientadoras, regulatórias, distributivas e/ou redistributivas.
Acessibilidade: catalisador ou inibidor da ação de urbanizar.	Gestão urbanística: constitui o acompanhamento das propostas do plano, traduzida na sua componente de licenciamento. Abrange o modo de administrar os recursos, negociar com os grupos sociais, discutir as prioridades, entre outras ações.	Políticas de solos: vias seguidas pelos poderes públicos na função de agentes reguladores da utilização do solo, abrangendo instrumentos tais como: aquisição, expropriação do solo e vários mecanismos regulatórios dos processos de planeamento (legislação sobre o solo e aspectos jurídicos pertinentes à propriedade e utilização /avaliação do solo, gestão fundiária do património municipal).
Cadastro: elemento que pode faltar ou estar demasiado presente nos planos. No primeiro caso pode acarretar problemas subsequentes na implementação do plano, no segundo diminui o significado técnico.	Imposição de sanções: representa a ação de vigilância do cumprimento de regras estabelecidas no âmbito do Estado de direito. O Ministério Público, os Órgãos Ambientais e as Agências de Regulação são relevantes em zelar por este fator.	Organização Institucional: representa a instituição de um grupo técnico de acompanhamento das propostas do plano-processo, assim como o arranjo intersetorial, a cooperação intermunicipal e, eventualmente, associação entre público e privado, originada de parcerias na realização de serviços e investimentos em estrutura física, principalmente os de grande envergadura económica e relevância social.

Fonte: Extraído e adaptado de Lourenço, 2003, p. 225.

Para Lourenço (2003, p.218), o plano é um elemento determinante do processo de planeamento. Isto é, de um modo mais afirmativo, um processo de planeamento não pode ser iniciado sem um plano, já que este se constitui como essência e motor desse processo.

A partir dos anos noventa, o plano-processo ganhou importância porque representa a alternativa de realizar o planeamento urbano por meio de processos contínuos de retroalimentação, ou seja, do feed-back entre o planeado, o implementado e as mudanças verificadas na realidade. Sendo assim, é válido ressaltar que o sucesso de um plano processo decorre de três pilares básicos para sua continuidade no tempo: 1) empenho político; 2) capacidade técnica; 3) aceitação cultural. Quanto aos fatores determinantes do plano-processo, Lourenço (2003) divide-os nos seguintes grupos: fatores de ordem bio-física, fatores de fundamentação técnica e fatores de ordem cultural (Tabela 1).

### **3. Planeamento na Amazônia**

Santarém e Marabá são cidades estratégicas para o Estado Brasileiro, principalmente devido à sua localização. Assim, o planeamento das mesmas ocorreu a partir da década cinquenta do século XX e segue a lógica das políticas do Governo Federal para o espaço amazônico, ou seja, direcionado para a integração no território nacional. Tendo em vista desenvolver e valorizar as terras amazônicas, foi criada pelo governo brasileiro, em 1953, a Superintendencia do Plano de Valorização Económica da Amazônia (SPVEA), cujo objetivo era a elaboração de planos para a valorização económica da região. Esta política desencadeou profundas transformações no espaço geográfico amazônico, decorrente da apropriação, pelos grandes empresários, de recursos regionais.

A partir dos anos sessenta, o espaço amazônico passa a vivenciar um intenso processo de urbanização, fruto de iniciativas estatais. Na visão de Becker (1999), o poder estatal daquele tempo impôs ao espaço nacional uma poderosa malha de duplo controlo – técnico e político – correspondente ao conjunto de programas e projetos governamentais. Estes conseguiram interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias na Amazônia, através da criação de novos territórios geridos por instituições federais. Na década de setenta, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) foram direcionados para a promoção do desenvolvimento económico, estabilização da economia e redução das desigualdades regionais. Neste contexto, foram lançados os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (I e II) que deram origem a ações do poder central apoiadas no paradigma da integração nacional. Releva-se o papel desempenhado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 como representante do Estado na região, com a função de planejar e coordenar, no âmbito do I PDA, as diretrizes federais na Amazônia.. O II PDA lançou o Programa dos Pólos de Desenvolvimento (POLAMAZONIA) para desenvolver infraestruturas e os setores agropecuários e minero-metalúrgicos em 15 pólos. Após o período de dominação militar, e apoiado pela Constituição de 1988, o planeamento urbano na Amazônia passou a ter investimentos associados a novos programas e planos de desenvolvimento

(Tabela 2), que em graus diferenciados, atuaram e atuam sobre a realidade territorial. Neste novo momento de planeamento, destacam-se as políticas de proteção ambiental.

Tabela 2. Planeamento territorial para a Amazônia pós 1990

Anos	Programas	Principais Projetos
1995-1999	Programa Brasil em Ação – Plano Plurianual – PPA	- Recuperação das BR -164 (Brasília-Acre), BR -163 (Cuiabá-Santarém) e asfaltamento da BR -174 (Manaus - Boa Vista).
2000-2003	Programa Avança Brasil – Plano Plurianual – PPA	- Implantação das hidrovias Araguaia-Tocantins e Madeira. - Gasoduto do Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba
2004-2007	Programa Brasil de Todos – Plano Plurianual - PPA	- Hidrovia do Rio Madeira. - Hidroelétrica de Belo Monte. - Gasoduto Urucu – Porto Velho. - Asfaltamento da BR -163.
2008-2011	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Plano Plurianual	- Ampliação do Porto de Santarém – PA. - Ampliação do Porto de Vila do Conde – PA. - Recuperação das BR – 156, 364, 163 e BR 319. - Implantação de Terminal Hidroviário na Amazônia – PA/AM. - Conclusão das Eclusas da Hidroelétrica de Tucuruí.
2012-2015	Programa Mais Brasil – Plano Plurianual	Continuidade do projeto de desenvolvimento para o Brasil já colocado nos planos anteriores, a partir da conjugação do crescimento económico com a melhoria da distribuição de renda e de redução da pobreza.
2016-2019	Plano plurianual – Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social.	O novo PPA reforça a opção por um modelo de desenvolvimento com inclusão social e redução das desigualdades, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia.

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações de Ferreira, 2011; Congresso Nacional, 2011; Ministério do Planeamento, 2012 e Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão, 2015.

Constata-se uma nova estratégia de desenvolvimento nos Programas Brasil em Ação de 1995-1999 e Avança Brasil de 2000-2003, focados na dinamização do acesso e da capacidade de competição dos sistemas económicos regionais. No final de 2015, o governo brasileiro lançou o Plano Plurianual no qual se destaca a opção por um modelo de desenvolvimento com redução das desigualdades, qualidade dos serviços públicos e equilíbrio da economia.

#### 4. Fatores determinantes do Plano-Processo em Santarém

Os fatores determinantes do plano-processo (Tabela 1) aplicados a Santarém possuem as dimensões de análise descritas nos *itens* seguintes.

##### 4.1. Fatores bio-físicos

###### 4.1.1. Ocupação do solo

Em Santarém, a ocupação urbana (Figura 2) foi iniciada a partir da frente de encontro de dois grandes rios, Amazonas e Tapajós, permanecendo por séculos desta forma. No século passado, a ocupação difundiu-se para o interior, com um movimento fortemente marcado pela apropriação do território para a exploração económica dos recursos naturais.

Segundo Ramos (2004), nas fases iniciais do processo de ocupação do solo, o município sofreu uma forte influência da ocupação portuguesa e posteriormente dos chamados “ciclos de desenvolvimento” regional. O Ciclo da Borracha proporcionou à região, durante mais de cinco décadas, a comercialização do produto em termos de oferta semi monopolista da matéria prima fundamental para a expansão da indústria automobilística norte-americana e europeia (Ramos, 2004).

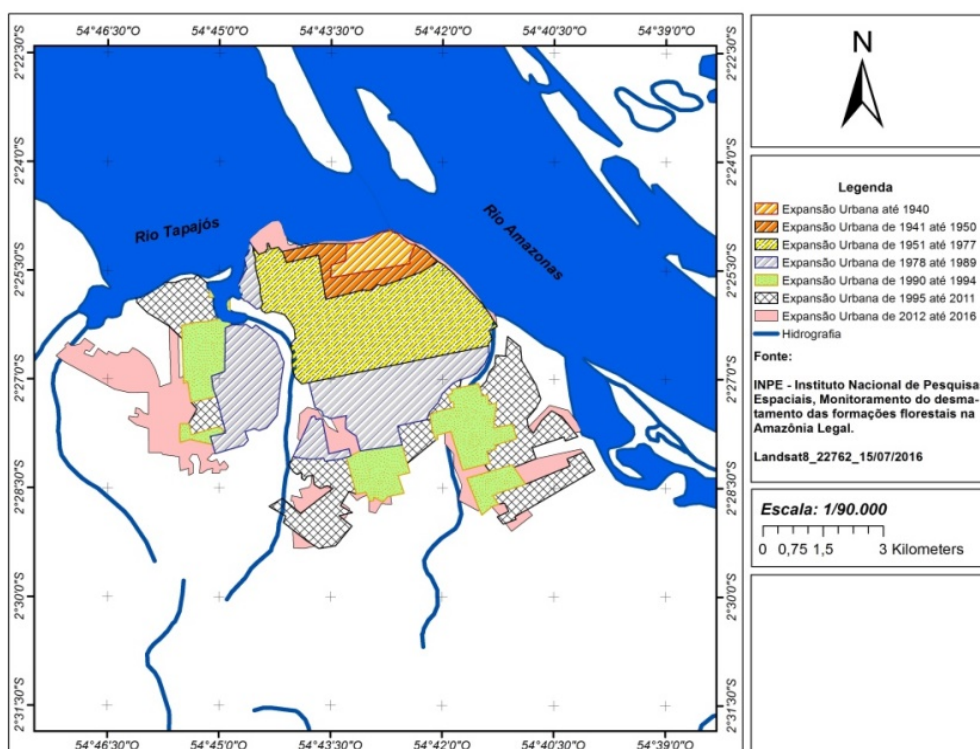


Figura 2. Expansão da área urbana do município de Santarém no período de 1940 a 2016  
Fonte: Elaboração própria a partir de informações INPE – Satélite Landsat8\_22762\_15/07/2016.

Durante muitos anos, a expansão urbana de Santarém só ocorria para sul, pois os igarapés (denominação dada a pequenos rios na Amazônia) eram obstáculos naturais ao crescimento urbano. Após 1980, estes igarapés foram ultrapassados, surgindo vários bairros, nos setores leste e oeste. A corrida ao ouro, por parte dos garimpos do Tapajós, principalmente, entre 1980 e 1990, contribuiu para o forte crescimento urbano. Santarém funcionou como centro distribuidor de produtos para os garimpos e quando esta atividade entrou em crise, o fluxo de pessoas que se dirigiu para a cidade foi considerável. A partir de 1990, a expansão urbana densificou-se, incentivada pela intensa migração das áreas rurais para a cidade e estimulada pela introdução da cultura da soja.

Esta expansão tem assumido grandes proporções, acompanhando a orientação dos eixos das rodovias e resultando, portanto, no crescimento da sua periferia nas direções sul (Cuiabá-Santarém e Santarém-Curuá-Una) e sudoeste (Av. Fernando Guilhon, Santarém-Aeroporto).

#### 4.1.2. Morfologia e constituição do solo

A área do município é predominantemente ocupada por floresta e superfícies hídricas. A estrutura geológica é característica da mesorregião do Baixo Amazonas e recebeu influência da bacia sedimentar amazônica na sua formação original. O relevo apresenta-se diversificado: áreas de várzeas, terraços, praias fluviais, tabuleiros, colinas, planaltos tabulares e algumas serras, com elevações até 150 metros de altitude (Rocha, 2014). As áreas alagadiças constituíram, no passado, obstáculos naturais à expansão urbana.

#### 4.1.3. Acessibilidade

O município de Santarém apresenta três rodovias de acesso (Figura 3): a Santarém-Curuá-Una, que liga a cidade de Santarém ao setor oeste do Estado do Pará; a Cuiabá-Santarém – BR-163, que liga Santarém à capital do Estado, Belém, e ao Estado do Mato Grosso, na região centro-oeste do Brasil; a Avenida Fernando Guilhon, vetor de ligação da cidade ao aeroporto.

Santarém possui acessibilidade fluvial através da localização de vários portos domésticos e empresariais ao longo dos rios Amazonas e Tapajós. Segundo a Companhia Docas do Pará (2009), circulam cerca de 120 mil embarcações por mês, mantendo um intenso fluxo de passageiros e mercadorias entre Santarém e municípios vizinhos, especialmente do Oeste do Pará, chegando até Manaus, Macapá e Belém.

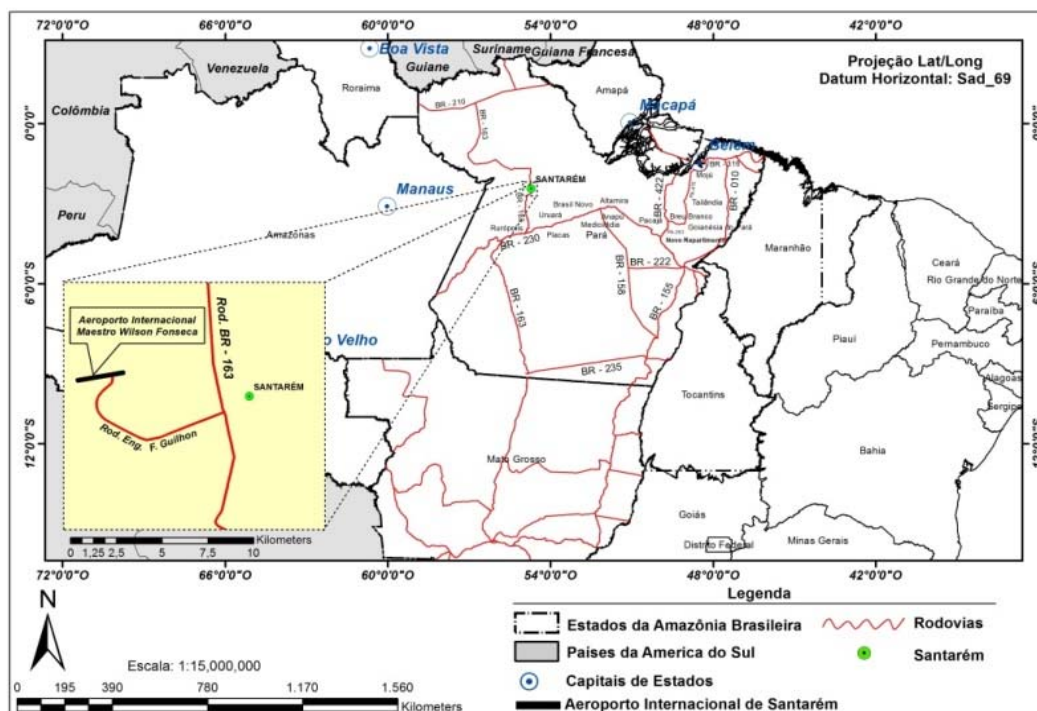


Figura 3. Acessibilidades ao município de Santarém-Pa

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, 2010.



#### **4.1.4. Cadastro**

Os dados cadastrais sobre a região amazônica começaram a ser produzidos a partir da década de 1960, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a realização de outros estudos governamentais (Ferreira *et al.*, 2012). Especificamente para o município de Santarém há um importante estudo da Companhia de Pesquisas de Recursos de Minerais na década de noventa (Oliveira *et al.*, 2010). O cadastro municipal ocorre no âmbito do Plano Diretor Municipal aprovado em dezembro de 2006. Relewa-se que, até à data da aprovação do Plano Diretor do Município, a maioria dos bairros estavam ilegais, do ponto de vista fundiário.

## **4.2. Fatores de fundamentação técnica**

### **4.2.1. Propostas de planos**

Os planos para a região foram elaborados em meados do século passado e o planejamento urbano de Santarém, como o de outras cidades amazônicas, decorreu das políticas do Governo Federal para o espaço amazônico.

O governo brasileiro criou, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cujo objetivo principal era a elaboração de planos para a valorização econômica da região, tendo desencadeado profundas transformações no espaço geográfico amazônico, a partir da apropriação, pelos grandes empresários, de riquezas regionais.

Segundo Oliveira *et al.* (2010) a produção do espaço urbano de Santarém não pode ser compreendida, desvinculada das políticas planejadas para a Amazônia, previstas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) que deu origem à construção do porto, aeroporto, barragem de Curuá-Una e grandes rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém), PA-370 (Santarém - Curuá-Una), PA e Rodovia Municipal Fernando Guilhon. O Plano de Desenvolvimento Urbano, de 1975, teve atribuições meramente físico-territoriais, procurando organizar de forma racional o crescimento urbano, estabelecendo diretrizes para a ocupação urbana. Como suporte para o plano, a Prefeitura Municipal de Santarém solicitou à SUDAM, em 1973, apoio técnico e financeiro para iniciar o processo de planejamento urbano, pois a Administração Municipal estava pressionada pela construção do eixo BR-230/BR-163 e pelas consequências advindas desses projetos.

Mais recentemente, em 2006, é iniciado o Plano Diretor Municipal que visa o desenvolvimento da função socioeconômica e ambiental da propriedade como forma de garantir o bem-estar dos seus habitantes.

#### **4.2.1. Indicações de viabilidade técnica e económica**

Os planos criados na esfera federal apresentaram indicações gerais de viabilidade técnica e económica, sem abranger especificamente o município, logo, pode considerar-se que estas indicações não estavam direcionadas para Santarém.

#### **4.2.2. Gestão urbanística**

Os indícios de preocupação com a gestão urbanística datam do início do presente século. O próprio município não apresenta uma estrutura institucional claramente fortalecida por mecanismos capazes de serem convertidos em instrumentos eficazes para conduzir o processo regulatório e normativo de controlo urbanístico. Como tal, pode afirmar-se que a gestão urbanística não tem existido, até ao momento.

#### **4.2.3. Imposição de sanções**

Pelos motivos já expostos no *item* anterior, conclui-se que dificilmente se conseguem impor sanções no âmbito do espaço urbano do município. No entanto, no âmbito rural municipal, os órgãos governamentais, aos níveis Estadual e Federal, encontram-se bastante presentes na gestão do território, principalmente, na questão ambiental.

### **4.3. Fatores de ordem cultural**

#### **4.3.1. Participação pública**

A participação pública dos diversos atores urbanos nos processos decisórios de planeamento da cidade é recente, dos últimos governos presidenciais e verifica-se no Plano Diretor do Município de 2006.

#### **4.3.2. Medidas de política**

O município ainda carece de políticas públicas, em termos globalizantes e, atualmente, as políticas urbanas atingem de maneira ainda muito incipiente a população urbana.

### **4.4. Políticas de solos**

Tal como se constata a escassez de políticas públicas, também os poderes públicos, na sua função de agentes reguladores da utilização do solo, ainda necessitam de empreender ações e estabelecer mecanismos de controlo do uso e ocupação do solo em Santarém. Esta necessidade já tinha sido evidenciada por (Oliveira *et al.*, 2010) quando afirmam que a expansão urbana de Santarém "(...) não foi acompanhada por um real planeamento, dando origem a ocupações irregulares (...) com profunda carência de infraestrutura, seja de equipamentos urbanos, seja de saneamento."

#### **4.4.1. Organização institucional**

A avaliação de planos é algo novo nas políticas públicas de planeamento territorial no Brasil. Surgiu a partir de 1990, apoiada na Constituição de 1988 que instituiu a obrigatoriedade de acompanhamento e avaliação de planos, o que ocorreu primeiramente nos planos plurianuais (PPA) a partir de 1995.

No município de Santarém, apesar de existir o Plano de Desenvolvimento Urbano de 1975, o acompanhamento e monitorização de planos só aconteceu em 2006 com o Plano Diretor Municipal. Este último considerou no art. 178 da seção II que “compete aos Conselhos Distritais participar, no âmbito do Poder Executivo, nos processos de elaboração, atualização, controlo, acompanhamento e avaliação do Plano de Trabalho das Administrações Distritais”. No art. 115 da seção III, define-se que “o bairro é a menor unidade física de planeamento e de gestão possibilitando o acompanhamento, controlo e avaliação da aplicação da política urbana, a ser utilizada pelo órgão central de planeamento e pelas administrações distritais”.

### **5. Fatores determinantes do Plano-Processo em Marabá**

A análise do plano-processo do município de Marabá, no Estado do Pará, também partiu do modelo concetual de Lourenço (2003), incorporando os dados de crescimento demográfico e urbanístico, além do histórico de planeamento urbano e regional da região Amazônica. Os fatores determinantes do plano-processo em Marabá são apresentados nos *itens* seguintes.

#### **5.1. Fatores bio-físicos**

##### **5.1.1. Ocupação do solo**

O processo de ocupação inicial (Figura 4) ocorreu no encontro dos rios Tocantins e Itacaiúna, aí permanecendo até ao início do século passado, quando a ocupação se deslocou para o interior, em função de atividades económicas ligadas à exploração de recursos naturais presentes na região.

A formação do núcleo inicial desencadeou-se no final do século XIX, quando o maranhense Francisco Coelho da Silva implantou um entreposto comercial conhecido por Marabá, na área banhada pelos rios Tocantins e Itacaiúnas, favorecendo a exploração dos seringais amazônicos no ciclo da Borracha. Com o fim deste ciclo, em 1920, ocorreu um grande surto de imigração para a área oeste da chamada Marabá pioneira.

Até 1970, com o ciclo da castanha do Pará, ocorrem grandes investimentos em infraestruturas, como resultado da recém criada Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e do Banco da Amazônia (Basa) na década de 1960, que desenvolvem projetos com financiamento direcionado para o desenvolvimento regional. Segue-se a abertura de grandes rodovias. A partir de

1980 o processo de ocupação do território difunde-se para o interior, em áreas próximas do Tocantins e do Itacaiúnas.

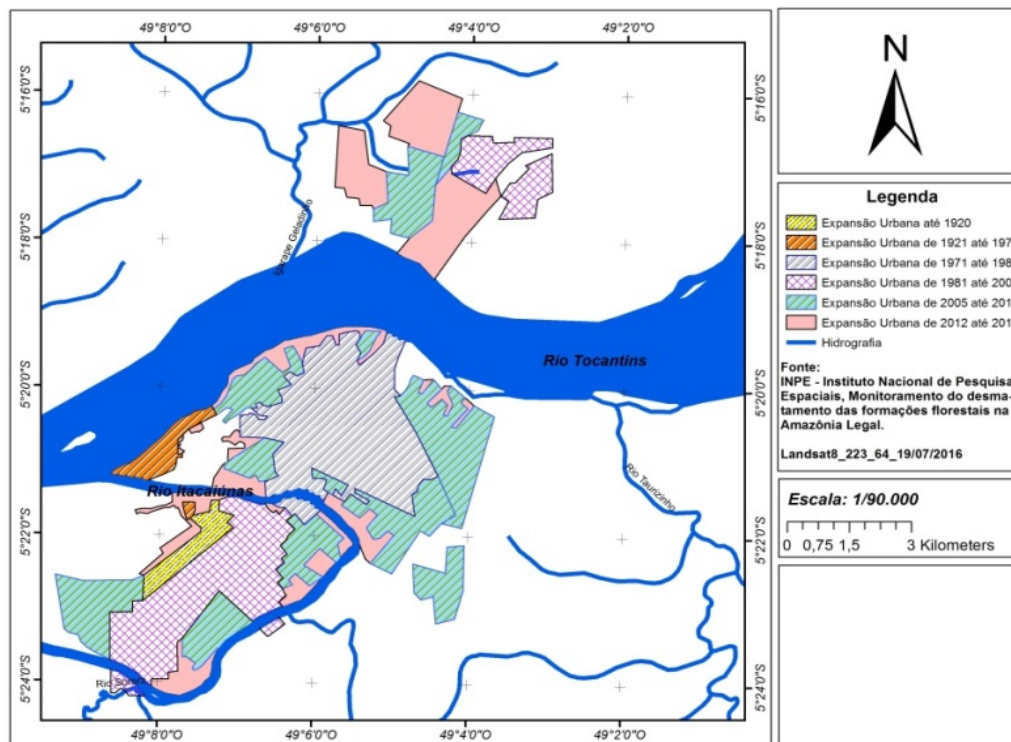


Figura 4. Expansão urbana do município de Marabá no período de 1920 a 2016  
Fonte: Elaboração própria a partir de informações INPE – Satélite Landsat8\_223\_64\_19/07/2016.

### 5.1.2. Morfologia e constituição do solo

A área do município é predominantemente ocupada por floresta e superfícies hídricas. A estrutura geológica é complexa, constituída por grandes áreas aluvionares. A bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas é a que cobre uma área maior, com 5.383,4 km<sup>2</sup>, embora existam diversas cachoeiras que são um obstáculo à navegação.

As formas de relevo estão englobadas na unidade morfoestrutural denominada de Depressão Periférica do Sul do Pará, onde predominam os planaltos amazônicos rebaixados e as áreas montanhosas mais a sul.

### 5.1.3. Acessibilidade

Historicamente, a acessibilidade (Figura 5) esteve vinculada à presença de numerosos rios, tornando possível a navegação em todo o território. O rio Tocantins, por exemplo, que percorre 50 km no território marabaense (enquanto o Itacaiúnas o faz em mais de 200 km), permitia a navegação

entre Marabá e a capital do Estado (Belém), o que contribuiu para a colonização da área onde veio a constituir-se a cidade.

Marabá está acessível através do porto localizado na margem esquerda do rio Tocantins, mas a movimentação de carga é inexpressiva, principalmente devido à inadequada localização que foi escolhida para a sua implantação e à existência, nas proximidades, de diversos terminais privados (Companhia Docas do Pará, 2009).

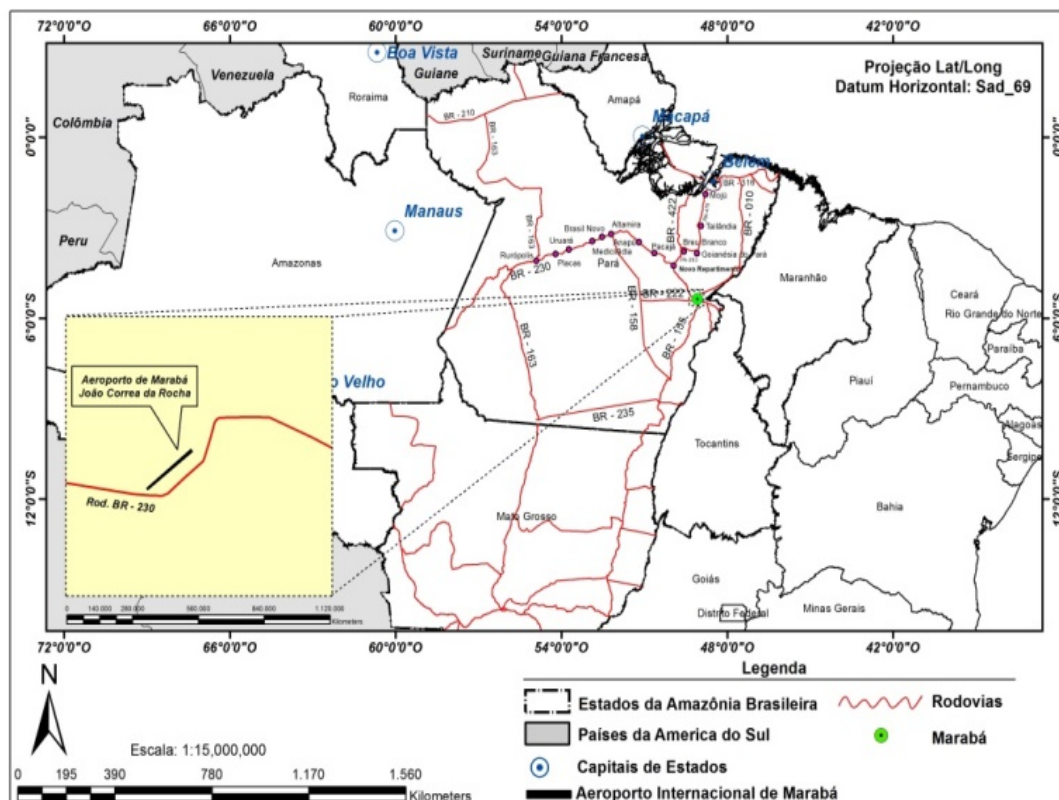


Figura 5. Acessibilidades ao município de Marabá-Pa

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, 2010.

A abertura de grandes rodovias, conduziu à alteração no padrão de ocupação do território, antes dendrítico. Assim, foi aberta a PA-70, que posteriormente se denominou de BR-222, ligando Marabá à rede rodoviária nacional através da Belém-Brasília, aberta em 1960, que interliga o município ao Estado do Ceará. Apresenta uma extensão de 1811 Km, atravessando diversas cidades, enquanto a rodovia Transamazônica (BR-230), interligando o leste ao oeste do Estado, possui uma extensão de aproximadamente 4.223 km, desde o Estado do Amazonas até ao Estado da Paraíba.

A acessibilidade completa-se com a linha ferroviária Carajás com 892 km ligando cinco municípios dos Estados do Maranhão e do Pará. É especializada no transporte de minérios, que partem das minas da Serra dos Carajás em Parauapebas, Canã dos Carajás e Marabá, para os

portos de São Luís no Estado do Maranhão. Apesar dos problemas enfrentados pelos passageiros de longa distância no Brasil, este sistema transporta atualmente cerca de 1.300 passageiros/dia.

#### **5.1.4. Cadastro**

Aplica-se a análise efetuada para Santarém.

## **6. Fatores de fundamentação técnica**

### **6.1. Propostas de planos**

As primeiras iniciativas de planeamento urbano em Marabá surgiram durante o regime militar (1964-1985), decorrentes dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (I e II), que estabeleciam como meta a implantação de núcleos planejados em espaços vazios ou como expansão de cidades já consolidadas. Marabá foi um dos municípios contemplados, sofrendo transformações no seu território, principalmente a partir da criação do Plano de Integração Nacional, em 1970.

Em função das cheias que ocorrem em Marabá, foi pensado pelo Governo Federal a deslocação de Marabá para outra área, longe das constantes cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Assim, em 1973, o Governo Federal, cometeu ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (que vai ser extinto no ano seguinte), a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá. Este Plano tinha como objetivo, adequar a nova Marabá ao crescimento previsto, no início da década de 1970, em função do Projeto Ferro em Carajás e da construção da futura hidroelétrica de Tucuruí. Almeida (2011) afirma que a ideia de implantação de um novo núcleo urbano para a cidade de Marabá foi uma imposição do Governo Federal, uma vez que a cidade estava a ser intervencionada desde 1970, passando a ter prefeitos nomeados pelo próprio Presidente da República. Em 1974, o projeto de criação da Nova Marabá passa para a SUDAM.

Foi então criado, o Plano de Expansão Urbana de Marabá que foi apresentado em 1976, numa publicação editada pela SUDAM, onde se defendia um planeamento respeitador da identidade regional, tanto nos aspetos sociais como nos naturais (Almeida, 2011). Apesar do planeamento da organização do tecido urbano, o que se percebeu em visita de campo atual, foi a expansão urbana de desorganizada, deficitária de infraestruturas e com várias áreas de invasão.

No início dos anos de 1980, o Governo Federal passou para a administração municipal a continuidade das obras de implantação da nova cidade. A velha Marabá nunca foi desativada, continuando a ser uma área administrada pela prefeitura municipal, que convive com a realidade das cheias periódicas dos rios.

## **6.2. Indicações de viabilidade técnica e económica**

Aplica-se a análise efetuada para Santarém.

## **6.3. Gestão urbanística**

A realidade da gestão urbanística é recente em Marabá. Por isso, o município apresenta uma capacidade institucional reduzida, sendo inadequada para a realidade urbana. Não há uma estrutura institucional claramente definida e fortalecida por mecanismos capazes de se converterem em instrumentos capazes de conduzir o processo regulatório e normativo de controlo urbanístico. Logo, pode-se afirmar que a gestão urbanística não se desenvolve satisfatoriamente para a necessidade municipal. No entanto, em função da criação do Plano Diretor Participativo, através da Lei nº. 17.213 de 9 de outubro de 2006, a administração municipal passou a ter um maior poder na gestão urbanística do município. Este fato é observado no papel desempenhado pelas várias secretarias municipais, que atuam em diferentes áreas na administração municipal.

## **6.4. Imposição de sanções**

Aplica-se a análise efetuada para Santarém.

## **7. Fatores de ordem cultural**

Os fatores que podem ser considerados como os de maior destaque nas discussões sobre planeamento e desenvolvimento na região são os de maior necessidade de investidura técnica, social e política. Apesar da importância de tais fatores, pouco foi considerado sobre os aspetos da realidade local.

### **7.1. Participação pública**

A participação pública dos diversos atores sociais urbanos nos processos decisórios de planeamento da cidade fortaleceu-se nos últimos anos, marcada principalmente pela participação na discussão do Plano Diretor do Município que entrou em vigor em 2006. Depois da 1ª Conferência do Plano Diretor realizada em 2006, tem havido repetição deste evento a cada dois anos: a 5ª Conferência ocorreu em 22 e 23 de agosto de 2014 e a 6ª em 10 de novembro de 2016.

### **7.2. Medidas de política**

Ainda são incipientes as políticas públicas no município, principalmente no que diz respeito às ações orientadoras, regulatórias, distributivas e redistributivas. Pode-se concluir que, atualmente, as políticas urbanas respondem de forma ainda muito lenta às necessidades da população urbana.

c) Políticas de solos

Os poderes públicos, na função de agentes reguladores da utilização do solo, ainda necessitam de empreender ações no sentido de desenvolver uma dinâmica diferenciada de ocupação do espaço urbano.

### **7.3. Organização institucional**

No período de abrangência da maioria dos planos criados para o espaço marabaense, não se detetou a existência de uma equipa de apoio aos projetos de ocupação do território. A organização institucional das propostas do plano-processo, assim como o arranjo inter-setorial, a cooperação intermunicipal e, eventualmente, a associação entre o setor público e o privado, originada por parcerias na realização de serviços e em investimentos em estruturas físicas (principalmente de grande envergadura económica e relevância social), é praticamente inexistente.

## **8. Conclusão**

O Plano-Processo abrange vários fatores determinantes, a saber: bio-físicos, de fundamentação técnica e de ordem cultural. Este processo enquanto dinâmico e complexo, possui peculiaridades conforme a formação social, económica e histórica do lugar, município, cidade, região ou país. Isto mesmo se constata no caso de Santarém e de Marabá localizados na Amazônia onde a maioria dos planos foram elaborados e implementados pela esfera federal. A corrida ao ouro na região e o crescimento da ocupação urbana demonstram realidades específicas que o Plano-Processo necessita contemplar e incluir como variáveis. As mudanças nos regimes políticos, as crises económicas, o surgimento de novas oportunidades de negócio, os efeitos dos investimentos realizados em infraestrutura, tudo interfere na dinâmica do planeamento e cria a necessidade de rever diretrizes, estratégias, linhas de ação e metas.

Os fatores de ordem cultural podem ser considerados como os mais ressaltados nas discussões sobre planeamento e desenvolvimento na região, sendo os de maior necessidade de investimento técnico, social e político.

Na análise retrospectiva dos acontecimentos relativos aos processos de urbanização de Santarém e de Marabá, foi possível perceber que estas cidades foram influenciadas por todos os planos de desenvolvimento territorial propostos nas políticas territoriais de ocupação da Amazônia, desde a segunda metade do século passado. Neste contexto, pode-se considerar a existência de um plano-processo em Santarém e em Marabá com início desde a segunda metade do século XX. Tratou-se de um período a partir do qual se procedeu à implantação de grandes infraestruturas, concomitantes com os planos criados para gerar o dinamismo económico regional e que foram de significativa importância para a expansão da área urbana e da sua acessibilidade. Todo o processo de urbanização foi vivenciado em diferentes períodos, com a expansão urbana a afastar-se da área ribeirinha e progredindo em direção ao interior.

Inicialmente, os planos criados desde os anos cinquenta na esfera federal, mantiveram-se com indicações gerais de viabilidade económica. No entanto, falhou a viabilidade técnica, vinda de fora



para dentro, não considerando as características naturais e culturais dos locais. Isto foi decisivo para que os planos económicos não conseguissem abranger as dimensões socioeconómicas e ambientais de forma satisfatória, ou seja, os planos foram pensados de forma físico-territorial. Os planos criados na esfera municipal dependiam dos investimentos e da mão de obra qualificada vindos dos centros mais desenvolvidos do país, como São Paulo, desenvolvendo projetos desvinculados da realidade local, dando continuidade às estratégias de apenas integrar o espaço amazónico na dinâmica nacional.

Até à segunda metade da década de oitenta do século XX, notou-se ausência de atuação dos poderes municipais e estaduais, pois as decisões, bem como os planos para o espaço amazónico eram aprovados e implantados sob a tutela de poder na Esfera Federal. Assim, todos estes planos foram direcionados para as políticas de integração nacional. Nesta premissa, o que se observa é que não houve uma política direccionada para se criar um planeamento que atendesse à realidade local, uma vez que os planos territoriais não contemplaram as especificidades e necessidades dos municípios analisados, somente veicularam as políticas federais de ocupação. Neste sentido, entende-se que os planos, apesar de afetarem a dinâmica territorial urbana, económica e demográfica destas duas cidades amazónicas, não eram específicos para nenhuma delas. No entanto, este facto não impediu o direccionamento de investimentos e ações para áreas de interesses estratégicos, pela localização ou pela presença de recursos naturais no território, que de alguma forma pudessem dar retorno às iniciativas de integração da Amazônia nas dinâmicas nacional e internacional.

Na segunda metade da década de 1990 e com o apoio da Constituição de 1988, o planeamento urbano na Amazônia passou a ter novos investimentos na sua dinâmica, interligados a programas e planos de desenvolvimento, que em graus diferenciados, atuaram e atuam sobre a realidade amazónica com a criação dos planos plurianuais.

Por último, constatou-se que os ciclos de planeamento, em Santarém e Marabá, sofreram várias interrupções que são reveladas nas sucessões de governo e jogos de interesses vinculados às políticas territoriais na região, muitas vezes sem terem suas ações iniciadas e/ou complementadas. Enquanto a vivência apresenta um aumento relativo, pois é referendada pela qualidade de vida e pelas atratividades presentes em Santarém e Marabá, cada vez mais novos interesses económicos surgem a partir de seu potencial de riquezas naturais e minerais, ainda pouco explorado.

Em suma, os diversos planos elaborados a partir de 1950 não impediram o surgimento ou ampliação do crescimento desordenado, com áreas de ocupação irregular que desencadearam outras necessidades relacionadas com o meio ambiente e com as carências de equipamentos, habitação, pavimentação de rodovias, saneamento, entre outros.

## **9. Referências Bibliográficas**

Almeida, J. J. (2011) Os riscos naturais e a história: o caso das enchentes em Marabá. *Tempos Históricos*, v. 15, n. 2, p. 205-238.

Becker, B. (1999) Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. In: Revista Território. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 4, n. 6, p.29 – 42.

Companhia Docas do Pará (2009) Secretaria Especial de Portos. Portos e terminais em Marabá. Disponível em < [http://www2.cdp.com.br/forms/porto\\_maraba.aspx](http://www2.cdp.com.br/forms/porto_maraba.aspx) > Acedido em: 20 de Novembro de 2009.

Congresso Nacional (2011) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015.

Ferreira, J. D. (2011) Análise do Plano-Processo na Urbanização de Cidades no Baixo Amazonas: o caso de Santarém-Brasil. Dissertação de Mestrado (Programa de PósGraduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém –Pará, Brasil.

Ferreira, J. D.; Tobias, M. S. G.; Lourenço, J. M. (2012) Aplicação da teoria do plano-processo na análise do planejamento territorial em cidades do Baixo Amazonas: o caso de Santarém-Pa-Brasil. In: PLURIS 2012 - 5º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbana, p. 1–12, 2012.

Rocha. J. F. G. (2014) Solos da região sudeste do município de Santarém Estado do Pará: mapeamento e classificação. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Santarém, Brasil.

Lourenço, J. M. (2003) Expansão Urbana - Gestão de Planos-Processo. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & FCT (MCES).

Ministério do Planejamento (2012) Plano plurianual 2012-2015; mensagem presidencial. Brasília:MPOG.Disponível em:<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mensagem\\_presidencial\\_ppa.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mensagem_presidencial_ppa.pdf)>. Site Acedido em: 20 outubro 2012.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2015) Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual – PPA – 2016-2019. Desenvolvimento, produtividade e inclusão social. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf> Site acedido a: 20 de novembro de 2016.

Oliveira, J. M. G. (2010) Coimbra de; Donato, A. V. M; Mendes, L. A.; Leão, R. F. C. Espaços Híbridos e espacialidades Rural-Urbano na Amazônia: O caso de uma periferia urbana em Santarém-Pa. Encontro Nacional de Geógrafos.

Pereira, J. C. M. (2006) A Urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: Cardoso, A. C. D. (Org.). O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes Olhares em Perspetiva. Belém: UFPA.

Ramos, J. R. B. (2004) A urbanização de Santarém e a preservação ambiental do Lago Mapiri: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

## REABILITAÇÃO URBANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE VILA NOVA DE GAIA (PORTUGAL)

**Murilo Noli da FONSECA**  
Universidade Federal do Paraná  
murilonoli@gmail.com

### Resumo

A habitação é um dos principais direitos fundamentais estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Em Portugal, o setor da habitação apresenta uma dicotomia, isto é, por um lado há um elevado número de fogos devolutos e, por outro, há a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades. Apesar de Portugal eliminar o défice habitacional, ainda há a persistência de três problemas: a degradação do parque habitacional dos centros históricos, a necessidade de mobilidade das famílias e os custos da habitação. No caso do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, este apresenta uma população envelhecida, que tem um nível de instrução baixa e uma taxa de desemprego elevada, em uma área com edifícios degradados devido à falta de manutenção, principalmente dada à existência de alojamentos vagos. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo identificar o melhor local para a Reabilitação Urbana voltada a Habitação de Interesse Social no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia. Diante disto, identificou-se somente uma subsecção que representa o melhor local que está localizado no Largo da Santa Marinha. Através da realização de uma visita de campo com o objetivo de verificar se o que o mapa indicava era compatível com a realidade, pôde-se perceber que a referida subsecção apresenta edifícios vagos com alto nível de degradação.

**Palavras chave:** Habitação de Interesse Social, Reabilitação Urbana, Portugal, Centro Histórico, Vila Nova de Gaia

### Abstract

Housing is one of the main fundamental rights established in the Universal Declaration of Human Rights (1948). In Portugal, the housing sector presents a dichotomy, that is, on the one hand there is a high number of empty fires and, on the other hand, there is the difficulty of the access of the families to a housing adapted to their possessions and needs. Although Portugal eliminates the housing deficit, there are still three problems: the deterioration of the housing stock of historical centers, the need for household mobility and the cost of housing. In the case of the Historical Center of Vila Nova de Gaia, this population presents an aging population that has a low level of education, an unemployment rate and people without high economic activity, in an area with buildings degraded due to lack of maintenance. Mainly from the existence of vacant dwellings. In this way, the present work aims to identify the best place for Urban Rehabilitation aimed at Social Interest Housing in the Historical Center of Vila Nova de Gaia. In view of this, only one subsection was identified that represents the best place for and this one is located in Largo da Santa Marinha. Through a field visit to verify if what the map was saying was compatible with reality, it could be seen that the mentioned subsection presents vacant buildings with a high level of degradation.

**Keywords:** Social Interest Housing, Urban Rehabilitation, Portugal, Historical Center, Vila Nova de Gaia

## 1- Introdução

A habitação é um dos temas principais durante a história da humanidade. O direito à habitação, majoritariamente presente na grande parte das constituições nacionais, força o Estado a uma intervenção em nome dos cidadãos menos favorecidos em termos de habitação, com o intuito de reduzir a situação de exclusão social. Em Portugal, o setor da habitação apresenta uma dicotomia, isto é, por um lado há um elevado número de fogos devolutos e, por outro, há a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades. Dados oficiais revelam que o país produziu, em 20 anos, um milhão e meio de novas habitações, eliminando o défice habitacional. No entanto, observa-se ainda a persistência de três problemas: a degradação do parque habitacional dos centros históricos, a necessidade de mobilidade das famílias e os custos da habitação, especialmente no que tange ao arrendamento, que continua elevado. Dessa forma, a questão habitacional em Portugal pode ser resumida através da expressão “tanta gente sem casa e tanta casa sem gente”, isto porque não há um défice habitacional, mas sim dificuldades no acesso à habitação (IHRU, 2015).

Diante disto, o Centro Histórico de Vila Nova de Gaia pode ser caracterizado como uma área que possui uma população envelhecida, com um nível de instrução baixa, uma alta taxa de desemprego e de pessoas sem atividade econômica elevada e que trabalha, nomeadamente, no setor terciário. O referido Centro corresponde ainda a uma área com edifícios construídos no século XX, que sofre com a degradação devido à falta de manutenção, sobretudo porque existem alojamentos vagos. Logo, o presente trabalho visa analisar a situação actual do parque habitacional e da população no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, a partir da perspectiva da Habitação de Interesse Social e da Reabilitação Urbana. Para isso, foram utilizados dados dos Censos de 2011 relativos ao Centro Histórico, sendo organizados e tabulados no *software Microsoft Excel 2010*, com a finalidade de se obter indicadores que proporcionem a avaliação da situação actual do parque habitacional e da população, para posteriormente identificar o melhor local para a Reabilitação Urbana direcionada para Habitação de Interesse Social. Para tanto, os dados foram espacializados no *software ArcMap 10.3.1*, como base para a confecção de um modelo territorial de uma proposta de intervenção cuja metodologia utilizada se baseou no trabalho de Sampaio (2012).

## 2. Revisão teórica

### 2.1- Reabilitação Urbana

A conservação do patrimônio arquitetônico não é algo novo na sociedade, nem como uma construção teórica, nem mesmo como uma prática empírica. Apesar de se constatar uma tendência para a proteção e

salvaguarda de elementos isolados como, por exemplo, os monumentos, todavia, hodiernamente, essa ideia encontra-se ultrapassada. A intervenção na paisagem urbana apresenta diversos tipos e as mais conhecidas são a renovação, a requalificação, a revitalização e a reabilitação urbana. A renovação urbana preconiza a substituição das estruturas existentes, por meio da demolição e construção de novos edifícios, podendo ser algo pontual ou total. Neste caso, a intervenção requer a existência de um planejamento sobre determinada área. O termo revitalização é utilizado para dar ênfase a projetos que vão para além da reabilitação física e os efeitos sociais e econômicos vinculados. Eles buscam introduzir ou recompor o equilíbrio num sistema urbano que se encontra em degradação.

A requalificação configura-se como uma intervenção de recuperação dos espaços que se encontram desvalorizados e desqualificados, sobretudo por meio da integração entre os vários elementos da vida urbana. Já o conceito de reabilitação é compreendido por Matos (2007, p.36) como “a readaptação do tecido construído a novas situações em termos de funcionalidade urbana, isto é, recuperar o tecido urbano degradado, destacando, sobretudo, o seu carácter residencial onde são realizadas geralmente duas intervenções complementares”: a primeira acontece no edificado, onde se busca melhorar três aspectos essenciais (a sua habitabilidade, a qualidade e o conforto), que culmina na reabilitação de edifícios e na renovação urbana, e a segunda que ocorre na paisagem urbana, configurando-se como uma revitalização de espaços públicos. Em outras palavras, a reabilitação visa reabitar os espaços que sofreram intervenção, atraindo elementos novos como população mais jovem e novas atividades económicas, de forma a permitir uma alteração da condição urbana e uma maior dinamização do espaço, procurando manter, sempre que possível, as atividades instaladas, buscando recuperá-las e modernizá-las (Matos, 2007).

A reabilitação urbana em Portugal pode ser classificada em dois tipos de operações: a primeira consiste em uma operação simples e visa reabilitar somente o edificado, enquanto que o segundo tipo de operação, a sistemática, possui um olhar holístico que implica intervenções no sentido da revitalização e requalificação do tecido urbano. Cabe destacar que essas operações acontecem não somente em tecidos históricos ou antigos, mas também em áreas mais recentes. No primeiro caso, o tempo propiciou a degradação do parque edificado ou sublinhou, nas palavras de Magalhães (2000), a desadequação social e/ou funcional da estrutura urbana em face às necessidades. Biscaia (2008) enfatiza a existência de três problemas que são encontrados em tal espaço: o primeiro consiste ao esvaziamento da função habitacional, o que resulta em alojamentos vagos e que facilita a degradação dos edifícios, diminuindo dessa maneira o valor de mercado. Além dos alojamentos vagos, o Guia Técnico de Reabilitação (LNEC) elenca diversos fatores que auxiliam na degradação do edificado, como a redução do número de jovens, o envelhecimento da população, as condições precárias de habitabilidade e de manutenção, a inadequação à dimensão das famílias, a pequena quantidade de equipamentos e de espaços públicos, a obsolescência das atividades económicas e o empobrecimento da população residente nos Centros Históricos.

Em Portugal, as intervenções em tecidos urbanos consolidados foram essencialmente de iniciativa

privada e correspondiam a ações de renovação urbana com fins específicos (desenvolvimento turístico, terciarização e especulação imobiliária). Apesar das melhorias das condições econômicas e do estado de conservação das áreas intervencionadas, estas ações produziram graves consequências a nível social, tais como o despovoamento noturno, a insegurança, a expulsão da população anterior, a segregação e a exclusão social. Portanto, uma cidade envelhecida e uma periferia desqualificada é menos atrativa e menos competitiva. Assim, uma questão deve ser levantada: por que reabilitar? Madeira (2009, p.25) afirma que “deve reabilitar porque se está a reciclar um importante parque habitacional existente, isto é, está-se a valorizar o edifício e a adaptá-lo aos modos de vida e às exigências de conforto atuais, evitando dessa maneira as comuns situações de especulação descontrolada. Note-se que, neste domínio, é necessário promover ações de reabilitação que respeitem a continuidade da função residencial e procurem um equilíbrio entre as diferentes funções”. Apesar de ser vista como um mecanismo que melhora as condições habitacionais e da vida urbana, a reabilitação urbana apresenta diversas insatisfações, tais como a interrupção de relações de vizinhança pré-existentes e a integração dos novos conceitos funcionais, bem como o próprio conflito decorrente do processo de gentrificação que altera as vivências do território e os possíveis efeitos no valor do arrendamento.

## **2.2 – Habitação de Interesse Social**

A habitação é identificada como um dos direitos fundamentais proferido na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), quando este afirma que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade” (artigo 25º) e na Carta Social Europeia Revista que consagra o “direito à habitação” (1996, artigo 31º).

Desta forma, aceita-se que a habitação contempla um conjunto de necessidades, quer elas sejam físicas, psicológicas e sociais, ao passo que proporciona uma área e um espaço comum para a família. Sendo assim, a habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial na vida da população, surgindo como um direito social reconhecido pelo Estado. Entretanto, a problemática da habitação tem a ver com a situação histórica de parte da população não ter acesso à propriedade. Em Portugal, a Constituição da República declara que toda a gente possui o direito à habitação e que tal só é possível atingir via execução de uma política de habitação, sendo esta da responsabilidade do Estado. Este deve “programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social” (ponto 2, alínea a) do artigo 65º da CRP, 2005). Além disso, o artigo ressalta a

importância da qualidade, que é definida em razão de uma resposta que não se verifica na superação das carências, mas que é vinculada à questão do bem-estar – a dimensão, as condições de higiene e conforto e a intimidade pessoal e privacidade familiar – para além de fazer “interdepende a questão da habitação ao planeamento e ordenamento do território, numa concepção integrada das suas mútuas implicações para a qualidade do habitat” (Freitas, 2001, p. 173).

Ferreira (1987, p.137) ressalta que o conceito de carência habitacional “está vinculada a uma ideia fundamentalmente quantitativa e estática”, mas há também carências qualitativas que segundo Violas (2003), constitui uma das mais significativas quando é analisado o parque existente, apesar de existir um excesso de oferta em relação à procura (Plano Estratégico de Habitação, 2007, relatório 1) e com tendência a agravar-se, relativamente à degradação, em virtude da elevada dimensão do parque privado de fraca qualidade construído recentemente. Dessa forma, autores como Cardoso (1991) e L'ANAH (2008) afirmam que o conceito de carência habitacional pode ser construído com referências a um conjunto de indicadores que são diversos, referindo-se especialmente a duas dimensões: o primeiro corresponde àqueles que descrevem situações de deficiência quantitativa de espaço – famílias em alojamentos não clássicos, famílias que partilham alojamentos e alojamentos sobreocupados – e o segundo se refere a uma via mais qualitativa – alojamentos sem infraestruturas básicas, edifícios por época de construção (como indicador do estado de conservação do parque habitacional ou da necessidade de eventuais obras) ou edifícios/alojamentos a necessitar de reparação. Uma das formas de solução das carências habitacionais é através da construção de habitação social.

Para a Portaria n°580/83, de 17 de Maio, “são consideradas habitações sociais as habitações de custos controladas promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado destinado à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma”. Para Baptista (1999), a decisão de o Estado intervir no campo da habitação tende a realizar-se no limite da sua inevitabilidade em virtude dos elevados custos económicos. Assim, o autor afirma que produzir habitação tem uma componente vantajosa, isto é, o ordenamento físico e social da cidade e dos campos vizinhos proporciona ao Estado a facilidade de dispor socialmente as pessoas em razão da classificação e da seleção das áreas de habitação.

Conforme o CET-ISCTE *et al.* (2008, p.34), “a habitação social assume valores mais expressivos na Holanda (77% dos alojamentos arrendados e 35% do parque habitacional) e em alguns países do Norte da Europa, por oposição ao Luxemburgo, Espanha, Portugal e Alemanha onde a habitação social representa menos de 20% dos alojamentos arrendados (16% em Portugal) e menos de 7% do parque habitacional (3,3% em Portugal)”. Em países como a Dinamarca, a Suécia ou a Holanda, o acesso à habitação social possui critérios de elegibilidade mais latos, onde o direcionamento da oferta de habitação não é destinado somente para as franjas populacionais mais carentes, mas também para os outros estratos sociais. Já em países como a Áustria, República Checa, Finlândia, Polónia, Itália,

Eslovénia, Luxemburgo e Grécia se verificam um cuidado maior na seleção dos residentes na habitação social. Entretanto, esta seleção não exclui a população da classe média. A França, Alemanha e a Bélgica apresentam critérios de elegibilidade mais apertados, ainda que não totalmente restritivos. Por fim, países como Reino Unido, Irlanda, Estónia e Malta, Hungria, Chipre, Bulgária, Letónia, Lituânia, Espanha e Portugal encaixam-se em um modelo de seleção mais restritivo, onde apenas são elegíveis as populações mais carenciadas e que são excluídas do mercado.

Para além da habitação social, Batista (1999) fala em “habitação de interesse social”, ou seja, é a voltada às preferências do futuro habitante. Desta forma é fundamental inquirir, diretamente, os habitantes sobre os seus gostos e as suas preferências. Ele também destaca alguns aspetos que devem constar nas inquirições aos futuros habitantes, como o aspecto de mais conforto, em termos de frescura no verão e de calor no inverno e a partir de medidas passivas como o sombreamento, a insolação estratégica e a ventilação, além do isolamento acústico. Aprofundar as relações com a cidade, com os vizinhos, que tipos de equipamentos são os mais desejados na vizinhança, ter ou não ter pequenas janelas que possam ser abertas independentemente das janelas maiores para se ventilar a casa, eis alguns dos aspectos levantados pelo autor e que devem constar nas inquirições. Assim, constata-se que é fundamental fazer habitações realmente adequadas aos diversificados ambientes familiares e pessoais dos seus ocupantes.

Questões como “Por que é que esta rua é tão humana? Por que a dimensão destes prédios? Por que esta descida? Por que esta luz?” ressaltam a ideia de que não basta ordenar o espaço para se criar um ambiente interessante e motivador; o habitante também carece de emoção na relação afetiva com o espaço urbano. Coelho (2005) defende em que se “o modo mais natural de fazer cidade é com habitação. Aliás, cidade sem habitação não faz sentido. E quando faz, é certo estarmos a falar de cidades «únicas» e talvez nem sequer estejamos a falar da cidade dos homens. Não são essas cidades que agora nos interessam. As que nos interessam são as cidades onde vivem os homens e onde podemos ler a sua história” (p.2).

### **3. Metodologia**

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizados os dados do XV Recenseamento Geral da População e do V Recenseamento Geral da Habitação (Censos de 2011), sendo que foram selecionados os dados referentes às secções e subsecções relativas a Vila Nova de Gaia e ao respetivo Centro Histórico. Além disso, foram obtidas informações e dados dos Resultados Definitivos dos Censos de 2011 relativos a Portugal e à Região Norte, com a finalidade de comparar com os indicadores do referido sítio, para proporcionar uma melhor compreensão inter-escalar da situação do parque



habitacional e da população. Os dados foram organizados e tabulados no *software* Microsoft Excel 2010, com a finalidade de se obterem indicadores que proporcionassem a avaliação da situação atual do Parque Habitacional e da População do referido sítio, para posteriormente identificar o melhor local para sofrer uma intervenção de reabilitação urbana com a perspectiva de Habitação de Interesse Social. Dessa forma, os indicadores selecionados são divididos em dois grupos: o primeiro corresponde ao grupo dos edifícios, onde estão inseridos a densidade do parque habitacional, o índice de envelhecimento dos edifícios, a época de construção, a dimensão dos edifícios, o número de pisos, os alojamentos vagos e o regime de propriedade, enquanto o segundo indicador relacionado com a população, inclui a estrutura etária, o índice de envelhecimento, o índice de dependência de idosos, o nível escolar completo, o nível escolar a frequentar, a atividade e a ocupação populacional.

A escolha dos indicadores deu-se primordialmente em função da Estratégia Nacional para a Habitação, publicada em 2015 pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Neste documento, é destacado o facto de o índice de envelhecimento da população apresentar uma evolução preocupante, pois “em 1970 este índice era de 34 e cresceu para 127,8 em 2011, colocando Portugal entre os países mais envelhecidos da União Europeia (EU-27)”. Dessa forma, torna-se importante analisar primeiramente a estrutura etária da população residente no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia e o correspondente Índice de Envelhecimento dos idosos.

Para além da questão do envelhecimento, o aspecto da educação é um dos fundamentais para analisar não somente o desenvolvimento de uma nação, mas também para a situação atual da população e do parque habitacional. Neste sentido, é essencial analisar e avaliar o nível escolar completo da população residente e o nível escolar que esta população está a frequentar. No que se refere ao primeiro aspeto citado este permite propor medidas que visem o retorno da população com baixa escolaridade, pois permitirá que esta insira-se em um mercado onde os salários sejam maiores e que futuramente tenha uma melhor qualidade de vida.

No que se refere aos edifícios, torna-se primordial antes, de qualquer análise, identificar a densidade do parque habitacional. Além disso, o IHRU (2015) destaca que 14,4% do edificado foi construído após 2001 e 25,4% dos edifícios, existentes em 2011, foram construídos antes de 1960. No aspecto da conservação do edificado havia, em 2011, “cerca de um milhão de edifícios a necessitarem de obras de reparação, dos quais 1,67% encontravam-se muito degradados, 2,74% careciam de grandes reparações e 6,89% necessitavam de reparações médias” (2015, p.9). Destes, “mais de 20% dos edifícios que foram construídos antes de 1919 encontravam-se muito degradados ou a necessitar de reparações. Esta percentagem é de 15% para os edifícios construídos entre 1919 e 1945” (INE, 2012, p.4). Neste sentido, analisar as épocas de construção dos edifícios e o respetivo índice de envelhecimento nos permite verificar se o parque habitacional existente no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia é novo ou velho, além de sugerir o estado de conservação / degradação. Com estes

indicadores é possível também identificar quais são os edifícios existentes que são passíveis de reabilitação urbana com a finalidade de habitação de Interesse Social. Um dos indicadores que auxilia na compreensão da conservação / degradação do edifício e que se torna um dos essenciais quando se fala em reabilitação urbana tendo em vista a habitação de interesse social é o alojamento vago.

O regime de propriedade é outro fator a se analisar para a Reabilitação Urbana com a finalidade de Habitação de Interesse Social, ainda mais quando a IHRU (2015) destaca que em 2011 o arrendamento representa 21% da forma de ocupação dos alojamentos ante 46% em 1970. Oposto a isto, verifica-se um aumento da ocupação pelo proprietário para 79%, em 2011, ante 54% em 1970. Por fim, a dimensão dos edifícios e o número de pisos são aspectos importantes a se analisar, pois permitem verificar, no momento das propostas de intervenção, quantas famílias podem ser abrigadas nas habitações de interesse social e quais são os aspetos que devem ser melhorados internamente, haja em vista também que quanto maior o número de pisos maior será o processo de melhorias e adequações. Por exemplo, o IHRU destaca que em “1970 as tipologias T0 e T2 representavam 30% do total de alojamentos clássicos. Quarenta anos depois, em 2011, estas tipologias representavam 11,2% deste local”.

Por fim, foi concretizado um modelo territorial da proposta de intervenção cuja metodologia utilizada foi baseada no trabalho de Sampaio (2012). Neste trabalho, o autor destaca a importância da Cartografia de Síntese, onde o objetivo principal é gerar uma nova informação que seja capaz de fornecer uma visão diferenciada do conjunto de atributos envolvidos. Para isso, são necessárias 5 etapas metodológicas: a normalização dos dados - a síntese elementar; a padronização dos valores; a eleição, caracterização e ajuste das variáveis; a ponderação; e a síntese e nomenclaturas associadas. Na primeira etapa foi realizada a normalização que é, em geral, necessária, tendo em vista que o uso de dados brutos pode induzir a erros de interpretação em relação ao fenómeno descrito. O processo de normalização é definido como a relação entre duas variáveis sendo:

$$V_n = V_1 / V_2$$

Onde:  $V_n$  corresponde à variável normalizada,  $V_1$  a variável a ser normalizada e  $V_2$  a variável normalizadora.

A segunda etapa corresponde à padronização dos valores, onde a padronização irá resultar no surgimento da variável normalizada padronizada, sendo que 0 e 1 correspondem ao menor e maior valor possíveis de se obter pela padronização dos dados. A variável normalizada padronizada pode ser realizada pela fórmula:

$$VP = V_n - V_{mín} / V_{máx} - V_{mín}$$

onde  $V_{np}$  é a variável normalizada padronizada,  $V_n$  a variável a ser padronizada (podendo ser normalizada ou não),  $V_{Min}$  o menor valor da série de dados e  $V_{Max}$  o maior valor da série de dados, sendo portanto  $V_{Max} - V_{Min}$  igual à amplitude ( $h$ ).

A terceira etapa requer a identificação das variáveis necessárias, bem como a análise da disponibilidade dessas em escala espacial e temporal compatível com os objetivos da representação. Nesta etapa, o autor destaca que a utilização de dados brutos, de uma forma geral, impõe restrições à análise do fenómeno representado. Assim, é importante a identificação das respetivas variáveis normalizadoras e do significado resultante da normalização. O autor ainda salienta que a eleição de categorias e variáveis não deve ser baseada na opinião pessoal do construtor da síntese, mas que seja respaldada na análise da bibliografia correlata e/ou pela aplicação de metodologias de pesquisa que sejam focadas na redução da subjetividade, como, por exemplo, a metodologia Delphi (Kairalla, 1984), e a técnica de análise multicritério AHP (Cunha et al, 2006), as quais se utilizam na atribuição de pesos por especialistas da área. Neste caso, são três as soluções possíveis: o valor que expressa a síntese resulta da soma das variáveis de sentido positivo (maior valor = melhor condição) subtraídos dos valores das normalizações ou variáveis que expressem sentido negativo (maior valor = pior condição), como por exemplo:

$$\text{Síntese} = \Sigma - (V_{n1} + V_{n2} - V_{n3})$$

Em um processo de síntese com múltiplos critérios, a atribuição de pesos dependerá dos objetivos da síntese e deverá, também, apoiar-se na consulta a bibliografia correlata ao tema ou em valores obtidos junto aos pesquisadores da área. Em última análise, poderá basear-se no conhecimento prévio do pesquisador. Esta ponderação pode ser feita a partir da atribuição de pesos às categorias de análise, sendo esses distribuídos pelas variáveis representativas, ou via atribuição de pesos às variáveis com a posterior agregação dos seus valores para as categorias. A atribuição de pesos às variáveis normalizadas e ponderadas ( $V_{np}$ ) resulta na geração da variável denominada normalizada padronizada ponderada ( $V_{npp}$ ). Neste sentido, os valores a serem empregados na síntese, são obtidos a partir da combinação (soma, subtração, divisão ou multiplicação) dos valores das  $V_{npp}$ , sendo a sua lógica expressa pela equação:

$$V_{npp1} = V_{np1} * 0,2$$

A etapa final da síntese refere-se à aplicação das regras definidas nas etapas anteriores. Esta pode

ser expressa pelas equações que resumem os procedimentos de normalização, padronização, ponderação e síntese propriamente dita, sendo a sua concepção geral expressa pela equação:

$$\Sigma = n \text{ i Síntese Vnppi } 1$$

Onde: n representa cada uma das variáveis normalizadas padronizadas e ponderadas empregadas no processo de síntese e i varia de 1 (primeira Vnpp) até n (última Vnpp).

Por fim, a definição do número e intervalo de classes deve basear-se em parâmetros estatísticos, observando-se as recomendações propostas por Moura (1993), Duarte (1997) e Sampaio (2012). O autor então recomenda utilizar cinco classes, sendo que a prática tem demonstrado que este valor permite boa distinção entre os grupos de dados. Ainda, para a definição do intervalo de classes, sugere-se o uso do critério estatístico quartil, de modo a evitar a formação de classes de dados vazias, baseando-se na frequência e padrão de distribuição dos dados (Duarte, 1997).

## **4. Resultados e discussão**

### **4.1 Análise dos resultados**

Os problemas encontrados no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia correspondem ao aspeto do envelhecimento em duas faces. O primeiro corresponde ao envelhecimento da população, que é um dos fenómenos demográficos mais preocupantes hodiernamente, e pode ser evidenciado através da estrutura etária. Neste, observa-se que em 2011 a parcela da população com 65 anos ou mais apresenta destaque e representa a segunda maior parcela, com 21,24%, ante 11,55% da percentagem da população jovem (até 14 anos). Este fenómeno também pode ser evidenciado através do índice de envelhecimento, que para a referida área, corresponde a 183,78 idosos para cada 100 jovens, sendo que este valor está acima da média nacional, regional e municipal com valores de 128, 113,3 e 107,47 idosos para cada 100 jovens, respetivamente. Outro indicador que auxilia nesta compreensão é o índice de dependência de idosos, que, para o referido Centro Histórico, corresponde a 32,02%, ou seja, há 32 idosos para cada 100 habitantes em idade ativa. Este valor está acima da média municipal que corresponde a 22,32%.

Para além do envelhecimento da população, a população residente apresenta um nível de escolaridade baixo, sendo que 29,7% possui o ensino primário básico completo. Há que salientar ainda que apenas 2,78% da população não sabe ler e escrever. Porém, ao confrontar estes dados com os da população que está a frequentar algum nível escolar, observa-se que a maior parcela está a frequentar o ensino superior (22,99%), seguindo-se o ensino secundário (21,48%) e, finalmente, o básico (20,85%).

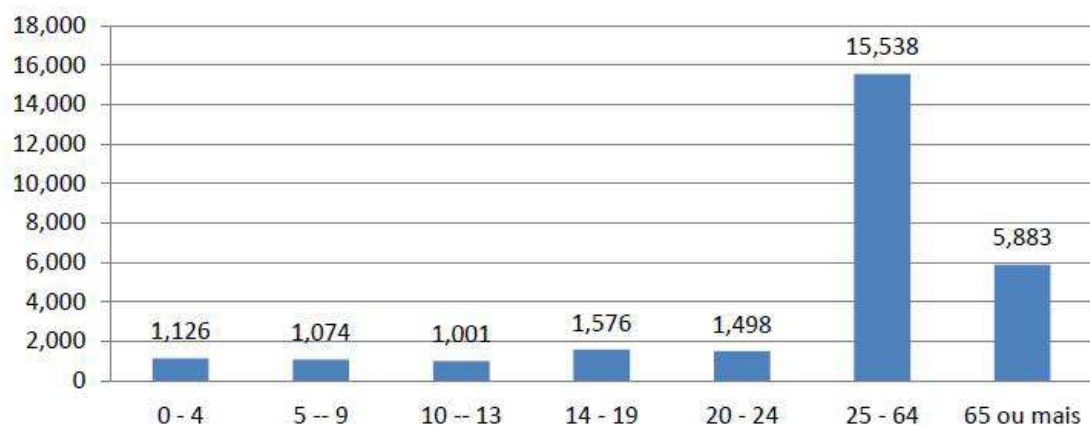


Figura 1: Estrutura estaria da população residente.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo de 2011

A empregabilidade, por seu lado, é um dos aspetos que mais chamam a atenção no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia. Isto, porque a taxa de desemprego da população residente corresponde a 7,21%, praticamente metade da registrada no cenário nacional, que é de 13,2%. No entanto, o que mais se realça são dois aspectos: a parcela da população que não apresenta atividade económica e a que está empregada, que corresponde a 35,17% e 35,05%, respetivamente. Devido à falta de dados e ferramentas de análise, é importante realçar que as áreas centrais, onde o percentual de indivíduos sem atividade económica e o percentual de empregados é zero, são áreas verdes e áreas sem população residente. A maior percentagem de indivíduos sem atividade económica reside no Centro Histórico, sendo que a percentagem predominante é de 41% a 60%, sobressaindo apenas uma subsecção que apesar de concentrar a maior percentagem de indivíduos sem atividade económica, localiza-se ao lado da subsecção que apresenta a maior percentagem de indivíduos empregados.

O segundo problema encontrado no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia corresponde ao envelhecimento do parque habitacional. Esta segunda face pode ser expressa através das épocas de construção dos edifícios. Assim, verifica-se que a maior parcela da construção dos edifícios aconteceu antes da década de 1960, representando 64,06% dos edifícios construídos (Tabela 1). O município de Vila Nova de Gaia apresenta, de uma forma geral, um parque habitacional mais jovem, com edifícios construídos entre 1946 e 1990, representando 59,62%. Além das épocas de construção, o índice de envelhecimento dos edifícios auxilia na compreensão desse aspecto, ao indicar que o Centro Histórico de Vila Nova de Gaia apresenta um índice de 1781,28, ante 176, 154 e 271 da média nacional, regional e de Vila Nova de Gaia, respetivamente. Cabe destacar que o concelho do Porto apresenta um índice de

envelhecimento de edifícios de cerca de 1070, sendo o município com o parque habitacional mais antigo.

Tabela 1: Épocas de construção dos edifícios no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia

Épocas de construção	Total	Percentagem (%)
Antes de 1919	582	11,19
1919 e 1945	1.235	23,75
1946 e 1960	1.514	29,12
1961 e 1970	593	11,40
1971 e 1980	608	11,69
1981 e 1990	246	4,73
1991 e 1995	111	2,13
1996 e 2000	123	2,36
2001 e 2005	75	1,44
2006 e 2011	112	2,15
<b>Total</b>	<b>5.199</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo (2011)

O parque habitacional do Centro Histórico apresenta uma densidade elevada, sendo que o seu valor corresponde a 3354,19 edifícios/km<sup>2</sup>. A densidade de alojamentos é ainda mais elevada, com um valor de 10.074,83 alojamentos/km<sup>2</sup>. Este número é superior à média nacional e regional, que correspondem a 63,5 e 86,8 alojamentos/km<sup>2</sup>. A dimensão dos edifícios no Centro Histórico, isto é, o número médio de alojamentos, corresponde a 1,3, sendo que este valor é inferior à média nacional e da região norte, com 1,7 e 1,53 alojamentos/edifícios, respetivamente. No Centro Histórico de Gaia observa-se uma predominância absoluta de edifícios que apresentam 1 ou 2 pisos, representando 80,25% dos edifícios. Cabe destacar o fato de não haver edifícios com 5 ou mais pisos. Para além disso, um dos fatores que contribui para a degradação dos edifícios é o fato de estarem vagos e, dessa maneira, não haver manutenções. No Centro Histórico há 2.710 alojamentos vagos, o que representa 17,35% dos alojamentos existentes na área. Este valor é superior à média nacional e regional, que é de 12,5% e 11%, respetivamente. Ainda no que tange à habitação, é importante destacar que no Centro Histórico 41,05% dos alojamentos existentes estão arrendados e 58,95% estão ocupados pelos proprietários. Este último valor é menor que a média nacional e regional, que correspondem a 73% e 72,2%, respetivamente.

## 5. Proposta

### 5.1 Modelo Territorial da Proposta

O Centro Histórico de Vila Nova de Gaia apresenta problemas e potencialidades. No primeiro caso,

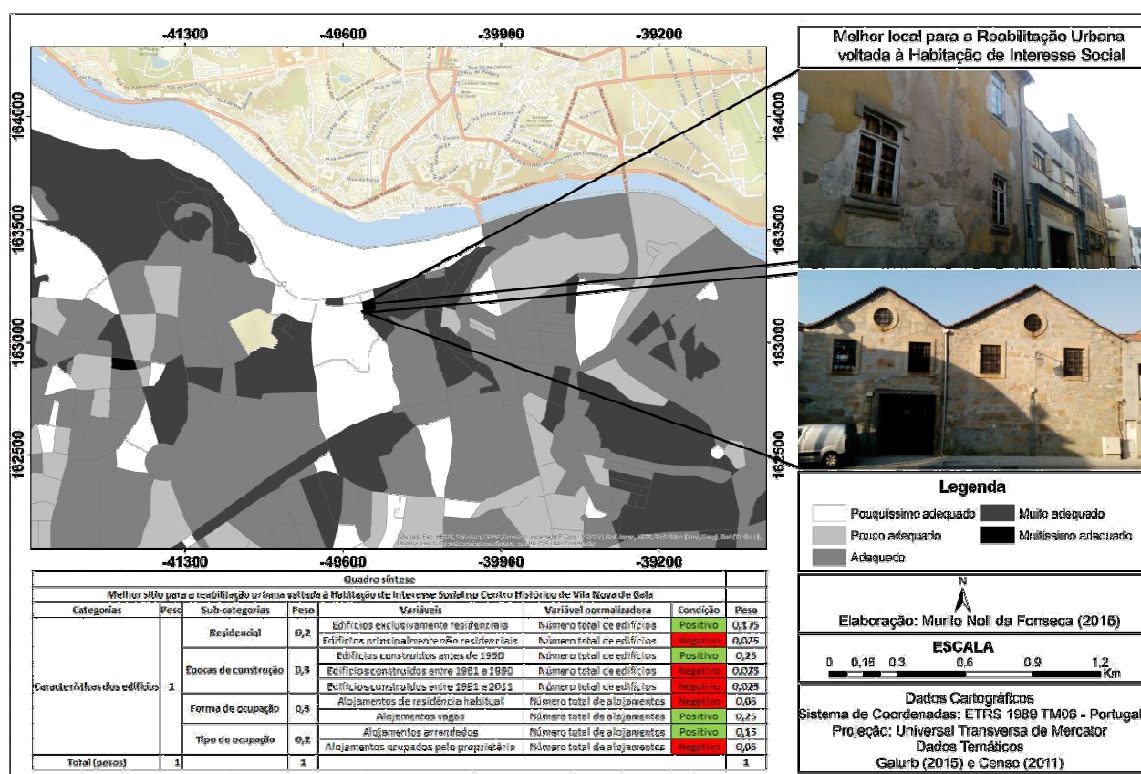


Figura 2: Melhor local para a Reabilitação Urbana voltada à Habitação de Interesse Social.

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

os principais são o envelhecimento da população, população sem atividade econômica, desempregada e pensionista, perda de população, nível de escolaridade baixo, parque habitacional degradado, arrendamento que continua elevado, difícil acesso à habitação, a financiamento e a rendimento em virtude da crise econômica. Por outro lado, a área apresenta diversas potencialidades, tais como a densidade do parque habitacional, o número de alojamentos vagos, a proposta do Centro Histórico como Área de Reabilitação Urbana, Áreas verdes, o rio Douro, rede de transportes públicos, nova lei do arrendamento ou o Regulamento Municipal de Arrendamento de Habitações Sociais. Baseado nisso e na metodologia empregada e descrita anteriormente, chega-se a uma proposta, um mapa que representa o melhor local para a Reabilitação Urbana direcionada à Habitação de Interesse Social (Figura 2). Verifica-se que há somente uma subsecção que representa o melhor sítio, localizando-se no Largo da Santa Marinha. Através da realização de uma visita de campo com o objetivo de confirmar esta realidade, pôde-se perceber que a referida subsecção apresenta edifícios vagos com alto nível de degradação, além da Igreja da Santa Marinha e um edifício da Sandeman.

Diante disto, a proposta de intervenção, incide na referida área para a qual é proposta a reabilitação dos edifícios através da operação sistemática visando a Habitação de Interesse Social, buscando melhorar

a habitabilidade, a qualidade e o conforto e a intervenção em fachadas em espaços públicos contíguos ao residencial, nomeadamente nas infraestruturas, como o melhoramento ou a revitalização dos espaços públicos. Cabe destacar que a proposta segue o princípio da Habitação de Interesse Social, onde esta responde às preferências do futuro utilizador. Desta forma é fundamental inquirir, diretamente, os habitantes sobre os seus gostos e as suas preferências.

## **6. Considerações finais**

A partir do modelo territorial proposto e do material consultado ao longo do trabalho, e uma visita de campo, verifica-se que o Centro Histórico de Vila Nova de Gaia conta com subsecções que podem ser aproveitadas diretamente para Habitação de Interesse Social, visto que hodiernamente vive-se uma crise económica. Tal implica para as famílias uma dificuldade no acesso à habitação e uma ideia de que é necessário reaproveitar os espaços e construções já existentes, evitando, dessa forma, residências que acabam vazias devido à falta de uso e de população jovem no local. O visual degradado toma conta da maior parte das ruas, porém, estas poderiam ser reabilitadas para habitação, o que tornaria mais convidativo o local, atraindo mais pessoas e animando o comércio, onde atualmente sobressaem apenas as caves e restaurantes. O Rio Douro também constitui uma grande oportunidade para o desenvolvimento local, para atividades de transporte, comércio e turismo, como já sucede no concelho do Porto, ou de forma mais intensa ainda, se compararmos as populações residentes nos municípios. A leste, além de áreas adequadas e muito adequadas, conta com a ponte Luís I, um grande monumento turístico, e onde há uma intensa circulação de veículos (na base) e de Metro (ao topo). Assim se facilita o acesso e o escoamento de um previsível fluxo comercial e turístico muito intenso, e a circulação de uma população residente que teria fácil acesso ao concelho de Porto e ao de Vila Nova de Gaia.

Diante disto, para a proposta de intervenção tornar-se concreta, é necessária uma fundamentação e instrumentos legais. O primeiro deles corresponde à “Revitalização (IFRRU) Urbana”. Este corresponde a um instrumento financeiro criado no âmbito do “Portugal 2020” e pode ser financiada pelo Programa Operacional Regional do Norte, pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos, direcionados ao apoio à reabilitação e revitalização urbana, incluindo nesse aspeto a promoção da eficiência energética na reabilitação da habitação. Para tal, o IFRRU 2020 providencia artefatos financeiros como forma de apoiar a reabilitação e a revitalização, criando dessa maneira situações mais vantajosas do que as condições de mercado, especialmente em territórios singulares, como, por exemplo, as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) em centros históricos.



## 4. Bibliografia

- Baptista, L. V. (1999). *Cidade e Habitação Social*. Oeiras: Celta Editora.
- Biscaia, J. A. (2008). A reabilitação dos Centros Históricos. Trabalho de Avaliação Contínua, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Cardoso, A (1991). *O Planeamento municipal e a habitação*. Lisboa: Escher.
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado. (2015). Carta Social Europeia. Disponível em: [http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A\\_2001.html](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html) Acedido em 10/10/2015.
- Censo de 2011a. (2011). Resultados Definitivos do XV Recenseamento Geral da População de Portugal e V Recenseamento Geral da Habitação de Portugal.
- Censo de 2011b. (2011). Resultados Definitivos do XV Recenseamento Geral da População da Região Norte de Portugal e V Recenseamento Geral da Habitação da Região Norte de Portugal.
- Cet-Iscte; Iric-U. Porto; Mateus Associados, (2008), "Contribu Habitação 2008-2013 –Diagnóstico de Dinâmicas DisponívelCarências em: < Habitac <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211200O4yJD9xu4Cp62GA2.pdf> > [Acedido em 11 de Outubro de 2015]
- Coelho, A.B (2005). Por uma cidade habitada. *Revista Infohabitar* [Online], n.15, p.02,. Disponível em: <<http://infohabitar.blogspot.com.br/2005/03/por-uma-cidade-habitada.html>> [Acedido em 10 de Outubro de 2015]
- Coelho, A. B. (2008). Realojamento e (des)contentamento: a integração da habitação social I – estigmas e êxitos de uma importante forma de promoção habitacional. *Revista Infohabitar* [Online], n°205, p.07. Disponível em: < <http://infohabitar.blogspot.com.br/2008/07/integracao-da-habitacao-social-i.html> > [Acedido em 10 de Outubro de 2015].
- Constituição da República Portuguesa (2005). VII Revisão Constitucional
- Cunha, J. M. P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006. v. 1.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). ONU
- Duarte, P. A. (1997). Fundamentos de cartografia. São Paulo. Ed. da UFSC.
- Ferreira, A.F (1987). *Por uma Nova Política de Habitação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Freitas, M.J (2001). *Habitação e Cidadania: no trilho da complexidade de processos relacionais generativos*. Tese de Doutoramento, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). (2015). Estratégia Nacional para a Habitação. Disponível em: <[https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portaldahabitacao/EstNacHabitacao/Apresentacao\\_1.pdf](https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portaldahabitacao/EstNacHabitacao/Apresentacao_1.pdf)> [Acedido em 11 de Outubro de 2015]
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2006). Documento metodológico – Indicadores demográficos. Disponível em: <<http://smi.ine.pt/UploadFile/Download/514>> [Acedido em 25/10/2015]
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2014). População residente em Portugal com tendência para diminuição e envelhecimento. Disponível em: <[https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui...att\\_display...](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui...att_display...) > [Acedido em 11 de Outubro de 2015]
- Kairalla, A. S. S. (1984). Técnica Delphi para análise de um sistema de informação: estudo de viabilidade. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 11 - 23.
- L'AGENCE NATIONALE (L'ANAH)DE – Atlas(2008) BITATD' Habitat. Disponível em: <<http://www.anah.fr/les-publications/les-reperes/vue-detaillee/article/atlas-2008-de-lhabitat-prive.html>>. [Acedido em 11 de Outubro de 2015]
- Madeira, C.A.C.L. (2009). A reabilitação habitacional em Portugal: Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Magalhães, A. A. (2000). Reabilitação Urbana em Lisboa – Uma abordagem ao Núcleo Antigo da Cidade; Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, Lisboa: Universidade Técnica

de Lisboa.

Matos, F.L. (2007). Reabilitação Urbana da Baixa Portuense – Qualidade Habitacional, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, II série, vol. I, p.33-54. Disponível em: <  
[https://www.researchgate.net/publication/37651201\\_Reabilitacao\\_urbana\\_da\\_Baixa\\_Portuense\\_qualidade\\_habitacional](https://www.researchgate.net/publication/37651201_Reabilitacao_urbana_da_Baixa_Portuense_qualidade_habitacional)  
> [Acedido em 10 de Outubro de 2015].

Sampaio, T. V. M. (2012). Diretrizes e procedimentos metodológicos para a cartografia de síntese com atributos quantitativos via álgebra de mapas e análise multicritério. *Boletim de Geografia, Maringá*, v. 30, n. 1, p. 121-131.

Violas, D. (2003), A Habitação Social e a Intervenção Municipal –O Caso de Vila Nova de Gaia. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto.



## POBOACIÓN LOCAL E AREAS PROTEXIDAS EN NAMIBIA. PERCEPCIÓN SOBRE OS EFECTOS NA SALAMBALA CONSERVANCY.

**Daniel Del Río FRANQUEIRA**

Departamento de Xeografía. Universidade de Santiago de Compostela

[Danieldel.rio.franqueira@usc.es](mailto:Danieldel.rio.franqueira@usc.es),

**José Antonio Aldrey VÁZQUEZ**

Departamento de Xeografía. Universidade de Santiago de Compostela

[joseantonio.aldrey@usc.es](mailto:joseantonio.aldrey@usc.es)

**Ndapewa Fenny NAKANYETE**

Department of Geography. University of Namibia.

[Nnakanyete@unam.na](mailto:Nnakanyete@unam.na)

### Resumo

Durante os últimos 130 anos a conservación da natureza ten sido unha das cuestións que máis preocupación xerou na sociedade. E dentro deste tema, os espazos protexidos foron unha das ferramentas pioneiras e máis importantes. A súa definición, obxectivos e lexislación foi mudando co paso do tempo, pasando de ser entes illados a formar parte de redes internacionais. É neste contexto onde xorde o sistema de espazos protexidos namibio, onde o seu modelo coñecido como *Conservancies* acadou un forte recoñecemento internacional, ao ser capaz de xuntar conservación e desenvolvemento nun mesmo proxecto. Este artigo centrase en comprender o éxito deste tipo de espazo protexido e en que grao o papel da poboación local é un factor clave do mesmo.

**Palabras chave:** Espazos protexidos, Percepción, *Conservancy*, Namibia.

### Abstract

During the last 120 years our society has been concerned about nature conservation and more especially about protected areas as the first and more important tools. Definition, objectives and legislations have changed through the time, from isolated spaces to areas included in international networks. This is the context where the Namibian protected areas network known as *Conservancies* emerges obtaining international recognition. This model can reach both conservation and development goals in the same projects. This article focuses on understanding the success of this protected area and the importance of the local people.

**Key Words:** Protected areas, Perception, *Conservancy*, Namibia.

## 1. Un novo paradigma da conservación da natureza.

A relación entre os seres humanos e o medio ambiente é un tema complexo e que foi evolucionando a distinta velocidade e de forma diferente en cada sociedade (Depraz, 2008). Saber que a concepción da natureza ten a sociedade é imprescindible posto que as políticas entorno á mesma vanse ver fortemente influenciadas por ela. Como di Veyret (2001) cada visión da natureza dá lugar a formas de xestión e obxectivos diferentes dos espazos protexidos.

A grandes trazos atopamos que tres ideas de relación entre humanos e natureza son recoñecidas: a ética antropocéntrica, a biocéntrica e a ecocéntrica. A primeira delas considera que só o ser humano ten valor en si mesmo, valor intrínseco, e que a natureza está ao seu servizo. O valor da mesma ven asociado aos beneficios que lle poida proporcionar á sociedade (González, 2008). A visión biocéntrica establece que a natureza ten valor por si mesma, con independencia de que poida ser utilizada ou non polo ser humano. Por último, a visión ecocéntrica di que o ser humano forma parte da natureza e que o valor está precisamente nas relacións que se establecen entre os diferentes elementos que a compoñen, do sistema.

Ese conxunto de ideas deron lugar a diferentes correntes e interpretacións sobre espazos protexidos que orientaron as políticas que dentro deles se implementaban, así como o seu papel no conxunto do territorio.

A primeira delas nace coa declaración de Yellowstone (1872) como primeiro Parque Nacional do mundo (Hirschnitz-Garbers e Stoll-Kleemann, 2011). A súa protección xorde como prevención fronte ó desenvolvemento do turismo que se estaba dando cara ó oeste dos Estados Unidos. Busca protexer o pintoresco, a idea de América Salvaxe que os primeiros colonos atoparon ao chegar ao país. E, ao mesmo tempo, é utilizado de xeito simbólico para afianzar a identidade da recente nación. Os primeiros Parques Nacionais de Europa, África e Oceanía tamén seguen esta idea.

O paradigma radical (baseado na ética biocéntrica) dá lugar á idea de espazo illa. Un dos termos máis empregados ao longo do tempo para referirse a moitas das áreas protexidas. Esta visión establece que estes deben manterse totalmente á marxe da sociedade, pois preconiza que tanto o ser humano como as súas actividades son a causa dos problemas medioambientais. Unha visión de que durará máis de 100 anos (Mose e Weixlbaumer, 2007).

*“As áreas naturais protexidas deben ser mantidas por riba dos intereses das poboacións locais e sen que medie necesariamente unha conexión coas políticas de desenvolvemento local e rexional. Esta visión nega tamén toda posibilidade de balance entre conservación e produción” (Toledo, 2005).*

A terceira corrente en cuestión, ligada a visión ecocéntrica, coñécese como paradigma integrador. Esta xurdiu paralelamente aos novos postulados sobre crecemento económico e desenvolvemento sostible. Caracterízase por ver os espazos protexidos como unha ferramenta para o desenvolvemento das comunidades que viven dentro do mesmo, dándolle á poboación local un papel importante na toma de decisións. Pásase deses espazos illa mencionados anteriormente a teren sidos en conta coma un actor máis do territorio. Phillips (2003) resume perfectamente o paso das dúas primeiras á nova visión dos espazos protexidos na táboa I.

Táboa I. Novo e vello paradigma segundo Phillips (2003).

Tema	Como eran	Como son
Obxectivos	Para a conservación Establecidas para a protección da vida silvestre e beleza escénica Xestionadas principalmente para os visitantes e os turistas Valoradas como "salvaxes". Para a protección	Manexadas tamén con obxectivos sociais e económicos. Establecidas por razóns económicas, culturais e científicas. Xestionadas con a xente local na mente. Valoradas pola importancia cultural do que se coñece como "silvestre". Tamén para restauración e rehabilitación
Gobernanza	Goberno central	Por moitos actores
Poboación local	Planeadas e xestionadas contra a xente Xestionadas sen ter en conta as opinións locais.	Xestionado con, para e ás veces por xente local. Xestionadas para cumprir as necesidades da poboación local.
Contexto	Desenvolvidas de xeito separado, como espazos illa.	Planeadas como parte dun sistema nacional, rexional e internacional. Desenvolvidas como redes (zonas estritamente protexidas, zonas de transición e corredores)
Percepcións	Un ben nacional e de interese nacional.	Ben para a comunidade, interese internacional.
Técnicas de xestión	De forma reactiva, nunha escala de tempo corta. De xeito tecnocrático	Xestionadas adaptativamente a longo prazo. Con consideracións políticas.
Financiamento	Pagadas polos contribuíntes	Pagadas por diferentes fontes.
Capacidade de xestión	Xestionadas por científicos e expertos en recursos naturais.	Xestionadas por persoas con diferentes capacidades.

Fonte: Phillips (2003)

Como se observa na Táboa I, resumo de Phillips (2003), hai unha evolución entre o que se consideraban os espazos protexidos ata os anos 80 e o que se consideran a día de hoxe. Entender o paradigma dominante é moi importante, pois a lexislación en canto a protección virá dada polo mesmo. Como na lexislación se establece ademais o papel da poboación local na planificación e xestión, esas ideas universais están presentes aínda que non se vexa de forma clara. E é precisamente nese contexto de "novo" paradigma no que se presenta o caso de estudo exposto neste artigo, pois Namibia é coñecida por presentar un dos sistemas de espazos protexidos máis inclusivos e efectivos do mundo.

## 2. Namibia como exemplo novo paradigma da protección.

### 2.1. Un sistema de espazos protexidos en continua expansión.

Namibia é un dos países do continente africano que máis tarde acadou a independencia, pois tan só pasaron 26 anos dende que se separou de Sudáfrica en 1990. É un estado coñecido mundialmente polas súas políticas destinadas á conservación da natureza e, como din Weaver e Petersen (2008), ten

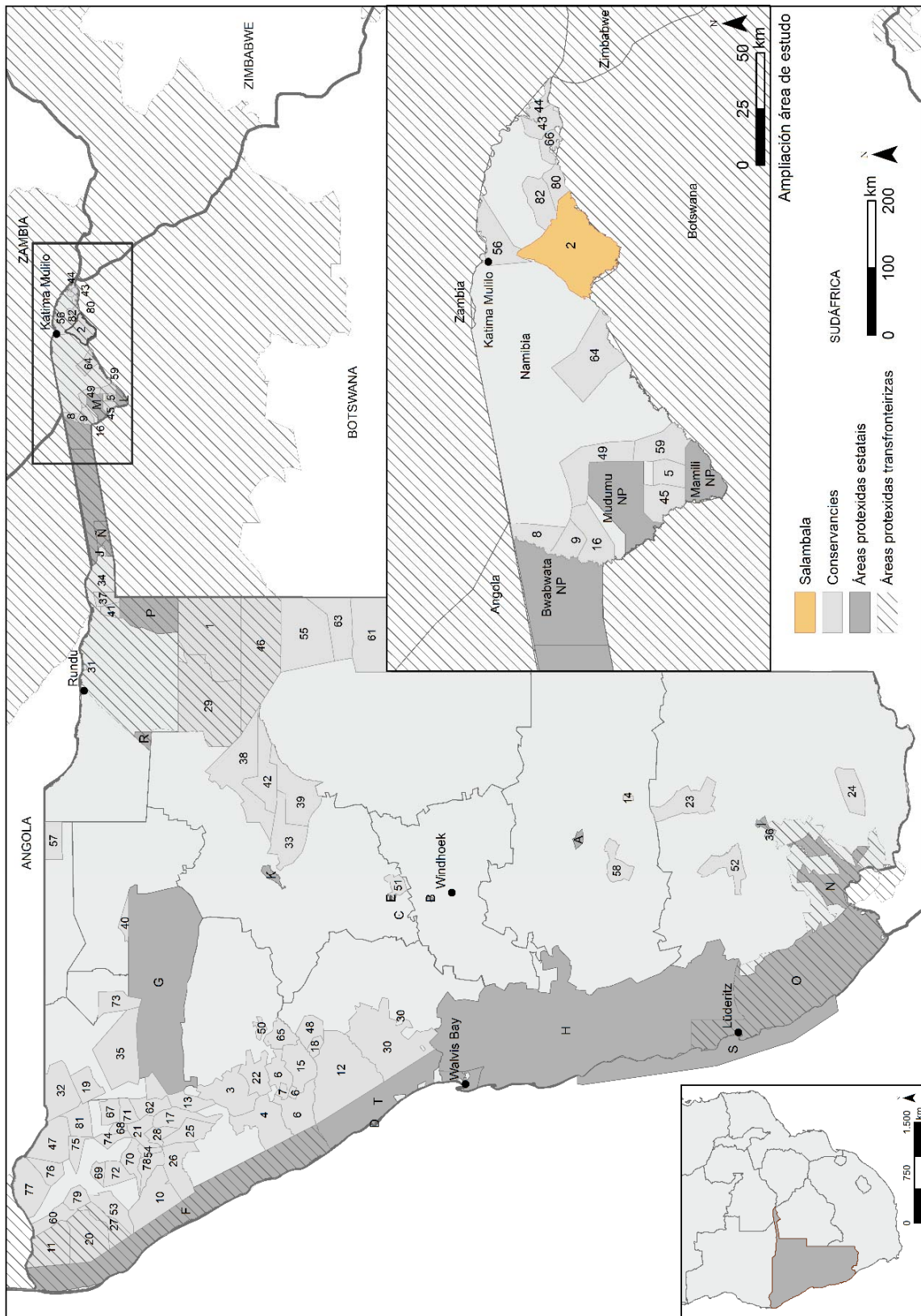


Figura 1. Espazos protexidos en Namibia.

un dos programas máis innovadores en xestión de espazos protexidos (en diante EP). Ten ademais unha longa historia en canto á protección da natureza (Bernard et al, 1998).

## Táboa II. Nomenclatura das áreas protexidas

### **Áreas protexidas estatais:**

A. Hardap Recreation Resort; B. Daan Viljoen Game Park; C. Cross Barmen Hot Springs; D. Cape Cross Seal Reserve; E. Von Bach Recreation Resort; F. Skeleton Coast Park; G. Etosha National Park; H. Namib-Naukluft Park; I. Naute Recreation Resort; J. Popa Game Park; K. Waterberg Plateau Park; L. Mamili National Park; M. Mudumo National Park; N. Ai-Ais- Hot Springs; Ñ. Bwabwata National Park; O. Sperrgebiet National Park; P. Khaudum National Park; R. Mangetti National Park; S. Marine Protected Area ;T. Dorob National Park.

### **Conservancies:**

1. Nyae Nyae; 2. Salambala; 3.Khoadi-//hoas; 4.Torra; 5. Wuparo; 6.Doro Inawas; 7. UIBasen Twyfeifontein; 8.Kwandu; 9. Mayuni; 10.Puros; 11.Marienfluss; 12.Tsiseb; 13. Ehi – Rovipuka; 14. Oskop; 15.Sorris Sorris; 16.Mashi; 17.Omatendeka; 18. Otjimboyo; 19.Uukwaluudhi; 20.Orupembe; 21.Okangundumba; 22.//Huab; 23.¡Khob ¡Naub; 24.//Gamaseb; 25.Anabeb; 26.Sesfontein; 27.Sanitatas; 28. Ozondundu; 29. N=a Jagna; 30. Gaingu; 31. Joseph Mbambangandu; 32. Uukolonkadhi Ruacana; 33. Ozonahi; 34.Shamungwa; 35. Sheya Shuushona; 36. ¡Gawachab; 37. Muduva Nyangana; 38. Otjituuo; 39. African Wild Dog; 40. King Nehale; 41. Gorge Mukoya; 42. Okamatapati; 43. Kasika; 44. Impalila; 45. Balyerwa; 46. Ondjou; 47. Kunene River; 48. Ohungu; 49. Sobbe; 50.//audi ;51. Ovitoto; 52. ¡Han/Awab; 53. Okondjombo; 54. Otjambangu; 55.Eiseb; 56.Sikunga; 57.Okongo ; 58.Huibes; 59.Dzoti; 60.Otjitanda; 61.Otjombinde; 62.Orupupa; 63.OMURAMBA UA Mbinda; 64.Bamuru; 65.¡Khoru !Goreb; 66.Kabulabula; 67.Okongoro; 68.Otjombande; 69.Ongongo; 70. Ombujokanguindi; 71. Otuzemba; 72.Otjiu-West; 73. Lipumbu ya Tshilongo; 74. Okatjandja Kozomenje; 75. Ombazu; 76.Okanguati; 77.Epupa; 78. Otjikondavirongo; 79. Etanga; 80.Nakabolelwa; 81. Ombombo; 82.Lusese:

Fonte: Elaboración propia

A lei de 1996 dálle dereito á poboación local para que xestionen de xeito sostible as áreas nas que viven e os animais que viven dentro das mesmas (como trofeos de caza, venda legal de animais, turismo), contribuindo os beneficios destas actividades á mellora do seu nivel de vida. Esta lei recoñece a propiedade dos residentes equiparándoa á dos propietarios privados (que xa tiñan dereito a utilizar as terras e determinadas especies animais dende a Lei de 1967) (Weaver e Petersen, 2008).

Esa nova lexislación deu lugar a un cambio de actitude na poboación local (os animais deixan de ser vistos como competencia e pasan a formar parte dun recurso para a obtención de beneficios) e á aparición das *Conservancies* como espazos protexidos bandeira desa nova normativa, como se verá liñas máis adiante. Nestas décadas tanto o número de espazos protexidos como a súa diversidade foi incrementándose de xeito espectacular (Barnard ed al, 1998) ata chegar ao modelo actual onde o



43,3% da superficie ten algún tipo de protección (Ministerio de Medio ambiente). Así, a rede de EP de Namibia conta con 20 espazos de protección estatal (sendo a maioría parques nacionais, cubrindo o 12,7% da superficie), composto ademais por outras figuras de distinto rango (*Freehold Conservancy, Community Forest, e Concession*). Un sistema que polos seus logros conseguiu unha gran proxección e recoñecemento internacional.

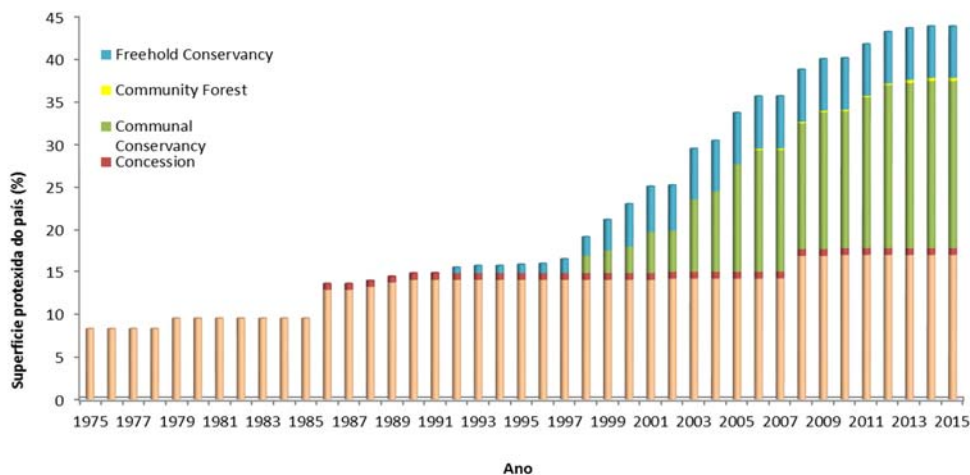


Figura 2: Evolución da superficie protexida en Namibia. Fonte: Ministerio Medio Ambiente.



Figura 3. Sossusvlei, no Parque nacional Namib-Naukluft. Imaxe de Daniel del Río Franqueira . (8/03/2016).

Como se observa, dende os anos 90 houbo unha multiplicación da superficie baixo algún sistema de protección, sendo a que menos se incrementou a referente aos parques nacionais (Figura 2). Pola contra, as *Conservancies* acumulan máis da metade do incremento, dende que se rexistraran as 4 primeiras en 1998. Entre os espazos máis recoñecidos a nivel internacional están o Parque Nacional de Ethosa (1907), o Parque Nacional Skeleton Coast (1971) ou o Parque Nacional do deserto do Namib (1979) do que se mostra unha imaxe na figura 3.

## 2.1 Bases legais da protección da natureza. A *Conservancy* como modelo internacional.

A lexislación das áreas protexidas en Namibia comeza coa lei *Nature Conservation Ordinance* No.4 de 1975, mentres o país estaba baixo o dominio de Sudáfrica, reproducindo o contido da súa lei de 1927. Non é ata chegar á súa independencia en 1990 cando comeza a haber modificacións. Ata que se promulgou esa nova lexislación só se contemplaban dous tipos de EP diferentes: as *Games Reserves* e *Natural Reserves*. Nas mesmas, a poboación que habitaba dentro desas figuras non podía participar na súa xestión, e mesmo non podían realizar as actividades que levaban facendo toda a súa vida, como cazar animais, cultivar a terra ou ter o gando onde sempre o tiveran. Presentaba pois, unha lexislación moi coercitiva xa que impedía case calquera intervención do ser humano neses espazos, seguindo o paradigma radical, ou o que é o mesmo, adoptaron o modelo *Yellowstone* de protección da natureza, e todo iso nun contexto de *Apartheid* (no que era impensable que a poboación negra local tivese ningún dereito de propiedade sobre a terra ou os recursos naturais) (Barnard e Al, 1998).

En 1996 apróbase a *Nature Conservation Amendment ACT*. Esta nova lei ven cambiar a situación e dálle dereitos legais de xestión e utilización á poboación local sobre os recursos naturais, en igualdade de condicións cos propietarios privados. As *conservancies* son a plasmación legal e territorial deses dereitos e desa coxestión entre poboación local e Estado (Berkers, 2004). Representan ademais a fórmula de protección máis próxima ao paradigma integrador, mencionado no primeiro apartado.

As *conservancies* son un tipo de espazo protexido considerado dos máis exitosos a nivel internacional (Pellis et Al, 2015) tanto pola súa positiva repercusión na conservación de especies (producíndose un forte incremento no número rinocerontes negros, elefantes ou leóns) como pola mellora das condicións de vida da poboación que vive nelas (Long, 2004). Hai diferencias entre as definicións dependendo do autor aínda que sempre teñen en común que se poden conseguir tanto os obxectivos naturais como os da mellora do nivel de vida da poboación que vive nelas (Bekers, 2004).

“É unha área rexistrada legalmente con fronteiras claramente definidas, un corpo de xestión constituído formalmente e dirixido pola comunidade para o desenvolvemento dos residentes e o uso sustentable da vida salvaxe é turismo” (NACSO<sup>1</sup>,2015)

Así mesmo presenta os seguintes trazos:

---

<sup>1</sup> Namibian Association of CBNRM Support Organisations, sendo CBNRM acrónimo de Community-Based Natural Resource Management.

1. Xestionados por un grupo electo para servir ós intereses de todos os seus membros
2. Un lugar onde os residentes poden engadir beneficios vidos da vida salvaxe e o turismo unidos ás actividades gandeiras tradicionais.
3. Un lugar onde a vida salvaxe aumenta en número ao ser xestionada para aumentar a produtividade.
4. Un lugar onde o valor dos recursos naturais se incrementa, aumentando o valor da terra.
5. Un foro a través do cal servizos e desenvolvemento poden ser canalizados e integrados
6. Zonificado en múltiples usos para minimizar os conflitos e maximizar os intereses de todos os "interesados" (NACSO, 2015).

O elemento fundamental destas estruturas é a toma de decisións por parte da poboación local que vive dentro dos espazos protexidos. As *conservancies* son a expresión institucional dos CBNRM<sup>2</sup> en Namibia. Por lei, son manexadas por comités locais de *Conservancy* co fin de redistribuír os beneficios da natureza (Vette et Al, 2012).

Unha vez aprobados os cambios nas normativas relativas á protección da natureza, a xestión da terra e dos recursos naturais volve a mans da poboación local (Kahler e Gore, 2015). Estes, con axuda do goberno, de ONGs e do sector privado, firman un acordo polo que se implanta a *Conservancy*. Isto supón unha aproximación dende abaixo, onde a propia poboación é quen xestiona os recursos.

O sistema de xestión estaría composto por un comité formado por xente da comunidade, que se encargaría de tomar as decisións e a redistribución dos beneficios. Pero aínda así, hai autores que din que esa xestión dende abaixo non se realiza ben (Schiffer, 2004) e que o goberno e as ONGs manipulan á poboación local.

### 3. Área de estudo e metodoloxía empregada

*Salambala Conservancy* atópase situado no nordeste de Namibia, na rexión chamada Zambezi (anteriormente coñecida como Caprivi). Esta rexión é unha das menos desenvolvidas do país tanto en ingresos por persoa como en infraestruturas. Cunha superficie de 915 km<sup>2</sup> foi creada en 1998 e conta cunha poboación aproximada de 9.000 habitantes<sup>3</sup> en 2015. Como se pode observar na figura 1, a delimitación das fronteiras do país e das rexións recorda a esa imaxe de 1889 onde África era repartida con escuadra e cartabón. Isto significa que a delimitación non seguiu ningún tipo de esquema físico ou cultural, con todos os problemas que iso orixinou e orixina. Dentro da rexión de Zambezi, atópase na zona leste da mesma. Limita ao sur e sueste co Río Chobe, que aquí si, fai de fronteira natural (e política) coa República de Bostwana. Ao mesmo tempo, limita co Parque Nacional de Chobe, pertencente ao país veciño. Os outros límites foron establecidos polas comunidades locais. Atópase atravesada pola estrada que une Windhoek con Katima Mulilo (capital da rexión) e que continúa,

---

<sup>2</sup> Community-based Natural Resource Management

<sup>3</sup> Datos do Ministerio de Medio Ambiente Namibio para 2015. Son cifras aproximadas, pois a fiabilidade dos censos existentes é moi baixa.

cruzando Botswana e Zimbabwe, ata as cataratas Victoria. O último elemento a destacar da súa localización é a presenza do paso fronteirizo de Ngoma, onde ademais se atopa a sede da *Conservancy*. Este feito dálle un valor xeostratéxico incalculable, tanto a nivel rexional como dentro do mesmo país. Por último, localízase no centro da reserva trasfronteiriza coñecida como KAZA (Kavango, Zambezi), formada por diferentes espazos protexidos pertencentes a Ángola, Zambia, Namibia e Botswana.



Figura 4. Salambala Conservancy. Imaxe de Daniel del Río Franqueira (17/02/2016)

A paisaxe de Salambala é moi diversa. A predominante é unha mestura de sabana con árbores dispersos (queimada anualmente dende hai centos de anos para manter os pastos dos que se alimenta o gando) e de espazos que pasan gran parte do ano mergullados pola crecida do río Chobe, especialmente na época de choivas. O outro elemento característico son as plantacións de millo e outros produtos e as paisaxes que conforman. É principalmente unha agricultura de subsistencia.

Salambala sitúase ademais nun dos puntos de maior biodiversidade do planeta, permite atopar un gran número de especies. Entre os animais que se poden ver encóntranse leóns, elefantes, xirafas, cebras, hipopótamos, crocodilos, búfalos, kudus ou etlands. De feito, só falta o rinoceronte, que pretenden reintroduci-lo nun futuro próximo, para contar cos “*Big Five*” da fauna africana. Se por algo destaca, ademais de pola fauna grande, é pola gran variedade de aves que habitan esta rexión. Poden verse facilmente especies como a aguia pescadora (símbolo do país), o martín pescador, diferentes especies de garza, etc. Serpes como a mamba negra ou o pangolín tamén poden ser atopados.

O clima é tipicamente intertropical con dúas estacións claramente diferenciadas. Unha chuviosa entre os meses xaneiro e abril. A temperatura media rolda os 20 graos, sendo a máxima media de 29 e a mínima media de 15. Os meses máis cálidos son setembro e outubro, con 33 graos. Ao estar dentro do espazo intertropical non sofre unha gran variación térmica ao longo do ano. Litoloxicamente está composta por rochas de tipo sedimentario, que fan que a característica máis salientable deste espazo sexa o seu relevo chan. Predominan os depósitos do Kalahari (diferentes bandas de areas) que o modelado fluvial foi erosionando. O elemento principal da rede fluvial é o río Chobe, afluente do Zambezi, cun caudal moi variable en función das precipitacións.

A poboación do espazo protexido, como se indicou, é de preto de 9.000 persoas, distribuídas nun total de 17 aldeas. As máis grandes, actuando como unha especie de “centros de servizos” son Bukalo, ao norte, e Ngoma, no sur. O espazo presenta unha maior densidade que a media do país (Salambala conta con 10 hab/km<sup>2</sup> fronte aos 2,5 hab/km<sup>2</sup> de Namibia). A media de idade é moi nova, e non difire moito dos datos do país, sen embargo a taxa de mortalidade é bastante elevada, pois o virus do VIH presenta unha gran incidencia no espazo. A etnia predominante son os Lozi. Desas 9.000 persoas non todas forman parte da comunidade: Isto acontece porque é preciso cumprir unha serie de requisitos para formar parte da mesma, sendo o máis importante a antigüidade de residencia dentro do espazo protexido.

A poboación organízase en 17 pequenas comunidades dirixidas por un/unha xefe/a tribal, que a día de hoxe supón gran poder económico e social. Todas as decisións referentes á súa comunidade deben pasar polas súas mans. Presenta ademais, unha economía fundamentalmente de subsistencia, onde a agricultura (principalmente de millo) así como o gando vacún e caprino forman a base sobre a que se sustentan. A caza desapareceu dende que se protexeu o espazo, mentres que a pesca (no río Chobe) segue sendo posible durante unha parte do ano. O turismo foi gañando importancia dende que se protexeu, tendo un *Camp Site* (lugar para acampar), con espazo para 8 tendas e un *lodge* (complexo turístico) con 20 casas. Isto, permitiu diversificar a economía. O turismo vai no esencial para cazar, para facer safaris e, nos últimos tempos, turismo ornitolóxico.

A maior participación dos habitantes na xestión dos espazos protexidos, que introduciu o novo paradigma integrador, supón o recoñecemento de facto das *Conservancies* debido á aceptación e implicación das poboacións locais que este feito supuxo. Isto foi o que nos decidiu a realizar entrevistas nun deses espazos protexidos. Unha vez seleccionada a área de estudo, leváronse a cabo entrevistas informais a 19 habitantes do espazo para identificar a súa percepción sobre o mesmo, e 8 entrevistas en profundidade e semidirixidas aos xestores do parque, representantes de ONGs e de organismos do goberno. As primeiras, e dadas as dificultades de lingua e desprazamento, realizáronse de xeito informal coa axuda dun tradutor. Preguntouse por que é Salambala, se houbo cambios dende que se implementou e como é a relación cos xestores. No caso das entrevistas en profundidade, optouse pola modalidade semidirixida, xa que cremos que é a mellor para analizar o discurso dos entrevistados, dándolle certa liberdade mais derivando a análise cara dous bloques: un bloque para analizar o lugar no que colocan dentro do discurso á poboación local e outro bloque no que se analizan os obxectivos do espazo protexido.

## 4. Análise de resultados

Como comentamos no apartado anterior, a través de 19 entrevistas informais recollemos a opinión de diferentes persoas que viven dentro do perímetro do espazo protexido.

- En primeiro lugar sorprende o sentimento de pertenza a ese territorio (creado por eles mesmos):

E\_1 “ a NOSA *Conservancy* é a mellor<sup>4</sup>”.

E\_8 “A NOSA *Conservancy* (...) si, que están en Ngoma”.

E\_12 (Nos) “ Pertencemos á *Conservancy*”.

- Visión da fauna salvaxe como un elemento positivo:

E\_2 “ Aínda necesitamos mercar máis animais. En Namibia somos os mellores” (en protección da natureza)

E\_6 “ Hai máis animais e máis beneficios”

E\_8 “ Se cuidamos os NOSOS animais, teremos máis beneficios”.

E\_10 “ Aínda NOS queda o Rinoceronte para ter os BIG FIVE”.

- Visión positiva dos beneficios:

E\_1 “ Hai máis carne, máis postos de traballo, máis diñeiro. Todo está controlado “.

E\_3 “ Hai máis traballos grazas á *Conservancy*. DAN diñeiro a xente”

E\_4 “ Hai beneficios (...) pero non reparten todo o que deberían”.

E\_6 “ É mellor que os parques privados. Hai 35 persoas traballando no *Lodge*”.

E\_8 “ Hai máis turistas, sempre paran, mercan algo”. “Están (a *Conservancy*) facendo cousas pola comunidade”.

E\_11 “ Hai máis traballo, ó estar ó lado de Chobe”.

E\_14 “ Axúdannos (A *Conservancy*) a manter os cultivos a salvo”.

- Mais tamén se mencionan elementos que xeran conflito:

E\_15 “ A verdade é que non hai moitos turistas, non veñen todos os que pensábamos que ían vir”.

E\_5 “ Hai ataques de leóns, elefantes”.

E\_11 “ Hai máis ataques de leóns, de elefantes. Matan a nosa economía. Non pagan (a *Conservancy*) polos nosos animais o prezo que deberían”.

E\_4 “ Non reparten todo o que deberían”.

E para entender ese maior sentimento de pertenza ao espazo protexido e ao territorio, así como esa visión tan positiva da presenza de animais e dos beneficios que xera a protección, recorreuse a entrevistas en profundidade con persoal da *Conservancy*, de NACSO, do IRDCN e do Ministerio de Medio Ambiente. Para iso, mostramos algunhas das citas recollidas nas entrevistas. De xeito illado poden carecer de coherencia, pero poñen o acento en ideas concretas relacionadas co novo paradigma.

---

<sup>4</sup> Traducción da lingua Lozi por parte dun interprete local ao inglés. Traducción propia do inglés ao galego.

- En primeiro lugar, algo ao que todos os entrevistados recorren é á necesidade de que a xente que vive dentro de Salambala se sinta participe do que alí pasa e se sinta apropiado do que representa.

EP\_1 “ Deixádenos involucrar á xente”, “ o goberno dálles (á poboación local) poder”.

EP\_1 “ Séntense propietarios dos recursos naturais”.

EP\_2 “ Eles (poboación local) senten a propiedade, séntense propietarios da vida salvaxe, séntense propietarios dos recursos naturais”.

EP\_2 “ Deixémolos (á poboación) ter voz na xestión. Eles son quen controlan. Se ninguén se beneficia, din: non é o meu problema. E deixan de lado os animais”.

EP\_3 “ As *conservancies* son un elemento institucional onde as comunidades poden tomar decisións sobre o que alí pasa e os seus recursos”.

EP\_3 “ Toman decisións, é un paisaxe aberto”

EP\_3 “ Hai xente que ten ataques de elefantes, leóns. Non podes protexer sen telos en conta”.

EP\_4 “ Gañar dereitos das comunidades sobre os recursos naturais, axudándoos, é o importante”

EP\_4 “ Sempre hai algún comité (de aldea) que funciona mellor ca outro”.

EP\_4 “ Incrementar o control dos recursos por parte da poboación local é o principal obxectivo”.

- Para iso é importante coñecer ben o que pasa, equilibrio entre pasado e presente, pero sen impoñer cambios:

EP\_3 “ Cambio ten que vir coa lexislación. Esa lei foi unha oportunidade. Prometestes isto, tedes que deixarme facelo”.

EP\_3 “ vivindo a súa vida normal (...) se queres faino”.

EP\_3 “ leva tempo que se sintan ligados aos espazos. Pero con tempo, séntense propietarios”.

EP\_4 “ Diferentes organismos pero todos loitando polos mesmos obxectivos, non competindo”.

EP\_4 “ KAZA (parque internacional do que forma parte Salambala) nunca funcionará se non se fai a nivel local”. “ Déixaos (á xente) traballar xuntos”.

- Unha ferramenta para obter beneficios:

EP\_2 “ Unha *conservancy* non vai de ingresos, vai de beneficios que eles poden ter sobre a natureza”.

Ep\_2 “ Se ves que a unha lle vai ben, van querer máis”

EP\_3 “ O turismo pode engadir beneficios, pero tes que controlalo. Foi algo que aprendín estudando en Australia”.

EP\_3 “ Unha oportunidade de xestión, sen cambiar a forma de vivir da xente, unha ferramenta para educar, para engadir beneficios”.

EP\_3 “ ferramenta para educar”

EP\_3 “ Levou tempo en Salambala obter beneficios”.

EP\_3 “ Caza como parte do sistema ecolóxico que fai que aumente o número de animais salvaxes e da preocupación da poboación local por coidalos”.

EP\_3 “ Hai que ser adaptativos (nos obxectivos e beneficios).”

EP\_4 “ Para eles un traballo é un beneficio”.

## 5. Conclusións

Certamente, unha análise máis en profundidade é precisa para comprender o funcionamento do sistema de EP de Namibia e a súa integración coa poboación local (o cal se desenvolverá no proxecto de tese doutoral en realización por un dos autores<sup>5</sup>), máis unhas primeiras conclusións poden ser obtidas nesta fase exploratoria.:

- Unidade no discurso entre os diferentes actores encargados da xestión.

Despois de realizar entrevistas en profundidade a diferentes actores encargados da xestión (incluídos os xestores, que son poboación local). Todos presentan, sexa cal sexa o nivel e organismo que representen, unha focalización en cuestións como o desenvolvemento sostible, dar voz á poboación local e redistribución dos beneficios. Así mesmo, analizando as entrevistas, os mesmos actores son conscientes de que esa unidade de discurso é o que os leva a obter un maior grao de aceptación e éxito.

- Poboación local no centro da protección.

As persoas entrevistadas fan referencia á xente que vive dentro das *Conservancies* e a súa inclusión dende os primeiros pasos da creación do espazo, como un dos baluartes do seu grao de aceptación. O primeiro paso para a creación dun espazo protexido desta característica é que a comunidade o solicite. O feito de que xurda dende abaixo como demanda da poboación local e non imposto polo goberno xera unha maior aceptación.

- Xestores locais apoiados pola administración.

Outro dos puntos clave é a composición dos órganos de xestión. As principais decisións adóptanse por consenso en comités nos que se unen representantes de cada “aldea”. As accións planificadas polos xestores (orientados por profesionais de diversas ramas) son validadas ou non por eses comités que se reúnen anualmente.

- Apropiación.

O factor clave é que a xente se sente propietaria do EP e da fauna que vive dentro. Esta apropiación ten repercusións na relación cos EP por parte da poboación local, xa que o grao de coñecemento sobre a mesma é amplo (todos os entrevistados saben que é Salambala) e saben onde está a sé do parque (o cal mostra tamén que coñecen aos xestores e onde se localiza a oficina). Derivada da mesma, prodúcese unha asociación do aumento de animais á mellora das condicións de vida (representada aquí por incremento de número de postos de traballo, beneficios económicos e infraestruturas). Isto tradúcese nunha redución da caza furtiva e nun incremento sostido de determinadas especies, como mostran os estudos da *Conservancy*.

- Tamén se observan elementos menos positivos: Conflitos coa fauna e reparto de beneficios.

A pesares do grande éxito destes espazos, tanto das entrevistas informais coa poboación local como cos diferentes xestores do parque e outros organismos, fixo aflorar numerosas críticas.

---

<sup>5</sup> Daniel del Río Franqueira “Espazos protexidos e ordenación territorial: Análise comparativo de casos galegos e internacionais”.



Por unha banda, os habitantes critican o aumento dos conflitos cos animais salvaxes, especialmente leóns que atacan gando, e elefantes que fan incursións nas terras cultivadas. As principais queixas van encamiñadas ás baixas contías das axudas para os afectados. Do mesmo xeito critican que non todos os investimentos se executan correctamente, e que non se redistribúen todos os beneficios como deberían (crítica a algúns “chiefs” das aldeas, que se quedan con parte do diñeiro).

## 6. Bibliografía

Barnard, P., Brown, C. J., Jaris, A.M e Rotertson A. (1998). Extending the Namibian protected area Network to safeguard hotspots of endemism and diversity. *Biodiversity and Conservation*.7. 531- 547.

Berkers, F. (2004). Rethinking community-based conservation. *Conservation Biology*, 18(3). 621-630.

Depraz, S. (2008). *Géographie des espaces naturels protégés* (1st ed.). Paris: A. Colin.

Hirschnitz-Garbers, M. e Stoll-Kleemann, S. (2010). Opportunities and barriers in the implementation of protected area management: a qualitative meta-analysis of case studies from European protected areas. *The Geographical Journal*, 177(4), 321-334.

Kahler, J. S. e Gore, L. M. (2015). Local perceptions of risk associated with poachin of Wildlife implicated in human-wildlife conflicts in Namibia. *Biological Conservation*. 189, 49-58.

Mose, I.; Wixbaumer, N. (2006). Protected areas as a tool for Regional Development? *Exploring the Nature of Management. Proceedings of the Third International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas*. 149-156.

Phillips, A. (2003). Development on their head- The new paradigm for Protected Areas. *The Geogre Wriqth Forum* (20). 8 – 32

González Oreja, J.A. (2008). La ética del Medio Ambiente. *Ciencias*, 91, 6-15.

Long, S. A. (2004). The Implementation in CBNRM. En S. A. Long (Ed.), *Livelihoods and CBNRM in Namibia: The findings of the WILD Project* ( 41-53). Windhoek, Namibia. Ministry of Environment and Tourism.

NACSO (2015). *The state of community conservation in Namibia – a review of comunal conservancies, community forest and other CBNRM initiatives (2014/15 Annual Report)*. NACSO, Windhoek. Namibia.

Pellis, A., Duineveld, M. & Wagner, L. (2015). The Path dependencies of tourism conflicts: the case of Anabeb Conservancy, Namibia. En G. Thór Johannesson, C. Ren & R. Van der Duim (Eds.), *Tourism Encounters and Controversies- Ontological Politics of Tourism Development* (115-138). Surrey, Inglaterra. Ashgate.

Schiffer, E. (2004). *How does community-based natural resources management in Namibia change the distribution of power and influence? Preliminary findings*. DEA Research Discussion Paper, 67, 1-35.

Toledo, V. M. (2005). Repensar la Conservación: ¿Áreas naturales protegidas o estrategia bioregional?. *Gaceta Ecológica*, 77, 67 – 83.

Vette, M., Kashululu, R.M & Hebinck, P (2012). Conservancies in Namibia: A Discourse in action. En B. Arts, S. Van Bommel, M. Ros- Tonent e G. Verschoor (Eds), *Forest-People Interfaces*. (121-139). Wageningen , Wageningen Academic Publishers.

Veyret, Y. e Ciattoni, A. (2004). *Géo environnement* (1st ed.). Paris: A. Colin.

Weaver, C. L. e Petersen, T. (2008). Namibian Communal Area Conservancies. En Baldus R. D , Damm, G. R & Wollscheid, (Eds), *Best Practices in Sustainable Hunting: A guide to best practices around the world*. (48-52). Roma, Italia : CIG- International Council for Game and and Wildlife Conservation, FAO.

## THE GIS MODEL FOR THE REVITALISATION OF TRADITIONAL ISLAND CULTURES: THE ISLAND OF HVAR, CROATIA

**Antonio MORIĆ-ŠPANIĆ**

Center for Sustainable Development with GIS technology, Split, Croatia  
amoricspanic@gmail.com

**Borna FUERST-BJELIŠ**

University of Zagreb, Croatia  
bornafb@geog.pmf.hr

### Abstract

During the last hundred years, the planting of grape vines and olive trees on the Croatian Mediterranean islands have been many times reduced due to the population outflow and deagrarisation. (re)activation of overgrown agricultural land with traditional island cultivates would prevent the further spread of maquis, contribute to the increased branding of indigenous products and also help in the general development of rural zones on the island, severely affected by depopulation. Using the GIS tools to integrate various relevant databases and spatial parameters for each cultivate (vine, olive, lavender), a spatial model has been created for the (re)activation of the potentially most suitable land areas. In regard to the total area of the abandoned and overgrown agricultural land, spatial modelling has indicated the possibility of potential (re)activation of its 66%. The case study was carried out on the Central Dalmatian island of Hvar, in the Mediterranean Croatia.

**Keywords:** GIS, island of Hvar, Croatia, lavender, Mediterranean landscape, traditional Mediterranean crops, deagrarisation.

### Résumé

Les plantations de cultures traditionnelles, de vignobles et d'olives sur les îles du bassin méditerranéen ont fortement diminué ces cent dernières années à cause de l'exode massif de leur population et suite à la désagrarisation. La (ré)activation de terres agricoles envahies par la végétation grâce à des cultures insulaires traditionnelles permettrait de stopper la progression du maquis, contribuerait au renforcement de la labellisation des produits autochtones de ces îles et, plus généralement, au développement des zones rurales insulaires fortement touchées par la dépopulation. Par l'utilisation d'outils SIG dans l'intégration de diverses bases de données appropriées et par l'application de paramètres de configuration spatiale pour chacune des cultures (vigne, olives, lavande), un modèle d'agencement de l'espace a pu être établi pour la (ré)activation des terrains potentiellement les plus favorables pour chaque culture. Une telle modélisation de l'espace agricole a montré une (ré)activation potentielle possible pour 66 % des terrains en friche et/ou envahis par une végétation sauvage. Cette recherche a été conduite en Croatie méditerranéenne, sur l'île de Hvar en Dalmatie centrale.

**Mots-Clés:** SIG, île de Hvar, Croatie, lavande, paysage méditerranéen, cultures méditerranéennes traditionnelles, désagrarisation

## 1. Introduction

The rural Mediterranean landscape from the mid-20th century has experienced a very high degree of vulnerability. Direct spatial consequences are most apparent when studying the changes that occurred in the ways of using the landscapes. During the last decades, the main driver of economic development in the Mediterranean area has been tourism, and the results of this shift are obvious when one examines the neglect, as well as the careless attitude towards the agricultural areas. The maintenance of traditional Mediterranean agricultures marks in a particular way an island life style that is closely linked to nature, and which is an important creative element of the island's unique identity. Deagrarisation and orientation towards tertiary and quaternary economic activities had a very high influence on the alteration of spatial perspectives in regard to Mediterranean rural and primarily island zones. During the last hundred years, the planting of grape vines and olive trees on the Mediterranean islands have been many times reduced.

During the last 30 years, many studies on changes in the Mediterranean environment were carried out, based on the methodological concept of land use (Antrop, 1993; Aretano et al., 2013; Serra et al., 2008). Aničić et al. (2007) and Hrdalo et al. (2008) dealt with the revitalisation and the typology of agricultural landscapes in Croatia. A. Čuka (2010) analysed changes in the landscape of the island Pag, and linked them to significant socio-demographic shifts and processes. A. Durbešić (2012) analysed changes, typologies and transformation trends in the landscape along the southern slopes of the Svilaja mountain range, by recording and applying analytical GIS models relating to the modification of spatial data. Based on an analysis of cadastral, cartographic and narrative sources, dating from the last 250 years, Fuerst-Bjeliš and co-authors described various changes in the Mediterranean environment and rural landscape in the Dalmatian hinterland (Fuerst, Bjeliš et al., 2011; Fuerst-Bjeliš and Durbešić, 2013; Durbešić and Fuerst-Bjeliš, 2016). These studies have confirmed a major connection between littoralization on the one hand and population reduction in rural areas within the hinterland, which is also true for islands, on the other hand. Population outflow generates a chain development, involving the abandonment of traditional subsistence activities, farming and animal husbandry, and the initiation of a process of vegetation succession, bringing about changes in the traditional landscape, including even the loss of certain types, e.g. vineyards (Fuerst-Bjeliš and Durbešić, 2013; Durbešić and Fuerst-Bjeliš, 2016). Studies that examined environmental shifts and the impact on traditional island crops on Greek islands are of importance (Bevan and Conolly, 2011; Kizos et al., 2010; Kizos and Koulouri, 2006; Kizos and Spilanis, 2004; Van der Sluis et al., 2014). As was shown, cultivation and the production of traditional agricultural crops on Greek, Italian and Spanish islands in the Mediterranean mainly followed vital market trends in accord with local tourist offers, whereas agricultural production in the

Mediterranean island area of Croatia is to a great degree behind the results of neighbouring countries. One of the representative examples of these noted spatial processes is the island of Hvar, located in the Croatian Mediterranean region of Central Dalmatia.

A few initial hypotheses have served to motivate this research on the possibilities and the potential localities for the revitalisation of traditional island cultures (especially vines, olive trees and lavender). The agricultural capacities of islands, together with their ideal pedoclimatic conditions, are an important economic resource for the development of ecological agriculture. Their (re)activation would reduce the extension of degraded forest areas and the consequential disappearance of various types of traditional landscapes. The reactivation of agricultural capacity as well as the revitalisation of traditional Mediterranean island crops would, at the same time, also have potentially strong socio-demographic implications, in terms of stopping the outflow of the island populations, strengthening the subsistence basis of such populations, and complementing the existing island economies orientated towards tourism.

The main goal of this study is to construct a model of the potentially most suitable localities for the revitalisation of traditional island cultures. Since the use of GIS application tools in geo-ecological spatial analysis has a very excessive level of application, the capabilities of GIS technology were precisely the basis for this modelling. The main tasks, prior to the modelling, were the reconstruction and the interpretation of the intensity of environmental changes during the last forty years, as well as the definition of the typology and the dominant trends that changed the island's landscape. Based on the identified changes in the landscape and in land use, and likewise on a complex analysis of specific requirements of the given traditional island cultivates *vis-à-vis* the soil, slopes and expositions, the potentially most suitable zones for the revitalisation of each observed vanishing traditional island crop were modelled.

## **2. The Research Area**

The area of research is the Hvar island group, with a total area of 313.82 km<sup>2</sup> (31,382.09 hectares), which in addition to the central key island of Hvar (298.04 km<sup>2</sup>) includes a group of smaller surrounding islands, islets and rock formations. It is located in the central part of the eastern Adriatic maritime zone, or in other words in the Croatian Mediterranean. Hvar, with a length of 68 km from east to west, is the longest island in the Adriatic (Figure 1).

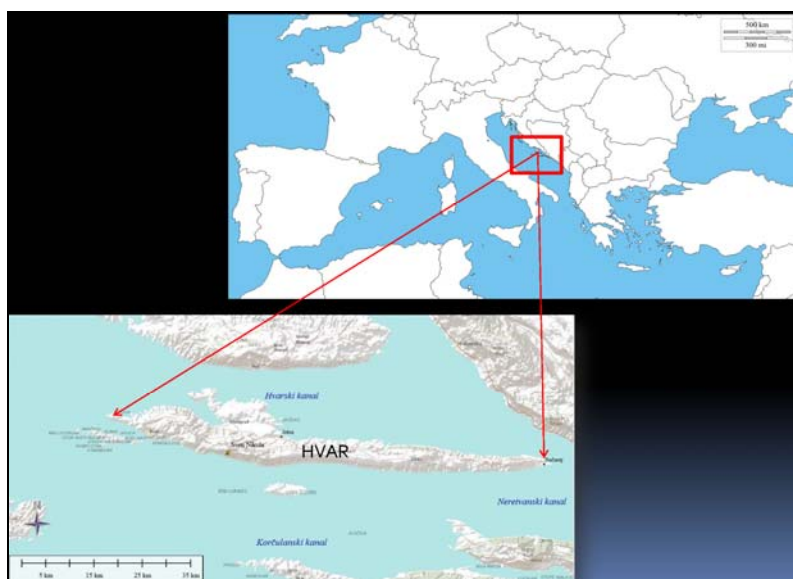


Figure 1 - Research area.

## 2.1. Environmental setting

The island of Hvar is, in line with its climatic-ecological characteristics, part of the Mediterranean region. According to Köppen's classification of climate, the largest overall area of the island has a Mediterranean type of climate with dry and hot summers (*Csa*), and only the highest parts of the island, the biotopes of the black pine (*Pinus nigra var. dalmatica*), have a Mediterranean type of climate with dry and warm summers (*Csb*). The average air temperature in January is 8.6°C, and in July 23.4°C. Hvar has a yearly average of 2,722 sunshine hours. Its average overall yearly level of rainfall is 788.7 mm, with a maximum in November and December, which is typical for maritime types of annual precipitation (Maradin, 2008). The amount of rainfall on the island varies: 750 mm in the west, increasing to up to 1300 mm in the east.

Climatic conditions caused the development of typical island vegetation. Yet the original vegetation cover of the island of Hvar<sup>1</sup> was altered by human influences dating back to antiquity. Biogeographical research indicated that anthropogenic modification and degradation of the original forms of vegetation began along the Adriatic coast about 2,800 years ago (Trinajstić, 1977). In addition to wildfire, the most destructive form of deforestation, the island's forests were most often destroyed by daily cutting needs for firewood, for the construction of dwellings and for agricultural

---

<sup>1</sup>Among the central Dalmatian islands, Hvar stands out due to the largest number of plant species – with an overall number of 1,163, which is more than the total number of plant species in countries such as Ireland or Denmark.

tools. Many of the forests on the island were cleared when the price of Dalmatian wine increased, as a result of the *Phylloxera* grapevine epidemic in France.

The island's surface area is, for the most part, included in the Stenomediterranean and Eumediterranean vegetation zone, with evergreen oak (*Quercus ilex*), Dalmatian black pine (*Pinus nigra var. dalmatica*) and Aleppo pine (*Pinus halepensis Mill.*) forests. Due to the degradation of these forest types a climatogenic lower level vegetation group developed: maquis shrubland. Further degradation of the maquis brought about the shrubland type known as garrigue.

Climatic characteristics, apart from influencing the composition of vegetation, created conditions for the growth and cultivation of traditional Mediterranean island crops: grapes, olives and medicinal and aromatic plants.

## 2.2. Socio-environmental context

Population, as the most important factor influencing environmental changes, is a fundamental natural resource and constitutes the basis for all regional, economic, social and other planning (Šterc and Komušanac, 2012). Almost all small Mediterranean islands, except those in the Balearic Archipelago, are characterized by lower levels of development in relation to the national territories of the countries to which they belong (Conti and Segre, 1998), and these economic results directly affect the demographic picture. Small Mediterranean islands, including the Dalmatian ones, in the previous century underwent persistent population decline, and some suffered total demographic extinction.

The Dalmatian islands recorded their demographic maximum at the beginning of the 20th century. The main cause for this was a culmination in the development of viticulture and in the production and export of wine in Austria-Hungary, at that time. The onset of the *Phylloxera* grapevine epidemic in 1894 brought about mass emigration of the island populations, and a rapid decline in the number of inhabitants on the Dalmatian islands. In the 1920's and 1930's, the islanders emigrated mostly overseas<sup>2</sup>. Afterwards, immediately after World War II, they migrated to larger cities along the coast and in the interior of the Croatian Republic (Split, Rijeka, Zagreb), and later to more developed European countries.

Social and economic development on the Croatian islands after World War II significantly differed from developments on other Mediterranean islands. The Croatian islands were the only ones that remained within the socialism system<sup>3</sup>; they were the only ones that also experienced rapid industrialization, the concentration of their rural populations in several cities, insensitive broad

---

<sup>2</sup>Although not in a large number to the United States, due to a new US immigration regulation which restricted immigration from Mediterranean and Eastern European countries.

<sup>3</sup>Excluding, of course, the very small and mostly unpopulated Adriatic islands in Albania.

economic policy actions and socialist corporations as practically the only forms of economic organization<sup>4</sup>.

During the 1960's enhanced population reduction was not just caused by long-term and intensive emigration, but by the fact that the islands, for the first time, experienced natural decrease rates (more deaths than births), which is a current trend today on almost all the Dalmatian islands. After World War II the islands closer to the coast were losing population at an annual rate of -0.6%, and more distant, outlying islands at a rate of -2.4%, and therefore the population of the outer islands split in half (Conti and Segre, 1998). According to the 2011 census of the Republic of Croatia, approximately 88,000 inhabitants lived on the country's 41 inhabited islands in the Adriatic (Morić-Španić, 2015).

Population pressure on the environment of the island of Hvar varied considerably during the past 150 years, from the time of the first official census in 1857. Hvar, with its 11,077 inhabitants, according to the 2011 census, is today one of the most inhabited Croatian islands<sup>5</sup>.

Growth of the number of inhabitants on the island of Hvar in all of the island's settlements, except in the town of Hvar, has been cohesive, with a similar population trend (Figure. 2). From the first census in 1857 to the year 1900 the island's population continuously increased, which resulted in the highest number of island inhabitants (18,091 people). Due to the occurrence of grapevine disease, the population of the island's settlements rapidly declined in the period between 1900 and 1910, with an average annual rate of -0.70. Because of further continuous decline, in 1961 the island's population was already 30% lessened in comparison to its peak in 1900. Grapevine disease and the deterioration of agricultural activities, as well as the additional effects of war misfortune (suffering due to war), became a kind of "catalyst" for emigration abroad, mainly to South America (Antić, 1991).

Due to increased littoralization of economic and social activities, mainly the development of mass beach tourism, from 1961 inner (non-coastal) island villages with a rural character, experienced a more intense population drop than the island as a whole. During the last 50 years, two island settlements (out of a total of 27), namely Malo Grablje and Humac located in the interior of the island, completely lost their inhabitants.

In 2011, the population density of the island amounted to 35.3 inhabitants / km<sup>2</sup>, and the ratio of old to young inhabitants was extremely negative (21.5% vis-à-vis 13.0%). These negative indicators have an explicit effect on the employment (and reproduction) potential of the island, and this is also indirectly manifested by the present state of the island's land use.

---

<sup>4</sup>National Programme for Island Development, 1997 (*Nacionalni program razvitka otoka*)

<sup>5</sup>The most densely inhabited Croatian island is the Island of Krk (19,383 inhabitants).

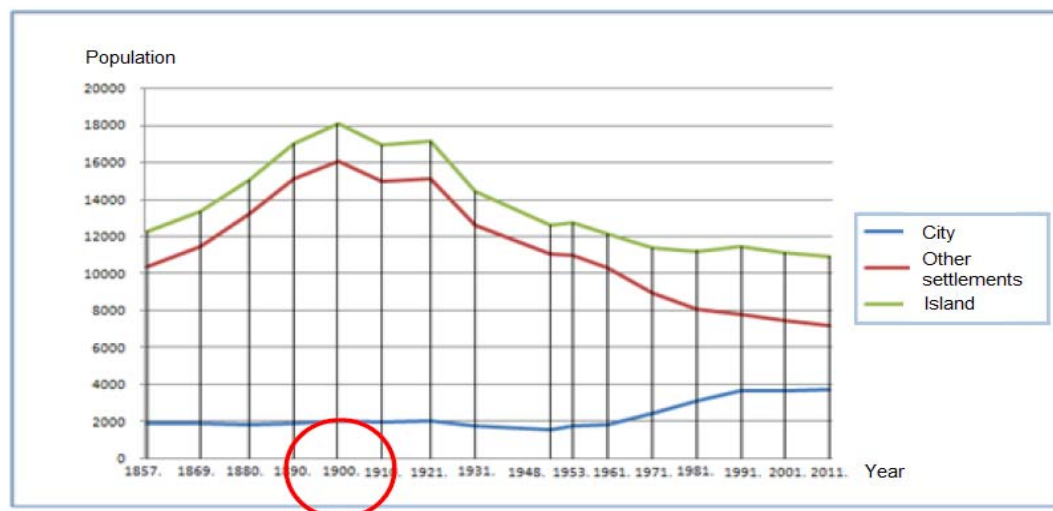


Figure 2 - General population trend 1857–2011; island of Hvar, city of Hvar and other rural settlements

Source: Population Census. *Naselja i stanovništvo RH 1857–2001*. Državni zavod za statistiku, Zagreb, 2005.

The direct consequences of population loss in rural and agricultural areas are abandoned land, the disappearance of traditional subsistence activities – farming and animal husbandry, the departure of traditional crops, the start of a process of vegetation succession and change, and even the loss of traditional cultural landscapes (Fuerst-Bjeliš and Durbešić, 2013). The causes of this process are multiple and complex. Island regions are socio-environmental systems particularly sensitive to all changes within or outside the systems themselves. The primary trigger, on Hvar, that started this chain process was the grapevine epidemic, which during the specified period of economic growth demolished the entire structure of the island system. This collapsed and weakened system later received outside effects from the littoralization procedure along on the coast, but also from the inside island structure, where particularly fragile internal settlements, without population strength, remained detached from the new trends oriented towards tourism.

Looking through the prism of marginalisation studies, islands are potentially marginal zones, since they are subject to multiple factors within the marginalisation process. The most important factor is geometric (or spatial) marginalization (Leimgruber 2004; Déry, et al., 2012), due to greater or lesser distances and weaker connections to the coast, as well as between the islands themselves. Based on various results, research clearly confirmed that external, distant islands, experienced a much higher rate of population decline. Similarly, this is obvious also on the level of each island itself; internal settlements are much more empty, because they are not within the main development trends, which are located in the coastal areas of the islands. Yet these tendencies likewise point to another type of marginalization – and this is processual marginalization. It occurs in circumstances when the local framework, in this case the island, is integrated into a new and



different system, while it still lacks the means to suitably adapt to the new functioning conditions (Leimgruber 2004; Déry, et al., 2012). This is often associated with new market conditions. Hence, in our case, what happened would have been that the local island milieu, as a sensitive socio-environmental system, failed to adapt adequately to the new market circumstances that were imposed after the grapevine epidemic destroyed viticulture as a positive economic activity. Instead of adaptation to new conditions, emigration occurred.

### 3. Data and Methods

During the entire research procedure, GIS tools were used to interpret, classify and visualise spatial contents, to depict the status and trends of environmental changes and their typology, as well as to analyse the island's agricultural capacity. In addition, by integrating multiple databases into GIS, the potentially most suitable surface areas for the revitalisation of traditional island cultivates were modelled. For this purpose, different databases were used, which were necessary in order to analyse changes in the environment and in landscape types, to determine trends towards changes and to model zones for the revitalisation of traditional island crop cultures.

The time-frame of this comparative analysis of landscape structures extends from the year 1975 to the year 2011. Basic data on the land use in 1975 were obtained by vectoring the *Forest-vegetation map of the island of Hvar* (scale 1: 50,000)<sup>6</sup>. Land use and land cover data pertaining to the island at the beginning of the 21<sup>st</sup> century was derived as the result of a multifactorial overlapping effort involving three databases. Data from the public company *Croatian Forests*<sup>7</sup> (2002) and also from the landscape databases of *CORINE Land Cover* (2000) was corrected and modified using digital orthophoto images of the island in 2011<sup>8</sup>. Unifying the designations and the categorisation of land use types in 1975 and in 2011 enabled further spatial analysis through the definition of landscape typology and of trends leading to changes.

For the purposes of modelling, lithological and pedological data was, first of all, vectored (Marinčić, 1995, Bogunović, 1995). By using the raster layer *Digital Elevation Model* (ASTER GDEM) a hypsometric map of the island was made, a map displaying relief profiles as well as maps showing inclinations and exposures of slopes. Through the integration of these databases into GIS, information was obtained on the potentially most suitable areas for each traditional cultivate: for grapevines, olives and lavender.

---

<sup>6</sup>Institute for Adriatic Crops and Karst Reclamation (*Institut za jadranske kulture imelioraciju krša*) in Split.

<sup>7</sup>*Hrvatske šume*.

<sup>8</sup>State Geodetic Directorate (*Državna geodetska uprava*).

## 4. Results and Discussion

### 4.1. Land use and landscape change

In order to determine the typology of the landscape, and to make a comparative analysis of the different periods so that the trend leading to changes could be deduced, it was necessary to categorize, systematize and unify the land use categories from different periods of time (1975 and 2011). Five basic types and four subtypes of landscape were allocated on the island territory of Hvar (Figures 3 and 4).

The **coniferous forest** landscape type includes the region of the Aleppo pine (*Pinus halepensis Mill.*) forest and the forest of Dalmatian black pine (*Pinus nigra var. dalmatica*), present during the two studied time periods. In the initial period (1975) the coniferous forest covered more than 26% of the examined area of the island, but today this percentage amounts to only 16.48% of the studied area (Table 1).

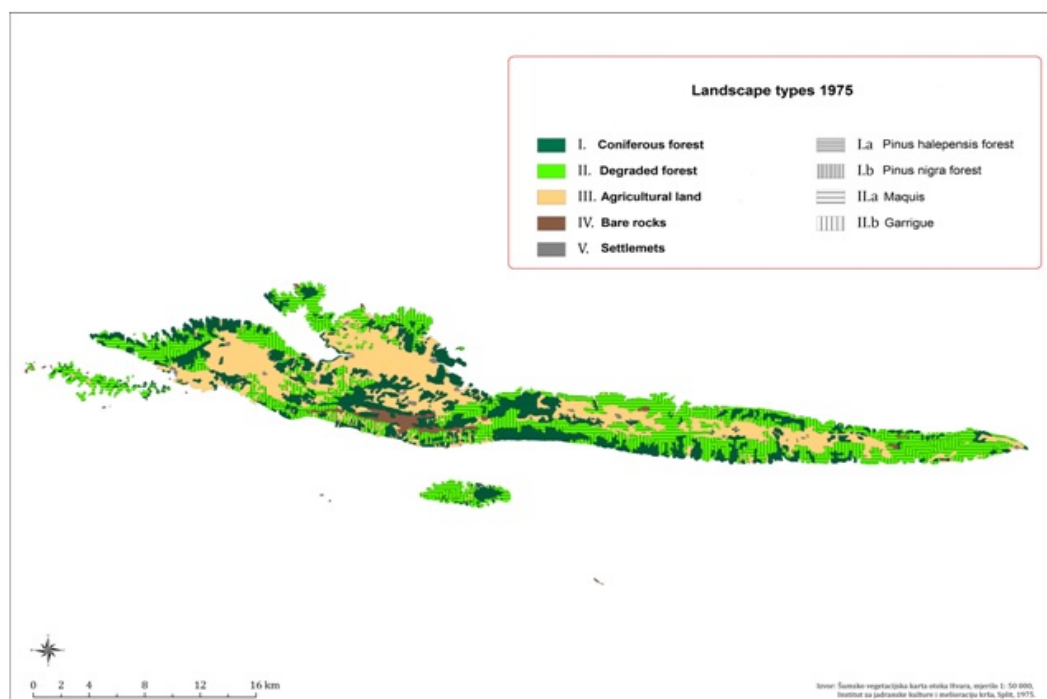


Figure 3 - Landscape types 1975. (Source: *Institute for Adriatic Crops and Karst Reclamation*, modified by the authors)

Because of the various vegetation features of pine forests, the extreme landscape values of the Dalmatian black pine forest – and also because of the later's more pronounced degradation,

two subtypes of coniferous forests were differentiated: the Aleppo pine and the Dalmatian black pine forest. The surface area of the Aleppo pine forest decreased from the initial period by 30%, whereas Dalmatian black pine forest showed a much more pronounced degradation – even up to 70%.

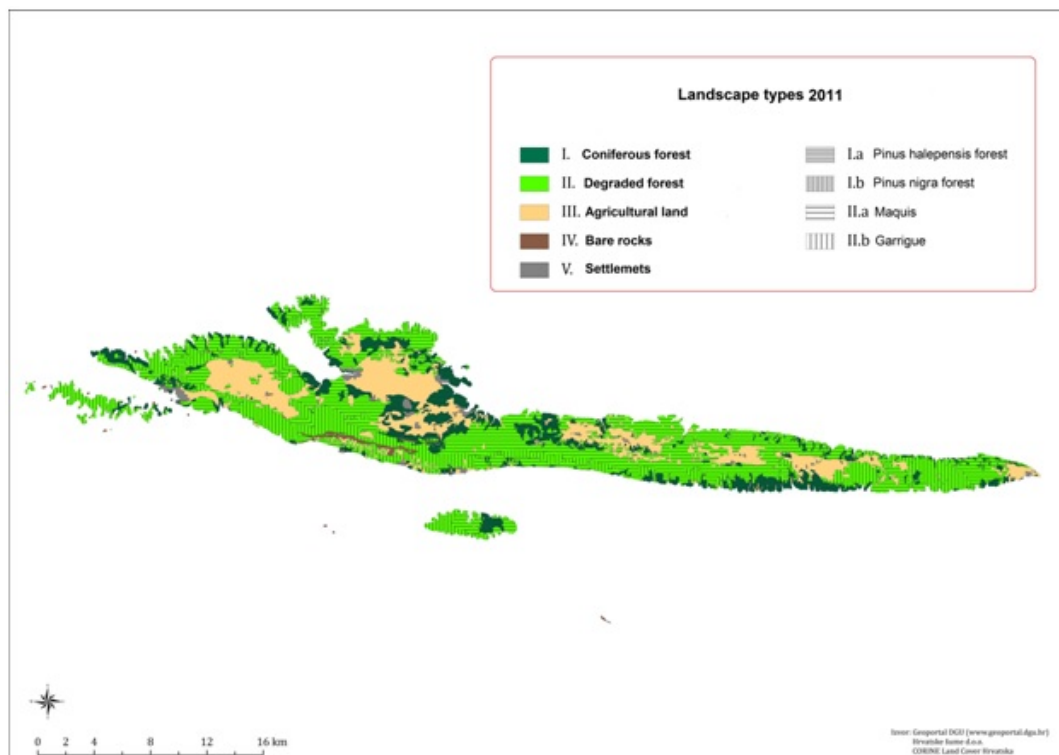


Figure 4 - Landscape types 2002–2011 (Source: CORINE Land Cover database, State Geodetic Directorate and Croatian Forests company database; fieldwork research. Map created by the authors)

Hence, in this relative ratio, the percentage of the Aleppo pine forest increased in the total area of the coniferous forests on the island from 96.26% to 98.06%.

Apart from forests, reduction in area coverage in the examined period was also recorded in cases of **rocky** landscape types and in **agricultural areas** (Table 1). Rock surfaces decreased by almost 130%, which can certainly be linked directly to the abandonment of traditional activities on the island – primarily animal husbandry in this case, and simultaneously to the significant spread of degraded forests. At the same time, the landscape type marked by **agricultural areas** showed a decrease in size by 30% in relation to the initial period, as a result of the intensive development of tertiary activities and the ever more pronounced deruralization of the island.

In contrast, the degraded forest, **maquis** and **garrigue**, at present the most widespread landscape type, in the examined period showed a significant spatial expansion from the former

41.41% to the present 59.92% of the total surface area of Hvar's island group (Table 1). Today, in the degraded forest landscape the percentage of maquis compared to garrigue is practically twice greater (maquis 37.93%: garrigue 21.99%), which is in line with the advancing process of vegetation succession.

Table 1 - Landscape types. Island of Hvar, 1975-2011

Landscape types	1975		2011	
	Area surface (ha)	% of the island area	Area surface (ha)	% of the island area
Coniferous forest	8,220.75	26.20	5,172.06	16.48
Degraded forest	12,997.25	41.41	18,802.13	59.92
Bare rocky karst	688.80	2.20	259.70	0.83
Agricultural land	9,256.71	29.49	6,641.85	21.16
Built areas	218.57	0.70	506.35	1.61
Total	31,382.09	100.00	31,382.09	100.00

Source: *Forest-vegetation map of the island of Hvar (1975)*, databases of *CORINE Land Cover*, *Croatian Forests company database* and *State Geodetic Directorate (2002-2011)*.

Furthermore, the landscape type comprising **built areas** and **settlements** has shown the largest relative increase in its spatial area in relation to the initial period, almost 140% (Table 1). More than a doubling of its surface coverage was the result of extensive apartment building (i.e. apartmentisation) on the island, construction of camps and other infrastructural facilities.

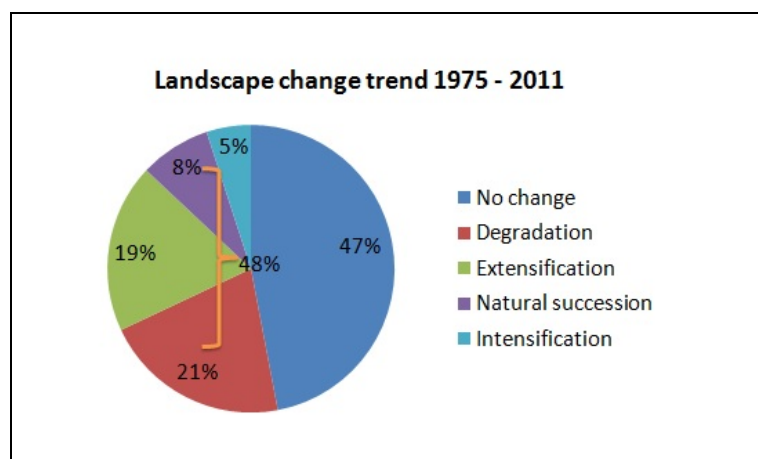


Figure 5 - Landscape change trends 1975–2011. (Source: Institute for Adriatic Crops and Karst Reclamation, *CORINE Land Cover* database, *State Geodetic Directorate* and *Croatian Forests company database*; fieldwork research. Calculated by the authors)

By unifying the labels of land use categories, and by defining the basic types and subtypes of landscapes, the methodological basis was obtained for the spatial comparison of landscape changes that occurred during the observed time period of thirty years. Overlapping the standardised typological categories using GIS software tools resulted in the modelling of new parameters in the existing database of spatial information, on the basis of which trends leading to changes in the landscapes were generated (Figure 5).

The research results showed that in the examined period on about half of the island's overall surface (47%), no changes occurred in the types of landscape. As was confirmed by the evidence, the largest contiguous zone, **without any trend leading to a change**, was the area in which agricultural lands were still in use.

On the rest of the island (48%), three trends dominated: **degradation**, **extensification** and **natural succession** (Figure 5). The altering trend leading to **degradation** was evidenced on about 21% of the area. Since human impact is the most important factor in the transformation of the environment (Palang et al., 2000), its destructive overtones, confirmed by frequent fires and soil erosion, certainly stand behind this negative spatial trend.

Just as significant is the shift trend towards **extensification**, present on about 19% of the island's surface. Extensification is caused by the expansion of degraded forest types (maquis and garrigue) into so-called "non-forest" forms of landscapes. The most striking progression of vegetation occurred when it expanded into previously arable agricultural areas of the island

#### 4.2. Implications for traditional crops

Although a part of the Mediterranean rural area during the 20<sup>th</sup> century showed a population increase, as well as an intensification of olive growing and viticulture, some areas experienced an economic and demographic decline, which directly affected the traditional cultural landscape (Antrop, 1993). Dry-stone walls, a symbol of the hard subsistence labour of island farmers, are increasingly disappearing due to the succession of natural vegetation, and deagrarisation is now present even in the most fertile island areas (Čuka, 2010).

Small entirely agricultural surfaces and a large number of land plots are the basic hallmarks of agriculture on the central Dalmatian islands, and likewise on the island of Hvar. In the year 2011, on the island of Hvar 6,641.85 hectares of agricultural land were recorded. Agrarian zones were classified into three categories: vineyards, olive groves and other areas of agricultural land. Today, on about 60% of the island's total agricultural surface, we can find traditional island cultivates: vines, olives and lavender.

The peak in the development of viticulture on Hvar was recorded in the year 1900, when around 5,800 hectares of vineyards were situated on the island, and the total quantity of wine

produced amounted to about 15,000 hectolitres<sup>9</sup>. Vineyards in 2011 covered only 1,670.42 hectares of the island, accounting for about 25% of the total agricultural land.

Olive (*Olea europaea L.*) growing on the island of Hvar always developed in the shadow of viticulture. Research has shown that today olive trees are present on about 28% of Hvar's agricultural land surface (1,896.57 hectares), which is also the highest recorded percentage of landscapes under olive groves in the last 150 years. Most of the olive groves are located in the eastern part of the island, where the most unfavourable natural conditions also exist (in relation to the soil, relief and climate).

After the collapse of the vineyards, a large portion of the agricultural areas on the island remained abandoned. With the introduction of a completely new crop – lavender (at first *Lavandula angustifolia* and *Lavandula latifolia*, later *Lavandula hybrida Reverchon*), there was an attempt to recover – at least somewhat – the economic value of these areas, and to provide the impoverished agricultural population with an opportunity for new revenue. Lavender began to be officially cultivated on the island of Hvar from the year 1928, when the first seedlings were planted near the village of Velo Grablje. The actual development of lavender production began after World War II (Poduje, 1975). The main cause for the rapid increase in the cultivation of lavender after World War II were the high prices and the high demand for this plant, due to the lack of aromatic raw materials (Vernazza, 1957). It could be said that the golden era of lavender was between the 1952 and 1963. World production of lavender in 1966 amounted to 800 tons, and on Hvar in the same year about 70 tons of lavender flowers were produced, 90% of the total production of this plant in the Socialist Federal Republic of Yugoslavia, and about 8% of the total world production (Petrić, 2006).



Figure 6 - Lavender fields, island of Hvar (Author: Antonio Morić-Španić, August 2013)

---

<sup>9</sup>The most valuable island vine varieties are *Plavac Mali* and *Dmekuša* (red grapes), as well as *Bogdanuša* and *Prč* (white grapes).

Since the lavender plantations are not classified as a separate category in system of the national *Agency for registering land parcels* (ARKOD), field mapping of the plantations was conducted. Three major fires in the last twenty years almost completely destroyed Hvar's lavender plantations, and therefore it is possible to estimate that today the island has only about 340 hectares of planted lavenders, which is just slightly more than 5% of the agricultural land area (Figure 6).

### 4.3. GIS locality modelling

Managing spatial data with the help of GIS technology enables analysis and spatial modelling, on an advanced level. Combining spatial data sets with optimal growing conditions for indigenous island crops, creates a basis for strategic planning in order to implement the sustainable development of the island's area.

The proposal for the revitalisation of agricultural zones on the island of Hvar is based on a comparative spatial analysis of arable agricultural lands in 1975 and of today's agricultural zones on the island. On 58.59% of the agricultural land dating from 1975, no changes have occurred.

On the remaining surface of the former farmlands, the **transformation trend leading to extensification** is under way (2,694.90 hectares), as well as the process of natural vegetation succession and the expansion of degraded forest types (maquis and garrigue). Precisely these once arable zones, because of the still existing parcelization, marked by dry-stone wall boundaries and positions on terraced localities, represent the "frozen" agricultural capital of the island, which could be reactivated in a relatively short time period (Figure 7).



Figure 7 - Extensification and natural succession (Author: Antonio Morić-Španić, August 2013)

Through the GIS correlational analysis of soil types, slopes, terrain exposures and the farming requirements of selected traditional indigenous crops and varieties, a spatial model was obtained, which indicated the most favourable localities for cultivation, if the previous arable areas of the island would be activated (Figure 8). The analysis is focused on indigenous grapevine types: the varieties *Faros*, *Drnekuša*, *Bogdanuša*, and *Prč*, and also lavender fields and olive groves.

Orientation towards the quality and cultivation of indigenous varieties of the island would be the only way to revitalise the island's viticulture, since only in this way would winemakers on Hvar be able to become competitive on the wine market.<sup>10</sup> The agricultural EU policy promotes high-quality varieties of wine sorts and also geographical authenticity and originality, as the primary indicators on the market.

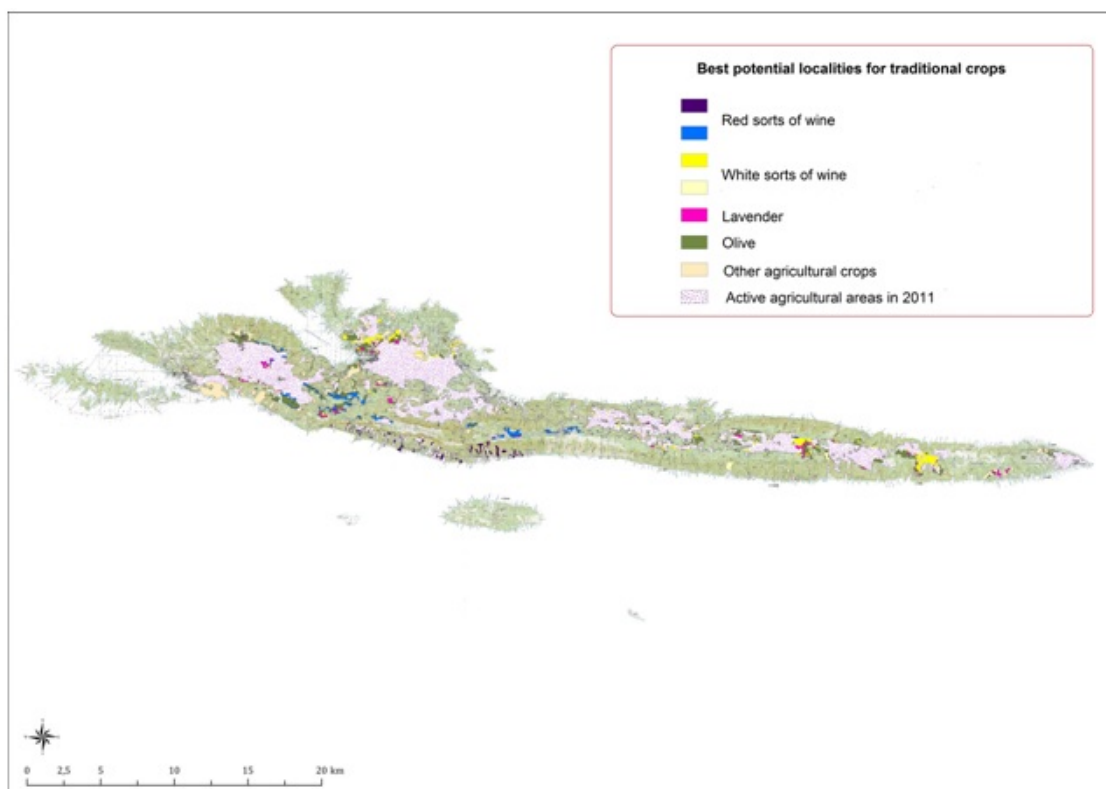


Figure 8 - GIS modelled – best potential localities for traditional crops, island of Hvar. ( Source: Morić-Španić, 2014)

Cultivation of indigenous red wine sorts from the *Faros* variety is possible in all the abandoned agricultural lands in the colluvium. Specified sites include 123.79 hectares of potential

<sup>10</sup>Of course, cooperation between winemakers is also important, in order to produce the economic results.



land for the cultivation of first-rate varieties of red wine, and all of them are located on the southern slopes, within the slope gradient above the 5° ratio.

In determining the possible potential land area for growing indigenous red grapevine of the *Drnekuša* variety, the height above the sea level was designated as the fundamental spatial component. The exceptionally high-quality wine *Drnekuša* is produced in zones 300 metres above the sea level (Tomić, 1995). By means of the analysis, a potential range of 243.46 hectares was allocated, for the most part in the central zone of the island's ridge.

Several parameters were taken into account when the attempt was made to determine the most suitable natural habitats for growing indigenous white grapevine of the *Bogdanuša* variety. High quality *Bogdanuša* wine is produced on slopes with an angle of 0–5°, in red soil and sandy-loam regosol soils (Tomić, 1995). A total of 409.26 hectares from former agricultural areas meets all three of these conditions.

An almost forgotten variety of white wines, *Prč*, once had its natural habitat along the shores of the southern bays in the eastern part of the island. Activation of 99.09 hectares of abandoned agricultural land, dating from the initial period of production, could again revive this growth.

The largest number of factors was taken into consideration in the analysis aimed at determining the potential zones for the cultivation of lavender. These zones included terrain slopes which have an angle over 5°, with southern exposure and the following soil categories: sandy-loam regosol soil terraces, skeletal calcareous regosol soils and red and brown regosol soil floor. Via correlation of the GIS analysis, 173.51 hectares of the most valuable island locations for the cultivation of this aromatic herb were allocated.

Even though olive trees can grow in locations where no other cultivates can develop, nevertheless higher crop yields result on terrains with a slope of 2–5° and with red and brown regosol soils and skeletal calcareous regosol soils. Localities with the above characteristics include 736.60 hectares in the land area of Hvar's earlier agricultural zone.

## 5. Conclusion

By means of the spatial analysis of the environmental status of the island of Hvar in the period from 1975 to 2011, significant changes in the land use of the island were confirmed. The reduction in the size of areas with traditional cultivates, and the pronounced extensification process (expansion of maquis) were the two most important factors in the last 40 years leading to changes. As a result of these processes, in 2011 traditional island crops were planted on only about 10% of the total area of Hvar island (3,907 hectares).

(Re)activation of overgrown agricultural surfaces with traditional island cultivates would prevent the further spread of maquis, would contribute to the increased branding of indigenous

products and would also help in the general development of rural zones on the island, intensely affected by depopulation. Through the use of GIS tools to integrate various relevant databases and spatial parameters for each cultivate, a spatial model has been created for the (re)activation of the potentially most suitable land areas.

In regard to the total area of the abandoned and overgrown agricultural surface of 2,695 hectares, spatial modelling has indicated the possibility of potential (re)activation of 1,787 hectares, which would be 66% of that land area. This would also mean an increase of 46% in the total agricultural area of the island, under traditional crops.

GIS analysis and modelling may clear up and point to the spatial potential and availability of spatial resources and opportunities, but what is equally important is the local community, its demographic potential as well as socio-cultural inheritance, worldviews and mentality.

## 6. Bibliography

Aničić, B., Ogrin, D., Andlar, G., Pereković, P., Avdić, I., Rechner, I. (2007). Revitalisation of the Agricultural Landscape, on the Island of Korčula – Case study municipality Blato. *Journal of Central European Agriculture* 8 (2), 243-256.

Antić, L.J. (1991). *Hrvati u Južnoj Americi do godine 1914*. Zagreb: Institut za migracije i narodnosti.

Antrop, M. (1993). The transformation of the Mediterranean landscapes: an experience of 25 years of observations. *Landscape and Urban Planning* 24 (1-4), 3-13.

Aretano, R., Petrosillo, I., Zaccarelli, N., Semeraro, T., Zurlini, G. (2013). People perception of landscape change effects on ecosystem services in small Mediterranean islands: A combination of subjective and objective assessments. *Landscape and Urban Planning* 112 (1), 63-73.

Bevan, A., Conolly, J. (2011). Terraced fields and Mediterranean landscape structure: An analytical case study from Antikythera, Greece. *Ecological Modelling* 222 (7), 1303-1314.

Bogunović, M. (1995). Tla otoka Hvara. In: M. Mihovilović, (Eds), *Otok Hvar*. (pp. 60-66). Zagreb: Matica hrvatska.

Conti, S., Segre A. (Eds) (1998). *Mediterranean Geographies*. Società geografica Italiana, CNR.

Čuka, A. (2010). *Preobrazba dugootočkog krajolika kao odraz suvremenih sociogeografskih procesa*. Doctoral thesis, Sveučilište u Zadru, Odjel za geografiju, Zadar.

Déry, S., Leimgruber, W., Zsilincsar, W. (2012). Understanding Marginality: Recent Insights from a Geographical Perspective. *Hrvatski geografski glasnik*, 74 (1), 5-18.

Durbešić, A. (2012). *Promjene pejzaža južne padine Svilaje – GIS pristup*. Doctoral thesis, Sveučilište u Zagrebu, Prirodoslovno-matematički fakultet, Zagreb.

Durbešić, A., Fuerst-Bjeliš, B. (2016). Tipovi i trendovi promjene pejzaža planine Svilaje – Ogorje / Types and trends in landscape changes at Svilaja – Ogorje Mountain area. *Ekonomika i Ekohistorija* XII, 207-220.

Fuerst-Bjeliš, B., Lozić, S., Cvitanović, M. i Durbešić, A. (2011). Promjene okoliša središnjeg dijela Dalmatinske zagore od 18. stoljeća / Environmental changes in central part of Dalmatinska Zagora since 18<sup>th</sup> century. In: M. Matas, and J. Faričić, (Eds), *Zagora između stočarsko-ratarske tradicije te procesa litoralizacije i globalizacije: zbornik radova Zadar - Dugopolje, 19 - 21. 10. 2010.* (pp.117-129). Zadar: Sveučilište u Zadru, Kulturni sabor Zagore, Matica hrvatska Split.

Fuerst-Bjeliš, B., Durbešić, A. (2013): Littoralization and Behind: Environmental Change in Mediterranean Croatia. In H. Pina, Martins, F. and Ferreira, C. (Eds), *The Overarching Issues of the European Space Strategies for Spatial (Re)planning based on Innovation, Sustainability and Change* (pp.136-147). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Hrdalo, I., Aničić, B., Pereković, P., Rechner, I., Andlar, G. (2008). Tipologija poljoprivrednih krajobraza Dubrovačkog primorja kao osnova za usmjeravanje razvoja. *Journal of Central European Agriculture* 9 (1), 77-94.

Kizos, T., Dalaka, A., Petanidou, T. (2010). Farmers' attitudes and landscape change: evidence from the abandonment of terraced cultivations on Lesvos, Greece. *Agriculture and Human Values* 27 (2), 199-212.

Kizos, T., Koulouri, M. (2006). Agricultural landscape dynamics in the Mediterranean: Lesvos (Greece) case study using evidence from the last three centuries. *Environmental Science & Policy* 9 (4), 330-342.

Kizos, T., Spilanis, I. (2004). The transformation of landscape: modeling policy and social impacts on the agricultural landscape of Lesvos. *Natural Resource Modeling* 17 (4), 321-358.

Leimgruber, W. (2004). *Between Global and Local. Marginality and Marginal Regions in the Context of Globalization and Deregulation*, Ashgate, Aldershot.

Maradin, M. (2008). Varijabilnost padalina u Hvaru i Crikvenici. *Geoadria* 13 (2), 133-154.

Marinčić, S. (1995). Geologija otoka Hvara. In: M. Mihovilović, (Eds), *Otok Hvar*. (pp. 52-57). Zagreb: Matica hrvatska.

Tomić, A. (1995). Vinarstvo, sudbina i ponos otoka Hvara. In: M. Mihovilović, (Eds), *Otok Hvar*. (pp. 315-318). Zagreb: Matica hrvatska.

Morić-Španić, A. (2014). *Promjene okoliša otoka Hvara i utjecaj na tradicionalne otočne kulture - GIS pristup*. Master thesis, Sveučilište u Zagrebu, Prirodoslovno-matematički fakultet, Zagreb.

Morić-Španić, A. (2015). *Dalmatinski otoci: zimsko-ljetna demografska stvarnost*. Master thesis, Sveučilište u Zagrebu, Prirodoslovno-matematički fakultet, Zagreb.

Palang, H., Alumäe, H., Mander, Ü. (2000). Holistic aspects in landscape development: a scenario approach. *Landscape and Urban Planning* 50 (1-3), 85-94.

Petrić, K. (2006). *Velo Grablje u 20. stoljeću: s rječnikom grabljanskog govora*. Zagreb: Alkagraf.

Poduje, S. (1975). Poljoprivredna proizvodnja na Hvaru i integrirani procesi. *Hvarski zbornik* 3 (1), 187-201.

Serra, P., Pons, X., Sauri, D. (2008). Land-cover and land-use change in a Mediterranean landscape: A spatial analysis of driving forces integrating biophysical and human factors. *Applied Geography* 28 (3), 189-209.

Šterc, S., Komušanac, M. (2012). Neizvjesna demografska budućnost Hrvatske - izumiranje i supstitucija stanovništva ili populacijska revitalizacija...?. *Društvena istraživanja* 21 (3), 693-713.

Trinajstić, I. (1977). Osnovne značajke biljnog pokrova otoka Hvara i njegov fitogeografski položaj u okviru Europskog dijela Sredozemlja. *Poljoprivreda i šumarstvo* 23 (4), 1-36.

Van Der Sluis, T., Kizos, T., Pedroli, B. (2014). Landscape change in Mediterranean farmlands: impacts of land abandonment on cultivation terraces in Portofino (Italy) and Lesvos (Greece). *Journal of Landscape Ecology* 7 (1), 23-44.

Vernazza, N. (1957). *Ulje lavandulinih hibrida s otoka Hvara*. Split: Institut za jadranske kulture i melioraciju krša.

## Sources

CORINE Land Cover database (1975)

Database of Hrvatske šume (*Croatian Forests*) (2002)

Database of Državna geodetska uprava Republike Hrvatske (*State Geodetic Directorate of Republic of Croatia*) (2011)

*Nacionalni program razvitka otoka*. Ministarstvo razvitka i obnove, Zagreb, 1997.

*Naselja i stanovništvo RH 1857–2001*. Državni zavod za statistiku, Zagreb, 2005.

## LA DINÁMICA DE LAS INUNDACIONES EN EL NOROESTE DE LA PENÍNSULA IBÉRICA: EL CASO DE BETANZOS (A CORUÑA, ESPAÑA)

Alexandre Luis VÁZQUEZ-RODRÍGUEZ

Universidad de Santiago de Compostela

alexandre.luis.vazquez@rai.usc.es / sonxandre.luis@gmail.com

### Abstract

Floods are the natural phenomenon with a greater number of social and economic losses in a short period of time. Galicia, with hundreds of channels, and with a favourable climate for them to be maintained, presents this problem a large part of the rivers. Where there is water, there is a human settlement, which means that the vicinity of the rivers of this land are always populated. In the Mandeo and Mendo's interfluvium is located the historical town of Betanzos, urban core that experiences these phenomena annually. Compiling historical data, and information of the current media, it has been seen that, throughout its existence, this town has experimented, and experiences, several episodes, both by the floods of the river and by the dynamics of the tides of the Atlantic Ocean. This article presents, through the current situation of the floods in the village, this northwest of the Iberian Peninsula current problem.

**Keywords:** Betanzos, floods, tide, northwest of the Iberian Peninsula, river

### Resumen

Las inundaciones son el fenómeno natural con un mayor número de pérdidas sociales y económicas en un breve período de tiempo. Galicia, con cientos de cauces, y un clima propicio para que estos se mantengan, presenta esta problemática en el entorno de gran parte de los ríos. Allí donde hay agua, existe un asentamiento humano, con lo que las inmediaciones de los ríos de esta tierra siempre están pobladas. En el interfluvio de los ríos Mandeo y Mendo, se ubica la villa histórica de Betanzos, núcleo que experimenta estos fenómenos anualmente. Recopilando datos históricos, y de los medios actuales, se ha visto que, a lo largo de su existencia, esta villa ha experimentado, y experimenta, varios episodios, tanto por las crecidas del río como por la dinámica de las mareas del océano Atlántico. En el presente artículo se expone, a través de la situación de la villa respecto a las inundaciones, esta problemática actual del noroeste de la Península Ibérica.

**Palabras clave:** Betanzos, inundaciones, marea, noroeste de la Península Ibérica, río

## 1. Introducción

Una inundación es el proceso natural por el cual el flujo de agua río rebosa el cauce de un río. La mayoría de las inundaciones de un río está relacionada con la cantidad y distribución de precipitaciones en la cuenca de drenaje, la velocidad a la que las precipitaciones empapan el suelo y la rapidez con que la escorrentía superficial de dichas precipitaciones llega al río (Keller, E.; Bloodgett, R., 2007). Todos los ríos presentan irregularidades que dan lugar a pequeñas inundaciones frecuentes, ocasionales avenidas y escasas inundaciones extraordinarias, pero todas pueden ocasionar pérdidas humanas y económicas (Vázquez-Rodríguez, 2016).

Todo territorio que se articule ante un espacio fluvial antropizado es un espacio con riesgo de inundación. Si un evento natural no afecta al ser humano, no se consideraría la existencia de riesgo, por la ausencia de elementos expuestos (Olcina, 2006). Los episodios de inundación están controlados por tres factores principales: atmosféricos, que aportan la precipitación abundante; geográficos (relieve, características geomorfológicas), que favorecen el desarrollo de las crecidas; y antrópicos, que aumentan la vulnerabilidad y exposición ante los desbordamientos de los ríos (usos del suelo) (Olcina, 2006). Existen varios tipos de inundaciones, con diferentes clasificaciones según su origen. Se agruparían en:

- **Inundaciones asociadas a los ríos**, o fluviales, producidas cuando el río recibe un volumen de agua (en forma de precipitación o nieve) que hace que su crecida no se pueda sostener, saliendo esta de su cauce (Keller, E.; Bloodgett, R., 2007).
- **Flash floods**, o torrenciales, cuando el volumen de agua crece súbitamente debido a unas precipitaciones de carácter torrencial (propias de climas mediterráneos, semiáridos o áridos) o al derretimiento súbito de nieve existente (Keller, E.; Bloodgett, R., 2007).
- **Costeras**, consecuencia de las subidas de marea, cuando el mar llega tierra adentro u originadas por una tormenta el mar, cuando este experimenta una subida anormal de la marea por encima de su subida astronómica regular máxima debido al viento, al oleaje y a la baja presión de una tormenta (NSSL, 2016).
- **Asociadas al deshielo**, originadas por el aporte de agua que causa el deshielo de la nieve (o del glaciar si procede) primaveral (Singh, P.; Singh, V.P., 2001).
- **Urbanas**, cuando los sistemas de drenaje antrópicos no pueden evacuar toda el agua recibida de las precipitaciones o de la crecida del río. Las originadas exclusivamente a la falta de evacuación de precipitaciones también se denominan pluviales (FEMA, 2016).
- **Originadas por una ruptura de presa o de diques**, bien porque la cantidad de agua recibida es mayor a la capacidad de esta o bien por un fallo en el diseño o construcción, la cual liberaría un gran volumen en cuestión de minutos, dando lugar a un escenario catastrófico y de exclusivo origen antrópico (FEMA, 2016).
- **Inundaciones por ruptura de suelo**. Las inundaciones pueden ser resultado de diferentes fallas del terreno. La subsidencia puede causar inundaciones en las inmediaciones de esta ruptura de suelo. Es un tipo de ruptura que puede bajar la superficie de este causando inundaciones en áreas con grandes reservas de agua

subterránea, así como que, al descender la superficie del suelo, esta puede ser inundada más frecuentemente (FEMA, 2016).

En Betanzos, se dan episodios frecuentes, principalmente originados por la subida de la marea o por la cantidad de precipitaciones recibidas en la zona, las cuales hacen que los ríos se desborden. Se han empleado las series de datos disponibles de los organismos oficiales, el método racional modificado (Témez, 1978; Ferrer, 1993), método oficial para la estimación de inundaciones en España, los sistemas de información geográfica (SIG) y software de modelación hidrológica para exponer este problema, así como la dimensión de este.

### 1.1. Área de estudio

Galicia es la región ubicada en el noroeste de la Península Ibérica entre los 43° 47' N y los 41°49' N, y entre los 6°42' W y los 9°18' W. Es una de las 17 comunidades autónomas, entidad administrativa usada para la organización territorial, de España. Limita con las autonomías de Asturias y Castilla y León al este y al sur con Portugal. Presenta un relieve variado, desde las rías costeras hasta una llanura central, regada por los cientos de ríos de la región, con pequeñas sierras occidentales (Serra do Barbanza, Serra do Suido) y las mayores al este (Serra dos Ancares, Serra do Courel) las cuales conforman la sección occidental de la Cordillera Cantábrica (Rodríguez Martínez-Conde, 2001) (Fig. 1).

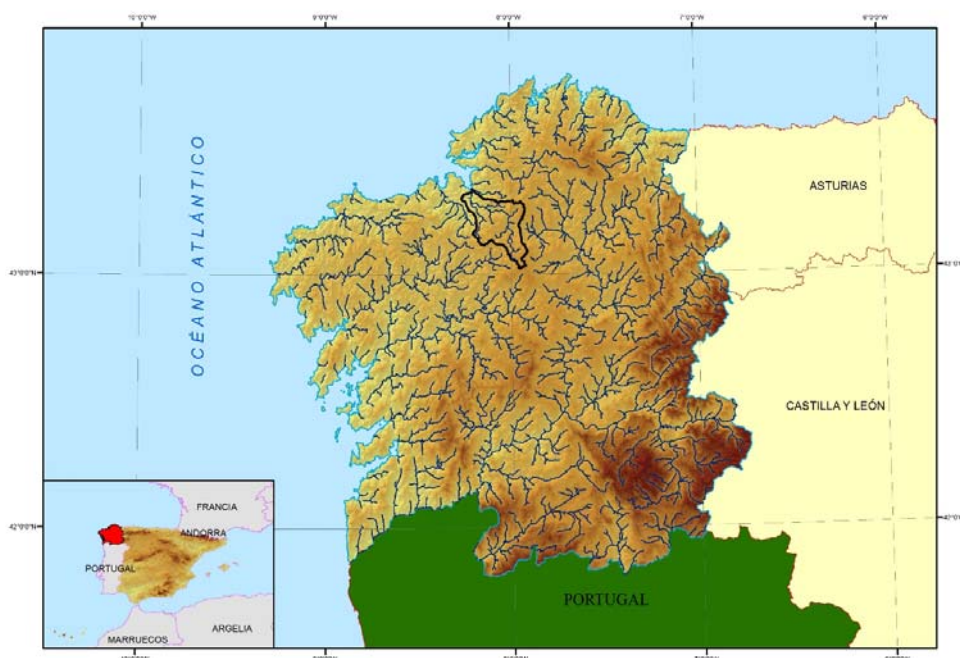


Figura 1. Ubicación de Galicia y de la cuenca del río Mandeo (en negro). Fuente: Elaboración propia. MDT cedido por el *United States Geological Survey* (USGS)

La cuenca del río Mandeo se ubica en el norte de Galicia, entre los 43° 20' N y los 43° 0' N y de los 8° 15' W a los 7° 55' W (Fig. 1). Su área es de 482 km<sup>2</sup>. Aunque tenga el nombre del río principal, estamos ante una cuenca con un sistema bifluvial: el río Mendo y el río Mandeo, siendo el primero afluente del segundo. El río Mendo tiene una longitud de 24, 15 km, se ubica en la sección oeste de la cuenca, desembocando en el río Mandeo, en Betanzos. El río Mandeo tiene 57 km de longitud y circula por la parte central de la cuenca, siendo el río principal y desembocando en el Océano Atlántico por la ría de Betanzos.

Dentro de la cuenca existen 3 agrupaciones de materiales geológicos diferenciados: al oeste, extensas franjas de ortogneis y esquisto, en el centro, el Macizo granítico de Espenuca; y al este, una mezcla de macizos graníticos, pizarras y gneises. El sector central presenta la mayor permeabilidad, mientras que este y oeste son materiales impermeables (Xunta de Galicia, 2016).

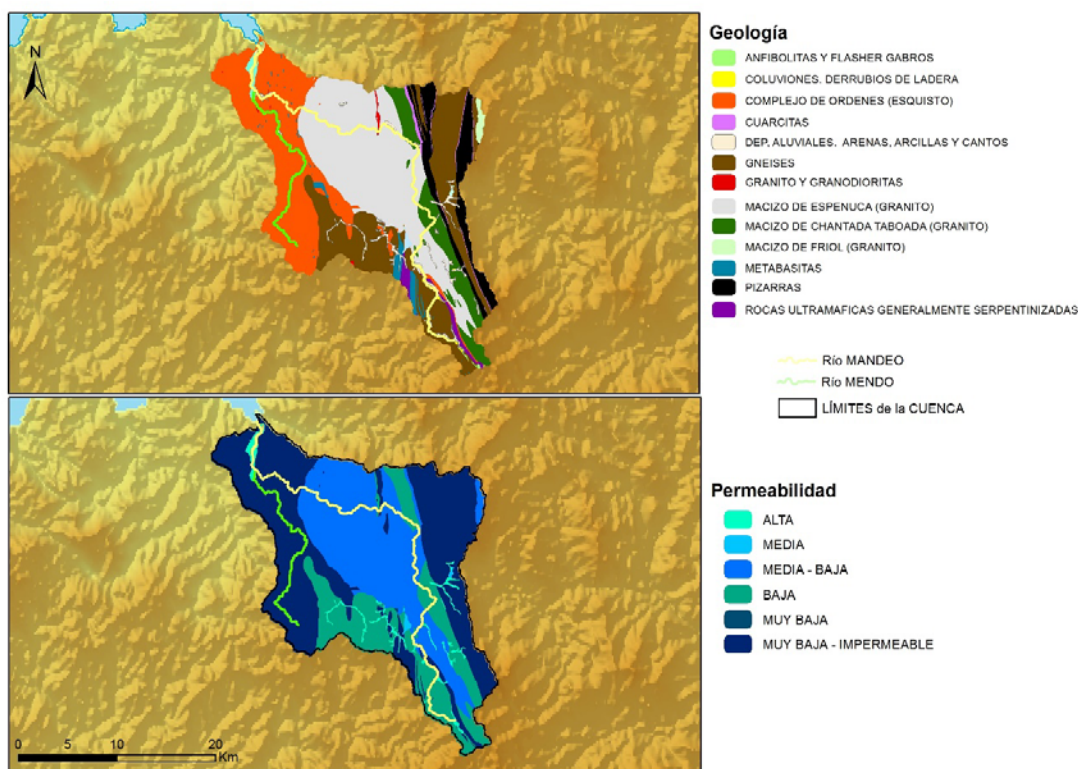


Figura 2 Geología y permeabilidad de la cuenca del río Mandeo. Fuente: Modificado de Xunta de Galicia

En el área existen varios asentamientos, siendo el principal Betanzos. La villa de Betanzos se ubica en la sección norte de la cuenca, en la confluencia de los Mandeo y Mendo, con una población de 13158 habitantes (INE, 2015). Es un asentamiento que data del s. XIII (1219), Edad Media, ubicado sobre



el antiguo castro de Untia (García Moreno, V.; Avellanosa, T., 2003). El origen de la villa se situaría en la cima del castro, la cual se ampliaría respetando la orografía de este, hasta mediados del s. XIX y comienzos del s. XX, momento en el que se produce su expansión fuera del recinto medieval (Municipio de Betanzos, 2016). En la distribución de la villa se distinguen tres zonas: la zona oeste, industrial, la zona este, residencial, con un parque y algunos cultivos; y la zona central, subdividida entre la zona histórica, en la parte alta de la villa, y la zona nueva, en el entorno de esta (Fig. 3), ambas comerciales y residenciales.

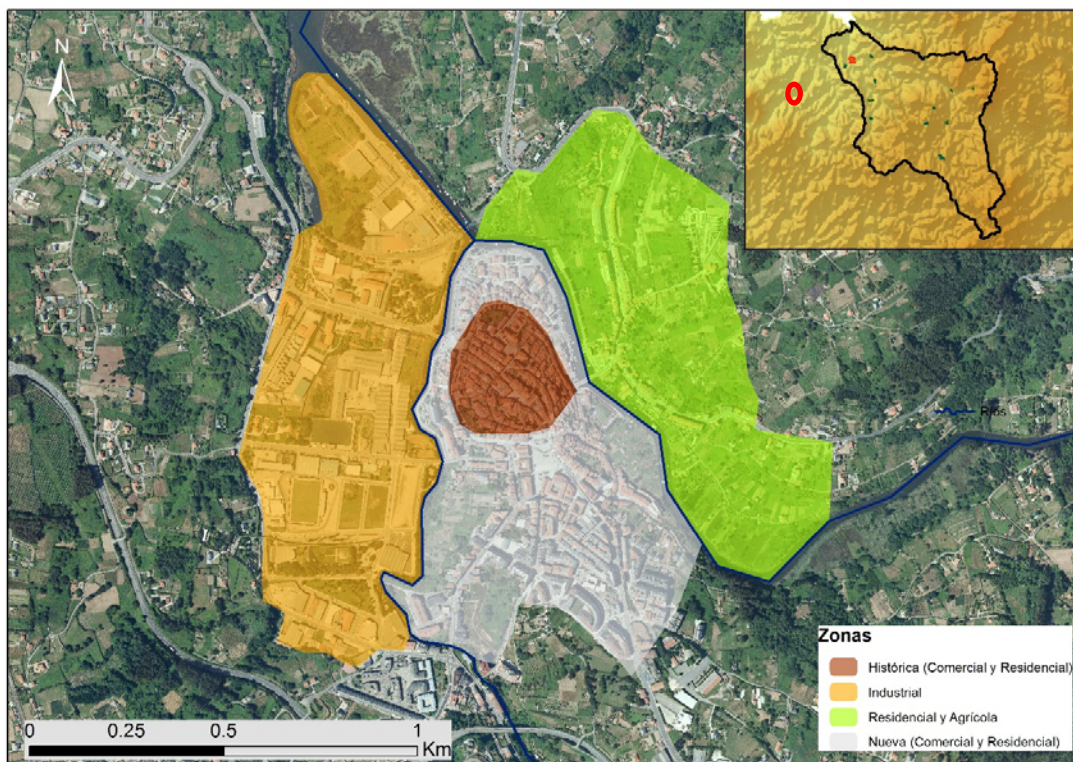


Figura 3. Ubicación y distribución de Betanzos. Fuente: Elaboración propia. Ortofoto cedida por el Instituto Geográfico nacional

La altitud del núcleo va desde la altura mínima de los ríos, ascendiendo hacia el sur, sobre un pequeño cordón montañoso que separa los valles de ambos ríos, cuyo punto más elevado está en los 170 m, estando el punto más elevado de la villa entorno a los 40 m. La pendiente está entre el 0% y el 20%, estando la más elevada entre la zona nueva y el casco histórico (Fig. 4).

El clima es oceánico, la ubicación geográfica del asentamiento, próxima al océano Atlántico, hace que reciba todas las borrascas originadas en él, y que los eventos extraordinarios, como las ciclogénesis, tengan incidencia en este. Las precipitaciones máximas se registran en los meses de noviembre, diciembre y enero (Martínez Cortizas; Pérez Alberti, 1999). Debido a la influencia de los ríos, la

temperatura es algo inferior respecto a otras zonas similares. Las temperaturas mínimas oscilan entre valores negativos y los 4° C, mientras que las máximas alcanzan los 24° C y la media se sitúa en los 12° C (Meteogalicia, 2016). Las precipitaciones llegan a los 1200 mm anuales (Meteogalicia, 2016) (Fig. 5).

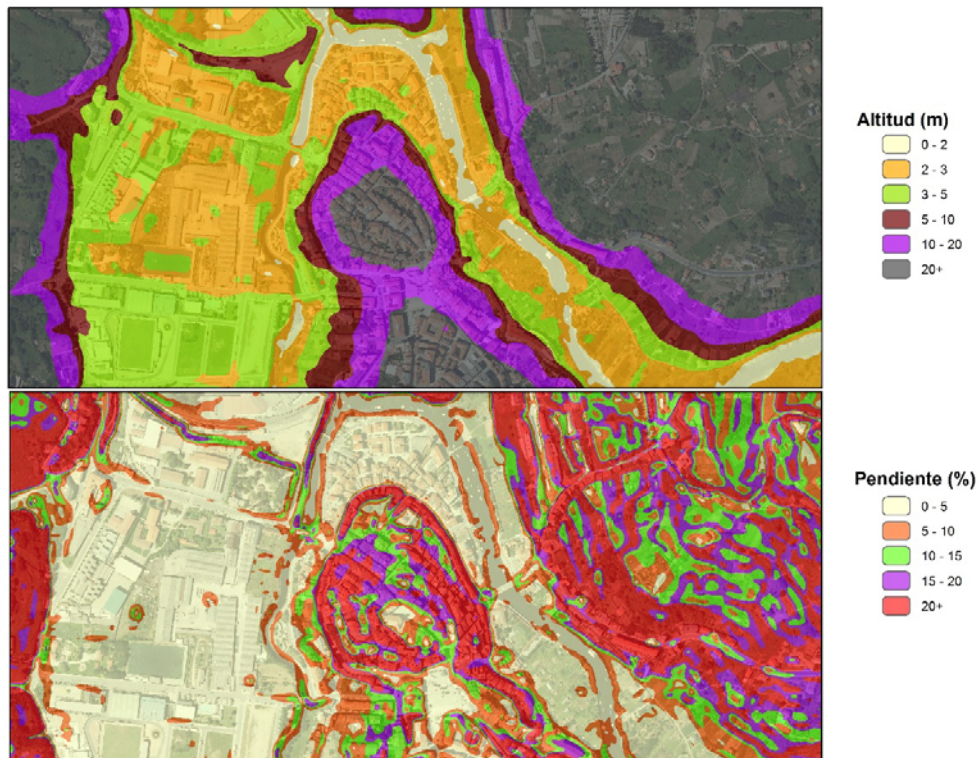


Figura 4. Elevación y pendiente de Betanzos. Fuente: Elaboración propia. PNOA cedido por el Instituto Geográfico Nacional

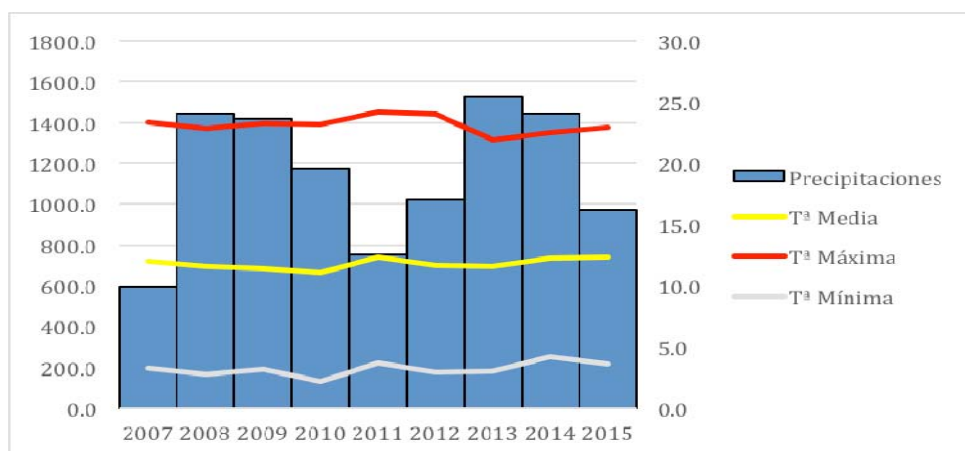


Figura 5. Climograma de Betanzos 2007 – 2015. Fuente: Elaboración propia

## 1.2. Antecedentes de inundaciones

Como ya se ha dicho en el apartado anterior, el caso histórico de Betanzos data del s. XII y está ubicado en el asentamiento de un antiguo castro, respetando la topografía de este. A principios del siglo XX comienza su expansión fuera del recinto medieval. Antes de esa fase solo existe el registro de una inundación en 1584, afectando a un tramo de una vía de comunicación (Protección Civil, 2014). A partir de la construcción en las inmediaciones de los ríos, en la parte norte de la zona nueva (Fig. 3), comienzan a existir estos problemas. Existen registros contemporáneos catalogados desde 1960 (nota de prensa en la Revista Vida Gallega, nº 754), siendo una noticia reiterada en la prensa gallega en las últimas décadas y recogidas en la base de datos de inundaciones de Protección Civil (hasta 2010). Haciendo un seguimiento de ambos medios desde el año 2000, las inundaciones en Betanzos han sido noticia o han sido registradas en diversas ocasiones, siendo la última referencia de octubre de 2016 ([La opinión A Coruña](#), 28/10/2016). Estos diarios, y esta base de datos, hacen referencia a inundaciones de carácter costero, fluvial o urbano. Se han cartografiado los puntos extraídos de la prensa, siendo alguno de ellos la representación de varias inundaciones por darse este suceso reiteradamente en el mismo lugar.



Figura 6. Inundaciones registradas entre 2000 y 2016 basada en las noticias de los diarios *La Voz de Galicia* y *La Opinión* y la base de datos de inundaciones creada por Protección Civil. En el círculo rojo el área afectada en un mayor número de ocasiones. Ortofoto cortesía del Instituto Geográfico Nacional.

Como se aprecia en la figura 6, la zona más afectada por las inundaciones es el noreste de la villa (zona nueva), principalmente en la calle situada a la orilla izquierda del río Mandeo, el Paseo del Malecón, a la que los medios suelen referirse por su nombre o por el nombre de su distrito, el malecón de *A Ribeira* (La Opinión de A Coruña, 2015).

#### 1.4. Situación actual de la gestión de inundaciones

La gestión de inundaciones es una competencia de carácter autonómico (2ª unidad en la jerarquía de la administración territorial, tras la figura del Estado) dentro de España. El Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente está realizando un Sistema Nacional de Cartografía de Zonas Inundables (SNCZI), en el que recoge las cartografías elaboradas por las diferentes comunidades autónomas. Este proyecto comenzó en el año 2011 y actualmente sigue en desarrollo. Ofrece una serie de tramos de ríos denominados “áreas de riesgo potencialmente significativo”, en el que figuran partes de los cauces del río en las que puede darse una inundación, y la extensión de las zonas inundables (fig. 6) correspondientes a períodos de retorno (tiempo medio entre dos inundaciones de igual alcance) (Elías et al., 1979) de 10, 50, 100 y 500 años para inundaciones de origen fluvial y para períodos de 100 y 500 años en el caso de las de origen mareal. No obstante, este proyecto dista de estar terminado y existen áreas sin esta información.



Figura 7. Muestra de las zonas inundables según las instituciones oficiales. En naranja las áreas inundables correspondientes a una inundación costera a un período de retorno de 100 años. En rosa las áreas inundables correspondientes a una inundación fluvial a un período de retorno de 50 años. Fuente: SNCZI, Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio ambiente

En la figura 7 se aprecia que para la zona de estudio sí que existe la cartografía oficial, tanto para inundaciones costeras como para inundaciones fluviales. En la zona más afectada, según periódicos y protección civil (fig.6), tendrían problemas indiferentemente del origen del fenómeno.

Para buscar estos datos se emplean las demarcaciones hidrográficas, en las que se agrupan las cuencas de ríos y afluentes. En Galicia existen dos: La demarcación Miño – Sil y la demarcación Galicia costa, en la que se ubica la cuenca del río Mandeo. La demarcación Galicia Costa es el conjunto de zona terrestre y marina compuesta por una o varias cuencas hidrográficas vecinas y las aguas de transición, subterráneas y costeras asociadas a dichas cuencas (CEDEX, 2016), que abarca todas las cuencas hidrológicas gallegas excepto la del río Miño y la del río Sil, las cuales están en la demarcación propia homónima. Para la primera existe el borrador del Plan de gestión de riesgo ambiental de inundación de Galicia costa 2015 – 2021, a modo de memoria descriptiva de cómo elaborar la cartografía y los planes de protección civil relacionados, creado en 2011. Estos planes de protección civil incluyen los protocolos a seguir en caso de que uno de estos eventos ocurriera: el establecimiento de actuaciones prioritarias, el plan de evacuación de la población o las indicaciones para cortar el acceso a las zonas afectadas, serían parte de las instrucciones recogidas en ellos.

## **2. Objetivos, materiales y metodología**

El objetivo de este texto es dar a conocer el estado actual de un problema destacado en el Noroeste de la Península Ibérica, tomando la villa de Betanzos como ejemplo. Cualquier núcleo urbano asentado a las orillas de un río (solo en Galicia, unos miles) o en el fondo de una ría, puede experimentar inundaciones como las de Betanzos. Se ha escogido esta villa como ejemplo por la periodicidad anual en la que experimentan estos fenómenos. De igual modo el método aquí empleado sería válido para cualquier localidad similar del Noroeste de la Península Ibérica, e incluso, para otras partes de esta.

Para dar a conocer las inundaciones del Noroeste de Iberia se realizará una cartografía de zonas inundables en detalle de Betanzos, con la que se dará a conocer cómo afectan las inundaciones en esta parte de la península. Delimitar las zonas inundables de una zona, y relacionarlas con los caudales y los períodos de retorno que les correspondan, es obligatorio para una buena planificación que contemple las inundaciones ya que sintetiza el conjunto de conocimientos hidrológicos, geomorfológicos e hidráulicos de la superficie inundable y lleva intrínseca una valoración del nivel de riesgo (Mateu, 1989).

### **2.1. Materiales empleados**

Para realizar el presente trabajo se han recogido los datos necesarios de las instituciones oficiales españolas. Se han empleado los siguientes:

- Del Instituto Geográfico Nacional se han obtenido los **datos LIDAR**, con una resolución de 2 m, del área de estudio. Con ellos se ha elaborado un Modelo Digital del Terreno para obtener otras variables, como la altitud o la pendiente de la zona. De esta misma entidad se han tomado **ortofotos** para una percepción del impacto sobre el territorio más ajustada a la realidad y para emplearlas como cartografía base a la hora de presentar los resultados.
- De *Meteogalicia*, agencia autonómica gallega de meteorología, se han obtenido los **datos de precipitación** de los últimos años de las tres estaciones meteorológicas cercanas, Sada, Guísamo y *Marco da Curra* (fig.8), para ver cuanta precipitación hubo los días en el que asentamiento tuvo inundaciones, así como en días anteriores para tener una idea de la posible cantidad de agua acumulada en los suelos del lugar.
- De la *European Environment Agency*, organismo medioambiental de la Unión Europea, se ha descargado la capa de **usos del suelo Corine Land Cover 2012**, para extraer unos valores necesarios para calcular nuevas variables, como los **coeficientes de Manning** o de rugosidad (Chow, 1959), coeficientes obligatorios para la estimación de áreas inundables.
- De Puertos del Estado, las referencias de nivel del mar del mareógrafo de Coruña, el más próximo a Betanzos, dónde se recoge la altura de este y la **altitud alcanzada por la marea**, en una situación normal; cuando se da algún fenómeno astronómico (como las mareas vivas, entre otros), denominada marea astronómica; y la máxima alcanzada cuando sucede un fenómeno atmosférico extraordinario, como los temporales.

Para procesar estos materiales se han empleado el sistema de información geográfica ArcGIS 10.1, así como el programa de modelado hidrológico HecRAS 5.0.3. y la herramienta HecGeoRAS 10.1 la cual transfiere los datos de un software a otro.

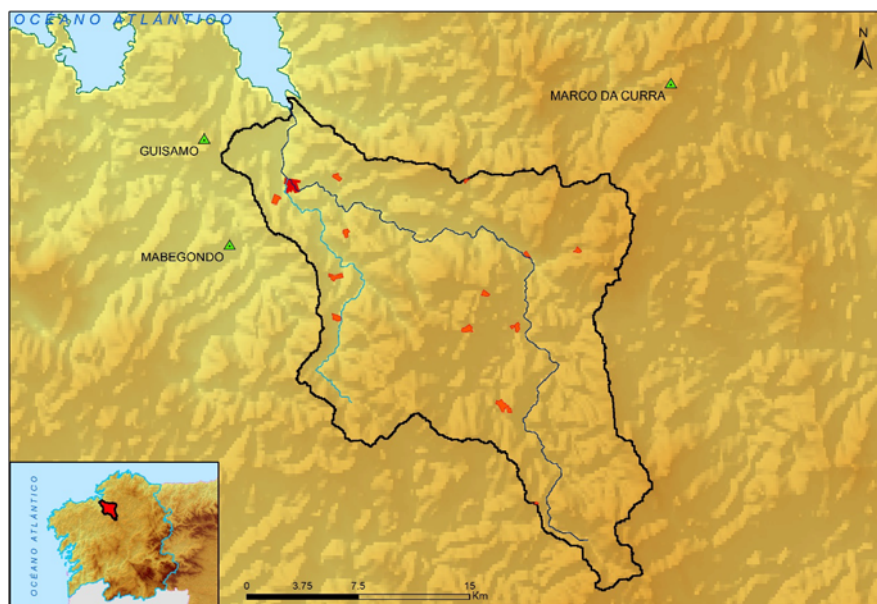


Figura 8 - Ubicación de las estaciones meteorológicas. Fuente: Elaboración propia

## 2.2. Metodología

Debido a su complejidad la elaboración de la cartografía de zonas inundables se divide en 5 fases (IGME, 2009):

- **Recopilación de documentación.** La búsqueda y análisis exhaustivo de información documental relacionada con episodios de inundación históricos aporta un marco sobre la geografía humana y ambiental en relación con el medio fluvial (IGME, 2009). Entre las distintas fuentes de información documental destacan las fuentes cartográficas, las fotos aéreas, los periódicos y los documentos históricos (en caso de haberlos). Las entrevistas a las personas afectadas por eventos anteriores también son una fuente de información que se debe considerar.
- **Análisis geomorfológico.** Las evidencias de la dinámica fluvial, y de la dinámica costera, se manifiestan en el territorio mediante formas y materiales cuya medición, y origen, aporta información básica sobre el comportamiento de las corrientes superficiales. Entre las formas de mayor interés caben destacar los diques, los conos de deyección, los canales distribuidores de agua (por donde circula el agua en escorrentía cuando llueve), las marismas (o formaciones similares) y las zonas con mucha erosión y sedimentación, de las que pueden derivar otros fenómenos ligados a estas dinámicas (IGME, 2009).
- **Análisis hidrológico.** El análisis hidrológico es la compilación de los datos necesarios para estimar los caudales pico de las inundaciones, máximo caudal generado por la escorrentía (Chow, 1994). Estos datos son las precipitaciones, los usos del suelo, la geología y la permeabilidad de los materiales de la zona de estudio. Este análisis se realiza en inundaciones de tipo fluvial.
- **Análisis hidráulico.** El análisis hidráulico permite estimar principalmente la profundidad y la velocidad de una corriente a partir de información topográfica, hidrológica y de resistencia al flujo de agua, como consecuencia de la fricción de éste con los elementos del terreno, tales como la vegetación. Existen 2 grupos de modelación hidráulica, unidimensionales y bidimensionales (IGME, 2009), siendo este el aplicado en el trabajo. Son modelos que contemplan las dos direcciones de flujo sobre un plano horizontal, de tal modo que corrientes más complejas sean fácilmente cuantificadas. Conllevan mucho tiempo de cálculo y exigen una gran cantidad de información de partida, realizándose los controles de calidad más en los datos de partida que en el propio modelo.
- **Ensayo e integración metodológica.** Estos métodos deben aplicarse de forma integrada, siempre que lo permita la disponibilidad de fuentes de información que requiere cada uno de ellos (IGME, 2009), es decir, se han de realizar de manera combinada. Los datos obtenidos de los diferentes análisis son diferentes, pero todos son necesarios para la elaboración de una cartografía de zonas inundables. La combinación de ellos genera esta cartografía.

Tras obtener los datos de la recopilación de documentación y del análisis geomorfológico, con la aportación del trabajo de campo, se procede al análisis hidrológico.

### 2.2.1. Análisis hidrológico

Tras la obtención de los datos necesarios (los usos del suelo las precipitaciones, entre otros) el procedimiento a seguir para hacer un análisis hidrológico es el método racional (Tabla I) de Témez (1978), modificado por Ferrer (1993), por tratarse de un método hidrometeorológico que tiene en cuenta los factores principales que intervienen en los caudales de crecida, datos que se obtienen al aplicarlo, siendo el método de referencia en España. Se han calculado los caudales pico para los períodos de retorno, el tiempo medio entre dos inundaciones de igual alcance, de referencia en el cálculo de avenidas (Tabla II): 25 años, que representaría las inundaciones frecuentes, 50 años, inundaciones ocasionales de mayor intensidad y 100 años, inundaciones extraordinarias con una gran intensidad. A mayores se ha incluido el caudal para un período de 5 años (Tabla II), por tratarse de un intervalo de tiempo más cercano al ser humano que los anteriores.

Tabla I. Método racional. Variables y fórmulas

Variable	Fórmula	Donde
Cálculo de la precipitación máxima diaria para distintos períodos de retorno	$X_t = I^T \cdot Y_t$	$X_t$ (mm/día) = Volumen de precipitación máxima diaria para un período de retorno $t$ $I^T$ (mm/día) = Precipitación media $Y_t$ = Cuantil regional
Número de curva, precipitación umbral y precipitación umbral corregida	$I_0^p = \frac{5000}{NC - 50}$ $I_0^c = I_0^p \cdot r$	$P_0$ (mm) = Precipitación umbral $I_0^c$ (mm) = Precipitación umbral corregida $NC$ = Número de curva $r$ = Factor regional
Tiempo de concentración de la cuenca	$T_c = 0,3 \cdot \left( \frac{l}{j} \right)^{0,76}$	$T_c$ (horas) = Tiempo de concentración $l$ (m) = Longitud del río $j$ (m/m) = Desnivel del río
Coefficiente de simultaneidad	$K_A = 1 - \frac{\log S}{15}$	$K_A$ = Coeficiente de simultaneidad $S$ (Km <sup>2</sup> ) = Superficie de la



	$I_{t}^{m} = K_{d} \cdot X_{t}$	<p>cuenca</p> <p><math>I_{t}^{m}</math> (mm) = Precipitación diaria corregida para una duración <math>D</math> (equivalente a un período de retorno <math>t</math>)</p> <p><math>X_{t}</math> (mm/día) = Precipitación máxima diaria para un período de retorno <math>T</math></p>
Coefficiente de escorrentía	$C = (I_{t}^{m} - I_{t}^{u}) \cdot \frac{I_{t}^{m} + 23 \cdot I_{t}^{u}}{(I_{t}^{m} + 11 \cdot I_{t}^{u})^2}$	<p><math>C</math> = Coeficiente de escorrentía</p> <p><math>I_{t}^{m}</math> (mm) = Precipitación diaria corregida para una duración <math>D</math> (equivalente a un período de retorno <math>T</math>)</p> <p><math>I_{t}^{u}</math> (mm) = Precipitación umbral corregida</p>
Intensidad de las precipitaciones	$I_D = \frac{I_{t}^{m}}{24 \cdot \left(\frac{t}{T}\right)^{2.25} \cdot 10^{0.05}}$	<p><math>I_D</math> (mm/h) = Intensidad máxima de las precipitaciones para un evento de duración <math>D</math> (en el método racional equivalente al tiempo de concentración de la cuenca)</p> <p><math>I_{t}^{m}</math> (mm) = Precipitación diaria corregida para los diferentes períodos de retorno</p> <p><math>\frac{t}{T}</math> (mm/h) = Relación intensidad horaria y diaria</p>
Caudal pico	$Q_p = \frac{C \cdot I \cdot S}{3.6} \cdot K$	<p><math>Q_p</math> (<math>m^3/s</math>) = Caudal pico</p> <p><math>C</math> = Coeficiente de escorrentía</p> <p><math>I</math> = Intensidad de las precipitaciones</p> <p><math>S</math> = Área de la cuenca</p> <p><math>K</math> = Coeficiente corrector</p>

Fuente: Témez (1978) y Ferrer (1993)

Tabla II. Valores del caudal pico para los diferentes períodos de retorno. Ríos Mandeo y Mendo

Río/Período de retorno	años	25 años (m <sup>3</sup> /s)	50 años (m <sup>3</sup> /s)	100 años (m <sup>3</sup> /s)
Mandeo	2.93	67.0	83.3	105.1
Mendo	8.05	57.0	70.8	87

Fuente: Elaboración propia

En el caso de las inundaciones costeras, también se compilan los datos necesarios, pero no existe un método como para las fluviales, ya que no hay que calcular el caudal de ningún río. El material obtenido en este caso se emplea en el siguiente paso, realizar el análisis hidráulico, teniendo cada tipo de inundación el suyo.

### 2.2.2. Análisis hidráulico

El procedimiento para realizar el análisis hidráulico de las inundaciones es distinto según el tipo que se trate. Tras compilar la información necesaria en los apartados anteriores, se realiza un análisis para las inundaciones fluviales y otro para las costeras.

- **Análisis de las inundaciones fluviales:** Con los datos de caudal pico adquiridos mediante el método racional se puede estimar las zonas inundables entorno al río. Para esto se introduce la información topográfica, hidrológica y de resistencia al flujo de agua en un sistema de información geográfica, ArcGIS 10, para convertirla en el formato del programa de modelación, HecRAS 5.0.3. Con el material necesario en este formato, el software establece el alcance de las zonas inundables derivadas del río. Finalmente, se traslada la información de nuevo al sistema de información geográfica, que, junto al resto de materiales, darán lugar a la cartografía de las zonas inundables derivadas de la dinámica fluvial de los ríos.
- **Análisis de las inundaciones costeras:** Para realizar este análisis se emplean los materiales compilados en las fases anteriores y los datos del mareógrafo de Coruña, seleccionado por proximidad geográfica, la altitud del medidor y los niveles alcanzados por las mareas en situación normal y durante eventos extraordinarios, como los temporales o ciclogénesis (PUERTOS, 2014), los cuales se introducen en ArcGIS 10, y tras unos cálculos operados por el programa, se delimitan las zonas inundables de las inundaciones costeras.

Finalmente se integraría la información recogida en las fases anteriores dentro del sistema de información geográfica, dando lugar a la cartografía de zonas inundables de Betanzos.

No obstante, en la prensa analizada durante la recopilación de documentación, también era noticia otro tipo de inundación, las inundaciones urbanas, derivadas de los fallos de los sistemas de drenaje existentes. Esta inundación no se cartografía, de hecho, no se contempla en la cartografía estatal oficial, debido a la dificultad que presenta tanto por la cantidad de entradas y salidas de un sistema de drenaje a lo largo de cualquier asentamiento urbano, como por la posibilidad de que cualquiera de ellas falle, estando estrechamente ligada al mantenimiento de las estructuras existentes (Bertoni, 2004).

### 3. Resultado: La cartografía de las zonas inundables

La combinación de las zonas inundables derivadas de las inundaciones fluviales (fig. 9) y de las inundaciones costeras (fig. 10), da lugar a la cartografía de las zonas inundables de Betanzos.

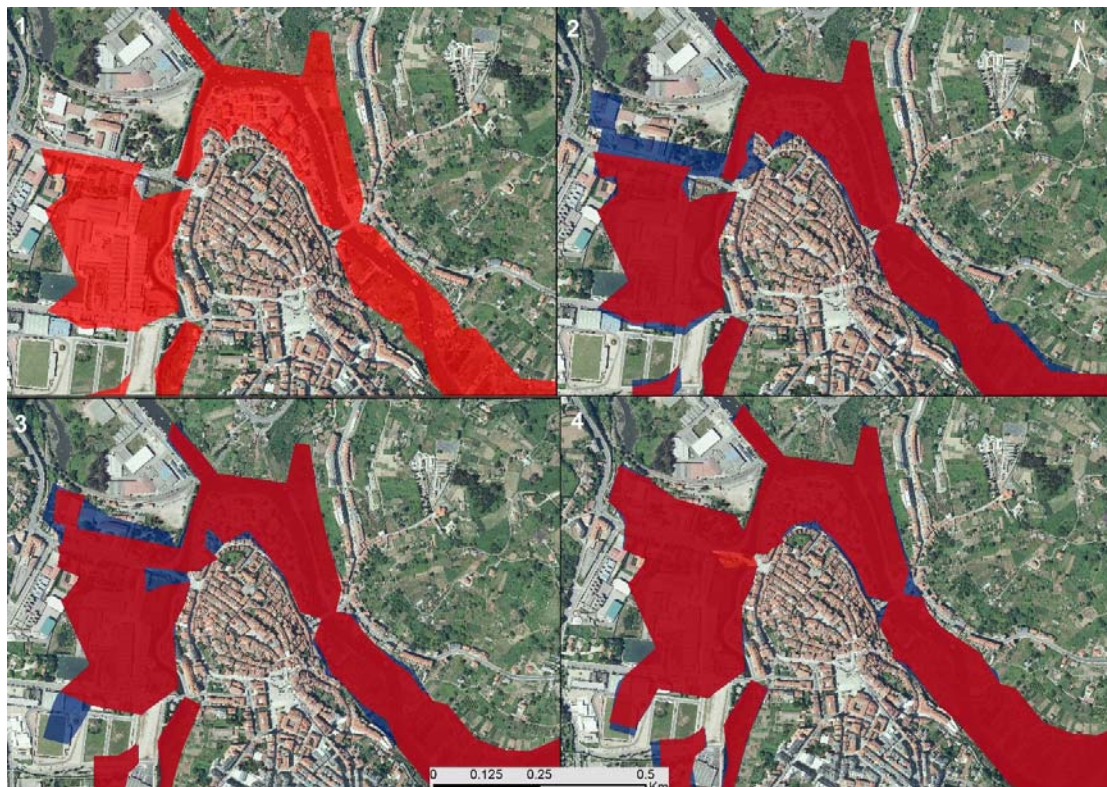


Figura 9 - Zonas inundables en caso de inundación fluvial para diferentes períodos de retorno. 1. 5 años. 2. En rojo 5 años, en azul 25 años. 3. En rojo 25 años, en azul 50 años. 4. En rojo 50 años, en azul 100 años. Fuente: Elaboración propia. Ortofoto cortesía del Instituto Geográfico Nacional.

En la figura 9 se aprecian las zonas inundables para cada período de retorno trabajado, así como se compara cada área con la del período de retorno anterior, para ver cómo sería la evolución de las

inundaciones, en función del caudal pico que tuviese. Las zonas inundables abarcan las instalaciones a las inmediaciones de ambos ríos. Así la parte norte y la parte este de la zona nueva y la zona oeste de la villa, donde se ubican los polígonos industriales (véase distribución de Betanzos en figura 3) serían las zonas del núcleo afectadas por los fenómenos de este tipo.

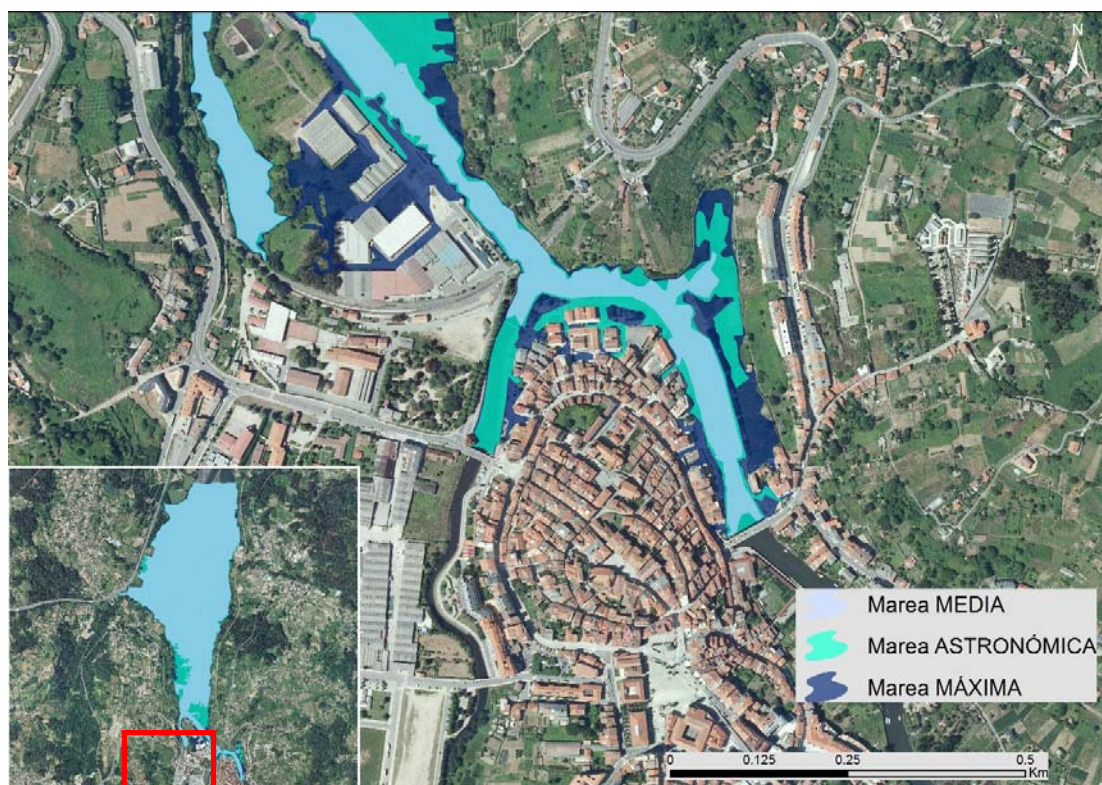


Figura 10 - Zonas inundables en caso de inundación costera. Fuente: Elaboración propia. Ortofoto cortesía del Instituto Geográfico Nacional.

En la figura 10 se contempla que el impacto de las inundaciones costeras se concentraría en la parte norte de la zona industrial, en el norte de la nueva y en el noreste, zona residencial y agrícola (véase distribución de Betanzos en figura 3). En la prensa analizada, este tipo de evento es el que más se repite a lo largo de los años, con una periodicidad anual.

En las figuras anteriores (9 y 10) se observa que las inundaciones, sean del tipo que sean, afectan a zonas pobladas de la villa de Betanzos. Existe un escenario en el análisis de estos fenómenos, cuando sucede un temporal o una ciclogénesis explosiva, en el que se combinen fluviales y costeras, debido, por un lado, al viento, que contribuye a aumentar el alcance de la marea y por otro lado a las abundantes precipitaciones que traen consigo, que contribuyen a que crezca el caudal de los ríos, con lo que las inundaciones podrían expandirse por las zonas delimitadas por ambos tipos.

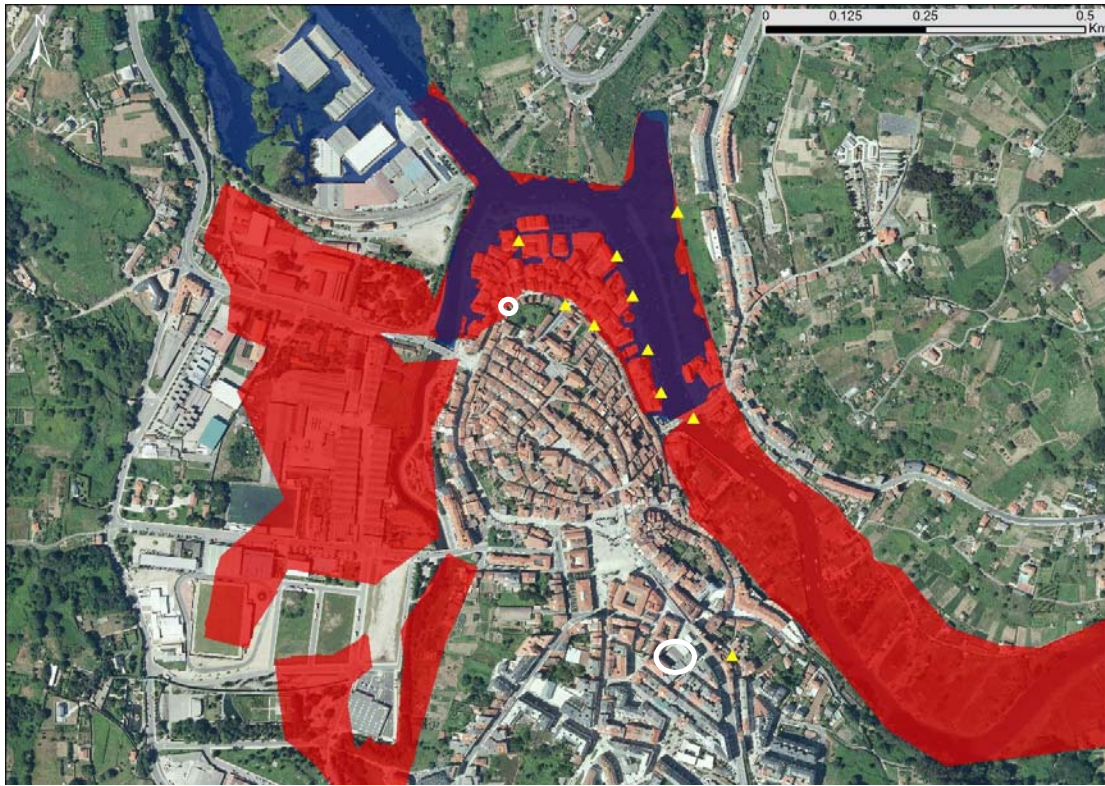


Figura 11 - Zonas inundables para un período de retorno de 100 años (rojo) y para la marea máxima (azul). En amarillo la ubicación de los eventos recogidos en la prensa. Los rodeados por un círculo blanco corresponden a otro tipo de inundaciones. Fuente: Elaboración propia. Ortofoto cortesía del Instituto Geográfico Nacional.

En la figura 11 se aprecia la distribución de las inundaciones según su génesis. Así, toda inundación en la parte oeste y en la parte sudeste de Betanzos sería de origen fluvial. Las inundaciones costeras alcanzarían la zona noroeste de la villa, así como el norte y el noreste de esta, puntos donde se combinan las zonas inundables de ambos tipos. También se observan los puntos en los que se dieron estos eventos, recogidos de la prensa. Como se ve, la mayoría de ellos pueden corresponder a cualquiera de las causas, aunque según las noticias analizadas, la causa principal es la marea. Existen 2 puntos (véase círculos blancos en la figura 11) en los que se registró una inundación no relacionada con estas causas, si no que su origen corresponde a fallos en el sistema de alcantarillado del núcleo.

### 3.1. El tercer tipo de inundaciones: las urbanas

Aparte de las inundaciones fluviales y costeras de Betanzos, cualquier núcleo urbano (esta villa incluida) que tenga un sistema de drenaje del agua puede experimentar uno de estos fenómenos por culpa de un fallo en él. Todo sistema de evacuación requiere un mantenimiento, si este se descuida, la probabilidad de que falle aumenta (Bertoni, 2004). Al urbanizar un territorio el suelo pierde

permeabilización, capacidad para absorber el agua y a reducir la cantidad de esta en superficie. Para contrarrestar este hecho están los sistemas de drenaje, como los alcantarillados. Estos van absorbiendo el agua recibida, almacenándolo bajo la ciudad, para finalmente trasladarla y devolverla poco a poco al río, o al océano. No obstante, tiene una capacidad límite, que en ocasiones puede verse superada, resultando en la emisión de agua a la superficie, pudiendo causar inundaciones. Para calcular este tipo de eventos no existe un modelo como en el anterior. En este caso el papel el trabajo de campo, junto a la revisión de prensa diaria para obtener información ha sido el método empleado. Se han revisado dónde se ubican los sistemas de drenaje (fig. 12), en qué estado se encuentran estos (no es lo mismo un drenaje limpio y sin obstrucciones que uno con ellas), recogido testimonios de la gente, en el caso de recordar algún evento sucedido y buscado en diversos medios referencias a ellos.



Figura 12 - Ejemplo de sistemas de drenaje en Betanzos. El de la derecha no presenta mantenimiento, con lo que su capacidad de retirada del agua estará mermada. Fuente: Propia

En los días con intensos episodios de lluvia es importante que el alcantarillado de los núcleos esté preparado para absorber y trasladar grandes cantidades de agua y más en la zona de estudio, que presenta grandes pendientes (superiores al 20%, véase figura 4), entre la zona más alta (e histórica) y la zona más baja (parte de la zona nueva), por la pendiente puede descender las precipitaciones en forma de escorrentía. Una gran cantidad de escorrentía puede generar una inundación, si no se drena correctamente. Para vaciar la parte baja existen puntos de drenaje en las calles (fig. 12) en los cuales se debe tener el mantenimiento actualizado, ya que, si estos fallasen, como así ha sido según la prensa

analizada, las casas y locales comerciales de las calles se verían afectados por las inundaciones, con todos los daños económicos que ello conlleva.

### 3.2. Comparación con las fuentes oficiales

Disponiendo de una cartografía de las zonas inundables detallada se puede comparar con la oficial para detectar diferencias y similitudes. A pesar de que no coinciden todos los períodos de retorno entre ambas cartografías, se puede realizar la comparativa por la existencia de los comunes, como el período de retorno de 50 años (fig. 13), que se usará para comparar las zonas inundables fluviales. En el caso de las inundaciones costeras, las zonas para un período de retorno de 100 años es el equivalente a las de la marea máxima de la cartografía propia.

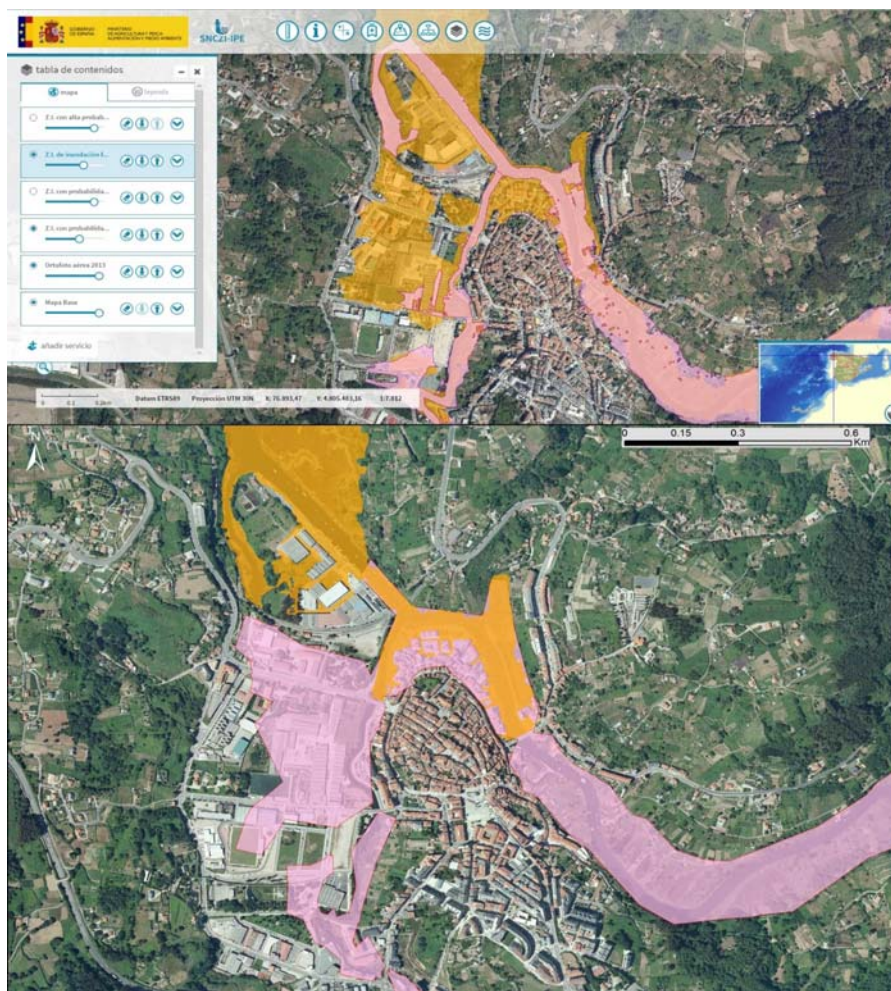


Figura 13 - Comparativa entre la cartografía oficial y la cartografía resultante de este trabajo. En naranja, zonas inundables costeras para la marea máxima. En rosa, zona inundable fluvial para un período de retorno de 50 años. Fuente: SNCZI, Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio ambiente y Elaboración propia.

Existen varias similitudes y diferencias entre ambas cartografías. Como similitud, en la figura 13 se aprecia que ambos mapas cubren zonas similares, presentando la elaborada, áreas mayores. La principal diferencia está en el origen de las inundaciones que cubren estas zonas similares, es decir, las zonas inundables fluviales del mapa oficial son las zonas inundables costeras del mapa elaborado, y viceversa. Lo mismo ocurre con las áreas de los eventos fluviales.

- En el caso de las zonas inundables originadas por la marea, se observa que las áreas en el norte y en el noroeste de la villa coinciden, siendo algo más amplias las de la oficial (fig. 13). En el oeste y sudeste de la villa solo el mapa del ministerio presenta áreas, y es que en el trabajo actual se ha contemplado que los puentes de Betanzos actúan como diques de contención de la marea, con lo que serían el límite del alcance de esta, y no los atravesaría.
- En el caso de los eventos fluviales, las áreas coinciden (fig. 13), pero las oficiales son mucho menores que las creadas en el trabajo, salvo en el noroeste, donde la delimitación del área de estudio corta el mapa. Según el Ministerio, los efectos de un aumento de caudal de los ríos en el caso de una avenida correspondiente a un período de retorno de 50 años, serían escasos, concentrándose en una zona puntual del polígono industrial, mientras que en la cartografía elaborada estos serían bastante perjudiciales, incluso más que cuando penetra la marea.

Estas diferencias, sobre todo en el tamaño de las áreas inundables, pueden deberse a diversas causas: Desde los materiales empleados para crearlas (modelos digitales con diferente resolución), hasta los programas empleados en el proceso (distintos sistemas de información geográfica presentan diferente precisión), pasando por la cantidad de controles de calidad que se hayan realizado en los datos iniciales y en los resultados, siendo la cantidad de estos importante. Cualquier cartografía puede presentar errores que deben de ser subsanados, ya que los materiales de origen los tienen, y si no se tratan, estos se van acumulando con otros y se acarrean a lo largo del proceso, viéndose también en los resultados.

#### **4. Conclusiones**

Betanzos, y el noroeste de la Península Ibérica en general, experimenta inundaciones. El clima existente, en el que abundan las precipitaciones, el estar rodeado totalmente por el océano Atlántico y sus dinámicas, la gran cantidad de asentamientos existentes en la costa y entorno al cauce de los ríos, así como la ordenación territorial en estos, son factores que influyen en que ocurran estos fenómenos. Dentro del propio núcleo existen zonas no afectadas por estos eventos, a pesar de su ubicación, así, el caso histórico, construido en su día siguiendo el relieve del castro de Untía, no sufre inundaciones naturales de ningún tipo, debido a su altitud y a las pendientes que existen para acceder a él. La pendiente es un obstáculo para el ascenso del agua, con lo que las crecidas de los ríos no llegan a él.



Solo existe un registro de una inundación en el s. XVI, cuando Betanzos solo era la zona antigua. A partir de la construcción de la zona nueva, descendiendo desde la cima del castro hasta los ríos, es cuando aparecen registros de una manera más habitual, siendo la zona afectada la recién construida. Esto puede ser un indicador o no, ya que no siempre se dispone de información de desastres naturales en el pasado, con lo que no se puede calibrar cuantos sucesos experimento la zona vieja de la villa, pero puede denotar que cuando se comenzó a construir el núcleo del asentamiento, lo construyeron siguiendo el castro por su ubicación, quizás para evitar problemas derivados de la crecida de los ríos, entre otras motivaciones.

Debido al régimen de precipitaciones del clima oceánico y a la cantidad de ríos existentes en el noroeste de la Península Ibérica, las causas principales de las inundaciones es la cantidad de lluvia recibida (con la ayuda de una importante cantidad de suelos compuestos por materiales impermeables) y a la dinámica de la marea atlántica, junto a él gran número de población que reside entorno a los ríos y en la costa de esta área. Así pues, el análisis de estos fenómenos en Betanzos, indica que existen 2 tipos de inundaciones principales: inundaciones fluviales e inundaciones costeras. Por otra parte, también se pueden dar inundaciones derivadas de un fallo en los sistemas de drenaje, hecho no exclusivo del noroeste de la Península Ibérica, si no aplicable a cualquier lugar habitado que cuente con estos. El mantenimiento de estas infraestructuras es importante, y más si en al lugar en el que están instalados llegan grandes cantidades de lluvia. En el caso de Betanzos, una inundación urbana, derivada de la ruptura del alcantarillado solo ha ocurrido en un par de ocasiones desde el año 2000 frente a la mayor frecuencia que tienen los principales tipos de inundaciones.

La cartografía oficial, y la elaborada en este trabajo, nos indican que las áreas afectadas por ambos géneros de inundaciones son similares, hasta el extremo de darse en un lugar en concreto una inundación costera un año y al siguiente verse afectado el mismo lugar por otro evento, pero en este caso fluvial. Ambos mapas presentan diferencias de construcción y de forma, pero apuntan una tendencia de cuáles son las zonas más afectadas por estos fenómenos. El control de calidad de los datos que se van a utilizar y de los resultados es muy importante, ya que si no se le presta la atención suficiente y llevan consigo algún tipo de error, este se amplifica y se ve en los resultados, como aparentemente sucede en el mapa del ministerio.

A nivel de efectos reales de estos fenómenos, los inconvenientes que generan son problemas de comunicación, de logística y de desabastecimiento, así como el cierre temporal de negocios, en el caso de las empresas (pérdidas económicas, el tiempo no trabajado en horario comercial hace que las empresas pierdan dinero). A todo esto, hay que sumarle los daños materiales en los bajos y garajes (en los coches alojados en él) de los edificios, y muertes humanas en el peor de los escenarios.

Las autoridades involucradas, como la Xunta de Galicia o el propio municipio, han presentado varias medidas, como la limpieza de la ría o el traslado de la población residente en la zona afectada a la zona histórica de la villa, así como la entrega de ayudas económicas para paliar los daños materiales

derivados de estos fenómenos. No obstante, la única que se realiza actualmente es esta última, la cual no contribuye a prevenir o mitigar los efectos de futuros sucesos. Se trata de una situación que dista de ser óptima para afrontar los desastres naturales. Si se aportasen los medios, el coste de las medidas preventivas siempre será menor que el de las pérdidas económicas que pueda ocasionar una inundación (Fra Paleo, 2011).

Opciones para afrontar estos eventos existen. El traslado de los negocios, y de la población a la zona vieja, como ya se ha mencionado, sería una de ellas, no obstante, esto conlleva una serie de problemas añadidos a resolver: los precios de los bajos de la zona vieja tienden a ser mayores, con lo que la rentabilidad de alguno de los negocios se podría ver comprometida. Aparte de la ubicación, no todo el mundo reside en la zona vieja, y no es una zona muy accesible a pie, no hay zonas exclusivamente peatonales para subir y la pendiente con la que habría que caminar para llegar es bastante elevada, lo que es un problema para la población anciana del núcleo, con lo que habría otra cuestión que solventar.

Otra opción sería aplicar efectivamente las líneas de actuación recogidas en las directrices existentes en el borrador del Plan de gestión del riesgo de inundación en la demarcación de Galicia - Costa 2015 – 2021, acciones que deben realizar el personal encargado en situaciones de emergencia (protección civil), pero que no siempre se llevan a término. Un aumento de personal podría ser clave para llevar mejor a cabo estos planes, así como la implementación de un sistema de alerta temprana, para poder adoptar medidas preventivas (evacuación de la población, corte del acceso a las zonas afectadas antes de que comience la inundación) antes de que suceda uno de estos eventos.

También se podrían adaptar los edificios ubicados en las zonas inundables, ya que se sabe dónde actuar gracias a los mapas. Un bajo vacío (o hueco para) que pase el agua junto a un aumento de los sistemas de drenaje, implicaría menos daños materiales. También se podría subir la entrada a los edificios, lo suficiente para que la lámina de agua no llegue a entrar, pero requeriría una gran inversión económica, debido al coste de modificar la estructura de los edificios y al gran número de estos.

Una ordenación del territorio con sentido común es clave. En futuros proyectos de edificación, no se debería edificar en estas zonas, o de hacerlo, construir edificios adaptados a estas situaciones. El suelo en estas zonas podría emplearse para parques o conjuntos de vegetación, ya que contribuyen a la mitigación de las crecidas de los ríos y no requerirían un gran gasto.

La problemática de las inundaciones es un hecho aún poco conocido, pero presente en la actualidad. Debido a la frecuencia anual de temporales en el noroeste de la Península Ibérica, estamos hablando de fenómenos anuales, que no deberían sorprender a nadie. Sabiendo que existen, que son reales, y teniendo la posibilidad de saber en qué lugares en concreto se pueden dar, el establecimiento de medidas para prevenir o mitigar sus efectos no debería ser complicado. Si las autoridades pertinentes trabajasen conjuntamente, y comenzase a poner en práctica medidas de prevención o de mitigación, los daños derivados de estos fenómenos se reducirían. No se trata de hacer desaparecer los efectos, ya que

el coste sería desorbitado, ni de cambiar las villas y ciudades actuales, ni trasladar a la población a otros enclaves, si no, sabiendo la situación actual de los núcleos afectados, realizar las actuaciones necesarias para prepararlos frente a futuros eventos, haciendo que estos sean menos perjudiciales y que la población pueda convivir con ellos.

## 5. Bibliografía

- Bertoni, J.C. (coord.). (2004). *Inundaciones Urbanas en Argentina*. Buenos Aires, Argentina: Universitat CEDEX. Centro de estudios y experimentación de obras públicas. [online]. Disponible em <http://hispagua.cedex.es/instituciones/demarcaciones> [Acedido el 2 de junio de 2016]
- Chow, V.T. (1959). *Open-channel hydraulics*. New York, EEUU: McGraw Hill.
- Chow, V.T.; Maidment, D.; Mays, L. (1994). *Hidrología aplicada*. Bogotá, Colombia: McGraw-Hill.
- Elías Castillo F.; Ruiz Beltrán L. (1979). *Precipitaciones máximas en España*. Madrid: Instituto Nacional para la Conservación de la Naturaleza (ICONA).
- Fema. Federal Emergency Management Agency. USA. [Online] Disponible em <http://training.fema.gov/hiedu/docs/fmc/chapter%20%20types%20of%20floods%20and%20floodplains.pdf> [Acedido el 28 de abril 2016]
- Fra Paleo, U (coord.). (2011). *Riesgos naturales en Galicia. El encuentro entre naturaleza y sociedad*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Instituto Geológico Y Minero De España (IGME). *Metodología para la elaboración de cartografía de peligrosidad por avenidas e inundaciones*. [en línea] Madrid: Ministerio de Ciencia e Innovación, 2004 Disponible en: [http://info.igme.es/SIDIMAGENES/141000/722/141722\\_0000001.PDF](http://info.igme.es/SIDIMAGENES/141000/722/141722_0000001.PDF). [accedido en diciembre 2016].
- Instituto Nacional De Estadística (INE). *Datos de población de 2015* [en línea]. Madrid: Instituto Nacional de Estadística, 2015 [ Online] Disponible en: <http://www.ine.es>. [accedido en septiembre de 2016].
- Información Xeográfica De Galicia. Xunta de Galicia. <http://mapas.xunta.gal/visores/descargas/>. [Consultado el 30 de abril 2016].
- Ferrer, J. (1993). *Análisis estadístico de caudales de avenida*. Madrid: CEDEX.
- García Moreno, V. Avellanosa, T. (2003). *Los pueblos más bellos de España*. Madrid: Aguilar.
- Guía metodológica para el desarrollo del sistema nacional de zonas inundables*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011.
- Keller, E. A.; Bloodgett, R. H. (2007). *Natural hazards: Earths processes as hazards, disasters, and catastrophes*. New Jersey, EEUU: Pearson Prentice Hall.
- La Opinión De A Coruña. 28/10/2016. A Coruña, 2016.
- La Voz de Galicia. Silva, A. (2015). Nuevas inundaciones en Betanzos por tercer mes consecutivo [Online] A Coruña: La Voz de Galicia, 2015. Disponible en: <http://www.lavozdegalicia.es/noticia/coruna/2015/10/26/nuevas-inundaciones-betanzos-tercer-mes-consecutivo/0003> [accedido en septiembre de 2016]
- Martínez Cortizas, A.; Pérez Alberti, A. (coord.). (1999). *Atlas climático de Galicia*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Mateu, J.F. (1990). *Crecidas e Inundaciones*. En Guía de la Naturaleza de la Comunidad Valenciana (pp. 565-608). Valencia: Comunidad Valenciana.

MeteoGalicia. Santiago de Compostela, Galicia, España. [www.meteogalicia.es](http://www.meteogalicia.es) [Acedido el 7 de abril de 2016]

Municipio de Betanzos, Betanzos, Galicia, España. [www.betanzos.net](http://www.betanzos.net) [Acedido el 6 de abril de 2016]

National Severe Storms Laboratory (NSSL). EEUU. *Severe Weather 101* [en línea] <http://www.nssl.noaa.gov/education/svrwx101/floods/types/> [Acedido el 28 de abril 2016]

Olcina Cantos, J. (2006). *¿Riesgos naturales? Sequías e inundaciones*. Colección Geoambiente XXI. Mataró: Editorial DaVinci.

*Plan de gestión del riesgo de inundación en la demarcación de Galicia - Costa 2015 – 2021*. Borrador. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2015.

Puertos del Estado (2015). *Datos históricos del mareógrafo de Coruña* [en línea]. Madrid: Ministerio de Fomento, 2015. Disponible en [www.puertos.es](http://www.puertos.es) [consultado en octubre de 2016]

Protección civil (2008). *Disaster Information Management System* [en línea]. Génova, Suiza: United Nations Office for Disaster Risk Reduction, 2008. Disponible en [www.desinventar.net](http://www.desinventar.net) [consultado en diciembre de 2016].

Revisa vida gallega, nº 754. (1960). Vigo: Editor desconocido.

Rodríguez Martínez-Conde, R. (2001) en Precado Ledo, J.A., Sancho Comíns, J. (directores). *Atlas de Galicia*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Singh, Pratap; Singh, Vijay P. (2001). *Snow and glacier hydrology*. Dordrecht, Países Bajos: Kluwer Academic Publishers.

Témez, J. R. (1978). *Cálculo Hidrometeorológico de caudales máximos en pequeñas cuencas naturales*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas. Dirección general de carreteras.

Vázquez-Rodríguez, Alexandre Luis (2016). *SIG y realidad: Inundaciones en As Pontes de García Rodríguez (A Coruña)*. SÉMATA, revista de Humanidades y Ciencias sociales [En línea]. Vol. 27, pp. 69 – 94. Disponible en: <http://www.usc.es/revistas/index.php/semata/article/view/2448> [consultado en mayo de 2016]